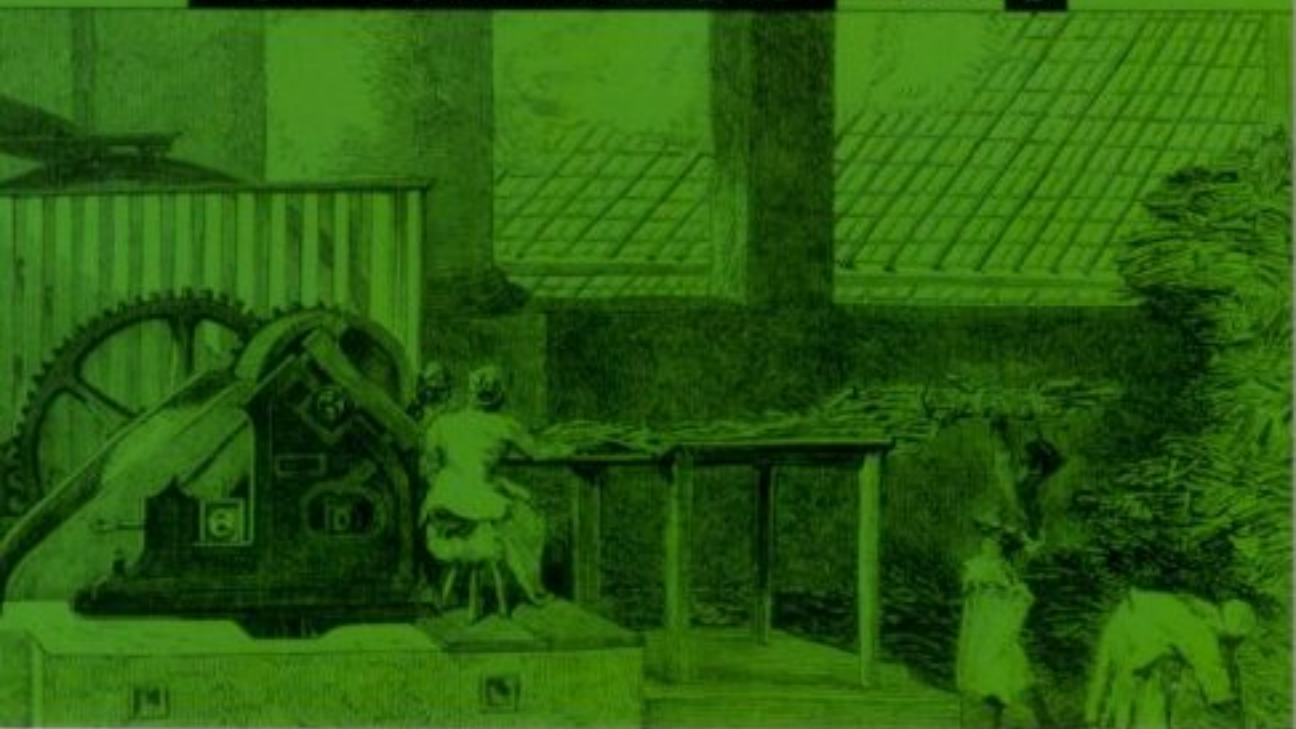
SOB A DIREÇÃO DE
SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

TOMO II O BRASIL MONÁRQUICO volume 5

Reações e transações

A *História Geral da Civilização Brasileira* é uma coleção sem paralelo na nossa produção intelectual, abrangendo cronologicamente toda a História do Brasil, em um nível de tratamento elevado, mas não indecifrável. Constitui-se de uma coleção de 11 volumes, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda (períodos colonial e monárquico) e Boris Fausto (período republicano). A obra analisa diferentes campos da formação histórica do país, desde a organização material da sociedade até as formas da cultura e do pensamento.

Os dois primeiros volumes foram dedicados à época colonial. Diferentes especialistas estudam o processo de constituição e consolidação do Brasil como colônia portuguesa, abrangendo desde os aspectos econômicos e sociopolíticos até temas como os da medicina colonial, a música barroca, as expedições científicas.

O período monárquico é tratado em cinco volumes. Abre-se com a análise das condições de emancipação do Brasil e se encerra com a crise do regime monárquico e a transição para a República, em um volume, hoje clássico, inteiramente escrito por Sérgio Buarque de Holanda.

O período republicano divide-se cronologicamente em duas épocas: uma anterior e outra posterior a 1930, ano de crise mundal e de revolução no Brasil. Nestes volumes, em número de quatro, diferentes autores analisam desde o processo de implantação da chamada República Velha até as complexas estruturas e relações sociais que caracterizam o Brasil de anos mais recentes. Ao mesmo

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

COLABORARAM PARA ESTE VOLUME

FRANCISCO IGLÉSIAS, *da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais* (Vida Política, 1848-1866).

J. A. SOARES DE SOUZA, *historiador, Niterói* (O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas).

EMÍLIA VIOTTI DA COSTA, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (O escravo na grande lavoura).

PAULA BEIGUELMAN, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (O encaminhamento político do problema da escravidão no Império).

CARLOS H. OBERACKER Jr., *historiador, São Paulo* (A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola).

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (As colônias de parceria).

FRANK GOLDMAN, *da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Estado de São Paulo* (Aspectos das migrações norte-americanas após a guerra civil).

TERESA SCHORER PETRONE, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (Imigração assalariada).

OCTAVIO IANNI, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (O progresso econômico e o trabalhador livre).

JOÃO CRUZ COSTA, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (O pensamento brasileiro sob o Império).

ANTONIO CANDIDO DE MELLO E SOUZA, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (A literatura durante o Império).

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE, *diretor da Casa de Ruy Barbosa, Ministério da Educação, Rio de Janeiro* (A cultura jurídica).

FRANCISCO CURT LANGE, do *Instituto Interamericano de Musicologia, Montevidéu, Uruguai* (A música erudita na Regência e no Império).

MÁRIO BARATA, *da Escola Nacional de Belas-Artes da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro* (As artes plásticas de 1808 a 1889).

EGON SCHADEN, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (Exploração antropológica, em colaboração com João Baptista Borges Pereira).

JOÃO BAPTISTA BORGES PEREIRA, *instrutor da cadeira de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (Exploração antropológica, em colaboração com o Prof. Egon Schaden).

OLIVÉRIO M. OLIVEIRA PINTO, *do Departamento de Zoologia, Secretaria da Agricultura, São Paulo* (Viajantes e naturalistas).

LYCURGO SANTOS FILHO, *historiador e médico, Campinas, São Paulo* (Medicina no período imperial).

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Sob a direção de *SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA*,
assistido por *PEDRO MOACYR CAMPOS.*

TOMO II

O BRASIL MONÁRQUICO

Volume 5

REAÇÕES E TRANSAÇÕES

POR

Francisco Iglésias, J. A. Soares de Souza, Sérgio Buarque de Holanda,
Carlos H. Oberacker Jr., Teresa Schorer Petrone, Frank Goldman, Emília Viotti da Costa,
Octavio Ianni, Paula Beiguelman, João Cruz Costa, Antonio Candido de Mello e Souza,
Américo Jacobina Lacombe, Francisco Curt Lange, Mário Barata, Egon Schaden e
João Baptista Borges Pereira, Olivério M. de Oliveira Pinto, Lycurgo Santos Filho

Introdução geral
Sérgio Buarque de Holanda

BERTRAND BRASIL

SUMÁRIO

LIVRO PRIMEIRO
VIDA POLÍTICA

LIVRO SEGUNDO

DA ESCRAVIDÃO AO TRABALHO LIVRE

LIVRO TERCEIRO

CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES

VIDA POLÍTICA

LIVRO PRIMEIRO

CAPÍTULO I

VIDA POLÍTICA, 1848/1868

NA PERIODIZAÇÃO da história política do Império é possível reconhecer alguns marcos. De 1822 a 1831 estende-se o Primeiro Reinado, de fisionomia nítida. A Regência, de 1831 a 1840, balizada pela abdicação de D. Pedro I e o golpe da Maioridade, tem fisionomia ainda bastante bem caracterizada. Depois, de 1840 a 1850, assiste-se ao preparo da mais longa fase da história política brasileira, que é o Segundo Reinado, com o fim, nesse primeiro instante, das lutas da década antecedente, a votação das leis garantidoras da ordem e o amadurecimento do Imperador; de 1850 a 1864, são a relativa estabilidade geral e o primeiro surto de realizações materiais significativas; de 1864 a 1870, tudo está dominado pela guerra com o Paraguai; finalmente, de 1870 a 1889, quando, apesar da relativa ordem e de certo desenvolvimento, as contradições do sistema se aguçam, ao embalo da campanha republicana, até o golpe final. Em linhas gerais, essa é a periodização apresentada por Capistrano de Abreu, em conhecido estudo,[1] que os historiadores repetem, às vezes com pequenas adaptações.

Será objeto de análise, no presente capítulo, exatamente a época que vai de 1848 a 1868. A data de 1848, como é óbvio, lembra o novo domínio conservador, com a derrocada dos liberais, que empolgavam o poder desde 1844, bem como a conseqüente Revolução Praieira, em Pernambuco, enquanto 1868 lembra a queda do Gabinete de Zacarias, em plena guerra com o Paraguai, crise ministerial mais profunda que qualquer outra, evidenciando as dificuldades que destruiriam a Monarquia. Trata-se, assim, de época que é o núcleo principal do Império, quando se reali-

---

[1] Capistrano de Abreu – *Fases do Segundo Império, in Ensaios e estudos*, 3ª série, pp. 107-130.

zam, tanto quanto possível plenamente, as virtualidades do sistema: ele está maduro, após a conquista da Independência e o estabelecimento da nação, quando os grupos sociais se compõem, definidos os seus objetivos.

1. A VOLTA DO PARTIDO CONSERVADOR

O qüinqüênio liberal

O chamado qüinqüênio liberal, de 2 de fevereiro de 1844 a 29 de setembro de 1848, compreendendo seis gabinetes, transcorreu tropegamente, por dissensões de todo tipo. Os liberais, chamados ao poder pela necessidade de afirmação pessoal de D. Pedro II, não se sentiam ainda senhores da situação, pois era de 1842 o movimento que fizeram em São Paulo e Minas, e a anistia dos envolvidos era de 14 de março de 1844. Tinham que se acautelar ante a importância do grupo que cercava o jovem Imperador, cuja influência sabiam ser decisiva: essa força é que de fato afastara o Gabinete anterior e compusera o atual. Os ministros, portanto, não podiam sentir-se firmes. E, assim, pouco seguros, se mantiveram ao longo do período.

Não se afirmara ainda o espírito partidário, de modo que era possível a existência de um grupo, como o praieiro de Pernambuco, que se associava aos conservadores para defender a tese da presença dos magistrados na política, insurgindo-se contra a idéia das incompatibilidades, defendida pelos liberais do Sul. Liberais pernambucanos não apoiariam paulistas e mineiros no movimento de 1842, como paulistas e mineiros não apoiaram pernambucanos em 1848. Interesses regionais predominavam sobre as teses, dificultando a consciência partidária, sem falar nos interesses domésticos, vivos em ambas as correntes. É constante, durante o período, a lembrança de conciliação entre os dois partidos em que se divide a opinião pública. Poder-se-ia apontar, de um lado e de outro, gente de formação e de mentalidade diversas das encarnadas pela bandeira a que se abrigava: liberais entre conservadores, conservadores entre liberais. Não há caracterização muito nítida no Gabinete. Assim é que, no curto Ministério de 8 de março, dirigido por José Carlos Pereira de Almeida Torres, Visconde de Macaé, há uma diferença entre os Ministros que permite a Sales Torres Homem dizer na Câmara, em 22 de maio de 1848, denunciando a falta de unidade de vistas do Gabinete:

> "A imediata e infalível conseqüência de tão defeituosa organização é a impossibilidade de existência de um acordo natural, verdadeiro e sincero

entre a maioria parlamentar e o Ministério, como requer o interesse público. Que opinião apoiaria nessa aglomeração de opiniões opostas? Apoiaria o Programa Saquarema de Manuel Felizardo ou os princípios de Dias de Carvalho? A política liberal e conservadora de Antão ou a política do arrependimento de Macaé?"

Era um ministério pálido, com liberais não muito ortodoxos e um conservador. Buscou a conciliação, afastando as autoridades muito comprometidas. Se as forças na Câmara pareciam equilibradas, logo vieram as disputas e suspeitas, alimentadas, sobretudo, pelos próprios liberais divididos. Daí a desaprovação da Câmara ao Gabinete, traduzida na resposta à Fala do Trono, quando a maioria se pronuncia contra o Ministério, por 50 votos contra 44 , aí defendido, sobretudo, pela bancada conservadora. E vem o último Gabinete do qüinqüênio liberal, de 31 de maio de 1848, dirigido por Francisco de Paula Sousa e Melo.

Os dois grupos se acusam de incoerência, como se pode ver no discurso do Deputado baiano José de Góis Siqueira, na Câmara, em 28 de julho:

"Disse-se que a minoria não tinha princípios formulados ou era um agregado de opiniões heterogêneas. O orador perguntará: quais os princípios formulados pela maioria, quais os seus princípios homogêneos? Se ele estuda a ilustre maioria, vê que nela com efeito existe um complexo de opiniões inteiramente diversas; vê que cada grupo tem seu princípio, tem seu fim, e que não há laço fixo, dominante, que os ligue. Se olha para os deputados de Pernambuco, vê que eles professam princípios inteiramente diversos daqueles que são proclamados pelos deputados de Minas e São Paulo. (...) Acresce que os princípios proclamados pela maioria não se têm realizado: eram eles a revogação da lei de 3 de dezembro, a revogação da interpretação do Ato Adicional, a revogação da lei do Conselho de Estado. Tendes cumprido todos estes compromissos? Os nobres deputados da maioria para escaparem a esta omissão (...) dizem que o Gabinete de 2 de fevereiro não era carne da mesma carne, osso do mesmo osso do partido liberal. Por conseguinte, eu direi que a maioria não tem princípios e que não tem cumprido com as obrigações."

Realmente, ao fim de um qüinqüênio de exercício do poder, as grandes teses liberais de reforma da Guarda Nacional, a questão das incompatibilidades, a reforma da lei de 3 de dezembro de 1841, entre outras, não haviam sido votadas, nem mesmo debatidas como deviam. Elas convi-

nham ao partido no poder. Demais, não havia unidade liberal sobre elas, como se vê sobretudo na questão do exercício da política pela magistratura, tese defendida pelos praieiros e combatida pelos luzias do Sul.

Os dois últimos Gabinetes liberais tiveram vida muito curta: 75 dias o presidido por Macaé (8 de março a 31 de maio de 1848), 122 dias o presidido por Francisco de Paula Sousa e Melo (31 de maio a 29 de setembro de 1848). Os liberais não se entendiam na Câmara, como se verificava já no Gabinete anterior, presidido por Alves Branco, quando, além das dificuldades entre a Câmara e o Ministério, havia o fato de que Presidentes de Província não obedeciam ao Ministério. Faltavam decisão e unidade aos liberais: o Gabinete de Macaé teve vida curta, minado pelos correligionários, como se dará também com o de Paula Sousa. Era evidente que o Imperador precisava apelar para os conservadores, uma vez que não podia mais compor-se com a situação dominante, pela diversidade de vistas e choques dentro dela. Paula Sousa estava afastado, alegando doença: conservava o título de Presidente do Conselho a pedido de D. Pedro II, mas seu afastamento provoca as mais decididas agressões dos conservadores ao Gabinete – que viam como "sem cabeça" –, até aí um pouco poupado pelo respeito ao Presidente, que se afastava pela impossibilidade de compor-se com os elementos do seu próprio grupo. O Gabinete entendia-se com dificuldade com a Câmara, perdendo por vezes as questões, como se deu com o adiamento da discussão de projeto de seu interesse: 32 votos contra 29 contrariaram o Ministério, que comunica o fato a Paula Sousa, que apresenta pedido de demissão. O caso em si não era grave, pois a Câmara estava muito desfalcada quando votou a matéria – falta de 40% –, mas os liberais não tinham mesmo condição de governo.

As questões de Pernambuco, incendiado pelos praieiros, chegam à Corte também, pela candidatura de José Clemente Pereira a cargo no Município da Corte, combatido por ser português. Daí vem a questão do comércio dominado pelos lusos, com choques de ruas – a situação lembrava os dias da Regência –, pelos quais é responsabilizado o Ministério, que quase não tem defesa dos liberais, enquanto é atacado com veemência pelos conservadores, como Rodrigues Torres, no Senado, e Eusébio, na Câmara. Temia-se pela ordem e mesmo pelas instituições monárquicas, apontando os assustados o exemplo da França, que, em processo revolucionário, mais uma vez adotava a República. O Imperador aceita o pedido de demissão de Paula Sousa: convoca José da Costa Carvalho, então Visconde de Mont'Alegre, que não deseja a presidência do Conselho, sugerindo Pedro de Araújo Lima, então Visconde de Olinda.

Os conservadores no poder

Assumindo o poder em 29 de setembro de 1848, o Gabinete se mantém até 11 de maio de 1852, quando é substituído por outro, inteiramente seu continuador. Este se mantém até 6 de setembro de 1853, quando a vida política toma outras formas, sob o signo da chamada Conciliação. A nova ordem é feita com o predomínio conservador sobre o liberal – como se verá no lugar próprio – e tem duração de 6 anos, 3 meses e 5 dias, com a retomada quase plena da força conservadora em 1858 – de 6 de setembro de 1853 a 12 de dezembro de 1858, usando-se cronologia oficial e rígida, que pode ser contestada –, mantendo-se até 1862.

O décimo Gabinete – que foi chamado miguelista, por nascer no dia de São Miguel Arcanjo – tem a Presidência de Olinda até 6 de outubro de 1849, quando a transfere a Mont'Alegre, que já era Ministro do Império do mesmo Gabinete e que se recusara a aceitar sua Presidência no início, quando convocado pelo Imperador. Governo mais decidido se impõe com esse Ministério, em que Mont'Alegre tem a pasta do Império, Eusébio de Queirós, a da Justiça, Manuel Felizardo de Sousa e Melo, a da Guerra e, durante certo tempo, a da Marinha (desde julho de 1849 ocupada por Manuel Vieira Tosta), Olinda, o Presidente do Conselho, a de Estrangeiros (até outubro de 1849, quando é substituído por Paulino José Soares de Sousa) e Joaquim José Rodrigues Torres, a da Fazenda. Era um Gabinete exclusivamente conservador, constituído, em princípio, pelo Presidente do Conselho, pois, de acordo com o decreto de 20 de julho de 1847, que criara o cargo, lhe cabia a escolha de cada ministro, antes feita pela Coroa.

A dissolução da Câmara

Não é fácil o trabalho nos primeiros dias. A Câmara tem dificuldades de reunião, por falta de número. Na sessão de 2 de outubro, o liberal Teófilo Otoni discursa sobre a impaciência em que estava de ouvir dos novos ministros

> "a explicação da política que ia seguir e, ao mesmo tempo, a decifração do enigma que me parecia dever enxergar na retirada de um gabinete, quando nenhuma causa podia aparecer para a sua dissolução",

sem que os ministros aparecessem. Eles evitam discutir, e os deputados não dão número. No Senado, ao assumir a chefia da situação, em 30 de setembro, Olinda foi lacônico:

> "Direi que o atual Gabinete não faz promessas, não quer prometer para não se ver muitas vezes na dura necessidade de não poder cumprir seus desejos."

Para Teófilo Otoni, a constituição do novo Gabinete não é regular, como não lhe pareceram regulares os de 23 de março de 1841, dito conservador, ou o de 2 de fevereiro de 1844, dito liberal. Faz então crítica que repetirá muitos anos depois, na famosa *Circular* de 1860. Para ele, a derrubada liberal de 1848 é fruto da facção áulica, manobra palaciana, reclamando que "é preciso que o país saiba como sobem e descem os Gabinetes".

O certo é que o Ministério, com a desculpa de trabalhos, não comparece à Câmara, que protesta inutilmente. Era impossível o diálogo dos dois poderes, pois o Gabinete era de conservadores, e a maioria da Câmara, ainda no primeiro ano da legislatura, era liberal. Em discurso violento, Cristiano Otoni exprime a indignação pelo que considera falta de respeito ao Parlamento, apresentando a moção:

> "Que se havendo organizado o Ministério atual em o dia 29 do mês passado, e havendo tratado com evidente menosprezo a representação nacional, deixando de comparecer nesta Câmara para explicar o seu programa político, apesar de ter sido expressamente convidado por duas vezes; a Câmara passa à ordem do dia, retirando os convites não aceitos, protestando altamente contra a desconsideração com que é tratada, e contra tão deplorável infração dos princípios da Constituição."

A proposta enérgica de Cristiano Otoni é aprovada, por 62 votos contra 25, evidenciando o divórcio entre os dois poderes. Ofício do Ministro do Império, lido na sessão de 5 de outubro, adia a sessão para 23 de abril de 1849. Era o prenúncio da dissolução. A luta armada em Pernambuco, pelo movimento dos praieiros, aumentaria as dificuldades de Governo. Impossível trabalhar com os mesmos parlamentares. Decreto de 19 de fevereiro de 1849 dissolvia a Câmara dos Deputados, cujo corpo servira apenas em uma sessão, a de 1848, convocando outra, que deveria ser eleita para reunir-se em 1º de janeiro do ano seguinte.

O protesto de Timandro

A restauração conservadora e as conseqüentes lutas de espírito liberal são o centro do panfleto vigoroso escrito por Sales Torres Homem em 1849, com o pseudônimo de Timandro. O *Libelo do Povo*. O jornalista e ex-deputado escreve aí uma das páginas

mais violentas de toda a prosa brasileira, na análise da situação, seus antecedentes próximos e remotos, trata da atualidade européia, para concluir pela queda da tirania. Impressiona, sobretudo, o retrato desfavorável da casa reinante, com o esboço do que foram e são os Bragança; o exercício do poder no país, com o arbítrio e os caprichos do governante; as mazelas de origem portuguesa, em página de antilusitanismo. Ao mesmo passo que violento, o jornalista é por vezes brilhante, embora nunca chegue a ser profundo. A obra de crítica, denúncia e protesto, com acentos demagógicos, teria enorme repercussão, sendo logo reeditada: liberais e conservadores incumbiram-se de fazer-lhe a defesa e o ataque, o jornalista sofrendo da imprensa miúda o que poucos já sofreram. Esse primeiro momento importante do político seria logo negado por ele: inscreveu-se como um dos defensores da conciliação, impondo-se a Paraná, que lhe deu importantes funções públicas; passa para os conservadores, dos quais será expoente extremado; é Ministro da Fazenda em fase financeira tumultuosa, depois derruba Ministérios liberais, como se verá. O homem que riu da aristocracia nativa, que chamou de achinelada, acabou visconde. Sua biografia é das mais curiosas. Em 1848 ele é o Timandro desabusado que exalta os radicais. Depois, pela conversão e arrependimento, consegue que a Coroa e os conservadores esqueçam essa página, que os radicais, no entanto, nunca esquecem, pelo bem que ela lhes fez e pelo que consideram retratação do autor, que não perdoam. Timandro, com *O Libelo do Povo*, é um dos momentos vivos do jacobinismo nativo, provocado pelos eventos de 1848.

O trabalho do Gabinete

A nova situação marcou-se por profundos trabalhos. Embaraçada no início com a revolta em Pernambuco e pelo encaminhamento de questões políticas, muito fez depois que se consolidou. Manifestava-se o desejo de serenar as paixões partidárias, para o bem da ordem pública. Nomeou para os mais importantes cargos, como as Presidências de Províncias, pessoas que lhe pareciam merecer a confiança e também a dos liberais, pois haviam sido autoridades no período em que eles dominavam, sem falar nas da ordem anterior e que são mantidas. A revolução pernambucana, que custou a ser debelada, não contou com o apoio dos luzias do Sul. Vencidas as dificuldades iniciais, a situação muito produziu, como se verá.

Recomposição ministerial

O ano de 1849 decorre tranqüilamente. Apenas Pernambuco é ameaça à ordem, com a Revolução Praieira. Em julho, a pasta da Marinha, até então ocupada por Manuel Felizardo, con-

juntamente com a da Guerra, passa a Manuel Vieira Tosta. Um ano depois de instalado, em outubro, o Ministério sofre sua alteração mais séria: com pretexto de que os problemas no Prata exigem ministro mais enérgico que Olinda, Eusébio de Queirós teria sido incumbido pelo Imperador de fazer sentir ao Ministro e Presidente do Conselho a conveniência pública. As questões do Prata eram arrastadas, e as conversações entre a autoridade brasileira e o representante argentino não chegavam a resultado, por culpa do Governo de Buenos Aires, que não desejava mesmo nenhum encaminhamento; ante a falta de êxito na missão, Olinda se afastou, segundo se disse na época. O certo é que a política platina foi o pretexto de sua retirada, desconhecendo-se os outros motivos de seu estremecimento ou de oposição, relativamente à Coroa ou aos colegas aos quais pediu que explicassem sua saída por qualquer motivo, contanto que não fosse por doença. Para a pasta do Exterior, então muito importante, foi designado Paulino José Soares de Sousa. Firmava-se, assim, o comando superior dos conservadores – a famosa trindade saquarema –, com Paulino, Rodrigues Torres e Eusébio, que serão chefes quase absolutos depois da morte de Honório Hermeto Carneiro Leão, em 1856. A Presidência do Conselho, desde 6 de outubro, passa a ser de Mont'Alegre, Ministro do Império. A ele é que se dirigira o Imperador, um ano atrás, em setembro: recusou o posto, aceitando apenas uma pasta, mas na realidade atuando como Presidente. Olinda não perdoaria os correligionários pela mudança, dissimulando queixas e atitudes que só assumiria algum tempo depois.

A nova Câmara

Em 1º de janeiro de 1850, a Assembléia Geral reinicia as sessões, em nova legislatura. A eleição fora feita sob o domínio conservador, que dissolvera a Câmara dos Deputados, eminentemente liberal. A eleição, como sempre acontece, provocou queixas gerais: em Minas, sabe-se que os candidatos do Partido Liberal fizeram representação de 115 documentos, na qual pretenderam provar irregularidades. Em ofício de 1852, um desses candidatos – Teófilo Otoni – que é convocado como suplente, diz que:

> "Em Minas em o ano de 1849 não tinha havido eleição, mas sim uma saturnal indecente, onde a ilegalidade e a violência primaram a par do escárnio e do cinismo."

Teófilo Otoni não acedeu à convocação como suplente, provocando, o seu violento protesto, natural debate em 1852. Como a situação é conservadora, quando a Câmara se reúne em dezembro de 1849 para as reu-

niões preparatórias, as eleições recentemente feitas são em geral aprovadas, com pequenos debates sobre questões quase sempre secundárias. A nova legislatura tem representação conservadora unânime, com apenas uma exceção, que é Bernardo de Sousa Franco, representante do Pará. É curioso notar que esse deputado consegue fazer muito, ainda que só: homem experimentado em postos públicos do Executivo e do Legislativo, torna-se o centro de atenções, participando em todos os debates, notadamente no de questões financeiras. Além de seguro e combativo, impõe-se por uma constante linha de humor, que provoca o riso freqüente dos companheiros.

A quebra da unanimidade

Não há, no início, muitas discussões políticas como é natural pela unanimidade. Esta, entretanto, vai sendo quebrada, pois à voz de Sousa Franco somam-se logo outras, pelas convocações de suplentes. Estes, quando convocados, comparecem. É raro que alguém deixe de vir, como acontece a Teófilo Otoni, em 1852, como se lembrou. Sabe-se que o ano de 1850 assistiu à terrível epidemia de febre amarela, doença que teria vindo em navios procedentes do sul dos Estados Unidos – o mal era comum no Mar das Antilhas e no Golfo do México – e se espalhou no Rio e em outras cidades marítimas. O vômito negro ou febre amarela matava dezenas de pessoas por semana, apavorando a população com os enterros durante o dia e a noite. O Governo proíbe os enterramentos nas igrejas e providencia a construção de cemitérios extramuros (daí os de Ponta do Caju e do Catumbi). O mal atacou a muitos deputados. É freqüente a leitura de ofícios no Parlamento, em que deputados e senadores comunicam "que têm sido atacados das febres reinantes"; muitos deixam de vir para a Corte, temerosos do mal; outros vêm e logo se afastam para suas Províncias ou para Friburgo, Petrópolis, Teresópolis, doentes ou precavidos. E alguns morrem.

A primeira sessão da legislatura foi muito prejudicada; a segunda, que se instalou em 3 de maio, é que trabalhou com fecundidade. As representações estão desfalcadas. A de Minas, por exemplo, está reduzida a menos da metade: se são vinte seus deputados, há uma freqüência de seis a oito em abril, o que leva Sousa Franco a exigir a convocação dos suplentes. A Presidência da Câmara não toma a providência devida, por saber que a vinda dos suplentes é a constituição de bloco oposicionista. Bem lembrava Justiniano José da Rocha, em aparte de 15 de abril, a Sousa Franco, que a peste "é a aliada da oposição". Não é só a febre amarela que afasta os deputados: a nomeação de alguns para senadores também desfalca representações, bem como a escolha de outros para as Presidências de Provín-

cias, tão criticadas sob diversos aspectos, pelos muitos problemas criados pela situação, pois vão para fazer política e não para administrar, ao mesmo tempo que embaraçam o trabalho legislativo, uma vez que vão para voltar na época das sessões e nem sempre voltam. E, se voltam, quebram a continuidade administrativa provincial, com os governos extremamente curtos, na verdadeira dança que é a direção dessas unidades do Governo, mal reconhecido que sempre se condenou e nunca se corrigiu.

O certo é que, com a entrada dos suplentes, a oitava legislatura foi perdendo o aspecto de unanimidade conservadora: basta lembrar que só a bancada de Minas é que se renovou com quatro liberais: José Pedro Dias de Carvalho, Manuel de Melo Franco, Joaquim Antão Fernandes Leão, Antônio da Costa Pinto. A vinda dos suplentes muda um pouco a fisionomia da Câmara: os novos deputados vêm com grandes disposições, pois têm muitas queixas a fazer sobre problemas gerais ou regionais. Os debates políticos, antes raros, tornam-se comuns. Não chegam, entretanto, a criar sérios embaraços ao Governo, pois a maioria é folgada, e a oposição é numericamente débil.

Composição da Câmara

A composição do Parlamento é a mesma de antes e a que será a regra no Brasil imperial e mesmo em parte do republicano: o predomínio do bacharel, expressão dos ideais educativos da sociedade patriarcal, com o culto dos valores retóricos. O grande agente das eleições é o senhor de terras, que domina o Interior; o fazendeiro envia o filho para estudar, principalmente em Olinda e São Paulo, nas faculdades de Direito, a fim de obter o título e o necessário preparo para a vida pública, vista então como campo de atividade reservado eminentemente ao bacharel. O Ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, em discurso de 10 de abril de 1850, dizia que na Câmara havia 34 juízes de direito e "apenas oito desembargadores", enquanto no Senado havia cinco desembargadores e um juiz de direito. O ministro referia-se a detentores de cargos públicos.

Em levantamento por profissões, no entanto, é possível afirmar que o número era bem mais alto: a Câmara eleita para o período da oitava legislatura, que é o de 1850-52, teria 111 deputados; entre eles, haveria, no mínimo, 71 advogados; os outros grupos são bem menos presentes, como se verifica com a lembrança de quatro militares, oito eclesiásticos, quatro médicos, um negociante e um fazendeiro. O quadro que serviu de base a esse levantamento – a obra do Barão de Javari, *Organizações e programas ministeriais*, publicada em 1889 – não diz qual a profissão de 22; entre eles, porém, estão alguns que, sabemos, eram advogados, o que nos per-

mite aumentar o número desses a pelo menos 80. Quanto à caracterização como "fazendeiro" de apenas um, também a informação é inexpressiva, pois o número seria evidentemente bem maior; muitos dos nomes conhecidos, entre os citados sem profissão referida, são fazendeiros, além de outros que não são só advogados ou militares, mas também fazendeiros. Lembre-se ainda que os 111 representantes obedeciam à seguinte distribuição regional: Minas Gerais, 20 deputados; Bahia, 14; Pernambuco, 13; Rio de Janeiro, 10; São Paulo, 9; Ceará, 8; Maranhão, 6; Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Sul, 5; Pará, 3; Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Goiás, Mato Grosso, 2; Amazonas, Espírito Santo e Santa Catarina, 1.

Confirma-se, pelo quadro profissional, a expressão bacharelesca do patriarcalismo. O senhor de terras quer ser advogado, ou faz do filho advogado, para que ele venha brilhar na Corte. Compõem-se de maneira exata os interesses: o jovem bacharel é melhor que não fique no meio rural, que ele pode perturbar a ordem e a rotina que ali imperam; demais, não é desejo seu, que não se adapta mais à vida acanhada do interior, pelas experiências e companhias que teve quando estudante; quanto ao fazendeiro, que nunca viveu em cidade grande, prefere continuar no campo. O jovem bacharel, portanto, é para a cidade e para a tribuna; o fazendeiro, para o interior e para a lavoura; um dá a base eleitoral ampla e sólida, o outro deve fazer a política em consonância com o interesse do grande eleitor.

Outro dado de significação sociológica seria a média de idade do representante do povo. Supõe-se fosse bem jovem o deputado, como se vê pela informação que é dada em carta sem assinatura, de 3 de maio de 1851, publicada no *Jornal do Commercio* e dirigida ao *Amigo Ausente*, de que haveria, na Câmara, 38 deputados solteiros (no total de 111); mesmo no Senado, que tinha exigência do mínimo de idade de 40 anos, haveria seis celibatários. A informação é transcrita a título de curiosidade, pois seu sentido sociológico não pode ser captado sem análise mais extensa, que conte com alguns outros dados.

A sessão de 1851

O ano de 1851 assiste no Parlamento a muitos debates políticos. Já havia mais oposição: na escolha do Presidente da Câmara os liberais obtêm seis votos (no ano seguinte o número é acrescido para nove) e têm nomes indicados para a comissão de exame do Tesouro. E outros suplentes vêm aumentar a minoria, como se vê com a entrada, em julho, do representante de São Paulo, Gabriel Rodrigues dos Santos, que terá grande atuação nos debates. Bernardo de Sousa Franco conta com vários e bons companheiros. A minoria, levantando algumas teses importantes, de cunho liberal, consegue por vezes arrastar conserva-

dores, como se vê na extensa discussão do problema do julgamento de crimes militares, em que o debate foi empolgante e continuado. O Gabinete empenhava-se no projeto: em segunda discussão, dia 1º de setembro, houve 54 pronunciamentos a favor e 24 contra. Já não havia unanimidade.

Questão viva do ano foi a política externa, com os desencontros na área do Prata. Ela aparece na resposta à Fala do Trono e no debate do orçamento. Era aí, sobretudo, que se apresentavam as questões políticas. A Fala do Trono, sóbria e quase sempre desinteressante, por anódina, devia ter a resposta do Parlamento. Manifestava-se, então, o apoio à política do Gabinete, consagrando-se com elogios quanto a referida fala contivesse; a suspeita ou a negação na resposta significava que o Ministério não tinha apoio na Câmara e a conseqüente necessidade de alteração política. A Fala era uma peça ministerial. Era o momento em que o espírito oposicionista se manifestava, nas críticas, reservas ou censuras, que apareciam da parte da minoria e mesmo de governistas, discordantes de algum ponto do Governo ou de alguma de suas figuras – certo Ministro ou Presidente de Província menos simpático ao Deputado ou Senador. Outro momento em que as questões políticas eram afloradas e debatidas com profundidade era na discussão do orçamento, principal trabalho legislativo. Concedendo ou negando recursos, seja em bloco ou em determinado ministério, nas justificações vem toda a matéria política, não só a administrativa. Comentários à fala ministerial, orçamento, fixação das forças de terra e mar eram as grandes questões a ocupar os parlamentares. Além desses momentos fundamentais das sessões, certos problemas com muitos reflexos políticos levavam ao exame dos mais importantes assuntos do Estado, como os direitos dos cidadãos, as liberdades públicas, as prerrogativas regionais, os programas partidários. Foi o que se viu, nessa legislatura, com os debates sobre as incompatibilidades eleitorais ou os julgamentos de crimes militares em tempo de guerra externa.

Disputas partidárias

Foi este, sem dúvida, o principal ponto de disputa na Câmara em 1851. Sobre a matéria profere o mais longo discurso – e o ano é fértil em discursos longos – o oposicionista Gabriel Rodrigues dos Santos, em 30 de agosto. Como sempre acontece nesses casos, o deputado afasta-se do tema e faz digressões políticas. Trata da grave crise no sul do continente, com as disputas platinas, que vê como uma guerra já em curso. Em defesa da honra e interesses do Brasil, não só os saquaremas são chamados, mas também os liberais: "É mister que assentemos em idéias sobre o procedimento dos partidos nas questões internacionais." Lembra, então, o comportamento do passado de conser-

vadores e liberais, notadamente os seus erros, que devem ser esquecidos. Insurge-se contra os levantes armados internos que tanto desagregam o país. Evidentemente o orador é aparteado, como se vê com Silveira da Mota, como ele representante de São Paulo, mas conservador, que lhe aponta com censura as revoltas liberais (é lógico que pensa, sobretudo, nos episódios de 1842). O liberal fala dos efeitos negativos do "regresso das liberdades públicas" sempre que esses movimentos se verificam; em resposta às lembranças pouco amáveis do passado, que faz o aparteante, lembra-lhe que também ele e seus correligionários têm "um passado onde sobram erros e imprudências e que vossos adversários também têm memória". O discurso, se é uma queixa do Ministério, ante o projeto de julgamento de crimes militares em tempo de guerra externa, é sobretudo uma palavra de conciliação, que já aparecera no ano anterior, aparece no seguinte e sobretudo em 1853, prenúncio da mudança que então se consagrará:

> "É quando, em que ocasião tenta o Ministério facilitar a compressão e o extermínio de um partido político? É justamente na quadra mais crítica e mais solene para o Império que tem havido depois de 24 anos; é quando os mais palpáveis e palpitantes interesses da nação exigem uma trégua em nossas lutas intestinas, para que possamos sair triunfantes dos perigos que nos cercam."

O certo é que se trabalhava para aproximação entre elementos antes desavindos, só ficando de fora os que persistiam na afirmação de seus juízos e atitudes extremados. Se o Governo foi enérgico durante o movimento de Pernambuco, obtida a paz anistiou os rebeldes. O esgotamento liberal e as questões platinas, superados os rancores, levavam à conciliação. Como lembra muitos anos mais tarde, em suas *Memórias,* o Conselheiro Pereira da Silva, antigos liberais passam a colaborar na vida administrativa, como se vê com José Maria da Silva Paranhos, que aceita posto diplomático; Joaquim Antão Fernandes Leão e João Duarte Lisboa Serra prestam serviços na área da Fazenda; Francisco José Acaiaba Montezuma aplaude a política que se segue e é escolhido senador pela Bahia; o antigo panfletário Sales Torres Homem também está com o Ministério; o chefe histórico Limpo de Abreu coopera no Senado e na política externa. Alguns dos grandes nomes do partido adversário estão afastados da política, como se vê com o mineiro Padre José Antônio Marinho, agora dedicado a colégios no Rio; outro mineiro rebelde, Teófilo Otoni, entrega-se a empreendimentos pioneiros de navegação e colonização em sua Província;

o pernambucano Urbano Sabino Pessoa de Melo trabalha como advogado. Muitos outros, não ocupando cargos públicos e fora do Parlamento, entregam-se aos seus negócios, seguramente esperançosos de melhores tempos. O Partido Liberal está na sombra.

Queixas ministeriais

Em 1852 sofre modificações o Ministério. Há muito que o Gabinete desejava afastar-se. Longo e bem fundamentado pedido de exoneração já havia feito em 15 de novembro de 1851: historiava-se aí a vida política desde a abdicação de D. Pedro I, com as dificuldades de Governo na época da Regência, pela exaltação de uns e inexperiência de outros; a Maioridade, em vez de pacificar os ânimos, dividiu-os mais ainda; o qüinqüênio liberal organizava o país em consonância com os interesses partidários. O Gabinete que então deseja afastar-se, iniciando-se em 29 de setembro de 1848, tem amplo trabalho pela frente; como não deseja manter a mesma linha de ação marcada de partidarismo, acaba por desgostar os próprios correligionários, sem conquistar os oponentes. É que não se dispõe a fazer política pessoal, de vinditas, indenizações ou recompensas. O Ministério, pois, ao fim de mais de três anos de lutas e trabalho, está gasto e deseja ser substituído, pois não pode incumbir-se de fazer as próximas eleições e enfrentar a Câmara futura.

O documento é rico de reflexões e deve ser considerado sincero. Depreende-se dele certa melancolia pela vida pública, pois "os ministérios entre nós gastam-se muito depressa, e o tempo, em vez de lhes trazer aderentes, desfalca-os", ou "não há nada que desanime e canse mais, pelas dificuldades e desgostos que o acompanham, do que o exercício do lugar de Ministro entre nós". Depreende-se também o desejo de conciliação política, pensamento que se fortalece cada vez mais, como se vê na afirmativa de que "quando em vez de irritar, convém acalmar" ou de que é preciso "restabelecer nos seus devidos foros o justo e o honesto", não fazendo das mercês e dos empregos moeda eleitoral.

Apesar de datado de 15 de novembro de 1851, a exoneração pedida só é dada alguns meses depois, em maio de 1852. O Imperador tinha motivos para conservar ainda o Ministério, não só por estimá-lo como por conveniências. O Gabinete de 29 de setembro de 1848 é assim o mais longo de todos os que haviam funcionado, até então, com mais de três anos e meio. E sua substituição será apenas parcial, pois só se renovam três ministros, mantendo-se os outros três. Teria sido chamado o "Ministério das Águias", nome expressivo do reconhecimento do seu valor.

Mudanças de Gabinete

Em 11 de maio constitui-se o novo Gabinete, sob a Presidência de Joaquim José Rodrigues Torres. A

situação é a mesma, de domínio do partido conservador. O Ministério é em grande parte mantido. Rodrigues Torres era Ministro da Fazenda, no Gabinete anterior, continuando com a pasta, juntamente com a Presidência do Conselho; Paulino José Soares de Sousa já era Ministro dos Estrangeiros, como Manuel Felizardo de Sousa e Melo era Ministro da Guerra. Três Ministros, portanto, pertenciam ao Gabinete anterior. O Ministério renovou-se pela metade, uma vez que só apresenta três nomes novos: José Ildefonso de Sousa Ramos, em lugar de Eusébio de Queirós, na Justiça; Francisco Gonçalves Martins, na pasta do Império; Zacarias de Góis e Vasconcelos, na Marinha.

Essa mudança de três Mministros causou estranheza sobretudo aos liberais, que não a entenderam no primeiro momento. Julgar que D. Pedro II já está maduro para o exercício da autoridade; comenta-se que ele se sobrepõe aos Ministros, não lhes concedendo a necessária autonomia. Falava-se antes no grupo de áulicos que cercava o Imperador e o dominava; agora já se fala no poder pessoal que tende à exacerbação. A muitos parece irregular a constituição do novo Gabinete, por contar dois Deputados e quatro Senadores, como a do anterior já lhes parecia, pois contava só um deputado; para eles a composição era antiparlamentar, como afirma Bernardo de Sousa Franco na sessão de 17 de maio, em que deseja saber as causas da demissão do Ministério anterior, as razões de ser o atual constituído de três Ministros novos e três antigos e qual a política que se vai seguir. Não aceita as razões dadas no Senado de que os três ministros que se retiraram o fizeram por cansaço, quando o Gabinete parecia e se dizia tão forte.

Os Ministros do Império e da Justiça reafirmam o que o Presidente do Conselho disse no Senado: que os Ministros do antigo Gabinete que se afastaram o fizeram por cansaço. O que se diz aí e em outros discursos é, em linhas gerais, o que consta do pedido de exoneração de 15 de novembro de 1851, já lembrado. Quem dá a resposta mais importante à questão levantada pelos liberais é Eusébio de Queirós, ex-Ministro da Justiça, e cujo afastamento mais intrigava a oposição. Em aparte ao discurso do novo Ministro da Justiça, no mesmo dia 17 de maio, explica a organização do Gabinete de que fizera parte; concorda em que sua estrutura não era a melhor, pela falta de equilíbrio entre Deputados e Senadores, provocada pela nomeação de deputados, que eram Ministros, para o Senado; diz que várias vezes apresentou o problema ao Imperador, a fim de evitar críticas, mas D. Pedro pedia-lhe a continuidade, na qual ele e os companheiros concordavam pelos problemas da política externa. Resolvidos

estes, "creio que nos era lícito atender ao defeito de organização do Ministério, e mesmo ao desejo tão natural de descanso". A demissão foi pedida por todos, e o Imperador chamou Rodrigues Torres, Ministro da Fazenda, para organizar o Gabinete, instando o novo chefe para que todos continuassem, o que entretanto não obteve. Essas as explicações dadas: não teria havido crise política no antigo Gabinete. Sabe-se, porém, que não se contava toda a verdade, pois havia um problema político, que era o desejo de fazer ministério mais flexível, com vistas a uma futura conciliação, afastando-se assim uma figura bem marcada de conservador como Eusébio, que dividia muito as opiniões. É o que diz o Deputado paulista Joaquim José Pacheco, agora do lado liberal, logo em seguida: os Ministros que se afastaram (Eusébio e dois companheiros) eram acusados de menos moderação, enquanto os que permaneceram eram vistos como moderados.

As duas fases da situação conservadora

Na mesma sessão de 17 de maio, antes de Sousa Franco, discursa o novo Ministro do Império, Francisco Gonçalves Martins, sobre o Gabinete. Diz concordar em que é inadequada a mudança de Ministério no início da sessão, pois tudo tem de começar de novo (de fato, falando mais tarde, em 6 de julho, diz ser "hóspede ainda" na repartição, pois fica sem tempo, no período de reuniões da Câmara, de informar-se de tudo), dá balanço favorável dos trabalhos da presente situação política, constituindo como que a sua primeira fase: a ordem, perturbada pela revolução de 1848; o tráfico; a febre amarela; a necessidade de organização do Exército no Sul, pelas complexas relações com os países vizinhos. E lança o que vai ser de fato o principal trabalho do Ministério, que se estende até 6 de setembro do ano seguinte, na segunda fase da situação conservadora: "Na época atual, os melhoramentos do país devem ocupar os principais cuidados da administração." Nesse sentido trabalhará o Governo agora, livre dos impedimentos antigos, externos e internos. Sua política, ainda que inspirada pelos mesmos ideais antigos, pode ser outra, uma vez que a situação é outra: não se obriga à conservação de tudo que existe, pode reformar as leis que julgar impróprias.

O Ministro da Justiça José Ildefonso de Sousa Ramos também trata do programa do novo executivo; pela sua constituição, com três Ministros antigos e três novos, cujas opiniões são bem conhecidas, ocupantes que foram de postos em que se definiram no plano político e administrativo, conclui que "o Gabinete atual não pode ser senão o continuador da política do Gabinete de 29 de setembro". Sousa Ramos foi o único Ministro que se afastou: em 14 de junho de 1853, foi substituído por Luís Antônio

Barbosa, constando que por dificuldades ante um desembarque de escravos nas praias do Bracuí, perto de Angra dos Reis.

A explicação do Ministro da Justiça Sousa Ramos não satisfaz a todos, pois muitos alegam que não basta o nome do Ministro para que se veja qual a política que vai ser seguida; as opiniões podem ser alteradas pelas conveniências superiores, quando se passa de um posto administrativo menor ou de deputado ou senador a ministro. É o que diz Joaquim José Pacheco, por exemplo, que espera o novo Gabinete não seja o continuador do antigo, para evitar que cometa os mesmos excessos a que foi aquele conduzido por suas paixões políticas, interferindo em eleições como fizera em São Paulo, na escolha de senador, na Presidência de Nabuco de Araújo. Foi por não concordar com a política do antigo Gabinete que gente como ele, o Deputado Joaquim José Pacheco, foi aos poucos passando do grupo da maioria para a oposição.

O Ministro da Marinha, Zacarias de Vasconcelos e Góis, também fala em que não há mudança de programa, pois os nomes são quase os mesmos. E lembra que há harmonia entre os membros do Gabinete: o fato de ter votado diferentemente de seus companheiros antes, como se deu no seu próprio caso, votando contra o projeto do Governo sobre crimes militares em tempo de guerra, no ano anterior, em nada cria problema; o antigo projeto é lei, o Ministro tem que aceitá-la e cumpri-la.

A sessão de 1852

Os debates do ano de 1852 são os de sempre: política e administração, quando da resposta à Fala do Trono, a propósito do orçamento e outras questões particulares das quais se passa às digressões de ordem geral. Entre elas, a mais significativa do ano foi a que tratou da repressão ao tráfico e das medidas tomadas pelo Governo e do procedimento da oposição liberal, tudo provocado por uma nota infeliz publicada por diplomata inglês no Rio, da qual se falará mais adiante. Episodicamente aparecem as palavras de conciliação, pois o Gabinete prepara o terreno em que a idéia vai frutificar no ano seguinte. Não há assunto, por mínimo que seja, que não se focalize. Assim, no caso do orçamento, o protesto de Manuel de Melo Franco, em 7 de julho, contra os gastos de centenas de contos para a vinda de atores e atrizes e companhias de canto ou baile para se exibirem nos teatros da capital do Império. O mesmo Deputado, antes, em 2 de junho, discutindo a Fala do Trono, já afirmara enfaticamente que a Corte do Rio de Janeiro "é a única coisa que vale neste mundo chamado Brasil". A vinda de artistas europeus custa muito e só favorece o grupo mínimo da Corte, enquanto as Províncias "gemem na miséria". Definição típica do liberalismo da época, com refe-

rências a Quesnay, Adam Smith e Bastiat, é feita em 25 de agosto, em discurso em que o Deputado Morais Sarmento, do Rio Grande do Norte, critica a autorização de crédito de 50 contos para despesas com exames e ensaios que tenham por fim melhorar a cultura da cana e o fabrico do açúcar: para ele, é espoliação feita aos outros o crédito que só beneficia a produtores de açúcar, "comunismo perigoso"; teorizando, diz o Deputado que "o comunismo não é outra coisa mais do que o nivelamento das fortunas de todos os indivíduos por meio da espoliação". Fundando-se sempre em Bastiat, é contestado pelo mineiro Paulo Cândido, que lhe lembra que "o Sr. Bastiat não é evangelho". O mesmo Deputado Morais Sarmento, já em 10 de abril de 1850, fizera pronunciamento vigoroso contra edital do Chefe de Polícia da Corte taxando preços de carros, caixões e outros objetos funerários, provocado certamente pela especulação pelo excesso de uso do gênero com a terrível epidemia de febre amarela: "Estes editais violam abertamente o artigo da Constituição que diz que o direito de propriedade é garantido em toda a sua plenitude." A defesa da corrente liberal contra o que parece extremismo é muito rara então: aparece nesse debate sobre crédito para auxílio à produção do açúcar, como aparece em 1853, dia 7 de julho, em discurso do pernambucano Francisco Carlos Brandão sobre o comércio, na defesa do patrício contra o estrangeiro, proteção ao comerciante do país para que ele não seja abafado, velho problema que se arrasta e é levantado sobretudo em Pernambuco, pelo domínio do comércio pelo português (o estrangeiro na verdade é quase só ele): o Deputado recebe aparte do baiano Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que acha que essas medidas de proteção, sem mais, podem ser consideradas como socialistas.

As eleições e a nova legislatura

Em 1852 realizar-se-ia a última eleição de conformidade com a Lei nº 387, de 19 de agosto de 1846, para constituir a nova legislatura, de 1853-56. Se a eleição anterior fez uma Câmara quase unânime – só um liberal veio eleito, aos poucos viriam os outros, com a convocação dos suplentes –, a nova foi ainda mais rígida. Os 113 deputados eram conservadores. O reconhecimento de poderes foi menos pacífico que na legislatura passada. Apresentaram-se embargos sem conta, às vezes por infrações mínimas da lei eleitoral, como se deu com a de Caçapava, no Rio Grande do Sul, em que não houve a missa, como manda o artigo 27 da lei eleitoral, "por se não querer a isso prestar o vigário".

A nota de sensação foi a recusa de reconhecimento de Bernardo de Sousa Franco, pelo Pará, que originou caso que deu muito o que falar. O parecer da comissão foi pelo não-reconhecimento dele, mas de outro, con-

servador. Vários discursos foram feitos, sobretudo em defesa daquele que seria o único oposicionista eleito. Entre todos, causou sensação o proferido por Nabuco de Araújo em 2 de maio de 1853: a favor de Sousa Franco, não só porque ele foi realmente eleito, como por ser da conveniência do sistema representativo que não haja unanimidade, para que se contrastem as opiniões dos políticos que militam no país. O deputado vai além: acha que como a única força de influência é a autoridade, "porque não há outros interesses que se possam sotopor a ela", seria de interesse do Governo insinuar ou mesmo apoiar a eleição de "oposicionistas esclarecidos e moderados",

> "porque desta maneira se dava um passo para a aproximação e conciliação dos partidos, desta maneira se colocava o país nas verdadeiras condições do sistema representativo, que não pode deixar de morrer, de ficar falseado pela unanimidade".

Nabuco de Araújo traduziu bem em seu discurso o estado da nova legislatura, propícia à conciliação que se faria em setembro. Mais importante é que previu que a unanimidade provocaria o surgimento de oposição dentre os próprios conservadores, como também logo se observaria:

> "A Câmara sente bem os perigos da unanimidade, porque em verdade, além de tudo mais, quando não tivermos o inimigo em frente, naquelas cadeiras, havemos de dilacerar-nos e dar um triste espetáculo à oposição."

A emenda que apresentou, no sentido de que fosse reconhecido deputado pelo Pará Bernardo de Sousa Franco, não foi aprovada; a Câmara, entretanto, custou a pronunciar-se sobre o caso, só o fazendo em 16 de maio. Antes, numerosos incidentes marcaram a questão, como a tentativa do famoso liberal de empossar-se na sessão preparatória de 23 de abril, com um diploma dado pelos vereadores de Belém. Afinal, Sousa Franco seria convocado como suplente, mas só em 1855, para breve passagem, pois foi eleito e escolhido senador, ainda no mesmo ano.

Formação da dissidência

A nova legislatura, nos primeiros dias, parece tranqüila, quase apática. A oposição liberal está presente no Senado, fazendo-se sentir em discursos violentos. Seria breve o clima de mornidão na Câmara. Já no mês seguinte a aparência é outra. Eusébio de Queirós, em 2 de junho, critica as respostas à Fala do Trono: acha que a resposta deve ser uma palavra de agradecimento, não uma crítica à administração,

oportunidade para provocar crises com o gabinete. A resposta a essa idéia é dada dia 4 por Pereira da Silva, que defende o estilo tradicional, em que se trata de tudo, "pois é nesse momento que se colocam frente a frente a Câmara e o Trono".

A previsão de Nabuco de Araújo cumpriu-se mais rapidamente que se podia pensar. Ainda que todos os Deputados sejam do Partido Conservador, fração expressiva insurge-se contra o Ministério, criando interessante crise. Nasce, de momento para outro, a "oposição parlamentar", que conta com número expressivo de Deputados: quase toda a representação de Pernambuco, mais Domingos José Nogueira Jaguaribe e Raimundo Ferreira de Araújo Lima, do Ceará, Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, suplente do Rio Grande do Norte; Manuel Joaquim de Mendonça Castelo Branco, de Alagoas; predominantemente nordestina, conta também com elementos de outras áreas, como Joaquim Otávio Nébias, de São Paulo, ou Francisco Carlos de Araújo Brusque, do Rio Grande do Sul, sem falar nos suplentes convocados, que também a integram, como Joaquim José Pacheco e Martim Francisco Ribeiro de Andrade, de São Paulo, bem como outros.

Críticas ao Ministério

Em violento discurso no dia 4 de junho, o Deputado Figueira de Melo censura o Gabinete pelos excessos, pela influência em eleições, fazendo senador por uma Província quem nem mesmo a conhece, impedindo que os Presidentes sejam eleitos pelas Províncias que governam, mas elegendo-se por outras, ministros disputando cadeiras no Senado, como se deu com o da Justiça, José Ildefonso de Sousa Ramos, que se elegeu senador por Minas. A propósito do último caso, firma doutrina:

> "Se há imoralidade em que um presidente se faça eleger pela Província que governa, também há imoralidade em que um ministro se faça eleger por qualquer província do Império enquanto estiver com a pasta, porque o presidente está para a sua Província como o ministro está para todo Império."

Figueira de Melo retira apoio ao Ministro da Guerra, por irregularidades, lembrando jornal que dizia que eram tais os negócios no Arsenal da Guerra que a repartição era chamada Empenhópolis. Vota contra a resposta à Fala do Trono, acha que o Ministério deve sair, pois ninguém o quer.

Outro oposicionista que se distingue é Raimundo Ferreira de Araújo Lima, representante do Ceará. No dia 10 de junho discursa contra o Gabinete, que "não tem, na própria maioria que o sustenta, o apoio que

lhe é necessário". Lá se fala em maioria e oposição. Critica com violência o que se vem fazendo com o Senado, com a escolha de pessoas sem base na Província, apenas por serem queridas do Governo:

> " ... pelo teor por que as cousas vão, em breve será chamado, não o Senado brasileiro, senão o Senado do Rio de Janeiro, porque o Governo tem traçado um círculo de ferro dentro do qual só entram os predestinados por sua onipotência. Chamado o Senado pela natureza de constituição a moderar muitas vezes o movimento rápido do progresso que é representado nesta Câmara, que força terão esses anciões respeitáveis para combater os excessos dos representantes temporários se não tiverem raízes nas Províncias, se todos ou quase todos forem do Rio de Janeiro?"

O deputado diz que o Governo afasta seus aliados, cria sérios problemas regionais. Ataca o Gabinete e defende o Partido Conservador.

Afinal, é votada a resposta à Fala do Trono, que tem 69 votos de aprovação e 22 contra. Se o número de votos adversos não é tão alto, é de gente combativa e disposta, de modo que a situação do Gabinete é difícil. É votação expressiva, pois como os votos contra significam recusa do Gabinete, é prova de que já existe apreciável oposição. E o importante é que essa não se constitui por gente do partido adverso – os suplentes convocados, entre os quais havia liberais, eram em número mínimo –, mas do próprio partido no Governo, que apresenta minoria oposicionista. A oposição parlamentar ocupa-se preferentemente de alguns Ministros, reforçando o ataque em Francisco Gonçalves Martins, do Império, e Zacarias de Góis e Vasconcelos, da Marinha. Problemas regionais, pequenas queixas, muitas vezes motivos subalternos, explicam a virulência da oratória oposicionista. Entre os seus temas constantes está a idéia de conciliação, que é defendida de diversas maneiras. A situação não deixa de ser paradoxal: querem a conciliação de partidos ou falam mais nela exatamente os que fragmentam o partido de que fazem parte.

Desejos de conciliação

Os choques de opinião continuam. Em 27 de junho faz importante discurso José Antônio Saraiva. Parece-lhe que não há motivos para oposição, uma vez que os motivos que a provocaram são mínimos. É sem sentido atribuir todos os males ao Governo, como faz quase sempre a oposição, pois é necessário estudar o país de maneira mais proveitosa. Só a oposição vê o poder no Governo, enquanto os amigos do Governo se queixam da falta de apoio do mesmo Governo aos seus amigos.

> "O Governo procede muitas vezes mal; porém em nosso país os males têm vindo mais do Governo como expressão de um partido do que do Governo como um ente separado dos partidos, e vivendo somente de suas aspirações como governo."

Saraiva julga que o país carece de reformas básicas em seus hábitos, para as quais convoca a oposição, com seus projetos. Vários dos membros da minoria alegam que não têm obrigação de tal procedimento: a oposição assim é só para criticar, não para colaborar. Quanto às queixas da minoria sobre excessos em eleições, lembra que justas eram as críticas feitas pelos liberais, não as da minoria da Câmara, fração do partido conservador, pois muitas das queixas liberais incidiam exatamente sobre deputados que hoje integram a minoria. No reconhecimento das eleições havidas mantiveram-se em silêncio, para só falarem agora. Que os liberais reclamam, compreende-se; quanto às reclamações de agora, já é menos razoável acompanhá-las. Para o representante baiano passou a fase dos extremismos partidários. Deve-se pensar na conciliação, pela qual entende que é

> "a política que respeita todos os direitos, acata todos os interesses legítimos, e que dá ao mérito daqueles que têm opiniões políticas diversas o apreço que deve sempre merecer".

O orador vê casos de conciliação em quase todo o país, reservando-se apenas quanto a Pernambuco: "Na Bahia, passada a efervescência dos interesses eleitorais, nem se sabe quem é oposicionista ou governista." Conclui com um programa de conciliação:

> "Porventura querem os deputados que o Governo procure a conciliação dos partidos fazendo chapas para deputados com nomes de liberais e de saquaremas. Isto é conciliação dos partidos quando eles transigem com seus princípios, ou tiverem menos ódio uns aos outros. Isso seria um absurdo: o Governo não faz chapa, os partidos é que fazem a eleição, é que podem conciliar-se sobre esse ponto."

A gravidade da situação é apontada pelo Ministro da Marinha Zacarias de Góis e Vasconcelos, em 30 de junho:

> " ... esse partido compacto, que aspecto tomou no princípio desta legislatura? Esse partido, ou fosse pela saciedade, que produz o uso prolongado do poder, ou por outra circunstância que não me cabe averiguar, sentiu

rasgar-se-lhe o seio para dele sair, com o caráter de oposição, uma minoria; e então travou-se uma luta, não entre princípios políticos de um lado e princípios políticos de outro, mas uma luta semelhante às guerras intestinas, e às dissensões domésticas, que são as piores de todas as lutas, porque nelas tudo se compromete, tudo se arrisca, e até os mais íntimos segredos confiados à amizade são arrojados à praça pública."

A contar daí, os debates feridos tratam eminentemente do problema da conciliação. Raramente se apresenta a idéia de sua inconveniência, mas quase sempre a busca de uma forma para sua realização. Assim é que no dia 28 de junho fala o Deputado do Pará, Pimenta de Magalhães, que diz não entender o que se pretende, porque a palavra conciliação "traz consigo a idéia de união entre pessoas que tinham pensamentos opostos"; entende, sim, conciliação na Câmara pelo fato de que todos os deputados se dizem saquaremas. Em 6 de julho fala Barbosa da Cunha, de São Paulo, que apóia a conciliação se ela é justiça, moderação, mas, se é a idéia de que os partidos se devem fundir em um só, tem de recusá-la como "utopia pouco digna". São naturais os dois partidos: se têm diferenças pronunciadas, não é possível que se conciliem sem transigências e sacrifícios recíprocos. Em síntese, entende

"que é um engano o que se supõe sobre o estado dos dois partidos. Nós, do Partido Conservador, podemos entrar em decadência se continuamos a nos dividir; porém o partido da oposição não está morto, ou transformado, como se diz; está fora das posições oficiais (...), mas, apesar de estar momentaneamente em repouso, ele nos espreita, observa-nos, e se por nossos erros ou nossa divisão ele conquistar o poder, a sociedade terá de sofrer grandes abalos, principalmente se as crenças dos conservadores se forem arrefecendo por desgosto ou estiverem mortas pelas concessões feitas a seus adversários".

A ponte de ouro

No mesmo dia 6 de julho a matéria seria considerada por Nabuco de Araújo, em discurso admirável como lógica e como estilo, que ficou chamado de "ponte de ouro". Trata da política de Pernambuco, tão complexa, bem como da política geral, "nesta época em que todos os espíritos generosos e patrióticos mostram tendências para conciliação". Julga ser possível, sem desdizer os princípios do partido conservador, fazer concessões ao espírito de reforma para

atrair "os homens honestos, inteligentes e moderados do partido adverso". E doutrina:

> "Eu entendo que é preciso fazer alguma concessão no sentido que o progresso e a experiência reclamam, para que mesmo o orgulho e o amor-próprio não se embaracem ante a idéia de apostasia; para que a transformação seja explicada pelo novo princípio, pela modificação das idéias. A conciliação como coalizão e fusão dos partidos, para que se confundam os princípios, para que se obliterem as tradições, é impraticável, e mesmo perigosa, e por todos os princípios inadmissível; porque destruídas as barreiras do antagonismo político as opiniões se opõem reciprocamente, postas em comum as idéias conservadoras e exageradas, estas hão de absorver aquelas; as idéias exageradas hão de triunfar sobre as idéias conservadoras; as idéias exageradas têm por si o entusiasmo, as idéias conservadoras somente a reflexão; o entusiasmo é do maior número, a reflexão é de poucos; aquelas seduzem e coagem, estas somente convencem. A História nos diz que nestas coalizões a opinião exagerada ganha mais do que a opinião conservadora. Ouvi com repugnância uma idéia proferida nesta Casa, que os partidos por si é que se deviam conciliar; que o Governo devia esperar que os partidos se conciliassem. Entendo ao contrário que a conciliação deve ser a obra do Governo e não dos partidos, porque no estado atual se os partidos por si mesmos se conciliarem será em ódio e despeito ao Governo; e a transação, versando sobre o princípio da autoridade, não pode deixar de ser funestíssima à ordem pública e ao futuro do país. Se a idéia é boa, o Governo então deve consentir que outros se aproveitem dela em seu prejuízo."

Continuando, mais adiante afirma que "ao Governo não interessa criar inimizade, mas compô-la". Estava lançada a "ponte de ouro" para o entendimento entre os Partidos e entre os Partidos e a Coroa.

Reservas à conciliação

Em discurso do dia 9, que é evidente resposta a Nabuco de Araújo, o baiano João Maurício Wanderley trata de política geral e sobretudo da conciliação. Critica a oposição na Câmara, mostrando sua inconsistência. Se por conciliação se entende a igualdade de direitos para todos, é a Constituição que a determina. Se significa, entretanto, que os postos de confiança e o Ministério sejam partilhados por quem não segue os princípios do Governo, é uma traição e um obstáculo à marcha dos negócios públicos. Ela pode ser útil em certos momen-

tos, como se via então na Inglaterra, mas como programa permanente era falseamento do sistema representativo. O partido em oposição prega o ideal conciliador, mas, quando chega ao poder, a conciliação vira logração. Foi o que aconteceu em 1848, quando os conservadores não estavam no Governo e pregaram a conciliação, e há de acontecer agora. Entende conciliação de pessoas, não de princípios. Diz observar entusiasmo pela idéia conciliadora no Senado, mas não tanto na Câmara, onde alguns deputados afirmam que a Conciliação é impossível em suas Províncias, nas quais "a oposição liberal esteve, está e continua a estar na mesma posição, não querendo avançar para eles". O realismo de Wanderley é incisivo:

> "Há também um engano, e muito sensível, nestas idéias; os ilustres deputados crêem que a conciliação faz-se com palavras (...) incorrem em um engano manifesto. Não regulemos a opinião da oposição pelo que diz um ou outro dos seus membros mais moderado. A verdadeira força da oposição não quer conciliação alguma no sentido em que ilustres deputados a desejam. Quer sim realizar as suas idéias subindo ao poder com toda a força que deve ter uma opinião que aspira a governar."

Além da minoria, constituída por conservadores que não apóiam o Gabinete e formam a "oposição parlamentar", começaram a aparecer os oposicionistas propriamente, liberais, convocados como suplentes. Joaquim José Pacheco vem por São Paulo, toma posse no dia 9 e já no dia 13 começa a trabalhar ativamente, como o fizera na legislatura passada. Alega que a conciliação, que "deve cifrar-se em reformas justas e razoáveis, e no sincero respeito dos direitos de todos", é fácil para qualquer ministério, mas não para o atual: "e quererá a maioria conciliação? Ela que não procura conciliar os seus"? Outro representante paulista, o liberal Martim Francisco Ribeiro de Andrade, também trata da conciliação, em 12 de agosto, dizendo que ela só é possível pela realização de certas reformas de interesse do país, pregadas pelos liberais.

O fim do Gabinete

É nesse clima em que os conservadores estão no poder, com maioria esmagadora na Câmara, em que há uma oposição parlamentar, formada sobretudo por conservadores, que não apóia o Gabinete; em que os liberais se agitam, mas estão dispostos a uma composição conciliadora, por certo esgotamento nas lutas em que se empenharam e pela ausência prolongada do poder, que o Gabinete de 11

de maio de 1852, presidido por Joaquim José Rodrigues Torres, chega ao fim, em 6 de setembro de 1853. Vai ter início nova situação, marcada pelo ideal conciliador, há muito acalentado como fórmula para os vários problemas nacionais. Inaugura-se a fase da chamada Conciliação.

Balanço do período

Em balanço do que foi a política conservadora de 29 de setembro de 1848 a 6 de setembro de 1853 – que compreendeu dois Gabinetes, o de 29 de setembro de 1848 a 11 de maio de 1852, sob a chefia de Olinda, no início, de Mont'Alegre depois, e o de 11 de maio de 1852 a 6 de setembro de 1853, sob a chefia de Rodrigues Torres –, deve-se notar que é dos períodos de maior vitalidade da história imperial. Destacam-se, entre seus maiores feitos, a lei do tráfico, a política do Prata, o Código Comercial, a lei de terras, a criação das Províncias do Amazonas e Paraná (aquela em 1850, esta já no final do Gabinete, a 29 de agosto de 1853), a liberdade de trânsito no Rio Paraguai, o impulso da política imigratória, com o estabelecimento de colônias, além de muitos outros dispositivos sobre o problema da escravidão, vida judiciária, diplomacia, circulação monetária, bancos, empreendimentos econômicos, sem falar na reorganização dos serviços – ensino, classes armadas, justiça, colonização, diplomacia, finanças –, em base mais racional. O esplendor da década dos 50, que tem sido destacado pelos estudiosos da história brasileira do século XIX, é, em grande parte, produto ou projeção dos dois Gabinetes conservadores.

A lei do tráfico: antecedentes

Entre todos esses feitos merece referência especial a Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, sobre a repressão do tráfico de africanos. Vinha de longe o problema: em 1813, procurava-se por um alvará humanizar o transporte de escravos, com recomendações sobre os navios e assistência. A carga humana era cada vez mais numerosa, para atender às solicitações crescentes do mercado. A Grã-Bretanha, antes campeã nesse comércio, passa a persegui-lo. Inúmeros Tratados são feitos com Portugal e o Brasil, desde o Tratado de Aliança e Amizade, de 1810, em que se prevê a diminuição gradativa do movimento. Em 1815, o governo britânico faz Tratados com várias nações européias, inclusive Portugal, regularizando o assunto. Muitas outras providências teriam que ser relembradas, se o propósito fosse traçar quadro completo. Quando do reconhecimento da Independência do Brasil, mais pressão é feita, desde 1823. Buscava-se extinguir o comércio, mas a realidade econômica o exigia. Leis vagas, como a de 7 de novembro de 1831, que estabelece que são livres os escravos ao desembarcarem no Brasil, não podiam mesmo ter

vigência. O comércio continua a ser feito, não obstante os bons intentos do Governo brasileiro e as perseguições britânicas. As disputas entre o Brasil e a Grã-Bretanha pela renovação do Tratado de Comércio de 1827, tão favorável a ela, acentuam o caso do tráfico, com intervenções cada vez mais ousadas do poderoso adversário, até que, em 1845 – logo após a recusa brasileira à continuidade dos privilégios alfandegários –, os perseguidores fazem a famosa Lei Aberdeen, que estabelece o apresamento de todos os navios suspeitos, com a subtração de sua carga e o julgamento dos responsáveis, tudo por autoridades britânicas, sem respeito à nacionalidade do navio. É evidente que o movimento aumenta, não só pelas necessidades do país como pelo temor do fim próximo das entradas. A média, de 1842 a 1845, foi de 20.825 por ano; de 1846 a 1849, de 55.124, com o máximo em 1848, quando foi de 60.000. A providência britânica provocou ressentimentos, e as relações diplomáticas entre os dois países ficam cada vez mais tensas.

Imposição da lei

O Governo percebia que era urgente enfrentar a questão: não lhe cabia, por simples ressentimento, fazer a defesa do tráfico, pois ele era insustentável, além de ser constituído em grande parte por interesses financeiros estrangeiros, notadamente portugueses. Em 1850, os Ministros do Império e Estrangeiros, Eusébio de Queirós e Paulino José Soares de Sousa, empenham-se no Parlamento pela supressão, que é obtida. É preciso que os conservadores realizem o feito, uma vez que os liberais defendem a idéia e D. Pedro II lhe é favorável. O único modo que o partido no poder tem de obter vantagem aos olhos do Imperador é realizando o que o adversário pede, de modo a tirar-lhe a causa.

Com base na Lei Aberdeen, os cruzeiros britânicos ousam cada vez mais. Incidentes se verificam, como o de Paranaguá, em junho de 1850, quando a fortaleza abre fogo sobre o britânico Cormorant. Em discurso de 15 de julho de 1850, na Câmara, o Ministro dos Estrangeiros responde a interpelações sobre o cruzeiro perseguidor e suas atividades em águas brasileiras. Paulino historia o tráfico, com erudição abundante, toca no problema que se suscita de extingui-lo, contestando insinuações políticas liberais de que os conservadores não resolviam o impasse. Segundo ele, a questão não é de partidos; se examinar, porém, as entradas, observa que são mais freqüentes sob os Gabinetes liberais que conservadores, não chegando, entretanto, a fazer aos adversários "esta injustiça": está convencido de que todos os Gabinetes têm desejado sinceramente suprimir o movimento. São interessantes as informações do Ministro sobre o número

muito alto de entradas nos últimos anos; como o movimento está reduzido ao Brasil e a Cuba; como a Grã-Bretanha gasta 650 mil libras por ano para manter o cruzeiro, tendo obtido o apoio de todas as nações européias e americanas. Ante tal adversário, que não pode ser vencido, além de razões internas, éticas e econômicas, esse comércio deve acabar. A discussão, entretanto, ainda se arrasta, apesar de vir de projeto do Senado desde 1837.

O assunto empolga a opinião pública, há muita afluência aos debates, provocando desaponto nas galerias o pedido de Eusébio de Queirós de reunião secreta para a matéria. Afinal, a 4 de setembro de 1850, a lei estabelece medidas para reprimir o tráfico, o que significa sua extinção. É curioso verificar que esse documento legal lembrava, em seu artigo 1º, que a importação de escravos é proibida pela lei de 7 de novembro de 1831. A importação, agora, é considerada como pirataria (artigo 4º).

Dificuldades de cumprimento

A batalha final seria a execução da lei: eram fortes os interesses feridos, uma vez que muito do parco capital brasileiro se empenhava no negócio. Sabe-se do empenho dos Ministros em dar cumprimento à medida, dirigindo-se às Presidências das Províncias – notadamente Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro – para reprimir as transgressões. Não foi fácil, entretanto, pois as entradas, embora muito reduzidas, continuaram a ser feitas. Somavam-se aí os interesses dos realizadores do negócio, dos fazendeiros, a opinião do povo, convencido da necessidade econômica da continuação das entradas, o rigorismo jurídico das autoridades do Judiciário (que consideravam irregular a lei), a exploração do sentimento nacional quanto às imposições do britânico no país. O poder dos traficantes era tal que eles podiam submeter muitas autoridades, assim como submetiam fazendeiros, que se arruinavam nas compras de escravos, forçados depois a ceder as próprias terras ao credor. Eusébio de Queirós não recuou diante desses potentados: como vários fossem portugueses, expulsou-os do país, sem se perturbar pela evasão de capital representada pela medida. Não era fácil, porém, destruir a máquina que se montara. Em 1853, o Gabinete da Conciliação, em seu início, apresenta projeto sobre julgamento de vendedores de escravos, de modo que a autoridade repressora fosse mais fortalecida que o era pela lei de 1850. O projeto vira a lei de 5 de julho de 1854. A vigilância era constante ao longo dos pontos importantes, mas não impedia eventuais desembarques. O último talvez tenha sido o que se verificou em 13 de outubro de 1855, em Serinhaém, Pernambuco, em barco português. O Governo procedeu com energia, interferindo em fazendas mesmo de potentados políticos,

para esclarecimento da situação. A representação diplomática britânica, no entanto, teve muitos momentos de pronunciar-se, exigindo impertinentemente explicações do Governo brasileiro.

Os britânicos e a política dos partidos

Vários problemas foram criados, pois cruzeiros inimigos apresavam ou destruíam navios em portos brasileiros, como se viu mais de uma vez. A imprensa da época e o Parlamento dão muitas notícias a respeito. A sessão legislativa de 1852, por exemplo, debate a nota do Sr. Hudson – James Hudson, representante britânico no Rio –, publicada pelos jornais, na qual se atribuíam todos os méritos da repressão ao cruzeiro fiscalizador, como se o Governo brasileiro fosse impotente ou desinteressado, tese que já fora muito sustentada pela oposição; a nota era tanto mais audaciosa por falar em que ele, Hudson, é que organizara o partido brasileiro para orientar a opinião contra o tráfico; ora, como os conservadores estivessem no poder, podia-se interpretar então a crítica liberal como inspirada ou financiada pelo estrangeiro, o que provoca ásperos debates no Parlamento.

A questão é levantada quando se discute o orçamento do Ministério da Marinha e a necessidade de adquirir vapores para a repressão do possível contrabando: a oposição liberal combate o crédito de 800 contos, pois já há embarcações e paz; diz o oposicionista Melo Franco que os liberais desejam a repressão, mas que a importância não será suficiente se o Governo não afastar autoridades que ele sabe que são traficantes. A nota da autoridade britânica foi explorada pelos conservadores, embora os liberais não se mostrassem atingidos por ela, pois tinham a consciência tranqüila de que não se comportavam por inspiração estrangeira, mas pelo oposicionismo comum.

O ponto alto do debate é o longo e admirável discurso de Eusébio de Queirós, em 16 de julho, ouvido com atenção e muito aplaudido, que tem resposta altiva de Sousa Franco. Vê-se, pois, que, apesar da lei, ainda por vezes se verificavam desembarques.

Os traficantes na Justiça

Além do problema criado pelo cruzeiro ou pelas autoridades britânicas no Brasil, deve ser referido o caso de reclamações na Justiça brasileira de pessoas que se prejudicaram com a medida e alegavam irregularidade no cumprimento da lei ou mesmo sua inconstitucionalidade. Demais, na opinião pública, amplos setores a condenavam, por contrária à economia nacional. Foi o que se viu na Bahia, por exemplo, em que os negreiros e seus cúmplices não eram condenados. João Maurício Wanderley, como Chefe de Polícia da Bahia, teve dificulda-

des enormes a vencer ante os desembarques de 1851. E o grave é que, depois das descobertas e diligências para apresamento, a autoridade da Polícia pronuncia os culpados, mas eles são despronunciados pelo Poder Judiciário. Como os negociantes são poderosos, podem sustentar a imprensa e criar a idéia de que se trata de perseguição por motivos políticos. A Relação da Bahia era generosa com eles, considerando-os perseguidos, de modo que o Chefe de Polícia e o Presidente da Província é que ficavam diminuídos em sua autoridade e vistos como prepotentes. Os juízes e os elementos policiais tinham opiniões diversas sobre a matéria, o que foi origem de choques do Executivo com o Poder Judiciário. E assistem-se então às lutas entre poderes, a traficantes presos considerados como vítimas da prepotência, a autoridades que cumprem a lei acusadas de atrabiliárias. O problema custaria a ser resolvido, com a extinção real do desembarque e o desaparecimento das susceptibilidades, quando se percebe que já não há outro caminho que o do trabalho livre, e o comércio negreiro é esquecido porque a defesa da escravidão tem que ser feita em outras frentes.

As questões platinas

A política externa do período não se resume ao tráfico – assunto das pastas dos Negócios Estrangeiros e da Justiça. Outro aspecto a ocupar o Governo é o das questões do Prata – matéria que deve ser objeto de capítulo desta obra, de modo que é dispensável tratá-la aqui. Sob a direção de Olinda, durante um ano, e depois de Paulino José Soares de Sousa, a pasta dos Negócios Estrangeiros viveu então importante e fecundo momento. O Uruguai, pequena e pouco populosa nação, recebia contingentes sucessivos de argentinos, em geral exilados por oposição ao governo de Rosas, o que originava muitos problemas, além dos que já existiam entre os dois países. No Uruguai e na Argentina houve intervenções francesas e britânicas. O Brasil devia assegurar a independência uruguaia e a livre navegação de rios, indispensável para o acesso ao Mato Grosso. Rosas criava dificuldades nos dois assuntos, exigindo atuação do Governo brasileiro.

Resolvido o problema do tráfico, o Brasil podia ousar mais na área platina, sem temer a interferência britânica, que certamente se verificaria sem aquela medida, uma vez que o governo britânico sempre procurava fortalecer a causa de Rosas, em grande parte pela hostilidade de ambos ao Brasil. A guerra entre o Uruguai e a Argentina impunha vigilância no Rio Grande do Sul, cujas terras eram freqüentemente invadidas, em assaltos e escaramuças. O Brasil precisava obter a derrota de Oribe, o chefe que pretendia voltar ao governo do Uruguai, com a ajuda de Rosas. Com esse

objetivo, entendeu-se com o governo de Montevidéu e com as Províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes, que se opunham a Rosas, bem como com o governo do Paraguai. Por intermédio de um particular – Irineu Evangelista de Sousa –, o Brasil financiou a resistência uruguaia a Oribe. As forças brasileiras, então, entram no país vizinho: Oribe evita a luta, refugiando-se na Argentina. Tratados de outubro de 1851 terminavam a luta no Uruguai. Firmava-se a independência desse país, bem como a liberdade de navegação no estuário do Rio da Prata. Só houve a lamentar que o Tratado de outubro de 1851, conduzido sobretudo por Honório Hermeto Carneiro Leão, fosse insuficiente, não prevendo complicações futuras, que de novo levariam à luta os dois países. E o político mineiro seria muito acusado por sua atuação.

A questão prossegue, agora, com a Argentina: Brasil, Uruguai, Corrientes e Entre-Rios estão unidos para a luta, uma vez que Rosas declarou guerra ao Brasil. Foi pronta a ação militar, por terra e água, de modo que em 3 de fevereiro de 1852, na batalha de Monte Caseros, Rosas foi abatido.

O Ministério dos Estrangeiros

A ação militar foi precedida, acompanhada e sucedida por entendimentos diplomáticos, em que agia Paulino José Soares de Sousa, sempre contando com agentes diplomáticos que estão entre os mais eminentes de nossa história. Lembre-se ainda o espírito de organização do Ministro, que o leva a dar nova ordem aos serviços de sua pasta: o corpo diplomático passa a ter outros contornos, com a diplomacia estabelecida em carreira, numa tentativa de racionalidade que foi pena não se efetivasse. Na mesma época, adiantam-se os acordos entre o Brasil e outras nações sobre problemas de fronteiras, enquanto se desenvolve a disputa sobre a livre navegação do Amazonas, que foi objeto de longa campanha nos Estados Unidos, que chegou a interessar o próprio governo daquele país: a firmeza da diplomacia brasileira evitou a aventura de alguns norte-americanos na Amazônia, até que o interesse se apagasse. Só mais tarde, quando julga maduro o momento para a concessão, sem perigos, é que o Amazonas é declarado livre.

Reflexos econômicos da lei do tráfico

Os reflexos da lei do tráfico são transcendentes na vida brasileira. O país dispunha de poucos capitais, que se investiam principalmente no comércio negreiro. Proibido esse comércio, o capital que se mantém no Brasil – muito dele emigra, com a deportação de portugueses traficantes, por exemplo – fica sem aplicação. Se é certo que ele pode ser conservado no negócio de escravos, agora no movimento interno, entre as Províncias, a maior parte tem que tomar

outro rumo. O espírito empresarial pode encaminhá-lo então para empreendimentos úteis: fábricas, estradas de ferro, bancos, companhias de todo tipo. O empresário que sabe aproveitar o momento é Irineu Evangelista de Sousa. A ação ousada desse homem tem base em parte na lei tarifária de 1844, chamada Alves Branco, que tem caráter fiscal e protecionista, embora mais fiscal que protecionista; se a lei se revelou insuficiente quanto aos dois objetivos, teve o mérito de colocar o problema em termos inteligentes, de modo a traçar orientação. A outra base para o desabrochar do espírito empresarial de Irineu é a lei do tráfico, com seu reflexo na economia, fazendo que apreciável emprego do restrito capital tenha que tomar outro rumo que não o comércio na África. Escreveu muitos anos depois, em 1878, na "explicação aos credores", o então Visconde de Mauá:

> "Reunir os capitais, que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio, e fazê-los convergir a um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país foi o pensamento que me surgiu na mente ao ter a certeza de que aquele fato era irrevogável."

O espírito empresarial

A fortuna disponível encontra-se pronta para novos investimentos. Vários fatores contribuem para esse surto de iniciativas da década dos 50: a medida protetora da produção nacional que é a tarifa de 1844; o fim das revoltas armadas – a Praieira encerra o ciclo; o sólido arcabouço das "leis reacionárias", que arma o poder central para o êxito na política. Há uma riqueza em permanente ascensão, que é o café, geradora de grandes capitais. Tudo, enfim, contribui para o clima de harmonização de interesses, em que se compõem mesmo os Partidos, abafando as episódicas e superficiais disputas na Conciliação. Parecia que todas as contradições da sociedade haviam encontrado equacionamento. É natural, pois, a impressão de desenvolvimento, de prosperidade. Multiplicam-se as iniciativas, não mais, como na Regência de D. João, sob o signo oficial, mas pelo capital particular, pelo investimento privado. As chamadas fábricas nacionais encontram-se no Rio e nas Províncias, para tecidos, chapéus, couros, vidros, rapé, cerveja, sabão. Em 1861 e 1866 realizam-se mesmo exposições industriais – fato significativo, apesar da modéstia do que se exibe e da falta de repercussão do acontecimento. O país parecia maduro, consolidado em sua organização, de modo que os indivíduos agiam, uma vez que o clima criava confiança. Constroem-se ferrovias e instala-se o telégrafo, em busca da integração nacional.

É a chamada "era Mauá", que se vê como tentativa de decolagem do Brasil para a indústria, quebrando ou sacudindo um pouco a rotina de uma sociedade estritamente rural. Irineu Evangelista de Sousa domina a década com seus trabalhos de industrial ousado, banqueiro, construtor de ferrovias, empresário de navegação, introdutor de inovações tecnológicas, político, diplomata. É o melhor símbolo da euforia de então, quando o país se lança à aventura econômica e financeira como se fosse a Grã-Bretanha ou os Estados Unidos. Ele tem os traços do grande empresário, o que se joga no negócio com crença, entusiasmo, domínio da situação, vencedor. É raro no Brasil essa figura que marca com traço forte a história do capitalismo, essa psicologia do pioneiro que é a criação de um sistema econômico. No Brasil de meados do século XIX, Irineu é quase aparição fantástica. Sua biografia é a história de um homem moderno em meio ainda acanhado, de industrial e financista entre agricultores e comerciantes tímidos. Demais, havia o receio generalizado de medidas mais audaciosas, com desconfianças e pavor de logro, sem falar na ausência de espírito associativo e na idéia dos políticos de que proteção a qualquer atividade é retorno aos monopólios do mercantilismo, agora inaceitáveis pela crença na virtude liberal. É razoável, pois, o temor e mesmo o espanto que causou, como é natural a incompreensão de que foi vítima, que o levou à falência e levou ao malogro muito do que pretendeu construir. O ambiente adverso – a tradição agrícola, os interesses latifundiários e comerciais, muitas vezes unidos ao capital estrangeiro – e a audácia, nem sempre contida pelo próprio empresário, explicam sua trajetória.

Irineu começa por adquirir, em 1845, a fábrica de barcos de vela que é a Ponta da Areia, em Niterói, simples alojamento com poucas e primitivas máquinas de fundição de ferro. A fábrica cresceu muito, produzindo tubos para encanamento das águas do Maracanã, depois para a empresa de gás, caldeiras para máquinas de vapor, guindastes, engenhos de açúcar, fez dezenas de navios que serviram para as lutas brasileiras no Sul. Foi o primeiro estaleiro nacional, de história acidentada, afinal perdido quando reformas tarifárias lhe retiraram a devida proteção. Irineu foi o banqueiro que financiou em 1850 a fabricação de velas de estearina. Foi o principal remodelador da fisionomia da capital do país, cidade de uns 180 mil habitantes, ainda pobre e mal-arrumada: fez o serviço de iluminação a gás, que substituiu os lampiões de azeite, o abastecimento de água. Em 1850 inicia o aproveitamento do transporte do rio Amazonas. Em 1853 inicia os trabalhos de construção ferroviária. E uma ação ampla e audaciosa, que cresce rapidamente, sem as necessárias precauções, conduzida afinal a

alguns malogros. O que importa fixar é o movimento que ela deflagra, renovador em sociedade rotineira: fica como exemplo, é marco de referência, semente que só germinará quando o país tiver alterado um pouco a sua estrutura.

O gosto das realizações materiais

Outra marca do período é o gosto pelos empreendimentos materiais. A própria Coroa o consignou em uma Fala do Trono. Generaliza-se o gosto pela iniciativa, pelo negócio, pela realização; há cuidados com a agricultura e com a indústria, a opinião é inflamada pelo progresso. Se a Coroa o assinala, também os Ministros e o Parlamento o discutem e festejam, a imprensa o examina e exalta. É o que se nota, por exemplo, na Fala do Trono de 3 de maio de 1851:

> "Esforcemo-nos em obter o concurso de todos para o bem de todos, preferindo a discussão de princípios abstratos de política à dos remédios para as primeiras e imediatas necessidades do nosso país."

Na Câmara, em 3 de junho, o Ministro da Justiça Eusébio de Queirós, em discurso eminentemente político, contestando o oposicionista Melo Franco, confessa:

> "Tendo de apresentar ao corpo legislativo o estado verdadeiramente lisonjeiro a que tem chegado o país, e que se revela por todas as maneiras por que a prosperidade pública pode fazer-se conhecer, já pela espantosa elevação da receita, já pelo desenvolvimento do espírito de empresa que tem entre nós chegado nestes últimos tempos a um ponto de que não havia memória, pois aparecem nada menos de três propostas para a navegação por vapor no rio Amazonas, e ao mesmo tempo quatro ou cinco para iluminação por gás corrente na Cidade do Rio de Janeiro, outras para estradas de ferro do Rio para Minas ou São Paulo, e isto quando se trata da navegação do Rio São Francisco e do Mucuri; já pela abundância de capitais, que têm chegado ao ponto por todos nós sabido, pois vemos os bancos conseguirem em poucos dias reunir capitais que antigamente não se conseguiam no espaço de meses."

É o que se lê, também, em muito da imprensa, como, por exemplo, nas cartas ao *Amigo Ausente*, publicadas no *Jornal do Commercio* em 1850 e 1851. Em 2 de março de 1851, sobre a empresa de iluminação a gás da capital, escrevia o correspondente:

"Viva o progresso de 1851! (...). É mais uma fonte de trabalho que se vai abrir, é mais uma indústria que nasce, é mais um melhoramento de asseio, comodidade e segurança pública. Avante! É esta a palavra da época em que vivemos, é este o voto de todos os brasileiros."

Em 23 de fevereiro de 1851, tratando da exposição industrial de Londres, assinala a falta de expressão do Brasil quando "o século XIX volta às suas tendências eminentemente utilitárias" e confessa "a paixão, que em mim é dominante, pelos progressos da indústria moderna". Diz que o brasileiro está farto de "decepções políticas" e passa a ter outros objetivos, promissor sinal de mudança:

"As tendências são todas para os progressos materiais do país. Numerosos privilégios se têm solicitado, e vão sendo todos os dias concedidos; e bem que nem todos vinguem, e nem esteja fora de toda a contestação a conveniência de alguns, revelam uma tendência que convém animar. As notícias de triunfos que a indústria por toda a parte consegue são hoje (quem há bem pouco tempo o diria!) as novidades que mais agradam e preocupam a população da Corte. Se os nossos governantes souberem explorar esta fertilíssima mina, muito ganhará o Brasil dentro em pouco tempo."

Em várias passagens dessa curiosa correspondência encontram-se referências ao assunto, na defesa dos chamados "materialões", que são os que clamam "por melhoramentos materiais para este pobre Brasil" (7 de junho de 1851), bem como na ironização dos imponderáveis, metafísicos, imateriais, que pensam em viver de essências ou de espírito.

Crença no futuro

Nos rápidos depoimentos da Coroa, de Ministros e da imprensa, vê-se qual a sensação dominante no início da segunda metade do século: a crença no futuro do país, na sua transformação, baseada no desenvolvimento material que superava a ordem arcaica e estagnante. As iniciativas econômicas e financeiras, com o gosto pelas novidades da técnica, com as estradas de ferro e caminhos em geral, fábricas de todo tipo, telégrafo, bancos, tudo parecia anunciar uma nova realidade que em parte se frustrou, uma vez que o país ainda não amadurecera para ela, eram ainda muito fortes as garras que impediam o vôo da modernização. A década dos 50, de qualquer maneira, ficaria como símbolo do anseio renovador: é ponto de referência na história da construção de um Brasil mais rico e afirmativo.

2. A CONCILIAÇÃO

Constância da idéia

O ideal da conciliação política é comum na história do Império, como na de toda a vida brasileira. É compreensível, pois quem está no poder deseja não ter problemas, busca a unanimidade consagradora, enquanto o que está na oposição pode desejar a simpatia e os favores das autoridades, para ter algum amparo. Tais tendências só não aparecem nos políticos extremados, que querem dividir, marcar com nitidez a posição, ou nos momentos de atitude exacerbada dos grupos. Desde a configuração dos partidos na Regência, quando liberais e conservadores se definem, que as lutas entre eles cansam. Os apelos às armas feitos pelos liberais, nos movimentos de mineiros e paulistas em 1842 e pernambucanos em 1848, revelaram a impossibilidade de resultado pela violência. Os liberais então desistem e, arrependidos e exaustos, não dispondo nem mesmo da unidade de vistas no partido, resolvem esperar por melhores tempos, não sendo insensíveis, pois, a eventuais participações na vida pública, que lhes fossem oferecidas. Se alguns conservadores intransigentes querem afirmar-se com o alijamento definitivo do adversário, torna-se impossível ação nesse sentido, pois também entre eles não há unidade de vistas, como já se viu na oposição que se forma na Câmara: a representação exclusivamente conservadora começa a dividir-se, o adversário surgindo no próprio partido, cumprindo-se mais rapidamente do que se esperava o temor de Nabuco de Araújo, no discurso de 2 de maio de 1853, já citado, sobre "os perigos da unanimidade", porque "quando não tivermos o inimigo em frente, havemos de dilacerar-nos". A oposição assim surgida conta com o apoio da velha oposição e a ela naturalmente se alia. Demais, os problemas da política externa no Prata, ora agudos, ora acomodados, mas sempre com potencial perigoso, eram motivo de aproximação entre os elementos desavindos. Como se escreveu no volume anterior,

> "desde 1843 que se reclama por uma conciliação e é em nome dela que é exigida a anistia para os rebeldes de 42. No âmbito nacional, a idéia corresponde à aguda necessidade social de se pôr termo às vinditas entre facções locais que, na Bahia e no Nordeste, assumiam a forma de devastadoras lutas de família. Para os meios palacianos, ela oferecia o prospecto de uma fixação de sua posição interpartidária, reunindo em seu proveito, num esquema monopartidário, as duas correntes adversas".[2]

[2] Tomo II, Volume 4, pp. 594/5.

E a conciliação como programa de Governo aparece no Gabinete de 2 de fevereiro de 1844, embora se pudesse falar que ela já se anunciava no segundo Gabinete do Segundo Reinado – o de 23 de março de 1841, no qual se encontram juntos Ministros que se distinguiram na luta pela Maioridade e elementos expressivos do Partido Conservador. No intuito de conciliar, condenava-se o exclusivismo partidário, apelava-se para os moderados entre liberais e conservadores, a fim de evitar a anarquia de um e o absolutismo de outro. Obtinham-se conciliações parciais, como a que é tentada no Rio Grande do Sul, com o esgotamento de energias da longa luta dos farrapos, ou na Bahia. O Ministério de 5 de maio de 1846 foi visto como a "pequena conciliação", em período de domínio liberal. O Gabinete seguinte, de 22 de maio de 1847, apresenta-se como conciliador, como se vê no discurso de Saturnino de Sousa e Oliveira, Ministro dos Estrangeiros, em 1º de junho:

> "A política do Gabinete é a mesma do Ministério de 2 de fevereiro. (...) É a política da conciliação, a qual nós nunca rejeitamos: pelo contrário, fomos nós os primeiros que a iniciamos por fatos e não por palavras; é a política da conciliação, mas não dessa conciliação dos pactos e das transações; é a política da conciliação dos princípios, da conciliação que se firma por atos legislativos e administrativos; é a política das garantias dos direitos de todos os cidadãos brasileiros; é a política da distribuição da Justiça a todos com muita igualdade; mas não é a política da concessão de favores a adversários, que lhes facilitem os meios de triunfo."

Cogita-se ainda da conciliação nos Gabinetes de 8 de março e 31 de maio de 1848, últimos do chamado qüinqüênio liberal. A queda da situação e a nova Câmara, maciçamente conservadora, amortecem um pouco a campanha, pois os observadores têm muitas queixas do período em que estiveram alijados. A idéia continua a ser pregada, entretanto, sobretudo em 1852 e 1853, quando começa a amadurecer o que se tentará concretizar depois.

Poderíamos multiplicar citações nesse sentido. Já quase não se discute a conveniência da trégua, mas a forma que ela deverá assumir, sua viabilidade, se feita pelos partidos ou pelo Governo. As adversidades dos liberais na política geral, sua volta lenta aos debates da Câmara, com os suplentes convocados, as dissidências entre os próprios conservadores, as questões platinas, o cansaço generalizado com as disputas quotidianas, tudo contri-

bui para imposição mais completa da idéia. Demais, lembrava-se o modelo de outras nações, nas quais se teria chegado a uma coalizão de partidos, ou era apresentada a idéia de que D. Pedro devia atuar de maneira decisiva na política para encaminhá-la – pregação constante no *Correio Mercantil*, por Sales Torres Homem. De outro lado, o grupo dominante tornava-se mais consciente de seus interesses. A prosperidade econômica e o gosto das iniciativas, fruto sobretudo dos investimentos provocados pela lei do tráfico, a expansão da lavoura, a indústria incipiente – eis outros fatores, de natureza econômica, a imporem aos políticos a unidade, para mais eficiente defesa de seus negócios. Também a economia impunha o novo rumo. Em discurso na Câmara, algum tempo depois, dia 28 de junho de 1861, o Ministro Paranhos faz referência aos capitais disponíveis com a lei do tráfico, para impulso do comércio e da indústria, impulsos "para as tendências pacíficas da nossa sociedade", afirmando:

> "A conciliação não era a concepção abstrata de algum estadista, era a expressão do verdadeiro estado da nossa sociedade."

Se se pede nova política, o Gabinete de Rodrigues Torres é que não pode fazê-la, pois viu surgir e crescer, no próprio núcleo conservador, a combativa "facção parlamentar"; não pode pedir congraçamento de partidos quem viu fraccionar-se o seu. Apesar da dissidência, era sólida a situação. A Coroa, entretanto, desejava a mudança. A política tão requerida deveria ser executada por outras autoridades.

O Gabinete responsável

De 6 de setembro de 1853 é o 12º Gabinete do Segundo Reinado, que se prolonga até 4 de maio de 1857, com algumas modificações em sua composição ao longo desse período. O Presidente do Conselho e chefe real da política, de 6 de setembro de 1853 a 3 de setembro de 1856, é Honório Hermeto Carneiro Leão, Visconde e depois Marquês de Paraná. A morte é que provocou sua substituição, na Presidência do Conselho, por Luís Alves de Lima, então Marquês de Caxias. Na pasta do Império esteve Luís Pedreira do Couto Ferraz, na da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo. Ministros dos Estrangeiros foram Limpo de Abreu e José Maria da Silva Paranhos (desde 14 de junho de 1855); da Fazenda, o próprio Paraná, com interinidade de alguns dias, em janeiro de 1855, de Limpo de Abreu, e substituição, em 23 de agosto de 1856, por João Maurício Wanderley. Na Guerra, Pedro de Alcântara Bellegarde, e, a contar de 14 de junho de 1855, Caxias; na Marinha, Pedro de Alcântara Bellegarde, depois, em 15 de dezembro de 1853, José Maria da Silva

Paranhos, em 14 de junho de 1855, João Maurício Wanderley e, de novo, em 8 de outubro de 1856, José Maria da Silva Paranhos.

Paraná era o político mais forte do país. Já passara por vários cargos importantes, em todos deixando sinais. Tinha o gosto da administração, sabia dominar os homens, era um dirigente nato. Naquele momento, ninguém mais talhado que ele para a Presidência do Conselho. E soube exercê-la de forma objetiva, realizando quanto pensava, como prático e decidido que era. A tradição de independência e mesmo de arrogância fazia dele pessoa acatada. Todos se lembravam do papel que exerceu na Regência ou no início do Segundo Reinado, quando, em janeiro de 1844, deixou o Ministério que havia organizado, declarando no Senado que o fazia por "uma questão pessoal", que se sabe era a demissão de um funcionário da intimidade do grupo mais chegado ao jovem Imperador – conhecido episódio da luta contra a chamada "facção áulica". O gesto, descobrindo a Coroa, é expressivo de independência, mas é imprudente. Paraná, voltando ao Governo quase dez anos depois, será mais cauteloso e consegue realizar com relativo êxito a função conciliadora. Seu primeiro objetivo, ao constituir o Gabinete, foi apaziguar o Partido Conservador, acabando com a dissidência. Ele o conseguiu, mas só em parte, pois seu Ministério acabou por criar outra: a conciliada, sua amiga, e a saquarema, que é mais ortodoxa, dirigida por Eusébio de Queirós, Rodrigues Torres e Paulino, esta, a dos conservadores puros, aquela dos conservadores moderados. Não lhe foi fácil fixar-se em nomes de "parlamentares" e amigos do Gabinete anterior, contentando-os antes com Presidências de Província. Seu Ministério era constituído de gente nova, menos ele e Limpo de Abreu. Este, Luís Pedreira e Paranhos haviam sido liberais, e agora, convertidos aos conservadores, não tinham rigidez partidária. Bellegarde era um soldado que aceitava a missão. Nabuco de Araújo era tolerante, aberto ao diálogo com todos. Apenas Wanderley era conservador de tradição e na mesma linha ficará para sempre. Era gente lúcida e altiva, mas, por motivos diferentes, todos propiciavam a Paraná a oportunidade de domínio. D. Pedro II, já homem maduro, dispunha-se a governar também. É o que se vê, não só pela ação que desenvolve, como pelas instruções que escreveu ao Ministro, sobre a condução dos negócios públicos. Traça aí programa político e programa administrativo: fixa as relações entre a Coroa e o Gabinete; quer conhecer os negócios de todas as pastas; valoriza o Conselho de Estado, com certa limitação do poder dos Ministros; recomenda o aproveitamento de homens de partido para lugares políticos, enquanto para as outras nomeações se faça aproveita-

mento de todos; enumera muitas tarefas a serem executadas no plano de obras públicas, de reformas da instrução, eleição direta e por círculos, lei judiciária, clero, tráfico. D. Pedro II afirma-se, nesse documento que redigiu para o exercício do Gabinete, reinando, governando, administrando, ciente de todos os negócios do Estado.

O programa

Na reunião conjunta das duas Câmaras, de 9 de setembro, fala Paraná em discurso que não é propriamente político: discutia-se emenda do Senado à lei de fixação das forças de terra, rejeitada pela Câmara; nessas circunstâncias de reunião conjunta só se podia tratar da matéria que provocou o encontro das duas Casas. Ele falou sobre a emenda, o Governo não a considerava relevante, embora não visse inconveniência na aprovação. E a Assembléia Geral recusou a proposta. Nenhum assunto político foi tratado, ainda que em referência indireta, nessa primeira apresentação do Presidente do Conselho. Já falando no Senado, Paraná esclarece:

> "Não pretendemos ser meros continuadores, havemos de dirigir os negócios públicos segundo as nossas inteligências e consciência. (...) É verdade que pelo que toca à política interna pertencemos à opinião que se tem apelidado conservadora; porém essa opinião, tal qual eu e os meus nobres colegas a professamos, não exclui o progresso; pelo contrário, entendemos que não há boa conservação sem que haja também progresso. Entendemos, pois, que devemos procurar melhoramentos, não só materiais, mas também intelectuais e morais. (...) Pelo que toca aos melhoramentos materiais..."

O discurso de programa do Presidente do Conselho não tinha a linguagem incisiva que se esperava. A idéia de conciliação, tão longamente preparada, merecia tratamento mais objetivo e esclarecedor.

Assim pensando, já a 13 de setembro Francisco José Pacheco comenta extensamente a situação, com reservas ao Gabinete, ante o pronunciamento do seu Presidente. Parece-lhe que o programa é razoável para "um Ministro de Partido", pois não considera o Gabinete conciliador,

> "não só porque ele mostra não ter fé na conciliação, como porque para ser conciliador seria de mister que a conciliação fosse uma das principais missões; seria necessário que o Ministério representasse as diversas opiniões moderadas em que se divide o país; que representasse os dois maio-

res partidos em que a sociedade se divide, como sucede hoje na Grã-Bretanha".

Como programa de Ministério de partido, o Deputado o vê como bom, apreciável progresso relativamente aos anteriores. O apoio de homens de princípios opostos aos conservadores não pode ser dado, a não ser que apostassem. Se o Ministério promete melhoramentos materiais e morais, sobre o assunto não há duas opiniões possíveis, e necessidades não contestadas não podem servir de programa. E afirma, enfático:

"Entre nós ainda por muito tempo as questões políticas são as que nos hão de dividir."

O programa não lhe parece franco, e, ainda que o fosse, seria natural o ceticismo:

"Cumpre esperar pelos fatos para que a oposição se possa pronunciar também francamente a respeito do novo Gabinete."

Lembra a Paraná o exemplo de Robert Peel, que, compreendendo as necessidades de sua época, foi ao programa dos adversários tirar quanto lhe pareceu útil e exeqüível ao bem do país. É preciso esperar para ver se Paraná vai saber desincumbir o papel a que foi chamado.

Em resposta ao Deputado, o Ministro Limpo de Abreu é muito conciso em matéria de política geral, atendo-se antes a assunto de sua pasta dos Estrangeiros – o empréstimo ao Estado Oriental. Como política geral, fala rapidamente da lei sobre eleições, afirmando que "o que cumpre nestas circunstâncias é que o Ministério se coloque acima dos Partidos". É pouco, realmente.

No dia seguinte, o Gabinete é atacado pelo paulista Martim Francisco, pela presença, como Ministro da Justiça, de Nabuco de Araújo, lembrando o deputado o que foram as eleições na sua Província, quando da presidência daquele político. Nabuco de Araújo responde considerando o problema de sua presidência em São Paulo já superado. Quanto à política geral e ao Gabinete, acha que o programa não necessita de discussão: os que estão de acordo com ele e confiam na sua execução devem dar apoio decidido; os que adotam o pensamento político do programa e duvidam de sua execução devem esperar pelos atos para se pronunciar; os que o repelem que se coloquem na oposição. Como se vê, o debate políti-

co é frouxo. O resto da sessão não tem interesse: a Câmara quase nem se reúne, por falta de número.

No encerramento da sessão legislativa, a Fala do Trono é muito otimista. Tudo vai bem, de acordo com ela, como se vê com a referência aos grandes trabalhos legislativos, que criaram um banco nacional, as medidas de proteção à agricultura e à indústria, os cuidados com a instrução pública.

O problema financeiro

Tenta-se ordenar a vida financeira com a criação do Banco do Brasil, com o monopólio de emissões. Os negócios estavam bastante desorganizados, pela licença concedida antes a vários estabelecimentos de crédito para emitir, a fim de atender a necessidades locais. Para facilitar o comércio entre as Províncias é que se criaram os órgãos exigidos. Os interesses particulares foram despertados com a criação de uma casa de crédito, no Ceará, que operou de 1836 a 39. Coloca-se como imposição a necessidade de emitir. Defendia-se a idéia de um grande banco de emissão e da circulação regional do papel-moeda. Como só o Parlamento podia legislar sobre moeda, recorre-se à emissão de títulos. Contornava-se a dificuldade legal. É o que se dá, por exemplo, com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, desde 1838. Alguns outros bancos, como o Comercial da Bahia, em 1845; o do Maranhão, em 1846, com o capital de 400 contos; o Comercial do Pará, em 1847; o Comercial de Pernambuco, em 1851; o Banco do Brasil de Mauá, em 1851 com 10 mil contos, todos atuaram. Era cada vez mais séria a disputa entre a emissão dos títulos do Governo e dos vales desses estabelecimentos. Daí a reforma bancária de Rodrigues Torres, em lei de 5 de julho de 1853.

Como resultado, surgirá o terceiro Banco do Brasil, da fusão do Banco de Mauá e do Banco Comercial do Rio de Janeiro. O novo órgão contava com 150 mil ações de 200$000. Teve êxito o lançamento, logo coberto pela procura de ações. Como que se esquecia a experiência do primeiro Banco do Brasil. Na reforma de 1853, a emissão de notas era declarada monopólio do Banco do Brasil, permitindo-se-lhe emitir notas no dobro de seu capital, que era de 30 mil contos, o que é alterado em 1855, com a permissão de emitir até o triplo. Luxo e empreendimentos dão impressão de prosperidade, com exibicionistas e especuladores. Companhias de negócios, casas de artigos de consumo ostentoso, festas, modas, preparo das ruas, uso de gás para iluminação, um mundo de coisas.

O cronista da fase seria José de Alencar, com os folhetins de *Ao correr da pena*, no *Correio Mercantil*, em 1854 e 55, e no *Diário do Rio de Janeiro*, no fim de 1855. Escrevia Alencar em 21 de janeiro de 1855:

"Ide à praça. Vereis que agitação, que atividade espantosa preside às transações mercantis, às operações de crédito e sobretudo às negociações sobre os fundos de diversas empresas. Todo mundo quer ações de companhias; quem as tem vende-as, quem não as tem compra-as. As cotações variam a cada momento. (...) Não se conversa sobre outra coisa. Os agiotas farejam a criação de alguma companhia; os especuladores estudam profundamente a idéia de alguma empresa gigantesca. Enfim, hoje já não se pensa em casamento rico, nem em sinecuras; assinam-se ações, vendem-se antes das prestações e ganha-se dinheiro por ter tido o trabalho de escrever o seu nome. Este espírito de empresa e esta atividade comercial prometem, sem dúvida alguma, grandes resultados para o país; porém, é necessário que o Governo saiba dirigi-lo e aplicá-lo convenientemente; do contrário, em vez de benefícios, teremos de sofrer males incalculáveis."

Daí a origem de emissões sem conta, cada uma autorizada por certa razão, até que se torne turva a ordem financeira que se queria saneada. Mais especulações, em pouco tempo dobrando a circulação fiduciária dos bancos sem que o comércio se desenvolvesse em correspondência. Multiplicam-se os empreendimentos de origem discutível e eficácia problemática. Em princípio, nada de pluralidade, como se praticava antes. Logo no ano seguinte, em 1854, organizou-se empresa particular – Banco Mauá, Mac Gregor & Company, que vai ter muita atuação.

Tentativa de reforma judiciária

O ano de 1854 assiste aos grandes debates de reforma da lei judiciária de 1841, por proposta de Nabuco de Araújo, como depois a reforma eleitoral, quando Paraná força o andamento de projeto que tem origem em outro, apresentado pelo Senador Paula Sousa em 1845. Enquanto a organização eleitoral vai cuidar do estabelecimento dos círculos, que o Gabinete consegue impor, a organização judiciária é vista sob múltiplos aspectos, como sejam, as garantias individuais, o combate aos crimes, a segurança pública, as incompatibilidades dos magistrados. O projeto que se apresentou foi o do Ministro, mas com muitas mutilações, pelo temor de Paraná e outros colegas das reações do Parlamento e dos interesses já constituídos, uma vez que a idéia era tachada de revolucionária. Os intentos de Nabuco de Araújo eram avançados para o tempo. O espírito que ditara a lei de 3 de dezembro de 1841 ainda estava bem vivo, não podia admitir as modificações que o novo Ministro desejava. E nos ataques ao projeto que se apresentou na Câmara ele era acusado ora de reacionário, ora de excessivamente libe-

ral. Lida-se aí com a organização da justiça e da política, os julgamentos, a repressão.

A matéria é difícil e delicada, pelos interesses políticos e particulares que estão em jogo. Assustavam-se uns com a diminuição de prerrogativas do júri, enquanto outros temiam o possível estabelecimento das incompatibilidades da magistratura. Além da repercussão no Parlamento e na imprensa, a matéria empolgou também a opinião dos núcleos distantes, como se ilustra com o expressivo "movimento de Vassouras": aí, núcleo característico da sólida sociedade fluminense, um grupo de fazendeiros representou contra o projeto, pelo fato de que ele tirava muito dos pequenos núcleos, restringindo o júri aos maiores centros urbanos. Falava nessa representação a grande propriedade, temerosa de perda de prestígio. O projeto custa a passar na Câmara, mas vai ser detido no Senado. Era demais para o momento o que ele estabelecia, muito do que é proposto só se adotará alguns anos depois.

Ação, reação, transação

Tentativa de traduzir o pensamento da época encontra-se na obra de Justiniano José da Rocha, *Ação, reação, transação*, publicada em 1855, muito importante em suas teses, como se vê pelo expressivo título. O conhecido jornalista conservador faz aí estudo da evolução política do Império, reconhecendo que

> "na luta eterna da autoridade com a liberdade há períodos de ação; períodos de reação, por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano e se firma a conquista da civilização".

O autor faz periodização do Império: de 1822 a 31, inexperiência e luta dos elementos monárquico e democrático; de 31 a 36, vitória democrática incontestável; de 36 a 40, reação monárquica; de 40 a 52,

> "domínio do princípio monárquico, reagindo contra a obra social do domínio democrático, que não sabe defender-se senão pela violência, e é esmagado; de 1852 até hoje, arrefecimento das paixões; quietação no presente, ansiedade do futuro; período de transação".

Sobre o último período, o autor diz que nele desapareceram as antigas parcialidades e seus ódios. A palavra é conciliação. Há esperança de que o programa se cumpra, com realizações políticas e administrativas, para as liberdades dos indivíduos e o bem da nação. Caso contrário, voltará a "era das convulsões". O autor não está certo do futuro: "Se os anos de

1855 e 1856 correrem tão infecundos para a grande causa da transação como correram os três anos que lhe precederam..."

A obra é objetiva no exame do passado e, em geral, lúcida nos juízos. Não tem acento apologético, quase se omitem os nomes. Grandemente inspirada por Paraná, quando a elaborou o jornalista e deputado já se afastara muito de sua política. Assim que a escreve, Justiniano rompe com o Governo, torna-se inimigo do Presidente do Conselho. O temor a que se refere no fim de seu livro logo adquire forma nítida. Fora do Parlamento, continua sua luta pelos ideais conservadores na imprensa, por vezes voltando a defender a conciliação contra os liberais. Em toda a sua obra, distingue-se esse estudo de natureza política, que exprimiu um momento significativo da reflexão sobre a realidade brasileira.

A sessão de 1854

A Câmara não tem número para os trabalhos, o que leva o Deputado Francisco José Pacheco, na sessão preparatória de 2 de maio, a afirmar que por

> "efeito desse esmorecimento dos espíritos, que o estado atual das cousas tem trazido, desse ceticismo que vai lavrando",

sugerindo a convocação de todos os suplentes que se encontram na Corte. Só no dia 7 de maio é que se instalam os trabalhos.

Uma questão menor, que é freqüente em 1854, é a da divisão territorial de Minas. No ano anterior, quando do projeto que criava a Província do Paraná, separada de São Paulo, a representação paulista protestou contra a medida: aprovada, trata de dividir outras, para que não apenas o território paulista seja fragmentado. Pensa-se sobretudo em Minas, na anexação a São Paulo de áreas muito ligadas à vida econômica paulista. Em 54 multiplicam-se as propostas e pedidos de desmembramento mineiro, muitos de solicitações das Câmaras municipais: ora o Sul, ora o Triângulo, ora a Mata, ora o Oeste, ora o nordeste de Minas, cada um propõe por sua vez a criação das novas unidades.

Ferraz dirige a oposição

A 27 de maio, diante de Paraná, rompe baterias quem será o principal adversário do Gabinete: Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Há aí uma definição de rumos políticos que é preciso analisar. Se há menos de um ano, a 19 de setembro de 1853, proclamava-se favorável ao Governo, esperançoso de seu trabalho (poderia ter lembrado também que já no Gabinete anterior, em discurso de 6 de junho de 53, pedia a conciliação, para "chamar a um centro e acordo essas opiniões moderadas que muita vez a injustiça ou circunstâncias muito pequeninas

alongam de nós"), agora, discutindo o orçamento da Fazenda, diz que está diante de uma ficção. Como é rara a presença do Presidente do Conselho na Câmara, é preciso aproveitar para o diálogo. Ferraz estende-se em que o Governo é forte, que nunca a Presidência do Conselho foi realidade tão evidente. Tratando de política geral, da conciliação, afirma:

> "... e é em relação a essa política, tão louvada, tão aplaudida, que eu não posso considerar senão uma política infantil, cujo resultado será uma mexenofada de homens e de princípios heterogêneos, política que não pode fazer bem algum ao país..."

O discurso de Ferraz é peça sólida e maliciosa, criando inclusive dificuldades para o Presidente do Conselho relativamente à Coroa, pois afirma que ele se exime de responsabilidades, no envolvimento da pessoa do Imperador, que é inviolável. Tece a sua trama não só relativamente à Coroa como aos outros Ministros, "meros cargueiros de pastas", anulados pelo Presidente. E insiste sobretudo na crítica à pasta da Fazenda, que vê como exorbitante em suas funções, incidindo mesmo em medidas inconstitucionais. E volta à política geral:

> "É do espírito humano a luta das idéias, é da essência do governo representativo a luta dos princípios. No nosso país esta luta é ainda mais necessária; cessando ela, a emulação resultante da existência dos dois partidos desaparecerá; a perfeição desejada não a obteremos; cessando ela, deixaremos de ter um partido que sirva de fiscal a outro, que denuncie suas faltas, que o contenha dentro dos limites do honesto e do justo."

Censura a oferta de empregos ao adversário de partido, como um jogo:

> "No partido que se chama liberal há homens assim de muito talento como de nobreza de caráter; eles não procuram, aceitam o que se lhes oferece (...), eles o fazem sem abandonar suas convicções, o fazem pelo princípio muito comezinho em política de que aqueles que se afastam do poder não podem ter aspiração de dirigir o país. (...) Esta política terá muito de sublime, mas eu creio que qualquer mercador de verduras faz o mesmo sem aspirar às honras de heroicidade. A verdadeira política da conciliação, aquela que todos consideram como necessária, não consiste no emprego destes meios; consiste no desassombro daqueles que não se acham no poder."

E Ferraz cita Henrique Fonfrède, lendo passagem do autor que julga aplicável ao Brasil:

> "Quando (...) se não vê outra coisa que uma mistura, e amálgama indigesto de homens que conservam princípios opostos, e persistem em suas antigas teorias e princípios, pois que pelo favor dos lugares ricamente dotados se arregimentam sem estandarte comum, sem princípios sobre que estejam acordes, é preciso dizê-lo com toda a força da verdade, que a conciliação em tais termos não se baseia sobre a tendência dos princípios, mas sim e unicamente sobre a coalizão do egoísmo."

Depois cita Nabuco de Araújo e seu famoso discurso da "ponte de ouro" para afirmar que é baseado nele que repele o que hoje se faz. E continua:

> "... semelhante política. E qual é o seu fim? Eu enxergo um grande fim – a satisfação do espírito de clientela –, o desmoronamento de tudo em proveito de poucos, em proveito de um círculo. E quem é o chefe dessa escola e desse círculo? É o nobre Presidente do Conselho..."

A crítica a Paraná é veemente, responsabilizando-o pela perda do poder, pelos conservadores, há onze anos, por capricho do atual chefe do Gabinete, ou responsabilizando-o pela falta de visão no encargo recente que exerceu no Prata. A conclusão é patética:

> "Senhores, o que nos espera? (...) Já não são necessários nossos esforços, o susto da constituinte desapareceu, a nossa hora vai soar."

Mais debates políticos

Depois de Ferraz falam, em defesa do Gabinete, Carneiro de Campos e Lisboa Serra, realçando os méritos da conciliação, que é imposta pela hora e pelos interesses nacionais. Para Lisboa Serra,

> "todos os espíritos tendem hoje para as idéias de ordem e estabilidade, os mais ilustrados pela convicção, e os menos polidos pelo cansaço e inanição."

A resposta de Paraná a Ferraz é dada dia 28 de junho, com longas justificações e o pensamento político do Gabinete:

"A doutrina que adotei (...) é essa mesma que o deputado sustenta e apóia em Fonfrède. Nesse programa declarei muito expressamente que considerava como uma utopia qualquer conciliação que se tentasse com o fim de procurar unir os partidos, conciliá-los e dar-lhes uma unidade de pensamento que não poderia existir sem compressão. Disse, porém, que havia uma certa conciliação, uma certa maneira de encarar a política no estado atual, que poderia de alguma sorte apresentar bons resultados, que poderia dar ao Ministério um apoio mais amplo de alguns indivíduos que até então tinham estado em desacordo com o partido da ordem. No seu programa o Ministro declarou que seus atos teriam o caráter de moderação concernente com as opiniões que seguia e que a sua política seria de conservação e progresso, progresso material e moral, e que procuraria realizar todas aquelas reformas judiciárias que fossem compatíveis com as instituições monárquicas e constitucionais. Disse que procuraria estudar a lei das eleições (...). Disse que aceitava todas as adesões, mas que as não mendigava. Tratando da nomeação dos empregos públicos, declarei com franqueza que não nomearia para os cargos de confiança senão aqueles que adotassem os princípios do Governo. Dei um grande passo, e esse passo era o prometimento que fazia de não olhar os antecedentes desses ou daqueles, visto que os tempos tinham mudado e essas lutas encarniçadas do espírito de partido pareciam ter cessado. (...) Quando se tratasse de nomeação de empregados que não fosse de influência política, a administração procuraria o mérito onde quer que ele existisse. (...) Por se fazer essa nomeação, pode-se inferir que houve uma transação política ou corrupção?"

As palavras de Paraná, Presidente do Conselho, não contradizem as palavras do parlamentar, que, no Senado, em 2 de junho de 1853, falando da situação política, mostrava a debilitação dos partidos, a marcha para a harmonia entre eles, as dificuldades da "oposição parlamentar", não lhe parecendo possível nem útil que os partidos se fundissem em um só.

Ferraz dá resposta imediata, afirmando a Paraná que

"a conciliação que promove não é conforme aos interesses públicos, mas conforme aos seus sentimentos particulares e aos seus caprichos. Não se poderá demonstrar que há capricho nessa conciliação? Que não é mais que um meio para criar clientela?"

E irônico, referindo-se ao enorme poder do Ministro que era chamado de rei, o homem mais poderoso do país, falava em "um ministro que tanto pode, esse grande poder que nos dá o sol, a chuva, a noite e o dia". De outras vezes o chamará de czar, de homem capaz de dizer: "O Brasil sou eu."

Ferraz é o verdadeiro chefe da oposição, como o proclama o Ministro Nabuco de Araújo, defendendo dia 30 os Ministros das acusações feitas pelo Deputado de que nada eram ante a autoridade do Presidente do Conselho. Defendendo-se da acusação de contraditório com opiniões antes afirmadas, lembra que

> "a conciliação que o Ministério quer (...) é a combinação do princípio conservador com o progresso refletido e justificado pela experiência; o princípio conservador como base, o progresso como acessório; certamente, o progresso não é incompatível com o princípio conservador, porque o princípio conservador não é a inércia, o abandono; não conserva quem não melhora."

Os nomes dos Partidos já nada significam, cansados da luta procuram o ecletismo. Assim também se verifica na Inglaterra, diz Nabuco de Araújo, que cita palavras de Lorde Aberdeen.

Enquanto prosseguem os debates políticos, multiplicam-se as propostas para criação de novas Províncias, com território desmembrado de Minas Gerais, e o Deputado Cândido Mendes de Almeida propõe a criação de uma Faculdade de Teologia; desapropriações para alargamento da Rua do Cano, no Município da Corte, o problema da adoção do sistema métrico francês, o casamento de militares, a matrícula de estudantes com dispensa de exames, projeto de Dicionário Universal Enciclopédico são alguns dos temas que ocupam Deputados.

Os debates políticos afirmam ou negam a conciliação, ou pedem que ela seja definida, como se dá com Eduardo França, que se apresenta dia 12 de julho na Câmara como liberal, queixando-se de que não há conciliação de princípios, mas de pessoas, o Governo só quer o aumento da autoridade, restringindo-se cada vez mais o elemento popular. Para ele, a conciliação exigiria que a Câmara fosse dissolvida, para que os Partidos se fizessem igualmente representar, uma vez que agora há só um ou outro liberal, convocado como suplente.

A sessão de 1855

Rompendo com o Gabinete, discursa dia 19 de maio de 1855 Justiniano José da Rocha, antigo militante conservador que se distinguira, sobretudo na imprensa, como defensor e

intérprete da consciência partidária, como se viu antes. É certo que o representante mineiro, em várias outras épocas, fora contra a conciliação pedida pelos liberais: aceitara, no entanto, o programa de Paraná, defendendo-o com suas armas habituais. Rompe agora, denunciando a "vaga incerteza do futuro" e "esse marasmo inquieto e desgostoso", bem como o que lhe parece o absolutismo que existe no Governo e os males da política da autoridade que intervém na indústria e em tudo mais. Paraná daria resposta terrível a esse discurso, falando dois dias depois no rebate à crítica que sofrerá da parte de Saião Lobato: quanto a Justiniano, acha que não deve levar em conta o que diz, pois "não é séria a oposição que ele exprime". O tom de superioridade e desprezo do Ministro levaria de novo o Deputado à tribuna, dia 26, para um dos mais patéticos discursos dos anais parlamentares do Brasil – se não o mais patético –, uma vez que aí o orador faz a história de sua carreira de jornalista e político, revelando fatos expressivos do comportamento de então, entre queixas e lágrimas, para provar que não é e nunca foi corrupto.

Ferraz insiste em seus ataques, não só à administração, mas à filosofia do Governo. Nega o apaziguamento dos espíritos, perguntando pela conciliação em Pernambuco, no Ceará e em muitos outros pontos, que continuam com as lutas partidárias de antes. Para ele, o Governo só tem feito a concessão de alguns empregos e honras, que podem ser benefícios individuais, mas que nada são para o interesse público. Sua violência é máxima ao denunciar o que considera "tanto cinismo". Ante os muitos ataques é que Nabuco de Araújo volta a falar do programa do Gabinete, em 20 de maio:

> "O princípio da autoridade é a política conservadora como base, é o progresso refletido e explicado pela experiência como acessório."

São idéias já muito repetidas e que os liberais da Câmara ou a fração saquarema que se desligou do Ministério não aceitam: pede-se atividade de mais alto nível, pedem-se leis sobre eleições e incompatibilidades, há muito prometidas, por vezes se pede a dissolução da Câmara para que ela se torne verdadeiramente representativa.

É o que se vê, por exemplo, no discurso de 1º de junho do Deputado Pacheco, como sempre atuante, ao dar balanço da situação política. Quanto aos homens, o Ministério parece-lhe menos opressivo do que o anterior, aproveitando mesmo pessoas até aí proscritas, mas tal política "tem girado em mesquinhas proporções", simples concessões a alguns

indivíduos. Como a Câmara não exprime a nação, deve ser dissolvida para que se forme outra, mais genuína. O Governo não podia satisfazer-se com a distribuição de favores miúdos: "É necessário que essa política se eleve a um ponto mais alto."

Modificações no Gabinete

O Gabinete sofre modificações em junho de 55: na pasta de Estrangeiros, Limpo de Abreu é substituído por José Maria da Silva Paranhos; na da Guerra, Pedro de Alcântara Bellegarde por Caxias, e, na da Marinha, José Maria da Silva Paranhos por João Maurício Wanderley. Como sempre acontece, há muitas especulações em torno das mudanças. Fala-se que o Ministro da Guerra não satisfazia, por timidez ou inércia, ou em falta de êxito na questão do Paraguai, por parte do Ministro dos Estrangeiros. Paraná contesta essas versões: a mudança foi motivada pelas insistentes solicitações dos titulares que se afastavam, sobretudo Limpo de Abreu, por enfermidade. A troca não foi motivada por pronunciamento da maioria e não traz nenhuma alteração na política ou na marcha do Governo. O Presidente do Conselho continuava senhor da situação.

A lei eleitoral: criação dos círculos

A lei eleitoral, tão reclamada, é enfim discutida. É a matéria de debate de 1855. Enquanto no ano anterior, com a reforma pretendida por Nabuco de Araújo, a autoridade era fortalecida, procurava-se evitar a manifestação dos potentados locais, a divisão em distritos era um fortalecimento dos localismos. Lançando-se na defesa de uma causa que lhe parecia grande, o Gabinete desejava passar da simples conciliação de pessoas à renovação dos princípios, colocando a política em um ponto alto. No Senado, entre outros, Eusébio de Queirós combate as incompatibilidades, não considera um mal a participação de magistrados na política, secundado por Acaiaba Montezuma, Olinda, Gonçalves Martins, D. Manuel, enquanto o projeto é defendido por menor número e com menos calor. A idéia é acusada de inconstitucional, de atentado à força dos partidos, além de provocar uma representação de baixo nível intelectual, "os empregados subalternos, as notabilidades de aldeia, os protegidos de alguma influência local". Praticamente, todos os Senadores participaram da discussão. Na Câmara, Saião Lobato, em 25 de agosto, considera a eleição por círculos inconstitucional. Não sabe por que o Ministério a deseja, se a opinião pública não a reclama. Pelo projeto, delega-se ao Governo a faculdade de fazer os círculos para as próximas eleições; ora, sabe-se que ele poderá organizá-los "à sua guisa", uma vez que há falta de recenseamentos e estatísticas para a boa

execução da lei. Combate as incompatibilidades, que afastam os homens experientes da Câmara, pois, então, vai dar-se o caso de que o cidadão tem que ser eleito para depois ocupar postos. Os homens mais importantes não desejam ser deputados, nem vereadores, nem jurados, pelo sacrifício da viagem, pelos gastos, pelas epidemias da Corte:

> "Em geral não serão estes homens que se proponham a candidatos, e que aceitem o mandado para virem representar suas localidades nesta Câmara; serão os protegidos de tais homens, muitas vezes serão os moços que têm aspirações à vida pública; serão, portanto, os verdadeiros pretendentes ao funcionalismo, que procurarão a eleição como um meio seguro de chegarem a seus fins, de obterem esses mesmos despachos para os lugares que são constituídos como causa de incapacidade para a eleição. (...) Se conseguir-se fazer da Câmara dos Deputados um complexo de representantes de localidades que, com as vistas tão-somente postas no bem-estar dessas localidades, nem bem atendam, nem compreendam os interesses gerais, é visto que não se terá dado a mais consentânea organização à Câmara."

A representação cairá de nível quando estiver entregue a tratar "tão-somente de questõezinhas de localidades", "ao modo da Câmara dos Deputados da França de Luís Napoleão".

No mesmo dia, em defesa dos círculos, fala Eduardo França. O projeto parece-lhe útil e constitucional: é mais difícil impor uma chapa em um círculo que em uma Província, pois há mais fiscalização e menos falseamento de urnas e atas, e os eleitores conhecem o candidato. Trava-se então interessante debate sobre esse contato do eleitor com os candidatos: Figueira de Melo aparteia que a Câmara deve ser constituída de deputados da nação e não de deputados de aldeia, provocando o rebate de Francisco Otaviano de que "os senhores tiram o chapéu às influências de aldeia". Martim Francisco confirma: "É verdade; cortejam-nas a todos os momentos, e sem elas não vêm para aqui." E Francisco Otaviano: "São tão bons como nós." Eduardo França lembra que "as notabilidades de aldeia influem muito no modo de atualmente eleger a representação nacional". E a oratória copiosa da Câmara continua: dia 30 de agosto, quem faz longo e bem fundado discurso é o Deputado do Ceará, Araújo Lima, combatendo o projeto e na defesa da presença do magistrado na política. Tal como no Senado, quase toda a Câmara participou do debate, que foi o mais movimentado e apaixonante da legislatura.

Paraná entende que o projeto é constitucional e faz dele na Câmara, a 27 de agosto, "questão ministerial". Aprovado no Senado, "que era onde parecia devera encontrar maiores embaraços", na Câmara é "questão moral". Como há ameaça de epidemia e muitos deputados se retiram, é preciso pressa no encaminhamento do projeto, sem emendas, decisão pró ou contra. E acrescenta, incisivo: "Eu aceito o contra com todas as suas conseqüências." Paraná não queria mais discutir, como que se esgotara no Senado. Queria impor sua opinião.

Muitos deputados aceitam o desafio, querem discussão longa, propõem adiamento. Figueira de Melo lembra que a matéria se arrastou no Senado desde 1846, quando a apresentou Paula Sousa, com emendas e substitutivo, até 11 de agosto de 1855, quando é remetida à Câmara. E Paraná reafirma a vantagem do que se propõe:

> "O projeto é uma embaçadela para aqueles que se queiram salvar sobre a chusma, para os que não pudessem apresentar-se isoladamente a um círculo. Mas aqueles que dispusessem de influência legítima, podem-se apresentar pelo mesmo modo. As chusmas convêm muito a alguns, porque é verdade que sendo eu eleitor, tendo de votar sobre dez ou doze, e examinando uma chapa de vinte, posso deixar escapar um ou outro de menos capacidade; mas quando se votar sobre um só, hei de escolher com cautela."

A eleição por círculos de um deputado era a busca da real expressão do país, da representação autêntica. A pessoa de prestígio local é que seria eleita, não mais os escolhidos pelos Ministros ou Presidentes de Província e impostos ao eleitorado. Não mais os "deputados de enxurrada", mas os escolhidos pelo povo, fossem quem fossem, ainda que pessoas simples e sem as galas e a experiência dos grandes nomes de prestígio da Corte. Era a busca do país real.

Discute-se também a questão das incompatibilidades. Pereira da Silva, em discurso de 28 de agosto, defende o projeto, pois com ele haverá menor número de empregados públicos nas Câmaras: "Eu já tive o desgosto de estar em uma Câmara de Deputados composta de 103 membros e que contava em seu seio 95 funcionários públicos." A matéria afinal é votada, dia 1º de setembro, com a aprovação do projeto por 56 votos contra 36. Curiosamente, o chefe oposicionista Ferraz votou a favor do projeto, bem como diversos membros liberais: os círculos seriam pelo menos a segurança da eleição de um grupo, ainda que de minoria, pensa-

vam eles. A vitória na Câmara foi um pouco apertada, embora bem menos que no Senado, onde foi de apenas dois votos: pode-se perceber aí o quanto a matéria dividia os políticos. Os nomes dos mais eminentes conservadores que tinham assento no Senado desaprovaram a medida, sustentada sobretudo pelos liberais. Paraná, que dela fazia "questão ministerial", estava vitorioso, mas a opinião dos homens da política bastante dividida. A matéria vira o Decreto nº 842, de 19 de setembro de 1855, que altera a lei de 19 de agosto de 1846, que tratava das eleições. A lei dos círculos é a principal contribuição do Gabinete conciliando para o aperfeiçoamento da vida política. Pelo menos era essa a intenção do Gabinete que por ela se bateu. A morte de Paraná, no entanto, não lhe permitiu presenciar a experiência.

Trabalhos do Ministério

No intervalo das sessões de 1855-6 o Gabinete entrega-se mais intensamente ao trabalho. É nesses intervalos que os Ministros mais estudam e produzem, quando estão sem compromissos de presença às reuniões do Parlamento. A tarefa principal é a divisão dos círculos, com fundamento na realidade conhecida – geográfica, estatística, administrativa. Como o Gabinete é conciliador, não se move, tanto como os outros, pelo interesse partidário, cuida de agir de modo que o processo seja livre e todos os grupos se representem.

A sessão de 1856

A epidemia anunciada, partindo do Pará, fazia vítimas em outras Províncias. Antes a febre amarela, agora o cólera. Havia calma relativa no país. Por cansaço ou indisposição, há menos debates no Parlamento, embora eles não desapareçam. Terminava aquele ano uma legislatura, e as próximas eleições seriam feitas de acordo com outra lei. Não era conveniente, portanto, a exacerbação de atitudes ou a definitiva má vontade de Paraná. A sessão de 1856 foi mais tranqüila que as anteriores, uma vez que a política se tornava mais cautelosa e menos agressiva. Na Fala do Trono de 1856, D. Pedro II podia dizer que

> "a paz e a ordem interna se consolidam cada vez mais pela calma dos espíritos e pelas tendências do povo para o trabalho e para os melhoramentos do país. Este resultado, devido em grande parte à política até agora seguida, justifica a continuação do apoio franco e decidido que sempre vos tem merecido".

A resposta à Fala do Trono é aprovada depois de poucos discursos.

No Senado a luta contra o Gabinete é mais aberta. Aí, discursa com violência Olinda, logo respondido em igual tom pelo primeiro-ministro. O

debate lhe faz mal, teve que se afastar pelo cuidado com a saúde. Consta que manifestou a D. Pedro II o desejo de ser substituído na pasta da Fazenda por Paranhos, mas a escolha recaiu em Wanderley, o que lhe provocou estranheza e mais um desgosto.

Morte de Paraná

A vida política vai ser sacudida com a morte, no dia 3 de setembro, do Presidente do Conselho, Marquês de Paraná. Honório Hermeto Carneiro Leão morria quando detinha o máximo de poder. Seguramente, nem antes nem depois, ninguém exercera o posto com tanta decisão, energia e autoridade. Ele tinha um programa e punha-o em andamento. Teve opositores, é claro, mas todos sabiam que o Chefe do Gabinete era invencível enquanto tivesse o apoio do Imperador. As eventuais dificuldades de uma oposição lúcida e já numericamente expressiva seriam contornadas ou mesmo destruídas. O Governo nunca havia tido tanta força. Paraná só surpreendeu no último posto que ocupou pela relativa flexibilidade e prudência que revelou; é certo que não era muito grande essa flexibilidade, mas teve alguma, quando já adquirira fama de duro.

A conciliação na prática

Durante a apregoada conciliação, é certo que os partidos continuaram a existir, mas amorteceram seus ímpetos. O país estava cansado dessas lutas, os próprios rivais desejavam a trégua. O Ministro soube canalizar essas aspirações ou desencantos e obter uma espécie de média entre as antigas forças desavindas. Não teve a unanimidade, nem a tentou: o apoio obtido era suficiente para cumprimento do programa. Não teve palavras amolecedoras para cativar simpatias, pois não renegou jamais os seus princípios de político conservador. Para imposição da autoridade, além do vigor do Presidente do Conselho, sabia-se que a política vinha do alto do Trono, era a expressão do "pensamento augusto", como sugeriu Olinda. A atração dos elementos moderados dos dois grandes partidos foi feita através de um programa em que se acenava para um e outro e de um aproveitamento de pessoas, fosse qual fosse a filiação política, nos cargos públicos, embora só se admitisse para os postos de confiança quem participasse do pensamento do Governo. Os partidários intransigentes, conservadores ou liberais, viam o desejo de corromper pessoas e subverter o processo político nessas nomeações, imprimindo acento pejorativo à expressão "conciliados". A escolha para o Senado recaía em liberais ou conservadores, amigos ou inimigos, como se viu em 1856 com a indicação do nome de Ferraz, principal adversário do Gabinete (consta que Paraná pensou em protesto, mas não o fez, pois a nomeação era atributo imperial).

A chamada conciliação não pretendeu que desaparecessem os partidos, nem pretendeu a abdicação de idéias: foi antes a conciliação de homens que de princípios. A fórmula de conciliação política não encerra, pois, nenhum programa excepcional, nenhuma idéia nova ou profunda no campo da filosofia política. Era uma espécie de trégua, para que se fizesse novo exame das possibilidades de cada um, até novo arremesso. É o grupo social que pode ocupar o poder que se entende em um compromisso provisório. Como é óbvio, o grupo é que é o grande beneficiado. No plano geral, porém, é fora de dúvida que também a nação se beneficia, com o relativo afrouxamento daquelas lutas em torno de coisas tão sem interesse para ela. O país pode caminhar, portanto, no sentido dos melhoramentos materiais, para elevação de suas condições, já tentada e parcialmente obtida pela política dos dois Gabinetes que a antecederam. É o que se vê, por exemplo, em inúmeros pronunciamentos da época, na preocupação com o desenvolvimento do país: o adversário de Paraná, Deputado Saião Lobato, em discurso de 25 de agosto de 1855, ao dizer que a opinião pública não reclama a lei dos círculos, assinala que

> "a feição característica da quadra atual é a aplicação quase exclusiva aos melhoramentos materiais";

e D. Pedro II, na Fala do Trono de 1856, proclama a ordem interna consolidada "pelas tendências do povo para o trabalho e para os melhoramentos do país".

Esse exercício do poder por autoridade tão plena supunha uma presidência de Conselho com as características de Paraná. A função requeria função, tato e prudência. Paraná desincumbiu-se dela com bom êxito: se a energia era traço de sua tradição política, o relativo tato que revelou no posto não deixou de surpreender a muitos, uma vez que era conhecido como intransigente. O posto e a época, porém, exigiam sobretudo energia. E o Presidente do Conselho a teve. O relativo êxito da política de congraçamento foi mais pelo vigor de quem a conduzia: os políticos, em sua maioria, estavam certos de que era melhor aceitar ou transigir que desaparecer. Se a fórmula conciliatória, com tantos adversários, já corria perigo, o desaparecimento do seu propugnador como que a encerra. O país recebeu surpreendido a notícia de sua morte. Todas as reservas que lhe eram feitas pelos adversários desapareceram: as qualidades do homem impunham o respeito mesmo aos inimigos. E homenagens reverentes foram prestadas à sua memória.

Balanço do Gabinete

Não é fácil dar balanço do período. De setembro de 1853 a setembro de 1856 tentou-se realmente a conciliação: os ânimos foram em grande parte contidos, as opiniões exacerbadas não tiveram eco. O país político – constituído pelos grupos dirigentes, sem maior contato popular – desejava descanso, para recomposição de forças, novo preparo dos impulsos partidários. Era um arranjo ou acordo da classe dominante, senhora da política, sem consulta ou apoio do povo, um pouco até contra ele. Os liberais, há muito fora do poder, são os que mais desejaram o programa conciliador e os que mais o defenderam, seja durante esse período, seja depois. Não se chegou à unanimidade, à paz completa. A muitos porém desagradava a política seguida. Além da oposição que se pronunciou de modo aberto, havia muita oposição latente e que só não se manifestava por timidez ou conveniência. O certo é que à morte de Paraná já havia amadurecimento para outros caminhos. Os conservadores, principalmente, estavam desgostosos, ansiando por uma plena afirmação de seus princípios. Com o desaparecimento do chefe do Gabinete essas forças buscariam o seu caminho.

Se o balanço político do período é favorável, apesar dos protestos feitos e das inquietações abafadas, também favorável é o balanço da vida administrativa, voltada para os empreendimentos materiais, característicos dessa década. Entre eles, os cuidados com as estradas de ferro e a navegação do Amazonas. Tratou-se de várias reformas, notadamente na pasta da Justiça, a cargo de Nabuco de Araújo: se nem tudo se transformou logo em lei, ficou a semente da idéia. Continuou a questão das entradas ilícitas de escravos, cada vez mais combatida, até o total desaparecimento. A vida financeira foi orientada por princípios de ortodoxia, o gosto da poupança e do equilíbrio. Houve por vezes atrito entre essa política de moderação e o ímpeto realizador de obras, vencendo sempre a prudência de Paraná relativamente a gastos. O Ministro da Fazenda era pela unidade de emissão, o capital circulante deveria ser regulado. Era de 1853 o novo Banco do Brasil. Paraná não anima os jogos de bolsa, a tendência viva da época à especulação, mas também não a abafa com medidas drásticas: em 1855 é levado a autorizar emissões correspondentes a três vezes o fundo disponível, o que provocará enorme aumento do meio circulante. O câmbio foi favorável, ao par ou mesmo acima, com ligeira queda em 1854. O orçamento foi aos poucos se equilibrando, até apresentar saldo no exercício de 1856-7.

A vida diplomática teve suas atenções voltadas sobretudo para o Prata, pelos problemas que já vinham de antes. Ainda houve troca de cor-

respondência com os diplomatas britânicos, pela questão do tráfico: há documentos expressivos da altivez do Ministro Paranhos e da inconveniência do encarregado dos negócios no Rio, Mr. Jerningham. Como o tráfico ainda se verificasse, com episódicos desembarques, uma lei de 5 de junho de 1854 trata da matéria, dificultando-a mais ainda, com o reforço da vigilância e da repressão, reforçando a autoridade. Mesmo depois, no entanto, novos desembarques ocorreram. O Governo esteve atento à questão, a fim de coibir entradas, processando agentes desse comércio, tentando regularizá-lo mesmo em outros planos, como se viu com o projeto de proibição do tráfico interprovincial, iniciativa de Wanderley e que o Ministério encampou, mas não conseguiu encaminhar.

De outras questões menores ainda seria possível falar, como dos negócios religiosos, com a famosa circular de 19 de maio de 1855, do Ministro da Justiça, que impede a entrada de noviços em ordens religiosas, pelo abandono e pobreza em que elas se acham ou mesmo pelo descalabro de algumas. Não foi o espírito hostil que ditou a ordem, mas o zelo pela vida pública e mesmo o empenho em regularizar a vida religiosa, de conformidade com a mentalidade da época. Lembre-se da atenção dada aos assuntos educacionais pelo Ministro do Império, Luís Pedreira, fundando instituto de cegos e faculdades de Teologia (arrastou-se a disputa sobre elas, sem que chegassem a ser instaladas), reformando os ensinos primário e secundário do Município da Corte, dando novos estatutos aos cursos jurídicos e médicos, além de outras medidas.

Caxias, novo Presidente do Conselho

A morte de Paraná faz com que o Gabinete peça demissão ao Imperador. D. Pedro II pede que continue a tarefa, que agora é conduzida sob a direção de Caxias, Ministro da Guerra, como Presidente do Conselho. Não teria sentido a substituição desses homens, quando a tarefa a que se propunham – a prova de nova lei eleitoral – não estava realizada, nem mesmo a divisão dos círculos ainda se completara. D. Pedro II era pela experiência; chamar outros nomes era desfazer todo o trabalho, uma vez que os grandes chefes do Partido eram hostis a ela. O Ministério se mantém, mas sem brilho e sem impulso, apenas para os expedientes de rotina e a direção do processo eleitoral iminente. Ele não teria na verdade vida parlamentar. Demais, o Ministro da Guerra e agora Presidente do Conselho, Caxias, não era homem de grande experiência política nem de brilho.

Apresentando-se na Câmara no dia 4 de setembro, Paranhos, Ministro dos Estrangeiros, diz que ele e os companheiros preferiam deixar o poder, pelas conveniências pessoais e pela dolorosa impressão em que se

encontravam. A vontade imperial é que os manteve. Quanto ao programa, é claro que é o mesmo que os seus membros já seguiam. E logo há o encerramento das Câmaras, enquanto todos se preparam para as eleições em que se experimenta o sistema construído por Paraná. Ele é que devia garantir a disputa; na sua falta, o Ministério que o auxiliou era o responsável. E D. Pedro II, sempre preocupado com o processo eleitoral, era o principal interessado em que tudo corresse bem.

Eleições com nova lei

Os Ministros sabiam que não tinham mais papel a representar. Tão logo se instalasse a nova Câmara, deviam pedir demissão, substituídos por outros. Entregaram-se, pois, à tarefa que tinham pela frente. Não deixaram de participar da disputa, com recomendações ou cartas, mas bem menos do que se praticava antes.

Nessa eleição, o critério era o dos círculos de um deputado. Dizia o § 3º do art. 1º da Lei nº 842:

> "As Províncias do Império serão divididas em tantos Distritos eleitorais quantos forem os seus deputados à Assembléia Geral."

E o 4º:

> "A primeira divisão será feita pelo Governo, ouvidos os Presidentes das Províncias."

Parte importante da lei é a final, sobre as incompatibilidades:

> "Os Presidentes de Província, e seus Secretários, os Comandantes de Armas, e Generais-Chefe, os Inspetores de Fazenda-Geral e Provincial, os chefes de Polícia, os Delegados e Subdelegados, os Juízes de Direito e Municipais, não poderão ser votados para membros das Assembléias Provinciais, Deputados ou Senadores nos Colégios Eleitorais dos Distritos em que exercerem autoridade ou jurisdição. Os votos que recaírem em tais empregados serão reputados nulos".

Feita a eleição, verificou-se resultado até então original, com apreciável representação dos liberais. O sistema revelava-se moralizador, afastando as bancadas maciças de um partido só, como era comum antes.

Muita notabilidade política foi derrotada por figuras menores, às vezes de todo desconhecidas, pelas ligações diretas com o eleitorado. Houve muita surpresa em diversas Províncias. Gente que antes se elegia

com facilidade nada consegue agora, enquanto surgem figuras bem apagadas, as famosas notabilidades de aldeia. Em Minas, por exemplo, houve coisas curiosas. Francisco de Paula Ferreira de Resende, em seu livro de memórias, evoca o que foi a experiência e conta alguns episódios: em Sabará, o Conselheiro Luís Antônio Barbosa, que já ocupara postos eminentes, com o apoio do Governo, de seu partido e setor do partido adversário, disputa com um médico desconhecido e só consegue eleger-se por dois votos; em Ubá, um rábula de pouco escrúpulo tem que lutar com Joaquim Antão Fernandes Leão, liberal, e Firmino Rodrigues Silva, conservador, e o não menos conhecido Deputado Paulo Cândido. Na véspera do pleito, os três se reúnem para que só um se apresente, a fim de evitar a eleição do rábula; todos trabalham contra ele, mas sem êxito, pois sua vitória é tranqüila. O mais grave é o que se dá em Campanha, com a candidatura do próprio filho de Paraná; o contendor é o Cônego Antônio Filipe de Araújo, que não se distinguia por muitas luzes; o cônego tremeu quando soube da candidatura do filho do Presidente do Conselho, só sentindo algum alívio com a morte inesperada do velho chefe conservador; contra o cônego atuaram os Governos geral e provincial, o Partido Conservador e parte do Liberal, obtendo a vitória, entretanto, o elemento da aldeia. Poderíamos lembrar ainda que dos vinte Deputados mineiros da legislatura anterior apenas dez conseguem a reeleição, sendo que sete foram titulares e três foram suplentes. Fazia-se de fato a renovação da Câmara.

A nova Câmara

Mais que essas derrotas ou consagrações, causou até escândalo o acordo feito entre o deputado e o suplente para que dividissem as sessões, de conformidade com interesses de um e outro, acordo que diziam assinado e garantido ante tabeliães. A nova Câmara teve maioria conservadora, mas diversos liberais foram eleitos, alguns há muito afastados das representações no Legislativo. Surgiam oportunidades para os praieiros, mas eles não tiveram êxito; o domínio dos juízes de direito era atingido aqui e ali. A demarcação dos círculos não era possível com rigor e correção, sem que interferissem interesses políticos. O Ministério não esteve ausente nesses arranjos, mas tratou de agir com prudência. Foi essa a eleição em que mais contaram os interesses particulares, as forças dos grupos, independentemente dos Partidos. Não se pensava muito neles, mas nos potentados locais. Além de conduzir a essa situação, a lei contribuiu de modo decisivo para o afrouxamento dos Partidos, decorrência da tão proclamada política conciliatória. E viu-se a disputa frenética de indivíduos, famílias, municípios, que queriam afirma-

ção. Enquanto antes era necessário o prestígio em uma província, agora basta o domínio de pequena área. E as eleições trazem muita gente nova, da qual não se sabe o caminho que vai seguir. Prevê-se razoável número de oposicionistas. Ante esse número e a inexperiência de grande parte dos novos Deputados, afigura-se aos velhos conhecedores da política – Senadores, Deputados, Ministros – que a nova situação não vai ser de fácil domínio. Afinal, os inconvenientes que os adversários dos círculos temiam foram em grande parte confirmados.

Reunindo-se em abril de 1857, em sessões preparatórias, a nova Câmara teve muito trabalho pelos casos surgidos, como os de Distritos com eleição em duplicata. Foi longa e disputada a batalha do reconhecimento de poderes, mais que nas eleições anteriores. Muitas dúvidas, contestações, duplicidades. Não só nessas reuniões preparatórias a matéria foi debatida, mas até muito depois, ao longo do ano de 1857. Na Fala do Trono, a 3 de maio, assinalava-se a "geral tendência para a concórdia e moderação".

Expectativa de novo Gabinete

Como o Gabinete só se manteria até que a nova Câmara se reunisse, esperava-se logo sua substituição. O Gabinete de Paraná e Caxias já cumprira o seu papel, realizando as eleições. Devia afastar-se, uma vez que nenhum trabalho era esperado dele. Desde os últimos dias de abril que os Ministros pensavam no afastamento. Nabuco de Araújo, principalmente, está preocupado em sair, pois sabe que há uma Câmara nova e que não vai ser fácil o trabalho com ela. Por outro lado, os velhos chefes conservadores são contra o Ministério, que alguns – os mais decididos – combateram e outros toleraram, mas que agora, sem o chefe que se impunha em parte pelo temor, não tem razão de subsistir. Caxias estava ciente da situação. Já na abertura dos trabalhos, a 3 de maio, é pacífico que o país está sem Gabinete. Foi tão razoável o afastamento do Ministério que nenhuma interpelação foi feita a propósito, como sempre se verificava. Desta vez, se o Ministério se mantivesse é que se fazia interpelação.

D. Pedro II convoca Paulino José Soares de Sousa, agora Visconde do Uruguai, para chefiar o novo Gabinete: a conferência entre eles se realiza dia 30 de abril. Uruguai não aceita o convite. Essa recusa é mais um atestado da falta de viabilidade da política de conciliação, que o Imperador tanto apreciava. De todos os grandes chefes do Partido Conservador, Uruguai era o único que não combatera com veemência a conciliação, por estar às vezes fora do país, pelos afazeres nas questões diplomáticas, ou pela amizade a Paraná. Não era, entretanto, a favor do rumo que a políti-

ca assumira, como se verá depois em seus pronunciamentos no Senado, como o de 28 de maio de 1858: "A conciliação (...) nunca compreendi e ainda hoje não compreendo esta política." Com essa recusa esvaece-se a possibilidade de continuidade da conciliação, à qual Uruguai poderia dar ainda mais sentido, pois era homem de pensamento e de ação, mas não político no miúdo sentido partidário. À frente da vida política faria obra isenta, sem sectarismos. Se Paraná fizera a conciliação um pouco pela autoridade e até pela força, Uruguai a faria com seu poder de convicção, sua firmeza de idéias, seu tato na condução dos negócios e dos homens. A sua recusa é como que o fim de qualquer esperança no sentido de sustentar o programa do último Gabinete.

E a 4 de maio de 1857, Olinda, agora marquês, é designado novamente Presidente do Conselho. Olinda vai constituir o que se chamará o Gabinete do equilíbrio. Encontram-se nele, ainda, conservadores e liberais juntos, fala-se em espírito moderado e conciliador, mas não se pode reconhecer nessa combinação, feita por simples interesse, o sentido da política de Paraná. O antigo Presidente do Conselho governara com os homens do partido que antes combatia, não lhes dando, entretanto, cargos de relevo, como os de ministro; já o novo Gabinete apresenta a principal figura de combate liberal como responsável pela Fazenda. Apesar de tudo, a conciliação condiz mais com o regime de 1853 que com o de 1857.

Olinda, de novo

O décimo terceiro Gabinete é constituído por Olinda, na pasta do Império e na Presidência; Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, na Justiça; Visconde de Maranguape, na de Estrangeiros; Bernardo de Sousa Franco, na da Fazenda; José Antônio Saraiva, na da Marinha; Jerônimo Francisco Coelho, na da Guerra. Nesse Gabinete misto, Olinda simbolizava o Partido Conservador, como Sousa Franco o liberal – o mesmo Sousa Franco que Olinda ajudara a derrubar do posto de Ministro, quando cai o Gabinete Paula Sousa e Olinda comanda a ascensão conservadora, em 1848. O Ministro da Fazenda e o da Guerra eram uma prova ostensiva do acordo, não ousado por Paraná que talvez não precisasse dela para convencer. Os conservadores não põem muita confiança no Gabinete, pela presença de Sousa Franco e Jerônimo Francisco Coelho, enquanto os antigos adeptos da política de conciliação de Paraná têm dúvidas pelo combate violento de Olinda à antiga política. Liberais e conciliadores é que darão a base de apoio do Gabinete, mais que os conservadores, que se mantêm um pouco reticentes: se é certo que Olinda fora o grande fundador do partido, há muito que não entrava em perfeita consonância com os antigos companheiros. Era amplo o trabalho

que se tinha pela frente, uma vez que a nova Câmara era incógnita a ser esclarecida. Demais, pelo fato de os Deputados terem suplentes, haveria completa instabilidade: o titular passaria por vezes o cargo ao suplente, ainda que não necessitasse de afastamento, ou por combinação entre eles, por conveniência, ou apenas para que o outro pudesse aparecer, projetando-se. Em matéria de composição com o Parlamento, portanto, o Gabinete precisava conhecer, agradar e atrair um número muito grande de pessoas, em esforços mais difíceis que no período anterior.

O programa

Olinda, como Presidente do Conselho, apresentou-se à Câmara logo no início. Dia 6 de maio diz da situação e do programa:

> "Eu entendi que o atual Gabinete devia ser a expressão da primeira das nossas atuais necessidades públicas. Aquela necessidade é a expressão franca e leal dessa política, que, uma vez proclamada do alto do Trono e levada à execução, tem conseguido fazer tender os espíritos para a concórdia e moderação. Este conceito, ao mesmo tempo que era o resultado de minhas próprias convicções, conformava-se plenamente com o pensamento augusto a que já me referi."

A declaração do velho político não deixava de ser surpreendente, uma vez que se conhecia bem sua antiga posição de hostilidade à política conciliatória. Olinda confirmava mais uma vez a diferença que há entre o militante na bancada oposicionista e no Executivo. Agora é pela conciliação, pois que este é o "pensamento augusto": na Fala do Trono de 3 de maio, o Imperador falara na "geral tendência para a concórdia e moderação", além de ser muito sabido que ele é quem mais contribuíra para a relativa paz do Gabinete Paraná. Na resposta da Câmara à fala imperial assinala-se que "a concórdia que reina nos espíritos e que atesta a união de todos os brasileiros é a obra fecunda da política moderada e conciliadora de V.M.I.". Olinda se diz pela conciliação por ser ela também o resultado de suas próprias convicções, quando fora um dos mais intransigentes adversários de Paraná e de sua reforma eleitoral. O antigo político distinguia-se exatamente pela extrema flexibilidade. Quando trata propriamente do programa do Governo, a apresentação não é mais clara ou objetiva do que a de outros Presidentes do Conselho, como se pode ver pelas seguintes passagens:

> "Quais são os princípios do atual Governo? São esses princípios o programa do Governo. Um programa de governo não é mais do que a maneira

de resolver as questões pendentes. Nestes objetos podemos considerar questões de duas ordens. Umas são relativas ao pensamento regulador dos atos do Governo, são relativas ao espírito que lhes dá vida, que lhes imprime um caráter especial em seus efeitos, não tanto em relação aos objetos sobre que recai, mas em relação à ordem pública em geral. Outros dizem respeito a objetos puramente administrativos. Quanto às primeiras, o programa do Governo encerra-se e acha-se já na exposição que acabei de fazer da maneira por que foi organizado o Ministério. (...) Quanto aos objetos administrativos, na Fala do Trono acham-se indicadas as primeiras necessidades. (...) O Ministério não pode apresentar trabalhos, que não os tem preparados; por isso, adotará os projetos que já estão em andamento em ambas as Casas, salvas aquelas modificações que julgar convenientes. (...) Esperamos que daí resultarão instituições que assegurem a tranqüilidade pública e promovam o desenvolvimento da riqueza nacional. Eis o nosso programa."

Debates políticos

Essa indefinição é logo apontada no Parlamento, como se vê no discurso de 8 de junho do Deputado Teixeira Júnior, que afirma que o Gabinete não traçou programa, foi insuficiente no que disse: "Eu não vejo senão o caos, onde não é possível concluir coisa alguma que possa autorizar a classificação dos seus princípios políticos." Não vê o atual Gabinete como continuador da política conciliadora de Paraná, política que começou a fraquejar logo que morreu aquela autoridade, com a volta das lutas políticas, como se viu em diferentes pontos na época das eleições. Teixeira Júnior não se declara propriamente contra, o que deseja é explicação completa.

A resposta é dada no dia 10 por Olinda: a política da conciliação é o grande programa do atual Governo; política que já tem oito anos, foi inaugurada pelo Gabinete de 29 de setembro de 1848, do qual era Presidente; proclamada, ampla e amadurecida, por um conservador – Paraná –, pode ser continuada por outro. Se antes havia a luta entre o "princípio monárquico e o democrático" (conservador e liberal), houve depois a pacificação. Paraná e Caxias são dignos de elogios e devem ser continuados. Os fatos deploráveis nas eleições foram poucos, mas atestam um resto de ódio que deve terminar.

A disputa prossegue, com os ataques de parlamentares e as respostas de ministros. No dia 12 faz importante discurso Sales Torres Homem, em defesa da conciliação. A seu ver, não há motivos para dissidências, os partidos já estão de acordo:

"O partido liberal governou cinco anos; e nos conselhos da Coroa, na tribuna do corpo legislativo iniciou trabalhos, organizou projetos em que transluz o espírito de sua política, e por onde é possível entrar sem medo de errar na apreciação de seus projetos. Ora, o que é que aí encontramos? Encontra-se o voto bem pronunciado pela reforma da lei de 3 de dezembro de 1841; pela reforma parlamentar e eleitoral; encontram-se ainda algumas tendências incertas de descentralização nos graus ínfimos da escala administrativa. Há alguma coisa mais? Não; a isto se limitaram seus projetos de melhoramento das instituições. (...) Qual foi a fortuna dessas reformas? Foram aceitas pela maioria conservadora, que as tinha precedentemente combatido. Desde o momento que uma Câmara dos Deputados conservadora alterou em seus pontos fundamentais o sistema da lei de 3 de dezembro e operou a reforma parlamentar e eleitoral, desde esse momento apagaram-se as cores exclusivas e rivais das bandeiras dos partidos. As condições morais de sua existência como partido desapareceram; o progressista ficou sem programa, e o conservador, que realizava essas reformas em nome do progresso, perdeu não só o seu programa, como até o seu nome sem harmonia com o caráter da missão que acabava de desempenhar."

Não há mais, segundo o Deputado, motivos para dissidência, uma vez que os liberais são conservadores e os conservadores são liberais.

Mais importante ainda é o longo discurso de 13 de junho de Nabuco de Araújo, em parte resposta ao da véspera. O ex-Ministro explica as razões da retirada do Ministério e entra em longa explanação sobre os partidos. Como sempre, a peça é bem estruturada e lúcida – apesar de algumas colocações contestáveis sobre a sociedade –, de maneira que se torna indispensável citar alguns de seus trechos, embora eles não apresentem uma perspectiva nova do autor:

"A conciliação que desejávamos era a combinação do elemento conservador como base e do progresso refletido como acessório. Mas tem-se dito que a política de conciliação mata os partidos, mas que sendo os partidos da essência do sistema representativo, a política de conciliação repugna com o sistema representativo. É da essência do sistema representativo que haja partidos, mas não que os Partidos A e B sejam eternos, imutáveis e sobrevivam às idéias que os animaram. (...) A transformação dos partidos é um fenômeno de todos os dias. Eu concebo em que uma sociedade onde há classes privilegiadas, onde existem interesses distintos e heterogêneos,

onde ainda domina o princípio do feudalismo, aí haja, como na Inglaterra, partidos que sobrevivam aos séculos; mas onde os elementos são homogêneos, como em nossa sociedade, na qual não há privilégios, na qual os partidos representam somente princípios de atualidade, que todos os dias variam e se modificam, aí os partidos são precários, não podem existir quando a idéia que eles desejam ou está satisfeita e triunfante, ou fica prejudicada pelo tempo, ou recua perante a opinião pública. As idéias são tudo; os partidos são as idéias e não podem sobreviver a elas".

Idéia de como há divisão séria entre os parlamentares está na longa discussão da resposta à Fala do Trono. Fala-se aí, no projeto, que "a concórdia (...) a Câmara confia será realizada"; apresentou-se a emenda – "confia será continuada". Em torno da palavra muito se disse, levantando-se toda a vida política. A emenda foi afinal rejeitada, mantendo-se, por capricho do Gabinete, a expressão "realizada". É importante assinalar, no entanto, que a rejeição foi feita por 53 votos, enquanto 45 foram pela alteração. A pequena maioria é evidência de que o Ministério não estava forte. O mesmo se poderia dizer que aconteceu no Senado: a resposta à fala custou a sair, com longos e apaixonados debates entre os Ministros, aí bem mais freqüentes que na Câmara, e figuras da direção conservadora, como Itaboraí, Uruguai, Eusébio de Queirós. O Gabinete queria adesão plena, eles não a queriam dar. Encerrou a disputa votação em que o Gabinete teve 24 votos, a oposição, 14. A oposição era mais forte e organizada no Senado que na Câmara.

Carestia e crises

Há muito provocavam inquietação a alta dos preços agrícolas e as crises de subsistência. O próprio Imperador se referira ao problema, como se vê, por exemplo, na Fala do Trono de 1857:

> "O preço extraordinário a que têm subido os gêneros alimentícios causa graves sofrimentos às classes menos abastadas da sociedade e reclama de vosso esclarecido zelo adequadas providências. A redução proveniente da nova tarifa das alfândegas não basta para se obter aquele resultado."

O problema é várias vezes discutido, como no dia 17 de julho pelo Deputado Paulino José Soares de Sousa, a propósito do orçamento. Quanto aos preços dos gêneros agrícolas, assinala que "marcar o preço será trazer graves perturbações no estado melindroso", no que é auxiliado por alguém

que afirma que o procedimento "é um atentado contra a propriedade". Prega-se a necessidade de colonização e imigração. A propósito do assunto, coloca-se o dilema do protecionismo ou liberalismo, como se vê no debate de Tito Franco de Almeida, dia 21, também já focalizado sobre a questão da indústria, com a concessão de empréstimo ao empreendimento da Ponta da Areia, com longos debates entre Mauá e outros. A comissão da Câmara, incumbida de estudar a carestia dos gêneros, fala nas crises, mostra a situação de outros países; acha que a indústria e as estradas de ferro afastam braços agrícolas e investem capitais que antes iam aos gêneros de subsistência. Se mais tarde compensam, é claro que há o desequilíbrio episódico. A comissão lembra ainda que fatos externos se refletem, como, por exemplo, a guerra do Oriente e "o estado mais ou menos convulsivo da Europa nestes últimos anos". O desconhecimento de máquinas e os novos processos empregados na lavoura de outros países também concorrem para a falta de rendimento das iniciativas nacionais, além de que "a pequena cultura que é que se ocupa da produção dos cereais visivelmente desmedra pela falta de braços que fogem dela para a grande lavoura de café, açúcar e algodão". Outro motivo invocado é a massa de escravos nas cidades e vilas – mais de quinhentos mil –, que são consumidores e só prestam serviços às famílias, quando teriam emprego mais eficiente se cultivassem os campos.

A pluralidade bancária

Problema fundamental do período é o da pluralidade bancária, estabelecida sobretudo quando as Câmaras suspendem seus trabalhos. O Ministério então é que começa realmente a produzir, quando não tem deveres parlamentares. Já se lembrou que a reforma de Rodrigues Torres, em 1853, estabeleceu o monopólio de emissões por parte do Banco do Brasil. Era razoável a prosperidade nacional e digna de nota a especulação que se desenvolvia. Como o câmbio fosse ligeiramente ameaçado, atribuiu-se a responsabilidade a um excesso de emissões. O Banco do Brasil tinha no início um limite legal de emissões de 200%, que já fora excedido, como se viu. Havendo choques entre a política do Governo e o Banco, por falta de recursos, apelou-se para o Banco Mauá, em março de 1858, a fim de tratar das transações de câmbio. Para sua sustentação foi lembrado antes que o Banco Mauá, Mac Gregor & Company se organizara em 1854. Se em 1853 o câmbio estivera entre o mínimo de 27 1/2, e o máximo de 28 1/2, em 1855 entre 27 e 28 1/4, em 1857 está entre 23 1/2 e 28. Outra providência para aliviar a crise foi o novo empréstimo que se contraiu com os Rotschild, em maio de 1858.

O Ministro Bernardo de Sousa Franco estabeleceu a pluralidade bancária, permitindo a vários bancos o direito de emitir, contrariamente ao

monopólio estabelecido antes. Parecia-lhe impor-se a medida pela falta de circulação monetária, sobretudo no Norte. O Banco do Brasil não criava filiais suficientes, era preciso encontrar outras formas. Não era a concorrência livre que se estabelecia, mas a pluralidade permitida pelo Governo. Se a política do Ministro se faz sobretudo depois do encerramento da Câmara, note-se que ela foi iniciada em 31 de agosto de 1857, quando se permite a faculdade de emitir ao Banco Comercial e Agrícola do Rio. Uma providência administrativa mudava o que a lei fixara. O choque entre o Presidente do Banco do Brasil e o Ministro da Fazenda era o choque entre os crentes na restrição e os crentes na dinâmica natural do dinheiro: Rodrigues Torres, agora Visconde de Itaboraí, o Presidente do Banco – o mesmo que, quando Ministro, em 1853, fixara o monopólio –, era contra a expansão do crédito inaugurada pelo Ministro Sousa Franco e tem de deixar o cargo: parecia-lhe falsa a euforia econômica do país, fruto de inflação que nada criava de consistente. Na verdade, ele é que desencadeara essa política, ainda que timidamente, vendo confirmados seus receios na prática atual.

Vários bancos passam a emitir, no Rio, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul, na Bahia, no Maranhão, alguns de modo inteiramente irregular. Emitiam de diversas maneiras, de acordo com suas normas particulares, muito acima do seu capital. Multiplicaram-se os vales. E logo é feita a relação entre a queda do câmbio e a drenagem do ouro, pelos pagamentos exigidos pelas praças européias e americanas, também elas em crise, exigindo do devedor brasileiro que logo saldasse seus débitos; a alta dos preços, salários e escravos e as técnicas financeiras adotadas. O gosto pelas ações e o interesse pelo crédito dominaram em todos os círculos não apenas da gente de negócios, mas até de outros, homens e mulheres, jovens e velhos, como se verifica pela leitura da peça O *crédito*, de José de Alencar, por vezes ingênua e inconsistente, representada pela primeira vez em 28 de outubro de 1857: como diz Pacheco, personagem da obra de costumes, "atualmente não se fala senão em crédito, senadores, deputados negociantes... Até as senhoras mesmo já discutem."

A política de Sousa Franco não encontrava pleno apoio do Ministério nem do Imperador, todos tímidos e apegados à ortodoxia em matéria financeira. Como os conservadores já tinham suspeita do Ministro, passam a ter boas razões para combatê-lo. É fácil agora essa luta. E é o que se vê na legislatura de 1858, quando todas as energias se concentram no combate à política financeira que se considerava audaciosa. A chamada febre bancária assusta a prudência conservadora. O Ministro pode de-

fender-se chamando a atenção para o desdobramento das atividades, para a fertilidade do crédito, para o fato de que o Banco do Brasil sustenta o lugar de primazia entre os outros e para as crises que se verificam nos Estados Unidos e na Europa, que restringem suas compras no Brasil e obrigam o país a enviar numerário em pagamento de suas muitas dívidas. O preço menor da mercadoria brasileira não fornecia as importâncias devidas, que tinham de ser complementadas com outros pagamentos. A conjuntura internacional desfavorável nos era prejudicial. Lembrava ainda aos inimigos que a especulação era ampla desde 1853, com a criação do Banco do Brasil e a febre de crédito, com os capitais sem o emprego tradicional do tráfico, voltados para a agiotagem. As palavras do Ministro ressoavam menos do que a dos adversários, pois o país tinha a ortodoxia financeira e era temente de qualquer prática tida por herética. É o que se vê nos longos debates da Câmara e sobretudo no Senado, que tem mais freqüente a presença do Ministro, que é argüido e contestado por gente como Itaboraí, Eusébio de Queirós, Uruguai. Na Câmara, distingue-se no combate Sales Torres Homem, que diz sempre que o novo sistema é muito velho, vem das experiências de John Law, do desejo de fazer capital apenas com papel. O certo é que a experiência desalentava a maioria dos dirigentes nacionais, com o excesso de circulação, o papel depreciado, o câmbio em declínio, as especulações conduzindo a crises com quebras e ruínas, à alta do custo de vida.

Mais debates políticos

Em 1858 a conciliação continua a ser objeto de debate. Na Fala do Trono, o Imperador afirma que "o espírito de concórdia e moderação que tem presidido à política do meu Governo continua a produzir seus salutares efeitos". Logo, porém, há crítica violenta ao Ministério. Sérgio Teixeira de Macedo, em 9 de junho, lembra a ação do Gabinete passado, que apresentou a conciliação nos princípios com a reforma eleitoral, enquanto o presente nada faz, além de "nomeações para aqui, demissões para acolá, questões pessoais enfim". E o Deputado é conservador. O debate continua, com ataques e defesas, sem qualquer nota original. Sérgio Teixeira de Macedo volta, com mais objetividade, em 16 de junho, quando trata da política do Ministro da Fazenda, que vê como diversa da que é pregada pelo Presidente do Conselho; se nos mesmos Partidos há diferenças, mais nos Gabinetes de coalizão, como o atual, em que o Ministro da Fazenda Sousa Franco é antigo liberal, enquanto Olinda é conservador. O Deputado pensa que não é o Presidente do Conselho que dirige os negócios: "ou por menos hábil, ou por outra qualquer razão, não tem sido o verdadeiro ministro influente". Compreende-

se, pois, que o Gabinete tenha sido chamado de Olinda-Sousa Franco. O Ministro da Fazenda é acusado não só por sua política financeira, mas por perseguições generalizadas no Pará, com a demissão dos inimigos, até mesmo de professores.

No debate sobre conciliação e partidos, chega-se por vezes a formulações curiosas, como a que é feita em 17 de junho por Cândido Mendes de Almeida, Deputado do Maranhão, segundo a qual o dever do Partido Conservador consiste principalmente na manutenção, tanto quanto possível, de todas as soluções que se acham recebidas no país, enquanto o Partido Liberal tem missão diversa, qual seja, a de agitar idéias. Essa conceituação pobre provocaria o aparte de Francisco Otaviano, de que, conforme a definição, o Partido Conservador deve estar sempre no Governo e o Liberal sempre na oposição. Problemas regionais, sobretudo no Rio Grande do Sul, animam grandes debates. Sales Torres Homem comenta o Gabinete, agora com severas restrições, sobretudo por causa do Ministro da Fazenda, que divide o país com "a questão incandescente do crédito bancário". Se antes apoiava o Gabinete, como já se viu, hoje tem perspectiva mais ampla: o Governo não faz a conciliação em todo o país, uma vez que certas áreas continuam palco de disputas; critica sobretudo o ministro da Fazenda, para concluir:

> "Na política de conciliação, que herdou de seus predecessores, o atual Ministério nada fez para que progredisse de um só passo; e criou uma época vaga, entorpecida, sem fisionomia e sem caráter."

A mesma opinião é emitida pelo Deputado Paulino José Soares de Sousa, que se queixa de perda de tempo, pois não há proposta do Governo a discutir, com o país estacionário desde 4 de maio de 1857. Os discursos de Olinda na Câmara são realmente vagos: o de 30 de junho, por exemplo, é uma série de considerações sobre a conciliação de princípios, sem maior interesse, anunciando que vai falar também sobre a execução do programa e não fala nada. A resposta à Fala do Trono custa a ser votada. O Parlamento está muito dividido. Barbosa da Cunha pode dizer em 30 de junho que a oposição é grande:

> "Não acreditem os Ministros que a oposição neste recinto limita-se a uma terça parte da Câmara, isto é, aos que falam e votam francamente contra o gabinete. A oposição existe até nos bancos da maioria artificial que apóia o Gabinete."

E pede a renúncia do Ministério, pelos seus malogros na política externa e na política interna. Mais tarde, em 5 de agosto, Sérgio Teixeira de Macedo diz que os oposicionistas da Casa são em número de quarenta, "fora aqueles que pensam conosco, mas que entendem que há perigo em uma mudança". O Ministro da Justiça, falando dia 1º de julho, entende que a conciliação vem sendo executada, não obstante agitações em certas áreas. Se há autoridades diferentes aqui e ali, homens de diversa origem política, algum já falou na política como um mosaico. Não se pode tentar a substituição desse mosaico pela uniformidade. Lembrando a colocação sobre os partidos, feita por Cândido Mendes de Almeida, já citada aqui, é contrariado pelo autor de tal idéia, que diz ser essa uma interpretação menos exata de seu pensamento. Vê-se que a oposição já é bem numerosa quando se lembra que o pedido de encerramento da resposta à Fala do Trono, fonte de intermináveis discussões, em 6 de julho, é aprovado por 65 votos e negado por 35 votos.

Fugindo às questões de política quase doméstica, o Deputado Francisco Carlos Brandão, em 3 de agosto, discutindo o orçamento do Ministério dos Estrangeiros, lamenta que a nossa vida tenha sido quase toda européia, quando é conveniente que nos voltemos para os vizinhos do Norte, "que necessariamente hão de portar-se para conosco como nossos amigos naturais". Vê aí um modo de enfrentar a arrogância britânica. Em apartes, outros lembram que o Brasil deve aos Estados Unidos a boa disposição que para o Brasil mostra o Ministério inglês.

Em estranho discurso de 4 de agosto, Cândido Mendes de Almeida declara que a Igreja Católica é aqui uma serva; que é certo que a Igreja tem sofrido mais de seus protetores que dos perseguidores, "sendo conveniente que a protegessem menos e a tolerassem mais". E fala sobre os três territórios que há ao norte do Brasil e que são colônias de monarquias européias: acha que o Governo brasileiro deve ter interesse em estabelecer monarquias nessas colônias, que é certa a independência delas. Ante o aparte do Ministro dos Estrangeiros, que estranha a idéia e diz que o Brasil nada tem a ver com os outros, o Deputado responde que é idéia para o futuro.

O fim do Gabinete

Se o Ministério não fora organizado com unidade de vistas, o seu exercício só fez aprofundar as separações. Não tinha meios de subsistir, uma vez que não formava um bloco coerente, com programa bem definido, faltando-lhe ainda o apoio de grande parte do Parlamento, que o combatia, sem falar em muitos que o aceitavam oficialmente, mas não lhe eram solidários nas medidas, sobretudo as

financeiras. Sabia-se que o Imperador era contra a política adotada. O oposicionismo mais vivo estava no Senado. O sinal do reconhecimento da desagregação foi dado por Olinda, com o ato de nomear Presidente de Pernambuco o conhecido Manuel Felizardo de Sousa e Melo, figura tradicional de conservador intransigente e que dava combate feroz à ação de Sousa Franco, que toma posse no cargo a 6 de dezembro de 1858. João Maurício Wanderley, no momento afastado das lutas políticas, não aceitou o posto, para o qual chegou a ser nomeado. Olinda, colocando na administração Manuel Felizardo, adversário do Gabinete no Senado, evidenciava o impasse em que se encontrava. O Presidente de Pernambuco é escolhido pelo Chefe do Conselho exatamente depois de demitido da inspetoria da Alfândega do Rio, pelo combate a Sousa Franco.

Com a retirada do Gabinete, D. Pedro II chama o sólido conservador Eusébio de Queirós para organizar Ministério, mas ele recusa, apesar das insistências, alegando problemas de saúde. Também Uruguai recusa o posto. Convoca-se então o antigo liberal que se convertera aos conservadores, Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté. É o Gabinete de 12 de dezembro de 1858.

3. O FIM DA CONCILIAÇÃO

Problema cronológico

Se não é fácil conceituar a conciliação, também não é fácil estabelecer os seus limites cronológicos. Já se viu que vários Gabinetes falaram nela, mas é a contar do Ministério de Paraná, de 6 de setembro de 1853, que se consagra o seu início; quanto ao término, poder-se-ia falar em 4 de maio de 1857, com a composição que tem Olinda na Presidência do Conselho. Verifica-se aí, no entanto, a presença de dois Ministros liberais, sendo que um deles – Bernardo de Sousa Franco – terá tanta importância como o próprio Presidente. Embora não rigorosamente dentro do espírito da política de Paraná – apesar da presença de liberais em cargos de relevo como os de ministro, o que antes não se admitia –, deve-se considerar esse Gabinete também como de conciliação.

Percebe-se o embaraço do problema no discurso de 4 de junho de 1864, no Senado, de Nabuco de Araújo, sobre os partidos. O orador não se define claramente, ora sugerindo que a volta das lutas partidárias se faz em 1858, ora em 1860. Aparteado por Silveira da Mota, acaba por estabelecer o ano de 1860, embora o seu raciocínio leve à conclusão de que o ideal conciliador morre em 1858. E volta a falar sobre o novo partido,

fundado em idéias, "no interesse da regeneração do sistema representativo", anunciando o Partido Progressista, uma vez que "era essa também a expectativa do país, que não queria os partidos históricos, nem o Conservador, nem o Liberal".

No Gabinete de 12 de dezembro de 1858, sob a direção de Abaeté, o espírito que domina é o do Partido Conservador, quase com exclusivismo. Para efeito puramente formal, portanto, consigne-se aí o fim da conciliação. Dessa data até a Liga, sucedem-se três Gabinetes que são conservadores, mas não podem ser confundidos com o espírito partidário de antes. Se neles há figura de Ministros intransigentes, puritanos, há a presença de moderados, e a Presidência do Conselho cabe a políticos que não podem receber acusação de extremismo, como Abaeté e Caxias; mesmo Ferraz, bem mais marcado, no exercício do importante cargo não se revelou sectário.

O Gabinete de Abaeté

Abaeté organizou Ministério, reservando-se a pasta da Marinha. Para a do Império convocou Sérgio Teixeira de Macedo; a da Justiça, Nabuco de Araújo, substituído em 21 de março por Muritiba; a de Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos; a da Fazenda, Sales Torres Homem; a da Guerra, Paranhos, depois, em 12 de fevereiro, Manuel Felizardo. Era um conjunto essencialmente conservador e que devia ser de luta: estranhava-se aí o fato de o Presidente do Conselho ocupar a pasta da Marinha, até então sem muito relevo e quase sempre destinada a políticos jovens – era por ela que se costumava fazer a iniciação na carreira de ministro. Abaeté não tinha muita garra partidária, pois passara de liberal a conservador; também Paranhos não era de espírito estreito de partido, não só por seu passado como por sua mentalidade ampla; Nabuco, antigo conservador, empenhara-se pela conciliação e tinha há muito reservas ponderáveis relativamente às ortodoxias partidárias; não podia permanecer, e foi logo substituído por Muritiba, conservador mais decidido, capaz de configurar melhor o conjunto, em harmonia com os colegas; essa a verdadeira causa da mudança, atribuída na época por vezes à suscetibilidade por discordâncias com os companheiros da Fazenda e do Império. Manuel Felizardo era conservador exaltado, bem conhecido, peça essencial na desagregação do Ministério anterior; Sérgio Teixeira de Macedo e Sales Torres Homem haviam sido adversários do Gabinete anterior, notadamente o Ministro da Fazenda, antigo exaltado e hoje conservador, que combatera com veemência a política financeira de Sousa Franco. A escolha do novo Ministro da Fazenda era como que todo um programa, a certeza de que as questões financeiras continuariam a ter o maior realce e agora em linha oposta à que se seguira antes. Nessa substi-

tuição de nomes há uma prova nítida da falta de firmeza administrativa, negação de qualquer continuidade.

Iniciando-se no período de recesso parlamentar, o Gabinete tem relativa tranqüilidade, até o começo das sessões, já com algum atraso, a 10 de maio de 1859. A Fala do Trono, como sempre, nada contém de importante, recomendando, entre outras coisas, a divisão do Ministério do Império, pela variedade de seus objetos, a necessidade de regular casamentos, ainda não considerados pelas leis vigentes, como imposição da moral pública e futuro da colonização. Causou estranheza o fato de que ela não falou em conciliação – objeto de intermináveis debates e perguntas, qual o motivo de substituir a palavra que se tornara constante por uma referência à política de moderação e justiça.

Questões políticas

Logo no princípio, na Câmara, começa a agitar-se a figura de quem grandemente a dominará – Martinho Campos. Como o Gabinete não se impunha, pela visível heterogeneidade, já havia reservas quanto a ele; estas se agravam com a saída de Nabuco de Araújo. Lembre-se ainda a questão financeira, que tanto divide. Forma-se logo, pois, uma dissidência conservadora, que conta com a aliança de pequeno grupo liberal, formando assim oposição que atua e tem de ser considerada. A 14 de maio, Martinho Campos declara que "cumpre não percamos tempo com questões abstratas da política", mas é sobretudo com questões políticas, teóricas ou corriqueiras que se ocupa: quer saber as razões de retirada do Ministério anterior, tão sabidas de todos, como quer ser informado sobretudo como do atual "foi expulso o Sr. Conselheiro Nabuco". No mesmo dia, Saraiva faz importante discurso em que coloca o que vai ser o problema básico do ano – a pluralidade ou unidade em matéria de emissões:

> "O Ministro (o da Fazenda) veio dizer-nos que só quer um único banco de emissão, que tudo o mais deve desaparecer, ou antes veio ameaçar imprudentemente grandes interesses, assentados na opinião da Câmara, do país, e das melhores opiniões em matéria de crédito e de circulação. O Ministro, vencido o ano passado, quer ser hoje vencedor."

Ante o aparte do Ministro Paranhos, que lhe diz que o Ministério passado não deve declinar a responsabilidade (Saraiva falou que o sistema havia sido estabelecido pela Câmara), o Deputado diz com ênfase: "Não a declinamos, porque não podemos, não devemos renegar o fato mais glorioso da administração de 4 de maio."

Outra questão comum a propósito de gabinete é a de programas. Martinho Campos reclamava o do atual. Sérgio Teixeira de Macedo diz que o Gabinete tem situação particular, pois ele é que fez a Fala do Trono e apresentou os relatórios das diferentes pastas, nos quais há todo um programa de ação, mais que simples palavras de propósitos. Entrando em matéria política, ante a observação de Saraiva de que não se falara em conciliação, esclarece:

> "Estão ainda frescas na lembrança desta Casa e do público do Rio as discussões que nos separaram dos Ministros que nos cederam o lugar. Nunca atacamos o programa, o sistema de governo enunciado aqui pelo Marquês de Olinda; atacamos sim o modo por que esse sistema era entendido, era desenvolvido. Uma grande questão começou a separar-nos do Ministério, mesmo quando lhe dávamos apoio em outros objetos. A política que se tem chamado de conciliação é entendida por cada um talvez de modo diferente. Foi por isso que não apresentamos essa mesma palavra no discurso da Coroa. A nossa política é da moderação e da justiça, tendo por base a conservação das instituições, sujeita porém às exigências de um progresso refletido."

Debates sobre a conciliação

A conciliação daria ainda muita matéria. Dia 16 de maio, por exemplo, sobre ela fala longamente Sales Torres Homem, sobre as suas diversas interpretações. Entre outras passagens:

> "A conciliação não é em rigor uma política, é uma regra de conduta que os governos se propõem seguir com relação aos partidos existentes. A conciliação tem por objeto unicamente o esquecimento das lutas passadas, o arrefecimento das paixões que elas suscitaram."

E Muritiba, Ministro da Justiça, dizendo coisas vagas como defesa das instituições e apego ao progresso refletido e moderado, justiça e moderação: "A política que nós atualmente seguimos não diverge da que praticou o Gabinete de que foi chefe o Marquês de Paraná." Há outros pronunciamentos, entre os quais destacamos o de Joaquim José Pacheco:

> "A Fala do Trono veio-nos ainda mais revelar que o atual Ministério não quer a política de conciliação, nem mesmo sinceramente praticada; condenou essa política, e substituiu-a por – justiça e moderação –, o que quer dizer que o Governo é conservador sob promessa de moderação. Com a

saída do Sr. Nabuco, com a eliminação da palavra – conciliação – e com o programa do Barão de Muritiba é para mim fora de dúvida que a política de conciliação recebeu um golpe mortal."

Dia 24 de maio trata da matéria o Presidente do Conselho, em discurso bem urdido, mas que nada tem de especial. Lembre-se apenas a afirmativa:

"Não existe no discurso da Coroa a palavra conciliação aplicada à política, por isso que o Gabinete sempre entendeu que a conciliação não podia constituir um sistema de governo. A conciliação é um fato que naturalmente se operou, é um fato que devemos aplaudir; mas de certo a conciliação não é um sistema de governo."

Dia 1º de junho, no Senado, Olinda diz que se assiste às "exéquias da defunta conciliação", uma vez que o Gabinete não falou nela. No mesmo dia, na Câmara, faz longo e admirável discurso Saraiva, com o histórico da conciliação, da política de 1848 a seus dias. Logo depois, dia 3, responde-lhe Sales Torres Homem, que não há razão para os receios que anuncia, de reações contra o Partido Liberal. O Deputado Fernandes da Cunha, em 4 de junho, discorre sobre a falta de significado de debates sobre conciliação, tolerância, moderação, justiça, concórdia. São todos conceitos vagos e que os governantes proclamam e sabem que devem praticar. O que importa é a atenção às "grandes questões sociais, de organização política e administrativa, industrial ou financeira". Para elas convoca o país, que deve ter programa de engrandecimento. No mais são simples palavras que só podem servir – diz citando o atual Ministro do Império em discurso do ano anterior – de "caniço para pescar maiorias". Não são mais que palavras, nada de sério.

Um pouco na mesma linha, fala, dia 6, Francisco Otaviano:

"No dia em que a nova geração compreender sua verdadeira missão e força, no dia em que ela se unir, uma vez de nos estarmos imolando em holocausto às ambições insaciáveis, cuidaremos de reparar o edifício do Império com vantagem real para a monarquia e para as franquezas das Províncias."

No mesmo dia, no Senado, Nabuco de Araújo critica a substituição das palavras na Fala Imperial, vendo-a com inquietação. E fala mais uma vez

da necessidade de novos partidos, fundados em idéias. E três dias depois Abaeté sentencia:

"O que o Governo deseja é a solução das importantes questões administrativas e sociais."

Questão financeira

A questão financeira apresenta-se como terrível dilema para a Câmara: se ela apóia o que o novo Ministro da Fazenda quer, compromete o seu crédito, pois também aprovou o antigo, que tinha programa oposto; se não corresponde ao desejo dos Ministros, ganha na opinião pública, mas põe em jogo a situação política. Tito Franco de Almeida pronuncia-se contra a nova política financeira, que vê como um divisor de opiniões.

Sales Torres Homem, que foi o principal adversário de Sousa Franco, tinha que praticar nova política. Assim, logo a 30 de abril de 1859 impede que o Banco do Brasil faça emissões correspondentes ao triplo do fundo de que dispõe, revogando artigos de decreto de 5 de fevereiro de 1856. O Ministro, em projeto à Câmara, de 15 de junho, pretende restabelecer a circulação metálica; quer que os bancos realizem suas notas, com o reembolso em ouro, no prazo de três anos; que só o Parlamento dê autorização a novos bancos emissores ou dê outros prazos aos que já funcionam. Dos dezoito estabelecimentos bancários que permite em 2 de abril, nenhum pôde funcionar ou se incorporou, pela falta de base para garantir ao público e ao Tesouro a eficiência. A anulação brusca de quanto se permitira no período anterior não podia ser feita, por imprudente, perigosa e prejudicial a muitos que se comprometeram pelas concessões oficiais. É claro que essa política severa despertou iras de quantos se beneficiavam de favores ou tinham apego à movimentação dos negócios, com sucessivos empreendimentos. Era outro instante da luta entre a estabilidade financeira, com a ordem monetária, e a expansão econômica.

Outras questões

A questão dos casamentos mistos tem trâmite difícil; o Ministro do Império diz que há inconveniência, pelos embaraços criados pela Santa Sé. A resposta à Fala do Trono, quase sempre tão longamente discutida, é apresentada e logo aprovada. Não se discute a matéria, diz Francisco Otaviano a 27 de maio, pelo fato de que não se chegaria a nenhum resultado; os raros deputados que não acompanham o Governo preferem discutir suas propostas e o orçamento:

"Creio mesmo que não há nesta Casa uma oposição no sentido atribuído geralmente a esta palavra. (...) Causou já estranheza o dizer um deputado que neste ano as questões econômicas deviam ser preferidas às questões políticas. Não é só entre nós, é em todos os países cultos, que hoje o problema social chama a atenção dos pensadores. As questões da miséria, do salário, do trabalho são as que mais desvelos estão merecendo dos escritores e estadistas. Portanto, a oposição que chamasse o Gabinete, não para os debates políticos, mas para a realização de suas promessas sobre assuntos econômicos, seguiria o mesmo caminho que lhe apontam as nações mais importantes do mundo civilizado. (...) No entanto, a esperança de que o Governo se haja de ocupar seriamente com a miséria pública e com os interesses da produção nacional não é corroborada nem pelo relatório do Ministro do Império, nem pelo procedimento que vai tendo nesta Casa. (...) Sua apreciação dos fatos econômicos é superficial."

A proposta do Governo de criação de uma Secretaria é considerada desnecessária pela oposição. Entretanto, ela pede, como se viu no discurso de Francisco Otaviano, maior interesse pela produção nacional. Ora, a nova Secretaria deve tratar sobretudo de problemas agrícolas, até aí subordinados a uma pasta que trata de vários e disparatados assuntos.

Em debate de 9 de julho, coloca-se interessante problema, qual seja o das oligarquias, sobretudo agora vivo, com o sistema dos círculos. O Deputado da Bahia, Casimiro Madureira, diz não temer as chamadas oligarquias da Corte, antes temendo as das províncias: "Essas oligarquias da Corte têm sido sempre as melhores sentinelas dos direitos da população das províncias." Ante os apartes de outros, reafirma sua idéia de que essas figuras dominantes da Corte "neutralizam as estreitas oligarquias regionais". O problema é aflorado, mas não aprofundado, quando é de rico conteúdo, pois coloca o caso do político de prestígio no grande centro, na Corte, obtendo votos no interior, através de agentes; a nova situação, criada pelos círculos, afastou muitas dessas figuras, projetando as "notabilidades de aldeia", que se vêem agora fortes nas Províncias longínquas e também no centro das decisões. É questão ainda não suficientemente esclarecida, mas não parecem nítidas as vantagens dessa substituição. A lembrança do Deputado Casimiro Madureira é digna de estudo.

O Governo, débil e pouco apoiado, esgotou-se no debate da matéria financeira. Foi um dos momentos de maior paixão no Parlamento, com veemência poucas vezes vista. O projeto saneador de 15 de junho, apresentado por Sales Torres Homem, teve tramitação áspera: aprovado na

Câmara por pequena margem de votos, era a palavra de condenação do Ministério, sem condições de permanecer. O Gabinete pensou em adiar a sessão para depois dissolver a Câmara. Não contaria com o apoio imperial. Preferiu, pois, retirar-se, dando lugar a nova formação ministerial, em 10 de agosto de 1859. Estivera no poder pouco menos de oito meses.

O Gabinete Ferraz

Ângelo Muniz da Silva Ferraz foi quem organizou o Gabinete, conservando de início as pastas da Fazenda e do Império, substituído nesta a 3 de setembro por João de Almeida Pereira Filho; a da Justiça coube a João Lustosa da Cunha Paranaguá; a de Estrangeiros a Cansansão de Sinimbu; a da Marinha a Francisco Xavier Pais Barreto, e a da Guerra a Sebastião do Rego Barros. A figura do novo Presidente do Conselho era bem conhecida, sobretudo pela decisiva atuação que teve no combate ao Marquês de Paraná. Em geral admirado com restrições, era temido mesmo pelos amigos, pela instabilidade e até pela incoerência. Causou certo espanto sua designação. A notoriedade que adquiriu o indicava para o posto, quando os grandes nomes do Partido Conservador estavam gastos ou não se dispunham a aceitar a incumbência. Oposicionista terrível em certa época, ficou depois acomodado, desde que passou a Senador.

A mudança de Gabinete é interpretada como derrota da política financeira de Sales Torres Homem: os adeptos da flexibilidade nas emissões e bancos pensam que ganharam a parada. O Ministro, porém, prudentemente, não faz definição. Vai aproveitar o período mais produtivo para o trabalho, que é o posterior ao encerramento das Câmaras, para estudo da matéria. Proclamando-se livre de compromissos, vai fazer a política de conformidade com o que julga correto, sem propriamente ser continuador ou adversário de quanto se fizera. Na verdade, trata-se do fortalecimento do Partido Conservador: os que derrubaram o Gabinete Abaeté, por causa da política financeira ou qualquer outra razão, apóiam a nova ordem; já os membros da situação que caiu não podem combatê-la, pois Ferraz vai em grande parte realizar exatamente o programa financeiro pelo qual o Gabinete anterior se empenhou até cair.

O programa

Na sessão de 11 de agosto, Ferraz apresenta o que chama de programa. Pode-se encontrar aí o reconhecimento da importância do posto e de suas dificuldades; que o Gabinete é expressão do Parlamento, com o qual espera viver em harmonia; que a atitude política externa é de benevolência e paz; que na política interna espera "o concurso de todos os homens de mérito, (...) quaisquer que sejam as suas

opiniões"; justiça e moderação, defesa do quadro institucional; a precariedade da situação financeira, o estudo obrigatório do sistema econômico para seu ajustamento; finalmente, a promessa de que "em tempo oportuno" os "objetos de tão alto alcance" vão ser considerados. Como se vê, é o plano comum das generalidades. Dia 19 de agosto, em resposta a críticas que lhe dirigia Teixeira Júnior, pode declarar enfaticamente: "Não sou continuador de política alguma". E a sessão de 1859 termina sem maiores problemas.

A sessão de 1860

Já a de 1860 é animada, por vezes, com oposicionismo sistemático. É o que se vê, por exemplo, com a atitude de Martinho Campos, em discurso de 31 de maio. Como na Fala do Trono se consignasse a necessidade de "dar aos Presidentes e Secretários de Província a estabilidade compatível com os interesses do Estado" – sabe-se que o mal maior das administrações provinciais era exatamente a mudança contínua das autoridades –, o deputado censura o Gabinete de querer criar "presidentes de decênio", para mais um golpe nas instituições. O deputado liberal reconhece que seu partido saiu da arena e está em quase completa abstenção há muito. Contra o oposicionismo de Martinho Campos aparecem mesmo alguns de seus amigos, como Saraiva, que aceitam muitas das teses do Gabinete e a idéia de que a Presidência das Províncias precisa ser mais organizada. Não demora a aprovação da resposta à Fala do Trono.

Reforma da lei dos círculos

Cogita-se de reforma eleitoral, uma vez que o círculo de um deputado provocou muita queixa. Sérgio Teixeira de Macedo apresentara projeto ampliando a representação a três deputados, com a redução do número de círculos, de modo a criar unidades maiores e menos sujeitas ao arbítrio de uma oligarquia. A comissão designada para dar parecer sobre a matéria foi favorável à iniciativa. No dia 12 de junho, o Deputado Padre Miguel de Araújo, inimigo do Gabinete, censura o projeto, vendo nele o intento de destruir "a obra magnífica e sublime da conciliação". A matéria é muito discutida. Pronunciamento curioso é o do Deputado mineiro Francisco Campos, em 26 de junho, contrário ao projeto: é favorável ao círculo de um deputado, embora temeroso de que seu juízo seja visto como fruto de interesse pessoal, pois se reconhece "surgido das aldeias", sem outro título que "a estima e a confiança das aldeias", só conseguindo alguma coisa com o sistema que se estabeleceu de distritos.

Definições políticas

Dia 30 de junho, Martinho Campos faz definição política sobre seu liberalismo, que não é radical, mas amigo da ordem; não é do espírito das Assembléias francesas de 1789 ou

1848, das quais teme, entendendo que "a Câmara dos Lordes na Inglaterra é muito mais liberal do que essas Assembléias revolucionárias da França".

Francisco Otaviano consigna, dia 30 de julho, que o Governo vai perdendo apoio: sua maioria era mais expressiva no ano passado, desfalcando-se de grande número de membros importantes por causa da questão bancária. Ante o empate na votação de um aditivo de Tito Franco de Almeida, irrita-se o Ministro do Império, que faz da reforma da lei de eleições questão ministerial. Nova votação é feita, ganhando o Gabinete por seis votos, apesar do que se dizia que era só de "meia dúzia a oposição". A exigência do Ministro foi considerada absurda, e a reconsideração do voto por alguns vista como humilhante. Vê-se que a base parlamentar por vezes era precária. Ferraz, discursando na Câmara em 2 de agosto, é queixoso:

> "Há um defeito. Este parte da organização e regime do parlamento brasileiro.(...) Porque não se pode obter uma lei importante senão depois de uma protelação imensa, porque as minorias entendem que são um quinto poder no Estado, que têm direito de se oporem à passagem de todas as medidas tendentes a melhorar a situação. (...) É preciso que convenhamos em que a marcha que temos seguido não nos pode conduzir senão ao descrédito do sistema parlamentar."

Os conservadores estavam bem mais unidos que em anos anteriores. A bancada liberal era mínima. O que explica alguns de seus êxitos em votação é a capacidade de luta de alguns oposicionistas, que armam sérias situações para o Governo. Entre os liberais, distingue-se em primeiro plano Martinho Campos, mineiro que está na representação do Rio de Janeiro.

Outro discurso da sessão, digno de nota, é o de Saraiva, de 10 de agosto, em defesa dos gastos com grandes obras públicas. Ele e os mais que são por tais iniciativas foram acusados de loucos:

> "Por mais que me custe a expor-me a ser tido por homem de pouco juízo, eu não hesitarei nunca em alistar-me no número dos loucos que nutrem a grande e generosa ambição de ver o país cortado de caminhos, de vias férreas, de canais, embora tudo isto nos desequilibrasse o orçamento e nos fizesse dever dezenas e dezenas de milhares de contos de réis. (...) Por muito tempo a nossa escola há de ser tida como menos sensata por aqueles que elevam a prudência à ordem da primeira virtude, sem se recordar

de que ela não tem merecimento senão como o corretivo da expansão demasiada da atividade humana."

Depois de lembrar o exemplo dos Estados Unidos, quando da construção do canal Erié, diz:

"Quero pertencer à escola dos loucos, porque tenho a certeza de que a dos prudentes nada fará senão trazer o expediente em dia."

Criação do Ministério da Agricultura

A máquina administrativa tem pequena alteração com uma pasta: a da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criada em 28 de julho de 1860. A providência já fora pedida até na Fala do Trono, de 1859. O fato é digno de nota: país que tinha na agricultura o fundamento exclusivo de sua riqueza e desenvolvimento, não se preocupava muito com o tema, não tendo sequer repartição encarregada de seus assuntos. Afinal ela é criada, embora tenha funcionamento precário, pela falta de técnicos capazes de acioná-la. O país não tinha o gosto pelas novidades, não desenvolvia o ensino ou o estudo de matérias mais técnicas, por seus graves preconceitos contra o trabalho manual, típicos de sociedade fundada na escravidão; para o brasileiro convencional, informado de valores retóricos, estudo era só o de humanidades ou leis, para formar o letrado ou o bacharel, origem de quase toda a vida política.

Os círculos de três deputados

Duas questões marcaram a vida do Gabinete: a eleitoral e a financeira. Ante as críticas freqüentes aos distritos de um deputado, fixados na lei obtida por Paraná em 1855, é que se ampliam as representações dos círculos para três deputados, como se vê no Decreto nº 1.082, de 18 de agosto de 1860. A idéia do distrito de três deputados já fora sustentada mesmo no Gabinete de Paraná pelo Ministro Nabuco de Araújo, média entre o sistema eleitoral anterior e o que se propunha, nem a representação por toda a Província nem a de um pequeno distrito, mas foi recusada pelos colegas de Ministério, embora também Paranhos a apoiasse. O círculo de um era a obsessão de Paraná e de D. Pedro II. A conquista essencial da lei anterior é mantida, qual seja a expressão mais direta da vontade popular em distritos, não muito amplos, ao mesmo tempo que se corrigem seus possíveis defeitos de excessos de familismos, personalismos e todas as expressões de hipertrofia do poder privado, com unidades não tão pequenas. A nova lei não era condenação da anterior, mas tentativa de seu melhor ajustamento, depois da experiên-

cia. Assim é que era apresentada, apesar dos protestos veementes dos inimigos.

As leis financeiras

Quanto ao problema financeiro, já vimos que o Ministro da Fazenda anterior e com ele o Gabinete se exauriram na passagem de medidas que tentavam corrigir o que lhes parecia desvio da vida financeira, com liberdades e perturbações de toda ordem, com a pluralidade de emissões. Se Sales Torres Homem tem o posto que era de Sousa Franco, esperava-se pelo encaminhamento do novo Ministro. Os que festejaram a queda do Gabinete Abaeté, supondo a vitória dos inimigos das severas restrições financeiras, logo foram desapontados. Em 30 de setembro de 1859, Ferraz publica o regulamento da selagem dos bilhetes e notas promissórias. Estabelece-se aí o selo proporcional aos fundos da sociedade, bem como a fiscalização severa, regularizando a vida das sociedades anônimas, de maneira a fazer-lhes muitas experiências, quando até então viviam em relativa liberdade, sem cumprimento de determinações. As praças mais atingidas, as do Rio e Bahia sobretudo, protestaram. A providência do Ministro indicava que a política de restrições do Gabinete anterior ia ser mantida.

Já vimos o projeto que Sales Torres Homem apresentou à Câmara e conseguiu fosse aprovado, com pequena maioria; cabe agora ao Senado tratar o projeto, que sofrera várias alterações. Discutida a matéria financeira na sessão de 1860, a Lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860, trata do meio circulante e dos bancos de emissão. Procurava-se aí regular a matéria com a exigência, para emissões, de depósitos em metal; fixavam-se condições para o resgate, no combate à inflação que se generaliza. Os adeptos da emissão e do grande movimento de capital, como instrumento da vida econômica, para iniciativas de todo tipo, que multiplicariam os recursos, vêem na lei a morte do espírito de empresa. Ferraz tinha em vista a sanidade da circulação, o fim das práticas especulativas e das miragens do dinheiro. Era preciso diminuir as emissões dos bancos e tornar à moeda metálica. Ante essa preocupação, que lhe parecia a maior, deixava em segundo plano o que sua providência podia significar de impacto no comércio e na indústria.

A política do Ministro da Fazenda Ferraz vem a ser, portanto, a de Sales Torres Homem, que pode cantar vitória: ele foi derrubado do posto, mas as leis que apresentou foram as vitoriosas. A lei de 1860, complementando o que já se fizera antes, quebra o ímpeto das iniciativas. Como diversas tinham mais caráter de especulação que de operosidade, é possível que muitas das desistências nada significassem de negativo. As falên-

cias que então se verificaram foram de empresas sem base real ou desculpas de empresários inescrupulosos. Destruíam-se as ilusões criadas pelo Governo em 1857. Maior rigor administrativo na execução e fiscalização do que se concedera antes, sem a severidade restritiva, talvez evitasse alguns danos causados no ano da lei e depois.

Prova de que a política do Ministério era algo amadurecido temos nas leis ou ordens complementares, anteriores ou posteriores. Assim é que o decreto de 5 de setembro de 1859 fixa que todas as associações enviem ao Tesouro ou às Presidências das Províncias resumo de quanto se operou na semana antecedente. Do dia 30 do mesmo mês e ano é o regulamento do selo sobre o capital, já referido. Publicada a lei de 1860, outras estabelecem princípios que tornam a política ainda mais completa: em 1º de outubro, regulam-se o recolhimento e substituição de cédulas inferiores a 50$000 no Rio e a 25$000 em outras partes; outros decretos tornam a fiscalização dos bancos bem mais rígida; decisão ministerial de 10 de novembro fixa o limite das emissões dos bancos; concede-se prazo curto a bancos e associações para que cumpram a formalidade do depósito e tenham os estatutos aprovados; decreto de 14 de novembro trata das falências. Vê-se que o ano de 1860 foi fértil em medidas de caráter financeiro. Tais providências, tendentes à regularização, criaram muitas dificuldades imediatas, sobretudo na Bahia, cuja praça se permitira maiores liberdades. Daí a crise que perturba o seu mercado no fim do mesmo ano e chega a turvar o clima de euforia e festas que lá se verifica com a visita do Imperador, em outubro.

Eleições de 1860

As eleições de 1860 são feitas pela nova lei, que estabelece o distrito de três deputados. O Gabinete declarava deixar a disputa aos Partidos. Os velhos chefes da ortodoxia conservadora incumbiram-se de fazer seus representantes. Os liberais contaram com o apoio dos grandes núcleos urbanos, como o Rio, Ouro Preto, São Paulo e outros, cujos centros comerciais defendiam a política financeira menos restritiva. A política de Ferraz, unificando o partido conservador, fez que ressuscitasse o Partido Liberal, praticamente afastado desde 1848. A unidade conservadora era apenas aparente: suas divergências beneficiariam os liberais. Assinala-se agora nas urnas a vitória de algumas figuras que são expoentes do partido adversário do Governo. Entre eles, distingue-se Teófilo Otoni, o antigo radical da Regência e do movimento armado de 1842 em Minas, que depois se afasta, entregue a empreendimentos pioneiros. Homem de grande capacidade de domínio e sedução, faz campanha em termos audaciosos para a época, pondo em moda como símbolo polí-

tico o uso do lenço branco e outros artifícios de político que tem algo de demagogo. Vence no Rio, juntamente com Francisco Otaviano e Saldanha Marinho, também conhecidos; como vence também em Minas, opta pela representação de sua Província. É para a disputa dessa cadeira de deputado que o liberal escreve sua famosa *Circular*, na qual conta sua vida e faz análise da evolução política do Brasil – muitas vezes inteligente, mas quase sempre sectária – e que tanta repercussão teve. A vitória liberal no Rio como que compensava o partido de seus dissabores e ostracismo.

Acontece, porém, que o velho espírito não tinha condições para reaparecer, tal como era em 1842 e 48. Ele e as dissidências dos conservadores formariam nova força política, que amadurecia aos poucos. Não havia clima para o espírito político-partidário da década dos 40, como se evidenciará pouco depois. Antes que as Câmaras se reunissem, Ferraz tratou de afastar-se. Falando no Senado dia 8 de maio, reconhece que não podia permanecer depois das eleições, não havia ambiente para continuidade da política encetada; demais, reconhece que não havia vistas comuns sobre o que fazer, de modo que o Gabinete devia afastar-se. Depois de ter governado mais de 18 meses, dá lugar a outro, sob a direção de Caxias, em 2 de março de 1861. A convocação do militar para o alto posto foi interpretada como resposta do Imperador à vitória liberal, anúncio de repressão – hipótese sem fundamento, seja por D. Pedro II, seja por Caxias.

Caxias, de novo

O Presidente do Conselho formou Gabinete convocando para a pasta do Império, interinamente, Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato, logo substituído, a 21 de abril, por José Antônio Saraiva, que por sua vez cedeu o posto, em 10 de julho, a José Ildefonso de Sousa Ramos; a Justiça coube a Saião Lobato; na pasta de Estrangeiros, interinamente, José Maria da Silva Paranhos, em 21 de abril Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, substituído a 10 de julho por Benevenuto Augusto de Magalhães Taques; Fazenda, Paranhos; Marinha, Joaquim José Inácio; Guerra, Caxias; Agricultura, Joaquim José Inácio, e, em 21 de abril, Manuel Felizardo de Sousa e Melo. Não havia homogeneidade de vistas, como se nota na presença de um Saraiva ao lado de um Saião Lobato, aquele moderado, este conservador histórico, intransigente – vermelho ou puritano, como se dizia. Pela primeira vez era nomeado alguém para a Agricultura: a escolha recaiu em um oficial da Armada, que era ministro da Marinha, para logo passar a Manuel Felizardo, conhecido chefe conservador que já fora Ministro da Guerra. Não era bom começo para a pasta.

Havia desconhecimento das dificuldades a serem enfrentadas, uma vez que se tinha nova Câmara. Qual seria exatamente sua constituição era incógnita. Algumas figuras mais conhecidas e importantes do passado continuam, enquanto aparecem pela primeira vez homens como José Bonifácio, José de Alencar, Tavares Bastos. Alguns liberais, dos mais exaltados, estavam eleitos; as dissidências entre conservadores permitiam falar em emperrados, puritanos, vermelhos, moderados, progressistas, conciliadores. Requeria-se tato para compor situação durável. Em momento tão difícil, o Presidente do Conselho é Caxias, homem de altas qualidades, mas que nunca revelara particular finura política. Lembre-se o que dele dizia há muitos anos na Câmara, em 26 de junho de 1858, o Ministro Sousa Franco, comentando a vida política logo depois da morte de Paraná:

> "... a fraqueza do Gabinete por faltar-lhe a cabeça e porque o sucessor na presidência do Conselho, embora tivesse muitos outros títulos de merecimento (...) não era muito próprio para ser chefe de Gabinete. (...) Estou lhe reconhecendo muitas qualidades superiores, menos a de estadista e orador para ser chefe do Gabinete em um governo parlamentar."

A apresentação de Caxias no Senado é muito pobre como programa. Já se assinalou aqui que tais obras não primam pela objetividade, perdendo-se em coisas genéricas que nada dizem e a nada levam. O de Caxias, em 8 de maio de 1861, no entanto, é excessivo na falta de palavras claras:

> "Os princípios do Gabinete estão bem indicados pelos precedentes das pessoas que dele fazem parte. Os meus colegas e eu somos conhecidos; por isso penso que me posso dispensar de dizer qual o sentido em que dirigimos os negócios da governança. Entendo que presentemente o país quer, sobretudo, a rigorosa observância da Constituição e das leis e a mais severa e discreta economia dos dinheiros públicos, atentas às circunstâncias do nosso atual estado financeiro. Os atos devem valer mais do que as palavras; e peço a todos que nos julguem por nossos atos."

Debates políticos

A Fala do Trono e a resposta tratam do sistema de administração das Províncias, que tem de ser melhorado, ou da crise de subsistência, pelos rigores do clima, notadamente no sertão da Bahia. A Câmara perde tempo infinito discutindo eleições. Os liberais

chegam com muito vigor, com projetos sobre acumulação de empregos públicos, sobre aceitação de postos da parte de Deputados ou parentes e outras idéias que têm caráter moralizador. Teófilo Otoni faz longo discurso a 27 de junho, com censuras ao Gabinete por sua ausência na Câmara, ou por seu silêncio; refere-se à falta de expressão da Fala do Trono, "discurso de cumprimentos, pálido e descorado"; quer saber como é que se dissolveu o Gabinete antigo e se constituiu o atual; fala da falta de respeito ao Parlamento com a nomeação para as pastas da Fazenda e da Marinha de homens que disputaram as eleições e foram recusados nas urnas. No dia seguinte, Paranhos defende o Gabinete das acusações, mostrando a falta de base de quanto se disse; trata da conciliação, fazendo curiosa referência à harmonia entre os políticos e a nova ordem econômica:

> "A abolição efetiva do tráfego de escravos (...) deixou disponível uma grande massa de capitais que se empregavam nas especulações da costa da África. Esses recursos foram novos e fortes estímulos para as tendências pacíficas da nossa sociedade, concorreram poderosamente para o desenvolvimento industrial e comercial que se observou entre nós. (...) A conciliação, pois, não era a concepção abstrata de algum estadista, era a expressão do verdadeiro estado da nossa sociedade, era a resolução do nosso problema social sob as condições que os acontecimentos tinham estabelecido."

O discurso do Ministro é brilhante e exato nessa associação entre o político e o econômico, mas não a aprofunda devidamente, por não ver a exata relação entre as coisas, que apenas intui.

A resposta à Fala do Trono é longamente discutida, até a aprovação em 8 de julho, com expressivo número de votos oposicionistas. E há as clássicas discussões sobre pormenores sem significado, como as matrículas de estudantes, o aumento do ordenado do porteiro da Academia de Belas-Artes. A saída de Saraiva e de Sá e Albuquerque do Gabinete é outro assunto interminável. Paranhos explicou-a no dia 10 de julho não como ruptura, mas por eventual discordância em aspectos secundários. Os liberais exploram o fato, e o próprio Saraiva mais de uma vez vai à tribuna, antes declarando que não foi por motivos frívolos como se sugeria, até chegar a afirmativas mais contundentes, embora não se prestasse nunca à exploração que os liberais queriam fazer, negando-se "a correr o reposteiro da sala de nossas conferências ministeriais". Não é propriamente Caxias o alvo dos liberais, mas Saião Lobato, que envolvem em intrigas. E

nesses problemas e nos de reconhecimento de poderes e contestações eleitorais esgota-se o tempo, o fim da sessão chegando sem que as providências básicas da vida parlamentar fossem tomadas.

Cartas do Solitário

Em 1861, inicia suas campanhas um jovem deputado pela Província de Alagoas, que se distinguiria menos pela constância na tribuna ou pelo brilho que pelas importantes teses em cuja defesa se empenhou. Tavares Bastos não foi Deputado comum, mas homem que tinha corpo orgânico de idéias, fruto de observação da realidade, da experiência, do estudo de outros países e muita leitura. Pode-se discutir muito do que escreveu, mas não se pode deixar de reconhecer que não era um improvisador, como é regra na política nacional. A crítica que freqüentemente lhe fazem, de alienação ou mimetismo, não tem procedência. Suas teses recusadas hoje e que já o foram em sua própria época, com muita justeza, resultam de equívocos de formação, de falta de maior sensibilidade para o econômico, mas não de cópia de modelos estranhos. E pela capacidade de observador e pela erudição podia suprir suas deficiências. Em 1861, Tavares Bastos inicia a atividade na Câmara dos Deputados e a obra de publicista, na qual constam estudos de muito relevo. Se no primeiro escrito *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro* já se encontraram alguns de seus temas preferidos, é com as *Cartas do Solitário* que se afirma o pensador político. Publicadas no *Correio Mercantil* no segundo semestre de 1861 e em parte no ano seguinte, com o pseudônimo que tanto preocupou, colocam problemas fundamentais do país, analisando-os devidamente, como a escravidão, o ensino religioso, a reforma administrativa, a liberdade de cabotagem, a abertura do Amazonas, as comunicações com os Estados Unidos. Já é idéia constante a crítica à centralização, com a necessidade da descentralização administrativa, matéria de muitos outros estudos – livros, panfletos ou discursos –, até culminar com *A Província*, em 1870, a obra mais expressiva da campanha pelo federalismo no país. O caráter liberal de quanto escreveu, com espírito ortodoxo, se é responsável por algumas atitudes simpáticas, é que o levou às teses extremadas contra qualquer protecionismo à indústria ou a favor de liberdades ao estrangeiro, que poderiam acarretar prejuízos a atividades nacionais. De qualquer maneira, no cenário comum dos debates, perdidos em questões menores, a contribuição de Tavares Bastos adquire lugar de relevo na época, colocando-o entre os pensadores políticos que devem ser referidos.

Estudos do Visconde do Uruguai

Se a obra de Tavares Bastos representa ampla e por vezes profunda reflexão sobre a realidade, na linha dos princípios liberais, na mesma época publica importantes estudos, na perspectiva conservadora, o antigo político Visconde do Uruguai. Enquanto um inicia a sua carreira – que não foi longe, pois morreu cedo –, o outro já a conclui, há muito afastado das lutas, só episodicamente freqüentando o Senado, pouco indo à tribuna. Uruguai é patrimônio de seu partido, do qual é ainda um dos mentores, apesar do distanciamento, quando os conservadores estão divididos e longe do poder. Encarna os seus princípios, traduzindo-os em livros que encerram toda a experiência que adquiriu e que são de consulta obrigatória para a justa colocação do pensamento político do Império e do processo de então: *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, em dois volumes, publicado em 1862, e *Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias no Brasil*, também em dois volumes, publicado em 1865. Encontra-se nessas obras um dos mais completos depoimentos sobre a política nacional. O autor, que ocupou vários e importantes cargos, com passagens pelo Executivo e pelo Legislativo, com práticas da diplomacia, longas permanências no exterior e muito conhecimento de livros, notadamente de Direito Constitucional e Política, tudo trabalhado por inteligência lúcida e bom senso admirável, dá nesses livros subsídios para o administrador ou legislador de sua época, como para os historiadores do futuro, que têm aí muita riqueza de informações e equacionamentos. Uruguai ficaria como símbolo da defesa da política unitária do Império, da centralização bem compreendida, contra os perigos da falta de unidade.

Oposição ao Ministério

Logo no início da sessão de 1862 já se sentia a impossibilidade de ser mantido o Gabinete. A Fala do Trono colocava problemas caros aos liberais: a necessidade de melhorar a administração das Províncias, modificações na lei eleitoral para evitar equívocos, revisão da lei de 3 de dezembro de 1841, de modo a dar mais garantia às liberdades individuais. A idéia de uma Liga de conservadores moderados e liberais ganhara ainda mais corpo. Já é razoável a oposição ao Gabinete. A mais expressiva é a que se observa no Senado, como se vê no discurso de 20 de maio, de Nabuco de Araújo. Se no ano anterior ele se declarava ministerial, agora é oposicionista. Não é um oposicionista sistemático, pois é Senador e "o Senado não faz política". Tratando da situação, diz:

> "O Parlamento está dividido em três partidos: o Partido Conservador puro, que domina todas as posições oficiais, dispõe de todos os meios ofi-

ciais, e não pode por conseqüência deixar de ter proselitismo e adesões, e os dois partidos, Moderado e Liberal, que repelem esse *uti possidetis* do Partido Conservador."

Sentindo a situação atual e a do futuro próximo:

> "O que eu não admito (...) é que se não possa fazer uma Liga com os liberais, porque em razão do seu passado eles estão perpetuamente excomungados. Eu não sou liberal, mas digo que não é possível admitir essa perpétua exclusão de uma porção de brasileiros..."

Trata depois do que foi a conciliação e da necessidade de partidos políticos:

> "Quando digo que os partidos políticos são convenientes, refiro-me aos partidos regulares, partidos com idéias, com princípios, com antagonismos, com disciplina, com responsabilidade; partidos civilizados, que porfiam, mas não se excluem; que se substituem, mas não se exterminam; infelizmente nós não os temos."

Mostra como os conservadores, os liberais e os moderados não têm idéias, quer "que os partidos se legitimem por meio de idéias", fala da necessidade do surgimento de uma força nova, com princípios. O efeito do discurso, pela autoridade de quem o pronunciou e pelo conteúdo, foi extraordinário.

Se no Senado ecoa uma palavra assim, na Câmara a resposta ao discurso imperial vai definir posições. Zacarias, verdadeiro chefe da oposição, no dia 19 de maio censura o Gabinete e faz emenda ao projeto apresentado: "A Câmara examinará os relatórios dos diferentes Ministérios, apreciando devidamente as informações que contiverem." Era pequena ressalva que se sugeria, para juízo futuro. O Deputado Barbosa da Cunha, em discurso de 19 de maio, trata da dissidência, que lhe parece injustificável, não só pelo fato de o Governo ter procedimento exemplar, como pela dubiedade de posições entre os chamados ligueiros, até há pouco adversários; não vê perspectiva para um gabinete formado por eles, pela falta de base. O Ministro Saião Lobato, no dia seguinte, fala da oposição, composta de dois grupos, moderados e liberais. Também em defesa do Gabinete fala o Deputado Bandeira de Melo, dia 21 de maio, aparteado por Saraiva, que diz que a dissidência conservadora pode ligar-se aos liberais, por não ter medo deles; Bandeira de Melo censura a nova aliança, pois

são graves essas associações episódicas com o inimigo, em que se sacrificam às necessidades de um dia idéias antigas, terminando por pedir que se reconsidere o passo dado.

Quem encaminha a questão para o desfecho é Francisco Otaviano, que diz que queria discutir a política, mas não o faz pela ausência continuada do Presidente do Conselho; afirma que o grupo liberal aceita a emenda apresentada pelo outro grupo, "com o nosso concurso", pois essa emenda "significa um voto de desconfiança ao Gabinete". O Ministro Paranhos aceita o encerramento da discussão, e a emenda é aprovada. Parecia ter havido empate, a recontagem de votos proclama a vitória da emenda. Cabe ao Ministério então retirar-se ou dissolver a Câmara. O Imperador não aceita a medida drástica e convoca o chefe da oposição entre os Deputados, Zacarias, para formar novo Gabinete – o de 24 de maio de 1862. O de Caxias vivera quase quinze meses. Apresentando-se na Câmara dia 27 de maio, já sob nova situação, o ex-Ministro Paranhos trata brevemente das razões da retirada: o Ministério não podia marchar com a Câmara, propôs a sua dissolução; D. Pedro II não a aceitou. Inaugura-se mais que um gabinete, mas nova composição política, em que conservadores e liberais se compõem para o Governo. É a época da Liga, pedida, como se viu no discurso de Nabuco de Araújo no Senado, alguns dias antes.

4. A LIGA E A RENOVAÇÃO DOS PARTIDOS

Primeiro Gabinete Zacarias

Surpresa de votação, em plenário da Câmara dos Deputados, leva à política que se chamou da Liga ou do Partido Progressista, que se estende de 1862 a 1868. É nova tentativa de conciliação, sem apelo a todas as forças, em que se compõem liberais e conservadores moderados. O Partido Conservador perdera a unidade: além dos velhos chefes, representantes da ortodoxia e que tinham assento no Senado, outros chefes, igualmente ilustres e antigos, como Olinda, formavam grupos compondo-se com os liberais – assim eles se mantinham em posição eminente e mesmo no Governo, enquanto os elementos do partido adverso obtinham posições, conseguiam participar um pouco do poder. As forças estavam muito divididas, caminhava-se para uma terceira posição, de que se fazia arauto Nabuco de Araújo. Era uma nova conciliação que se esboçava ou novo partido político, unindo os liberais – há tanto afastados –, e os conservadores que não se davam bem com a oligarquia dominante em suas fileiras.

A mudança de Gabinete foi surpresa de contagem de votos no plenário, mas o reconhecimento de outra situação que ela representou não foi surpresa, pois há muito amadurecia a luta na Câmara, no Senado e na imprensa para nova experiência conciliadora. Reconhecia-se sobretudo que os partidos antigos estavam esgotados e era preciso buscar outras idéias e composições.

O Gabinete de 24 de maio de 1862 teve como presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos, que ocupou também a pasta do Império; a da Justiça coube a Francisco José Furtado; a de Estrangeiros, a Carlos Carneiro de Campos; a da Fazenda, a José Pedro Dias de Carvalho; a da Marinha, a José Bonifácio de Andrada e Silva; a da Guerra, a Manuel Marques de Sousa, e a da Agricultura, a Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. Era a primeira vez que D. Pedro II convocava para a Presidência do Conselho um deputado, cargo que cabia sempre a um senador e chefe de partido. É que Zacarias era o chefe da oposição na Câmara, o porta-voz das novas idéias, assim como Nabuco de Araújo o era no Senado, até com mais expressão e programa. Surgindo em condições inesperadas e sem possibilidade de lançar raiz, Zacarias apresenta-se à Câmara dia 27:

> "Sem elevar a justiça e a economia à altura de um programa político, o Gabinete considera obrigação indeclinável ser justo e econômico, (...) muito cumpre que os orçamentos sejam no país uma realidade."

Entre as medidas reclamadas pela opinião pública e que acha que devem ser realizadas estão: coibir o abuso da prisão preventiva, aliviar a guarda nacional, quanto possível, do serviço ordinário, fazer alterações na lei de 3 de dezembro de 1841, principalmente na parte em que a política administrativa anda confundida com a judiciária. Demais, quer melhorar o estado da lavoura e do comércio. Em aparte, o Deputado Rodrigo Silva podia lembrar-lhe que o programa era o mesmo do Ministério passado.

Sales Torres Homem analisa a situação, criada por "um laço armado à fortuna":

> "A Liga (...), não a posso aceitar como partido político. Composta de elementos de origem e de natureza diversa, animada de aspirações diferentes e até contrárias, a Liga oferece-se antes aos olhos do país como uma variada coleção de cores e matizes do espectro solar. (...) Para derrubar um ministério, estas coligações temporárias e heterogêneas serão talvez

> coisas excelentes. Mas para fundar um governo e dar satisfação aos interesses da ordem, da liberdade, elas são de todo impróprias".

Em defesa da situação fala o próprio Zacarias e, sobretudo, José Antônio Saraiva, que proclama, enfático:

> "Nós, conservadores moderados e liberais, ou antes, nós que formamos hoje o partido progressista do Império..."

A nova situação tinha dois chefes principais: Nabuco de Araújo, no Senado, homem moldável às composições, um dos esteios da Conciliação, e depois, no breve domínio conservador, quem requer a revisão dos partidos, tornando-se mais tarde um dos mentores da nova corrente liberal; Zacarias, na Câmara. Pelo tipo autoritário e pelo passado, o então deputado não parecia pessoa de levar a bom termo uma aliança como a que se esboça. Seus inimigos poderiam lembrar-lhe que ainda há pouco, em discurso de 5 de julho de 1861, ele dizia:

> "A Liga nada produz que seja de préstimo; porque, assim como em mecânica o equilíbrio é inércia, assim em política a combinação de elementos opostos, em proporções iguais, traz consigo esterilidade. Se na Liga entram mais homens de Estado de uma crença que de outra, a minoria é levada a reboque pela maioria e sacrifica-se. Eu só compreendo liga como uma combinação transitória e de circunstância, e nada mais; pode havê-la entre nós, como tem havido em todos os países; mas não é combinação própria do estado normal das sociedades. Em meu humilde modo de pensar as coisas só marcham em regra, o sistema constitucional só funciona normalmente, quando ou só conservadores ou só liberais dirigem, na suprema administração, os destinos do Estado."

Zacarias, porém, será o chefe do primeiro Gabinete da Liga, bem como de mais dois outros. Defendendo-se da acusação de contraditório – feita por Sales Torres Homem, por exemplo –, diz, dia 28 de maio, que "as ligas dependem de oportunidade. (...) Eu a considero indispensável nas circunstâncias em que se acha o país".

A falta de base da situação nesse fim de maio era evidente. Por uma votação ela surgiu, por outra desapareceu. Contra o Governo, Sales Torres Homem propõe o adiamento de discussão sobre promoções na Armada, "até que a Câmara possa convencer-se de que o Ministério está

disposto a executar fiel e restritamente o presente projeto de lei". Zacarias diz não dar importância ao projeto e que o adiamento não é questão de confiança. Cruz Machado propõe que se encerre a discussão, Francisco Otaviano requer voto nominal: quem for pelo requerimento oposicionista é que desconfia do Governo. A proposta inimiga, que contou com 46 subscritores, é aprovada por 49 votos, contra 43, em 28 de maio. Sem apoio na Câmara, o Ministério tem que renunciar. Vivera oficialmente menos de uma semana: na verdade, entre sua apresentação aos Deputados e queda, apenas algumas horas. Foi mesmo um ministério de anjinhos, como ficou conhecido. Em 30 de maio começa o 18º Gabinete do Segundo Reinado.

Olinda, terceiro tempo

Convocado pela Coroa, assume mais uma vez a Presidência do Conselho o Marquês de Olinda, que ocupa também a pasta do Império; a da Justiça coube ao Visconde de Maranguape, substituído interinamente, em 8 de junho de 1862, e, em caráter efetivo, em 9 de fevereiro de 1863, por Cansansão de Sinimbu; a de Estrangeiros ao Marquês de Abrantes; a da Fazenda ao Visconde de Albuquerque, substituído, em 8 de abril de 1863, pelo Marquês de Abrantes; a da Marinha a Joaquim Raimundo de Lamare; a da Guerra a Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, substituído, em 12 de maio de 1863, por Antônio Manuel de Melo; a da Agricultura a Sinimbu, substituído, em 9 de fevereiro de 1863, por Pedro de Alcântara Bellegarde. A composição ficou conhecida como o "Gabinete dos Velhos". De homens sem forte vinculação partidária, é a vitória da Liga, de uma força nova. Vencido por votação na Câmara o Gabinete Zacarias, D. Pedro II não convoca os conservadores puritanos, apelando ainda para o elemento da Liga, que lhe merece confiança.

Na apresentação do programa, dia 31 de maio, Olinda é, como de outras vezes, bastante vago:

> "Para manifestar os princípios, direi, quanto à política, que o nosso programa está nas nossas opiniões, nos nossos atos, aquelas manifestadas, e estas praticadas no decurso de muitos anos. (...) Quanto aos negócios administrativos, um programa não é mais do que o complexo de medidas urgentes, imperiosas do momento. Ora, na Fala do Trono acha-se uma exposição das medidas mais urgentes; nós adotamos esta exposição da Fala do Trono como nosso programa. A solução das questões que nela se envolvem, esta solução pede estudo."

Se Martim Francisco, Saraiva e outros apóiam o Gabinete, Martinho Campos não o apóia, examinando Mministro por Ministro e com dúvidas sobre o Governo constitucional no Brasil. O mesmo deputado, algum tempo depois, em 9 de julho, na discussão do orçamento dos Estrangeiros, critica asperamente a repartição, concluindo que se podia aboli-la, sem prejuízo, pois "a nossa vida principal é no interior". O Deputado mineiro Ferreira da Veiga, em 2 de agosto, apresenta projeto de criação de nova Província – a de Minas do Sul, entre o Rio, São Paulo e Goiás, com a capital em Campanha –, projeto que conta com a assinatura de outros Deputados mineiros. E a sessão de 1862 termina sem questões de maior interesse, com as opiniões muito divididas. Esperava-se a dissolução da Câmara, que é adiada. Ela é indispensável para que a Liga se fortaleça.

Questão Christie

O Brasil teve problemas com o Governo britânico, como se viu a respeito do tráfico, além de outros, como os referentes à renovação do tratado de comércio, em 1842. Lembrem-se ainda as questões criadas pela exorbitância de diplomatas aqui representantes, como se pode ler pela correspondência desses agentes com os Ministros de Estrangeiros. Quem mais se distinguiu nesse particular foi William Dougal Christie, que armou um caso em torno de dois acidentes insignificantes: a pilhagem da fragata *Prince of Walles*, que naufragou em 1861, nas costas do Rio Grande do Sul, com a fuga dos assaltantes; o episódio de junho do ano seguinte, no Rio de Janeiro, quando oficiais da fragata *Fort* desacataram a autoridade e foram presos, embora logo soltos. Christie exigiu indenização pelo primeiro caso e satisfações pelo segundo: considerando que o Governo não tomava as providências cabíveis, ordenou que navios britânicos se apossassem de navios brasileiros. O assunto, convenientemente noticiado, provocou a grita do povo: D. Pedro II assumiu a defesa da honra nacional, vivendo aí o seu maior instante de popularidade, com manifestações de apoio em todos os cantos e setores. Pagou o que foi exigido e pediu satisfações pelo que se praticara contra o país. Não considerando razoável a resposta, Brasil e Grã-Bretanha romperam relações. O arbitramento, pelo rei da Bélgica, foi de todo favorável a nós. Quando D. Pedro II estava em Uruguaiana, em 1865, por causa da guerra com o Paraguai, foi procurado por diplomata britânico, e as duas nações se recompuseram.

Dissolução da Câmara

Na Fala do Trono de 1863, entre outras generalidades, fala-se na necessidade de modificação da lei de 3 de dezembro de 1841, da Guarda Nacional e do recrutamento. As antigas

teses liberais são hoje patrimônio comum. A única questão que se apresenta é a proposta de felicitações a S. Majestade pelo patriotismo "nos graves acontecimentos da capital", "por ocasião do deplorável conflito da legação inglesa nesta Corte": proposta que é aprovada com urgência, com pareceres imediatos da comissão, pelo entusiasmo de que se acham todos possuídos. E logo vem a dissolução, em 12 de maio, convocando-se outra Câmara para 1º de janeiro do ano seguinte.

Eleições

As novas eleições, feitas sob o domínio da Liga, apresentavam muitos problemas regionais: aqui era preciso falar que ela é a própria imagem do Partido Liberal, em outra Província que é o espírito conservador moderado, que se entende com as idéias do adversário, no que lhe parece razoável, mais além que é uma composição entre as duas forças. O Partido Conservador, no que tinha de ortodoxo, foi sem convicções para a luta, acusando Olinda, antigo fundador, de traição aos companheiros. Se os velhos chefes saquaremas se recolheram um pouco, o tom agressivo coube a Sales Torres Homem.

A nova Câmara

O espírito sectário se revelou nas reuniões preparatórias da Câmara, na recusa sistemática dos diplomas do Partido Conservador, reconhecidos apenas aqueles poucos que não puderam de modo algum ser sofismados. Olinda preferiu retirar-se. Feita a eleição, os ligueiros vitoriosos, devia tomar essa decisão, para que da nova ordem surgisse outro Gabinete. Vai dominar o Partido Progressista, há tanto pedido por gente como Nabuco de Araújo. E a Câmara de 1864 a 1866, da 12ª legislatura, é brilhante e diversificada, com velhos que já haviam atuado em episódios distantes e moços que querem um lugar: entre aqueles, um Teófilo Otoni – dos principais *artífices* da vitória – ou os praieiros de 48. A representação conservadora era mínima. A Câmara era quase unânime, mas a fusão logo revelaria sua debilidade.

O Gabinete Olinda permaneceu até 15 de janeiro de 1864: durou pouco mais de sete meses. Trabalhara razoavelmente em coisas administrativas que não aparecem muito: entre outras, a adoção do sistema métrico francês e o registro dos casamentos de acatólicos. Falando no Senado, dia 18 de janeiro, Olinda mostrava que no estado de divisão da Câmara era impossível governar. Os novos Deputados, saídos de uma situação que poderia ter sido dominada por ele, se quisesse atuar, através dos processos eleitorais sempre usados, estavam ansiosos por afirmação, queriam que tudo começasse de novo.

D. Pedro II e o Diário de 1862

Na consideração da política do período é indispensável referir a pessoa de D. Pedro II, pois, de acordo com a

Constituição, ele encarnava o poder moderador, "chave de toda a organização política": tudo partia dele, tudo convergia para sua pessoa. Na segunda metade do século ele já está maduro, capaz de exercer o Governo, nos múltiplos setores. Não é mais o menino que se deixa cercar por um grupo e que, para afirmar-se, pode às vezes impor nomes ou idéias que são simples caprichos, como se viu nos primeiros anos de seu reinado. Agora tem idade para dispensar tutelas ou atitudes de exibicionista; tem opiniões firmes e próprias, de modo que não se submete a partidos ou a nomes, apresentando-se sempre como chefe real; tem prudência para exercer sem perigo direitos tão altos, como os que lhe são conferidos pela Constituição, ao especificar o que compete ao poder moderador. Se por vezes é tímido, de poucas iniciativas, com idéias acanhadas da vida pública e da natureza do Estado, é pelos dotes intelectuais: lúcido, mas homem mediano. O Imperador encarna uma fase da vida do Brasil, dirigindo-o com os recursos e as limitações do lugar e do momento.

Discutiu-se muito, no plano teórico ou prático, se o rei reina e não governa ou se reina, governa e administra. A verdade é que D. Pedro II não só reinou e governou, mas administrou. No uso legítimo de suas atribuições, convoca os homens que devem ser ministros ou o que deve organizar o Gabinete; mesmo aí, sabe-se que não deixou de ter influência na escolha de nomes, com sugestões ou vetos. E administrou também, como se vê pelo depoimento de ministros, parlamentares e, sobretudo, por documentos que ficaram, de cartas e bilhetes, com recomendações de todo tipo, desde os problemas importantes até os mínimos, por vezes enervando as autoridades, que se sentiam fiscalizadas ou com suas áreas invadidas, como se poderia ilustrar com muitos exemplos. O cuidado com a coisa pública e as preocupações que o levam a agir é que explicam as lendas que se criaram em torno de seu nome, do exercício do "poder pessoal" ou do "imperialismo". Os políticos em oposição falaram nessas exorbitâncias, conservadores ou liberais, mas, sobretudo, liberais. Modelos expressivos dessas críticas são a *Circular aos Eleitores pela Província de Minas*, de Teófilo Otoni, de 1860, e *O Conselheiro Francisco José Furtado*, de Tito Franco de Almeida, de 1867. Sabe-se que as duas obras são significativas da época e tiveram enorme repercussão. O próprio D. Pedro II teve muita atenção voltada para elas, como se vê nas várias referências ao escrito de Teófilo Otoni, em seu *Diário* de 1862 e nas inúmeras anotações que fez à biografia elaborada por Tito Franco de Almeida, tão esclarecedoras de pormenores da história imperial, sem falar nas respostas que lhes foram dadas, algumas por encomenda.

O certo é que o poder pessoal, com o que tinha de absolutismo ou de "imperialismo", foi referido sempre por políticos contrariados em seus intentos. O cuidado com pormenores da administração não revela tendência absolutista; quanto às sugestões ou vetos para nomes de Ministros ou Presidentes de Província, foram provocados por idéias de valor intelectual ou de moralidade, quase sempre. As tão condenadas trocas de situação – de um gabinete liberal por conservador, por exemplo, quando o vigente contava com maioria parlamentar – eram uma busca do país real, pois D. Pedro sabia que o processo das eleições era falho, as maiorias sem representatividade; quando sentia os tropeços de composição do Gabinete com o Parlamento, com suas dissidências, que tornavam inviável qualquer solução, mudava os partidos dirigentes da política, na conhecida rotatividade que impediu que um dos grupos se perpetuasse no poder. Mesmo uma substituição retumbante, como a que se verifica em 1868, não fere as regras do jogo político, está dentro das normas, pois o Brasil não teve o regime parlamentar. O tão referido parlamentarismo imperial é apenas força de expressão. A política aproximou-se, por vezes, desse modelo, mas não o realizou, que ele não estava nem no espírito nem na letra das leis nacionais, era impossível com a precariedade eleitoral, com as constantes dissidências dos partidos – inconsistentes, pela falta de programas e estruturação, pouco mais que simples ajuntamentos de pessoas –, com as mudanças contínuas e os atributos do poder imperial.

Parece-nos que a melhor visão que se pode ter de D. Pedro II, na época estudada aqui, é o seu *Diário*. Sabe-se que ele escreveu, diversas vezes, documentos dessa espécie: anotações íntimas, conselhos à regente, recomendações a Ministros. O mais longo é exatamente o *Diário*, que se estende de 31 de dezembro de 1861 a 5 de janeiro de 1863, cobrindo todo um ano, com observações sobre quanto fazia ou se verificava a seu redor. Vale a pena, para caracterizar sua pessoa, a citação de algumas passagens:

> "Nasci para consagrar-me às letras e às ciências, e a ocupar posição política, preferiria a de Presidente da República ou Ministro à de Imperador. (...) Não sou de nenhum dos partidos, (...) apenas os modero. (...) Não tenho tido, nem tenho validos. (...) Acho muito prejudicial ao serviço da nação a mudança repetida de Ministros; o que sempre procuro evitar, e menos se daria se as eleições fossem feitas como desejo" (31 de dezembro de 1861).

Multiplicam-se, ao longo de 1862, as referências à necessidade de eleições corretas, critério na escolha das Presidências das Províncias, problemas ministeriais, sobretudo quando das crises – como a que afasta o Gabinete Caxias, o curto primeiro Ministério de Zacarias, a composição de Olinda –, necessidade de uma folha oficial para defesa do Governo, a fim de evitar os excessivos gastos com as publicações nos jornais, muitos outros assuntos. Conta as visitas freqüentes a repartições públicas, com o exame pormenorizado do que são e de suas deficiências. O *Diário* revela também a preocupação moralizante, mesmo o puritanismo, perturbação pelo que dizem dele os adversários, como se vê nas muitas citações de Teófilo Otoni; revela ainda sentimentos íntimos, não chegando nunca a uma observação mais profunda ou dramática. Pouco apresenta, no entanto, da visão comum que se fez de sua figura como excessivamente voltado para as letras, bizantinamente entretido com o estudo do hebraico, por exemplo; não fala muito de livros e autores, e, quando o faz, é de maneira sumária, sem denotar maior empenho pelo texto ou espírito crítico. O *Diário* também nega a visão comum do Imperador como desinteressado dos problemas do país, no campo das iniciativas ou bem-estar. Pelo contrário, o documento é rico de reflexões sobre a matéria e de referências a fábricas e experimentos de lavoura. Há dezenas de visitas ao Instituto Agrícola, a fazendas, com longos comentários sobre o que viu e o que devia fazer, com a presença inclusive a reuniões da Diretoria; visitas a fábricas, como a de refinação do açúcar, sabão e velas, fundição e construções navais, papel, cera, com o relato do que eram, dos processos adotados, conversas com o pessoal sobre os possíveis melhoramentos; ouve e narra com muito interesse o que há com o aparelho de fazer gelo, que lhe é descrito pelo técnico. Fala muito em estradas, comércio, escolas técnicas. A parte mais interessante, parece-nos, é a que contém reflexões sobre o problema industrial, como se lê no dia 14 de março:

> "Tenho lido com atenção os artigos do *Solitário*, publicados pelo *Mercantil*. (...) As idéias de liberdade que o *Solitário* advoga agradam-me; porém não creio na conveniência dum sistema baseado sobre elas, e certas indústrias são indispensáveis a qualquer país, e quando pouco desenvolvidas não podem prescindir de proteção que não é senão um sacrifício que os nacionais fazem durante tempo mais ou menos longo para irem firmando sua verdadeira independência."

Nessa passagem, discordando dos artigos do *Solitário* (que D. Pedro julgou fossem de Jequitinhonha, quando eram do jovem Tavares Bastos), tem-se uma imagem do Imperador que é bem diversa da que se criou convencionalmente e que lhe é mais favorável. Daí a importância de uma obra íntima como o *Diário*, retrato às vezes frouxo, mas sempre sincero, de uma época.

Zacarias, de novo

Zacarias de Góis e Vasconcelos organizou seu segundo Gabinete em 15 de janeiro de 1864, conservando a pasta da Justiça; a do Império coube a José Bonifácio de Andrada e Silva; a de Estrangeiros a Francisco Xavier Pais Barreto, substituído por João Pedro Dias Vieira, interinamente em 9 de março e, em caráter efetivo, depois; na Fazenda, José Pedro Dias de Carvalho; na Marinha, João Pedro Dias Vieira, substituído, em 31 de março, por Francisco Carlos de Araújo Brusque; na Agricultura, Domiciano Leite Ribeiro, substituído interinamente, em 20 de julho, por João Pedro Dias Vieira.

Falando à Câmara dia 18 de janeiro, na apresentação, Zacarias faz referência ao programa que apresentou em maio de 1864, dizendo que é o que está válido:

> "O Governo contrai solenemente o empenho de observar em todos os seus atos a mais escrupulosa justiça; de considerar como um dever indeclinável e de honra a economia mais severa, em ordem a que os orçamentos se tornem no país uma verdade. (...) Do mesmo modo que em 1862, hoje entra no plano do Governo alterar-se a lei de 3 de dezembro de 1841, no sentido de dar mais garantias à liberdade individual, a separar a polícia judiciária da administrativa; rever-se a legislação sobre a Guarda Nacional, no intuito particularmente de aliviar o mais possível o ônus do serviço ordinário; auxiliar a lavoura e o comércio. (...) a reforma da legislação hipotecária e o desenvolvimento das vias de comunicação. (...) Entre o programa do Gabinete de 24 de maio de 1862 e o de 15 do corrente há uma diferença, que eu devo assinalar. Em 1862 o Ministério aludia ao concurso de duas opiniões com que contava para levar por diante o seu pensamento político. As duas opiniões políticas, porém, que este salão viu naquela quadra, após debates públicos e solenes, aliarem-se, sem quebra de princípios, nem da dignidade de ninguém, formam hoje uma só opinião, um só partido, cujo alvo é promover sinceramente, sem nada alterar na Constituição do Império, a prosperidade do país."

Zacarias está em dificuldades, logo no início, com os atos de aposentadoria forçada de magistrados, pelos quais tem de responder. E não lhe é fácil, uma vez que sempre defendera os privilégios da magistratura. Sua saída é que os atos foram feitos ainda no Gabinete anterior, no seu final. Em 4 de junho, por exemplo, pode dizer no Senado o que repete sempre: que não está em contradição, pois combateu a aposentadoria de magistrados e não aposentou nenhum, tendo apenas executado decretos, aparteado com justeza, pelo Senador Rodrigues Silva, que estava em seu poder revogá-los. A matéria foi muito discutida. Sinimbu, Ministro da Justiça, é responsável pela iniciativa, tendo que responder por ela, no que contou com o apoio decisivo de Nabuco de Araújo. A providência teria sido do próprio D. Pedro II, medida moralizadora, pois que considerava prevaricadoras as autoridades atingidas. A resistência dos membros da magistratura ao Governo, anunciada por alguns parlamentares, foi vencida pela energia do Gabinete.

É aí, sobretudo, que se configura a vitória do Partido Progressista, anunciado por Saraiva na Câmara já em maio do 1862. Cogita-se então de fazer o programa do novo grupo, que é lido e comentado, um pouco jocosamente, pelo Senador Silveira da Mota, dia 6 de junho de 1864. Por ele se vê que

> "o Partido Progressista é um partido novo. Não toma sobre si a responsabilidade das crenças e tradições dos extintos partidos a que pertenceram os indivíduos que o compõem".

O partido declara que não quer a reforma da Constituição nem a descentralização administrativa, não quer a eleição direta nem o exclusivismo nos cargos públicos, enquanto quer

> "a regeneração do sistema representativo e parlamentar pela sincera execução e amplo desenvolvimento do dogma constitucional na divisão dos poderes políticos para que não sejam uns absorvidos ou anulados pelos outros".

E especifica uma série de providências, de natureza mais jurídica que social. O programa progressista cuida muito da liberdade individual, sem qualquer cogitação de natureza mais profunda, sobre a estrutura da sociedade. Como programa, não chegou a impor-se: o próprio grupo que o

defendia não tinha unidade de vistas; como se viu nos agitados debates entre os Senadores Nabuco de Araújo, Teófilo Otoni, Zacarias e outros, nos primeiros dias de junho.

A Fala do Trono, de 3 de maio, repete as mesmas idéias do programa do Ministério. A discussão da resposta provocou alguns pronunciamentos exaltados, como o do Deputado Bezerra Cavalcanti, em 20 de maio, que prevê "extremos desastrosos das convulsões violentas" e fala na "situação bastarda" do momento. Os conservadores ortodoxos denunciam violências e perseguições em muitas províncias, que chegam a ter suas Assembléias cercadas. Não há acordo entre o Gabinete e a Câmara, as opiniões continuam bem divididas. A união de liberais e conservadores moderados era bem tênue: logo após as eleições aparecem as divergências, que são por algum tempo abafadas, mas que surgem a propósito de coisas mínimas. Um espera sobrepor-se ao outro, na primeira oportunidade. Fala-se na vitória do Partido Progressista: na verdade havia os elementos novos, mas coexistindo com os liberais históricos, em oposição latente. Ao primeiro sinal podiam separar-se: conseguiram manter certa unidade, entre pequenas brigas, queixas e censuras, até que a força imperial os desalojasse do poder. Aí é que realmente se fundem, irmanados na derrota.

O Ministério Zacarias foi considerado como dos progressistas, visto com frieza pelos liberais, que desejavam do Presidente do Conselho a afirmação de que abraçava os princípios do partido, renegando suas convicções conservadoras. Não se consegue mesmo votar a matéria mais importante que se pede ao Legislativo. O que interessa a Ministros é freqüentemente posto de lado, enquanto o que eles não desejam é objeto de consideração, como se viu, no fim de agosto, com o projeto concedendo auxílio à companhia de vapores norte-americana, para o movimento regular entre o Rio e Nova York, animado pela Câmara e visto pelo Ministro José Bonifácio como não urgente.

Daí a retirada do Ministério, com a convocação de outro em 31 de agosto. Falando na Câmara, dia 1º de setembro, José Bonifácio, membro do Gabinete que deixou o poder, explica as causas do que aconteceu. O ex-ministro queixa-se de que a Câmara não vota o que pede, protela, dá preferência a outros projetos. Ante os desencontros, ele é que pede seja afastado, mas os colegas o acompanham. Embora José Bonifácio não diga em plenário, sabe-se que o Presidente do Conselho tentou sua substituição por Francisco José Furtado, figura liberal de destaque. D. Pedro II não quis que o Ministério fosse recomposto, foi necessária a sua demissão. O

segundo Gabinete Zacarias durou pouco mais de 7 meses, ou 7 meses e meio, tal como o antecessor, o do Marquês de Olinda. O tom dominante foi o moderado.

Gabinete Francisco José Furtado

De 31 de agosto de 1864 é o Gabinete que tem na Presidência Francisco José Furtado, que ocupa a pasta da Justiça; a do Império é ocupada por José Liberato Barroso; a de Estrangeiros por Carlos Carneiro de Campos, interinamente, substituído em 4 de outubro por João Pedro Dias Vieira; a da Fazenda por Carlos Carneiro de Campos; a da Marinha por Francisco Xavier Pinto Lima; a da Guerra por Henrique de Beaurepaire Rohan, substituído, em 12 de fevereiro de 1865, pelo Visconde de Camamu; a da Agricultura por Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Foi surpresa a designação de Furtado, político sem maior tradição, que nem era senador ou chefe de partido. O que explica o seu aparecimento é que o Imperador desejava uma composição mais liberal que a anterior. O novo Presidente supriu suas faltas com o apelo aos amigos dedicados, todos chefes liberais, ou à experiência de Nabuco de Araújo, que lhe dá inestimável ajuda.

Deve-se notar também que Furtado é o primeiro Presidente do Conselho de filiação nitidamente liberal, que surge desde 1848. Os outros que ocuparam o posto, durante o período progressista, antes e depois, eram conservadores que estavam em dissidência, como Zacarias ou Olinda. Havia certa procedência, pois, na acusação, feita pela imprensa inimiga do Governo, de que os liberais haviam renunciado não só aos princípios mas também ao poder, colocando-se sob a direção de antigos inimigos.

De 1848 a 1862, começo da Liga, há o período sempre referido como de longo domínio conservador. Em discurso de 17 de fevereiro de 1864, no Senado, porém, Herculano Ferreira Pena faz curiosas e discutíveis contas para contestar esse domínio. Segundo ele, de 29 de setembro de 1848 a 21 de maio de 1862, não há propriamente 13 anos, 7 meses e 25 dias de supremacia conservadora, mas bem menos, pois durante esse período houve a participação, nos gabinetes, de Ministros liberais ou conservadores dissidentes, que acabariam liberais; descontando-se essas participações, fica apenas o período de 3 anos, 11 meses e 26 dias. Sua demonstração é curiosa, mas não muito convincente, pois essas dissidências nem sempre foram de caráter a aproximar os hereges do partido contrário, a não ser muitas vezes por episódico interesse. O discurso é peça interessante e de resposta não muito fácil para o inimigo, pois o Senador prova que só durante 3 anos, 11 meses e 26 dias os conservadores governaram sem a colaboração do outro partido, que deve então responder pelos atos de 9 anos, 7 meses e 29 dias:

> "O que dirão eles para explicar suas queixas e acusações? Que não aderiam francamente à política então seguida? Que estavam iludidos ou coactos? O respeito e consideração que lhes tributo obrigam-me a repelir por injuriosa quaisquer dessas suposições."

Furtado apresentou-se com programa em 1º de setembro:

> "Convencido de que a Constituição não carece de reforma, porém sim de boas leis orgânicas, o Gabinete não pedirá reforma alguma na Constituição nem a aceitará; promoverá porém a reforma das leis orgânicas que são defeituosas ou deficientes. Entre essas leis mencionarei a de 3 de dezembro, a lei da Guarda Nacional, as leis que entendem com o provimento dos indivíduos para as praças do Exército, as leis eleitorais, as que regem as municipalidades e administrações provinciais e a instrução pública."

Como se vê, é um pouco mais explícito que os antecessores. E há as fatais referências à economia nas despesas, ao respeito aos direitos de todos e agora também à paz na política externa.

A legislatura já estava no fim, o Presidente do Conselho não tem maiores trabalhos parlamentares. No mesmo dia de sua apresentação na Câmara, logo após discursa o baiano Sousa Dantas sobre a instabilidade dos Gabinetes e a falta de confiança que inspiram; vão e vêm, com os mesmos programas, formando-se de imediato um grupo contra. Era visível o desencanto e mesmo o cansaço do Deputado, em impressão que seria bem comum. Os liberais aplaudem o Gabinete, enquanto os moderados o vêem com frieza.

Crise comercial

O Gabinete Furtado começa com enormes dificuldades, com a grande crise comercial. Já em 1857 se verificava uma de sensíveis efeitos. Em setembro de 1864 verifica-se a falência de J. Alves Souto & Cia., a casa bancária mais popular do Rio, sobretudo pelos depósitos de pessoas de condição média, com séria perturbação na vida do Rio e mesmo de outros pontos, pois o estabelecimento sugava os capitais livres também do interior, diferentemente da crise de 1857, circunscrita ao Rio. O ano de 64 vence os índices de falência conhecidos. A falência dessa casa pôs em jogo quase 10 mil credores. Eles batiam às portas não só dos banqueiros falidos como de todos os bancos, retirando suas economias; mesmo o Banco do Brasil foi afetado, pois os portadores de suas notas queriam trocá-las por ouro. O Governo teve que garantir as casas

de crédito com o policiamento para a ordem – o comércio estava fechado, a Alfândega sem movimento, esperava-se pela geral ruína – e com algumas providências de natureza financeira. Teve que decretar o curso forçado das notas do Banco do Brasil, fazer o aumento das emissões. A "quebra do Souto" teve negativos efeitos psicológicos em um povo pouco associativo e desconfiado em negócios. A crise não foi motivada por uma certa casa – várias outras conheceram iguais vicissitudes – mas pelo sistema financeiro, com o aumento de bancos e as emissões de papel-moeda. A de 57 foi o prenúncio. O sistema arrastou também outros bancos, de modo a exigir revisão da política do Governo, o que só se realizará de fato em setembro de 1866; antes, apenas medidas parciais e transitórias são tomadas. No ano seguinte, a Fala do Trono, em 6 de maio, trata da crise.

Queda do Gabinete

A eleição da Mesa da Câmara, dia 9 de maio, quase dá empate: o candidato do Governo, Barão de Prados, tem 35 votos para Presidente, enquanto Saldanha Marinho tem 34. Ante resultado tão severo, o Barão de Prados pensa na renúncia, acha que precisa ter mais força. Como a Câmara, consultada, não aceita a decisão, o Presidente é mantido. Estaria no episódio, entretanto, a causa próxima para a retirada do Gabinete. Há uma guerra a devastar as forças do país, há desencontros de opiniões, atritos internos e externos, dificuldades sem conta. As divergências entre progressistas e históricos, que sempre existiram, mas eram abafadas, aparecem mais. Os liberais é que dão o tom do Gabinete, uma vez que Furtado é amigo fiel de Sousa Franco, de Teófilo Otoni, dos praieiros. Nas nomeações prefere os membros do seu partido, que crescem a ponto de pensar em um gabinete só de liberais, como se não precisasse dos antigos aliados para o Governo. A aliança entre elementos de origem tão diversa revelava toda a fragilidade. Bem que se denunciara sua inconsistência, logo a princípio; bem que Nabuco de Araújo vira que não havia homogeneidade para um partido. Ao primeiro sinal, as forças se afastam, cautelosas, reticentes e depois agressivas. E progressistas e liberais começam a pensar em composição com os próprios conservadores puritanos, antes que uns com outros, como se fazia desde o início da situação. Furtado não tem elementos para permanecer, como reconhece no Senado, dia 13 de maio. É frágil a posição dos progressistas, como reconhece Saraiva em discurso de 26 de maio de 1865, não admitindo o debate entre seus membros, pelo risco em que põe a política. Daí seu silêncio, embora desejasse falar e expor divergências. A 12 de maio de 1855, o Marquês de Olinda comparece mais uma vez como Presidente do Conselho. D. Pedro II apelava de novo para ele, depois da recusa dos convites

para a formação de governo feitos a Saraiva, Nabuco de Araújo e Abaeté. Furtado estivera à frente do Governo pouco mais de 8 meses.

Olinda, último tempo

O 21º Gabinete do Segundo Reinado tem na Presidência do Conselho o Marquês de Olinda, que ocupa também a pasta do Império; Nabuco de Araújo está na da Justiça; José Antônio Saraiva, na de Estrangeiros; José Pedro Dias de Carvalho, substituído em 7 de março de 66 por João da Silva Carrão, na da Fazenda; José Antônio Saraiva, substituído por Francisco de Paula da Silveira Lobo, em 27 de junho, na da Marinha; Ângelo Muniz da Silva Ferraz, substituído de 8 de julho a 10 de novembro por Saraiva, na da Guerra; Antônio Francisco de Paula e Sousa, na da Agricultura. Para a pasta de Estrangeiros o escolhido fora Francisco Otaviano, que não pôde aceitar, pois tinha missão diplomática e não podia figurar em Ministério ao lado de um Ferraz. Pelo brilho de vários dos nomes, ficou conhecido como o *Gabinete das Águias*. A associação de tão grandes figuras, chefes naturais, dificultava a ação. Falava-se em duplicidade e mesmo pluralidade de direção: o Governo não era uno, pois cada Ministro se julgava com autonomia. Olinda, mais velho e experiente, acatado por todos, por vezes explorando a precariedade da saúde e a surdez para omitir-se e continuar, mantinha-se acima, quase um rei, como diziam, por certo lembrança do tempo em que foi regente, permitindo a marcha dos acontecimentos através de algumas iniciativas, interferências nos choques de opiniões e sobretudo o veto de coisas que lhe propunham.

> A apresentação do programa por Olinda na Câmara, dia 13 de maio, é simples: "atentas as circunstâncias melindrosas em que nos achamos, com uma guerra declarada. (...) A questão do dia é a guerra. Debelar esta guerra (...) é o grande programa do Governo".

Na crítica ao Gabinete distingue-se Martinho Campos, em discurso de 26 de maio: parece-lhe que a organização ministerial não é a que o país reclama. Não vê possibilidade de funcionamento harmonioso do Ministério, censura o titular da Guerra, que só pode trazer "a desorganização e o descontentamento geral do Exército", reconhece os méritos da conciliação, que atribui sobretudo a Nabuco de Araújo e diz de Olinda que se acha colocado em posição excepcional, fora e acima de partidos, em posição "que se assemelha à de um rei constitucional", o que o torna inadequado à Presidência do Conselho. Quanto à guerra, o Deputado é otimista: "Estará acabada antes que a ação do Ministério atual possa fazer-se sentir no teatro dela. (...) A guerra não é, pois, um programa suficiente."

Como o Deputado lembrasse o convite imperial a Abaeté, Nabuco de Araújo e Saraiva para constituírem gabinete, Nabuco de Araújo e Saraiva, que fazem parte do Ministério, têm que dar explicações. O que se evidencia por elas é a dificuldade em que se encontra o país, com as opiniões divididas. A explicação de Saraiva é que não conseguiria organizar ministério de conformidade com o Partido Progressista e seus amigos; suas conversações com Teófilo Otoni não chegaram a bom termo. Recusando a responsabilidade, no que será seguido por Nabuco de Araújo, convoca-se Olinda, e este o convida para ministro; Saraiva não aceita, Olinda também desiste; o país estava inquieto, perturbado; Olinda é chamado de novo e aceita, por espírito público; Saraiva aí também admite a designação para uma pasta. Digno de nota é seu reconhecimento melancólico, quase equivalente ao de quem o argüira:

> "Concordo com o Deputado (Martinho Campos) em que esta organização não é a mais apropriada para resolver todos os problemas políticos, mas era a organização que as circunstâncias aconselharam e nos impuseram."

E mais:

> "Se tivermos de assistir ao funeral do Partido Progressista, seguramente não podemos ter a responsabilidade de sua morte. (...) Os erros que trouxeram a situação, que todos deploramos, não são nossos."

A explicação de Nabuco de Araújo é algo dramática e é mais objetiva: recusou a chefia do Ministério pelas dificuldades do momento que exigia um novo Partido Liberal, organizado de outra maneira e com novas idéias, não um continuador do velho partido de 1842 e 1848. Se aceitou o posto, foi por espírito de sacrifício e patriotismo. A guerra exigia sua presença e a de todos, deixando as dissensões políticas para depois: para ele, o programa do Ministério é só a guerra, sem alteração do quadro político.

Exatamente essa situação é que faz com que a Assembléia-Geral seja adiada, por decreto de 8 de julho de 1865, para 4 de março do ano seguinte. Haveria mais tempo para trabalho do Governo. D. Pedro II, em companhia de Ferraz, vai para o Rio Grande do Sul. Apesar de tudo, o Gabinete atravessa o período de recesso parlamentar, embora tenha tentado a retirada antes da instalação das Câmaras, temeroso de falta de apoio, como se vê por pedido que fez em 22 de fevereiro ao Presidente do Conselho. Não o

consegue e inaugura a sessão de 1866, só se retirando para dar lugar a outro em 3 de agosto. Estivera no poder quase quinze meses, conseguindo, ainda que com dificuldade, o apoio das Câmaras. Tentou-se a recomposição com outros nomes, mas tudo inútil. Falando na Câmara em 23 de março, Nabuco de Araújo deplora o pronunciamento de amigos contra amigos: Saturno devorando os próprios filhos, tornava-se impossível qualquer gabinete. Como se dirá depois, o que espanta não é a retirada do Gabinete, mas que tivesse durado tanto, quando já não tinha base nem homogeneidade de vistas. Era essa a principal razão de sua relativa falta de movimentos, de sua falta de coloração nítida: essa falta é que o sustentou além do devido. O Imperador tentou quanto pôde manter o Gabinete; apesar de sua falta de unidade, do desacerto de sua política financeira, naquela conjuntura era preferível a manutenção à mudança. D. Pedro II devia lembrar-se do embaraço que foi a constituição do Gabinete em 1865, imaginando com justeza que as dificuldades seriam maiores agora. O choque entre Paula e Sousa e Carrão, no entanto, era insuperável e arrastou o Ministério.

Falando no Senado, dia 4 de agosto de 1866, Olinda explicou francamente que as dificuldades consistiam na divergência entre membros do Governo; na Câmara, dia 6, Paula e Sousa, ex-titular da Agricultura, e ainda mais explícito, assinalando que as divergências eram sobretudo entre ele e Carrão, por questões já antigas, além de outras, muito importantes, como a reforma do Banco do Brasil, problemas financeiros, dificuldades de guerra. Estabelece-se depois um debate entre as duas antigas autoridades, eco na Câmara das dissidências que arruinaram a composição ministerial.

Cartas de Erasmo

Retrato pouco favorável da situação encontra-se no jornalismo de José de Alencar. Desde 1854 que o romancista se dedica aos folhetins, que tratam de tudo – vida social, com bailes e recepções, movimento teatral e atividades políticas. A preocupação política é mais constante desde que o escritor é eleito Deputado. No fim de 1865 e no início de 66 escreve e publica as *Cartas de Erasmo*, que dirigiu ao Imperador. O documento é ambíguo, ora parecendo crítica à ação de D. Pedro II, ora elogio. Alencar está desgostoso com a ordem, acusa os políticos, que vê como corruptos, formadores de oligarquias e sinecuras, tudo em proveito próprio, sem atenção ao interesse nacional. O Imperador é que é a salvação. Com raciocínio de conservador puro, prega o fortalecimento do monarca. Ao longo da obra, encontram-se importantes colocações do desenrolar da vida política.

Distingue-se aí a carta de 3 de dezembro de 1855, na qual faz a análise dos partidos:

"Naquele ano de 1848 o país observou atônito o suicídio do grande partido que já em 1837 esbanjava no poder sua popularidade e fortaleza. (...) Esta fase caracterizada por um mote que se tornou histórico – *a quebra dos remos* – foi a solene confissão que fez o liberalismo de sua impotência. (...) Anos depois, em 1852, soou a hora para os vencedores. O Partido Conservador (...) sentiu por sua vez a caducidade precoce. (...) O Gabinete (...) teve afinal de deixar o poder em setembro do ano seguinte. Esse acontecimento assinala o começo de um segundo período da decomposição sempre crescente do Partido Conservador. (...) Seu adversário, o Liberal, feito para a oposição, longe de ressurgir dos destroços, cada vez mais se aniquilava. (...) Essa corrupção geral dos partidos e dissolução dos princípios (...) é o que se convencionou chamar conciliação: termo honesto e decente para qualificar a prostituição política de uma época. O Ministério de 4 de maio de 1857 foi de coalizão. (...) O Ministério de 4 de março (1861), proposto à regeneração dos conservadores, forte do elemento militar para debelar o espírito de agitação em fermento, foi justamente o que desfechou no partido o golpe de misericórdia. Rotas as últimas junturas da maioria parlamentar, o poder resvalou com a facção dela para os bancos da oposição. Em 20 de maio terminou a agonia do Partido Conservador. Estes últimos três anos são preenchidos pelas repulsivas contorções de uma coalizão que, à semelhança dos répteis, estorteja depois de morta e decepada. A esmo repetem ainda essas denominações de conservador e liberal; os partidos a que elas correspondiam, bem vedes, senhor, que estão realmente extintos (...) O outro, que se chamou progressista, nunca foi partido. (...) Amálgama de quantos despeitos e ambições gerara o desbarato político dos últimos anos com as puras mas ilusas aspirações de poucos homens honestos, eis a Liga. Apenas no poder, desarticulou-se, como as várias peças de um esqueleto."

Em carta de 25 de dezembro traz novos subsídios para a formação dos partidos, recuando até 1822: o grupo português e o grupo brasileiro, origens de conservadores e liberais. E em 16 de janeiro de 1866 fala com bons elementos como "a nossa aristocracia é burocrática". Referência curiosa é a que consta da carta de 3 de dezembro, antes citada:

"... o povo. Mas onde está ele, senhor, que o não vejo?"

E na de 16 de janeiro, também citada:

> "Sei que há no povo, como no trono, uma majestade, e portanto uma magnificência."

Outro jovem estreante da política de 1861, Tavares Bastos, tão diferente de Alencar pela formação e pelos objetivos, em uma de suas *Cartas do Solitário*, de 28 de outubro de 1861, escreveu quase no mesmo tom:

> "Há uma coisa que se esquece muito no Brasil: é a sorte do povo; do povo, que não é o grande proprietário, o capitalista riquíssimo, o nobre improvisado, o bacharel, o homem de posição. Fala-se todo o dia de política (...). Ora-se a propósito de tudo, menos a propósito do povo. Escreve-se a respeito de Roma e Grécia, de França e Inglaterra; mas não se escreve acerca do povo. Enviam-se os sábios do país a estudar a língua dos autóctones, a entomologia das borboletas e a geologia dos sertões; mas não se manda explorar o mundo em que vivemos, não se observam os entes que nos rodeiam, não se abrem inquéritos acerca da sorte do povo. Queixava-se Bastiat (...) de que os jornais importantes em 1849 se agarrassem exclusivamente à política militante e estéril dos partidos e se esquecessem de agitar as questões de fundo, as questões sociais. Eu dirijo a mesma queixa à imprensa e aos homens do nosso tempo."

Alencar fulmina a situação progressista, como se vê. Se um conservador fala desse modo, não é outra a linguagem de um liberal histórico como Tito Franco de Almeida, que, na biografia de Francisco José Furtado, de 1867, é da maior violência contra o que chama "imperialismo" e contra a Liga, que chega a chamar de aliança "hipócrita e adulterina". Alencar espera por um possível reajustamento, com partidos reformulados. Quando da queda da situação progressista, com o ascenso do Gabinete Itaboraí, em 1868, o político queixoso virá como Ministro da Justiça, mas será afastado antes que o Gabinete termine, por desentendimentos de todo tipo, com a pasta, com os amigos, com os adversários e até com o Imperador. A experiência política de Alencar, trazendo-lhe desilusões, contribuiu para amargar seus últimos dias de vida agitada e breve.

Guerra do Paraguai

Já se fez referência à questão platina no início da década de 50: a luta contra Oribe, no Uruguai, e contra Rosas, na Argentina. O território do Rio Grande do Sul continuou a ser palco de investidas uruguaias, com permanentes problemas de frontei-

ras. Como aquele país contasse com a solidariedade do Paraguai, não teve êxito a missão Saraiva, que lá esteve em 1864, tratando de estabelecer clima cordial entre as duas nações. Verifica-se então a luta, com o rompimento de relações da República com o Império. Forças brasileiras invadem o Uruguai, em revide, dando ajuda por terra e por mar ao chefe do partido que lá se opunha ao que estava no poder. Vitória do elemento favorável ao Brasil compõe uma situação que leva de novo as duas nações à solidariedade.

Está aí o ponto de partida para o maior conflito que já houve na América do Sul e em que o Brasil se empenhou. É a guerra do Paraguai. Nossas relações com o país vizinho eram boas. O Paraguai armou-se mais que qualquer outro no continente. Apesar de pequeno e pobre, era o mais forte, seja como equipamento, seja como pessoal. Como um partido uruguaio apelasse para Francisco Solano López, Presidente daquela República, pelas disputas com o Brasil, quando os problemas já se encaminhavam para desfecho, por outro arbitramento, tem início a atuação paraguaia. O país confiava em sua superioridade de armas, na oposição uruguaia ao Brasil e na neutralidade argentina. Daí o ataque que desfechou, com a declaração de guerra ao Brasil, logo seguido pela entrada no Mato Grosso. Já antes capturara no rio um navio brasileiro, com a prisão de seus passageiros. O país agredido reagiu, no que contou com a Argentina e o Uruguai, com os quais formou a Tríplice Aliança. No seu desenvolvimento, a campanha implicou sérios problemas internos, alguns dos quais tiveram reflexo decisivo na marcha da política, como se verá. Muitos sofrimentos custaram ao Brasil a luta: desorganizado e débil militarmente, teve que se armar e constituir um exército, obtendo munições e marinha mais eficiente; recorrer aos voluntários, formando amplas fileiras; cuidar do abastecimento e do combate às epidemias que dizimavam as tropas. Milhares de vidas se perderam nessas lutas. As finanças foram agravadas, com mais emissões e empréstimos, sem falar na concentração dos cuidados do Governo com o problema, com o afrouxamento de outros. Vitórias e derrotas sofreu a força brasileira, em campanhas que se inscrevem entre as mais lembradas em nossa história militar. A luta demorou muito: só alguns anos depois Assunção foi conquistada, prosseguindo aí a luta nas cordilheiras, refúgio de López e do que lhe resta da enorme força que organizou, até março de 1870. Olhada a princípio com vibração popular, entre nós logo caiu em relativa indiferença. A guerra foi custosa e não era necessária, não fosse a miragem do chefe paraguaio que a promoveu e sustentou.

Zacarias, terceira e última vez

A longa série de Gabinetes instáveis é conseqüência das divisões políticas e da insegurança dos partidos.

Depois de aparecimento bem marcado, no fim da Regência, eles como que se esgotam, seja pelo cansaço da luta, seja pela falta de idéias claras que lhes dessem consistência. Essa indefinição é que leva às maiorias precárias, em torno de interesses episódicos. A indefinição vai ser encerrada com o último Gabinete que tem tais características, que é o 22º., instalado em 3 de agosto de 1866, sob a Presidência de Zacarias de Góis e Vasconcelos, que ocupa também a pasta da Fazenda: a do Império cabe a José Joaquim Fernandes Torres; a da Justiça a João Lustosa da Cunha Paranaguá, substituído, em 27 de outubro, por Martim Francisco Ribeiro de Andrada; a de Estrangeiros, a Martim Francisco, substituído, em 27 de outubro, por Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, substituído, interinamente, em 9 de dezembro de 67, por João Lustosa da Cunha Paranaguá e, em caráter efetivo, em 14 de abril de 68, por João Silveira de Sousa; a da Marinha a Afonso Celso de Assis Figueiredo; a da Guerra a Ângelo Muniz da Silva Ferraz, substituído, em 7 de outubro, por João Lustosa da Cunha Paranaguá; a da Agricultura a Manuel Pinto de Sousa Dantas. Ferraz, o mais combatido da situação anterior, é mantido pelas necessidades de guerra e por imposição imperial. Desponta no cenário Afonso Celso, como sempre acontece pela pasta da Marinha, um dos futuros donos da política de Minas e do Partido Liberal. O Gabinete era eminentemente progressista, recebido com frieza e depois hostilidade pelos liberais. Nas eleições que se feriram em 67, o elemento histórico não teve muita vez; o mesmo se poderia dizer do conservador; o progressista é que seria dominante. E o Governo passa a ser atacado com igual violência por conservadores e liberais. Os ataques pessoais ao Imperador adquirem força não atingida antes e vão ser depois usados pelos republicanos.

Zacarias, que pela terceira vez organiza Gabinete, apresenta-se à Câmara dia 6 de agosto, repetindo o que dissera no Senado dia 4. Diz que fora convocado pelo Imperador alguns dias antes, recusando a incumbência:

> "Repugnava-me aceitar o poder à vista do fracionamento em que se achava esta augusta Câmara."

Ante a insistência imperial, aceitou, convocando nomes. E diz:

> "O primeiro dever do Governo (...) é esforçar-se por acabar honrosamente a guerra com o Paraguai. (...) Outro assunto (...) é combater a crise

> financeira, já no que toca ao meio circulante, que se acha em péssimo estado, já em relação aos recursos com que o Governo deve contar para fazer face às despesas extraordinárias da guerra."

Quanto a reformas políticas, por três razões não devem ser tentadas: pela guerra, pela crise financeira, pelo término próximo das sessões da Câmara.

Como se vê, o Gabinete já não começa firme, com essa referência franca do Presidente do Conselho ao fracionamento da Câmara. E logo Tito Franco de Almeida rompe com o Governo, proclamando-se da oposição, uma vez que não há apoio na Câmara para governo; a situação é um cadáver que não pode ser ressuscitado:

> "Todos nós desejamos que continue a guerra, que na guerra sejamos vitoriosos, porém que a bandeira da vitória não sirva para cobrir o estado interno do nosso país reduzido a ruínas."

A moção de desconfiança que apresenta, consultando a Casa se se devia ou não passar à ordem do dia, é rejeitada por 51 votos a 48. A votação é expressiva do estado da Câmara. É a guerra entre progressistas e históricos, árdua até as eleições de 1867, que fazem maioria progressista e que continua até a dissolução, em 1868, quando retornam os conservadores.

Política financeira

Logo que inicia os seus trabalhos, o Gabinete é constante e decidido. Entre outras providências, destacam-se as financeiras: além das dificuldades naturais, da crise de 1864, a guerra agrava o problema. Empréstimos e emissões têm de ser feitos para enfrentar as exigências. Já o Gabinete anterior estudava a fórmula a adotar. Impunha-se a mudança das leis reguladoras da moeda. O câmbio ficava em situação pior de dia para dia. Enquanto o Gabinete meditava na política a seguir, no Conselho de Estado Itaboraí tratava normas conforme a ortodoxia. Era preciso retirar ao Banco do Brasil a faculdade de emitir, para que ele não se comprometesse ainda mais. A lei de 12 de setembro de 1866 tratou da matéria. A campanha contra as emissões foi dirigida, sobretudo, no Senado, através de Itaboraí e Sousa Franco, responsáveis pelas emissões de 1853 e 57, um pela unidade e outro pela pluralidade, bem como de Zacarias, que obtém a aprovação.

A precariedade da situação impõe o aumento de impostos, no comércio com o exterior, com a tarifa de 26 de setembro de 1867, mais prote-

cionista que as anteriores de 1857 e 60. Estabelecia-se, em parte, o imposto em moeda-ouro. Considerava-se que os tributos deviam ser mais altos, pois os atuais não defendiam a mercadoria nativa da concorrência, se as importadas eram obtidas em bem melhores condições. Essa reforma foi pouco depois alterada, em 1869, no mesmo sentido, e em 1870, já sob o ditado do liberalismo econômico. Sabe-se que o comércio exterior brasileiro foi regulado por muitas leis, em experiências contínuas. Depois da famosa tarifa de 1844, de caráter fiscal e protecionista, outras foram tentadas, como a de 28 de março de 1857, do Ministro Wanderley. Compromissos pelo Tesouro com a construção de estradas e a imigração, agravados pela renda nacional, às vezes em declínio, levam a cogitar de nova pauta alfandegária. Em 1857 é revisto o assunto, na perspectiva essencialmente fiscal e com o estabelecimento de taxas mais reduzidas para matérias-primas destinadas à indústria, alimentos e instrumental para a agricultura. É que esta vive período de florescimento, enquanto a importação de gêneros alimentícios aumenta, pelo fato de a lavoura de subsistência ser cada vez menos interessante, com a marcha da cultura do café. Algumas reduções de taxas e isenções são feitas pouco depois, em 26 de agosto de 1857, pelo Ministro Sousa Franco, logo seguidas de alterações de pormenores. O mesmo espírito enforma a revisão feita em 19 de setembro de 1860, pelo Ministro Ferraz, excessivamente pormenorizada, com a diminuição da tarifa do gênero de mais consumo. Os interesses dos proprietários de terras inspiram essas leis, que defendem o agricultor e visam ao aumento da arrecadação fiscal. O comércio exterior começa a dar saldos a contar de 1861 – o que antes só excepcionalmente se verificara. Há sinais de crise, entretanto, como se pode atestar com os acontecimentos de 1857 e sobretudo 1864.

Livre navegação do Amazonas

Outra medida importante é o Decreto nº 3.749, de 7 de dezembro de 1866, que abre os rios Amazonas, Tocantins, Tapajós, Madeira, Negro e São Francisco à navegação dos navios mercantes de todas as nações. Terminava assim longa questão, que vinha do início da década anterior, quando a idéia fantástica e as ambições de um norte-americano levantaram a idéia da abertura do Rio Amazonas ao comércio e à colonização: a altivez e a habilidade da diplomacia imperial enfrentaram o problema, conduzindo-o do melhor modo, através de acordos com as nações vizinhas e interessadas no rio, adiando sua abertura até outra época, livre de pressões e possíveis perigos. E é o que se verifica no fim de 1866, quando a questão é resolvida soberanamente.

Fala do Trono e escravidão

A Fala do Trono de 1867 consigna a tranqüilidade pública geral, como se viu na última eleição; comenta o fla-

gelo de cólera-morbo no Sul; as questões da guerra; os problemas do escravo, que precisam ser estudados para solução. Essa referência, vinda do Trono, ecoa entre parlamentares e no meio do povo e será em breve o problema número um da nação. Em plena guerra, a fala imperial coloca o assunto pela primeira vez. No Senado e na Câmara, como antes no Conselho de Estado, protesta-se contra a idéia abolicionista, sobretudo agora, quando o país tem que enfrentar graves questões. Aí, os conservadores e os liberais fazem acordos, criando outra área perigosa para o Gabinete. E nada de concreto, como proposta governamental, foi feito.

A resposta à Fala Imperial provoca interminável debate, com a clássica alternância da censura e do louvor. Colocam-se aí problemas como o da escravidão, com a defesa do estatuto; colocam-se, principalmente, problemas políticos, com a análise da situação desde 1862. Vê-se, por exemplo, em aparte ao discurso de 5 de junho, de Toscano de Brito, Cristiano Otoni declarar que o último Ministério do Marquês de Olinda não era da situação progressista, era "de mistificação". Zacarias pretende que o debate é ocioso, pois a resposta à Fala do Trono devia ser simples palavra de cortesia (lembra que a questão já fora levantada em 1850, por Eusébio de Queirós), como na Inglaterra, em que não consome mais que o tempo da redação. Entretanto,

> "conserva-se estabelecido aqui e na outra Câmara, onde nos deixamos arrastar por essa força de eloqüência intertropical, que é objeto de escárnio dos nossos adversários na Europa e na América".

Zacarias fala sobretudo na guerra, nas imposições que ela faz. Entre as questões levantadas pela oposição, constituída por conservadores e liberais intransigentes, fala-se na orientação indevida da guerra, na crise financeira, nas infidelidades políticas e, por vezes, na inconveniência de tocar no estatuto da escravidão, como se faz na fala e na resposta da Câmara. A discussão é encerrada, com a recusa das emendas, por 49 votos, sendo que 23 se pronunciaram por elas.

A sessão de 1868 é ainda mais difícil, quando a oposição liberal histórica se funde com a conservadora. A fala imperial repete as coisas de sempre, insistindo na questão do trabalho escravo. Discutida, apresentam-se emendas que podem significar uma censura, como se vê na referência de que a Câmara está "convencida de que há idéias em que se não deve insistir de modo vago e em circunstâncias extraordinárias e antes de chegado o momento de dar-lhe prudente execução". As emendas

são recusadas por votação mais expressiva que a do ano anterior: 56 votos contra, 15 a favor.

Quem se distingue na crítica à política é o Senador Barão de São Lourenço. Em 4 de agosto de 1866, quando se apresenta Zacarias, lamenta as explicações dadas por Olinda, sobre a retirada de seu Gabinete, e por Zacarias, sobre as dificuldades de composição do novo. Para ele, a responsabilidade do caos é o esfacelamento dos antigos partidos, "que uma política sublime entendeu dever destruir". À confusão inaugurada em 1853 é que cabe a culpa pelo que se vê:

> "Ministérios de 6 meses e Presidências de 4 apenas podem satisfazer a caprichos, e nunca às necessidades mais reclamadas do país."

Em meados de 1868, consciente do fim que se aproxima para a situação, é mais violento, como se vê em 8 de junho:

> "O Governo do Brasil está nas mãos de uma seita que se denomina progresso, querendo os foros de um terceiro partido, mas cuja religião não conhecemos."

E dia 1º de julho:

> "Peço a Deus que um dos co-proprietários da política do país suba ao poder, a ver se põe um dique à torrente devastadora. (...) O progressismo nunca será um partido nacional."

E dia 17 de julho festeja o acesso de Itaboraí e dos conservadores, pois agora há dois partidos, já se sabe o que se quer.

Queda de Zacarias

O fim do Gabinete era fatal. Em 16 de julho de 1868, o Presidente do Conselho é Itaboraí, com o afastamento de Zacarias. É uma ordem radicalmente oposta à anterior a que se constitui. Falando na Câmara dia 17, o ex-Ministro Martim Francisco expõe assim os acontecimentos: no dia 11, o Imperador fizera declaração de que devia escolher três Senadores, dois dos quais já haviam sido escolhidos – entre eles, pelo Rio Grande do Norte, Sales Torres Homem. Na reunião do Ministério, logo após a saída de D. Pedro II, ficou assentado entre todos que o Gabinete se exonerasse, uma vez que a escolha pelo Rio Grande do Norte não era acertada. O Imperador instou para que todos permanecessem nos seus postos, mas a resolução foi mantida. Dia 14 é

concedida a demissão, e D. Pedro pede a Zacarias que indique sucessor; ante a negativa, pede-lhe que avise a Itaboraí que está convocado para fazer a nova organização. Conclui Martim Francisco:

"Não posso entrar em longos desenvolvimentos, a Câmara e o país conhecem a posição em que me acho colocado, mas posso dizer com franqueza que, sectário da doutrina de que os Ministros são responsáveis pelos atos do Poder Moderador, entendeu o Gabinete de 3 de agosto que a escolha feita (...) não era acertada e que o Gabinete não podia tomar a responsabilidade deste ato. O Gabinete de 3 de dezembro retira-se com os princípios liberais que sustentou na imprensa e na tribuna."

Nesse relato, entretanto, omitia-se o principal – o comando das operações no Paraguai. Em 20 de fevereiro de 1868, no Conselho de Estado, Zacarias conta que o Ministro da Guerra havia recebido ofício de Caxias pedindo para retirar-se, alegando moléstia. Junto vinha carta particular em que o mesmo Caxias expunha razões particulares: pelos jornais e por correspondência, julgava que o Governo não tinha nele mais a confiança de outros tempos e procurava tirar-lhe a força, como concluía pela leitura de artigos terríveis contra sua ação, em órgãos que sabia subvencionados pelo Governo. Zacarias lembra que, em outubro de 1868, quando do convite a Caxias para assumir o comando, declarara ao militar que se ele tivesse dúvidas na aceitação por causa do Gabinete adverso em política o Gabinete é que se afastaria, pois a guerra estava em primeiro plano. Realmente, pelo rumo das coisas, o Imperador ponderou a Zacarias que era necessário entregar a direção da campanha a Caxias; o Ministro Ferraz não quis aceitar o nome, por divergências entre os dois, preferindo demitir-se, uma vez que o Gabinete endossava o nome do militar. Zacarias declara agora que pensa o mesmo que antes: o Ministério prefere deixar o poder a conceder a exoneração pedida. E apresenta a renúncia do Gabinete. O Conselho de Estado não aceita as demissões e D. Pedro II propõe a alternativa: se o mal menor é a demissão do Ministro ou do General. No Conselho há pronunciamentos de um lado e outro, enquanto era visível que D. Pedro II se inclinava a favor de Caxias. A manutenção do militar com a retirada do Gabinete significaria a inversão política, pois era impossível compor o Partido Progressista e o general, homem do Partido Conservador.

Desde esse momento, portanto, a vida política oscila entre Caxias e o Gabinete, ou entre o Partido Conservador e os progressistas. Os dois elementos demissionários são mantidos, mas, enquanto o militar cresce com

suas vitórias, o Gabinete, já diminuído, some cada vez mais. O debate vai para as Câmaras, e Zacarias nem sempre se contém. Não era possível a permanência do Gabinete, que tem forte oposição no Senado e luta pela obtenção de meios financeiros que as Câmaras custam a dar. A oposição no Senado chegou a propor emenda, em resposta à Fala do Trono, pedindo outro ministério.

Poder-se-ia lembrar que a dúvida entre o General e a situação vinha de logo do princípio da guerra. Toda a história é contada pelo próprio Caxias, em discurso no Senado, em 15 de julho de 1870. No começo das operações, o Ministro Beaurepaire Rohan o procurou, pedindo-lhe planos de organização do Exército e de campanha, que foram feitos e entregues. Falou-se depois em sua ida para o Rio Grande do Sul, que não pôde ser consumada, pois lá precisava contar com a Guarda Nacional e esta dependia do Presidente da Província: só acumulando então as funções de Comandante-de-Armas e de Presidente, o que lhe foi negado por motivos políticos; afasta-se o Ministro, a pasta vem a ser do Visconde de Camamu, que era inimigo pessoal de Caxias. O Presidente do Conselho, Furtado, insiste em que vá como Comandante, e ele se nega, chegando a alegar suas imunidades como Senador, ante a lembrança de que é militar e deve obedecer. Quando D. Pedro II foi ao Sul, esteve em sua companhia, lá recebendo humilhações. Depois do desastre de Curupaiti, procurado por Zacarias, que lhe pede colaboração, resolve colaborar, contanto que tenha a confiança do Gabinete. Vai para o Paraguai. A confiança foi completa, a princípio, mas com o tempo lhe pareceu que ela faltava. Teve que consumir longos meses na reorganização do Exército, recebendo críticas de inoperância. Daí a carta que envia ao Ministro, afastando-se do posto. A demissão é recusada, ele continua, enquanto o Gabinete se retira, por motivos que ele ignorava então.

Voltando a Zacarias: quando da escolha de senador pelo Rio Grande do Norte, D. Pedro II sabia que a situação não podia tolerar a medida. Tomando-a, como que se define entre os dois competidores, fica com o elemento conservador. O incidente provocaria a retirada do Gabinete, sem dúvida desejada. A escolha imperial, para ser correta, não podia ser outra, pois enquanto Sales Torres Homem era conhecido, experimentado e famoso, o candidato ministerial era figura secundária, embora fosse do partido no poder e militante na política da Província que devia representar, além de ser o mais votado. Zacarias não podia esquecer que o escolhido de agora é o que o derrubara no curto Gabinete de 1862: já concedera muito ao Imperador admitindo em sua nomeação para o Banco do Brasil

e do Conselho de Estado, não podia concordar com sua escolha para senador. A tempestade provocada pelo antigo panfletário não acaba aí: no Senado os liberais conseguem anular a eleição e ele tem que ir novamente às urnas, quando volta no primeiro lugar da lista tríplice, para ser de novo escolhido. O Presidente do Conselho e o Imperador estavam certos: este, usando da prerrogativa da Coroa na nomeação, aquele da coerência, pois era autor do livro famoso *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*. Zacarias queria mesmo afastar-se, nem sequer indicando o sucessor, como lhe pedira D. Pedro II. Se este hesita na demissão do Gabinete, protela a sua saída, na verdade desejava a volta dos conservadores, para mais tranqüilidade, uma vez que os progressistas já haviam demonstrado a fraqueza de sua união, de todo rompida no último Ministério. Que viesse o Partido Conservador, no qual a Coroa tinha algumas das suas expressões preferidas. As autoridades que respeitava em finanças e em matéria militar eram conservadoras, como conservadoras eram as maiorias no Senado e no Conselho de Estado.

Itaboraí e a volta dos conservadores

Falando depois de Martim Francisco, Itaboraí afirma que hesitou ante a incumbência imperial, mas teve que aceitá-la. Sabendo das dificuldades, expõe programa, com a garantia de moderação e justiça, economia dos dinheiros públicos, necessidade de reformas em leis, como consta da Fala do Trono do ano e das anteriores, embora reconheça que os males resultam mais da execução das leis que do defeito delas. Como a sessão já vai adiantada, só pede leis que tratem da fazenda, pelas necessidades urgentes, para acabar com a guerra. Espera que se ponha tudo mais de lado, uma vez que o que importa é a aprovação dos créditos pedidos pelos antecessores. Itaboraí era o último grande chefe de tipo antigo do partido: dos outros, Bernardo Pereira de Vasconcelos havia morrido em 1850, Paraná em 1856, Olinda evoluíra para outras áreas; companheiros de Itaboraí na chamada segunda frente conservadora, constituindo com ele a trindade saquarema, eram Paulino, o Visconde do Uruguai, que morrera em 1865, já há algum tempo afastado das lutas, e Eusébio de Queirós, que morre exatamente nos dias em que seu partido retorna ao poder. Itaboraí é então a grande presença do passado, quando novo grupo de chefes está ascendendo e vai empolgar a direção conservadora no fim do Império.

O impacto da mudança

Se a mudança foi terrível impacto, pelo inesperado, com um ministério conservador quando a Câmara dos Deputados era de maioria progressista, agora liberal, o discurso do Presidente do

Conselho não é de molde a suavizar arestas. Imediatamente a oposição rompe seus fogos, pela palavra de Nabuco de Araújo, no Senado, e de José Bonifácio, na Câmara. O Senador faz discurso sobre a situação. O novo Ministério é legal, pois a Coroa tem o direito de escolha, mas não é legítimo. Há legalidade e legitimidade. Pede "a concentração de todas as forças liberais para o grande fim da salvação do sistema representativo do Brasil", proclamando-se liberal. Vê na queda de Zacarias uma anormalidade, um capricho, pois a situação lhe era muito favorável, sustentado por maioria expressiva, legítima como são as nossas maiorias em sistema de precariedade eleitoral. Essa retirada "foi uma fatalidade para as nossas instituições". A convocação de partido derrotado nas urnas é contrária ao sistema representativo. E sentencia em palavras famosas, sempre repetidas:

> "Não é isto uma farsa? Não é isto um verdadeiro absolutismo, no estado em que se acham as eleições no nosso país? Vede este *sorites* fatal, este *sorites* que acaba com a existência do sistema representativo: o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí o sistema representativo do nosso país!"

O Senador espera o que vai acontecer, não lá, no Senado, mas na outra Câmara, em que o novo Ministério vai ouvir o que pensam os que são "eleitos imediatamente do povo".

Na Câmara, José Bonifácio, condenando o Gabinete, "representante de idéias conhecidas e condenadas pela imediata representação do povo, um gabinete que saiu do seio das sombras sem que se soubesse como!". Como o Ministério sabia que não tinha maioria na Câmara, só podia oferecer a ditadura. E apresenta a moção:

> "A Câmara viu com profundo pesar e geral surpresa o estranho aparecimento do atual Gabinete, gerado fora do seu seio e simbolizando uma nova política, sem que uma questão parlamentar tivesse provocado a queda de seus antecessores. Amiga sincera do sistema representativo e da Monarquia constitucional, a Câmara lamenta este fato singular, não tem e não pode ter confiança no Governo."

Paranhos, Ministro dos Estrangeiros, pede que a Câmara ouça o Gabinete. Não vem pedir adesão, mas os meios de governar. E anuncia, ameaçadoramente: "As conseqüências que resultarem de uma situação extrema

recairão exclusivamente sobre vós." Lembra que tem o direito de aconselhar à Coroa os recursos que a Constituição oferece em tais momentos, aparteado por vários que gritam que "a ditadura é melhor". Para ele, a atitude da Câmara não é o uso de um direito, mas o abuso de um poder. A Coroa não tinha culpa que o Gabinete anterior, em graves circunstâncias de guerra, resignasse o posto por uma questão senatorial. Demais, o novo Gabinete não foi tão surpresa, era solução prevista, pois vozes não suspeitas pediam o Partido Conservador, preferindo-o ao Gabinete de agosto.

Saldanha Marinho faz sentir também o seu protesto, como membro do Partido Liberal, "que felizmente se acha no Império completamente ligado; protesto contra o presente estelionato em 1868, igual ao estelionato praticado em 1848". A esses um aparteante acrescenta o de 23 de março de 1841. Cristiano Otoni – agente decisivo em igual momento, em 1848 – lembra que as horas da Câmara estão contadas. Paranhos fala mais uma vez e aceita que a moção seja votada: o resultado de 85 votos a favor dela e 10 contra é a vitória tranqüila da oposição. Os deputados sabiam que o Governo não podia recuar, eles é que estavam perdidos. Souberam cair. Ofício e decreto do dia 18 de julho, comunicados dia 20, dissolviam a Câmara dos Deputados e convocavam outra para 3 de maio do ano seguinte. A mudança de situação foi terrível impacto, como se viu. Estava, contudo, nas regras do jogo, de acordo com as leis. O parlamentarismo não era mais que arremedo. As atribuições constitucionais do Poder Moderador davam a D. Pedro II o direito de fazer o que fez, quando os chamados progressistas, que surgiram das dissidências entre os partidos tradicionais, não chegavam a compor-se, provocando o surgimento de novas dissidências, que tornavam impossível qualquer governo.

Alcance do movimento

A queda do Gabinete Zacarias não foi fato banal na história política: foi diversa a situação desse Ministério e profundas seriam as conseqüências de sua retirada no desenvolvimento do país. É claro que não é a simples queda do Gabinete que marca os tempos posteriores, mas o que está atrás dela, com os difíceis problemas platinos, a política continental e o papel do Brasil; o prestígio cada vez maior do militar, agora interferindo em tudo, com suas reivindicações e o peso de uma autoridade que é até armada; a necessidade de extinção do trabalho escravo, uma vez que esse estatuto diminuía o prestígio nacional entre os demais países, já livres, tudo culminando na pregação republicana, pois o Brasil se identifica mais às outras nações do continente, não pode continuar a ser a exceção monárquica. A contar daí, extremam-se de novo os partidos, agora bem estruturados e com objetivos mais nítidos. Os que

realmente não concordam com o rumo seguido exaltam-se em radicalismo e vão, muitos deles, formar na corrente adversa à Monarquia. Entre eles estão muitos dos que programam o partido liberal radical, formam o Clube Radical, que faz ampla campanha pelos seus jornais e por conferências sobre seus temas, em meados de 1868.

Na história política, 16 de julho de 1868 é marco de referência obrigatória. Poucos dias depois, em 25 de julho, reúne-se o pessoal abatido do poder para, desfeitas as dúvidas e arestas, fundar o Centro Liberal, que lança manifesto no início do ano seguinte, com assinaturas como Teófilo Otoni, Nabuco de Araújo, Francisco Otaviano, Furtado, Zacarias, Sousa Franco, em que se traça o caminho do novo partido, expressivamente terminado com a alternativa: "ou a reforma, ou a revolução". Vencera aí, ainda uma vez, a prudência, contra o radicalismo, como se vê na conclusão: "Não há que hesitar na escolha: a reforma! E o país será salvo." O novo partido empenha-se por teses eminentemente políticas, às vezes denunciando preocupação social mais profunda. Entre as teses de seu programa, fala-se da máxima – o rei reina e não governa –, responsabilidade dos ministros pelas atos do Poder Moderador (tese, entre outros, de Zacarias, há muito enunciada, enquanto os liberais radicais querem a extinção desse poder), descentralização, ensino livre, separação da judicatura da polícia, magistratura independente, Senado eletivo e temporário, sufrágio direto para capitais das províncias e cidades maiores, substituição do trabalho escravo pelo livre, proibição aos parlamentares de nomeação para empregos públicos, títulos e condecorações. Esses princípios eram há muito sustentados, desde 1823, em livros, jornais, no Parlamento. Eram bandeira, desde 1866, do órgão *Opinião Liberal*, que defendia ainda teses mais extremas, que foram incorporadas pelo chamado grupo radical, em 1868, mas não o foram pelo novo partido, em 1869. O programa que então se aprova é o longo amadurecimento de princípios, assentados com estudo e reflexão. Do Centro Liberal vai sair o Clube da Reforma, que contará com o periódico *A Reforma*, de tanta importância, em busca de unidade de vistas entre pessoas de procedência tão diversa.

O manifesto e outros pronunciamentos do grupo revelam evolução nítida no pensamento político imperial, prenúncio da República. Não é por acaso que, logo depois, em 1870, tem existência a campanha orgânica pela República, que leva mesmo à formação de um partido, que congrega muitos dos desencantados com o rumo seguido pela Monarquia, preferindo outra forma de governo. Aí é que se encontram os que se extremam em radicalismo.

Em plena guerra com o Paraguai, quando a segurança nacional está em jogo, as questões de política interna são aguçadas e dividem com clareza as direções. De 1862 a 68 vive-se a ilusão da Liga, em que os liberais e conservadores moderados pretendem formar uma força. Não chegam, entretanto, à anunciada fusão. Mantêm-se ao longo do período, no compasso de espera de que um se sobreponha ao outro. Durante esses anos, vivem em freqüentes lutas, não se fortalecem em base tranqüila para que um gabinete governe. Pequeninas disputas os separam, até que a idéia da Liga ou partido progressista revele em toda a nitidez a sua inviabilidade. São anos de brigas domésticas, ciúmes menores, rivalidades sem sentido profundo, que desgastam o país e indispõem a facção aos olhos imperiais. Quando derrubados do poder, pela providência a que forçam D. Pedro II, é que realmente se unem. A fusão entre os seus elementos só é feita na desgraça. Os liberais históricos, unidos aos progressistas, formam o novo Partido Liberal, enquanto os radicais formam nas fileiras republicanas.

É profunda recomposição de forças e programas o que se opera em 1868. Depois dessa data, começa a crescer a onda que vai derrubar a instituição monárquica. Ela viveria ainda alguns anos, às vezes até com o antigo brilho. Os homens mais lúcidos, no entanto, sabiam que o Império estava condenado. Em 1868 começa o seu declínio, até chegar à queda em 1889. Ele já revelara o seu potencial, o que tinha de positivo e negativo. Agora ia viver quase que vegetativamente, pois eram sabidos os seus limites. A data de 1868 encerra o período de esplendor e abre o de crises que levarão à sua ruína.

CAPÍTULO II

O BRASIL E O RIO DA PRATA, DE 1828 À QUEDA DE ROSAS

1. INÍCIO DE UMA NOVA LUTA

A luta dos caudilhos

PELO Tratado de 27 de agosto de 1828 se erigiu em Estado independente a Província Cisplatina, que passou a denominar-se República Oriental do Uruguai, depois de promulgada a Constituição em 1830. Ainda neste ano foi eleito D. Frutuoso Rivera seu primeiro Presidente. Contra ele se insurgiu, pouco depois, o General D. João Antônio Lavalleja, seu competidor nas eleições e chefe dos *Trinta e Três*. Rivera conseguiu vencer o rival e manter-se no poder até o fim do período para que fora eleito. Justamente das lutas entre estes dois caudilhos foi que o processo político da antiga Cisplatina evolveu, principalmente pelo aparecimento dos partidos nacionais: o *Blanco*, em que se agruparam os partidários de Lavalleja, e o *Colorado*, em que se reuniram os adeptos de Rivera.

Na Argentina, depois de assinado o tratado de paz com o Brasil, o General Lavalle, em dezembro de 1828, depõe o Governador de Buenos Aires, D. Manuel Dorrego, mas não tem força de se sustentar no poder. Em junho do ano seguinte, vê-se obrigado a tratar com D. João Manuel Rosas, que já é o principal chefe dos federais. Rosas, porém, não assume imediatamente o poder. Espera que o Governador provisório Viamonte, coagido pelos federais, convoque a legislatura provincial deposta por Lavalle, para que esta mesma legislatura o eleja governador de Buenos Aires, "con la plenitud de faculdades y libertad de acción que hoy más que nunca exigen las circunstancias del país". Daí em diante até Caseros, com o pequeno intervalo de dezembro de 1832 a abril de 1835, em que governam a província os generais Balcarce e Viamonte, Rosas se instala definitivamente no poder com "toda la suma del poder público de la Provincia".

Lavalleja, na sua luta contra Rivera, encontrou no General Rosas um empresário disposto a custear-lhe todas as investidas contra o Presidente, seu inimigo. No Rio Grande do Sul, deparou com seguro abrigo, onde lhe prestava auxílio o Coronel Bento Gonçalves. Em setembro de 1832, Santiago Vasques, Ministro uruguaio, já denunciava a cumplicidade do militar brasileiro com Lavalleja, assegurando ao encarregado de negócios do Império, em Montevidéu, que o Governo oriental tinha dados para "recelar que la conducta del jefe de frontera el Sõr. Coronel D. Ventus Gonzales... dé ocasión á incidentes cuyos término no es facil preveer".[1]

Queixas contra o procedimento de Bento Gonçalves

Manuel de Almeida Vasconcelos, que era o encarregado de negócios brasileiro, comunicava, por sua conta, ainda em 1832: "Por pessoa que goza de inteira confiança de D. João Antônio Lavalleja... pude saber que ele se aproxima às nossas fronteiras, pela parte do Serro Largo, a fim de receber um grande reforço de homens e munições, que do nosso território lhe devia ser remetido." Este reforço era fornecido por Bento Gonçalves. Em conseqüência, eram constantes as queixas do Governo do Uruguai. Vasconcelos ouviu da boca do próprio General Rivera, então Presidente, "novas e mui amargas queixas contra o procedimento hostil do Coronel Bento Gonçalves da Silva, pelas continuadas incursões de partidas de emigrados no território deste Estado, os quais havendo saqueado e assassinado os habitantes desta parte de Jaguarão tornam a ser recebidos no acampamento dos ditos emigrados e voltam a cometer novas violências". Além das queixas, disse Rivera "que lhe constava, por via segura, que Lavalleja tratava de fazer diversos empréstimos de dinheiro em Buenos Aires, prometendo pagar o dobro em gado no Rio Grande, debaixo da garantia do referido coronel; e que igualmente sabia que este havia aliciado alguns dos seus oficiais e soldados com o fim de federar a Província do Rio Grande com esta república, de acordo com Lavalleja e seus partidários".[2]

Invasão do Uruguai

Assim, sustentado Lavalleja pelo Governador argentino, ajudado pelo Coronel brasileiro e, ainda, açulado pela sua mulher, cujo ânimo varonil lhe não deixava esmorecer a ambição, pôde defrontar-se com Rivera, durante quase todo o período de sua Presidência. Em junho de 1834, D. Ana Monteroso Lavalleja, mulher do caudilho,

---

1 *Annaes do Itamaraty*, vol. 1, 1936 (Correspondência de Manuel de Almeida Vasconcellos, com notas de Aurélio Porto), p. 9. Rio de Janeiro, Officinas Graphicas do Archivo Nacional.

2 *Ibid.*, pp. 13 e 14.

senhora de caráter "turbulento e intrigante", partia de Buenos Aires para o Rio Grande do Sul, onde foi juntar-se ao marido na pregação revolucionária. Nesse ano de 1834, Bento Gonçalves invadia o Uruguai, por conta própria, e Lavalleja, "à frente de 111 homens, todos brasileiros, à exceção de 50 que seriam orientais", combatia e vencia a Servandro Gómez.[3]

Os entendimentos de Bento Gonçalves com Lavalleja e, por intermédio deste, com Rosas já existiam desde 1832. O Brasil, com isso, era arrastado para o torvelinho do Rio da Prata, sem querer nem poder envolver-se naquelas lutas, pois, retalhado como se achava pelas revoluções, enfraquecido pela insubordinação geral e crise financeira, se tornara incapaz de defender seus interesses continentais.

> "É erro comum a quem estuda os lances diplomáticos do Império o de se abstrair completamente da política interna do país e de os tratar a todos, indistintamente, como conseqüência de uma ação governamental estável e segura, que se tivesse perpetuado de golpe com a Constituição de 1824, sem que jamais se lhe descontinuasse o vigor. No entanto, a política externa não é mais do que um reflexo da interna. Os atos desta refulgem, naturalmente, em todos os passos daquela. Longe de a política interna do Império ter sido uma reta de força e prestígio, foi até 1843, ao menos, com pequenas exceções, uma linha tortuosa de revoluções, anarquia e lutas partidárias. De tudo isso ressumbrava a fraqueza na ação governamental, que percutia poderosamente na política externa, dificultando os passos da diplomacia, já pela falta de estabilidade dos dirigentes, já por se não dispor dos meios necessários à implantação de uma política externa."

Tensão nas relações com o Uruguai

"Foi justamente no período de transição, de 1831 a 1842, que o processo histórico do Sul do Império se precipitou. Incapaz de lhe modificar a curso, mal podendo atalhar as suas próprias crises, o Governo imperial tentou, então, apenas minorar-lhe as conseqüências. As suas ordens, porém, não eram cumpridas pelos funcionários encarregados de executá-las na fronteira com a República do Uruguai, pois já se esboçava no Rio Grande do Sul, através da propaganda de Lavalleja e com os aplausos de Rosas, a separação daquela província do Império. À crise governamental adicionava-se agora o caudilhismo, que influiria na vida política do Sul do país, preponderantemente. Assim,

[3] *Ibid.*, pp. 18 a 21.

posto que as ordens do Governo imperial fossem contrárias aos auxílios prestados a Lavalleja, Bento Gonçalves, quem as devia cumprir, fazia justamente o oposto. As relações entre os governos brasileiro e uruguaio tornaram-se tensas, quase chegando a um rompimento, pois tudo quanto ao segundo afirmava o primeiro, o seu subordinado o desmentia na prática. A verdade era que o Governo imperial não tinha mais força sobre o seu auxiliar, desde que a aliança entre Bento Gonçalves e Lavalleja já se considerava fato consumado. Enquanto se mantivesse Rivera no poder, seria a ajuda fornecida pelo caudilho brasileiro ao seu aliado oriental, na esperança de se inverterem os papéis quando os partidos se revezassem no Uruguai".[4]

Substituição de Rivera

Em outubro de 1834, Rivera deixou o poder, por terminar o seu período presidencial. Substituiu-o, em março do ano seguinte, D. Manuel Oribe, indicado pelo próprio Rivera. Neste mesmo ano, de 1835, em Buenos Aires, o General Rosas assumiu, pela segunda vez, o Governo da Província e, no Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves rebelou-se contra a Regência. De início se entendeu Bento Gonçalves com Lavalleja. Depois entrou em confabulações com Rosas. Somente mais tarde se ligaria a Oribe, porque, embora Presidente, não teve este último a possibilidade de se descartar de Rivera, senão anos depois. Assim, no começo de seu Governo, Oribe se demonstrou contrário tanto a Bento Gonçalves quanto a Lavalleja, seus futuros aliados.

O encarregado de negócios Vasconcelos, em novembro de 1835, referia-se, em ofício ao Ministro dos Estrangeiros, às informações obtidas, "por diversas vias, da existência de um plano concertado entre o Coronel Bento Gonçalves da Silva e D. João Antônio Lavalleja, favorecidos e apoiados ocultamente pelo atual Governador de Buenos Aires, D. João Manuel Rosas", plano este que consistia em declarar independente a Província do Rio Grande do Sul e Bento Gonçalves ditador, "prestando-lhe Lavalleja, para esse fim, o auxílio da sua pessoa e dos homens que puder reunir e aliciar na República Argentina".

Ameaças de Oribe

Eram do conhecimento, segundo dizia o mesmo Vasconcelos, do próprio General Oribe "estes manejos tenebrosos". Tanto assim era que, em audiência concedida ao diplomata brasileiro, em dezembro de 1835, lhe mostrou carta de um coronel de fronteira, na qual lhe participava ter Bento Gonçalves reunido, no Rio

[4] José Antônio Soares de Souza, *Um diplomata do Império*, pp. 56 e 57 (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1952).

Grande, gente armada. "Concluída a leitura da carta", contava Vasconcelos a audiência com Oribe, "declarou-me o Presidente que as circunstâncias daquela Província eram da maior gravidade; que ele estava finalmente certo do plano de separação da província e da tríplice ditadura... que, enfim, Rosas (assim se exprimiu o Presidente) apoiava e protegia o plano referido. Insisti sobre esta última circunstância, e perguntei-lhe se estava certo da proteção e favor do ditador Rosas. Respondeu-me positiva e terminantemente que sim, acrescentando, ao mesmo tempo, que ele se achava disposto para tudo, que qualquer que fosse o chefe, que ele pudesse agarrar no território desse Estado (são ainda as suas próprias expressões), Lavalleja, Bento Gonçalves ou outros quaisquer, imediatamente os mandaria fuzilar sem nenhuma forma de processo".[5]

Oribe alia-se a Rosas

Não manteve Oribe por muito tempo esta posição. Era demasiadamente ambicioso e bastante inteligente para se contentar com o segundo lugar, que conseguira como riverista, pois, ainda que Presidente, o prestígio de Rivera lhe assombrava o Governo. Fora partidário de Lavalleja e, agora, para alijar o rival, busca o seu antigo partido, que absorve, como ponto de apoio. Alia-se, em seguida, a Rosas e herda de Lavalleja a aliança com Bento Gonçalves. Assim fortalecido, endireitou-se Oribe contra Rivera, a quem demitiu do posto criado especialmente para ele, desalojando-lhe os partidários dos cargos que ocupavam e substituindo-os pelos contrários. Perseguido Rivera, pelo Presidente, revidou o golpe da única maneira que dispôs: revoltou-se em julho de 1836.[6]

Foi rápido o primeiro lance da luta entre Oribe e Rivera. Este, derrotado em setembro de 1836, refugiou-se no Rio Grande do Sul. Aí os acontecimentos se sucediam com rapidez. Em abril de 1837, o Presidente da Província, Antero de Brito, foi preso pelo Brigadeiro Bento Manuel Ribeiro, que se bandeara para os revoltosos. Bento Manuel passou a proteger Rivera, transformando-o, com isso, em aliado da revolução. Os papéis se inverteram. Em breve será Rivera que invadirá o território oriental, para o ajuste de contas com Oribe, auxiliado pelos revoltosos rio-grandenses. Não só Oribe, mas também Rosas se demudarão em acérrimos inimigos dos farrapos.[7]

---

[5] *Annaes do Itamaraty*, vol. cit. pp. 31 e 37.

[6] José Antônio Soares de Souza, *op. cit.*, pp. 57 e 58.

[7] A. D. de Pascual, *Apuntes para la Historia de la República Oriental del Uruguay*, T. II, pp. 402 a 409 (Paris, Th. Ducessoir Editor, 1864); Duarte da Ponte Ribeiro, *As relações do Brasil com as Repúblicas do Rio da Prata, de 1829 a 1843*, pp. 5 a 7, nos. 8 a 12 (Rio de Janeiro, Officinas Graphicas do Archivo Nacional, 1936); *Annaes do Itamaraty*, vol. cit., p. 89.

2. TENTATIVAS DE CONVÊNIOS E TRATADOS

Dias antes de deixar o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), em despacho de 2 de maio de 1837, recomendava ao encarregado de negócios Vasconcelos procurasse interessar o Presidente Oribe em um convênio que disciplinasse a permanência de emigrados políticos nos respectivos territórios. Um mês depois, a 3 de junho, o sucessor de Limpo de Abreu, Francisco Gê Acayaba de Montezuma (Visconde de Jequitinhonha), ordenou ao mesmo diplomata apresentasse ao Governo uruguaio minuta de tratado, que remetia, propondo uma aliança ofensiva e defensiva, tanto no tocante a guerras estrangeiras, como "para acabar as desavenças, comoções e guerras intestinas". Vasconcelos chegou a discutir as bases desse tratado. Mas, impondo o Governo oriental, como condição preliminar, a "ocupação temporária do Ibicuí-Guaçu até o Mirim", as negociações foram interrompidas pelo Governo imperial, por considerar inadmissível tal proposição.[8]

Um acordo de extradição

Ao mesmo tempo em que os Ministros brasileiros pretendiam entender-se com o Presidente Oribe, este mandava ao Rio de Janeiro, como encarregado de negócios, D. Carlos Villademoros, incumbido de negociar um acordo que fizesse cessar as atividades subversivas dos emigrados nas fronteiras dos dois países. Em 11 de agosto de 1837, já se dirigia Villademoros ao Ministro Montezuma, não só esclarecendo os motivos de sua missão, mas ainda lhe prometendo, para breve, o envio de projeto de tratado. No dia seguinte, respondeu-lhe o brasileiro que o seu Governo estava pronto, como já propusera ao oriental, a estabelecer "as regras que se devem seguir para a extradição dos respectivos delinqüentes". A 9 de setembro, voltou Villademoros a dirigir-se ao Ministro para afirmar a necessidade de um tratado que solucionasse todas as questões pendentes entre o Império e a República. Mas, à vista da posição ameaçadora em que se achava Rivera, postado entre o Quaraim e o Ibicuí, não seria possível aguardar a conclusão de um tal tratado que, pela sua natureza, demandaria estudos e, por conseguinte, muito tempo. O seu Governo precisava de uma solução mais rápida para o caso particular de Rivera e dos emigrados. Esta solução, para Villademoros, consistia em tolerar o Governo imperial que Oribe "colocasse a força que comanda sobre a margem meridional do Ibicuí".[9]

---

[8] Duarte da Ponte Ribeiro, *op. cit.*, pp. 10 a 12, n[os] 20, 22 e 23.

[9] Paulino José Soares de Sousa, *Relatorio da Repartição dos Negocios Extrangeiros*, 1852 – Anexo D, pp. 12 a 15, n[os] 10 a 12 (Rio de Janeiro, Typ. Universal Laemmert, 1852).

As negociações de Villademoros não tiveram prosseguimento. Dias depois da última nota do Governo uruguaio, deixava Feijó a Regência, substituindo-o Araújo Lima. Na pasta dos Estrangeiros, Antônio Peregrino Maciel Monteiro (Barão de Itamaracá) foi o substituto de Montezuma. Villademoros seguiu, pouco depois, para Montevidéu, deixando em seu lugar o Coronel José Maria Reyes, que não conseguiu, ainda que fosse notável cartógrafo, convencer o novo Ministro brasileiro da linha do Ibicuí. Em contraproposta, Maciel Monteiro apresentava o Arapeí, acedendo, por fim, a base do Quaraim "unicamente para discussão". Essas negociações terminaram, como as outras, sem nada de positivo se resolver.[10]

Bloqueio do porto de Buenos Aires

Enquanto essas tentativas ocorriam em Montevidéu e no Rio de Janeiro, Rivera, aliado de Bento Manuel e dos unitários, refazia-se da derrota de Carpintaria, voltando, em breve, a combater o Presidente, seu inimigo. Oribe, em meados de 1836, pediu ajuda ao General Rosas. Este tinha suas quizílias contra Rivera e tratou de se aliar ao uruguaio. Mas nem assim pôde Oribe derrotar o caudilho. O contrário aconteceu. Rosas aceitara uma briga com o Cônsul francês Roger. A briga degenerou em franca hostilidade, da qual resultou o bloqueio do porto de Buenos Aires pelo Almirante Le Blanc. A esquadra francesa necessitava de um porto no Rio da Prata. Oribe, já aliado de Rosas, não consentiu em deixar Montevidéu servir de ponto de apoio contra o Governador portenho. Tentou embaraçar a ação do francês e, a pedido de Rosas, perseguiu os unitários. Le Blanc, ainda que indiretamente, passou a ajudar Rivera a derrocar o Presidente.

Na campanha, Rivera, numa luta de marchas e contramarchas, entreteve o rival até o momento em que, refeito da derrota, aceitou combate em Palmar, onde desbaratou o inimigo, em junho de 1838. Oribe encerrou-se em Montevidéu, pois o resto do país passou a obedecer ao General Rivera.[11]

Desde abril, Rosas sentiu que as coisas não iam bem no Uruguai. Pensou, então, em mandar ao Brasil um representante seu, a fim de alertar o Governo brasileiro do perigo "que representava, para o Império e a Confederação, a existência dos rebeldes *colorados* unidos aos unitários

---

[10] Honório Hermeto Carneiro Leão, Confidencial de 22/12/1851, *apud* José Antônio Soares de Sousa, *Honório Hermeto no Rio da Prata*, pp. 301 e 302 (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1959).

[11] José Antônio Soares de Sousa, *Um diplomata do Império*, cit., p. 148.

proscritos, protegidos por alguns chefes do Rio Grande do Sul". O escolhido para esta missão foi D. Manuel Sarratea, incumbido ainda de propor ao Governo Imperial um acordo "que resolvesse o problema da extradição". Mas não teve êxito, neste particular, a missão Sarratea. As relações entre a Confederação e o Império enredaram-se, então, em conseqüência da entrada de tropas argentinas em território uruguaio.[12]

Rivera acusado de traição

Além disso, por pouco tempo, Oribe manteve-se em Montevidéu obrigado a resignar a Presidência e a embarcar para Buenos Aires, onde se colocou sob a proteção de Rosas.

Rivera, vitorioso, facilmente se reelegeu Presidente. O Governador portenho, no entanto, não lhe perdoava o tratamento amistoso que dispensara aos unitários foragidos na República. Não pôde atacá-lo imediatamente, por não lhe permitir a situação política das Províncias argentinas. Às complicações externas juntaram-se as internas, peando-lhe os movimentos. Rivera teve, então, os seus momentos de maior prestígio. Mas o poder enfatuava-o. Azaranzava-se todo com os seus próprios enredos, dos quais ninguém escapou, nem os seus recentes aliados, os franceses. Faltou-lhe, sempre, no poder o necessário equilíbrio. Na luta contra Rosas, foi dúbio o papel de Rivera. Le Blanc o acusou de traição, exasperado da indolência do caudilho. Contudo, os unitários, abandonados pelos franceses e pelo General Rivera, movimentaram-se sozinhos, numa luta desesperada contra o ditador. A conspiração instilou-se no próprio Palermo. Era de se prever a queda de Rosas.

Cresce o poderio de Rosas

"Mas, nesses momentos de perigo, é quando Rosas tem mais aguçados todos os seus sentidos. O homem cresce à medida que os seus contrários se apoucam. Açula contra os inimigos da "Federación" a *mashorca*. Esta, que lhe espreita o sinal, cai, sem piedade, em cima dos unitários, que são, indistintamente, todos os inimigos do ditador. Persegue-os e conscientemente os liquida. Assim, vence Rosas uma conspiração tramada em Buenos Aires. Nas Províncias encarrega Oribe do comando dos seus exércitos. Este destroça em poucos lances os unitários. Sossega a inquietação das Províncias, quebrantando-lhes, de vez, toda resistência."[13]

---

[12] Gabriel A. Puentes, *La intervención francesa en el Rio de La Plata*, pp. 107 e 108 (Ediciones Theoria, Buenos Aires, 1958).

[13] José Antônio Soares de Sousa, *Um diplomata do Império*, cit., p. 149.

Com Rivera, pretende Rosas liquidar também imediatamente a contenda. Para isso manda Echagüe invadir o Uruguai com seis mil homens. Entretém Rivera os passos do General rosista até os últimos dias de 1839, quando o vence fragorosamente em Cagancha. Esta derrota, porém, não desespera o ditador. Em 1840 assina com o Barão de Macau um tratado, pondo termo à desavença com a França. Assim, de pazes feitas com esta potência e fortalecido no interior pela ação de Oribe nas Províncias, pôde o General Rosas entregar-se inteiramente às suas rixas contra Rivera. Este, depois da proeza de Cagancha, imobiliza-se em Montevidéu, deixando os unitários, abandonados também dos franceses, ser aniquilados pelos Generais rosistas Oribe e Pacheco. Somente depois de desfeitas as tropas de Lavalle e de La Madrid, lembra-se Rivera de que Rosas continua do outro lado do estuário a vozear contra ele um sem-número de impropérios. Invade, então, o território argentino, pensando, com isso, amedrontar o inimigo. Rosas revida o golpe. Oribe marcha sobre Entre Rios, onde Rivera se encontrava, e, nos primeiros dias de dezembro de 1842, desbarata o exército riverista, na mais completa das derrotas.[14]

Sítio de Montevidéu

Rivera consegue fugir da degola geral, imposta pelo vencedor. A capital, no entanto, reage contra o invasor. Organiza-se um governo, constituído pelo Presidente em exercício, D. Joaquim Suárez, e o Ministro D. Francisco Vidal, que lançam, a 12 de dezembro, patética proclamação, concitando o povo à defesa. Oribe continua sua marcha vitoriosa; apodera-se de quase toda a campanha e fixa-se em Cerrito ao lado de Montevidéu, contentando-se em sitiar a cidade, transformada, em breve, na Tróia americana.

3. O TRATADO DE 23 DE MARÇO DE 1843 E O BLOQUEIO DE MONTEVIDÉU

O Visconde de Sepetiba

No Brasil, com a Maioridade do Imperador, a direção da política externa coube a Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (Visconde de Sepetiba), político hábil e inteligente, que se manteve no Ministério mesmo depois da retirada dos liberais, até janeiro de 1843, quando o Ministério de 23 de março deixou o poder. Persistiu Aureliano, em relação ao Prata, na mais estrita neutralidade. Para isso

[14] *Ibid.*, pp. 150, 151, 168 e 169.

mudara, em meados de 1841, a representação do Império tanto em Buenos Aires quanto em Montevidéu. Neste mesmo ano de 1841, chegaram ao Rio de Janeiro, por ocasião da coroação de D. Pedro II, os plenipotenciários do Uruguai, D. Francisco Magariños, e da Confederação Argentina, D. Tomás Guido. O primeiro veio com o encargo de promover junto ao Ministro brasileiro a modificação da política do Governo imperial, a fim de favorecer a causa de Rivera. Aureliano prosseguiu, no entanto, na neutralidade, rechaçando as proposições de Magariños.[15]

Proposta de Arana

Com os argentinos Sarratea e Guido foram sempre cordiais as relações de Aureliano, ainda que o General Rosas não acedesse ao seu pedido, no sentido de permitir a navegação de um navio de guerra brasileiro, pelos rios Paraná e Paraguai, conduzindo o representante do Império Assunção. Também, não aceitou Aureliano as proposições feitas pelo Ministro Arana ao Plenipotenciário Moutinho, em Buenos Aires, para acabar, de vez, com Rivera. Moutinho, o único diplomata brasileiro a receber o Ditador, de visita, Legação do Império, contava assim a proposta de Arana, em ofício dirigido a Aureliano, em 14 de janeiro de 1842: "Devo mais participar a Vossa Excelência, para o conhecimento do Governo Imperial, que, na última conferência que tive com o Ministro Arana, repetiu-me ele os argumentos em que sempre se funda, para persuadir-me a propor a Vossa Excelência uma aliança entre esse Império e a Confederação. De dia a dia cresce o empenho que este Governo mostra em um objeto de tanta transcendência, tão risonho por um lado e tão eriçado de inconvenientes por outro. Não perde este Governo ocasião de me fazer ver quão fácil seria aos dois Governos reunidos esmagar o Cabecilha Oriental, que às escâncaras favorece a rebelião do Rio Grande, porque não pode prosperar sem ela. Não só o Império, diz ele, ficaria para sempre tranqüilo por meio de uma aliança estreita com a Confederação Argentina, de quem nada mais tem a recear, depois da Convenção preliminar de 1828, mas esta aliança faria os dois Estados árbitro da América do Sul e os constituiria em força para se opor a qualquer tentativa européia".[16]

Mediação em forma de ultimato

Um ano depois a situação existente então se apresenta bastante modificada. Em julho, Duarte da Ponte Ribeiro, na qualidade de encarregado de negócios, substitui, em Buenos Aires, o Plenipotenciário Moutinho. Em dezembro, Rivera, surpreendido

[15] Duarte da Ponte Ribeiro, *op. cit.*, pp. 32 e 33, nos. 75 a 77.
[16] Arquivo Histórico do Itamarati, Buenos Aires, 205/2/18, Ofício nº 189.

em Arroio Grande, é derrotado pelo seu rival Oribe que, depois da façanha, ocupa quase toda a campanha e passa a sitiar Montevidéu. Os representantes da França e da Inglaterra, de Lurde e Mandeville, em nota dirigida ao Governo argentino, voltam a falar em mediação, pretendendo impô-la entre Rosas e Rivera, não amigavelmente, mas na forma de ultimato. A 16 de dezembro exigem os dois diplomatas a imediata cessação da luta entre as forças argentinas e uruguaias e a retirada das primeiras do território oriental.

Todos, inclusive o próprio Rosas, acreditaram que as ameaças de Mandeville e de Lurde refletiam o pensamento dos seus respectivos Governos. Para amparar ou, ao menos, amenizar o golpe, pensou o Ditador no Império. A 4 de janeiro de 1843, o seu representante no Rio de Janeiro, D. Tomás Guido, indagava ao Ministro Aureliano: "Se auxiliado o exército imperial com cavalhada, por ordem do Governo argentino e debaixo das condições que em separado se estipulariam, o Governo Imperial se decidiria a obrar separadamente ou de acordo com a Confederação contra o intruso governante da República do Uruguai, Frutuoso Rivera, aliado notoriamente dos insurgentes do Rio Grande."[17]

Substituição do Visconde de Sepetiba

Dias depois caía o Ministério de 23 de Março. Aureliano deixava a pasta que ocupara desde a Maioridade. Assim não seria com ele que o General Guido iria entabular negociações para a aliança solicitada, mas, sim, com o seu substituto, Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná), nomeado, a 20 de janeiro de 1843, Ministro interino dos Negócios Estrangeiros. A 7 de fevereiro, já havia o novo Ministro conferenciado duas vezes com o General Guido, dizendo-lhe, então, que, convencido "da aliança de Fruto com os rebeldes", resolvera fazer o Governo sair da inação em que estivera nas questões do Rio da Prata. Aceitava, portanto, as aberturas de Guido para um entendimento, mas condicionava ao tratado definitivo de paz. Foi este mesmo pensamento que externou em nota de 9 de fevereiro, ao esclarecer ao argentino que a pretendida aliança contra Rivera não deveria ser o objeto principal do acordo entre os dois países, senão parte do tratado definitivo de paz, o que lhes competia pactuar.

Sutilezas diplomáticas

Nas suas notas de 12 e 21 de fevereiro, em resposta a Honório o General Guido pretendeu demonstrar a impossibilidade da assinatura do tratado definitivo, sem que se protelasse a

[17] O *Tratado de 24 de Março de 1843 entre o Brasil e a Confederação Argentina*, p. 2 (Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. J Villeneuve E Comp., 1845).

aliança contra Rivera. Esta aliança, segundo D. Tomás, serviria também para fazer entender às potências marítimas "que ao Brasil e à Confederação incumbe unicamente velar sobre a Independência da Banda Oriental". Este último período, do próprio Guido, descobria o verdadeiro motivo de sua pressa em concluir o acordo, que vinha a ser a intervenção anglo-francesa. Honório, porém, manteve o seu intento. Até 6 de março, preferia coadjuvar Rosas, na sua luta a favor de Oribe, independentemente de qualquer convenção, a assiná-la reduzida a uma aliança contra Rivera e sem que se concluísse o tratado definitivo de paz.

Até esse momento, a ação do Ministro foi certa e equilibrada. A sua reação repentista, no entanto, sempre colérica, diante de certas contingências, iria atrapalhar-lhe os passos. A deslealdade ao Império, considerava-a ele como um desaforo pessoal, cujo desforço devera ser imediato. Foi o que ocorreu. Em conferência com Guido, depois de 6 de março, mostrou-lhe o General os originais da correspondência de Rivera com os rebeldes do Rio Grande, que comprovavam a aliança do caudilho com os farrapos. As cartas de Rivera foram entregues a Honório e estes destroços de Arroio Grande irritaram o Ministro brasileiro e o levaram a aceitar a aliança procurada por Guido, desde 4 de janeiro. Resolvido este ponto principal, rapidamente chegaram os dois a um acordo sobre os artigos do tratado, minutados pelo Ministro argentino.

Protocolo contra Rivera

No dia 24 de março, os Plenipotenciários Honório Hermeto e Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), pelo Brasil, e D. Tomás Guido, pela Confederação, assinaram o tratado de aliança contra Rivera, e a 27 um protocolo do qual constava a declaração do General Guido, de que não estava autorizado a assinar o tratado, mas, ao submetê-lo à aprovação do seu Governo, solicitaria os plenos poderes correspondentes. Este tratado foi ratificado imediatamente pelo Imperador. Mas, ao chegar a Buenos Aires, a ameaça anglo-francesa de intervenção já se dissipara e, por isso, não o ratificou o General Rosas, justificando a sua recusa com razões "improcedentes e insignificantes".[18]

Política neutralista

Esta recusa fez com que voltasse Honório à política de neutralidade no Prata, seguida pelo seu antecessor, ainda que pretendesse com a missão de João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu (Visconde de Sinimbu), a Montevidéu, dar maior autoridade à

[18] José Antônio Soares de Sousa, *Um diplomata do Império*, cit., pp. 177 a 185 e 195.

representação do Império na Praça sitiada. Porém, logo depois de assinar as instruções a Sinimbu – documento notável pela franqueza com que expôs a política brasileira – foi substituído na pasta dos Estrangeiros por Paulino José Soares de Sousa (Visconde do Uruguai). A política que o novo Ministro pensou, desde o início, implantar foi a de uma neutralidade de expectativa, até que a situação interna do país permitisse outra, mais firme, não a favor de um ou outro caudilho, mas em defesa dos interesses vitais do Brasil que estavam em jogo.

No Rio da Prata, o momento era de aparente calmaria. Duarte da Ponte Ribeiro, em Buenos Aires, fazia o possível para aplainar as dificuldades advindas da não-ratificação do tratado. Sinimbu, moço ainda, mas de grande talento, entendia-se perfeitamente bem com o Ministro da Praça, D. Santiago Vasques, político inteligente e sagaz. Em setembro, porém, chegou ordem de Lorde Aberdeen para o reconhecimento, por parte das autoridades britânicas do bloqueio, decretado pelo Ditador, ao porto de Montevidéu e desatendido, em fevereiro de 1843, pelo *commodore* inglês Purvis. O Governo brasileiro, em abril, ordenara aos seus representantes no Rio da Prata que tivessem o mesmo procedimento dos franceses e ingleses em relação ao bloqueio argentino. Este bloqueio, no entanto, para ser admitido pelos ingleses, foi modificado. Em setembro, quando reapareceu, foi novamente intimado com as restrições impostas por Lorde Aberdeen.

Impropérios de Rosas

Sinimbu entendeu que o momento era propício para uma intervenção do Império no Rio da Prata, não só para fazer as tropas argentinas abandonarem o território oriental, mas ainda para restabelecer o Governo do General Rivera. E, pensando assim, não reconheceu o bloqueio argentino, quando intimado às autoridades brasileiras. Este ato do diplomata brasileiro exasperou o General Rosas, que passou a estampar em seus jornais um sem-número de impropérios contra a pessoa de Sinimbu e contra o Governo Imperial. D. Filipe Arana, Ministro do ditador, investiu, em nota a Ponte Ribeiro, contra Sinimbu. Ponte Ribeiro, ainda que contrário ao ato do seu colega, sentiu-se na obrigação de defendê-lo das injúrias do argentino. E, aos desaforos de Arana, retrucou-lhe com outros desaforos. A rixa entre os dois Governos se iniciava não só com o não-reconhecimento do bloqueio, senão também com as notas desaforadas de Arana e Ponte Ribeiro.[19]

[19] *Ibid.*, pp 223 a 238

Dificuldades financeiras do Império

No Rio de Janeiro, as comunicações de Sinimbu das ocorrências em Montevidéu causaram espanto, principalmente porque o Governo Imperial expedira ordens para o reconhecimento do bloqueio, desde abril. A chegada dessas comunicações coincidiu com a insistência, por parte de Magariños, para a celebração de uma aliança entre a Praça e o Império. O Ministro Paulino era contrário a qualquer aliança com Rivera, ainda que, indiretamente, por intermédio do Governo de Montevidéu. Assim, em resposta a Sinimbu, mandou que se reconhecesse o bloqueio. O não-reconhecimento, segundo ele, importaria o rompimento imediato com a Confederação Argentina e a aliança com um "Governo exausto de recurso". A guerra, que sobreviria de tudo isso, seria custeada somente pelo Brasil. "Ora", dizia o Ministro, "o Império está muito ameaçado pelo lado das finanças e vai acudindo aos consideráveis déficits dos seus orçamentos com empréstimos e emissões de papel". E, no final do despacho, acrescentava: "Nas circunstâncias melindrosas em que se acha o Império, principalmente pelo lado das finanças, aconselha a prudência que não demos passos que nos possam arrastar a uma guerra, senão no último caso, depois de esgotados todos os meios." Por isso, determinava declarasse Sinimbu ao Governo da Praça que o Governo imperial persistia na decisão, constante da nota dirigida pelo seu antecessor a Magariños, em 10 de fevereiro de 1843, de se manter neutro na luta de Rosas e Rivera.[20]

4. AS RELAÇÕES DO IMPÉRIO COM O DITADOR

Entrega dos passaportes ao representante do Brasil

As notas trocadas entre Arana e Ponte Ribeiro tiveram como resultado a entrega dos passaportes ao diplomata brasileiro pelo Ministro argentino. Paulino tentou evitar este desfecho, pretendendo fossem as notas retiradas e mantido Fonte Ribeiro no seu cargo. Não concordando o Governador portenho com esta proposição, o Governo imperial retirou a sua representação de Buenos Aires.

A partir das duas questões, suscitadas pelo bloqueio, as relações do Governo Imperial com o Ditador foram de mal a pior. Novas rixas escabichou o General Rosas contra o Brasil, que, ao General Guido, competia desfiá-las nas estiradas notas, dirigidas aos Ministros dos Negócios Estrangeiros do Império.

---

[20] *Ibid.*, pp. 240 a 242.

Reafirmação da Independência do Paraguai

O Paraguai, por exemplo, forneceu algumas. O Governo de D. Carlos Antônio López, que se firmou no poder depois da morte do Dr. Francia, julgou de bom alvitre reafirmar, por um ato solene, a Independência da nação. Para este fim reuniu em congresso vários deputados que reafirmaram aquela Independência. A ata do dia 25 de novembro de 1842, de que constava a reafirmação, foi remetida, por intermédio de Arana e de Guido ao Governo Imperial, que a recebeu em fins de março ou começo de abril de 1843. Com a ata chegou também uma solicitação de López para que o Império reconhecesse a Independência do seu país. Somente em outubro foi nomeado José Antônio Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente) encarregado de negócios em Assunção. Nas instruções que lhe deu Paulino, a 16 de outubro, o reconhecimento da Independência e a celebração de um tratado de aliança figuravam como cláusulas principais, sendo que este último ato não deveria prejudicar o primeiro. "Todavia", dizia o Ministro, no final das instruções, "se depois de haverem esgotado todos os meios Vossa Mercê reconhecer que não é atualmente possível obter a celebração de um tratado, comunicá-lo-á logo ao Governo Imperial, reconhecendo, não obstante, a Independência da República."[21]

Reconhecida a Independência do Paraguai

Pimenta Bueno só chegou a Assunção a 18 de agosto de 1844. Menos de um mês depois, reconhecia solenemente, a 14 de setembro, a Independência do Paraguai. Este reconhecimento ensejou nova reclamação de Guido e um veemente protesto, datado de 20 de fevereiro de 1845. Foi Limpo de Abreu, um dos mais hábeis Ministros dos Negócios Estrangeiros, quem contraprotestou o protesto argentino. E o fez com tal veemência que se não limitou a explicar o reconhecimento como um ato político, mas foi além, fazendo a mais completa defesa daquela Independência. Com isso se exacerbou a quizília do ditador.

Entre o reconhecimento e o protesto, outros fatos foram transformados em questões pela diplomacia rosista, como, por exemplo, em 1844, a missão à Europa do então Visconde de Abrantes e a fuga do General Paz. A 17 de agosto de 1845, em estiradíssima nota, já desfiava D. Tomás Guido um rosário de queixas contra o Império, terminando por pedir os

[21] José Antônio Soares de Sousa, *A Vida do Visconde do Uruguai*, p. 166 (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1944); Arquivo Histórico do Itamarati, Arquivo Particular de Ponte Ribeiro, 272/3/2, Ofício de 14/4/1843, de Honório Hermeto; *El Paraguayo Independiente*, nº 8, de 14/ 6/1845.

seus passaportes. Desistiu, porém, do seu intuito e continuou por mais alguns anos, no Rio de Janeiro, a enfileirar as rixas, em suas notas, depois de bem escabichadas pelo Ministro Arana e pelo Governador Rosa.[22]

Intervenções anglo-francesas

Desde 1845, as intervenções anglo-francesas, no Rio da Prata, longe de pacificar, exasperavam ainda mais os ânimos dos contendores. Em 1847, a tendência dos interventores, principalmente do inglês Hood, era de tratar com Oribe, estabelecendo-se as bases para a entrada do General em Montevidéu, na qualidade de Chefe do Governo uruguaio. Era, então, Ministro dos Negócios Estrangeiros Saturnino de Sousa e Oliveira, que pretendeu, por sua vez, romper com a Praça, não recebendo o novo Ministro oriental, D. Andrés Lamas, e tratar com o General Oribe, antes de sua entrada em Montevidéu, na forma planejada pelo inglês Hood. Não conseguiu Saturnino modificar, como pensou, a política imperial no Rio da Prata. Lamas foi recebido como Ministro plenipotenciário da República do Uruguai no Brasil e os entendimentos com Guido para as negociações com Oribe não tiveram prosseguimento.

De 1844 a 1849, nada menos de oito Ministros se sucederam na Secretaria dos Negócios Estrangeiros e a todos atordoou o General Guido com as suas intermináveis recriminações. Em setembro de 1848, o então Visconde de Olinda formou o Ministério conservador em substituição aos liberais que, durante cerca de cinco anos, estiveram no poder. Olinda, Presidente do Conselho e Ministro dos Estrangeiros, fez o possível para chegar a um acordo amigável com o representante argentino. Foi, sem dúvida, o Ministro que se mostrou mais disposto a negociar com a Confederação uma paz duradoura e quem mais pacientemente tratou com o General Guido. Este, no entanto, tinha ordens severas do Ditador para não se deixar convencer de coisa alguma que pudesse encerrar as questões entre os dois países. Olinda, reconhecendo que o seu apelo fora feito em vão, deixou o Ministério em outubro de 1849. Substituiu-o na Presidência do Conselho, o Visconde de Monte Alegre, Ministro do Império, e na pasta dos Estrangeiros Paulino José Soares de Sousa, que, como Ministro em 43, vira o início das três primeiras questões com o Ditador.

---

[22] R. Antônio Ramos, O *reconhecimento da Independência do Paraguai pelo Brasil*, pp. 428 e 429 (*in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 228, 1955); *Collecção de Notas entre o Governo Imperial e a Legação Argentina no Rio de Janeiro*, pp. 26 a 52 e 96 a 106 (Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve, Rio de Janeiro, 1845).

Incursões do Barão de Jacuí

Mais duas questões vieram à baila em 1849, ainda quando Olinda se achava no Ministério. O Presidente López, não satisfeito com Rosas, por não ter reconhecido a Independência do Paraguai, mandou uma coluna de cerca de três mil homens invadir Corrientes. Esta expedição não teve outro resultado senão o de se constituir em mais uma das recriminações de Rosas contra o Império, fingindo acreditar que a invasão fora auxiliada pelas autoridades brasileiras de fronteira. A outra questão nasceu das incursões do Barão de Jacuí em território oriental, em represália à proibição de passarem gados das propriedades de brasileiros, localizadas no Uruguai, para o Rio Grande do Sul.

Assim, de volta ao Ministério em outubro de 1849, encontrou Paulino, ainda sem solução, aquelas questões que deixara em 1844, acrescidas de outras, exacerbadas, agora, pelo tom irritadiço e malcriado que o General Guido, de ordem do Ditador, mantinha em suas notas. Esta fase de agressividade por que passavam as notas de Guido era conseqüência da assinatura da convenção, pelo Ministro Arana e o inglês Southern, a 24 de novembro de 1849, com a qual a Inglaterra punha um termo à sua intervenção e comprometia-se a empregar os seus bons ofícios junto ao Governo francês, para que celebrasse também, com o General Rosas, um tratado de paz.[23]

Manobras de Rosas

Ainda em 1849, teve Paulino várias conferências com o Plenipotenciário argentino. Das palavras de Guido se convenceu o Ministro brasileiro de que a intenção de Rosas era procrastinar a solução de suas rixas com o Império, até desvencilhar-se de Montevidéu e poder atacar o Rio Grande do Sul. Esta convicção ainda mais se lhe arraigou no espírito, depois das conversações que teve com D. Andrés Lamas, inteligentíssimo representante da Praça. O mesmo ocorreu com as minuciosas e interessantes cartas, recebidas de Montevidéu, do Encarregado de Negócios Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, que, em janeiro de 1850, asseverava: "Na minha opinião a guerra é inevitável."

Não se limitou Paulino às convicções a que chegara. Imediatamente tratou da reação. Na correspondência com a Legação Argentina, discutiu com o General Guido todas as queixas, formuladas por este contra o Brasil e esmiudadas pelo Ditador, desde 1843. Não foi possível um acordo, o que fez Guido, depois de certa relutância, pedir os seus passaportes. Foram-lhe entregues os passaportes no dia 1º de outubro de 1850, com a

---

[23] Paulino José Soares de Sousa, *Relatorio*, cit. de 1852, pp. XVII e XVIII.

nota de 30 de setembro, em que Paulino liquidava o acerto de contas que tinha Rosas para ajustar com o Brasil, sem lhe dar as satisfações exigidas. No dia 2 de outubro deixava D. Tomás Guido a Guanabara, a bordo do *Rifleman*.[24]

5. IMPLANTAÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA

Cautela e habilidades diplomáticas

Não se contentou o Ministro com o rompimento. Tratou, imediatamente, de modificar a situação política que encontrara, imprimindo-lhe, justamente, o que lhe faltava, direção hábil e cautelosa, porém firme e constante. Assim que a febre amarela – que assolou o Rio de Janeiro, nos primeiros meses de 50 – lhe permitiu, passou Paulino a socorrer Montevidéu, pois dizia ele a Silva Pontes: "O que convém ao Governo imperial é que a praça de Montevidéu se vá sustentando e ocupando a atenção das forças de Oribe e Rosas."

O Ministro uruguaio Herrera y Obes vinha solicitando por intermédio do seu representante na Corte um empréstimo ao Governo brasileiro, com o qual pudesse suprir as necessidades da Praça, depois da diminuição do subsídio que lhe dava o Governo francês. Lamas expôs a Paulino a situação, em que se achava Montevidéu, em dois memorandos, datados de 19 de fevereiro e 11 de julho de 1850. O empréstimo foi concedido, com a interferência do negociante Ireneo Evangelista de Sousa (Visconde de Mauá), nos primeiros dias de setembro. Como a França reduzisse ainda mais os seus subsídios, outro empréstimo foi realizado em dezembro do mesmo ano. Além desses socorros materiais, deu Paulino à Praça sitiada a segurança de que o Império embaraçaria qualquer ação de Oribe, no sentido de tomá-la. Esta declaração, constante da carta que dirigiu a Lamas em março de 1851, "animou o Governo oriental a perseverar na sua conservação e defesa".

Aliança com o Paraguai

Não descurou o Governo imperial das alianças. A principal, no momento, era a com o Paraguai. Por intermédio do Coronel Pedro de Alcântara Bellegarde, Encarregado de Negócios em Assunção, pôde Paulino, ao menos por algum tempo, desvanecer as desconfianças de D. Carlos Antônio López. A 22 de julho de 1850, remete a Bellegarde os plenos poderes para negociar, pedindo-lhe urgência para a

---

[24] José Antônio Soares de Sousa, O *General Urquiza e o Brasil*, pp. 5 a 7, *in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 206, 1950.

solução das negociações, pois pretendia regular, definitivamente, a política imperial nas questões do Rio da Prata, cujo desfecho se aproximava com rapidez. A 25 de dezembro do mesmo ano foi assinado, naquela capital, o tratado de aliança defensiva entre o Brasil e o Paraguai.[25]

A sustentação da praça de Montevidéu e a aliança com o Paraguai deram, sem dúvida, muita força à política intentada pelo Ministro brasileiro. O quadro político do Rio da Prata, porém, ainda que esboçado em seus principais traços, não se completara. Faltava-lhe uma figura essencial.

Antônio Cuyás y Sampere

Em Montevidéu havia um espanhol, agente de D. Justo José de Urquiza, Governador de Entre Rios, chamado Antônio Cuyás y Sampere. Em janeiro de 1851, procurou não só a Herrera y Obes, mas ainda a Silva Pontes, como coisa dele, Cuyás, e não de Urquiza, para falar da posição insegura em que se encontrava o General, em relação ao Ditador, e da que, na certa, tomaria no caso de o rompimento de Rosas com o Império se verificar. A visita de Cuyás à Legação do Brasil se repetiu e, ainda que embuçado, deixava o espanhol transparecer a intenção de Urquiza de se libertar da tutela do Governador portenho.

Itens da projetada aliança

A 11 de março, Paulino respondeu às comunicações de Silva Pontes sobre as aberturas de Cuyás. Em minuciosas e importantes instruções, determinou ao diplomata que se entendesse com Urquiza, fazendo-o ciente, por um intermediário que escolhesse, das condições para a aliança com o Brasil. Estas condições podem ser sintetizadas nos seguintes itens: 1º – rompimento de Urquiza com Rosas, publicamente; 2º – Independência do Uruguai e do Paraguai; 3º – retirada das tropas argentinas do território uruguaio e 4º – Presidência de Garzón, no Uruguai. Além dessas condições, mandava esclarecer que "o Brasil, com ou sem adesão e coadjuvação de Urquiza, está resolvido a acabar com este estado de coisas para obter segurança e tranqüilidade para o futuro".[26]

Estas condições foram levadas, pelo próprio Cuyás, a Entre Rios. Urquiza aceitou-as imediatamente, credenciando, em abril, o mesmo Cuyás para tratar com Silva Pontes e Herrera y Obes as bases da aliança. Os três, reunidos em Montevidéu, chegaram, com facilidade, a um acordo, consubstanciado no convênio de 29 de maio de 1851. Referia-se este convênio, principalmente, à expulsão de Oribe e das forças argentinas do

---

[25] Paulino José Soares de Sousa, *Relatório*, cit., pp. XX e XXI; José Antônio Soares de Sousa, *O General Urquiza e o Brasil*, cit., pp. 11 e 18.

[26] José Antônio Soares de Sousa, *O General Urquiza e o Brasil*, cit., pp. 23 a 26 e 69 a 74.

território oriental e à constituição do futuro Governo da República do Uruguai sob a Presidência do General Eugênio Garzón. Nada se disse então, sobre Rosas, para evitar a intromissão da Inglaterra, prevista por Paulino e afastada com muita habilidade. Combinara o inglês Southern, ainda em meados de 1850, com Rosas e Arana uma interpretação do Art. 18 da Convenção de 27 de agosto de 1828, pela qual o Brasil só poderia atacar o Ditador depois de decorrido o prazo de seis meses da comunicação à Grã-Bretanha. Contornou Paulino esta intromissão indébita, desviando o golpe de Rosas para Oribe.[27]

Conseqüências imediatas

No dia 1º de maio, rompeu Urquiza, publicamente, com Rosas. Em abril o Vice-Almirante John Pascoe Grenfell assumiu o comando da esquadra brasileira no Rio da Prata. Em junho o Conde de Caxias seguiu para o Sul, nomeado Presidente da Província do Rio Grande e Comandante-Chefe do Exército. E a 12 de outubro, rendiam-se os exércitos de Oribe diante das forças do General Urquiza, sem qualquer esboço de reação.[28]

Tratado de 12 de outubro de 1851

No Rio de Janeiro, nesse mesmo dia 12 de outubro de 1851, foram assinados, pelos plenipotenciários brasileiros e orientais, os tratados de limites, comércio, amizade e subsídios entre o Brasil e o Uruguai. Estes tratados, já reclamados por Magariños, vinham sendo solicitados, com insistência, por Lamas, que, particularmente, escrevera a Paulino: "Comprendendo que esta alianza será tanto mas estrecha y durable cuanto menos arreglos pendientes existan entre los dos países." Em agosto de 1851, de ordem do seu Governo e a fim de "estreitar e fortificar quanto seja possível" a aliança da República com o Império, insistia Lamas, oficialmente, na necessidade da celebração de ajustes que colocassem "as relações dos dois países sobre bases claras, bem definidas e de recíprocas vantagens". Em resposta ao convite do Ministro oriental, participou-lhe Paulino, a 3 de setembro, a nomeação dos Senadores Honório Hermeto e Limpo de Abreu, para tratar, em nome do Imperador, os ajustes entre os dois países.

Os Plenipotenciários brasileiros e orientais não custaram a chegar a um acordo. Nas três primeiras conferências, de 2 a 4 de outubro, ficaram assentados os limites. Lamas recusou, desde o início mesmo como base para discussões, os limites consignados na Ata de 30 de janeiro de 1819, aceitando, porém, para a regularização da linha divisória, "a posse atual

[27] José Antônio Soares de Sousa, *A vida do Visconde do Uruguai*, cit., pp. 323 a 336.
[28] *Ibid.*, pp. 337 a 370.

do Império". No dia 4, foram o projeto e contraprojeto debatidos, sendo que o tratado de limites foi, quase todo, o contraprojeto de Lamas, ainda que a redação final ficasse a cargo de Paulino.[29]

6. O FINAL DO LANCE

Entendimentos e vigilância

O final da primeira fase da luta não agradou ao Governo imperial, uma vez que Urquiza tratara a rendição de Oribe sem a audiência dos aliados. Havia, assim, necessidade para que o mesmo se não repetisse na segunda fase, que se iniciava, de um representante no Rio da Prata, que aliasse ao prestígio de sua posição política a rapidez de ação. O escolhido foi Honório Hermeto que, em menos de duas semanas, se viu nomeado Plenipotenciário, recebeu as suas instruções e seguiu para Montevidéu. Nas instruções, de 22 de outubro, Paulino, além de falar do patriotismo e da "enérgica atividade" do Senador mineiro, dizia-lhe: "Os fins principais da missão de Vossa Excelência são os seguintes: entender-se com o General Urquiza, saber quais são seu plano e vistas, a fim de lhe prestar a conveniente coadjuvação, para levar para adiante o movimento que começamos contra o Governador de Buenos Aires. Cumpre observar muito Urquiza, procurar descobrir seus planos secretos, quando os tenha, e obter dele garantias antes que se torne independente da nossa coadjuvação e auxílio. O comportamento que ele acaba de ter com Oribe nos conselha que andemos cautelosos e de sobreaviso."

Honório chegou a Montevidéu no dia 31 de outubro. Neste mesmo dia esteve com Urquiza, que partia para Entre Rios, a bordo do *Afonso*. Pediu-lhe Urquiza que se entendesse com o seu filho Dr. Diógenes de Urquiza, a quem deixava em Montevidéu como seu representante e inteiramente instruído dos seus planos e da ajuda que esperava do Império.

Negociações de Carneiro Leão

Imediatamente deu Honório início a sua tarefa, entendendo-se não só com o Dr. Diógenes, mas ainda com o Ministro Herrera y Obes, sobre as bases do novo convênio, assinado pelos três no dia 21 de novembro. Não foi fácil, nas condições em que se realizou, a elaboração desse ato, pois a Inglaterra espreitava os menores movimentos do Império para intervir a favor de Rosas. Honório, no entanto, concluiu habilmente o convênio. Firmou, aí, a posição do Brasil, não, apenas, de simples auxiliar, mas de parte importantíssima e indispensável na

[29] *Ibid.*, pp. 371 e 372.

luta, pois concorria, para o desfecho da contenda, com o seu dinheiro, com a sua esquadra e com os seus soldados. Fora a queda de Rosas o principal objetivo a que visara o convênio. Firmada esta premissa, como verdade indiscutível, fácil foi inferir daí todas as disposições seguintes do convênio, que, na realidade, não era mais do que o complemento natural da aliança de 29 de maio. No convênio de 21 de novembro, o Dr. Diógenes de Urquiza representou também o Governador de Corrientes, D. Benjamim Virasoro, que havia aderido ao convênio anterior.

Queda de Rosas

Concluída a nova aliança, imediatamente iniciou Urquiza a sua marcha em direção a Buenos Aires. A fraqueza dos exércitos de Rosas se fez notar logo na passagem de Tonelero, no Rio Paraná, pelos navios brasileiros, comandados por Grenfell. Pouco depois, a 3 de fevereiro de 1852, derrotaram os aliados o General e seus defensores em Monte Caseros, Morón ou Santos Lugares. Os brasileiros, sob o comando do Brigadeiro Manuel Marques de Sousa (Conde de Porto Alegre), representaram papel relevante no desenrolar da batalha. O ditador portenho, no lance final de sua carreira, refugiou-se com sua filha Manuelita, sob a proteção do Ministro inglês Gore, a bordo do navio *Locust*, baldeando deste para o *Centaur*, que o levou, em segurança, para a Inglaterra.

Tratado de 15 de maio de 1852

Já no encerrar da luta se opõem os *blancos*, que subiram ao poder em conseqüência da morte de Garzón, ao tratado de 12 de outubro, que não querem ratificar. Honório, então, na qualidade de Plenipotenciário, se vê obrigado a entrar numa nova luta em defesa dos tratados. Silva Pontes e José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco), Secretário da Missão Especial, ajudam-no a evitar um rompimento com o Governo *blanco*, presidido por D. Juan Francisco Giró. Depois de um sem-número de conferências, de conversações e de enredos desfeitos, conseguiu Honório assinar com o Ministro D. Florentino Castellanos o tratado de 15 de maio de 1852, sob a garantia da Confederação Argentina, oferecida pelo Ministro Pena, em nome do General Urquiza, agora o Libertador. Por este tratado se retificava a linha de limites, de acordo com o *uti possidetis*, tendo o Brasil desistido da cessão que lhe fizera o Uruguai, pelo tratado de 12 de outubro, das duas meias léguas de terreno nas margens do Ceboláti e do Taquari.[30]

[30] *Ibid.*, pp. 399 a 422.

DA ESCRAVIDÃO AO TRABALHO LIVRE

LIVRO SEGUNDO

CAPÍTULO I

O ESCRAVO NA GRANDE LAVOURA

1. SISTEMA COLONIAL E ESCRAVIDÃO

A ESCRAVIZAÇÃO do negro foi a fórmula encontrada pelos colonizadores europeus para o aproveitamento das terras descobertas. Na faixa tropical, a grande propriedade monocultora e escravista tornou-se a base da economia que girou em torno da exportação de produtos tropicais para as metrópoles de onde provinham os produtos manufaturados necessários à vida da Colônia. Nas fazendas de algodão, nos Estados Unidos, nos engenhos e canaviais das Antilhas e do Brasil, o escravo representou a principal força de trabalho. O sistema escravista esteve desde os primórdios da colonização vinculado à Grande Lavoura. Escravidão e Grande Lavoura constituíram em muitas áreas a base sobre a qual se ergueu o sistema colonial que vigorou por mais de três séculos.

Condenação do sistema escravista

Ao inaugurar-se o século XIX, o sistema colonial tradicional entrou em crise. A revolução industrial que se opera na Europa, o desenvolvimento das novas formas de capitalismo, o avanço das idéias liberais e o processo de emancipação política das colônias da América alteraram profundamente o esquema tradicional. Novas técnicas de domínio e exploração substituíram as antigas relações entre colônias e metrópoles.

Nos países em que se processou a Revolução Industrial os novos grupos ligados ao capitalismo industrial que passaram a influenciar a política condenaram a escravidão. A existência de uma grande massa de escravos nas regiões coloniais parecia-lhes um entrave à expansão de mercados e à modernização dos métodos de produção. Os setores agrários haviam sido escravistas, os novos grupos desvinculados da Grande Lavoura apontavam todos os aspectos negativos da escravidão. A partir de então o sistema escravista estava condenado.

Havia, entretanto, por toda parte, sólidos interesses ligados à escravidão. A Independência das colônias na América não significou uma brusca mudança nos quadros econômicos tradicionais. Em muitas regiões a estrutura tradicional se manteve e o escravo continuou a ser a mão-de-obra preferida. Em certos casos, o desaparecimento dos antigos monopólios comerciais e a incorporação dessas regiões ao mercado europeu acarretaram o desenvolvimento da Grande Lavoura e o incremento do tráfico de escravos.

O processo de desagregação do sistema escravista foi longo e difícil. Em algumas regiões da América a transição para o trabalho livre se fez de maneira pacífica. Em outras assumiu o tom dramático das lutas sangrentas. Em processo evoluiu diferentemente em cada região, em função das condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas locais. A emancipação dos escravos dependerá principalmente do ritmo de transformação do sistema colonial de produção.

Primeiras manifestações de industrialização

Em 1822 o Brasil emancipava-se politicamente, mas a estrutura econômica tradicional se mantinha nas suas grandes linhas. Os tímidos esforços para criar uma indústria nacional, que se revelaram na ação consciente de alguns homens da Independência e se manifestaram nas atividades da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, frustraram-se desde logo. A indústria pereceu no nascedouro incapaz de fazer frente à invasão de produtos manufaturados europeus, principalmente os ingleses, favorecidos por tratados comerciais. Reafirmava-se a vocação colonial: o Brasil parecia fadado a fornecer à Europa matérias-primas e a dela receber manufaturas.

Controlavam a política os setores agrários. Favoráveis à manutenção da situação existente, seus representantes defendiam no Parlamento os princípios do liberalismo econômico, e, de acordo com seus interesses, opunham-se a medidas que protegessem a indústria.

> "Os governos não têm autoridade para se ingerirem ativa e diretamente em negócios de indústria e esta não precisa de outra direção que não a do interesse particular." "Não é preciso que a Lei indique qual a produção mais lucrativa."

O interesse particular é muito mais ativo e inteligente que o Governo, escrevia Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos políticos mais eminentes do Primeiro Reinado e da Regência. Na sua Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais condenava o apoio dado pelo

Governo a certas indústrias e manifestava-se favorável a uma política exclusivamente agrária. O país deveria enviar aos mercados estrangeiros aquilo que era capaz de produzir melhor: açúcar, algodão, café, tabaco, cacau, recebendo em troca os produtos que não estava apto a produzir em iguais condições, o que vale dizer manufaturas. Essas idéias se converteram numa das grandes doutrinas do Império.

Pressões e obstáculos à diversificação agrícola

Pressionado pelos interesses internacionais de um lado, controlado pelos representantes dos setores agrários do outro, impossibilitado de desenvolver outros tipos de economia, o país continuava apegado às formas tradicionais de exploração da terra. Permaneciam as culturas de tipo extensivo, os latifúndios, o trabalho escravo, os métodos rotineiros, a ausência de mecanização, todo o quadro, enfim, da agricultura colonial. Economia de exportação, sujeita às oscilações do mercado internacional, assim fora na época colonial a produção do açúcar e continuará a ser, no país independente, a produção do café. Juridicamente, a nação estava livre. Novas perspectivas se abriram, mas as estruturas tradicionais persistiam inalteradas. Herdara-se uma economia: o latifúndio exportador e escravista, e uma tradição cultural: a mentalidade senhorial.

O desenvolvimento da cultura cafeeira veio reforçar esse quadro e tornar mais remotas, nesta primeira fase, as possibilidades de uma evolução para o trabalho livre. Por toda parte encontrava-se o escravo: nos canaviais, nos engenhos, nos campos de algodão, nas plantações de cacau, nas fazendas de café que se abriam no Vale do Paraíba e nas charqueadas do Sul. No campo e na cidade ele era o principal instrumento de trabalho.

Contradições entre a teoria e a realidade

O país organizava-se em nação independente. Discutiam-se nas Câmaras as fórmulas teóricas do sistema representativo. As opiniões divergiam sobre a forma de participação do povo no Governo, sobre a federação ou os limites do poder real. As controvérsias doutrinárias que agitavam o público europeu repercutiam entre nós. No Parlamento recitava-se o credo liberal. Incluíam-se na Carta Constitucional de 1824 as fórmulas que a Declaração dos Direitos do Homem consagrara. Asseguravam-se as garantias individuais. Afirmava-se que a lei é a expressão da vontade do povo. Teoricamente, aboliam-se os privilégios e igualava-se a todos perante a lei, mas ao resguardar-se a propriedade como um dos direitos inalienáveis e imprescritíveis do homem mantinha-se a contradição que se tornaria geradora de numerosos conflitos: faziam-se

revoluções em nome da liberdade, mas em nome do direito de propriedade a nação mantinha escravizados mais de um milhão de homens.

Essa profunda contradição não preocupava a maioria dos políticos. Não foram muitos os que nessa época denunciaram os males do sistema escravista e preconizaram sua extinção.

Os jesuítas e a escravidão

No período colonial já se ouvira recomendar, às vezes, que os senhores dessem um tratamento mais humano aos escravos. Nesse sentido os reis de Portugal baixaram leis e alvarás. O Padre Vieira recriminava a crueldade dos senhores de escravos e afirmava que "a natureza como mãe, desde o rei até o escravo, a todos fez iguais e a todos livres". Mas essa afirmação não o impedia de sugerir a introdução de cativos para resolver os problemas da mão-de-obra no Maranhão. Um contemporâneo de Vieira, Jorge Benci, S. J., numa pregação feita na Bahia, aconselhava os senhores que dessem aos escravos um tratamento cristão, mas justificava o cativeiro como sendo fruto do pecado original. Um capuchinho italiano, o Padre José Bolonha, no Tribunal da Reconciliação, recusava-se a absolver os penitentes sem que eles lhe prometessem averiguar se seus escravos haviam sido tomados em guerra justa ou não. Estava persuadido, para espanto de uns e desagrado de todos, de que a escravidão era ilegítima e contrária à Religião. Suas idéias não foram bem acolhidas e, ao que parece, acarretaram sua remoção.[1] O Padre Manuel Ribeiro da Rocha, em livro publicado em 1758 intitulado O *Etíope Resgatado*, tachava o tráfico de ilegítimo e preconizava a emancipação dos escravos mediante resgate. Essas opiniões não encontravam nenhuma receptividade.

A maioria considerava a escravidão perfeitamente legítima e justificada. Mesmo entre os Inconfidentes de 1789 e os revolucionários de 1817, que se insurgiram contra o sistema colonial, não havia identidade de pontos de vista a respeito dessa instituição. Uns eram favoráveis à Abolição, outros propugnavam medidas paliativas. Enquanto Inácio José de Alvarenga propunha que os escravos fossem emancipados, José Álvares Maciel lembrava a perturbação que essa medida traria ao serviço das Minas e falava nos riscos de uma catástrofe social. Os revolucionários de 1817, embora se manifestassem, em princípio, favorável à emancipação, ressalvavam o direito de propriedade.

[1] A. Taunay, *Subsídios para a História do Tráfico Africano no Brasil*, 1941, p. 14.

Polêmicas e opiniões

Proclamada a Independência, ouviram-se novas críticas ao sistema escravista. Manifestaram-se favoráveis à emancipação dos escravos alguns dos líderes da geração da Independência, como José Bonifácio e Maciel da Costa, homens formados em contato com a cultura européia, no convívio das teorias da ilustração e do liberalismo. Familiarizados com as doutrinas dos economistas clássicos, acompanhavam com interesse os debates que se travavam no Parlamento britânico a propósito da questão do tráfico e da escravidão. Em 1811, Hipólito da Costa escrevia no *Correio Braziliense* que a escravidão era contrária às leis da natureza e às disposições morais do homem e sugeria que se substituísse o escravo pelo imigrante. Maciel da Costa em 1821, José Bonifácio em 1823, José Elói Pessoa da Silva em 1826 e Burlamaque, alguns anos mais tarde, denunciaram os malefícios e inconvenientes do sistema. Diziam que o trabalho escravo dava rendimentos inferiores ao livre, inibia o processo de industrialização, aviltava a própria idéia de trabalho. Proclamavam que a escravidão punha em risco a segurança nacional, dividia a sociedade em grupos antagônicos, gerava o regime da violência, degradava os costumes, corrompia a sociedade, era, enfim, responsável pela instabilidade das fortunas e abastardamento da raça portuguesa. Insistiam ainda no aspecto moral da questão, dizendo que a escravidão contrariava as leis da moral, o direito natural e os preceitos do *Evangelho*. Nem todo o pessimismo do quadro traçado, nem toda a eloqüência com que alguns se referiam aos males da escravidão conseguiram impressionar a coletividade. As classes senhoriais permaneciam surdas àqueles arrazoados. Os planos de cessação do tráfico e de emancipação gradual não se concretizavam. Ninguém ousava propor nessa época uma solução drástica do problema, nem mesmo os mais avançados. Acreditava-se que uma medida desse gênero traria grandes males. O próprio José Bonifácio, que ousara dizer que os proprietários de escravos não estavam defendendo o direito de propriedade, mas o direito de força, temia as conseqüências da abolição imediata. Propunha apenas a cessação do tráfico no prazo de quatro a cinco anos e sugeria medidas de proteção ao escravo. Apesar de moderados, seus planos não conquistaram adeptos nessa época. Mais tarde, chegou-se a dizer que suas idéias sobre a escravidão foram uma das causas do seu afastamento do Governo e do seu exílio. Os representantes da sociedade agrária viam com desconfiança os projetos de cessação do tráfico, única fonte de suprimento de mão-de-obra para as fazendas de açúcar, algodão e café.

Alguns dos escritos dessa época são cheios de lucidez e bom senso, e denotam grande objetividade na análise dos efeitos da escravidão sobre a sociedade e a economia. Houve, mesmo, quem apontasse as vinculações entre sistema colonial e escravidão. Os mais audaciosos propunham a libertação dos nascituros e um prazo para extinção total da escravidão. Nos seus projetos não prescindiam da cláusula de indenização. Parecia-lhes que os proprietários deveriam ser reembolsados dos prejuízos que qualquer ato emancipador pudesse acarretar. Consideravam prematuras as medidas mais radicais que não tivessem sido previamente preparadas com a substituição da mão-de-obra servil pela livre.

A idéia da Abolição ganha o povo

Os publicistas dessa época antecipavam com seus argumentos os arrazoados dos teóricos e políticos que mais tarde cerrariam fileiras em prol da abolição. Nada de novo se dirá daí por diante a propósito dos malefícios do sistema escravista ou sobre a incompatibilidade entre a moral cristã e a escravidão. Apenas, com o passar dos anos se foi acentuando a nota de comiseração pelo sofrimento do escravo. As medidas graduais sugeridas pelos emancipadores foram substituídas pelas soluções drásticas que preconizavam o abolicionismo radical. O que de fato mudou foi o comportamento da coletividade. Palavras que até meados do século encontravam escassa repercussão passaram a eletrizar auditórios, mobilizar a imprensa, comover multidões e a provocar acalorados debates parlamentares. A questão escravista converteu-se, a partir de 1870, numa das mais apaixonantes do Segundo Reinado. É que uma profunda mudança se processara na estrutura social e econômica do país, e as palavras, que outrora tinham escasso efeito e pouca penetração, adquiriram o poder de convencer. Os que haviam escrito, na primeira metade do século, contra o sistema escravista tinham pretendido demonstrar à nação os seus inconvenientes. Como bons adeptos da Ilustração confiavam nos efeitos das Luzes, na eficácia da Razão. Acreditavam que esclarecendo a opinião pública se poderia conseguir a abolição da escravatura. Suas esperanças foram, entretanto, desmentidas. A realidade econômico-social, incorporando o sistema escravista, anulava seus esforços. A escravidão foi mantida por mais cinqüenta anos.

A grande lavoura e a escravidão

Pouco tempo após a Independência existiam no país 2.813.351 habitantes livres e 1.147.515 escravos. Estes últimos concentravam-se, principalmente, no Nordeste e na Bahia (zonas tradicionalmente açucareiras), nas antigas áreas de mineração e no Rio de Janeiro. As fazendas de café que se abriam no Vale do Paraíba começavam também a reunir numerosa escravaria.

O país abrangia uma imensa extensão de terras despovoadas. A população escassa e mal distribuída aglomerava-se em algumas regiões. Para mobilizar a força de trabalho necessária ao aproveitamento da terra, a solução que se apresentava era recorrer à mão-de-obra escrava.

O latifúndio escravista impedia o desenvolvimento da pequena propriedade. As experiências da colonização falhavam dentro dessa estrutura. Faltava ao colono mercado que consumisse seus produtos ou absorvesse seu trabalho. As melhores terras estavam monopolizadas pela aristocracia agrária, que delas se apropriara de várias maneiras: por compra, concessão ou, mais freqüentemente, pela posse violenta. À medida que avançava a grande propriedade, os antigos moradores, que viviam de suas magras roças, ou eram expulsos das terras que ocupavam, ou eram incorporados como agregados às fazendas. Em meados do século XIX tentou-se pôr fim à especulação agrária. Uma lei de 1850, regulamentada em 1854, proibiu a aquisição de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra. Determinou-se que as sesmarias e as outras concessões do Governo Imperial ou Provincial fossem revalidadas quando se achassem cultivadas ou ocupadas com princípio de morada habitual. As exigências para a legalização das posses eram de tal natureza que os pequenos proprietários ficaram automaticamente excluídos dos benefícios da lei. A legislação não impedia a expansão da grande propriedade. Os inquéritos que o Governo Imperial mandou proceder demonstraram que nas províncias mais ricas eram escassas as terras devolutas. Elas existiam apenas nas áreas que não ofereciam condições para ser exploradas. Em 1865 constava que 4/5 do solo estavam nas mãos dos grandes proprietários. O Governo detinha apenas 1/5, e essa quinta parte era constituída de terras afastadas dos cursos d'água, das estradas, do litoral ou dos centros de população e, às vezes, expostas aos ataques de índios. Alfredo d'Escragnolle Taunay, empenhado em estimular a colonização, criticava em 1887 essa situação e afirmava que o latifúndio era incompatível com a pequena propriedade e com a colonização. "O monopólio da terra para deixá-la estéril e desaproveitada é odioso", dizia ele, "e causa de inúmeros e gravíssimos males sociais." Prosseguia afirmando que "era de todo iníquo que, sem darem contas à sociedade, nem pagarem nenhum imposto pela sua vaidade, os proprietários mantivessem "enormes e fecundíssimas regiões no estado de natureza bruta", quando o cultivo delas traria o desenvolvimento da riqueza pública e daria alívio à miséria de centenas de milhares de homens que "só pediam uma nesga de terra a fim de se libertarem da pobreza e concorrerem com seu trabalho honesto para a prosperidade nacional".

Quando o Governo precisava de terras não era sem grandes dificuldades que as conseguia. Os proprietários defendiam acirradamente sua posse e, escudando-se no direito de propriedade, opunham-se a quaisquer medidas que pusessem em risco seu monopólio.

A grande propriedade escravista e até certo ponto auto-suficiente afastava as correntes de imigração. Os imigrantes eram canalizados para outras regiões do globo, onde existiam perspectivas econômicas mais promissoras. No país escassamente povoado, com uma rede de transportes insuficiente e precária, os núcleos povoados estavam condenados ao semi-isolamento. Não havia ainda condição para o desenvolvimento de uma economia de mercado. A estrutura econômica colonial mantinha-se. O Brasil parecia obrigado a permanecer submetido ao sistema colonial vivendo da exportação de produtos tropicais cultivados em grandes plantações e dependendo do trabalho escravo. As ideologias e os valores refletiam essa realidade. Ser dono de terras e escravos eram os ideais do tempo. Possuir escravos era sinal de abastança, conferia prestígio social. Até meados do século não era raro se ouvir gabar o "trabalho servil", considerá-lo superior ao livre e o único compatível com a grande lavoura.

Formas de trabalho livre na grande propriedade

O trabalho livre não chegara, entretanto, a desaparecer. Estivera, desde a época colonial, associado, embora de forma pouco significativa, à grande lavoura. Representava mão-de-obra suplementar. Nas fazendas de café, eram entregues aos agregados as tarefas mais perigosas, nas quais o senhor temia arriscar seus escravos, ou aquelas em que o cativo se revelava pouco eficiente: as derrubadas de mata, o serviço de tropas, a fiscalização dos escravos. Os trabalhadores livres constituíam a clientela do senhor. Eram capangas, cabos eleitorais e, quando se fazia necessário, eleitores. Secundavam o senhor nas suas lutas políticas. Formavam sua milícia particular. Nas fazendas de açúcar essa função era desempenhada pelos lavradores e moradores, que constituíam a base do poder político do senhor de engenho. O lavrador cultivava a terra sem garantias de arrendamento. Podia ser despedido a qualquer hora. Não era dono da terra, embora tivesse alguns escravos – uma média de seis a dez – e algum gado. Levava as canas que plantava a moer no engenho do senhor, recebendo parte do açúcar que produzia. O proprietário ficava com o resto e mais o melaço e fornecia-lhe as caixas em que o açúcar era acondicionado. A falta de garantias do usufruto da terra explica a precariedade de suas instalações. Construía choças miseráveis, cercas provisórias. Estava sempre na expectativa de vir a perder as benfeitorias que fizesse. Em condições

mais miseráveis ainda vivia o "morador". Não era dono das terras, ocupava-as somente por concessão do proprietário. Vivia na dependência de sua benevolência e sob a sua proteção exigente e paternal. Limitava-se a produzir para sobreviver. Vegetava à margem da economia de exportação, ignorante, mal nutrido, alimentando-se de farinha e feijão. Desenvolvia hábitos de violência e agressividade. Fugia ao convívio das outras camadas da população. Prezava acima de tudo sua independência e se recusava a servir como assalariado nas fazendas.

Não era melhor a situação do trabalhador livre nas fazendas de café: vivia sob o arbítrio do senhor, suas condições de vida não diferiam muito das dos escravos. Como força de trabalho, seu papel era secundário.

Na grande lavoura o escravo continuava a ser até meados do século "as mãos e os pés do senhor". Nas cidades, os negros de ganho e os alugados ombreavam com os artesãos livres. Havia-os de todos os ofícios: sapateiros, carpinteiros, funileiros, alfaiates, carregadores, vendedores ambulantes. Alguns senhores viviam do aluguel de seus escravos. Outros mantinham no ganho grande número de cativos. Os negros saíam pela manhã para os seus afazeres, voltavam à noitinha para entregar ao senhor o que tinham ganho. Se não traziam uma quantia considerada razoável, eram castigados.

Até meados do século, o trabalho escravo preponderava no campo e na cidade. O desenvolvimento das plantações de café reforçou a dependência de certos setores da sociedade brasileira em relação ao sistema escravista. As fazendas povoaram-se de cativos. O tráfico prosseguiu a despeito de toda a pressão internacional visando a interrompê-lo.

Contradições entre a política britânica e os interesses da grande lavoura

Enquanto isso se passava no Brasil, a Revolução Industrial condenava, na escala internacional, o sistema escravista. Na Inglaterra, onde essa revolução se processou mais precocemente que em outros países, o movimento antiescravista ganhou importância. Ao lado dos *quakers* que combatiam o tráfico desde o século XVIII, alinharam-se os representantes dos novos grupos capitalistas e industriais, não vinculados ao sistema escravista e interessados na sua supressão.[2]

O tráfico para as colônias foi abolido em 1807. Por ocasião da vinda da Corte portuguesa para o Brasil, D. João comprometeu-se com o Governo britânico a cooperar na campanha contra o comércio de escravos e a restringir a ação de seus súditos aos territórios africanos sob seu domínio.

[2] As contradições entre os interesses desses grupos e os outros setores agrários coloniais foram muito bem analisados por Eric Williams em *Capitalism and Slavery*.

No Congresso de Viena decidiu-se a cessação do tráfico ao norte do equador. Ficavam os negreiros, portanto, privados de algumas fontes tradicionais de abastecimento, tais como a Costa da Mina. Em 1817 a Inglaterra obteve o direito de visita em alto-mar a navios negreiros. Tal medida deveria ser posta em prática a partir do momento em que cessasse o tráfico. O Governo português, entretanto, a despeito de se ter comprometido a fazer cessar o tráfico no país, no mais breve prazo possível, nada fez nesse sentido. Proclamada a Independência, o Governo brasileiro, necessitando do reconhecimento do Governo britânico, endossou os acordos anteriormente firmados entre a Inglaterra e Portugal e se comprometeu a proibir definitivamente o tráfico no prazo de três anos. Em virtude desses acordos, a Regência decretou, em 1831, uma lei declarando livres todos os escravos vindos de fora do Império e impondo severas penas aos traficantes de escravos.

Impunidade dos contrabandistas de escravos

A lei, porém, revelou-se ineficaz. Os fazendeiros e os mercadores de escravos tinham todo interesse no prosseguimento do tráfico. O Governo, no qual as forças agrárias e os negreiros tinham sólida representação, não desejava contrariá-los. A repressão ao contrabando era difícil, ia além das possibilidades da Marinha brasileira a fiscalização do litoral em toda sua vasta extensão. As autoridades do Império nada podiam contra as oligarquias que detinham o poder político e administrativo nas localidades. Freqüentemente uma única família dominava toda uma região. Essas famílias, já por si numerosas, dispunham de vasta clientela. Quando algum potentado local era indiciado em processo de contrabando de escravo – o que era raro –, não se encontrava quem depusesse contra ele. Apesar de todas as evidências, era absolvido pelo júri. O zelo de uns poucos funcionários esbarrava na oposição das oligarquias. A Justiça manejada por elas não chegava nem a ameaçar seus interesses. Na maioria das vezes os membros da Justiça estavam ligados por laços de família, amizade ou conveniência aos grupos locais dominantes. Mesmo quando isso não acontecia, não dispunham ele de independência para julgar. Sua segurança e estabilidade ficariam ameaçadas, caso pretendessem inculpar fazendeiros, figuras representativas da sociedade local ou pessoas de projeção social e política. Os emissários do Governo do Império, enviados para esclarecer denúncias de tráfico ilícito, viam suas atividades cerceadas pelas autoridades locais. O contrabando acobertava-se com a conivência das populações.

O desenvolvimento da cultura cafeeira fez crescer a demanda de mão-de-obra, e o contrabando prosseguiu em toda a costa. Os desembarques

clandestinos ao longo do litoral contavam com a cumplicidade tácita das populações, e as autoridades que intentavam pôr um paradeiro no contrabando sentiam-se impotentes. No Parlamento choviam representações solicitando a revogação da lei. Ela foi mantida, embora sem qualquer eficácia. Nem os cruzeiros ingleses, nem as autoridades nacionais conseguiam frustrar a ação dos contrabandistas. Os negros, apesar de juridicamente livres, eram vendidos como escravos. Os interesses ligados à grande lavoura desafiavam a lei. Resistiam à pressão britânica e desrespeitavam as autoridades. Por essas razões, o tráfico prosseguiu depois de 1831 com a mesma intensidade e com todo o quadro de horrores que sempre o caracterizava. Calcula-se que entre os anos de 1840 e 1850 entraram no país, em média, trinta a quarenta mil negros por ano.

O contrabando, altamente lucrativo, compensava os riscos. Em 1843 um capitão de barco negreiro pagava na África, em espécie, o correspondente a 30$000 ou 40$000 mil-réis por negro e recebia dos armadores 140$000. Estes revendiam os escravos por 500$000, 600$000 e até 700$000 cada um. Assim, os lucros dos traficantes eram vultuosos e numerosas fortunas fizeram-se nesse comércio.

Xenofobia. Bill Aberdeen

A atitude da Inglaterra em relação ao tráfico desgostava os brasileiros. A repressão ao contrabando levada a efeito pelos oficiais britânicos desagradava a todos, tanto mais que súditos ingleses radicados no Brasil não se pejavam de possuir escravos. Esse fato fazia duvidar da filantropia britânica. A animosidade contra a Inglaterra vinha, aliás, de há muito. Desde 1810 ela fora favorecida em tratado com cláusulas excepcionais reiteradas em 1826. Seus produtos e mercadores invadiram o mercado brasileiro. Esses fatos deram origem a um sentimento de xenofobia que se manifestou nas revoltas que agitaram a vida do país nesse período. Os antagonismos foram habilmente explorados pelos interessados na manutenção do tráfico. Prosseguir no tráfico era desafiar os ingleses. Ceder à pressão britânica seria curvar-se à sua prepotência. A questão convertia-se assim num caso de honra nacional. A tensão aumentou depois que o Governo inglês votou o Bill Aberdeen. Por esse ato, aprovado pelo Parlamento inglês em 8 de agosto de 1845, declarava-se lícito o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico. Os infratores ficavam incursos em crime de pirataria e eram julgados pelos tribunais do Almirantado.

A partir de então os cruzeiros britânicos desrespeitaram várias vezes as águas brasileiras em busca de barcos suspeitos. Tais incursões, consideradas atentadoras à soberania nacional, provocaram tumultos nas

Câmaras e agitaram o país de norte a sul. O tráfico prosseguiu, entretanto, mais intenso do que nunca. A partir de 1845, entraram no país mais de 50 mil escravos por ano. Foi dentro desse clima de tensão internacional e de comoção interna que se tornaram a examinar os projetos anteriormente apresentados ao Senado visando à repressão do tráfico.

Cessação do tráfico

No Brasil, a opinião pública começava a dividir-se: fazendeiros abarrotados de escravos ou endividados com a compra deles passavam a encarar com maior complacência a perspectiva da interdição do tráfico. Viram talvez nesse ato a valorização de sua propriedade. Os mais interessados em prosseguir eram os traficantes e os lavradores das zonas novas que ainda não contavam com braços suficientes para cultivar suas terras. A questão passou para o domínio do jogo político partidário. Os políticos sentiram o alcance político da questão que apaixonava a opinião pública. Por outro lado, a Marinha inglesa, equipada com navios mais aperfeiçoados e com ordem de entrar nos portos e apresar os navios suspeitos de tráfico, fez recrudescer a vigilância. Esses fatos criaram condições favoráveis para a solução definitiva da questão. Medidas severas foram tomadas contra os contrabandistas pela lei de 4 de setembro de 1850. Traficantes estrangeiros foram expulsos do país, e as autoridades reforçaram a fiscalização. O contrabando, porém, prosseguiu, em pequena escala, por mais alguns anos, mas acabou por cessar definitivamente. Os últimos desembarques de que se tem notícia datam de 1856.

A cessação do tráfico lançou sobre a escravidão uma sentença definitiva. Mais cedo ou mais tarde estaria extinta, tanto mais quanto os índices de natalidade entre os escravos eram extremamente baixos e os de mortalidade, elevados. Era necessário melhorar as condições de vida da escravaria existente e ao mesmo tempo pensar numa outra solução para o problema da mão-de-obra.

2. CONDIÇÕES DE VIDA DOS ESCRAVOS

Até então, a situação dos escravos nas zonas rurais tinha sido extremamente precária. Habitavam choças de pau-a-pique, cobertas de folha de palmeira ou de sapé, em geral sem janelas ou então com grades, a lembrar prisões. Dormiam em esteiras, sobre tarimbas feitas de madeira, com dois e meio a três pés de largura. Recebiam duas a três mudas de roupas por ano. Os homens usavam calça e camisa de algodão grosseiro e, como

agasalho, o "surtum" – espécie de jaqueta sem mangas, feita de pano grosso forrado de baeta. Na maioria das fazendas essas roupas eram renovadas apenas uma vez por ano. Andavam os escravos em andrajos. As posturas municipais tentavam impedir que perambulassem sujos ou seminus pelas ruas da cidade. Multavam-se os senhores responsáveis. Mas a lei não atingia as fazendas onde era toda soberana a vontade do senhor.

Alimentação dos escravos

A alimentação não variava: feijão, angu, farinha, às vezes um pedaço de charque ou toucinho, mais raramente inhame, mandioca, abóbora ou batata-doce. Nas regiões açucareiras, o melado, a cachaça, e nas zonas cafeeiras o café, complementavam a refeição. Nas fazendas mais pobres reduzia-se a feijão e um pouco de farinha de mandioca. A insistência com que os publicistas desse período recomendavam aos senhores que alimentassem melhor os escravos e lhes dessem melhor assistência é testemunho da insuficiência desse tratamento na maioria das fazendas. Mal nutridos, malvestidos, minados pelas verminoses e pelas febres, pela tuberculose e a sífilis, epidemias de varíola, cólera e febre amarela, que assolavam o país de tempos em tempos, submetidos a um intenso horário de trabalho que atingia dezesseis a dezoito horas diárias (incluído o serão da noite), os escravos morriam em grande número.

Precariedade assistencial

A assistência médica nas fazendas era precária. Os fazendeiros orientavam-se pelos Guias Médicos, Vade-Mécum e o Chernovitz. Recorriam também aos curandeiros e feiticeiros. Estes usavam de magias e sortilégios e medicamentos feitos à base de ervas, cinzas, pedras, excrementos. Com eles pretendiam curar desde mal-de-amor até picada de cobra e bicheira de animal. Negros e brancos acreditavam que certos santos protegiam contra determinadas moléstias. Invocavam Santa Luzia, protetora dos olhos, Santa Ágata para doenças de peito, Santa Apolônia para dor de dente, São Lázaro para a lepra, São Tomé para verminoses. Usavam orações e palavras mágicas. Em 1855, vendia-se em São Paulo uma oração para benzer casas, para protegê-las da epidemia do cólera-morbo. A própria ciência médica não estava, nas zonas rurais, muito longe desse primitivismo dos feiticeiros. Era o tempo das maravilhas curativas, do purgante de Leroy aplicado contra pneumonia, disenteria, hidropsia e envenenamento. Era a época do *purgare et sangrare*, das mezinhas, do chá de melissa, ou erva-cidreira, do chá de losna, da flor de laranjeira ou de sabugueiro, da folha de goiaba ou de quebra-pedra, da qual não saíram ainda muitas regiões do país. As Santas Casas prestavam grande serviço aos fazendeiros, recolhendo seus escravos e

inválidos. Negros velhos e doentes, abandonados pelos senhores, eram vistos muitas vezes a perambular pelas estradas e a mendigar a caridade pública nas cidades. Tentou-se, várias vezes, sem resultado, aliás, cercear esses abusos. Em 1854, Cotegipe apresentava à Câmara dos Deputados um projeto que pretendia obrigar os senhores a sustentar e manter os escravos alforriados por doença. Em 1865, em São Paulo, uma lei provincial determinava: "Todo senhor que, dispondo de meios suficientes, abandonar seus escravos morféticos, leprosos, doidos, aleijados ou afetados de qualquer moléstia incurável e que consentir em que eles mendiguem sofrerá 30$000 de multa e será obrigado a recebê-los com a necessária cautela, sustentá-los e vesti-los."

Baldados eram os esforços dos legisladores. As Câmaras reclamavam, a imprensa protestava, mas os negros alforriados continuavam aos bandos, famintos, percorrendo os caminhos, importunando os viandantes e a população das cidades. Nada mais representavam como força de trabalho. Sua manutenção constituía um encargo oneroso que bem poucos estavam dispostos a enfrentar.

Os precários conhecimentos médicos e o primitivismo da terapêutica improvisada, as más condições higiênicas das senzalas, a deficiência de alimentação e do vestuário, as penosas condições de trabalho, sob o sol e a chuva no campo, a poeira do café nas casas de beneficiar ou o calor das fornalhas no engenho de cana, os vermes, as picadas de animais venenosos, tudo contribuía para o alto índice de mortalidade da população escrava.

Mortalidade infantil entre os escravos

Na década dos 60 dizia-se que um fazendeiro que comprasse um lote de cem escravos, em boas condições de saúde, possuiria após três anos, na melhor das hipóteses, 1/4 dos escravos aptos ao trabalho. A duração média da força de trabalho era de quinze anos. Nas fazendas havia sempre alguns cativos momentaneamente incapacitados: cerca de 10 a 25%. A mortalidade infantil atingia 88%. Dizia-se que era mais fácil criar três ou quatro filhos de brancos do que uma criança preta. Atribuía-se esse fato à maior fragilidade da raça negra. Mesmo nas fazendas onde o tratamento dos escravos era considerado bom, a mortalidade infantil era de 75%. A proprietária de um dos maiores engenhos de açúcar da Baixada Fluminense, uma das primeiras a introduzir máquinas a vapor – o que revela seu espírito progressista –, contava a Maria Graham que nem a metade dos negros nascidos na fazenda vivia até alcançar dez anos. O Barão de Piabanha, fazendeiro de Paraíba do Sul, na Província do Rio de Janeiro, confessava anos mais

tarde que, apesar do bom tratamento e cuidados, o número de cativos reduzia-se em 5% ao ano.

Família e licenciosidade

Nas senzalas havia sempre um número menor de mulheres em relação ao de homens. Em certas regiões a proporção era de uma para cinco. A escassez de escravas estimulava a promiscuidade. Os senhores fechavam os olhos para essa licenciosidade. Preferiam os escravos solteiros, seu cristianismo não ia a ponto de casá-los. A antiga estrutura familiar africana não podia sobreviver dentro das condições criadas pela escravidão. Por outro lado, a família monogâmica recomendada pelo cristianismo não chegava a estabelecer-se. A licença sexual imperava na senzala, dela participavam muitas vezes os brancos. Das numerosas ligações resultava uma população escrava mestiça, às vezes quase branca. Não eram raros os casos de filhos mantidos no cativeiro pelos próprios pais. Alguns eram alforriados incorporando-se à clientela de agregados que vivia sob a tutela senhorial. Desde a Independência tentara-se, sem sucesso, aliás, incluir na legislação um dispositivo que obrigasse o senhor a alforriar a escrava que desse à luz um filho seu. Tal medida, entretanto, obrigaria a confissão pública da imoralidade oculta nas senzalas: preferiu-se a situação ambígua em que viveram muitos senhores que mantinham no cativeiro filhos ou irmãos. Uma decisão judicial, posterior à Lei do Ventre-Livre, determinou que seria considerado motivo de preferência para emancipação pelo Fundo, então criado, o fato de uma escrava pertencer a seu próprio filho. Nessa época, um acórdão proibia ao senhor a venda de seus filhos naturais, obrigando-o a continuar com a mãe e os filhos como escravos(!).

Relações de afetividade

A legislação destinada à defesa do cativo era de efeito duvidoso. No campo imperava livremente a autoridade senhorial. O senhor representava a Igreja, a Justiça, as forças policial e militar. Seu domínio era sem peias. Seu arbítrio só encontrava limites na sua própria benevolência. Entretanto, casos de brandura e paternalismo, relações de amizade entre senhores e escravos, exemplos de fidelidade, existiram sempre e em toda parte, tanto no Norte como no Sul. Muita Sinhá conservou toda a vida e transmitiu a seus filhos e netos a afeição pela ama que a criara e que mais tarde viu crescer seus filhos. Muito filho de senhor de engenho manteve pela vida afora, na saudade da infância, recordação carinhosa do preto velho que o iniciou na arte de montar e pescar, nos mistérios da natureza, nas histórias africanas. Não foram poucos os jovens estudantes que, no dia da formatura, deram carta

de alforria ao escravo companheiro de folguedos, o moleque que os acompanhara como pajem durante os anos de Academia e a quem estavam ligados desde a infância por uma cálida amizade. Esses fatos contribuíram para que se forjasse uma imagem idealizada da escravidão. As imagens da Mãe Negra, do Pai João, do moleque de engenho, companheiro de brinquedos na infância, da Mucama Fiel, fixaram-se na Literatura. Mas essa mesma Literatura não pôde deixar de registrar o escravo vingativo que atentava contra a vida do senhor, incendiava os campos, matava o feitor, e a escrava que destruía lares e insuflava o ódio e a rebelião nas senzalas.

As afirmações sobre a suavidade do sistema escravista no Brasil ou sobre a atitude paternalista dos fazendeiros, os retratos do escravo fiel e do senhor benevolente, que acabaram fixando-se na Literatura e na História, não passam de mitos forjados pela sociedade escravista para a defesa de um sistema que julgava imprescindível. Essas idealizações persistiram mesmo depois do desaparecimento da instituição. As gerações posteriores à Abolição herdaram do passado a visão que a sociedade senhorial criou.

A escravidão como instituição possibilitava, exigia até, o domínio, a exploração do homem pelo homem, a violência e o arbítrio. O direito do senhor fundamentado na violência estava fatalmente condenado a essa mesma violência para se poder manter, já o notara Victor Schoelcher, líder abolicionista, a propósito da escravidão nas Antilhas.

> "Dos escravos esperava-se humildade, obediência e fidelidade. Do senhor autoridade benevolente. Nem sempre as expectativas eram satisfeitas: o escravo roubava, era infiel, fugia, praticava desatinos. O senhor excedia-se nos castigos, era violento e cruel."

Preconceito contra o negro

A intimidade entre senhor e escravo era maior nas áreas em que prevalecia o modo tradicional de produção, onde se concentrava grande número de escravos. Nas áreas de transição para o sistema assalariado, principalmente nas regiões em que se acentuara o caráter capitalista das relações de produção, aumentou a distância entre a Casa-Grande e a Senzala. O fato ocorreu, particularmente, nas zonas cafeeiras mais novas, onde o convívio entre senhores e escravos foi diminuindo até cessar quase completamente. Entretanto, mesmo na fase de maior intimidade o preconceito racial separou sempre as duas categorias tão íntimas e tão distantes. O preconceito de cor, cuja existência foi tantas vezes negada pela ideologia senhorial, evidenciava-se a cada

passo. A começar pela caracterização do negro como raça inferior. Os próprios viajantes estrangeiros, que afirmavam em seus livros não existir preconceito racial no Brasil, eram muitas vezes os primeiros a divulgar idéias preconceituosas. Um deles, Hermann Burmeister, que percorreu as Províncias do Rio e Minas, afirmava em meados do século passado que sempre tivera grande simpatia pelo preto, sempre o contemplara com interesse, "como produto exótico da natureza". Não escondia, entretanto, que os amava "teoricamente", a distância, e que eles lhe causavam repugnância. Dizia-se convencido "por observação própria" da inferioridade física e mental do preto em relação ao branco e concluía que o negro jamais passaria da condição servil.[3] Não faltou quem afirmasse que o negro constituía uma espécie de sub-raça, muito mais próxima do macaco que do homem branco. Dizia-se que seu sangue e seu cérebro eram diferentes.

Ainda em 1880, num artigo publicado em 11 de agosto no *Federalista*, jornal republicano e positivista, sobre os efeitos da escravidão na mentalidade do povo brasileiro, Alberto Sales, que considerava a escravidão moderna uma aberração econômica e política em completo antagonismo com os costumes e necessidades do estado social da época, não hesitava em manifestar sua crença na inferioridade moral e na inaptidão política e social da raça africana. Essa era também a opinião de Pereira Barreto, outro positivista de renome.

As formas de compadrio e as relações de caráter paternalista, forjadas pela sociedade senhorial como mecanismos de acomodação, não foram suficientes para eliminar as barreiras que separavam os dois mundos antagônicos e irredutíveis um ao outro: o do escravo e o do senhor. A discriminação racial tinha como função manter intransponíveis as distâncias sociais que separavam um mundo de privilégios e direitos de um mundo de obrigações e deveres.

A Igreja e a discriminação racial

Para manter o ritmo de trabalho, impedir fugas ou revoltas, para conservar os escravos obedientes e submissos recorriam os senhores aos mais variados castigos. O castigo físico era universalmente aceito e considerado a única medida coercitiva eficaz. A sociedade desaprovava tanto o senhor que se excedia nos castigos quanto o que era excessivamente benevolente. A frouxidão e a crueldade eram igualmente condenadas. A Igreja viu-se comprometida na tentativa de conciliar os interesses financeiros com os ditames da religião e da

[3] Hermann Burmeister, *Viagem pelo Brasil através do Rio de Janeiro e de Minas Gerais*, p. 54.

filantropia. "A disciplina nas fazendas", dizia um viajante que percorria o Brasil em meados do século XIX, "compreende duas fases: a do azorrague e a do dogma, a do padre e a do feitor."[4] Paciência, resignação e obediência eram o catecismo que os padres ensinavam ao escravo. Alguns chegavam mesmo a dizer que os negros eram filhos "do maldito" e constituíam uma raça de condenados cuja salvação estava em servir ao branco, com paciência e devoção. Outros representavam o papel de mediadores entre a Casa-Grande e a Senzala. Pregavam obediência a uns e moderação e benevolência a outros. Dizia-se nessa época que a confissão era o melhor antídoto das insurreições.

Prepotência e castigos

Quando as recomendações e os conselhos não surtiam o resultado almejado, recorria-se aos castigos. Os mais usados eram a palmatória, o tronco, os vários tipos de chicotes e açoites. Empregaram-se mais raramente a golinha, as algemas, os anjinhos, a máscara de latão e o cárcere. O açoite e a palmatória constituíam pena disciplinar comum, reconhecida e autorizada pela própria legislação. Açoitados eram os soldados e os marinheiros quando incorriam em certas faltas. Nas escolas as crianças recebiam a palmatória. O homem livre que incorria no desagrado do senhor ou o desacatava sofria, às vezes, os efeitos do rebenque. A sociedade estava organizada em função do domínio e da prepotência. Prepotência do pai sobre o filho, do marido sobre a mulher, do senhor sobre o escravo, das autoridades sobre o povo. A agressão física fazia parte integrante desse quadro que, em certos aspectos, persiste ainda em algumas regiões do país.

Os castigos mais severos eram aplicados aos assassinos e aos chefes de quilombos. Aqueles eram condenados à morte se atentassem contra a vida do senhor e seus familiares, às galés e à prisão em outros casos de morte. Os quilombolas recebiam trezentas chibatadas, distribuídas em vários dias. Durante muito tempo foi costume marcar o escravo com ferro em brasa como se faz hoje com o gado. Ainda às vésperas da Abolição se publicavam nos jornais anúncios de escravos fugidos, indicando essas marcas entre os sinais de identificação. Tão freqüente quanto o açoite ou a palmatória era o tronco que imobilizava o escravo. Argolas presas ao pescoço – gargalheiras ou golinhas –, ou presas aos pés e mãos – peias e algemas e anjinhos (como se chamavam as argolas de ferro que comprimiam os dedos num arrocho progressivo) – foram empregadas com freqüência até meados do século. Seu uso decresceu a partir dessa época. Até então eram

[4] Charles Ribeyrolles, vol. II, tomo III, *Brasil Pitoresco*, pp. 34-35.

também comuns as máscaras de latão ou folha-de-flandres que os escravos dados ao vício de bebida ou ao hábito de comer terra (conseqüência de verminose) eram obrigados a usar. Na história das senzalas há muitos casos de mortes e deformações por excesso de castigos e espancamentos.

A legislação e a prática da justiça

Vários viajantes que percorreram o país nesse tempo louvaram a excelência da legislação que pretendia proteger o escravo. Esqueciam-se, entretanto, de que a eficácia da legislação depende de quem a cumpre e faz cumprir. O corpo de jurados era recrutado principalmente entre fazendeiros e proprietários de escravos, pessoas de maior representação social. O interesse de grupo raramente permitia que os ideais humanitários, consagrados na lei, prevalecessem. Impediam às vezes a própria ação da justiça. A representação do crime e da culpabilidade era inconscientemente deformada pelos estereótipos vigentes. Via-se o escravo como culposo permanente. O senhor, aos olhos do júri, parecia sempre ter razão. Se a legislação era pouco eficaz na defesa do escravo, revelava-se atuante na defesa dos interesses senhoriais.

O temor de insurreições apavorou a sociedade durante todo o período da escravidão. Ao menor boato, medidas severas eram postas em prática com o objetivo de impedir a sublevação. As notícias corriam céleres. Tropas eram mobilizadas, os senhores avisados, os suspeitos presos e interrogados, os culpados severamente punidos. A legislação procurava reforçar as medidas de segurança. As posturas municipais e provinciais reiteravam os dispositivos que impediam a circulação de cativos. Nas cidades, todo escravo que depois do toque de recolher fosse encontrado a vagar pelas ruas, sem autorização do senhor, era preso. Proibia-se também o ajuntamento em portas de vendas ou nas proximidades dos chafarizes. Interditava-se sua entrada em casas de tavolagem ou tavernas. Puniam-se, com penas severas, a venda de armas ou drogas venenosas a escravos, bem como o aluguel de quartos ou casas. Era também proibido comprar qualquer mercadoria a escravos, sem que exibissem autorização do senhor para vendê-las. Pretendia-se com isso cercear os roubos. Toda a vigilância e as medidas repressivas tomadas pela administração não conseguiam, entretanto, impedi-los. Por toda parte queixavam-se os senhores de que as vendas de beira de estrada atuavam como receptadoras de furtos cometidos por cativos.

Boatos, insurreições e repressão

Apesar dos freqüentes boatos de insurreição que alarmavam periodicamente a camada senhorial, eram raras nessa época as revoltas de grandes proporções. Algumas, entretanto, deixaram crônica sangrenta.

Os mais famosos levantes de escravos desse período tiveram cunho religioso e foram, em geral, provocados por negros muçulmanos. Eclodiram nas cidades, onde era mais fácil a comunicação entre os revoltosos e maior a concentração de escravos da mesma nação. Ocorreram principalmente no Nordeste, onde era maior o número de negros islamizados. As revoltas dos Malts em Alagoas e na Bahia, em 1815 e 1835, foram desse tipo. Em Minas ficou famoso um levante havido pouco antes da Independência. Reuniram-se em Ouro Preto cerca de 15.000 escravos, e em São João do Morro mais de 6.000. Por toda parte os negros falavam em constituição e liberdade. Diziam que em Portugal fora julgada a Constituição e que os negros tinham sido equiparados aos brancos. Revoltas de tal extensão foram raras nas regiões cafeeiras. Aqui elas tiveram, na maioria dos casos, caráter local e só excepcionalmente apresentaram o aspecto assustador da que eclodiu em Vassouras em 1838, quando cerca de 300 cativos, a maioria haussás, se insurgiram, tendo sido necessário mandar vir forças do Rio de Janeiro para reprimi-los.

Os mecanismos repressivos elaborados pela sociedade escravista revelavam-se em geral bastante eficazes. Quando alguma revolta surgia, era rapidamente reprimida pela intervenção policial. As forças governamentais encontravam apoio junto à população livre, atemorizada com o risco de uma insurreição geral. Toda vigilância não conseguia impedir que os escravos fugissem e se refugiassem nas matas assediando as fazendas, assaltando os povoados. Não era a primeira vez que isso sucedia, nem a última.

Por toda parte havia quilombos, e alguns ficaram famosos, como o de Jabaquara em São Paulo ou o da Gávea no Rio de Janeiro. Ganharam importância, nos últimos anos do cativeiro, com as mudanças ocorridas na economia e na sociedade, quando os escravos passaram a contar com o apoio dos abolicionistas e a complacência da população urbana.

Insurreições, crimes, fugas, trabalhos mal executados, ordens não cumpridas, pachorra e negligência eram a maneira de o escravo protestar. Essas formas de comportamento compunham o quadro usual da escravidão.

Capitães-do-mato

Os jornais da época encontram-se cheios de anúncios, alguns extremamente pitorescos sobre escravos fugidos. Recompensava-se largamente quem os apanhasse. Em 1855 ofereciam-se até trinta mil-réis. Vinte anos mais tarde, quando os preços de escravos subiram a dois contos e mais, havia quem pagasse até quatrocentos mil-réis pela captura de um negro fugido.

A profissão de capitão-do-mato existiu desde a época colonial. Foi até legalizada por um regimento em 1724. No século XIX, os capitães-do-mato não hesitavam em publicar nos jornais anúncios oferecendo seus serviços. Perderam prestígio à medida que progrediram as idéias abolicionistas. Passaram a ser alvo da sátira popular e alguns foram até agredidos. O capitão-do-mato, caçador de negro fugido, tornou-se uma figura impopular à medida que o sistema escravista se desagregou.

Estimulados e protegidos pelos abolicionistas, contando com o apoio dos libertos e a proteção dos colonos, os cativos passaram a abandonar em massa as fazendas de café e os engenhos de açúcar. Esse fato foi decisivo para a desorganização do trabalho servil e para o aceleramento do processo abolicionista.

A senzala esteve, enquanto existiu, dividida por rivalidades e antipatias. Nas zonas rurais o negro da Casa-Grande tinha melhor sorte que seu parceiro do campo. Mucamas, babás, cozinheiras, amas, costureiras, cocheiros, pajens, lavadeiras, mobilizados no serviço direto ao senhor, eram mais bem tratados e encontravam maiores oportunidades para obter alforria do que os negros do eito. Viviam mais ou menos segregados dos seus parceiros que labutavam no campo de sol a sol. "Negro do eito, vira copeiro, não oia mais pro seu parceiro", dizia-se nessa época. Constituíam um mundo à parte, distante dos negros da roça. Eram invejados e às vezes odiados. Sua aparente superioridade segregava-os de seu grupo natural e lhes impunha todo um cortejo de interdições. Não pertenciam à senzala. Não chegavam a ser aceitos no mundo dos senhores. Alguns se ligavam por laços afetivos aos patrões, outros os odiavam de tal forma que não hesitavam em eliminá-los. As notícias de crimes cometidos por escravos mantiveram apreensiva e cautelosa a classe senhorial enquanto perdurou a escravidão.

Rivalidades entre nações

Outras formas de rivalidade dividiam os escravos. Nas cidades os negros isolavam-se por nações: os Minas, os Cassangue, os Moçambique ou os Congos. Mantinham-se, às vezes, antigas hierarquias. Conta-se que alguns príncipes africanos conservavam no cativeiro o respeito de seus súditos. Às posições hierárquicas tradicionais somavam-se novas distinções estabelecidas com base na superioridade de ofício e de posição dentro do regime escravista. "Uma escrava de categoria – bem-vestida e bem-apresentada – não experimenta compaixão nem simpatia pelo parceiro maltrapilho e sujo", notava um viajante que visitou o Brasil nos meados do século. A posição do senhor refletia-se na do escravo, e o negro que pertencia a um fazendeiro sentia-se superior ao que

trabalhava para um modesto oficial, embora fosse talvez mais infeliz e mais do que o outro sujeito a rigorosa disciplina. A consciência de solidariedade formou-se tardiamente entre os escravos. A ação abolicionista foi fator importante para isso, instigou-os a unirem-se para a conquista da liberdade e lhes fornecer os meios.

Mescla de tradições

A conservação das tradições culturais africanas foi mais fácil nas cidades do que no campo. Nos núcleos urbanos a possibilidade de encontrar companheiros favorecia os agrupamentos de negros da mesma proveniência. Nas fazendas onde se tinha por norma evitar a formação de grupos homogêneos, essa aproximação tornava-se mais difícil. A escravidão constituía um empecilho à conservação das tradições africanas. Rompiam-se as antigas estruturas sociais e impedia-se a perpetuação dos cultos. Misturavam-se povos de origens diversas e tradições culturais diferentes. O núcleo familiar que nas províncias africanas constituía, em geral, a base de estrutura cultural se desarticulava. O meio, a paisagem, as condições de trabalho eram diversas. Os cultos transportados da África e as antigas tradições sofriam um processo de reinterpretação baseado em novos quadros. Imprimia-se nova orientação às representações coletivas tradicionais e a seus significados mais profundos. Algumas das tradições persistiram, embora profundamente modificadas. Entre elas, a música que acompanhou o escravo em todas as suas atividades. Cantavam os barqueiros nos rios e no mar, os carregadores nos cais e nas ruas da cidade, os negros no eito. Nas toadas misturavam palavras portuguesas e africanas. A música possuía, muitas vezes, um caráter mágico. Os jongos que os negros costumavam entoar no eito (improvisos sobre cenas quotidianas) tinham, ao que parece, caráter propiciatório. Dizia-se que quando o jongo não era bom, o trabalho não rendia. Música, religião e magia estavam intimamente ligadas e atuavam intensamente na vida do escravo.

Festas e práticas religiosas

Alguns senhores permitiam que as negros dançassem e cantassem aos sábados, domingos ou dias de festas. Já nas cidades, os batuques e canjerês eram proibidos. Temia-se que os agrupamentos de escravos degenerassem em movimentos subversivos. As únicas festas autorizadas eram as de cunho cristão: a de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos pretos, as congadas e outras do mesmo gênero.

O cristianismo, entretanto, não passava de uma capa exterior a recobrir tradições e práticas africanas. Foram poucos os senhores que se empenharam em cristianizar seus escravos. Embora existissem capelas na maio-

ria das fazendas, as missas eram raras. Faltavam sacerdotes, e os padres que apareciam de tempos em tempos não tinham ocasião de iniciar os escravos nas verdadeiras práticas do cristianismo. Nas zonas rurais prevaleciam o culto doméstico, as práticas familiares. O senhor puxava a reza ajudado pelos escravos. O negro aprendia as preces cujo sentido lhe escapava, repetindo-as mecanicamente. Submetia-se aparentemente passivo. A aceitação do cristianismo era, em geral, puramente exterior. O escravo assistia à missa e adorava ao mesmo tempo a Xangô e Ogum. Confundiam-se na prática as tradições africanas e cristãs.

No cativeiro certas divindades africanas adquiriram um caráter sinistro. As divindades guerreiras passaram a ser as preferidas. O feiticeiro, temido por todos, gozava de grande prestígio e respeito.

A intromissão de elementos culturais africanos no catolicismo possibilitou a sua preservação sob uma aparência cristã. Só raramente conseguiram os negros manter mais ou menos intactas suas tradições. Isso foi possível nos núcleos urbanos, onde eles se agrupavam em confrarias. Os maometanos foram os que mais resistiram à penetração do cristianismo. Concentraram-se, na sua grande maioria, no Nordeste, onde chegaram a manter alguns templos. Mas as condições que a escravidão criava impossibilitavam a obediência às prescrições do culto, e mesmo os cultos idôneos sofreram um processo de sincretismo acentuado.

A vida dos escravos nas cidades era mais amena do que no campo. Nos núcleos urbanos, eles encontravam maiores possibilidades de emancipação e de convívio. No campo, o arbítrio do senhor era lei, e as condições de trabalho mais penosas.

A sorte do cativo dependeu sempre da riqueza e prosperidade do senhor, da sua maior ou menor benevolência e humanidade. Variava de região para região e de fazenda para fazenda. Dizia-se que era melhor no Rio do que no Maranhão e que em Campinas se encontravam os piores senhores. No oeste paulista, dizia o senhor ao negro rebelde ou mandrião: "Vendo-o para Campinas." Na Bahia ameaçava-se o negro indisciplinado de mandá-lo para o sul. Em Pernambuco falava-se em vendê-lo para o Maranhão. Havia nessas insinuações muita mistificação, mas é de supor que o tratamento dado ao escravo tenha variado de acordo com a produtividade das várias regiões. Nas áreas cansadas e em vias de esgotamento do Vale do Paraíba, a partir de 1870 o fazendeiro era obrigado a exigir do escravo um maior número de horas de trabalho e a confiar-lhe um número maior de pés de café, para compensar o declínio da produção dos cafezais. As condições de vida eram, portanto, mais penosas. Nas regiões já

em franca decadência, onde a economia exportadora entrava em marasmo e regredia ao nível de existência, a miséria aproximava senhor e escravo. Suas relações humanizavam-se. Lutavam pela sobrevivência. Foi o que aconteceu nas zonas dos bangüês na Bahia ou no Nordeste ou, ainda, em certas áreas cafeeiras decadentes. Provavelmente, nas áreas mais prósperas, onde a produção remunerava largamente o trabalho, as condições de vida do escravo eram melhores.

Com a cessação do tráfico e à medida que se tornou mais difícil adquiri-los, os senhores passaram a dedicar-lhes maior atenção e cuidados.

O tráfico interno e o deslocamento de escravos do Norte para o Sul do país

As regiões cafeeiras, em plena expansão, voltaram-se para outras fontes de mão-de-obra. O Nordeste passou a ser o grande fornecedor de escravos. Um tráfico intenso se estabeleceu entre o Norte e o Sul do país, o preço de escravos que vinha, aliás, em alta lenta desde o início do século sofria um aumento considerável. Em vinte anos, de 1855 a 1875, ele quase triplicou, passou de um conto a dois e quinhentos, e até três. A compra de escravos tornou-se cada vez mais onerosa e, conseqüentemente, cada vez menos rendosa e sem emprego. Experimentou-se a colonização com estrangeiros sob sistema de parceria, pensou-se em aproveitar a população livre: os trabalhadores nacionais que viviam à margem da grande lavoura. Houve mesmo quem alvitrasse a utilização de *coolies.*

Nos primeiros anos houve um deslocamento de escravos das regiões de economia menos produtiva para as mais promissoras. Os traficantes percorreram o Nordeste oferecendo altos preços pelos escravos. Vendiam-nos no Sul aos fazendeiros de café. Preocupados com a evasão da mão-de-obra, os Governos das Províncias do Nordeste tentaram cercear-lhes a saída. Impuseram-se severas taxas. O relatório do Presidente da Província do Maranhão registrava, em 1853, que o imposto sobre a exportação de escravos produzira naquele ano mais do que nos anteriores, em virtude dos altos preços que se pagavam por eles no mercado do Rio de Janeiro. Sugeria que o produto desse imposto revertesse em benefício da caixa da colonização que acabava de ser criada. Em Pernambuco, o imposto sobre a saída de escravos, que em 1842 era de 5$000, chegou, em 1859, a 200$000.[5] Em 1866, o Presidente João Lustosa da Cunha Paranaguá, baseado em estimativas oficiais, informava à Assembléia Legislativa de Pernambuco que, no período de 1855 a 1864, tinham sido exportados,

[5] *Coleções de Leis e Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco*, tomo XI, 1847, título III, p. 12. *Receita Provincial*, art. 1º, § 12.

para outras Províncias, 4.023 escravos, sem falar nos que escapavam ao controle. Na Bahia arrecadavam-se, em 1860, mais de duzentos contos de taxas sobre a saída de escravos. A mesma coisa ocorria em Alagoas. A maior renda, em 1862, provinha do imposto sobre exportação de escravos.

Wanderley, inutilmente, tentara, representando a lavoura baiana, fazer passar em 1854, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei proibindo o tráfico interprovincial. Eram mais fortes os interesses das lavouras do Sul. As Províncias do Nordeste, afetadas por uma crise crônica, despovoavam-se de escravos.

É impossível calcular o número exato dos que se deslocaram de outras províncias para as regiões cafeeiras. Ferreira Soares fornece dados que permitem avaliar em pouco mais de 5 mil os escravos exportados anualmente do Nordeste para o Rio. Tavares Bastos fala em cerca de 37 mil cativos entrados no Rio entre 1850 e 1862.

Concentração de escravos na lavoura cafeeira

Os negros concentravam-se nas províncias cafeeiras. Em 1823, Minas, Rio e São Paulo contavam 386 mil escravos, aproximadamente, enquanto que Bahia, Pernambuco e Maranhão detinham, nessa mesma época, cerca de 484 mil. Cinqüenta anos mais tarde a situação se invertera. Estas contavam 346.237 escravos, enquanto as províncias cafeeiras reuniam quase 800 mil. O desequilíbrio crescente entre a população escrava do Norte e do Sul do país acabaria por alarmar os políticos do Sul, que viram, nesse desequilíbrio, uma ameaça à manutenção do sistema escravista.

Em 1874, o Presidente da Província de São Paulo, João Teodoro Xavier, ao solicitar um novo tributo sobre os escravos que entrassem na Província, salientava os riscos que adviriam do deslocamento dos escravos do Norte para o Sul do país. Lembrava o que sucedera nos Estados Unidos. Alguns anos mais tarde o Deputado paulista Moreira Barros apresentava à Câmara dos Deputados um projeto proibindo a venda e o transporte de cativos de uma para outra Província. Dizia que essa medida teria a "vantagem política de sustar o antagonismo que se desenvolvia entre as duas partes do Império, a propósito da questão escravista, e colocaria todas as províncias no mesmo nível de interesses para resolverem, quando fosse oportuno, a questão do "elemento servil". Temiam esses homens, não sem razão, que o Norte, exportando seus escravos para o Sul, viesse a encarar, com maior complacência, os planos abolicionistas. Enquanto os escravos concentravam-se nas áreas cafeeiras nas cidades, progredia o trabalho livre. Homens livres, ou libertos, substituíam os "negros de ganhos". Em 1860, Ferreira Soares observava que no Rio de Janeiro diminuíra o número

de escravos nas ruas e que os transportes e outros misteres eram feitos por homens livres. Também livres eram os mercadores, comerciantes e mascates. O número de estrangeiros dedicados a esses ofícios aumentava.

Enquanto isso, nas fazendas, procurava-se utilizar a força de trabalho escravo exclusivamente nas tarefas ligadas à economia de exportação: os elevados preços obtidos pelo café seduziam os fazendeiros, que abandonavam o cultivo de gêneros de primeira necessidade e ampliavam os cafezais.

Concentrava-se nas áreas cafeeiras numerosa escravaria. Em 1850, Cantagalo, que será um dos distritos cafeeiros mais importantes do Rio de Janeiro, possuía 9.850 escravos. Menos de sete anos depois as estatísticas registravam um total de 19.537 escravos e, em 1873, de 35 mil, e Valença, importante centro produtor de café, que tinha 23.468 escravos em 1857, vinte anos mais tarde reunia 30 mil; São Fidélis passara de 5.781, em 1850, para 19.349 em 1877. O mesmo fenômeno observava-se nos municípios cafeicultores de Minas. Em certas regiões a população escrava representava 75% da população. Havia fazendas com quatrocentos, quinhentos negros e até mais.

As lavouras estendiam-se em direção ao Oeste paulista em demanda da terra virgem. Abriam-se novas fazendas. Por toda parte os proprietários queixavam-se da falta de braços. A demanda de mão-de-obra impelia à busca de novas soluções. Foi só então que se pensou seriamente em colonização.

3. EXPERIÊNCIAS COM A COLONIZAÇÃO ESTRANGEIRA

Insucesso das primeiras experiências com a colonização estrangeira

O sistema de núcleos coloniais adotado por D. João VI não dera resultados muito animadores. Os núcleos coloniais fundados sob patrocínio do Governo, em várias regiões do país, instalados nas matas, longe de mercados, pareciam fadados ao insucesso. Os colonos dispersavam-se. Uns iam para as zonas urbanas onde encontravam melhores condições de trabalho, outros permaneciam nas zonas rurais vivendo mediocremente, em nível comparável ao do caboclo. A história dessas experiências colonizadoras é de uma espantosa monotonia, repetem-se quase idênticas. Com exceção de alguns núcleos criados em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, onde depois de sacrifícios incalculáveis a colonização chegou a ter sucesso, nos demais fracassou invariavelmente a despeito do empenho da administração do Império em estimular o seu desenvolvimento.

Os representantes da grande lavoura, desejosos de obterem braços que viessem substituir os negros, não aprovavam a política colonizadora levada a efeito pelo Governo Imperial. A oposição entre a orientação do poder central, que via o problema da colonização dentro do âmbito nacional, e os interesses dos fazendeiros de café manifestou-se várias vezes. O Governo visava intensificar a imigração de povoamento, possibilitando ao colono o acesso à terra. Ponderava que só assim se conseguiria um tipo de imigração de efeitos realmente civilizadores. Este sistema era o único capaz de atrair imigrantes. Os cafeicultores, por outro lado, queriam braços para suas lavouras. Nesse sentido agiram todas as vezes em que conseguiram fazer prevalecer seus interesses. Assim foi em 1842, quando Vergueiro, que ocupava a pasta da Justiça e interinamente a do Império, obteve uma subvenção do Governo para se lançar na experiência da parceria. O fato repetiu-se mais tarde, quando Antônio Prado e, depois, Rodrigo Silva ocuparam sucessivamente a pasta da Agricultura.

O sistema de parceria adotado pelo Senador Vergueiro em 1847, em sua Fazenda Ibicaba, floresceu nos primeiros anos após a cessação do tráfico. A empresa Vergueiro & Cia conseguiu introduzir grande número de colonos alemães e suíços nas fazendas do Oeste paulista, onde era maior a necessidade de mão-de-obra. A administração provincial concedeu auxílios à Casa Vergueiro para que levasse avante sua empresa.

Os colonos tinham a viagem e o transporte pagos até a fazenda. Essas despesas eram feitas como adiantamento, assim como os gastos com manutenção, até que começassem a produzir para seu sustento. Era atribuído a cada família um certo número de pés de café que deveria cultivar, colher e beneficiar. Nos primeiros anos os colonos podiam plantar mantimentos entre as filas de café, mas deveriam dividir com o fazendeiro os lucros obtidos na venda dos mesmos. O colono receberia metade do lucro líquido apurado na venda do café colhido por ele.

Acreditaram alguns ter encontrado enfim a fórmula para a substituição dos escravos. Suas esperanças foram logo desfeitas.

Logo nos primeiros anos multiplicaram-se os conflitos entre colonos e proprietários. Estes acusavam os colonos de serem desordeiros, pouco amigos do trabalho. Os colonos por sua vez sentiam-se explorados, assumiam atitudes reivindicatórias e, não raro, abandonavam as fazendas, desrespeitando os contratos e acarretando numerosos prejuízos para os proprietários. Acostumados a dominar o escravo, os fazendeiros não sabiam como resolver os problemas que surgiam com o trabalho livre. Para eles a solução se resumia em policiamento e repressão.

Atritos e revoltas

Dez anos depois de iniciada a experiência a maioria dos fazendeiros estava disposta a abandoná-la. Em 1857, estourou em Ibicaba uma revolta de proporções mais sérias que as anteriores. As autoridades movimentaram-se. Representantes dos países estrangeiros e do Governo Imperial percorreram a região colhendo informes sobre a situação dos colonos. Procederam-se a inquéritos junto aos fazendeiros. As conclusões foram contraditórias. Os colonos acusavam os fazendeiros de explorá-los, e os fazendeiros viam nos colonos indivíduos de maus bofes. Escapavam a uns e a outros as contradições do próprio sistema. Os colonos endividados pelos adiantamentos sucessivos (sobre os quais corriam juros de 6 a 12%) não conseguiam cobrir suas despesas com os poucos lucros obtidos tão arduamente nos cafezais. Viam-se reduzidos ao nível dos escravos. Por outro lado, não interessava aos senhores dividir os lucros com os colonos. Era-lhes mais conveniente o sistema assalariado ou de empreitada, e foi o que a maioria dos fazendeiros que continuou com os colonos acabou por adotar.

Nessa época os métodos precários usados na produção cafeeira, a deficiência das vias de comunicação e dos meios de transporte – todo ele feito em lombo de burro ou em carros de boi – resultavam em baixa produtividade e oneravam a produção.

A situação do colono era agravada pela coexistência do trabalho escravo ao lado do livre. A maioria dos fazendeiros entregava aos colonos – com quem tinham que dividir os lucros – os cafezais menos produtivos e reservava os melhores para os escravos.

As condições pouco racionais da produção e os preços vigentes contribuíram para o insucesso da experiência. As atividades nas fazendas eram incessantes e penosas. Começava-se pelos trabalhos de derrubada e em seguida de plantio. Durante os anos de espera até que a planta começasse a produzir, o que levava de 3 a 4 anos, eram necessários cuidados constantes. Quando os cafezais começavam a produzir, a maior parte dos serviços fazia-se manualmente. Nas regiões em que a maturação não era simultânea procediam-se a várias apanhas. A impossibilidade de mecanização da lavoura e os deficientes processos de beneficiamento então utilizados prejudicavam a produtividade. Esta, aliás, decaía rapidamente. Os cafezais de 15 anos produziam em São Paulo 100 arrobas a mais por 1.000 pés. Os de 20 ou 30 davam em média 50 arrobas e os de 35 anos a 50 não produziam mais que 30 arrobas por 1.000 pés. Por outro lado, os preços impostos pelo mercado internacional sofriam grandes variações de uma safra

para outra. As colheitas sujeitas ao ritmo climático não eram regulares. Um cafezal que produzira 4,5 libras por pé em um ano não dava no ano seguinte mais de meia libra. Tudo isso contribuiu para o insucesso da parceria. A essas dificuldades somaram-se outros problemas: o de ajustamento dos colonos ao meio tropical, o fato de muitos provirem das zonas urbanas e não se adaptarem facilmente às lides agrícolas, as decepções inevitáveis daqueles que tinham vindo em busca de riquezas miraculosas que o café prometia e encontravam apenas miséria e servidão.

Mais eloqüentes do que depoimentos deformados pela subjetividade de fazendeiros e colonos em conflito são os dados fornecidos pelos relatórios que informam sobre a situação de cada um dos colonos. Através deles verifica-se que a maioria das famílias tinha grande número de filhos menores e dispunha de poucos indivíduos capazes de produzir. Esses colonos não conseguiam tratar, em média, de mais que 2 a 3.000 pés de café. No fim da safra recebiam no máximo 200 a 300 mil-réis. Nessa ocasião já estavam, em geral, sobrecarregados de dívidas que chegavam, freqüentemente, a um e dois contos. Permaneciam presos aos contratos, incapazes de saldarem suas dívidas, reduzidos à condição de servos. A situação do colono era melhor em algumas fazendas, excepcionalmente bem localizadas, onde a produtividade alcançava níveis mais altos.

Os colonos, assim que podiam, abandonavam as fazendas, fixavam-se nos núcleos urbanos, dedicando-se ao comércio, à pequena indústria e ao artesanato. Os que dispunham de algum pecúlio migravam, muitas vezes, para áreas mais novas, onde compravam terras e plantavam café. A ascensão social de alguns deles contribuiu para que se fixasse o mito do enriquecimento rápido e das boas condições de vida dos colonos nas regiões cafeeiras. (O que será verdadeiro em casos isolados e em épocas posteriores, quando as condições econômicas se modificaram.)

Abandono do sistema de parceria

Minado pelas suas próprias contradições e pelos conflitos que estas geraram, o sistema de parcerias perdeu prestígio rapidamente. Era impossível conciliar os interesses do fazendeiro, habituado à rotina do braço escravo com os do colono, ansioso por adquirir propriedade, ascender na escala social. As queixas dos colonos e os conflitos surgidos desencorajaram novos sonhos de imigração e levaram os governos dos países europeus a proibirem ou desaconselharem a imigração para o Brasil. Por sua vez, a maioria dos fazendeiros escarmentados pelas infelizes experiências desesperou de substituir os negros pelos colonos, passando a repetir o que diziam os mais céticos, que o trabalho

escravo era o único compatível com a grande lavoura. Poucos foram os que insistiram em continuar com a colonização. Abandonaram o sistema de parceria, preferindo remunerar o colono a um preço fixo por alqueire colhido ou a um tanto por mês. Para o colono esse sistema oferecia maior segurança. Ficava independente das oscilações do preço do café e não era obrigado a esperar que a safra fosse negociada para receber sua paga. Os salários, entretanto, mantinham-se extremamente baixos, mesmo nas zonas cafeeiras mais promissoras.

Nas demais Províncias cafeeiras as experiências com a parceria foram muito menos importantes do que em São Paulo. O problema da mão-de-obra não se apresentava tão urgente nessas regiões. A maioria dos fazendeiros do Rio de Janeiro se abastecera de escravos anteriormente à cessação do tráfico. Em Minas a migração de escravos das zonas de mineração em decadência, para as áreas novas, veio suprir em parte a necessidade de mão-de-obra. Foram raros os fazendeiros que imitaram o exemplo paulista. O interesse pela colonização era muito menor nestas paragens. Os conflitos surgidos em São Paulo e as dificuldades enfrentadas por aqueles que tentaram a parceria acabaram por desmoralizar a iniciativa, desestimularam, de vez, novas experiências, confirmaram os receios daqueles que olhavam com desconfiança essas inovações e deram argumentos para os que afirmavam a superioridade do escravo sobre o trabalhador livre.

Apesar da insistência dos Governos em estimular a colonização, as Províncias de Minas e Rio de Janeiro chegaram às vésperas da Abolição sem que nada de importante tivesse sido feito nesse sentido. Generalizara-se a opinião de que era preferível comprar escravos a três contos de réis, ou deixar de ser fazendeiro, a se sujeitar ao serviço de colonos.

Nas demais regiões do país, onde prevalecia a grande lavoura, as tentativas de colonização pelo sistema de parceria foram raras e, em geral, frustraram-se pelos mesmos motivos. Também fracassou a maioria dos núcleos coloniais.

Em 1857, o Presidente da Província de Pernambuco, Sérgio de Macedo, observava que, a despeito da falta de braços, os fazendeiros não confiavam nos contratos de parceria feitos com colonos estrangeiros, pois acreditavam que o europeu não se adaptava à lavoura do açúcar. Quinze anos mais tarde, Machado Portela confirmava esse depoimento. A imigração não passara de tímidas experiências, na Província de Pernambuco.

No Maranhão, em 1854, o Presidente da Província engajava na Europa alguns colonos para servirem em obras públicas. Pensava, ainda,

estimular a imigração de trabalhadores para desempenharem certos ofícios no campo e na cidade.[6] Em 1862, informava o Relatório da Diretoria dos Índios, que de fevereiro de 1853 a dezembro de 1856, tinham sido importados 887 colonos, sendo 847 portugueses e 40 chineses. Referia-se, ainda, ao estado desanimador em que se encontravam as colônias estrangeiras. A única que apresentava um quadro razoável era a de Santa Isabel, com 59 portugueses e 33 brasileiros. Por essa época, a má vontade em relação à colonização atingira os próprios setores administrativos, e o Presidente da Província do Maranhão, num relatório de 1861, manifestava-se contra a imigração, dizendo que os imigrantes provenientes dos centros urbanos europeus não tardavam em concentrar-se nas cidades.

Alguns anos depois, em 1865, das sete colônias de estrangeiros existentes na Província restava apenas uma, a de Santa Isabel. Compunha-se de 77 pessoas – 41 portugueses e os demais, brasileiros. Dedicava-se à lavoura de cana. Parte dos colonos portugueses trabalhando em regime de parceria estava descontente. Queixavam-se ao cônsul de que a quantidade de cana por eles entregue aos engenhos não produzia a mesma quantidade de açúcar equivalente ao rendimento normal em outros engenhos.[7]

A despeito dos sucessivos insucessos, fundava-se na década dos 70 a Sociedade Maranhense Promotora da Colonização, com o fito de desenvolver a imigração estrangeira. A lei provincial de 20 de junho de 1871 concedia um empréstimo até a quantia de seis contos de réis ao juro de 8% para o adiantamento dos lavradores que mandassem vir colonos e contratassem um mínimo de 25 trabalhadores. O empréstimo seria amortizado no espaço de 11 anos.[8] Faltavam, entretanto, nessas regiões, as condições para o desenvolvimento de um movimento migratório ponderável. A despeito de todos os esforços nada se conseguia.

Irlandeses e suíços na Bahia

Na Bahia, sucedia o mesmo. Alguns proprietários mais afoitos, tentados pelo apoio oferecido pelo Governo do Império, propuseram-se a introduzir colonos, mas, como em outros lugares, as experiências não foram muito longe. Em 1822 vieram para Ilhéus alguns colonos alemães. Em 1829 tentou-se estabelecer uma colônia no termo de Nova Boipela. O Governo fez algumas despesas com a instalação de irlandeses, mas estes ou dispersaram, ou acabaram na miséria. Até

[6] *Coleções de Leis e Decretos e Resoluções da Província do Maranhão,* 1854, p. 9, e *Relatório do Presidente da Província do Maranhão,* 1855, p. 52.
[7] *Relatório do Presidente da Província do Maranhão,* 1865, p. 34.
[8] *Idem, idem,* 1871, pp. 39 e segs.

meados do século a única colônia que parece ter prosperado foi a colônia Leopoldina, estabelecida em 1818 no termo de Caravelas. Era composta de suíços e alemães. Em 1848, exportava 70 mil arrobas de café. Contavam-se no núcleo 130 pessoas livres, entre estrangeiros e nacionais, alguns índios e mais de mil escravos. Alguns anos mais tarde, em 1861, informava o Relatório Presidencial que a colônia não mais existia, pois todos se tinham tornado proprietários de fazendas. A administração procurava, através de subsídios e outras concessões e privilégios, estimular a colonização.

Em 1857 o Governo da Província da Bahia celebrava com Higino P. Gomes um contrato para a introdução de mil colonos europeus no prazo de três anos. Deveriam eles estabelecer-se como proprietários ou foreiros. Para que o projeto fosse levado a efeito, concedia o Governo Provincial ao empresário o empréstimo de trinta contos de réis, sem juros, para ser resgatado em seis, oito e dez anos e mais o auxílio de quatro contos para a construção de uma casa de oração para os que professassem credo não-católico. Comprometia-se, ainda, a auxiliar o empresário na construção de uma estrada e oferecia-lhe um prêmio de 12 contos pela introdução de quinhentos colonos.[9] Aproximadamente, nessa mesma época, o proprietário do Engenho Novo, na Bahia, recebia um empréstimo de 20 contos para importar 70 colonos que seriam contratados pelo sistema de parceria para trabalhar em sua fazenda, na região de Paraguaçu. O contrato determinava que os colonos se limitariam à plantação e benefício da cana, assim como ao corte e transporte de açúcar para o embarque. Era-lhes vedado estabelecer fábricas para moer cana, devendo esta ser moída no engenho do empresário. O produto seria dividido em partes iguais entre colono e proprietário. O mesmo ocorria com os excedentes das plantações de mantimentos. No mais, o contrato assemelhava-se aos adotados pelos fazendeiros de café em São Paulo. O fazendeiro comprometia-se a adiantar no primeiro ano os gêneros alimentícios e a fornecer bois, canas e instrumentos agrários necessários ao plantio. Daria, também, morada provisória até que pudessem construir suas habitações. Essa iniciativa que se inaugurou tão auspiciosamente acabou como as outras por fracassar, não obstante todo o auxílio governamental.

O Governo do Império e as administrações provinciais procuraram de todas as maneiras estimular a colonização. Os Presidentes das Províncias insistiam em seus discursos na necessidade de promover a substituição do

[9] *Relatório do Presidente da Província da Bahia*, 1857-58.

escravo pelo trabalhador livre. As Assembléias legislavam com o fito de estimular e subsidiar a criação e o desenvolvimento de núcleos coloniais. Todas as medidas revelavam-se insuficientes.

A partir de 1885, quando se estabelece um fluxo imigratório importante, foi para as regiões do Sul do país, em plena expansão, que os colonos foram encaminhados. O Nordeste, às voltas com uma crise permanente, não conseguiu atrair a imigração espontânea, nem tinha condições para promovê-la em larga escala.

4. DIFICULDADES NO APROVEITAMENTO DO TRABALHADOR LIVRE NACIONAL

O insucesso das parcerias e da maioria dos núcleos coloniais e a precariedade das condições oferecidas pelos novos contratos de locação de serviço desacreditaram momentaneamente as tentativas de colonização. Pensou-se em utilizar o trabalhador livre nacional. Cogitou-se mesmo de um meio para obrigar a população que vivia aparentemente ociosa nas zonas rurais a trabalhar. Afirmava-se que o elemento nacional era preguiçoso e inativo. Atribuía-se esse fato ao atraso e ignorância em que vivia e à facilidade de sobreviver com pouco esforço, num país em que a natureza era generosa. Argumentava-se como se a preguiça fosse uma disposição natural do povo brasileiro, uma espécie de vocação nacional. Um ou outro observador dava explicações mais objetivas. Em 1862 o Presidente Sousa Carvalho, das Alagoas, observava em seu relatório à Assembléia Provincial o estado de pobreza em que vivia a população rural da Província. Anos mais tarde, Millet, senhor de engenho em Pernambuco,

> "quem percorre o interior", dizia ele, "observa parte da extraordinária riqueza da vegetação inculta, as miseráveis choupanas que essa classe habita, a parcimônia, a nudez, a míngua em que vivem"... "Alguns atribuem em parte a ociosidade em que vivem, à circunstância de morarem em terras alheias, cujos donos recusam vendê-las ainda que não possam cultivá-los e têm o arbítrio de obrigá-los a mudar-se inopinadamente".

referindo-se à alegada indolência do trabalhador livre, explicava: "Não se pode exigir que o homem adquira hábitos de trabalho, lá onde o trabalho não dá lucro algum." Não era muito diversa a opinião de André Rebouças. Numa obra publicada em 1883 sobre Agricultura Nacional, refutava a

pecha de preguiça que recaía sobre a população rural e afirmava que o Império necessitava de profundas reformas sociais, econômicas e financeiras que permitissem o aproveitamento de milhares e milhares de indivíduos que vegetavam nos sertões. Algum tempo depois, Taunay, empenhado em promover a colonização, apontava os prejuízos causados pelo latifúndio à sociedade e à economia do país, e dizia que a impossibilidade de

> "imprimir cunho de domínio próprio a um cantinho de terra dava bons argumentos à preguiça e impedia que os agregados, livres embora, se distanciassem do estado de baixeza e submissão peculiares à condição de escravos".

A maioria, entretanto, continuava a repetir que os brasileiros eram pouco dados ao trabalho. Escapavam-lhes as razões mais profundas dessa inatividade: a existência da escravidão, a impossibilidade de acesso à propriedade, a situação das populações rurais à margem das correntes produtivas do país, seu baixo nível de vida, em todos os valores gerados por essas experiências que explicavam sua resistência em trabalhar na grande lavoura na qualidade de assalariado. Como pretender que homens que plantavam o suficiente para sobreviver, que viviam ao deus-dará, se submetessem, em troca de parcos salários, ao penoso trabalho exigido nas fazendas. Trabalhar como assalariado na grande lavoura significava, para eles, equiparar-se à condição de escravos. Preferiam viver ao léu, sem eira nem beira. Nas regiões, entretanto, em que a mão-de-obra escrava recuava, a incorporação do trabalhador livre à grande lavoura fazia-se progressivamente.

Tentativas frustradas de imigração chinesa

Diante da necessidade crescente de mão-de-obra, alguns setores mais atingidos pela carestia de escravos cogitaram de promover a vinda de *coolies*. Os que advogavam essa solução apontavam a seu favor o exemplo de outras regiões em que os chins constituíam – diziam eles – a base da riqueza e da prosperidade, como em certas colônias da Inglaterra e da França, algumas regiões dos Estados Unidos da América Latina, como Cuba, Peru e Guiana Inglesa. Durante o Ministério Sinimbu essas idéias tomaram vulto. A imigração chinesa era apontada como a solução ideal para a lavoura. Num congresso agrícola que reuniu no Rio de Janeiro representantes das áreas cafeeiras mais importantes, recomendou-se a importação de *coolies*.

A maioria dos lavradores parecia convencida de que os milhares de contos despendidos com a imigração européia não haviam trazido benefício algum à grande lavoura. Desejosos de braços baratos, sóbrios e sub-

missos, manifestavam-se partidários da imigração chinesa. Os *coolies* pareciam ser os únicos colonos capazes de se adaptarem aos baixos níveis de vida e às condições de trabalho oferecidas pela lavoura. Uma série de panfletos e artigos a favor e contra a imigração chinesa apareceu na imprensa. Houve muitas resistências no país e no exterior perante a idéia de perpetuar o "sistema servil" sob um novo aspecto. No Parlamento as opiniões divergiram. Uma forte oposição se levantou contra aquelas pretensões. Falou-se no perigo de monopolizar o país. Pintaram-se retratos assustadores: os *chins* eram viciados, corruptos por natureza, fracos e indolentes. A Sociedade Brasileira de Imigração e a Sociedade Central de Imigração, ambas empenhadas em estimular a imigração européia, movimentaram-se contra o projeto. No Parlamento, Martinho Prado, representante dos setores cafeeiros mais dinâmicos, atacou os adeptos dos *coolies*.

A companhia, que se fundou com o objetivo de promover a vinda de chineses, teve dificuldades de levar a bom termo sua missão. Os governos inglês e português proibiram o engajamento e o embarque em Hong Kong e Macau. Impossibilitada de levar a cabo seus compromissos, a Companhia Comércio e Imigração Chinesa dissolveu-se em 14 de novembro de 1883, dias após a partida precipitada do enviado chinês Ti-Kung-Sing, mediador das negociações.

Desvaneciam-se as esperanças daqueles que tinham julgado poder substituir o negro pelo *coolie*, o escravo pelo servo.

Persistência do trabalho escravo na grande lavoura

A lavoura mais antiga e as zonas mais rotineiras, os setores menos produtivos, continuavam apegados ao trabalho escravo. Sabiam que a abolição os levaria à ruína. Confundiam seus interesses pessoais com os interesses da nação e vaticinavam que a miséria desabaria sobre o país, caso se levassem a efeito medidas favoráveis à extinção da escravatura.

Enquanto isso, alguns setores mais dinâmicos da lavoura em São Paulo insistiam em promover a imigração. Também no Nordeste, os fazendeiros que conseguiram modernizar suas instalações, comprando máquinas, aperfeiçoando os processos de fabrico de açúcar, começaram a encarar mais favoravelmente o trabalho livre. Essa tendência acentuou-se à medida que as transformações das forças produtivas, a melhoria do sistema de transporte, o equipamento dos portos, o aperfeiçoamento dos processos de beneficiamento de café e do fabrico do açúcar, o crescimento de população modificaram os métodos de produção e exigiam novo tipo de trabalho.

Melhoria dos transportes

A má conservação dos caminhos e a precariedade dos meios de transporte foram sempre um entrave ao desenvolvimento econômico do país. No período das chuvas, o trânsito ficava interrompido pelos desmoronamentos. Grossas enxurradas escavavam buracos profundos. As pontes, em geral, de madeira, eram carregadas pelas enchentes. Em muitos trechos os tropeiros viam-se obrigados a vadear os rios por falta de pontes. Mesmo estradas vitais para a economia, como a que ligava São Paulo a Santos, estavam em situação precária. Até meados do século eram excepcionais as vias carroçáveis. Os carros de boi, então em uso, cavavam sulcos profundos nos caminhos, transformados, pelo contínuo pisotear das tropas, em lamaçais intransponíveis.

As condições de uma estrada vital como a que ligava São Paulo a Santos eram, na década de 60, tão más que os carros não conduziam peso superior a 40 ou 45 arrobas. Uma viagem de ida e volta levava no mínimo dez a doze dias. As dificuldades de transportes eram tantas que muitas vezes a mercadoria se deteriorava nas tulhas antes que o cargueiro viesse buscá-la. Mesmo quando exportada em tempo, as avarias a que estava sujeita durante o transporte prejudicavam a qualidade. A deficiência das vias de comunicação retardava a circulação, encarecia o frete e desviava boa parte da mão-de-obra para o setor dos transportes e, numa escala mais ampla, impedia o desenvolvimento de uma economia de mercado.

Não eram melhores as condições no Nordeste. Grande número de engenhos servia-se da navegação fluvial. As barcaças transportavam boa parte do açúcar destinado à exportação. O trânsito pelas estradas era penoso. Os animais atolavam, a carga perdia-se, a viagem eternizava-se em pousos e paradas obrigatórias, ficando, às vezes, interrompida durante dias e dias à espera de que a chuva passasse, uma ponte fosse reparada ou uma estrada posta em condições de dar passagem.

Nas zonas cafeeiras essa situação tornou-se insustentável com o aumento da produção. Consciente dos prejuízos resultantes dessa situação, os fazendeiros empenharam-se junto ao Governo para que fossem melhoradas as vias de comunicação. Punham suas esperanças na construção de estradas de ferro que viriam dar escoamento fácil, rápido e mais barato às mercadorias.

A construção de vias férreas modificou profundamente a economia, e as ferrovias beneficiaram certas regiões e aniquilaram outras. Nas zonas canavieiras, os engenhos distantes das vias férreas não puderam concorrer com os que eram servidos por estrada de ferro. Continuaram a exportar seus produtos pelos sistemas tradicionais – a barcaça ou a tropa – e a

sofrer o ônus desse tipo de transporte. A exportação de açúcar por esse meio se revelaria cada vez mais antieconômica.

A construção de ferrovias foi lenta e difícil. Num relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Pernambuco em 1850, Honório Hermeto Carneiro Leão assinalava que o meio de transporte usado na província sobrecarregava os gêneros de exportação com despesas avultadas. Para pequenas distâncias, era necessário o emprego de grande número de animais e de homens. Concluía dizendo que era de todo evidente a conveniência de se prolongarem as estradas começadas, ao menos até a zona dos engenhos.

Anos mais tarde, em 1874, na abertura da Assembléia Legislativa de Pernambuco, o Presidente da Província, Henrique de Lucena, apontava entre as causas do atraso da lavoura a falta quase total de meios fáceis e baratos de transporte.

Com o desenvolvimento das ferrovias a situação iria mudar completamente. Em 1881, dizia Millet que somente pelos vagões da estrada de ferro Palmares transitavam quase a metade do açúcar exportado pelo porto de Recife e dois terços da produção de toda a Província. Alguns anos mais tarde, em 1888, 12.421.172 quilos de açúcar e 318.295 de algodão eram carregados nas estradas de ferro de Pernambuco.[10]

Nas áreas cafeeiras do Sul a rede ferroviária desenvolveu-se a partir dos anos 60. A Santos – Jundiaí inaugurou-se em 1867 e prolongou seus trilhos, em 1872, até Campinas. A estrada que ligava São Paulo ao Rio foi concluída. Os ramais penetraram no interior da Província. Em Minas o progresso foi mais lento. O relevo montanhoso dificultava e encarecia a construção. Em 1882 a Província mineira contava 441km construídos, enquanto São Paulo e Rio possuíam, respectivamente, 1.400 e 1.634km. As estradas das três províncias juntas perfaziam cerca de 3.500km, enquanto todas as demais existentes no país somavam 1.421 km.

A construção de vias férreas provocou profundas modificações na estrutura econômica do país: capitais aplicados na aquisição e conservação de tropas foram em parte liberados, braços até então desviados da lavoura para as fainas que o transporte exigia foram aproveitados na lavoura. Ampliaram-se enormemente a capacidade de transporte e a rapidez de circulação. Os fretes reduziram-se. O produto transportado pelas estradas de ferro apresentava melhor conservação, qualidade superior e, portanto, conseguia cotação mais alta no mercado internacional. Aumen-

[10] Relatório dirigido à A. L. P. pelo Desembargador José Joaquim de Oliveira.

tavam as possibilidades de lucro. Por outro lado, as ferrovias favoreceram o processo de urbanização e facilitaram a circulação de senhores e escravos. Ofereciam, enfim, novas perspectivas para o trabalho livre, e novos campos de investimento e novas possibilidades para criações de uma economia de mercado.

5. APERFEIÇOAMENTO NO PROCESSO DO FABRICO DO AÇÚCAR E BENEFICIAMENTO DO CAFÉ

Igualmente importantes na transição do trabalho servil para o livre foram os progressivos aperfeiçoamentos introduzidos no processo de beneficiamento do café e fabrico do açúcar. Acarretaram o aumento da produtividade e criaram novas condições de trabalho. Os progressos foram mínimos na lavoura – isto é, no cultivo propriamente dito, que continuou a ser feito segundo a rotina da queimada e da enxada. No setor da industrialização do produto houve, entretanto, muitas transformações. Nas áreas cafeeiras passou-se dos terreiros de terra para os de tijolo ou macadame, dos pilões e monjolos para as máquinas de beneficiar café, amplamente usadas no Oeste paulista já na segunda metade do século. O significado dessas transformações pode ser mais bem compreendido quando pensamos que, nas máquinas de pilões, cada mão-de-pilão realizava em uma hora tanto quanto um monjolo em cada dia. Burlamaque calculava serem necessários 90 homens para realizar o trabalho que ela era capaz de executar em oito horas. O progresso realizado com a introdução das máquinas de beneficiamento do café foi muito maior ainda.

Emprego de maquinaria

As fazendas do Oeste paulista foram mais receptivas às inovações do que as do Vale do Paraíba. Experimentaram também o trabalho livre e a imigração. Os altos rendimentos das terras novas, bem como os elevados preços atingidos pelo café, propiciaram, a partir de 1870, a aquisição de máquinas de beneficiar. A dificuldade crescente de mão-de-obra incentivava essa transformação. Racionalizar a produção era reduzir a força de trabalho necessária e multiplicar o rendimento. A aquisição de maquinaria exigia, entretanto, grandes investimentos que estavam acima da capacidade econômica das áreas decadentes. Por isso, as fazendas do Vale do Paraíba ficaram, em geral, alheias à maioria dos aperfeiçoamentos dos métodos de produção. Organizadas com base no braço escravo, numa época em que fora relativamente fácil sua aquisição,

conservavam os métodos rotineiros de trabalho. O emprego de máquinas era, aliás, pouco compatível com o trabalho escravo. A alienação em que vivia forçado pela condição de escravo impedia-lhe qualquer participação mais eficiente no trabalho. Faltava-lhe o interesse, faltava-lhe a liberdade de ação, faltava-lhe também a responsabilidade: qualidades necessárias para se lidar com máquinas dispendiosas e delicadas.

Na época em que o maquinismo se tornou mais acessível e aperfeiçoado e quando o problema da mão-de-obra se agravou, os fazendeiros das regiões menos produtivas estavam impossibilitados de recorrer às inovações. Daí o contraste entre as áreas mais antigas e as mais novas. Nestas, o alto rendimento dos cafezais, assim como as facilidades para o emprego do trabalho livre, favoreceram a mecanização. Aquelas pareciam condenadas à rotina do braço escravo. Em 1883, notava um viajante que percorreu as áreas cafeeiras que em muitas fazendas do Centro e Oeste paulista o café era transportado para a casa de máquinas, pilado, decorticado, escolhido, brunido, ensacado e pesado mecanicamente.

Algo semelhante sucedeu no Nordeste, com uma diferença. Enquanto a economia cafeeira estava em plena expansão, as zonas açucareiras viviam constantemente em crise, interrompida por breves momentos de euforia provocados, em geral, por fenômenos ocasionais, como, por exemplo, as melhorias de preço do açúcar nas épocas de depressão cambial. A situação crítica em que vivia a economia do açúcar dificultava a introdução de máquinas e a modernização dos métodos de produção.

A concorrência do açúcar de beterraba e a proteção dada pelos países europeus às suas colônias prejudicavam a produção açucareira no Brasil. A conjuntura internacional fora propícia ao Brasil durante as Guerras Napoleônicas e a agitação social nas Antilhas. Passado esse período, a situação tornou-se desfavorável. Esse fato foi agravado pela introdução, nas Antilhas, de processos mecânicos que melhoraram extraordinariamente os métodos de fabrico do açúcar, e aumentando-lhe a produtividade.

A ausência de mercado interno reforçava a dependência do Brasil em relação ao mercado internacional. Em conseqüência das condições desfavoráveis da conjuntura internacional, o produtor recebia cada vez menos pelo que produzia. Diante dessa situação a maioria aos fazendeiros viu-se impossibilitada de introduzir métodos mais aperfeiçoados no fabrico do açúcar.

Incentivo à aplicação de novas técnicas na lavoura

Não faltaram aqueles que tentaram divulgar entre nós o que de mais recente havia nesse setor. Publicaram-se livros e panfletos sobre o assunto. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional promoveu exposições com o

objetivo de informar aos fazendeiros sobre processos adotados em outros países. Também a Administração se preocupou em estimular a melhoria dos métodos de produção. Mandou adquirir mudas no estrangeiro, divulgou informações, subvencionou a compra de máquinas, isentou de impostos os fazendeiros que introduzissem novas técnicas, premiou as invenções nesse campo, nomeou comissões para estudar, em outros centros produtores, os melhoramentos da cultura da cana e fabrico do açúcar.

Insistiu em desenvolver o ensino técnico. Chegou-se mesmo a criar, em algumas províncias, centros de ensino destinados a difundir uma técnica mais avançada. Nada disso frutificou. Não bastava a noção de que era necessário abandonar os processos rotineiros. Era preciso que houvesse condições para isso, e elas faltavam. As grandes mudanças econômicas não nascem apenas dos conhecimentos técnicos, mas das possibilidades de se aplicarem esses conhecimentos. Uma economia em crise não oferece essas possibilidades.

Apenas alguns engenhos em condições particularmente favoráveis, situados em terras de boa qualidade, bem servidos por vias de comunicação e próximos aos portos de exportação, puderam inovar os métodos de produção. Nos princípios do século XIX apareceram os primeiros engenhos a vapor: um na Bahia, em 1815, e, dois anos depois, o de Pernambuco. Sua divulgação foi lenta. Em 1857, em Pernambuco, num total de 1.106 engenhos havia apenas 18 a vapor, 346 movidos por água, e os demais eram todos movimentados por animais.[11] Importava-se a maioria dos maquinismos da Inglaterra. Em 1829, instalou-se em Recife um estabelecimento que fabricava peças e chegou a montar em 1836 um engenho a vapor inteiramente fabricado no Brasil. Mas a concorrência inglesa matou a iniciativa. As máquinas continuaram a ser importadas.

Em 1834, começaram a aparecer as fornalhas com crivo. Em meados do século recomendava-se o uso das moendas horizontais e das caldeiras de fundo plano reputadas superiores às circulares. Outro aperfeiçoamento introduzido nessa época foi o aproveitamento do bagaço de cana para aquecimento das caldeiras.[12] Técnicos franceses foram contratados pela administração para melhorar os métodos de fabrico do açúcar. Introduziu-se o sistema de vácuo conhecido por sistema Derosne, com o qual se conseguiu fazer o caldo de cana render mais 40% e de qualidade superior ao que antes se fabricava.

---

[11] *Relatório do Presidente da Província de Pernambuco*, 1857.

[12] *Idem* do Presidente da Província da Bahia, 1857-58, e Re. Pernambucano de Sérgio Teixeira Pascoal.

Alguns fazendeiros mais lúcidos e obstinados lutavam contra a rotina que entravava a produção. Tinham consciência da necessidade de introduziu processos que aumentassem a produtividade da cana, que pelos métodos tradicionais era extremamente baixo – fala-se em 4,5 e 6% de açúcar em relação ao peso da cana.[13]

Uma comissão enviada, em 1853, pelo Governo da Bahia para estudar as técnicas de produção usadas na Europa, Estados Unidos e Cuba, chegou à conclusão de que os terrenos de massapé, salmorão forte, tratados a arado e instrumentos agrários, segundo o sistema usado na Luisiânia, deveriam produzir safras muito melhores. Utilizando aquele sistema e métodos mais aperfeiçoados no fabrico do açúcar poderiam os pretos de enxada produzir dez caixas de açúcar superior, por braço, enquanto que pelos métodos usuais conseguiam apenas duas e meia a três caixas de mau açúcar. O maquinismo necessário a essa melhoria custaria 1$000 a 1$500 por arroba durante um ano: cerca de 50 contos para uma fabricação de 50 mil arrobas.[14]

A despeito de todo o empenho em sacudir a rotina, os progressos foram lentos. Uma relação sobre o estado da Indústria Agrícola Fabril e Mineração nas diversas comarcas de Pernambuco informava, em 1859, que em certas regiões os processos de plantação de cana e fabrico de açúcar eram os mesmos que se empregavam há trinta ou quarenta anos. O método usual de espremer a cana demandava expressiva força motriz, o assentamento das taxas para cozer e purificar o caldo era deficiente; assim sendo, consumia-se grande quantidade de combustível e trabalho. O sistema de purgar era falho. Limitava-se a deitar no açúcar um pouco de barro em que se lançava alguma água. Com isso obtinha-se açúcar escuro e ruim.[15]

Quase vinte anos mais tarde verificava-se, num congresso realizado sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Agricultura, que os processos de fabrico de açúcar eram ainda rudimentares na maioria dos engenhos. Usava-se, em muitos deles, o método do Rev. Padre Labat, com a defecação, evaporação e cozimento a fogo nu. Como conseqüência, o custo da produção era elevado. Alguns poucos engenhos tinham introduzido máquinas mais aperfeiçoadas. Utilizavam o vapor, coziam no vácuo e

---

[13] *Relatório da Província de Pernambuco*, 1844.

[14] *Relatório do Presidente da Província da Bahia e do Ministro do Império*, 1853.

[15] *Relatório do Presidente da Província de Pernambuco*, 1859.

turbinavam a massa cozida. Com isso obtinham grande vantagem, lucrando 30 ou 40% a mais em cada safra. Tais melhoramentos, entretanto, demandavam despesas que variavam entre 50 e 70 contos e só se podiam beneficiar deles os fazendeiros que produzissem safras avultadas. Nove décimos dos estabelecimentos eram constituídos por pequenos engenhos. Esses encontravam-se em situação crítica. Muitas vezes, os senhores, não podendo pagar aos comissários, eram obrigados a entregar-lhes os escravos. Faltos de mão-de-obra e suprimentos, paralisavam os engenhos. Em certas épocas, o preço que recebiam pelo açúcar não cobria sequer as despesas com a produção, impostos e transportes. Apenas nos engenhos bem equipados, onde graças aos métodos mais racionais de trabalho era maior a produtividade, mantinha-se compensadora a produção de açúcar.

A fome crônica de capitais – pagavam-se juros de 12 a 74% ao ano,[16] a situação deficitária da maioria dos pequenos engenhos – tornava impossível a modernização dos métodos de produção. A maioria dos estabelecimentos produzia menos de 1.000 pães, muitos não iam além de 600. A produção em pequena quantidade tinha como resultado o custo elevado do produto. Nos engenhos maiores, mesmo quando se conservavam os métodos rotineiros, o custo de produção era mais baixo. Os pequenos engenhos estavam em estado de liquidação forçada. Multiplicavam-se os de "fogo morto".

Engenhos Centrais

Os Engenhos Centrais, que começaram a se difundir na década dos 70, vieram operar uma verdadeira revolução no processo do fabrico do açúcar. A Lei nº 2.689, de 6 de janeiro de 1875, procurou fomentar os Engenhos Centrais a exemplo do que era feito no Egito, Java, Martinica, Cuba, por meio de garantias de juros e outros favores. O Governo Imperial estimulou a criação dessas empresas, garantindo os juros até 6,5 e 7%. Encarava-se a construção de engenhos centrais como a única maneira de enfrentar a concorrência internacional.

Os novos métodos de fabrico do açúcar, introduzidos com os Engenhos Centrais, impunham maior racionalização do trabalho e favoreciam a transição do trabalho servil para o livre. O sistema escravista não era compatível com as novas condições de produção. Esse fato não escapou, aliás, a alguns contemporâneos. A multiplicação dos Engenhos Centrais e, principalmente, das Usinas na década dos 80 modificou profundamente as estruturas econômicas e sociais do Nordeste.

[16] *Relatório do Ministro da Agricultura*, 1880.

Até 1880 não pareciam muito animadores os resultados dos Engenhos Centrais. A inidoneidade de alguns concessionários, a dificuldade de levar a bom termo as obrigações, a inobservância de algumas cláusulas essências faziam caducar os contratos. A resistência à fundação dos Engenhos Centrais foi muito forte.

O Relatório do Ministério da Agricultura fornecia em 1880 uma relação das concessões feitas pelo Governo até aquela data. Dez para Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, 13 para o Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Bahia. Dois no Pará. Os capitais incorporados variavam entre 300 e 1.000 contos, e a quantidade de cana a ser moída, diariamente, era avaliada entre 150 e 250 mil quilos.

Invasões de capital estrangeiro

O Governo facilitava a concessão de garantias de juros. Houve muita especulação: alguns concessionários venderam na praça de Londres os privilégios obtidos, por alguns poucos contos de réis. A debilidade do capitalismo nacional fez com que houvesse nesse setor uma verdadeira invasão de capitais estrangeiros, principalmente ingleses. Algumas companhias mais poderosas monopolizaram a construção de engenhos no Nordeste. The Central Sugar Factories of Brazil, Limited, na Bahia. The North Brazilian Sugar Factories. General Sugar Factories Limited, a Fives, Lille. A primeira organizou-se em Londres em dezembro de 1881, e em virtude das concessões feitas pelo Governo Imperial e da garantia de juros de 8,5% ao ano sobre 4.200:000$000, comprometia-se a construir engenhos nos municípios do Cabo, Escada, Ribeirão, Água Preta, Jaboatão e Goiana. Em 1884 já colocava em funcionamento quatro engenhos. Na safra de 1885-1886, quatro engenhos moeram 46.510.33kg de cana, produzindo 2.975.370kg de açúcar e 573.250 litros de aguardente.[17] Até 1887 haviam sido feitas 13 concessões para a construção de Engenhos Centrais em Pernambuco: seis beneficiavam a The Central Sugar e sete a The North Brazilian Sugar Factories.

---

[17] *Relatório do Presidente da Província de Pernambuco*, 1882. Fala com que à Assembléia Legislativa da Província de Pernambuco, no dia de sua instalação a 2 de maio de 1887, se dirigiu o Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Pedro Vicente de Azevedo, e Louis Couty, *Pequena Propriedade e Imigração Européia* (1883-84), obra póstuma anotada e precedida de uma introdução biográfica por Alfredo d'Escragnolle Taunay, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, pp. 71 e segs. Fala com que o Sr. Conselheiro Francisco Maria Sodré Pereira abriu, no dia 1º de março de 1883, a A. L. P. 1883. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel entregou ao Exmo. Terceiro Vice-Presidente, Dr. Augusto de Sousa Leão, a administração da Província de Pernambuco, no dia 26 de janeiro de 1885.

Na Bahia a febre de construção de engenhos era a mesma. Em 1880 instalava-se a Fábrica Central do Bom Jardim, aparelhada com os mais recentes melhoramentos e capacitada à moagem diária de 200 toneladas de cana. Nessa mesma época, iniciava-se em Juazeiro a montagem de uma fábrica com capacidade para moer diariamente 250 toneladas de cana. Nos anos seguintes novas empresas foram iniciadas. Por toda parte assistia-se ao mesmo fenômeno. No Maranhão abandonava-se o cultivo do algodão pelo da cana. Construíam-se novos engenhos, dotados de aparelhagem aperfeiçoada. Falhara o princípio dos Engenhos Centrais patrocinados pelo Estado, mas por toda parte surgiam usinas equipadas com máquinas modernas.[18]

Duas técnicas em conflito

A revolução no sistema de produção se processou de maneira lenta, mas irreversível, e arrastou com ela o sistema escravista, apesar dos entraves iniciais ao funcionamento das usinas: dificuldades de articulação entre a lavoura da cana e a nova forma de industrialização, os choques inevitáveis entre os interesses dos antigos senhores de engenho e dos novos industriais, entre duas técnicas, dois sistemas de produção, dois tipos de sociedade, a patriarcal e a empresarial e, finalmente, duas mentalidades: uma apegada à escravidão, outra favorável ao trabalho livre. Parte dos fazendeiros do Nordeste desinteressou-se da manutenção da escravidão. Permaneceram apegados ao sistema escravista os setores rotineiros, incapazes de se adaptar às novas formas de produção.

As condições arcaicas de produção explicam o apego de certos setores açucareiros à escravidão e a impossibilidade em que se encontravam de adotar o trabalho livre. Mesmo quando secas sucessivas assolaram o sertão e fizeram afluir para a zona da mata numerosos refugiados, aumentando a oferta de mão-de-obra, muitos senhores de engenho continuaram pessimistas quanto às possibilidades de substituir o escravo pelo assalariado.

A Millet, senhor de engenho em Pernambuco, parecia em 1876 que, mesmo os engenhos capacitados a safrejar de mil a 1.500 pães para cima,

---

[18] O processo de transição dos antigos engenhos para as usinas foi lento. Ainda em 1907, em Pernambuco, 46 usinas produziam 64% do açúcar. É importante lembrar que em 1820 havia 233 usinas em todo o país. Essas usinas, entretanto, produziam apenas 34,5% do açúcar fabricado no Brasil. O restante era produzido em 58.536 estabelecimentos rurais, o que equivale a dizer que o trabalho de uma usina correspondia ao de 100 engenhos comuns.

Segundo o recenseamento de 1920, havia 18.161 trabalhadores empregados nessas usinas, ou seja, aproximadamente 78 homens por usina.

só continuariam trabalhando enquanto houvesse escravatura, pois não contariam com braços livres nacionais, nem tampouco com a colonização européia. Só os grandes engenhos, de modernas instalações, poderiam, a seu ver, prescindir do escravo.

"A realidade é que em tempos normais o salariato rural é insuficiente para fornecer à Agricultura, como se acha hoje organizada, o suprimento de braços de que precisa e, por conseguinte, seria loucura contar com ele para suprir a falta dos 30 ou 40 mil braços escravos que ainda estão empregados nos nossos engenhos", escrevia ele, nessa época. Invocando sua experiência como senhor de engenho, afirmava categoricamente que não era possível contar com o trabalhador assalariado para o suprimento regular de serviço braçal, a tempo e a hora, como exigiam os trabalhos do campo e do fabrico do açúcar. A hipótese de um engenho trabalhar com homens livres parecia-lhe uma utopia.

Nas zonas cafeeiras repetia-se o que sucedia no Nordeste: os setores escravistas eram aqueles onde se concentrava maior número de escravos e onde se conservavam métodos tradicionais e rotineiros de trabalho. Os setores mais dinâmicos que modernizaram os métodos de produção evoluíram para o trabalho livre. Em São Paulo, os fazendeiros do Centro e Oeste paulista introduziam em suas fazendas máquinas de beneficiar café e faziam experiências com o trabalho livre, empenhavam-se em estimular a imigração. Martinho Prado, representando a opinião dos grupos mais avançados, afirmava na Câmara que um colono valia três escravos. Enquanto isso, a maioria dos proprietários do Vale do Paraíba, atingidos pela decadência de seus cafezais, permanecia apegada a métodos rotineiros de produção e conservava-se alheia àquelas iniciativas. Para eles, o escravo continuava a ser a mão-de-obra preferida, a única apta para os trabalhos da grande lavoura. Em 1884, observava Couty que, à exceção de São Paulo, onde o número de imigrantes era suficiente para suprir em parte a lacuna deixada pelos negros mortos ou libertos, os proprietários nada haviam feito para substituir os escravos. No Vale do Paraíba, acreditava-se ainda que não era possível produzir café sem o escravo e continuava-se teimosamente a afirmar que o colono não servia para a grande lavoura.

Os fazendeiros do Vale do Paraíba, cujas plantações tinham entrado em declínio, produzindo 20 a 30 arrobas por mil pés, quando no Oeste obtinham-se 80 a 100, não podiam substituir os escravos que morriam, nem melhorar os engenhos ou despender as somas necessárias à instalação de colonos. Não estavam aptos a concorrer no mercado de trabalho com

as zonas onde o nível de salário era mais alto. Mantinham-se apegados ao escravo que, na década dos 80, representava a maior parte do seu patrimônio. Tratavam de compensar a baixa produtividade dos seus cafezais, ampliando o horário de trabalho dos escravos, confiando-lhes um número cada vez maior de pés de café. Indignava-lhes o procedimento dos fazendeiros do Oeste paulista, que pareciam desinteressar-se do sistema escravista e que assistiam quase indiferentes ao avanço do Abolicionismo.

Numa carta dirigida a Francisco de Paula Rodrigues Alves, um ano antes da abolição, Rodrigues de Azevedo, fazendeiro em Lorena, manifestava amargurado sua opinião sobre a situação da lavoura. Suas palavras interpretam vivamente o ponto de vista dos fazendeiros do Vale do Paraíba (do Norte, como se dizia então), que se sentiam ameaçados pela perspectiva da Abolição, e revelam a funda divergência que os separava dos fazendeiros do Oeste paulista.

> "Infelizmente o Norte não é igual ao Oeste, onde a uberdade da terra e a grande produção convidam ao trabalho livre e dão-lhe compensação. Aqui não temos e nem poderemos ter colonização tão cedo, enquanto não houver uma transformação na cultura, não se pode dispensar o braço escravo ou nacional. Qual seria o colono que quererá tratar mil pés de café para colher vinte arrobas? Mas por essa mesma razão não podemos ser desprezados ou sacrificados aos nossos irmãos que são ricos: ao contrário, seria de bom governo sacrificar aqueles e estes (...). Não vejo razão para se querer impor-nos uma opinião que não temos e um procedimento igual ao daqueles que, sendo ricos, podem dispensar certos serviços que nós não estamos em condição de fazê-lo. Se acham que presentemente o trabalho escravo já não remunera o produtor e é um ônus para os que dele se utilizam, que libertem os seus os que assim pensam, independentemente de lei, mas não venham obrigar aos que de modo contrário e por necessidade divergem de semelhante inteligência a terem igual procedimento.
>
> O Norte de São Paulo e a Província do Rio, desgraçadamente, se vêem em idênticas circunstâncias: para nós a imigração é um sonho difícil de realizar-se, e as medidas que o Poder tomar com relação a ela nos servirão igualmente."[19]

[19] Aroldo de Azevedo, *Última Etapa da Vida do Barão de Santa Eulália. O Ocaso do Segundo Império através de Documentos Inéditos*, in *Revista de História*, n^os^. 10-417, 431, abril-junho, 1952, p. 427.

De fato, os imigrantes que vieram em 1885, destinados a lavouras do Vale do Paraíba, recusaram-se a contratar com lavradores dessa região e foram recolhidos à Hospedaria de Imigrantes, de onde seguiram para o Oeste da Província.[20] Referindo-se à situação dos fazendeiros do Vale do Paraíba e à preferência que os imigrantes demonstravam pelo Oeste, comentava, em 1888, Rodrigues Alves:

> "Em verdade não podem estes proprietários dar ao imigrante, em toda a extensão de seus prédios, as vantagens que encontram nas zonas mais férteis e de trabalho mais cômodo e remunerador. Estabelecido em terreno depauperado, é certo ainda, o imigrante não se conservará nele se tiver notícia de mais vantajosa colocação..."[21]

Enquanto os proprietários de escravos do Vale do Paraíba se debatiam inutilmente, os fazendeiros do Oeste paulista encontravam na imigração italiana a solução definitiva para a questão do braço.

6. NOVAS PERSPECTIVAS PARA A IMIGRAÇÃO E TRABALHO LIVRE

As condições gerais tinham-se tornado mais favoráveis à imigração. Os preços do café mantinham-se elevados e as lavouras cafeeiras estavam em contínua expansão. A mão-de-obra escrava tornava-se cada vez mais cara e difícil de ser adquirida. Os preços de escravos estavam sempre aumentando. Entre 1876 e 1880 atingiram os mais altos níveis, passando de um conto e quinhentos a dois e quinhentos e até três. O sistema escravista desaparecia em outras áreas do mundo e era universalmente condenado. A pressão abolicionista fazia-se sentir no Brasil. A escravidão não mais existia nos Estados Unidos. Nas Antilhas Francesas não havia mais escravos desde meados do século. Em 1873 abolia-se a escravidão em Porto Rico e, em 1880, em Cuba. A pressão abolicionista crescia no Brasil.

---

[20] Relatório com que o Dr. Francisco Antônio Sousa Queirós Filho, Vice-Presidente da Província de São Paulo, passou a administração ao Vice-Presidente, Dr. Elias Antônio Pacheco Chaves, São Paulo, 1885.

[21] Relatório com que o Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves passou a administração da Província de São Paulo ao Dr. Francisco Antônio Dutra Rodrigues, Vice-Presidente, em 27 de abril de 1888.

A melhoria dos sistemas de transportes e das vias de comunicação, o aperfeiçoamento dos processos de beneficiamento do café e de fabrico do açúcar, o crescimento da população livre, o esboço de uma economia de mercado, modificavam as condições da economia e criavam maiores possibilidades para o trabalho livre.

Custo da manutenção dos escravos

O trabalho escravo comparado ao livre tornava-se cada vez mais improdutivo. Esse fato se evidenciava nas regiões em que graças àquelas transformações foi possível maior racionalização dos métodos de trabalho. Dentro das novas condições de produção já não era necessário manter mobilizada todo o tempo a força de trabalho. Convinha mesmo dispensá-la uma parte do ano, pois a manutenção do escravo era onerosa, chegava em certas regiões a 18 e até 20 mil-réis mensais. Havia ainda a considerar o capital empatado e imobilizado que ele representava e que tendia a desaparecer com a morte do escravo. Os salários variavam entre 25$000 e 30$000, com comida. Os fazendeiros das áreas mais prósperas começavam a encarar o trabalho livre como sendo mais vantajoso que o escravo e se empenhavam em promover a imigração.

No exterior, as condições tornavam-se mais propícias à imigração para o Brasil. Os Estados Unidos, que durante o século XIX tinham absorvido quase toda corrente imigratória, começavam a dificultar a entrada de novos imigrantes. Por outro lado, as transformações políticas ocorridas na Itália com a Unificação provocaram uma emigração em massa das populações rurais. Entre 1873 e 1887 mais de 60 mil pequenas propriedades foram tomadas pelo fisco por falta de pagamentos de impostos e entre 1881 e 1901 o número de propriedades perdidas pelos "contadini" elevava-se a mais de 200 mil. O pauperismo atingia as zonas rurais, que se tornavam focos de imigração. O imigrante italiano adaptou-se melhor à lavoura cafeeira do que os suíços e alemães.

Fase da imigração subvencionada

A administração da Província de São Paulo, identificando-se com os interesses dos fazendeiros, procurou por todos os meios estimular a vinda de imigrantes. Já em 1871, baixava uma lei autorizando o Governo a emitir apólices até 600 contos para auxiliar o pagamento das passagens de imigrantes. Seria atribuída a cada pessoa a quantia de 20 mil-réis. Por contrato com o Governo Imperial essa verba foi elevada a 100 mil-réis. Inaugurava-se, assim, a fase da imigração subvencionada. Em 8 de agosto de 1871 constituía-se a Associação Auxiliadora da Colonização, congregando importantes fazendeiros e capi-

talistas de São Paulo. Em 1874 ela recebia 100 contos como auxílio para o financiamento das passagens dos imigrantes.

Na década dos 80 numerosos créditos foram concedidos pelo Governo Provincial para auxiliar a imigração. Com igual objetivo tomaram-se várias outras medidas. Entre 1881 e 1891 as despesas feitas pelo Tesouro do Estado com a colonização e imigração montaram a 9.244:226$550. Os fazendeiros interessados na imigração encontravam meios de conduzir o Estado na direção de seus objetivos. Pressionavam a Assembléia Legislativa e o Governo Provincial. Inutilmente, os setores mais rotineiros do Vale do Paraíba tentaram opor-se àquelas medidas que empenhavam toda província numa iniciativa que beneficiava particularmente a um grupo. Os fazendeiros do Oeste paulista conseguiram impor sua vontade.

Multiplicaram-se os organismos interessados na imigração. A ascensão à Presidência da Província de São Paulo do Barão de Parnaíba, Antônio de Queirós Teles, um dos pioneiros da introdução de colonos nas fazendas, muito favoreceu o movimento. Em poucos anos entraram mais imigrantes na Província de São Paulo do que nos últimos 25 anos. Entre 1871 e 1886 chegaram pouco mais de 40 mil. Nos dois anos seguintes entraram 122 mil. Foi, portanto, a partir de 1885-1886 que se incrementou a imigração.

Até então o trabalho na maioria das fazendas de café continuava a ser em grande parte executado pelo escravo. Calculava-se nessa época que havia, em todo o país, cerca de 400 mil escravos dedicados à lavoura de café e 800 mil empregados em outras culturas e na criação. A participação do trabalhador livre era ainda pequena. Apenas uma ou outra fazenda era composta exclusivamente de colonos.

A escravidão começou a ser vista como um dos entraves à promoção da desejada corrente imigratória. Em 1875 escrevia João Elisário de Carvalho Montenegro, proprietário das colônias Nova Louzã e Nova Colômbia – consideradas, na época, modelares – que enquanto existisse no Brasil "essa mancha negra chamada escravidão" não poderia haver imigração. Comentava que os estrangeiros tinham certa repugnância e prevenção em trabalhar lado a lado com escravos e afirmava que a permanência do sistema escravista dava azo para que na Europa se espalhasse uma série de idéias desmoralizadoras sobre o Brasil. Concluía afirmando que a falta de braços para a grande lavoura decorria em parte da permanência da escravidão.[22]

---

[22] *Colônia Nova Louzã e Nova Colômbia*, relatório apresentado ao Presidente da Província de São Paulo, em 6 de fevereiro de 1875, por João Elisário de Carvalho Montenegro, São Paulo, 1875.

Muitos fazendeiros pensavam como ele e não só se desinteressaram da manutenção do sistema escravista, como se propuseram a eliminá-lo.

7. POSIÇÃO DOS FAZENDEIROS DIANTE DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA

Os agentes do Abolicionismo

Em virtude das transformações no sistema de produção, forma-se nas zonas rurais – tanto no Nordeste como no Sul – um grupo de fazendeiros desvinculado do sistema escravista, acessível ao Abolicionismo e, em certos casos, diretamente interessados na extinção da escravatura. A adesão deste grupo às idéias de trabalho livre possibilitou a vitória final do Abolicionismo no Parlamento e explica em grande parte o caráter relativamente prático do movimento. De maneira geral, entretanto, a Grande Lavoura tradicional, isto é, rotineira, resistiu ao Abolicionismo, às vezes até mesmo de armas na mão. Alguns setores permaneceram até o fim contrários à abolição, que implicava não só a modificação do sistema de trabalho, como o abandono da visão senhorial do mundo e a renúncia a uma série de valores a ela relacionados. Para muitos a abolição representaria a perda do *status* social.

As idéias abolicionistas encontraram maior adesão nos núcleos urbanos, entre os grupos sociais menos vinculados à escravidão.

Não havia no país, nessa época, uma linha divisória nítida entre burguesia e aristocracia rural. Muitos dos advogados, médicos, engenheiros, professores, funcionários burocráticos provinham diretamente das camadas senhoriais. Quando não estavam ligados a ela por laços de família, seus interesses econômicos e financeiros giravam na sua órbita. Estavam, às vezes, comprometidos com a visão senhorial do mundo. Não dependiam, entretanto, diretamente do trabalho escravo e por isso se sentiam mais à vontade diante da propaganda abolicionista.

Foram, em geral, favoráveis à abolição os representantes das classes urbanas, que começavam a ganhar importância em virtude das transformações econômicas que se processavam no país: o desenvolvimento das vias férreas, o aparecimento das primeiras empresas industriais, companhias de seguro, organismo de crédito, incremento do comércio varejista. Igualmente favoráveis à libertação dos escravos foram os grupos artesanais – trabalhadores livres, nacionais ou estrangeiros – que encontravam novas oportunidades de emprego. Sua colaboração foi decisiva na ação revolucionária desencadeada na década dos 80. Os "caifazes" de Antônio Bento,

que atuavam em São Paulo provocando a fuga de escravos das fazendas, preocupando proprietários, ameaçando feitores, surrando capitães-do-mato, recrutaram-se principalmente nessas categorias: advogados, jornalistas, tipógrafos, cocheiros, ferroviários, médicos e negociantes.

Caráter urbano do movimento abolicionista

O movimento abolicionista foi essencialmente urbano, mesmo quando se estendeu às senzalas, levando a insurreição às massas escravas com o intuito de acelerar as reformas necessárias. A população rural permaneceu, em geral, indiferente à sorte dos escravos. Nabuco verberava, em 1884, a atitude dessas classes que desconheciam seus próprios interesses:

> "Não é conosco, os que levantamos o grito de abolição que se unem essas vítimas impassíveis do monopólio territorial, é com os outros que levantam o grito da escravidão, da escravidão que as esmaga, sem que elas o saibam, porque as comprime desde o berço".[23]

Posição dos estrangeiros em face da Abolição

O comportamento dos imigrantes foi mais consciente. Muitos deles foram apanhados doutrinando escravos, concitando-os à insurreição, discursando sobre as injustiças do cativeiro. Com exceção de alguns mercadores portugueses e um pequeno número de norte-americanos, moradores em São Paulo, a maior parte dos estrangeiros estabelecidos no país foi favorável à Abolição.[24]

Os negros e libertos tiveram papel importante no movimento abolicionista. Apesar da indiferença de muitos ex-escravos pela sorte de seus semelhantes, foram numerosos aqueles que se aliciaram ao movimento. A rebelião das senzalas nos últimos anos da escravidão foi decisiva para a desagregação final do sistema escravista.

A propaganda abolicionista e as perspectivas de libertação tornaram o cativeiro mais difícil de suportar. A coexistência do trabalho livre e escravo fazia saltar aos olhos a injustiça da instituição. Viajando pelas Províncias de São Paulo e Rio de Janeiro em 1883, tinha-se a impressão de que era iminente uma revolução social. Por toda parte havia sinais de inquietação: fugas, revoltas, crimes cometidos por escravos aumentavam a tensão. Os negros recusavam-se a obedecer e encontravam, muitas vezes, apoio e simpatia entre a população livre.

[23] Joaquim Nabuco, *Campanha Abolicionista do Recife*, Rio de Janeiro, 1885.

[24] Santana Nery, *Le Brésil en 1889*, Paris, 1889, p. 490.

Argumentos escravistas e antiescravistas

À medida que enfraqueciam as bases econômicas do sistema escravista, os argumentos antiescravistas ganhavam peso. Ninguém mais ousava fazer a defesa doutrinária da escravidão. Todos se diziam emancipadores; entretanto, insistiam em frisar que a situação em que vivia o escravo era superior à do jornaleiro europeu. Faziam questão de acentuar que, no Brasil, a escravidão era mais branda do que em outros países, que aqui os senhores eram benevolentes e que as relações entre senhores e escravos caracterizavam-se por um tom paternal. Chegavam a afirmar que os escravos tinham vivido felizes até o momento em que as idéias subversivas divulgadas pelos abolicionistas criaram o descontentamento. Acusavam os abolicionistas de pintarem um quadro demasiado sombrio da escravidão. Em tese, eram favoráveis à emancipação gradual, desde que fossem salvos os direitos de propriedade, isto é, indenizados os proprietários. Mas quando qualquer medida emancipadora era proposta faziam-lhe tremenda oposição. Invocavam o direito de propriedade, acusavam os abolicionistas de "comunistas", de agitadores, que não tinham nada a perder e estavam pondo em risco a segurança pública e a riqueza nacional. Diziam que o movimento abolicionista não tinha raízes na opinião pública, era um movimento artificial promovido por um grupo de anarquizadores da ordem pública, que pregavam doutrinas subversivas e ilegais, ameaçando os mais graves interesses da nação, mantidos e criados à sombra protetora das leis do país. Julgavam sempre prematura qualquer medida emancipadora que não fosse preparada por estudos prévios, estatísticas e reformas profundas, tais como a colonização, a construção de vias férreas e de canais.

Retórica escravista e veemência abolicionista

Em 1871 considerava-se um atentado, um roubo, um esbulho, uma inspiração comunista, o projeto que pretendia libertar os nascituros. Um deputado afirmou, num tom a gosto da retórica do tempo, que o projeto "desfraldava as velas por um oceano onde navegava também o navio pirata denominado Internacional". Acusou-se o Governo de estar comprometendo seriamente o futuro da Nação, permitindo que a questão fosse discutida no Parlamento. Falou-se nos perigos de agitação social e na miséria que adviria se fosse abolida a escravidão no país.

Não menos veemente eram os abolicionistas. Diziam que a escravidão constituía um entrave ao desenvolvimento econômico do país, impedia a imigração, inibia a mecanização da lavoura, criava uma riqueza falsa que o brocardo: "Pai rico, filho nobre, neto pobre", bem retratava. Repetiam argumentos já tantas vezes enumerados desde os tempos da Indepen-

dência; a escravidão corrompia a sociedade, a família, estimulava o ócio e a imprevidência, deturpava senhores, aviltava escravos, corrompia a língua, a religião e os costumes, contrariava o direito natural. Aos tradicionais argumentos fornecidos pelo pensamento ilustrado, pelas doutrinas da economia clássica e pelo romantismo somavam-se agora argumentos oriundos do positivismo. A escravidão, diziam os positivistas, era um estado anacrônico e transitório que acabaria por ser eliminado.

As ideologias curvavam-se entretanto aos interesses econômicos. O grupo positivista dividiu-se. Havia os que, como Miguel Lemos, eram favoráveis à Abolição sem indenização e os que, como Pereira Barreto ou Ribeiro de Mendonça, preconizavam a emancipação gradual. Uns e outros invocavam os mestres do positivismo para justificar suas posições.

Progressos do Abolicionismo. A imprensa e a literatura

Até os anos 70 as idéias antiescravistas encontraram escassa repercussão junto à opinião pública. Os projetos apresentados ao Parlamento visando a melhorar as condições de vida dos escravos despertaram forte resistência.

A literatura, que durante muito tempo fornecera uma imagem convencional do negro, tornara-se aos poucos mais consciente dos problemas criados pela escravidão. Dos poetas, foi Castro Alves o que melhor encarnou essa tendência. Na prosa, foi Macedo, em *Vítimas e Algozes*, quem personificou melhor, nessa época, a literatura militante.

A partir da guerra do Paraguai cresceu o número de obras desse gênero: contos, novelas, peças de teatro, romances, folhetins e panfletos, escritos com o fito de lutar contra a escravidão. Multiplicaram-se os jornais abolicionistas. A imprensa preparava a opinião pública para aceitar as idéias emancipadoras.

As alforrias multiplicavam-se. Libertavam-se escravos por ocasião das festas de batizado, casamento, formaturas e outras comemorações. Organizavam-se centros abolicionistas com o objetivo de auxiliar a emancipação dos escravos e esclarecer a opinião pública. Os abolicionistas procuravam demonstrar a ilegalidade da propriedade escrava. Para isso evocavam a Lei de 1831, que proibira a entrada de negros no Brasil e considerara livres todos os que fossem introduzidos a partir de então. Baseando-se nessa lei, moveram intensa campanha em prol da emancipação de escravos. Em São Paulo ficou famosa a atuação de Luiz Gama, ex-escravo, advogado que muito batalhou pela Abolição, defendendo na justiça a causa dos africanos ilegalmente escravizados.

Desenterrar a lei, cujos efeitos tinham sido anulados pelo costume, era ameaçar a propriedade escrava, pois a maioria dos escravos era constituí-

da de negros entrados posteriormente a 1831 ou seus descendentes. Sua escravização era, portanto, ilegal. A consagração da lei pelos tribunais que deram ganho às causas impetradas em seu nome levou o pânico aos proprietários. O espectro da Lei de 1831 assustou os defensores da ordem estabelecida. Temiam que, confirmado esse princípio pelos tribunais, fosse liberta do cativeiro a maioria dos escravos.

8. RESISTÊNCIA DA GRANDE LAVOURA E EMANCIPAÇÃO

A Lei do Ventre-Livre foi votada dentro desse clima de apreensão das camadas senhoriais, apesar da resistência dos meios políticos em discutir a questão servil. No Parlamento tinha-se tornado do domínio público. À vista disso, os políticos converteram a idéia de emancipação num instrumento de ação política. A inquietação vinha das ruas para o Parlamento e para lá voltava reforçada pelo calor das discussões. A lei foi aprovada depois de intensa campanha que agitou profundamente a opinião pública e contribuiu para que as posições se radicalizassem.

Conservadores e liberais, esquecidos das suas rivalidades partidárias, associaram-se para fazer oposição ao projeto. O mesmo sucedeu mais tarde, em 1884, quando se discutiu e votou o projeto que emancipou os sexagenários. A questão servil colocava-se acima dos interesses partidários. No Parlamento, a oposição ao projeto foi feita principalmente pelos representantes das zonas cafeicultoras, onde prevaleciam ainda os interesses escravistas.

Apesar do tom veemente com que os opositores do projeto se manifestaram na Câmara, ele, na verdade, representava apenas uma medida protelatória, uma concessão às exigências dos radicais. Estabelecia que os filhos de mulher escrava que nascessem no Império, a partir da data da lei, seriam considerados livres. Estipulava que o proprietário deveria criar os menores até a idade de 8 anos, quando poderia optar por entregá-los ao Governo e receber a indenização de 600$000 ou mantê-lo consigo até a idade de 21 anos, utilizando-se dos seus serviços como retribuição aos ônus de seu sustento. Consagrava-se, assim, o princípio da indenização e perpetuava-se o sistema escravista.

O Fundo de Emancipação

A maioria dos senhores optou pela cláusula de prestação de serviços, e a situação dos ingênuos – isto é, daqueles que segundo a lei nasciam livres – continuou a mesma. A lei mudava a condi-

ção jurídica do filho da escrava, mas o mantinha de fato na mesma situação até os 21 anos. Criava-se ainda um Fundo de Emancipação destinado a libertar anualmente certo número de cativos em cada província. Até 1885, entretanto, pouco mais de 10 mil haviam sido libertos em todo o Império pelo Fundo de Emancipação, enquanto as alforrias concedidas espontaneamente por particulares subiam a 60 mil. Essas cifras eram insignificantes tendo em vista o total da população escrava.

Os setores apegados ao sistema escravista esperavam encerrar, com a Lei do Ventre-Livre, a campanha parlamentar pela libertação do escravo. Afirmavam que com o passar dos anos estaria a escravidão extinta no país. Bastava aguardar seus efeitos.

A partir do momento em que a Lei do Ventre-Livre foi votada, os mais ferrenhos opositores converteram-se em seus defensores e opuseram-se a novas medidas. Os antiescravistas, entretanto, não se deram por satisfeitos. Rui Barbosa calculava que, se fossem esperados os efeitos da lei, a escravidão só estaria extinta nos meados do século XX.

O movimento abolicionista recrudesceu a partir de 1880. Dessa época em diante manifestou-se uma nítida oposição na Câmara entre a maioria dos representantes das Províncias do Nordeste (favoráveis à discussão da questão escravista no Parlamento e à ampliação das medidas emancipadoras) e os representantes das províncias cafeicultoras, favoráveis, na sua maioria, à manutenção do *status quo*.

Os abolicionistas desencadearam intensa campanha promovendo conferências, quermesses, festas beneficentes, comícios em praça pública. Mais violentas e eficazes eram as atividades de certos grupos que promoviam a fuga de escravos. Desorganizava-se o trabalho nas fazendas. Para reter os escravos os senhores viam-se obrigados a libertá-los com cláusulas de prestação de serviços.

Nas Províncias menos vinculadas ao sistema escravista a emancipação avançava rapidamente. Em 1884 a escravidão estava extinta no Amazonas e no Ceará. No Parlamento voltava-se a discutir a questão. As opiniões divergiam. Entre os abolicionistas havia os que acreditavam ser mais conveniente a emancipação gradual, por métodos prudentes, e os que almejavam a abolição total e definitiva e apelavam para a revolta da senzala, como o meio mais eficaz para consegui-la. Para uns, como Nabuco, a causa devia ser ganha no Parlamento; para outros, como Patrocínio ou Lopes Trovão, nas ruas e nas senzalas. A ação dos agitadores preparava e reforçava a atuação dos parlamentares moderados.

Nos centros de maior concentração de escravos, como nas zonas açucareiras de Campos, ou nas áreas cafeeiras do Rio de Janeiro e São Paulo, a tensão entre senhores de escravos e abolicionistas aumentava. Em algumas regiões, os fazendeiros, de armas na mão, procuravam defender sua propriedade ameaçada e investiam contra os abolicionistas. Fundavam clubes secretos e organizavam uma milícia. Os juízes e funcionários que favoreciam os escravos eram ameaçados, os abolicionistas perseguidos e às vezes expulsos das zonas rurais. No Parlamento choviam representações contra o movimento abolicionista.

> "Este grupo de demolidores que ora se congregam no país promovendo propaganda com o fim de abolir os escravos – dizia uma das representações – é o mesmo que na Rússia formou o partido *niilista*, na Alemanha o socialista, assim como na Europa, o comunista. Estejamos, pois, precavidos contra estes desordeiros que preferem a luta renhida e o sangue a correr em rios a ver a questão regularmente marchando e pacificamente terminada."

Dentro desse ambiente de agitação, Dantas foi chamado a formar Ministério. Apresentou-se à Câmara com o firme propósito de levantar de novo a questão escravista. Seu programa era moderado e podia resumir-se numa frase que ele próprio usou no Parlamento: "Nem recuar, nem parar, nem precipitar." Provocou, entretanto, enorme reação na Câmara e fora dela. Nas ruas, na imprensa, no campo, por toda parte repercutiu o clima de tensão criado na Corte. O projeto apresentado à Câmara propunha apenas a emancipação dos sexagenários. O único aspecto que poderia ser considerado revolucionário era o fato de conceder a liberdade sem qualquer indenização ao escravo de 60 anos. No mais, o projeto não tinha nada de radical. Obrigava o liberto que preferisse permanecer na fazenda a prestar serviços compatíveis com suas forças. Estabelecia um imposto progressivo para transmissão de escravos. Ampliava o fundo de emancipação. Determinava nova matrícula de escravos e obrigava o liberto a continuar residindo por mais cinco anos, a contar da alforria, no município onde vivera até então.

Rui Barbosa fez a defesa do projeto e alertou os que se opunham a ele.

> "As vossas vitórias aparentes reverter-se-ão contra vós. De cada uma delas, o espírito libertador reverter-se-á mais poderoso, mais exigente,

> mais afoito, reencarnado em um plano mais amplo. As concessões moderadas, que hoje recusardes, amanhã não satisfarão ninguém"

– dizia ele profeticamente. De nada adiantaram suas advertências. Votada a confiança ao Ministério, mais uma vez se comprovou que a questão estava acima dos partidos. As bancadas das Províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas manifestaram-se quase maciçamente contra o Ministério. Os liberais votaram contra seu próprio partido. Entre os representantes dessas três Províncias, apenas sete votaram a favor.

No Parlamento multiplicavam-se as representações contrárias ao projeto. O Centro do Café, os Clubes da Lavoura e a Associação Comercial solidarizaram-se na oposição. Considerou-se a política do Ministério antinacional.[25] Diz-se que o projeto viria criar "um novo mal" desconhecido até então: o ódio entre as raças, ódio do senhor contra o escravo, do escravo contra o senhor.[26] De lado a lado empregaram-se todos os recursos de retórica então em moda. Declamaram-se discursos exaltados e vazios.

A imprensa subvencionada pelos proprietários investia contra o projeto e contra os abolicionistas. O pensamento da lavoura tradicionalista era manter-se dentro da Lei do Ventre-Livre e aguardar que a escravidão se extinguisse naturalmente. Seu lema era: nenhuma concessão, sem indenização. A oposição foi tal, que derrotou o Ministério Dantas. O projeto, depois de refundido pelo Ministério Saraiva, que o sucedeu, acabou convertido em lei alguns meses após no Ministério Cotegipe. Algumas modificações importantes tinham sido introduzidas. Prolongara-se o prazo para a libertação do escravo e respeitara-se o princípio de indenização. Foram impostas severas penalidades aos que ocultassem escravos fugidos, ampliara-se o Fundo de Emancipação, estabelecendo-se para isso várias taxas. Firmava-se o princípio de que toda a nação deveria arcar com o ônus da emancipação, mas isentava-se o setor exportador, aliviando-se assim as classes rurais.

As camadas senhoriais, temerosas da agitação, pretendiam com essa lei fazer uma concessão, que, sem ir muito longe, pudesse deter a marcha subversiva.

Cisão no grupo cafeeiro

Por ocasião da discussão do projeto evidenciara-se a cisão do grupo cafeeiro. Os representantes do Oeste paulista votaram favoravelmente ao projeto. Essa atitude provocou descon-

---

[25] *Anais*, 1884, vol. III, p. 8.

[26] *Idem*, p. 118.

tentamento entre os demais que continuavam apegados à escravidão e confiavam que o Governo só libertaria os escravos mediante indenização.

A escravidão estava, entretanto, condenada. Daí por diante a desagregação do sistema escravista nas zonas rurais acentuou-se rapidamente. Para isso muito contribuíram as fugas dos escravos, que abandonaram em massa as fazendas, sob o olhar indiferente das tropas chamadas para recambiá-los. Multiplicavam-se os choques entre o povo e as autoridades que tentavam garantir a ordem e reprimir as fugas. Os fazendeiros, incapazes de impedir a fuga dos escravos, preferiam libertá-los com cláusulas de prestação de serviços. Esperavam poder contar com mão-de-obra por mais alguns anos. Muitos não conseguiram nem mesmo assim conservar os seus trabalhadores. Os escravos continuavam, instigados e dirigidos pelos abolicionistas, abandonando o trabalho e se encaminhando para outras fazendas, onde eram contratados como assalariados. Os fazendeiros, mesmo os mais recalcitrantes, viam-se forçados a aceitar essa situação imposta pela agitação que se generalizara nas zonas rurais. Em São Paulo, o Partido Republicano paulista, composto na sua grande maioria por fazendeiros de café do Oeste paulista, que tergiversara longamente diante da questão escravista, acabou por aprovar em 1887 um parecer decidindo que os republicanos libertariam seus escravos até 14 de julho de 1889.

O processo abolicionista acelerava-se. A agitação crescia. Em 1887, Nabuco, no Parlamento, apelava para o exército: que se rebelasse contra o papel de capitão-do-mato, caçador de negro fugido que lhe estava sendo reservado. Pouco depois decidiram os militares enviar à Princesa uma representação solicitando que fossem desobrigados de tão desonrosa tarefa.

A escravidão perdia suas últimas bases. A tal ponto havia chegado a situação que, em São Paulo, a Assembléia Provincial solicitou ao Parlamento que fosse feita a emancipação. A desordem e a agitação tinham criado para a vida social e econômica da Província uma situação perigosa e insustentável.

"Reabrindo-se a Câmara em 1888 estava-se diante de uma situação de fato: João Alfredo, que a chamado da Regente organizara um novo ministério, anunciava a apresentação da proposta do Poder Executivo para que se convertesse em lei a extinção imediata e incondicional da escravidão."

Apenas nove deputados votaram contra a aprovação do projeto, oito dos quais representavam a Província do Rio de Janeiro. Expressavam assim o último protesto da lavoura fluminense, a mais atingida pela Abolição.

O legado da escravidão

A lei de 13 de maio veio dar o golpe de morte numa economia em crise e significou, para a maioria dos fazendeiros do café das zonas mais antigas e para um grande número de senhores de engenho do Nordeste, a perda do *status*. As áreas onde se conservavam as estruturas arcaicas e os métodos rotineiros de produção foram as mais afetadas pela extinção da escravatura.

Com a Abolição houve um deslocamento do poder político. Acelerou-se a decadência da oligarquia tradicional que detivera o poder durante o Império e se identificara com a Monarquia. Abalaram-se os fundamentos sociais do sistema monárquico no Brasil. No ano seguinte era proclamada a República. O poder econômico concentrou-se nas áreas mais dinâmicas. No Oeste paulista o café cultivado nas terras roxas produzia safras nunca vistas. Tinham-se aperfeiçoado os métodos de beneficiamento do café, construído ferrovias que revolucionaram o sistema de transportes e experimentara-se o trabalho livre. Formara-se um novo grupo social, uma nova oligarquia que irá controlar o poder político durante a Primeira República.

Depois da Abolição não se realizaram os vaticínios sombrios daqueles que auguravam uma catástrofe nacional. Apesar da momentânea desorganização do trabalho e da decadência rápida de certas áreas, o ritmo de desenvolvimento econômico do país acelerou-se. Removidos os entraves à entrada de imigrantes, eles afluíram em grande número para as zonas mais novas. Atendiam-se assim as necessidades da lavoura em expansão e possibilitava-se a organização das fazendas em moldes mais modernos e racionais. Mas as condições de vida do trabalhador rural não mudaram muito. As fazendas de café organizaram-se em grandes unidades exportadoras, cujos rendimentos continuaram a depender em grande parte das oscilações de preço no mercado internacional. Muitos dos preconceitos elaborados durante a época da escravidão permaneceram inalterados.

Abriam-se, entretanto, novas possibilidades de ascensão social. O incipiente processo de urbanização e as tentativas de desenvolver a indústria, a construção de ferrovias, a organização de instituições de crédito, o incremento do comércio criavam novas perspectivas. Ao mesmo tempo a expansão cafeeira e o deslocamento da fronteira econômica para oeste favoreciam a mobilidade social.

As novas oportunidades foram aproveitadas pelos imigrantes. Os ex-escravos, marcados pelo legado da escravidão, não conseguiram, salvo raras exceções, competir com o estrangeiro no mercado de trabalho, e a maioria continuou como trabalhador de enxada, num estilo de vida seme-

lhante ao de outrora. Alguns, atraídos pela miragem da cidade, aglomeraram-se nos núcleos urbanos, onde passaram a viver de expedientes, incumbindo-se das tarefas mais subalternas. Outros abandonaram as fazendas e dedicaram-se à cultura de subsistência. A liberdade significava para eles a possibilidade de escolher com quem, quando e como trabalhar, e, principalmente, o direito de não fazer nada. O esquema de vida a que estavam habituados dificultava-lhes a adaptação ao trabalho livre. O negro será um marginal e desenvolverá formas de comportamento típicas do marginalismo.

Como a Abolição resultara mais do desejo de livrar o país dos inconvenientes da escravidão do que de emancipar o escravo, as camadas sociais dominantes não se ocuparam do negro e da sua integração na sociedade de classes. O ex-escravo foi abandonado à sua própria sorte. Suas dificuldades de ajustamento às novas condições foram encaradas como prova da incapacidade do negro e da sua inferioridade racial. Chegou-se a dizer que ele era mais feliz na situação de escravo do que na de homem livre, pois não estava apto a conduzir a própria vida.

Os contemporâneos da Abolição divergiram no interpretá-la. Uns, identificados com o movimento abolicionista, consideraram-na o resultado de ação de um punhado de idealistas. Outros, mais identificados com as classes rurais, viram na Abolição a vontade do Monarca e da Princesa Isabel. Diziam uns que a Lei Áurea fora sábia e oportuna; diziam outros que ela lançara na miséria as classes rurais. As avaliações subjetivas prejudicaram a análise do processo. Os historiadores estudaram a Abolição como um fenômeno exclusivamente político, assinalado por etapas jurídicas. Basearam-se nos depoimentos dos contemporâneos e utilizaram-se principalmente da documentação parlamentar. Durante algum tempo passaram despercebidas as vinculações entre a desagregação do sistema escravista e as mudanças econômicas e sociais que se operaram no Brasil na segunda metade do século, como também não se acentuou devidamente a conexão entre o desenvolvimento do capitalismo industrial e o fim da escravidão como sistema de trabalho.

A partir de pontos de vista menos comprometidos com a visão senhorial do mundo, iniciou-se mais recentemente a revisão dos mitos que a sociedade senhorial elaborou para justificar o sistema escravista. Só então foi possível encarar a escravidão e o movimento abolicionista sob novos aspectos.

A Abolição representou uma etapa do processo de liquidação da economia colonial no país, envolvendo uma ampla revisão dos estilos de vida

e dos valores da nossa sociedade. Não significou, entretanto, uma ruptura definitiva com o passado. O desenvolvimento da economia cafeeira manteve o país submetido a um novo tipo de dominação colonial, vinculado às correntes industriais e capitalistas internacionais. A racionalização dos métodos de produção, a transição da sociedade senhorial para a empresarial, a melhoria das condições de vida do trabalhador rural, assim como a emancipação real do país fazem parte de um processo ainda em prosseguimento.

CAPÍTULO II

O ENCAMINHAMENTO POLÍTICO DO PROBLEMA DA ESCRAVIDÃO NO IMPÉRIO

UMA vez consolidada a Independência, o Brasil é solicitado pela Inglaterra a concordar com a assinatura de um tratado que estipulasse um prazo curto para a extinção do tráfico negreiro.[1]

Reaberto o Legislativo em 1826, a Câmara procura criar os recursos que permitissem ao país – alegando a tramitação de providências nacionais sobre a matéria – evitar a ingerência inglesa na questão do tráfico nacional.

Nesse sentido é apresentado um projeto proibindo a entrada de escravos dentro do prazo de 14 anos. A comissão de legislação encarregada de

[1] A ação repressiva da Inglaterra sobre o tráfico internacional se consubstancia na imposição, às potências escravistas, da assinatura de sucessivos tratados, cujos termos vão se tornando progressivamente mais exigentes.

Numa primeira fase, que se abre em 1810, a Inglaterra se limita a restringir as áreas do tráfico lícito; subseqüentemente, tende a impor a admissão da visita e busca em navios suspeitos de comércio negreiro ilícito, bem como a estipular um prazo para o encerramento do tráfico; por fim, passa a exigir a dispensa da prova da presença efetiva de africanos a bordo, bastando o apoio em evidências indiretas para caracterizar a atividade negreira de uma embarcação.

Essa progressão no rigor das cláusulas dos tratados acompanha o aguçamento da crise antilhana e configura uma política de satisfação ostensiva aos interesses coloniais feridos pelo processo livre-cambista (no qual se inserem a abolição e a quebra do monopólio do açúcar antilhano no mercado da metrópole).

Contudo, uma vez que tendia a destruir os entraves monopolistas que lhe impediam a plena exploração do comércio do açúcar mundial, a Inglaterra, na verdade, não visava obstaculizar realmente o crescimento das economias escravistas estrangeiras, de cuja expansão deveria tornar-se a principal beneficiária.

Com efeito, não obstante o estabelecimento de um aparelho policial nos mares, para sustentar o cumprimento dos tratados, a ação repressiva da Inglaterra, em nenhuma de suas fases, logrará mais que obrigar a meros reajustamentos na atividade negreira, sem chegar, entretanto, a afetá-la estatisticamente.

estudá-lo diminui esse prazo para 6 anos, de forma a tornar a proposição mais aceitável pela Inglaterra. Invocando a existência desse projeto nacional, o Governo imperial procurará demonstrar ao Governo inglês a inconveniência e a superfluidade da continuação das negociações sobre o tráfico, mas não logrará evitar a assinatura e posterior ratificação de um tratado.

Pelo artigo 1º do tratado anglo-brasileiro, 3 anos depois da troca de ratificações, o tráfico nacional se tornaria ilícito, sendo considerado pirataria. Pelos demais artigos, o Brasil concordava em manter em vigor o disposto nos tratados anglo-portugueses de 1815 e 1817, isto é: o tráfico seria proibido desde logo, acima do equador; aceitava-se o direito de visita e busca em tempo de paz; instituíam-se duas comissões mistas (em Serra Leoa e no Rio de Janeiro) encarregadas de julgar sobre os apresamentos e garantir a liberdade dos africanos apreendidos.

Sendo o tratado ratificado a 13 de março de 1827, o tráfico brasileiro se tornaria ilícito a partir de 13 de março de 1830. Um artigo adicional fixava para essa convenção o prazo de 15 anos, contados a partir desta última data, caso as partes não chegassem antes disso a um novo ajuste.

Cientificada oficialmente sobre a ratificação, a Câmara condena a diplomacia imperial, argüindo-a por aceder a compromissos lesivos ao país, sobre uma questão que já fora levantada pelo Legislativo nacional. Consignando o seu protesto, recusa-se a tomar deliberação a respeito do tratado, cuja validez, entretanto, não discute, em face do inciso VIII do artigo 102 da Constituição, que autorizava a conclusão de ajustes dessa ordem antes de levados ao conhecimento da Assembléia Geral.

Uma vez expirado, em 1830, o prazo do tráfico lícito, a Inglaterra passa a solicitar do Governo imperial a assinatura de artigos adicionais ao tratado de 1826, de forma a permitir a apreensão de navios que, mesmo sem a presença de africanos a bordo, manifestassem indícios de havê-los conduzido (cláusula de equipamentos). O Brasil, por sua parte, insistia nos pedidos de indenização referentes a apresamentos de legitimidade controvertida, reclamando ainda contra as decisões tomadas em Serra Leoa antes da chegada dos integrantes brasileiros da comissão mista.

A pressão inglesa, porém, se defrontará com a possibilidade de resistência institucional, aberta pela aplicação do artigo 20 da lei regencial de 14 de junho de 1831. Com efeito, esse artigo negava à Regência o direito de ratificar tratados de governo a governo, sem aprovação prévia da Assembléia Geral. Dessa maneira, criava-se um recurso capaz de corrigir a maior vulnerabilidade do Executivo à pressão para a ampliação de compromissos internacionais na questão do tráfico.

No mesmo ano de 1831 (7 de novembro) era promulgada, sôbre projeto do Senador Marquês de Barbacena, a primeira lei nacional proibindo o tráfico. Dessa forma, sancionava-se indiretamente a introdução ilegal de escravos operada no período compreendido entre 13 de março de 1830 (quando se encerrara o tráfico lícito) e a data da promulgação da lei.

Nessa lei eram cominadas severas penas aos importadores de escravos, considerados como tais (artigo 3º) tanto os que os vendessem e transportassem, como os compradores (fazendeiros). Entretanto, mantendo a forma de julgamento por júri, a lei garantia a impunidade das infrações. Criava-se, assim, um instrumento legal que, embora não afetasse o tráfico, podia, contudo, ser invocado como argumento para evitar-se a ampliação do tratado anglo-brasileiro.

Pelo artigo 2º estabelecia-se que a reexportação dos africanos apreendidos se faria à custa dos importadores e que, para torná-la efetiva, o Governo imperial contrataria com as autoridades africanas um território para esse fim. Como, porém, tanto pela forma de julgamento, como porque, dada a organização do contrabando, dificilmente a introdução de escravos apreendidos podia ser imputada a pessoas capazes de pagar as multas necessárias, o item sobre a reexportação tendia a tornar-se letra morta.

Como solução para administrar essa população de africanos emancipados, o Governo permite, por um Aviso de 29 de outubro de 1834, a sua distribuição para o serviço público e de particulares no município da Corte. No ano seguinte, por Aviso de 19 de novembro de 1835, a distribuição dos africanos livres é estendida ao interior, onde a menor possibilidade de vigilância por parte do Governo acabaria facilitando a reescravização.

Ao mesmo tempo que, tanto pelo artigo 20 da lei da Regência, como pela lei de 7 de novembro de 1831, se estruturava institucionalmente a resistência à alteração do *status quo* escravista, a conjuntura política regencial – resultante de uma luta antiabsolutista – estimulava manifestações doutrinárias contra o tráfico, das quais se faz porta-voz um líder proeminente como Evaristo da Veiga.

Nesse contexto, a lei de 7 de novembro de 1831 – que se revelaria inócua – é interpretada como uma satisfação à opinião liberal. Dentro desse espírito, o decreto de 12 de abril de 1832, que regulamentava a execução da lei, porá, embora teoricamente, em risco o tráfico, ao possibilitar, por exemplo, ao intendente-geral da polícia ou aos juízes de paz verificar a época da entrada dos escravos no país, com base no conhecimento lingüístico por eles demonstrado (artigo 9º).

Paralelamente, vinha-se intensificando a pressão inglesa no sentido da assinatura da cláusula de equipamentos.

A fim de criar dificuldades que obrigassem o Brasil a essa concessão, a Inglaterra alegara, inicialmente, que o disposto na lei de 1831 sobre a reexportação dos africanos não era conforme a convenção anglo-brasileira, cuja interpretação correta implicaria garantir a liberdade dos emancipados no país. Em seguida, porém, aceitar a inovação, desde que os emancipados fossem enviados para a Libéria, Serra Leoa ou para terras que para esse fim o Brasil adquirisse nas possessões portuguesas da África. Era notório, porém, que a reexportação era impraticável, por implicar verbas governamentais consideráveis.

Concomitantemente, a Inglaterra denunciava o Governo brasileiro por não zelar convenientemente pela manutenção da liberdade dos emancipados.

Em 1834, durante a gestão de Aureliano Coutinho no Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Governo imperial se inclina, por fim, a conceder os artigos adicionais requeridos. Com esse objetivo, numa tentativa de criar no Legislativo nacional um precedente legitimador para a medida com a qual o Brasil se comprometeria no plano internacional, o Governo faz aprovar no Senado um projeto determinando a pesquisa de indícios.

Substituído o Ministério, o novo ocupante da pasta de Estrangeiros, Manuel Alves Branco, prossegue as negociações.

A possibilidade de resistência diplomática do Brasil na questão era bastante limitada, uma vez que, no contexto da crise política espanhola, vinculada à reconstitucionalização operada após a morte de Fernando VII (1833), a Inglaterra estava em vias de obter a assinatura e ratificação de um tratado consignando a pesquisa de indícios, na repressão do tráfico cubano.

Para melhorar a posição do Governo ante o Legislativo, Alves Branco tenta incluir, na matéria discutida com a Inglaterra, dois tópicos: um, pelo qual o Governo inglês se obrigaria a pagar a indenização sobre más presas, que vinha sendo solicitada pelo Brasil; e outro, segundo o qual o Governo inglês aceitaria em Serra Leoa os africanos apreendidos no Brasil. Esses pontos são, porém, rejeitados pela Inglaterra, efetuando-se a assinatura dos artigos adicionais, na forma por ela requerida, a 27 de julho de 1835.

Quando já iam avançadas as negociações, o projeto aprovado no Senado no ano anterior é posto em pauta na Câmara, que se manifesta contrária às suas disposições. A discussão prossegue depois de já assina-

dos os artigos adicionais, e Bernardo Pereira de Vasconcelos, demonstrando sua oposição a qualquer restrição ao tráfico, propõe uma emenda revogando a própria lei de 7 de novembro de 1831.

Ficavam, pois, os artigos adicionais assinados sem perspectiva de aprovação pela Câmara, o que era necessário para sua ratificação, nos termos do artigo 20 da lei de 14 de junho de 1831.

Durante a gestão Feijó, o Brasil, interessado em que a Inglaterra lhe concedesse a elevação dos direitos para determinadas manufaturas, dispõe-se, em troca, à aceitação de compromissos sobre a questão do tráfico.

Como os artigos adicionais assinados por Alves Branco continuavam na Câmara sem receber as providências necessárias para sua ratificação, o Governo reproduz a tentativa de estabelecer na legislação nacional um precedente, no espírito da cláusula de equipamentos.

Nesse sentido, é aprovado no Senado, em 1837, um projeto apresentado pelo Marquês de Barbacena, no qual, ao mesmo tempo, se determinava a pesquisa de indícios (artigo 4º) e se revogava a lei de 7 de novembro de 1831 (artigo 13), sancionando-se assim o tráfico ilícito até a data em que a lei fosse promulgada. No artigo 12 determinava-se a alteração na forma de julgamento dos crimes de tráfico, que passavam do foro comum, onde tinham garantida a impunidade, para a alçada dos juízes de direito.

Logo, porém, se revelava a inviabilidade do projeto, que se defronta com o desinteresse da Câmara. Com efeito, a revogação da lei de 1831 seria inaceitável para a Inglaterra, enquanto os artigos referentes à pesquisa de sinais de tráfico e ao julgamento por juízes de direito (mais independentes porque vitalícios pela Constituição) eram rejeitados pelos traficantes.

Frustrada a ratificação dos artigos adicionais pela resistência da Câmara, a Inglaterra volta a insistir na denúncia da reescravização dos africanos livres, tendendo a solicitar a abolição das comissões anglo-brasileiras, como preliminar para arrogar-se a incumbência de ocupar-se diretamente da repressão do tráfico brasileiro.

É nessas condições que o Gabinete Liberal, através do Ministro de Estrangeiros, Cândido Batista de Oliveira, subscreve a 22 de julho de 1839 um *memorandum* pelo qual o Governo imperial propunha que o apresamento nas costas do Brasil ficasse exclusivamente a cargo dos cruzeiros ingleses, incumbindo-se o Governo brasileiro apenas da repressão dentro do país. Preparando esse passo do Ministério, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada apresentara na Câmara um projeto no mesmo sentido. Essa proposta significava para o Governo imperial a transferência,

para a Inglaterra, dos problemas ligados à reexportação dos emancipados e à preservação de sua liberdade. Ela representava, porém, igualmente, uma ampliação da interferência inglesa nos negócios brasileiros, o que a tornava altamente impopular. Por esse motivo, a assinatura do *memorandum* é mantida secreta e cercada da máxima reserva.

O advento da Maioridade, que suprime a vigência da lei de 14 de junho de 1831 (a qual, pela aplicação de seu artigo 20, dificultava os ajustes sobre o tráfico), estimula a Inglaterra a insistir em suas pretensões.

Assim, o Governo imperial é instado pela Inglaterra não apenas à ratificação dos artigos adicionais já assinados (para o que, com a revogação da lei da Regência, se prescindia da aprovação da Câmara), como também ao prosseguimento de negociações dentro do espírito do *memorandum*, enviado, em 1839, pelo Ministro Batista de Oliveira. Nesse sentido, a Inglaterra propõe ao Brasil a anuência a uma convenção pela qual ficariam abolidas as comissões mistas, resolvendo-se automaticamente o problema da reexportação dos africanos, uma vez que o apresamento ficaria a cargo do Governo inglês. O Ministério da Maioridade se recusa, porém, a aceitar os termos propostos pela Inglaterra, que implicariam compromisso impopular, e decide continuar as negociações através de um plenipotenciário, encarregado de obter estipulações mais favoráveis para o Brasil.

Durante a gestão do primeiro Gabinete Conservador do Segundo Reinado, entra, no exercício de suas funções, o Plenipotenciário brasileiro junto à Inglaterra, para a questão do tráfico.

Quanto às negociações que então se iniciam, pretendia a Inglaterra que versassem apenas sobre matéria nova – no caso, a extinção das comissões mistas –, recusando-se a discutir novamente os artigos adicionais já assinados e cuja ratificação não dependia mais da Câmara.

Tendo já conseguido afastar, pelo menos imediatamente, o risco de uma convenção nos termos do *memorandum* de 1839, o Ministro do Exterior, Aureliano Coutinho, consulta o Gabinete sobre a ratificação dos artigos adicionais, que é repelida. Assim, enquanto o Ministério da Maioridade se definira apenas sobre o *memorandum* de 1839, o Gabinete Conservador se recusava à própria ratificação dos artigos adicionais já assinados.

Ao mesmo tempo, o Plenipotenciário brasileiro apresentava para discussão uma proposta substitutiva.

No contraprojeto de Lopes Gama era exigida, na pesquisa de indícios, a convergência de um certo número de sinais para que a embarcação pudesse ser condenada como negreira. Igualmente se ressalvava a prote-

ção do comércio de cabotagem (que se reputava ameaçada pelos artigos assinados em 1835), impedindo-se o apresamento de navios que se dirigissem de um para outro porto do Brasil ou para qualquer outro porto onde não se pudesse fazer o tráfico. Além disso, o anteprojeto fazia uma referência indireta às infrações inglesas à Convenção de 1826, propondo a criação de mais duas comissões mistas em Demerara e no Cabo da Boa Esperança, para onde, em vez de Serra Leoa e Rio de Janeiro, estariam sendo conduzidas as embarcações apresadas pelos cruzeiros britânicos. Como única matéria nova, Lopes Gama propunha a reexportação dos emancipados a cargo do Governo britânico – o que a Inglaterra só admitiria complementando a extinção das comissões mistas.

Impasse nas negociações com a Inglaterra

Com esse contraprojeto, que o encarregado inglês se recusava a discutir, as negociações atingiam um impasse, uma vez que o Brasil procurava reabrir a questão da cláusula de equipamentos, enquanto a Inglaterra pretendia novas concessões nos termos do *memorandum* de 1839. Para solucionar a dificuldade e diante do recuo brasileiro na questão dos artigos adicionais, o negociador inglês declara, por fim, abrir mão do projeto baseado no *memorandum* de 1839, aceitando para base de discussão o contraprojeto de Lopes Gama, com algumas modificações. A essa concessão inglesa segue-se um recuo maior ainda do Governo imperial, que declara encerradas as negociações.

Dessa forma, firmava-se nas relações anglo-brasileiras sobre a questão do tráfico um padrão de resistência – sancionado pela responsabilidade do próprio Aureliano Coutinho, que em 1834 iniciara os entendimentos para a assinatura dos artigos adicionais – que a disputa pela identificação com a sociedade agrária passava a impor a ambos os partidos. Assim, a resistência à alteração do *status quo* escravo, que na Regência residira no artigo 20 da lei de 14 de junho de 1831, passava agora a derivar do controle partidário do Executivo.

No Governo do segundo Gabinete Conservador, durante a gestão Paulino de Sousa na pasta de Estrangeiros, a Inglaterra intensifica a pressão para a reabertura das negociações sobre a cláusula de equipamentos, ao mesmo tempo em que interpela o Brasil a respeito de conflitos nos quais se viam agravados oficiais e marinheiros de navios britânicos.

Em resposta datada de 11 de janeiro de 1844, o Governo imperial responsabiliza a Inglaterra por esses incidentes, que resultariam da indignação popular contra a ação ilegal (pelo disposto na convenção de 1826) que vinha sendo executada por parte dos cruzeiros ingleses em águas territoriais e costas brasileiras. Igualmente, o Governo brasileiro formaliza sua

disposição de não aceitar os artigos adicionais já assinados, declarando-os ameaçadores à pequena marinha mercante nacional, e complementarmente culpa a Inglaterra pela ruptura dos entendimentos sobre o tráfico, a qual é atribuída ao desinteresse inglês pelos termos do contraprojeto de Lopes Gama.

Quando mais tensas se achavam as relações anglo-brasileiras, um desentendimento do Presidente do Conselho com o ex-Ministro Aureliano Coutinho provoca a demissão do Gabinete, que se acompanha da chamada dos liberais ao poder. Dada a identificação dos conservadores com a política de resistência à Inglaterra, a ascensão dos seus adversários devia operar, pelo menos momentaneamente, no sentido de diminuir a tensão nos meios diplomáticos.

Ao provocar a mudança de situação e se aliar ao novo Governo, Aureliano Coutinho passa a sofrer, por parte dos conservadores, um acirrado ataque centrado na acusação de anglofilia. Assim, o ex-ministro é recriminado por ter encaminhado, em 1834, o ajuste sobre os artigos adicionais à convenção sobre o tráfico, bem como por ter sido, em 1841, o único membro do Ministério disposto a aceitar a sua ratificação.

Firmavam-se, pois, no curso do debate político, os padrões que o Partido Liberal deveria adotar tentando neutralizar os títulos já obtidos pelos adversários. Nessas condições, a convenção sobre o tráfico expira a 13 de março de 1845, sem que Ferreira França, Ministro de Estrangeiros, deixasse encaminhada a abertura de novos entendimentos sobre a matéria – o que se fazia imprescindível, em face da política internacional adotada pela Inglaterra na questão. Dessa forma, também o Partido Liberal patenteava uma posição não-intervencionista na esfera do tráfico.

O Ministro de Estrangeiros do Gabinete seguinte, Limpo de Abreu, se defronta com uma deterioração mais profunda nas relações anglo-brasileiras, determinada pelas ordens expedidas pelo Almirantado inglês aos cruzeiros para continuarem com os apresamentos, não obstante haver expirado o prazo da convenção. Protestando contra o fato, o Ministro, ao mesmo tempo, tenta abrir negociações para novo tratado que eliminasse as dificuldades criadas.

O Bill Aberdeen

Logo, porém, se inicia na Inglaterra o andamento de um projeto sobre o tráfico brasileiro, transformado em lei a 8 de agosto de 1845, apesar dos protestos do Governo imperial.

O *Bill Aberdeen*, pelo qual a Inglaterra legislava para o Brasil na questão do tráfico, era, ao mesmo tempo, uma represália ao Governo brasileiro por não ter renovado o tratado que expirara e um meio de forçar o

Brasil a conceder um tratado consignando a pesquisa de indícios. Por esse ato, o Governo inglês era autorizado a mandar proceder pelo alto tribunal do Almirantado, e por qualquer tribunal de Vice-Almirantado, ao julgamento e adjudicação de embarcações negreiras que trouxessem o pavilhão brasileiro, capturadas em todos os mares pelos navios de Sua Majestade Britânica. Medida análoga fora tomada em 1839 contra Portugal (*Bill Palmerston*) resultara na assinatura de um novo tratado em 1842.

Embora o risco de represálias inglesas dessa ordem já pudesse ser previsto pelo Gabinete anterior, a agressividade assumida na questão pelos conservadores não permitia alternativa: a promulgação do *Bill Aberdeen* se insere, pois, no contexto do jogo interpartidário.

Após formular o protesto do Governo imperial contra a violação da soberania brasileira, Limpo de Abreu propõe à Inglaterra a negociação de um novo tratado, tendente a obter a revogação do *Bill Aberdeen*. Para esse fim, passa a elaborar um projeto que estipulava, na pesquisa de indícios, condições que o Governo imperial já admitira aceitáveis para o Brasil (incluindo-as na proposta de Lopes Gama) e que, portanto, não seriam interpretadas como resultantes de imposição inglesa. Outro dos itens se referia ao pagamento das indenizações devidas aos súditos do Império, por apresamentos que o Governo imperial considerava injustificados.

Os entendimentos pretendidos pelo Ministro de Estrangeiros encontram, porém, a resistência dos demais membros do Gabinete, uma vez que qualquer tratado aceito na vigência do *Bill Aberdeen* sujeitava o Partido Liberal à acusação de ter-se submetido à coação inglesa.

Nessas condições, o projeto de Limpo de Abreu é enviado a Londres em nome do Ministro de Estrangeiros, ressalvado o Governo imperial. Informado da existência do projeto, o Governo inglês, embora discordando dos seus termos, deixa transparecer a disposição de aceitá-lo como base para discussão. Por sua vez, Limpo de Abreu se dispõe a apresentar ao Legislativo a questão controvertida no Gabinete. A formação de um novo Ministério liberal, com a substituição de Limpo de Abreu na pasta de Estrangeiros, frustra, porém, esse propósito.

Dessa forma, através da gestão Limpo de Abreu, o Governo diminuía provisoriamente a tensão anglo-brasileira, sem chegar, porém, a comprometer-se para a assinatura de um novo tratado, no caso em que a Inglaterra se dispusesse a aceitar as condições propostas pelo Ministro de Estrangeiros.

O terceiro Gabinete liberal da situação inaugurada em 1844 interpreta as restrições inglesas ao Projeto Limpo de Abreu como interrupção dos entendimentos iniciados, e se limita a protestar contra a execução do *Bill Aberdeen.*

Durante a gestão do quarto Gabinete liberal, a Inglaterra, animada com a presença de Saturnino de Oliveira, irmão de Aureliano Coutinho, na pasta de Estrangeiros, concorda com entendimentos para a revogação do *Bill Aberdeen.* Desta vez, porém, em vista dos precedentes diplomáticos, não se dispunha mais a aceitar como base de negociações o projeto brasileiro.

Na proposta inglesa, apresentada em nota datada de 21 de dezembro de 1847, eram declaradas as circunstâncias que poderiam estabelecer a presunção legal de que a embarcação se empregava no tráfico, sendo que bastaria uma delas para que tivesse lugar a detenção.

Ora, os negociadores brasileiros insistiam sempre na convergência de um certo número de sinais para que uma embarcação pudesse ser condenada como negreira, ou seja, às dificuldades dos entendimentos na vigência do *Bill Aberdeen* se acresciam as da natureza das estipulações exigidas pela Inglaterra, as mesmas que já vinham sendo repelidas pelo Brasil.

Saturnino de Oliveira não chega a manifestar-se sobre a delicada questão, sendo substituído na pasta por Pimenta Bueno, evitando-se assim a apresentação de um parecer que, através de Aureliano Coutinho, envolveria mais diretamente a Coroa.

O novo Ministro rejeita a proposta inglesa como base para a continuação das negociações, mas não interrompe os entendimentos, anunciando o preparo de dois novos contraprojetos por parte do Governo imperial.

No Gabinete seguinte, a pasta de Estrangeiros é outra vez ocupada por Limpo de Abreu, identificado com a disposição de admitir entendimentos na questão do tráfico, mesmo sob a vigência do *Bill Aberdeen.* As novas condições, taxativamente impostas pela Inglaterra, são, porém, igualmente rejeitadas por esse Ministro, evidenciando-se definitivamente a inexeqüibilidade política do ajuste de um tratado de cláusula de equipamentos com a Inglaterra.

Esta é a situação com que se defronta o sexto Gabinete liberal, numa conjuntura em que, demais, já se tornava clara a perspectiva da próxima substituição da situação política.

Tentando compensar o passivo partidário representado pelo *Bill Aberdeen,* o Gabinete se orienta para uma solução alternativa, aceitável para a opinião, ao tratado exigido pela Inglaterra: a adoção de uma lei

nacional determinando a pesquisa de indícios teria a vantagem de satisfazer as reclamações inglesas, contornando o óbice da intervenção estrangeira no tráfico brasileiro, implicada numa convenção internacional.

É nessas condições que o Gabinete Paula Sousa retoma o Projeto Barbacena, de 1837, que consignava a pesquisa de indícios, fazendo-o discutir na Câmara em setembro de 1848.

Depois de emendar o artigo 12, de maneira a conservar o julgamento dos crimes de tráfico no foro comum, o Ministério promove uma rápida aprovação de todo o projeto, deixando pendente apenas o artigo 13, que revogava a lei de 7 de novembro de 1831. Na sessão secreta em que é discutido esse artigo, o Governo propõe sua conservação.

O artigo 13, que sancionaria o tráfico ilegal até então efetuado, inutilizava a lei como recurso para aliviar a tensão anglo-brasileira. Em conseqüência, como já se podia antecipar, a proposição do Gabinete é repelida pela própria maioria, precipitando-se o fim da situação liberal. Dessa forma, sem ter sequer ameaçado decisivamente o tráfico (dado o caráter anódino do projeto, depois de emendado), o Partido Liberal criava, entretanto, para o período de oposição, um programa reivindicatório em nome da tentativa frustra de encontrar uma solução para os problemas criados pelo *Bill Aberdeen*.

Derrubado o Gabinete, ascendem ao poder os conservadores (29 de setembro de 1848). A mudança política, ocorrida coincidentemente com a apresentação de um projeto de lei sobre o tráfico, assumia, pois, toda a aparência de um recuo da Coroa. Daí resultava um agravamento na tensão anglo-brasileira, refletido na operação dos cruzeiros ingleses em águas territoriais brasileiras.

Tendo tido contra si os protestos do tráfico, devido à retomada ao projeto de 1837, a competição no terreno da manutenção do *status quo* só podia ser desvantajosa aos liberais. Em conseqüência, o Partido Liberal, no ostracismo, passa a responsabilizar a política do Ministério pelos agravos sofridos pela soberania nacional e reivindica o poder em nome do combate à atividade negreira. Desse modo, o Partido Liberal, que competira com o Conservador na defesa do tráfico, inscrevia, agora, na bandeira partidária, a sua repressão.

A existência de um partido disposto a eliminar a principal fonte de dificuldades nacionais criava, por sua vez, para o Partido Conservador, a necessidade de recomendar-se à Coroa para a execução do mesmo programa. Dessa forma, invertiam-se os termos gerais da competição interparti-

dária, com referência ao problema: a disputa ante o eleitorado, que conduzia à defesa do tráfico, se substituía pela dos favores da Coroa que apontava para a sua extinção.

A elaboração da lei da extinção do tráfico

O pronunciamento do Partido Liberal contra o tráfico logo se acompanha da decisão do Ministério Conservador de promover o encaminhamento da questão.

A essa decisão do Gabinete, mantida secreta por motivos táticos, segue-se o estudo dos problemas técnicos da futura lei. Com efeito, como não se tratava mais simplesmente de estabelecer a pesquisa de indícios, mas de obter recursos para a efetiva extinção do tráfico, era de importância capital que o julgamento dos infratores se transferisse do foro comum, que lhes garantia a impunidade, para os juízes de direito, como, aliás, constava no Projeto Barbacena de 1837. Por outro lado, como não era possível revogar a lei de 1831, tornava-se necessário pôr a salvo a propriedade, ilicitamente adquirida, do emprego dos recursos eficazes pretendidos pelo Governo. A solução técnica proposta por Eusébio de Queirós, Ministro da Justiça, e que seria consignada na lei de 4 de setembro de 1850, consistirá em combinar a disposição que limitava as atividades de repressão às costas do país, com a salvaguarda dos fazendeiros em face dos novos recursos legais.

Os introdutores (dono de embarcação, capitão, piloto etc.) seriam os únicos submetidos ao julgamento dos auditores da Marinha. Quanto aos fazendeiros porventura atingidos pela apreensão de africanos no interior (nos termos da lei de 1831), continuariam a ser julgados no foro comum. Dada a reconhecida inoperância dessa forma de julgamento, praticamente se garantia aos fazendeiros a propriedade, seja da escravatura ilegalmente introduzida no passado, seja da que se introduzisse no futuro, mas só apreendida depois de internada no país.

Para uma tramitação rápida da lei, o Gabinete opta pela adoção do projeto de 1837, já em segunda discussão na Câmara.

A partir da reunião do Legislativo, em janeiro de 1850, o Ministro da Justiça e o Ministro das Relações Exteriores passam a anunciar oficialmente a retomada do projeto de 1837, prometendo-lhe a aposição de emendas que, entretanto, não são especificadas.

Dessa forma persistia a impressão de que, mesmo no caso de promover o Governo a passagem de uma lei contra o tráfico, ela conservaria o caráter anódino do texto em discussão – o que, por sua vez, estimulava a represália dos cruzeiros ingleses e, concomitantemente, a crítica liberal. A responsabilidade do Partido Conservador na passagem da futura lei se

diminuía, pois, seja pela posição ostensiva dos adversários políticos, seja por assumir o caráter de uma medida imposta pela defesa da soberania nacional.

Para facilitar a obtenção dos recursos desejados, Eusébio de Queirós adota o sistema chamado das "carretilhas", pelo qual a proposta total era desmembrada em projetos parciais, sucessivamente aprovados, e cujo sentido global permanecia inicialmente oculto.

É nessas condições que é promulgado o Decreto nº 599, de 28 de junho de 1850, que, através de um sistema de classificação de comarcas e de remoção de juízes de direito, devia estimular esses magistrados, vitalícios pela Constituição, a uma identificação com as diretrizes da administração. Em seguida, o Governo promove a ampliação das atribuições desses juízes, incumbindo-lhes o julgamento do crime de moeda falsa e de alguns outros, que antes pertenciam ao foro comum (Decreto nº 562, de 2 de julho de 1850). Com essa atribuição de novas tarefas especiais aos juízes de direito, criavam-se os precedentes necessários para a passagem dos crimes de tráfico para a mesma alçada.

Por outro lado, não patenteando os seus objetivos, o Governo desorientava a crítica oposicionista, que se via animada a encarar os termos restritos da reforma judiciária como significativos da disposição do Gabinete de manter o *status quo*, e passava a atacar o Governo nesse ponto. Dessa forma, os liberais, que em 1848 haviam emendado o artigo 12 do projeto de 1837, mantendo o julgamento dos crimes de tráfico no foro comum, se viam conduzidos a assumir a iniciativa de reivindicar sua transferência para a alçada dos juízes de direito, eximindo os conservadores da responsabilidade de passo tão decisivo.

Ao mesmo tempo, o Governo entrava em negociações com o Ministro inglês no Brasil (Hudson), notificando-o de suas intenções de promover a passagem da lei e solicitando a cessação das represálias para que ficasse prestigiada a ação do Gabinete.

Uma vez obtidos os recursos preliminares necessários, o Ministério promove aceleradamente o encaminhamento da questão no Parlamento.

A 11 de julho é redigido pelo Conselheiro Lopes Gama o parecer, adotado pelo Governo, no qual é rejeitada a alternativa de um tratado com a Inglaterra e aconselhada a extinção efetiva do tráfico, encarada como necessária e viável. Quase simultaneamente é obtida, em sessão secreta da Câmara, a rejeição do artigo 13 do projeto, que revogava a lei de 7 de novembro de 1831. Logo em seguida firmam-se, definitivamente, os entendimentos entre o Ministro de Estrangeiros e o representante inglês,

de molde a permitir ao Governo anunciar ao mesmo tempo sua intenção de promover a passagem de uma lei contra o tráfico e a cessação das represálias inglesas. No dia 15, por fim, o Ministro de Estrangeiros traz a questão oficialmente ante o Legislativo, fazendo da extinção do tráfico uma questão de gabinete. Dessa forma, facilitava-se a tarefa da Câmara conservadora, colocada ante a iminência de uma crise partidária.

A interpelação de um deputado governista, a respeito das medidas que o Governo pretendia tomar ante as atividades do cruzeiro inglês, fornece o pretexto para a importante exposição de Paulino de Sousa, na Câmara dos Deputados.

Nesse discurso, a extinção do tráfico é apresentada em termos de uma providência necessária para eliminar de vez as circunstâncias que possibilitavam a ação dos cruzeiros e, portanto, os agravos à soberania brasileira.

Como essa decisão era tomada numa conjuntura em que, uma vez liberado o comércio do açúcar estrangeiro (cultivado por escravos), setores ponderáveis da economia inglesa passavam a manifestar-se contra o prosseguimento do sistema vigente de ingerência no tráfico internacional, o Ministro argumenta com a provável persistência da política exterior inglesa, apesar das flutuações da opinião.

Por outro lado, defendendo o Gabinete contra a sua responsabilização pelo recrudescimento das represálias inglesas, Paulino de Sousa argumenta com o fato de que a atividade dos cruzeiros era mera decorrência do *Bill Aberdeen*, que a diplomacia liberal não soubera evitar. Ao mesmo tempo, retira ao Partido Liberal a possibilidade de justificar-se em nome de uma intransigência nacionalista, apontando a assinatura dos artigos adicionais por Alves Branco (1835) e o *memorandum* de Cândido Batista de Oliveira (1839) como exemplos de submissão à imposição estrangeira. Ressalvada a posição do Gabinete Conservador, os agravos à soberania brasileira são encarados como resultantes, em última análise, da persistência do tráfico ilegal, pela qual podiam ser responsabilizados ambos os partidos nacionais que se revezavam no poder.

Assim, a identificação com o *status quo* do tráfico, que orientara toda a conduta brasileira em ambas as situações políticas, é reavaliada negativamente, como decorrente de uma concepção falsa dos interesses da honra nacional que, ao contrário, apontavam para o cumprimento das obrigações assumidas em 1826. Mas, pelo próprio fato de essa reavaliação se fazer em função da honra nacional, a assinatura dos artigos adicionais e o *memorandum* de 1839 permaneciam no passivo do Partido Liberal, enquanto a intransigência do Partido Conservador – embora

canalizada anteriormente para objetivo errôneo – se apresentava como garantia para uma solução condizente com a altivez nacional.

A essa manifestação seguem-se as sessões secretas para a passagem do projeto, transformado em lei a 4 de setembro de 1850.[2]

Promulgada a lei, o Gabinete começa a promover a efetiva extinção do tráfico, sob a vigilância do partido adversário.

A Inglaterra, por sua vez, procura de formas diversas associar-se à execução da lei. Nesse sentido, retoma a questão dos africanos livres, apresentando um oferecimento para sua reexportação em navios britânicos. Essa proposta é, porém, repelida pelo Brasil, como, aliás, já se poderia antecipar, dadas as possibilidades que abriria à ampliação da ingerência inglesa.

Com o mesmo intuito, a Inglaterra promove a intensificação da atividade agressiva dos cruzeiros, o que provoca as críticas do Partido Liberal à incapacidade do Governo para evitar o prosseguimento da ação ilegal inglesa em águas brasileiras.

Com efeito, a extinção do tráfico brasileiro sob uma ostensiva vigilância inglesa, além de propiciar satisfação aos interesses coloniais feridos pela extensão da equalização dos direitos ao açúcar estrangeiro, oferecia, na Inglaterra, aos partidários da política exterior tradicional um título de eficácia com o qual se justificavam diante da nova opinião que criticava a ação dos cruzeiros como impolítica, além de inoperante.

É nessas condições que a diplomacia inglesa passa a apresentar a passagem e a execução da lei brasileira como resultante da ação dos cruzeiros: os próprios pontos capitais da lei de 1850 (como o referente à forma

---

[2] Do exposto, percebe-se que a extinção do tráfico no Brasil não constitui mera resultante da pressão inglesa.

Com efeito, toda a atividade de coação decorrente do *Bill Aberdeen* objetivava simplesmente (tendo em vista a preservação do prestígio diplomático inglês) a imposição, ao Brasil, de um tratado consignando a pesquisa de indícios – recurso esse cuja inoperância para afetar o tráfico já se evidenciara no seu emprego para outras potências escravistas, e a cuja concessão o Brasil vinha resistindo por motivos antes políticos que propriamente econômicos.

Entretanto, ao responder à pressão inglesa no sentido da assinatura de um tratado anódino como os demais, os partidos se verão conduzidos, no curso do jogo político – paradoxalmente travado no terreno da luta pela manutenção do *status quo* escravista – a superar as expectativas e exigências da Inglaterra, extinguindo de fato e definitivamente o tráfico, que já perdera sua função como fator de crescimento da economia nacional. (A construção, em suas diversas fases, do quadro econômico em que se inserem a extinção do tráfico e posteriormente a libertação dos nascituros e a abolição transcende o objetivo deste trabalho.)

de julgamento dos crimes de tráfico) teriam sido impostos a Paulino de Sousa pelo Ministro inglês.

A extinção efetiva do tráfico obriga, porém, a uma reformulação nas diretrizes britânicas, no concernente à atividade repressiva. Assim, na sessão de 4 de junho de 1852, Paulino de Sousa já pode comunicar à Câmara dos Deputados a ordem emitida pelo novo Gabinete inglês para que o cruzeiro britânico não aprisionasse mais navio algum no raio de três milhas das costas do Brasil.

A disputa do título pelos partidos

Resolvidos os principais problemas relativos ao tráfico, os partidos passam a disputar sobre os seus títulos na promoção da lei.

O Partido Liberal invoca a iniciativa de inscrever a questão em sua bandeira e adota a tese pela qual a ação do Gabinete Conservador teria sido mera decorrência da coação inglesa.

No discurso pronunciado por Eusébio de Queirós, na Câmara, a 16 de julho de 1852, encontra-se consubstanciada a posição conservadora sobre a matéria. Nesse depoimento, o ex-Ministro explica a resolução do Gabinete de 29 de setembro, apelando para uma mudança na opinião pública, em virtude do contexto de crise, que incluía o processo de transferência das propriedades agrícolas das mãos dos fazendeiros para as dos traficantes e especuladores. Acentua, ainda, que a ação dos cruzeiros não apenas não compelira o Gabinete à repressão do tráfico, como, ao contrário, configurando uma situação de coação, representara um óbice na direção pré-traçada. Igualmente, insiste na espontaneidade da ação do Gabinete na maneira de conduzir a questão, demonstrando que todas as soluções técnicas afinal adotadas já estavam firmadas antes dos entendimentos entre Paulino de Sousa e o Ministro inglês. Por outro lado, argúi contra os adversários o fracasso do Gabinete Liberal de 1848 ante o óbice do artigo 13 do projeto de 1837, bem como a emenda conservando o julgamento no foro comum, o que tornaria a lei anódina.

Assim, através da disputa política, o Partido Conservador transformava em título partidário a extinção do tráfico negreiro.

Medidas complementares

Com a efetivação da extinção do tráfico, o Governo imperial passa a empreender algumas medidas complementares.

Na gestão Paraná (iniciada em 1853) é regulamentada a situação dos africanos livres, empregados por particulares.

O artigo 6º da lei de 4 de setembro de 1850 colocara os novos africanos apreendidos sob a tutela obrigatória do Estado, proibindo a concessão dos seus serviços a particulares, de molde a diminuir os riscos de reescravização. O novo decreto, promulgado a 28 de dezembro de 1853, declarava emancipados, depois de 14 anos de serviço, os africanos apreendidos e distribuídos a particulares antes da lei de 1850.

Ao mesmo tempo, a administração se equipava com recursos para reprimir as últimas tentativas de introdução de escravos no país. Pela lei de 6 de maio de 1854 era ampliada a competência dos auditores de Marinha, com a autorização para processar os réus mencionados no artigo 3º da lei de 4 de setembro de 1850, mesmo posteriormente ao ato de desembarque, e qualquer que fosse a distância da costa em que carga ou infratores fossem encontrados.

Resolvida a questão do tráfico negreiro, nem por isso se encerra a discussão anglo-brasileira sobre a matéria, agora centrada no problema da situação dos africanos apreendidos e distribuídos dentro do país desde que a introdução de escravos se tornara ilícita.

A denúncia da situação dos africanos livres, na verdade eivada de irregularidade, além de oferecer um conteúdo para a política exterior imposta pela crise colonial, passava também a ser utilizada – à revelia da finança inglesa – como instrumento de pressão sobre o Brasil, em favor dos interesses tradicionais (comércio e indústria), feridos pela orientação econômica brasileira para a órbita norte-americana.

Em 1857 iniciam-se as negociações anglo-brasileiras no sentido de firmar-se uma convenção para o acerto das reclamações pendentes entre ambos os países. A convenção é assinada em 2 de junho de 1858 e, em 1860, se iniciam os trabalhos da comissão mista, devendo a decisão final sobre as reclamações ser apresentada no prazo de 2 anos.

As reivindicações inglesas diziam respeito à compensação por perdas sofridas durante a crise da Independência e o período de instabilidade nacional que se sucedera. As reclamações brasileiras referiam-se, principalmente, aos julgamentos iniciais da comissão mista de Serra Leoa e aos apresamentos efetuados em virtude do *Bill Aberdeen*, pontos sobre os quais a Inglaterra já manifestara sua intenção de não submetê-los a revisão. Nessas condições, o prazo da comissão expira em 1862, sem que se chegasse a qualquer resultado. Esse fracasso acompanha-se de um acirramento da tensão anglo-brasileira, o qual conduz ao rompimento das relações diplomáticas em 1863.

Nesse quadro de progressiva deterioração das relações anglo-brasileiras (que culmina durante a permanência de Christie no Brasil) a situação dos africanos livres e os termos do decreto de 28 de dezembro de 1853 são freqüentemente denunciados pela Inglaterra. Com efeito, esse decreto, além de sancionar a protelação da liberdade dos africanos legalmente emancipados a partir do julgamento do navio negreiro, silenciava sobre a situação dos africanos livres empregados nos serviços públicos. Além disso, subordinando a emancipação ao requerimento do interessado, a execução ao decreto de 1853 se via na prática cercada de dificuldades diversas, reduzindo-se, portanto, inclusive, o seu limitado alcance.

Paralelamente ganhava expressão uma opinião receptiva à propaganda do abolicionismo europeu e americano, cujas sugestões eram reinterpretadas no sentido da emancipação gradual. Essa ordem de preocupações seria mais tarde sistematizada nos escritos histórico-jurídicos de Perdigão Malheiro.

Por outro lado, os termos extremamente vulneráveis em que era regulada, na legislação nacional, a situação dos africanos livres tendiam a transformá-la em alvo precípuo para a combatividade da opinião emancipadora.

Dessa forma, com a vigência do decreto de 1853, a crítica (nacional e inglesa) da escravidão brasileira era mantida no terreno de uma questão remanescente dos problemas do tráfico.

Por fim, em 1864 (pelo Decreto nº 3.310, de 24 de setembro) é concedida a emancipação a todos os africanos livres existentes no Império, a serviço do Estado ou de particulares. Esse passo, que permitia à opinião progredir nas suas reivindicações, prenunciava novas iniciativas da Coroa na questão.

Com efeito, logo no ano seguinte, Pimenta Bueno é encarregado pela Coroa de estudar o problema da reforma servil. Nessa ocasião, tramitavam no Legislativo dois projetos de cunho emancipador de autoria do Senador Silveira da Motta.

No primeiro, apresentado já em junho de 1860, proibiam-se as vendas de escravos debaixo de pregão e exposição pública; ficava vedada a separação dos cônjuges escravos em todas as vendas; estabelecia-se um limite de idade para a separação de pais e filhos e facilitava-se a concessão de cartas de liberdade aos escravos inventariados que exibissem, à vista, o preço em que fossem judicialmente avaliados.

Aprovado com emendas no Senado em maio de 1862, o projeto vira, entretanto, sua tramitação entravada na Câmara.

No início de 1864, Silveira da Motta propusera a abolição dos chamados escravos da nação e a proibição de propriedade escrava aos conventos religiosos. Logo em seguida, fora retomado, na Câmara, o projeto sobre a venda de escravos em leilão, o qual, depois de uma discussão de tom predominantemente antiemancipador, passara à Comissão de Justiça Civil.

Desincumbindo-se da tarefa, Pimenta Bueno apresenta ao Imperador, durante o período da Administração Olinda, cinco projetos referentes à reforma servil. O primeiro concedia a liberdade aos nascituros; o segundo criava o fundo de emancipação e estabelecia o pecúlio e a alforria forçada, uma vez pago o valor do escravo; o terceiro ordenava a matrícula da escravatura; o quarto concedia liberdade aos escravos da nação; o quinto tratava da libertação gradual dos de propriedade dos conventos. Os dois últimos tinham antecedentes no projeto de Silveira da Motta, apresentado ao Senado em 1864.

Disposta a promover a reforma servil, a Coroa passa a prestigiar com seu interesse toda a atividade filantrópica emancipadora. O gesto da ordem religiosa dos beneditinos, que declara livres os filhos de suas escravas, dá ao Imperador a oportunidade de, através de manifestações de louvor, externar claramente o seu ponto de vista sobre a matéria.

É nesse contexto que ganha relevo a Mensagem que os próceres do abolicionismo europeu, integrantes da Junta Francesa de Emancipação, enviam ao Imperador, incitando-o a resolver o problema da escravidão.

Tal é o quadro em que se inaugura a gestão do Gabinete de 3 de agosto de 1866.

A Mensagem da Junta de Emancipação é respondida pelo Brasil, logo no início da Administração Zacarias, assegurando o Ministro Martim Francisco Ribeiro de Andrada aos missivistas que "a emancipação dos escravos, conseqüência necessária da abolição do tráfico, não passava de uma questão de forma e de oportunidade" e que o Governo brasileiro só não se ocupava da questão, devido às dificuldades decorrentes da guerra do Paraguai, então em curso.

Essa carta, que indicava propósitos emancipadores por parte do Governo e criava um comprometimento moral para o Brasil ante a opinião internacional, foi mantida secreta, sendo conhecida, apenas, depois de divulgada na Europa. Com esse ato, que lhe acarretaria graves riscos políticos se conhecido imediatamente, o Gabinete provava, ante a Coroa, a sua disposição de encaminhar a reforma servil.

Justificando-se com as condições de guerra, o Governo decreta, em 6 de novembro de 1866, a liberdade gratuita dos escravos da nação que

estivessem em condições de servir no Exército. Ao mesmo tempo, o Imperador animava com prêmios honoríficos a alforria, para o mesmo fim, de escravos de propriedade de particulares, patenteando assim, mais uma vez, seu interesse pela emancipação.

Lei do Ventre-Livre

Estabelecida, ante a Coroa, sua disposição de promover a reforma, o Gabinete Zacarias preside às eleições de 1867 e obtém a formação de uma Câmara estritamente ministerial.

Depois de submeter os projetos de Pimenta Bueno ao Conselho de Estado, o Governo nomeia uma comissão composta de Nabuco de Araújo, Sales Torres Homem e Sousa Franco para, com a assistência de Pimenta Bueno, elaborarem a proposta a ser apresentada à Câmara. A esses passos segue-se a inserção na Fala do Trono de 22 de maio de 1867 de um tópico referente à emancipação.

A cobertura de uma sólida maioria parlamentar permitia ao Ministério enfrentar o volume dos protestos que suscitaria o lançamento da reforma servil na arena política. Quanto à apresentação do projeto, segundo declaração formal do Presidente do Conselho em maio do ano seguinte, devia aguardar o restabelecimento da paz externa.

Em 1868, contudo, após um incidente entre o Ministério e a Coroa, a situação política é substituída (não obstante a sua ampla base parlamentar), tendo lugar a ascensão dos conservadores ao Governo.

Tendo o Partido Conservador se comportado na oposição como porta-voz da resistência à reforma servil, a formação do Gabinete Itaboraí tomava toda a aparência de um recuo da Coroa na questão.

Em conseqüência, operava-se um acirramento na opinião emancipadora, desde que o encaminhamento da reforma, uma vez levantado o problema na arena política, se afigurava irreversível.

É nessas circunstâncias que o novo Partido Liberal, que então se estrutura, inclui a emancipação entre as reformas preconizadas no seu programa.

Como uma tentativa conciliatória, a fim de sustar o encaminhamento político, assim acelerado, da libertação dos nascituros, o Gabinete Itaboraí promove a passagem do projeto de Silveira da Motta sobre as vendas de escravos em leilão, o qual, remetido em 1864 à Comissão de Justiça Civil, até então não encontrara oportunidade de encaminhamento parlamentar. Retomando-o, a Comissão de 1869 recomenda-o calorosamente e, depois de rápida discussão, o projeto é transformado em lei a 15 de setembro de 1869.

Enquanto o Partido Liberal, aspirante ao poder, adotava o programa da Coroa, seu adversário passava a representar a tendência da sociedade à preservação do *status quo* escravista.

Uma vez, porém, que o Governo se achava parlamentarmente forte, criava-se para o Partido Conservador a contingência de redefinir-se, sob pena de se ver preterido na simpatia da Coroa. Dessa forma, a constituição de uma Câmara ministerial, por Itaboraí, se transformava num recurso para o encaminhamento da emancipação.

Essa duplicidade de orientações dentro do Partido Conservador conduz à cisão partidária, uma vez terminada a guerra do Paraguai, a cuja conclusão já havia sido condicionada, em 1868, à promoção da reforma.

No conflito, a posição da dissidência partidária se fundamentará no fato de já ter sido a questão anteriormente levantada pela situação política substituída, o que permitia ao Partido Conservador apresentar-se ante o eleitorado como o executor de uma medida inevitável, cuja adoção não implicava, portanto, qualquer discrepância da tendência a manter o *status quo* escravista.

A nova orientação do Partido, contrária à posição assumida por Itaboraí, passa a encontrar expressão inclusive no seio do Ministério. Assim, por exemplo, apesar da linha adotada pelo Presidente do Conselho, o Barão de S. Lourenço, Presidente da Província da Bahia e amigo político do Ministro da Justiça, estimula a emancipação no seu relatório à Assembléia Provincial.

Tornada, pois, insustentável a permanência do Ministério do ponto de vista partidário, articula-se uma dissidência parlamentar para precipitar sua retirada. Dada a identificação do Gabinete com o escravismo, a dissidência vê-se impelida a travar batalha no terreno da reforma servil, sendo assim conduzida a assumir a responsabilidade ativa de um programa emancipador.

Em maio de 1870 o Deputado conservador Teixeira Júnior interpelava o Governo sobre sua posição quanto à questão escravista, adiantando, ao mesmo tempo, que a indecisão do Ministério, bem como as divergências que se insinuava haver entre o seu ponto de vista e o da Coroa o incompatibilizavam para executar a reforma. Em resposta, o Presidente do Conselho transferia para a Câmara a iniciativa na questão.

Dias depois dessa interpelação, Teixeira Júnior fundamentava um requerimento para que se nomeasse uma comissão especial para dar à Câmara seu parecer, com urgência, sobre a questão do elemento servil. Eleita a comissão, ela apresentava, a 15 de agosto, o seu parecer acompanhado de um projeto contendo medidas análogas às propostas por Pimenta Bueno.

Essa posição radical da dissidência parlamentar impelia definitivamente o Partido Conservador para a emancipação, condenando em conseqüência o Gabinete Itaboraí. Enfraquecendo mais ainda a posição do Ministério, José Maria da Silva Paranhos, Ministro de Estrangeiros, em resposta a uma interpelação no Senado, no mês seguinte, atribuía ao Gabinete a disposição de encaminhar a questão.

Tendo estado ausente da cena política nacional durante quase toda a gestão Itaboraí, a posição de Paranhos não podia ser vinculada à da dissidência da Câmara, comprometida pelo radicalismo dos seus métodos. Além disso, dada sua escassa colaboração com o Gabinete no âmbito da política interna, sua declaração não chegava a representar uma defecção, mantendo-se intacto o seu prestígio para assumir uma posição de liderança dentro do Partido, a fim de conduzi-lo à reforma.

À declaração de Paranhos segue-se ainda uma tentativa do Gabinete para protelar o debate sobre a libertação do ventre escravo, fazendo tramitar na Câmara um projeto sobre a alforria dos escravos da nação a serviço da Coroa.

Verberando o caráter limitado do projeto, o Deputado Teixeira Júnior denuncia a divergência entre a linha geral seguida pelo Gabinete e as afirmações de Paranhos, e requer a votação da preferência entre o projeto em primeira discussão e o da comissão especial. Levantada a questão de gabinete pela intervenção de Paulino de Sousa (filho), Ministro do Império, a votação nominal dá vitória ao Governo, que, entretanto, sai enfraquecido do debate.

Dias após, os liberais apresentam no Senado, durante a discussão do orçamento, um aditivo autorizando o Governo a aplicar a quantia de mil contos de réis à alforria de escravos. Fundamentando-o, o Senador liberal Nabuco de Araújo, depois de aludir à reforma recém-efetuada em Cuba, hipoteca o apoio do Partido Liberal ao projeto da comissão especial da Câmara.

Ao estabelecimento da aliança entre os liberais e a dissidência conservadora, no terreno da reforma servil, segue-se logo a substituição do Gabinete Itaboraí.

O novo Gabinete Conservador presidido por Pimenta Bueno (Visconde de São Vicente), autor dos projetos iniciais, e do qual faz parte também Teixeira Júnior, líder da dissidência parlamentar, é substituído a 7 de março de 1871, após curtíssima gestão.

Com a liquidação do Ministério Pimenta Bueno-Teixeira Júnior, ficava ostensivamente demonstrado o desinteresse do Partido Conservador

pela sorte dos emancipadores, facilitando-se, assim, sua conversão à reforma em novas bases.

Organizado o terceiro Gabinete Conservador, presidido por Paranhos (Visconde do Rio Branco), a pasta da Justiça é ocupada por Sayão Lobato, anteriormente notório defensor da resistência escravista: a passagem da reforma assumia, assim, um caráter de contingência partidária.

Logo na primeira Fala do Trono da nova gestão era recomendada, entre outras, a reforma servil.

Em seguida, era apresentada à Câmara a proposta emancipadora do Governo: abandonando o projeto já elaborado pela comissão parlamentar, o Ministério desenvolvia um novo recurso para facilitar a tarefa política da conversão do Partido, evitando qualquer compromisso com a dissidência de 1870.

A viagem do Imperador ao estrangeiro garantia a afirmação do Presidente do Conselho de que não pretendia recorrer à dissolução da Câmara no caso de insucesso, temendo a agitação que decorreria de eleições em nome da emancipação. A derrota de Rio Branco significava, porém, depois dos precedentes, a queda da situação conservadora, e essa perspectiva, colocada ante uma Câmara cuja eleição não se fizera no terreno da reforma servil, tendia a possibilitar o êxito da tarefa do Governo.

Por outro lado, uma vez que a ascensão dos liberais, obrigados a compor uma nova Câmara, não propiciaria provavelmente condições ao sucesso de um programa emancipador, toda a responsabilidade da passagem da lei recaía sobre o Partido Conservador – donde a grande resistência parlamentar intrapartidária encontrada por Rio Branco.

À medida que o debate se acirrava, os adversários da reforma, abandonando o tom antiemancipador, passavam a propor soluções alternativas, com vistas à protelação do andamento da proposta do Governo para além do encerramento da sessão legislativa (30 de setembro) – o que aniquilaria suas possibilidades de aprovação. É nessas condições que a lavoura dá sua adesão ao emancipador Cristiano Otoni, defensor de um sistema diverso do adotado pelo Governo; com o mesmo sentido de retardamento dos debates, a resistência à reforma passa a focalizar as deficiências técnicas do projeto.

Obtida por fim a passagem da proposta na Câmara, o Governo promove com o apoio dos liberais, interessados na liquidação do problema, sua rápida tramitação pelo Senado.

Refletindo a importância política crucial assumida pela passagem da medida, o Senado adota uma posição radical, que encontra expressão no

discurso em que Sales Torres Homem verbera a "pirataria exercida à roda dos berços, nas águas da jurisdição divina e debaixo das vistas imediatas de um povo cristão".

Faltando já poucos dias para o encerramento da sessão legislativa, Nabuco de Araújo apela para que o Senado prescinda de apresentar emendas, que exigiriam a volta do projeto à Câmara – o que implicaria em sua rejeição. À manifestação desse chefe liberal seguem-se a aprovação do projeto e sua sanção pela Princesa Regente.

Pelo artigo 1º da lei de 28 de setembro de 1871, eram declarados livres os filhos de mulher escrava, nascidos no Império desde a data da lei.

Esses ingênuos ficariam em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães que teriam a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de 8 anos completos. Depois dessa idade, o senhor teria a opção de receber do Estado a indenização de 600$000, paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos (artigo 1º, § 1º).

Pelo artigo 3º, criava-se um fundo constituído da taxa de escravos e de outros recursos para ser aplicado ao resgate no valor do escravo, a fim de obter-se sua emancipação.

Pelo artigo 4º, era permitida ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe proviesse de doações, legados e heranças e com o que, por consentimento do senhor, obtivesse do seu trabalho e economias. Se o escravo, por meio de seu pecúlio, obtivesse recursos para a indenização do seu valor, teria direito à alforria (artigo 4º, § 2º). Era permitido ao escravo, em favor de sua liberdade, contratar com terceiros a prestação de futuros serviços por tempo não excedente de 7 anos, mediante o consentimento do senhor e aprovação do juiz de órfãos (artigo 4º, § 3º).

Eram declarados libertos os escravos pertencentes à nação (art. 6º, § 1º), os dados em usufruto à Coroa (§ 2º), bem como os das heranças vagas (§ 3º).

Como providência preliminar para o controle da execução da lei, o artigo 8º determinava a matrícula especial de todos os escravos existentes no Império. Os que não fossem dados à matrícula até um ano depois do encerramento desta seriam considerados libertos (art. 8º, § 2º).

Uma vez resolvida a questão da reforma servil, irrompe o conflito, antes represado, entre a resistência escravista e o Gabinete emancipador, culminando numa votação da Câmara contra o Governo (1872). Dessa forma, através da cisão partidária, o Partido Conservador ao mesmo

tempo atendia à solicitação da Coroa e expressava sua disposição de preservar o *status quo* escravista.

Ante a luta intrapartidária, a Coroa sustenta o Gabinete, tendo em vista a garantia da execução da Lei do Ventre-Livre: em vez de formar um novo Ministério, tirado da ala vitoriosa, o Moderador concede a Rio Branco o decreto de dissolução, habilitando-o para a consulta eleitoral, que os riscos de agitação teriam tornado impossível no ano anterior. Desde que o problema da emancipação já se encontrava, na verdade, superado, não era difícil a Rio Branco conseguir um predomínio ministerial na representação conservadora.

Uma vez constituída a nova Câmara, dissipa-se o conflito intrapartidário, e a reforma servil, já consumada, se transforma em título de honra para o Partido Conservador, acrescentado ao da extinção do tráfico.

A situação liberal

Uma nova etapa no encaminhamento do problema da escravidão abre-se durante a gestão Sinimbu, com a qual se inaugura a situação liberal, iniciada em 1878.

Argumentando com a freqüência dos crimes de assassinato de senhores por escravos, o Ministério apresenta à Câmara, em fevereiro de 1879, um projeto no qual é proposto, para o caso desses delitos, a substituição da pena de galés pela de prisão celular.

A essa tentativa de reforçar a ordem escravista segue-se a eclosão do movimento abolicionista parlamentar, que logo se comunica à imprensa e à opinião em geral.

O Ministério seguinte, presidido por José Antônio Saraiva, já encontra a campanha abolicionista em progresso.

Declarando que "não cogita" da questão servil, Saraiva procurará por todos os meios sustar as manifestações abolicionistas no plano parlamentar. Além disso, do seu comportamento político durante a eleição que se segue à passagem da reforma eleitoral de 1881, resultará a criação de dificuldades suplementares à mudança do *status quo* legal escravista. Com efeito, da neutralidade do Governo no processo eleitoral decorrerá a formação de uma considerável representação oposicionista, cuja presença estimulará a dissidência no seio da maioria.

Assim, os deputados pertencentes ao partido no poder tenderão a unir-se, conforme as circunstâncias, à minoria adversária, criando um regime de permanente instabilidade parlamentar. No caso particular do escravismo, a ameaça de dissidência intrapartidária tornava inviável qualquer tentativa de legalização das mudanças já introduzidas de fato a partir de 1881.

Demais, a isenção eleitoral do Governo significava um prejuízo ponderável à representação abolicionista liberal, exposta ao eleitorado agrário sem auxílio governamental ou cobertura partidária.

Dentro dessa linha antiemancipadora é chamado ao Governo, em janeiro de 1882, o Deputado Martinho Campos, identificado com a resistência escravista.

Dada a transformação que se tinha operado na situação de fato, apesar de mantido formalmente o estatuto definido pela lei de 28 de setembro de 1871, não era, porém, na verdade inviável a introdução de algumas reformas na legislação servil, muito embora nenhum dos dois partidos ousasse assumir essa responsabilidade.

Nessas condições, depois de alguns meses de governo, o Ministério Martinho Campos deixa o poder, sendo substituído por um gabinete presidido pelo Visconde de Paranaguá, que inclui no seu programa a proibição do tráfico interprovincial.

Na Fala do Trono de 3 de maio de 1883, o problema é novamente colocado em pauta. A esse passo segue-se a organização de um novo gabinete sob a Presidência de Lafayette Rodrigues Pereira, que promove a apresentação de um projeto sobre a matéria.

Durante a gestão Lafayette, o Ceará se declara província livre, seguindo-se as providências para a emancipação do Amazonas.

Comprometido com um programa de caráter emancipador, o Governo saúda essas conquistas provinciais, incompatibilizando-se irremediavelmente com a lavoura. Em seguida, porém, para eximir-se da pecha de subversivo, demite os presidentes das províncias emancipadas. Essa indecisão torna insustentável a situação parlamentar do Ministério que, em conseqüência, é derrubado com o auxílio dos Deputados do seu próprio partido.

Estabelecida a inviabilidade do encaminhamento político espontâneo da questão, a Coroa intervém, tornando condição para a chamada ao poder, o propósito de ocupar-se com o problema servil. Assim, Sinimbu e Afonso Celso deixam de ser convidados, por não concordarem em dar primazia à questão escravista.

Dirigindo-se então a Saraiva, o mais prestigioso chefe liberal, o Imperador obtém sua anuência ao programa da Coroa.

Por outro lado, porém, a impopularidade da matéria, do ponto de vista partidário, criava sérios óbices a essa orientação.

Nessas condições, Saraiva, ao mesmo tempo que reconhece a necessidade de ser encaminhado o problema pelos partidos, abstém-se de aceitar

o Governo, alegando não lhe parecer possível na ocasião compor um gabinete capaz de superar as dificuldades que logo se levantariam.

Os termos da recusa de Saraiva, fundamentada no reconhecimento da necessidade de encaminhar a questão escravista, permitem a formação, em 6 de junho de 1884, do Gabinete presidido por Manuel Pinto de Sousa Dantas, ex-Ministro do Gabinete Saraiva de 1880.

Paralelamente, uma ala do Partido Conservador, chefiada por João Alfredo Correia de Oliveira, passa a recomendar-se igualmente à Coroa, em nome da execução da reforma servil.

Lei dos sexagenários

Logo na sessão de apresentação do seu programa à Câmara, Dantas anuncia a decisão do Governo de intervir na solução progressiva do problema escravista. Expressando a sua posição com a fórmula "nem retroceder, nem parar, nem precipitar", propõe uma série de medidas destinadas a promover a emancipação gradual. A primeira seria a localização provincial da escravatura, já adiantada pela legislação provincial. A segunda dizia respeito à ampliação do fundo de emancipação, através de uma contribuição nacional. A terceira consistia na libertação dos escravos maiores de 60 anos.

Na sessão de 15 de julho de 1884 é apresentado à Câmara dos Deputados o projeto do Governo no qual se estabelecia, pelo § 1º do inciso I do artigo 1º, que o escravo de 60 anos, cumpridos antes ou depois da lei, adquiria *ipso facto* a liberdade.

A libertação automática dos escravos com mais de 60 anos, sancionando o princípio abolicionista da liberdade sem indenização aos proprietários, fornecia ao Partido Liberal o pretexto para, repudiando Dantas, afastar de si a responsabilidade – que nenhum dos dois partidos queria assumir – da iniciativa na transformação do *status quo* legal. Além disso, o repúdio do seu próprio partido fazia ressaltar ainda mais a importância do apoio que Dantas recebia dos abolicionistas e, assim, repelindo o abolicionismo através de Dantas, o Partido Liberal se recomendava ao eleitorado agrário, antes de realizar, efetivamente, a transformação sugerida pela Coroa.

Dessa forma, Dantas perde logo o apoio de parte substancial do seu partido, passando a contar apenas com um grupo ministerialista insuficiente para sustentá-lo parlamentarmente.

A apresentação do projeto do Governo se acompanha de imediato da demissão do Presidente da Câmara, Deputado Moreira de Barros. Interpretada como expressão de desconfiança, a renúncia do Presidente da Câmara é posta em votação, vencendo o Governo por margem ínfima.

A essa votação segue-se um compasso de espera, uma vez que Dantas insistia em cair em nome do projeto, enquanto o Partido, pretendendo encaminhar futuramente a questão, evitava explicitar-se nesse terreno. Depois de algumas tentativas para derrubar o Gabinete na discussão do orçamento, é por fim aprovado um voto de desconfiança referente à proposta, sendo o conflito resolvido pela Coroa a favor do Executivo.

Dissolvida a Câmara, a eleição, processada com o Gabinete identificado com o abolicionismo, traz de volta a dissidência liberal, agora combinada com uma considerável representação conservadora, beneficiada com a cisão do partido no poder.

Por outro lado, a agitação processada durante a gestão Dantas tornara inevitável o encaminhamento da questão para o restabelecimento da tranqüilidade na lavoura. Ao mesmo tempo em que se removiam os óbices políticos à aceitação da reforma, o Partido Conservador, pela voz de Cotegipe, passava a recomendar-se à Coroa para realizá-la em lugar dos liberais. Dessa maneira, a iniciativa de Dantas promovia a conversão dos dois partidos imperiais ao programa da Coroa.

Convocada para se pronunciar sobre o projeto do Governo, a nova Câmara reconduz Moreira de Barros à Presidência e inicia os trabalhos negando o seu apoio à política do Gabinete.

Por essa ocasião, os Deputados republicanos paulistas Prudente de Morais e Campos Salles, eleitos com o auxílio do chefe conservador Antônio Prado, líder do setor imigrantista, manifestam-se favoráveis ao Gabinete Dantas e ao seu projeto, e, em nome da lavoura paulista, se declaram indiferentes à escravidão e interessados exclusivamente na imigração. Dessa forma, sem influir na sorte do Gabinete, que já se achava condenado, o ponto de vista da lavoura cafeeira mais próspera ganhava projeção no plano nacional.

Com a organização de um novo Gabinete Saraiva (6 de maio de 1885), quando a reforma servil já se tornara ponto pacífico, opera-se a reunificação do Partido Liberal.

Aceitando o encargo ao qual se recusara no ano anterior, Saraiva apresenta uma proposta que, reproduzindo a de Dantas nos seus objetivos gerais (liberdade dos sexagenários, localização do tráfico interprovincial, tributação nacional), buscava, entretanto, dissociar o Partido Liberal do abolicionismo.

Para consignar o seu respeito à propriedade, o novo projeto fazia a liberdade dos sexagenários decorrer de uma tabela em que o valor do escravo decrescia com a idade. Aos maiores de 60 anos não era atribuído

mais valor, mas, a título de indenização pela alforria, esses escravos deviam prestar, por 3 anos, serviços que cessariam automaticamente ao atingirem a idade de 65 anos.

Como demonstração suplementar da disposição negativa do Partido Liberal para com o abolicionismo, o § 3º do artigo 7º do projeto fazia incorrer em multa de quinhentos mil-réis a um conto de réis os que "seduzissem ou acoutassem escravos alheios".

A proposta determinava, ainda, no artigo 5º, a divisão do fundo de emancipação – ampliado por impostos adicionais – em três partes. A primeira continuaria tendo a aplicação habitual, nos termos da lei de 1871. A segunda seria aplicada à libertação dos escravos mais velhos. A terceira seria destinada à libertação dos escravos da lavoura cujos senhores se resolvessem a substituir em seus estabelecimentos o trabalho escravo pelo livre; esses proprietários seriam indenizados pelo Estado em metade do valor dos escravos libertados e poderiam usufruir dos serviços dos libertos pelo tempo de 5 anos.

Encarando a passagem do projeto como a última tarefa do Partido Liberal, no poder desde 1878 e recém-engresso de um grave conflito interno, Saraiva, para garantir seu êxito, estabelece negociações com a oposição, na iminência de ascender. Delas se encarregando, na dupla qualidade de representante de uma província essencialmente escravista e de uma área que operava a transformação do trabalho, Antônio Prado firma uma posição de liderança no seu partido.

No seu voto em separado no parecer da comissão da Câmara sobre o projeto do Governo, Antônio Prado apresenta várias sugestões tendentes a captar a confiança da lavoura escravista.

Para marcar o direito de propriedade, propõe que seja fixado um valor para o escravo de 60 a 65 anos. Como garantia do serviço dos libertos, determinado no artigo 5.º do projeto, propõe que sua libertação seja considerada condicional.

Firmada sua posição ante o escravismo, Antônio Prado justifica na Câmara sua participação no encaminhamento do projeto, com a declaração de que considerava fora do terreno partidário três questões – a do elemento servil, a financeira e a da imigração –, reconhecendo, demais, a necessidade premente de intervir-se na primeira, depois da agitação levantada pelo Ministério Dantas.

Constituindo forte minoria na Câmara, os conservadores consideram a passagem do projeto, para a qual colaboram, como um passo preliminar na sua ascensão ao poder. A aliança de Saraiva com os adversários desu-

nia por sua vez os liberais, facilitando, em conseqüência, a sucessão conservadora.

Nessas condições, uma vez feita a votação final do projeto na Câmara, Saraiva se retira, para criar melhores condições políticas ao andamento da reforma servil, dando lugar à formação de um gabinete conservador, presidido por Cotegipe, com Antônio Prado na pasta da Agricultura.

A 28 de setembro de 1885, depois de sustentado no Senado pelos esforços conjugados de Saraiva e do Ministro da Agricultura, o projeto se transformava em lei.

Dissolvida a Câmara liberal, o Gabinete Conservador, reabrindo e aprofundando a hostilidade interpartidária, constitui uma esmagadora maioria de sua cor política, enquanto os liberais se unem novamente sob a liderança de Saraiva.

Conduzindo a competição interpartidária para o terreno da identificação com o escravismo, o Gabinete Cotegipe promove uma política de repressão ao abolicionismo, ao mesmo tempo em que procura atribuir ao Partido Liberal e a Saraiva toda a responsabilidade pela passagem da lei dos sexagenários.

Abolição

A noção de que o Partido Conservador seria o beneficiário natural de uma política de resistência escravista, por sua vez inclina imediatamente o Partido Liberal no ostracismo à posição emancipadora. Assim, é dentro e em nome de seu partido que o Senador Dantas – ao contrário do que sucedera em 1884 – apresenta na sessão de 1º de junho de 1886 um projeto extinguindo a escravidão no prazo de 5 anos.

A política escravista do Gabinete expressa-se ainda na elaboração do Regulamento da lei dos sexagenários.

Pelo § 1º do artigo 3º da lei, o valor do escravo para a indenização ao proprietário no caso de libertação sofria uma depreciação anual. Como a lei fora omissa sobre a data a partir da qual se devia calcular a depreciação, o Regulamento (publicado a 12 de junho de 1886) estabelece para esse fim a de 1º de janeiro de 1887.

Também a Corte e a Província do Rio de Janeiro, que a legislação provincial distinguia, são consideradas circunscrição única para o fim de localização da escravatura, dificultando assim a libertação da capital do país.

Uma vez promulgado o Regulamento, Cotegipe o transforma em título partidário ante o eleitorado escravista: se a lei não declarava que a depreciação do valor dos escravos se iniciaria a partir da data de sua publicação, isso se deveria à insistência dos negociadores do Partido Conservador junto a Saraiva.

Ao mesmo tempo em que nega a asserção conservadora, o Partido Liberal se vê impelido a lutar contra a interpretação escravista expressa no Regulamento, aceitando ainda o papel de porta-voz dos reclamos da opinião abolicionista.

Nessas condições o Senador liberal Ignácio Martins apresenta um projeto revogando o artigo 60 do Código Criminal (relativo à pena de açoites) e a Lei nº 4, de 10 de junho de 1835.

Como uma tentativa conciliatória – e também porque os juízes já se insubordinavam, deixando de cumprir a legislação escravista – o Governo aceita parte do projeto, revogando, por lei de 15 de outubro de 1886, o artigo 60 do Código, bem como a Lei n.º 4 de 1835, na parte em que impunha a pena de açoites.

Paralelamente, operava-se o controle do Executivo paulista pelo setor imigrantista, através da Presidência de João Alfredo, amigo político de Antônio Prado. A 24 de junho de 1886, João Alfredo passava o cargo para o Vice-Presidente Queirós Telles, seguindo-se a constituição da Sociedade Promotora de Imigração, a 2 de julho de 1886.

Uma vez conseguido, dentro da unidade partidária, o poder governamental necessário para o encaminhamento da imigração subvencionada, Antônio Prado se dissocia da política repressiva de Cotegipe, criando um incidente em torno da interpretação do Regulamento.

Assim, por um aviso publicado a 26 de abril de 1887, em resposta à consulta sobre a matéria, o Ministério da Agricultura resolve considerar livres todos os escravos que não fossem levados à matrícula por seus senhores ou por procuradores documentados para esse fim. Imediatamente, muitas coletorias e tribunais passam a proceder de acordo com o Aviso expedido, declarando livres escravos matriculados por pessoas de confiança do proprietário, mas que não haviam exibido a competente procuração.

A esse passo segue-se a retirada de Antônio Prado do Ministério, sendo a pasta da Agricultura ocupada por Rodrigo Silva. A importante defecção do ex-Ministro da Agricultura dá o sinal de recrudescimento da agitação abolicionista.

Na Província de São Paulo se intensifica a ação dos caifazes de Antônio Bento, iniciando-se o abandono das fazendas campineiras pelos escravos, com a solidariedade da praça cafeeira de Santos. Correlatamente, cresce o movimento de libertações condicionais, como tentativa para conter o êxodo.

Acompanhando o incremento da agitação, reforça-se a linha abolicionista do Partido Liberal. Na sessão de 3 de junho de 1887, quatorze Senadores liberais, liderados por Dantas, apresentam uma proposta dando como prazo à escravidão a data de 31 de dezembro de 1889. Dessa forma, como resultado da disputa interpartidária, o Partido Liberal passava a se recomendar à Coroa para o restabelecimento da ordem, através da abolição.

Concomitantemente, o Governo se defrontava com novas dificuldades quanto à interpretação do Regulamento da lei dos sexagenários.

Assim, os juízes abolicionistas tendiam a interpretar a declaração de "filiação desconhecida" do escravo como prova de sua liberdade, com a alegação de que só para os africanos introduzidos antes de 1831 se poderia admitir o desconhecimento daquele dado: os escravos teriam sua liberdade proclamada *ex-officio* se os senhores não provassem sua filiação escrava. Quando a questão se encontrava já afeta ao Judiciário, o Governo, por Aviso datado de 20 de julho de 1887, declara expressamente que a "filiação desconhecida" não era prova de liberdade, provocando a crítica liberal sobre a intromissão do Executivo no âmbito de outro poder.

Diante da agitação criada em torno da questão da "filiação desconhecida", o Governo promove a passagem rápida de um novo projeto do Senador liberal Ignácio Martins, revogando todos os artigos da Lei n.° 4, de 10 de junho de 1835.

A conversão do Partido Liberal ao abolicionismo cria para o Partido Conservador a contingência de competir no mesmo terreno. Nessas condições, o interesse da lavoura mais nova em liquidar a questão servil, uma vez encaminhada à imigração, passa a se expressar em termos da necessidade partidária de promover-se uma reforma já proposta pelos liberais.

Uma representação dos fazendeiros de Campinas à Câmara, protestando contra a indiferença do Executivo provincial ante a fuga dos escravos das fazendas, dá os termos do debate para a reorientação do Partido Conservador.

Hipotecando apoio ao Ministério, os fazendeiros apelavam ao Governo imperial para que reprimisse a agitação abolicionista, ao mesmo tempo em que solicitavam medidas enérgicas e prontas para que fossem restituídos cerca de 2.000 escravos asilados em Santos.

Na mesma sessão do Senado, em que era aprovada a mudança na legislação penal escravista – revelando-se a inevitabilidade da abolição –, Antônio Prado, eleito Senador, toma a defesa do Presidente da Província de São Paulo em termos francamente abolicionistas, terminando

por impor, como condição ao Governo, para continuar a apoiá-lo, a aceitação de uma reforma na lei de 1885.

A essa manifestação, seguem-se as declarações parlamentares de João Alfredo e do próprio Antônio Prado convidando o Gabinete a promover a abolição. A viabilidade desse passo se fundava em que o Governo dispunha de grande maioria na Câmara, e o Partido Liberal já se comprometera com a medida, não podendo deixar de apoiá-la. Dessa forma, a compressão eleitoral exercida por Cotegipe transformava-se em fator favorável no processo da abolição.

Por outro lado, sendo improvável, agora, que um gabinete liberal (obrigado a novas eleições que, dada a questão em jogo, poderiam ser-lhe desfavoráveis) obtivesse êxito, a conversão do Partido Conservador significaria sua responsabilização essencial pela abolição. Nessas condições, a proposta de Antônio Prado e João Alfredo é repelida pelo Governo, declarando-se imediatamente a cisão partidária. Dessa forma, novamente o Partido Conservador satisfazia, ao mesmo tempo, a resistência escravista e se preparava para um programa emancipador.

Formalizada, com as declarações de Antônio Prado, a articulação de uma dissidência conservadora, Joaquim Nabuco proclama da tribuna da Câmara a incompatibilidade entre a honra do Exército Nacional e as tarefas da captura de escravos fugidos. Logo em seguida, os oficiais do Clube Militar fazem uma representação à Princesa Regente no mesmo sentido, terminando, assim, por retirar as condições de segurança à propriedade escrava.

Por outro lado, porém, desde que a conversão do Partido Conservador se configurava sobre uma hipótese – a chamada dos liberais ao poder – a dissidência não encontrava dentro do partido (dado o golpe profundo a ser vibrado na sociedade agrária) força suficiente para derrubar o Gabinete.

Essa tarefa incumbirá à Coroa, passando a Regente a reprovar ostensivamente a política de Cotegipe, como recurso para provocar sua retirada.

A exigência da Regente para que o Governo substituísse o Chefe de Polícia – executor da política de repressão ao abolicionismo – força a demissão de Cotegipe, seguindo-se a constituição do Gabinete João Alfredo, com Antônio Prado na pasta de Estrangeiros (10 de março de 1888). A continuação de Rodrigo Silva, Ministro do Gabinete Cotegipe, na pasta da Agricultura, confirmava para o programa do Gabinete o caráter de uma contingência partidária.

Com a constituição de um novo ministério, tirado da dissidência, eliminava-se para o Partido Conservador a alternativa de rejeitar a aboli-

ção, desde que, em virtude dos precedentes, um insucesso do novo Gabinete significaria a queda do Partido. Além disso, o crescimento da agitação abolicionista, bem como a desaprovação ostensiva da Regente à política escravista de Cotegipe – permitindo lançar a responsabilidade da abolição sobre a Coroa – facilitavam a nova conduta partidária, tornando, em conseqüência, reduzido o alcance da resistência liderada por Cotegipe e Paulino de Sousa. Dessa forma, ao ser promulgada a 13 de maio de 1888, a lei da abolição encontra no plano parlamentar a oposição de apenas uma pequena minoria dos representantes de cada um dos partidos imperiais.

CAPÍTULO III

A COLONIZAÇÃO BASEADA NO REGIME DA PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA

Panorama do Brasil no início do século XIX

NA ÉPOCA em que a Corte portuguesa se transladou para o Brasil e ainda quando foi declarada a Independência, mal se distinguiria uma classe média na estruturação social do país. Havia senhores brancos, latifundiários, de um lado, e, do outro, escravos, peões ou vaqueiros sem posse de terras. A grande massa do povo se encontrava, pois, na dependência de um pequeno grupo de senhores que, durante a época imperial, viriam tornar-se a elite e a aristocracia. À estrutura social correspondia economicamente a monocultura, sobretudo a da cana-de-açúcar que, ao início da era imperial, começava a ser substituída pelo café. Assim como a sociedade colonial se ressentia da falta de uma classe média, única apta a consolidar uma nação moderna, a economia ignorava praticamente a policultura, capaz de abastecer cidades em evolução ou exércitos em campanha. Via-se, durante a época da Independência e ainda posteriormente, na formação de uma camada social média da mesma forma, como no engajamento de soldados estrangeiros, meio para fortalecer a unidade estatal, o poder central e imperial, em face dos elementos centrífugos, representados nas diversas províncias pelos grandes proprietários que dificilmente se subordinassem e que mais tarde, tentassem, como de fato com êxito tentaram, impor sua vontade ao novo Estado independente ou a fragmentos dele. Assim se tinham acostumado a impô-la às suas fazendas, estâncias e à gente humilde dependente deles.

As colônias

A situação social econômica e politicamente precária do país já fora, ao que parece, diagnosticada pelo Marquês de Pombal. Já se tinham feito as primeiras tentativas visando a criar tanto no extremo norte, isto é, no vale do Amazonas, quanto no extremo sul, nas futuras Províncias de São Pedro do Rio Grande e Santa Catarina, por

intermédio de *colônias* uma classe média, econômica e socialmente independente dos latifundiários. Mandaram-se, devido a sua proverbial operosidade, açorianos e, para o Norte, além deles, desertores casados com portuguesas. Coube a cada um desses colonos e às suas famílias uma propriedade agrícola relativamente pequena (1.000ha, mais tarde 500ha), pois os latifundiários eram proprietários no mínimo de uma sesmana que abrangia 13.068ha. Recebiam ainda subsídios em forma de ferramentas, animais domésticos, alimentos etc. As colônias ficavam sob a direção de um inspetor, oficial ativo, que recebia ordens severas para superintender os adventícios e seus trabalhos. Sobretudo deviam evitar que os colonos se dedicassem ao "abominável vício da preguiça nem ao outro igualmente pernicioso que é o do desprezo do trabalho manual".[1] Deveriam explicar aos colonos que, de acordo com a vontade expressa d'El Rei, o trabalho físico não excluía a eventualidade de que exercessem cargos públicos e que, muito ao contrário, o cumprimento dessa ordem real seria levado em conta de merecimento. Os diretores das colônias deveriam conseqüentemente ainda evitar o abuso, tão em voga nestas regiões, de que os colonos se aproveitassem dos índios para a cultura da terra. Apesar dessas providências, as tentativas na época pombalina referentes à formação de uma camada média, baseada na pequena propriedade agrícola e no trabalho do homem branco e sua família, foram baldadas. O espírito dominante, e desprezo ao trabalho corporal considerado humilhante para o homem branco, contagiou em breve os imigrantes açorianos e estrangeiros, conduzindo-os ou à ociosidade ou ao emprego de escravos. Um capitão-geral, citado por Cabral, dizia a respeito: "Brancos e reinóis ainda que sejam criados com a enxada na mão, em pondo os pés no Brasil nenhum quer trabalhar".[2] Não queriam os ádvenas degradar-se perante os outros brancos trabalhando com a enxada na mão. Enquanto que os açorianos no vale do Amazonas se dedicavam por meio de escravos e remeiros indígenas à cata de especiarias agrestes, os casais açorianos e madeirenses no Rio Grande do Sul preferiam o pastoreio e em Santa Catarina, a pesca.

Nova tentativa de criar a pequena propriedade

D. João, cuja chegada tantos benefícios trouxe ao Brasil, foi, sob a ascendência de seu Ministro

[1] Artur Ferreira Reis, *Casais, Soldados etc.*, *Anais do III Congresso Sul-rio-grandense*, p. 2.368.

[2] No Rio Grande do Sul foi concedido aos colonos açorianos somente 1/4 de légua em quadra, ou seja, 272,25ha.

Tomás Antônio de Vilanova Portugal, o primeiro estadista após Pombal a tentar mais uma vez a colonização baseada no minifúndio e no trabalho livre de seu proprietário. Afirmava a respectiva carta régia que o "real serviço e o bem-estar do povo exigiam lavoura e colonização que são medíocres nestes Estados" e que o objetivo da imigração fosse "promover e dilatar a civilização do vasto reino e o acrescimento de habitantes afeitos aos diversos gêneros de trabalhos com que a agricultura e a indústria costumam remunerar os Estados que os agasalham".[3] Não se tratava, portanto, de uma simples importação de braços, apesar de o tratado de comércio com a Grã-Bretanha de 1810, proibindo o tráfico no hemisfério setentrional, ter dado o motivo para essas primeiras tentativas de colonização (v. Mello Morais, *Brasil-Reino*, I, pp. 189 e seg.). Desde o ano de 1808 um decreto permitia a imigração de não-portugueses e até a concessão de terras a católicos estrangeiros; agora um decreto com a data de 16 de março de 1820, dirigindo-se expressamente aos "diversos povos da Alemanha e de outros Estados", constituía o fundamento jurídico para a formação de colônias com imigrantes europeus a serem fixados em pequenas propriedades agrícolas. Já em 1817 (ou antes) foi fundada junto ao Rio Santo Agostinho, no Espírito Santo, a colônia Viana, que presumivelmente já se apoiava na pequena propriedade. Segundo Mello Morais, houve tentativa semelhante na embocadura do Itajaí com 100 colonos ex-soldados portugueses e pretendia Tomás Antônio estabelecer outras colônias com os mesmos elementos "de distâncias em distâncias nos caminhos de Minas e São Paulo.[4] Ao que parece, as primeiras colônias estrangeiras e alemãs, fundadas sob o nome de Leopoldina (1818) pelo naturalista Freyreiss e seus conterrâneos Busch e Psycke e sob o nome de Frankental (1821) pelo médico e viajante Dr. Jorge von Schaeffer, no Peruípe, perto de Viçosa, no sul da Bahia, ainda não se baseavam no trabalho livre e sim no aproveitamento de escravos.[5]

Imigrantes suíços de língua francesa

A primeira colônia que correspondia perfeitamente ao novo tipo de colonização, formada de colonos estrangeiros, 1.600 suíços de língua francesa e confissão católica, foi Nova Friburgo, em 1819. Recebiam os colonos pequenas propriedades com a incumbência de cultivá-las com as próprias mãos e as dos membros de família. Os primeiros colonos, gente pobre da região de Friburgo, na

[3] Aurélio Porto, *O Trabalho Alemão*, p. 36.

[4] Mello Moraes, *Brasil-Reino*, p. 192.

[5] Cf. Wappaens, *Handbuch de Geographie, u. Statistik*, p. 1.484.

Suíça, em parte sem idoneidade para a tarefa incumbida, isto é, para formar uma escola de agricultura, criação e artesanato para a população nativa, não teve grande êxito no terreno pouco apropriado; grande parte deixou a colônia, que em 1824 foi reforçada com 284 alemães.

Colônias agromilitares

Depois do Fico e antes da proclamação da Independência, D. Pedro e José Bonifácio, quiçá por iniciativa de D. Leopoldina, resolveram chamar soldados e colonos alemães. Enviaram o secretário particular de D. Leopoldina e o fundador da colônia Frankental, o Major da Guarda-Civil e partidário ativo da Independência von Schaeffer, para a Alemanha, a fim de angariar soldados para a guerra iminente com Portugal e colonos para a formação de colônias de caráter agromilitar. Lembrava-se José Bonifácio das colônias agromilitares dos cossacos em certas regiões da Rússia, principalmente na Ucrânia, cujos habitantes, sob a chefia de um oficial, eram, em primeiro lugar, lavradores, mas, em caso de emergência, se mostravam sempre prontos a defender as fronteiras contra agressões inimigas. Conhecia, aliás, D. Leopoldina sistema idêntico em sua pátria, onde colônias semelhantes foram mantidas ao longo das extensas fronteiras húngaras contra os turcos. Não há dúvida, entretanto, que José Bonifácio queria também "convencer os seus compatriotas por um exemplo prático que a cultura por braços livres é mais vantajosa do que a de escravos africanos;[6] no momento, todavia, as condições políticas exigiam de preferência soldados para defender a liberdade do país contra a arrogância das Cortes portuguesas.

Objetivos visados

Pretendia-se realizar, portanto, com a colonização baseada no regime das propriedades pequenas e do trabalhador livre, uma série de objetivos: demográficos (i. e., povoamento), morais (dignificação do trabalho manual), sociais (formação de uma camada média), militares (defesa das fronteiras) e, naturalmente, econômicas (abastecimento das cidades e do exército). Queria-se ainda que as colônias servissem de exemplo estimulante ou de escola para a população nativa do país; assim, os artesãos imigrantes em Nova Friburgo eram obrigados, por contrato, a "também ensinar os nacionais que quisessem aprender".[7] Mais tarde, em 1835, por exemplo, o Visconde de Caravelas escrevia ao Visconde de Barbacena em Londres para que mandasse casais suíços hábeis para o ensino e prática no Brasil de todos os métodos agrícolas empregados nas fazendas normais de Fellenberg".[8] Parece, entretan-

[6] Otávio Tarquínio de Sousa, *A Vida de Pedro I*, p. 490.

[7] L. G. dos Santos, *Memórias*, p. 702.

[8] Aguiar, *Barbacena*, p. 891.

to, que as idéias de José Bonifácio influíram na localização das primeiras colônias que se fundavam com a gente enviada por Schaeffer, pois foram situadas ao longo do caminho para a fronteira sulina: Santo Amaro e Itapecerica (1829), perto da capital paulista, Rio Negro (1829), na fronteira posterior entre as Províncias do Paraná e de Santa Catarina, São Pedro de Alcântara (1828), perto de Florianópolis, Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara, perto de Torres (1826), e, afinal, perto de Porto Alegre e da fronteira sulina, em homenagem da Imperatriz, assim chamada "Colônia Alemã de São Leopoldo"(1824), a maior e mais bem-sucedida de todas; realizava-se com ela, aliás, em analogia à política prussiana, uma proposta feita, 50 anos atrás, pelo defensor e reconquistador desta província, o Tenente-General João Henrique Boehm.

Os colonos angariados por Schaeffer provinham de todas as regiões alemãs, prevalecendo, todavia, os emigrantes da Renânia, principalmente da região do Mosela, do Hunsrueck, e os emigrantes de Hesse. Boa porcentagem era formada de protestantes, tendo o Governo imperial declinado tacitamente da exigência de pertencerem os colonos à religião católica.

Categoria social dos colonos alemães

Distinguiam-se estes imigrantes sob diversos aspectos dos colonizadores anteriores, vindos de Portugal e das ilhas dependentes. Em primeiro lugar, não procede a opinião generalizada de que todos os colonos tivessem sido gente pobre, sem recursos. Numa carta, dirigida pela Imperatriz presumivelmente ao Inspetor-Geral da colonização, Machado de Miranda, dizia esta que, com o Comandante Ehlers, vieram "300 colonistas todos quase ricos". Parece que todos, ou pelo menos grande parte dos colonos, pagaram as despesas de viagem até o Rio e que somente os soldados tinham a passagem livre, podendo estes, aliás, após o término de seu contrato, optar para "as vantagens que receberam os colonos mais bem estabelecidos neste Império". Não vieram os colonos em busca de aventuras, de ouro, do enriquecimento fácil, para "fazer a América" e para voltar enriquecidos quanto antes à Europa; não vinham também como indivíduos solteiros e sim como chefes de família, com a mulher e os filhos. Emigravam da pátria superpovoada por faltarlhes a oportunidade de um sucesso econômico ou pela incerteza de um futuro promissor aos seus filhos; em todo caso, pretendiam adquirir uma propriedade agrícola e tornar-se economicamente independentes. Alguns quiçá vieram também por motivos políticos, decepcionados com a política reacionária após as guerras napoleônicas e atraídos pela Imperatriz conterrânea no trono e pelo Imperador com a fama de liberal e constitucional. O ideal destes imigrantes seria, portanto, a terra virgem e promissora,

onde pudessem construir com as próprias mãos o seu lar, uma existência desembaraçada, uma pátria nova para si e seus filhos. Iriam trabalhar a terra eles mesmos, sem escravos, cuja manutenção, aliás, não era permitida nas colônias. Em Santa Catarina foi proibida, em 1848, por iniciativa do Dr. Blumenau, e também no Rio Grande do Sul, cumprindo-se uma sugestão do Dr. João Daniel Hillebrand, pelo regulamento de 1845 e pelas leis de 1850 e 1854. Da mesma forma, o Governo Imperial exigia a proibição da admissão de escravos nas colônias quando cedia terras devolutas para a colonização às províncias e quando, em 1850, celebrava o contrato com a Sociedade Hamburguesa de Colonização. Em contraste com os açorianos e outros imigrantes portugueses, os colonos alemães eram imunes à mentalidade colonial vigente, que até então impedira o surgimento de uma classe média. Impermeabilizavam-nas, em especial, a língua e a etnia diferentes, principalmente quando localizados em áreas maiores e etnicamente fechadas. Sem a formação de comunidades maiores e etnicamente compactas que resultaram, aliás, espontaneamente, do fato de os imigrantes serem, em sua grande maioria, até 1870, de língua alemã, também não estariam em condições de perseverar perante os preconceitos do ambiente contra o trabalho manual que logo lhes deu o epíteto de "escravos brancos". Comprova-o o malogro ou o êxito restrito de todas as colônias pequenas ou menores. No Rio Grande do Sul, por exemplo, logo no início da imigração alemã, o Governo enviou algumas famílias à região dos Sete Povos, a fim de se dedicarem aqui à agricultura. A respeito deles o autor do livro *100 Jahre Deutschtum* relata o seguinte:

> "Porém, contou-nos um dos descendentes destes colonos, cujos ascendentes se chamavam Schmidt e que agora se cognominava Ferreira: vimos que os nossos vizinhos viviam quase sem trabalho algum da criação de gado, e cada um de nós ocupou um pedaço de campo e começamos a dedicar-nos à criação de gado."

O mesmo aconteceu com colonos de Nova Friburgo, colônia relativamente pequena, que se dedicaram do mesmo modo ao pastoreio, mantendo escravos como os seus vizinhos. Parece ter sido este o motivo pelo qual nas colônias oficiais fora impedido ou restringido o estabelecimento de colonos nacionais, e isto até pelo período republicano adentro. Ainda em 1907 uma lei federal proibia expressamente que fossem vendidos mais de 10% dos lotes nos núcleos coloniais aos naturais do país (*Brasil 1940/41*, p. 40). A formação da classe média rural no sul do Brasil seria historica-

mente quase inconcebível sem os tão vilipendiados "quistos raciais", conseqüência lógica do fato de a imigração compor-se preferencialmente de alemães e da segregação oficial e geográfica, aliás temporária, dos colonos e seus descendentes do ambiente dominante.

Administração das colônias

Foi a "Colônia Alemã de São Leopoldo" que chegou a mostrar melhor que todas as outras características que faziam divergir a nova colonização do antigo sistema português. Tanto esta como as demais colônias posteriores, fossem elas fundadas pelo Governo Imperial ou Provincial, ou criadas por particulares quando não se restringiam à mera venda de lotes, possuíam uma administração autônoma a cuja frente ficava o diretor nomeado pelo Governo ou pelo proprietário da gleba a colonizar. Supervisionava o diretor não somente o loteamento, a distribuição dos lotes, a abertura das picadas, a construção de pontes etc., mas também era uma espécie de administrador militar que dispunha de poder policial e até judicial; somente após o regulamento de 1867 formava-se um conselho administrativo colonial, no qual eram representados os colonos. "São Leopoldo" foi dirigida primeiro pelo inspetor José Tomás de Lima e mais tarde pelo diretor Dr. João Daniel Hillebrand, um dos primeiros imigrantes. O objetivo da administração colonial era o de intensificar o desenvolvimento da colônia, que no começo necessitava de cuidados especiais, principalmente por ser fundada por gente completamente estranha ao ambiente físico, humano e político. Ficavam os colonos também temporariamente isentos de pagar impostos – por exemplo: os de Nova Friburgo e São Leopoldo por 10 e os de São Paulo por oito anos, durante os quais lhes era vedada a venda de suas glebas —, recebiam ferramentas, sementes e animais de criação a crédito ou grátis e, até a primeira safra, subsídios em víveres ou dinheiro. Mais tarde todas estas subvenções foram abolidas. Assim, os colonos italianos que imigraram da década dos 80 em diante tiveram de pagar, além da concessão de terra, todos os auxílios recebidos, inclusive o transporte até a respectiva colônia. Exigia-se o início do pagamento após a primeira colheita, devendo sua liquidação verificar-se dentro de 5 anos. O empresário, entretanto, que por contrato de 1818 se comprometeu a trazer os colonos suíços para Nova Friburgo, Sebastião Nicolau Gachet, obrigava-se a enviar "um bom cirurgião-médico, um boticário, um veterinário" e, igualmente, "dois ou quatro eclesiásticos para servirem no culto divino",[9] comprometendo-se S. M. a conceder uma gratificação anual e pagar os "mesmos

---

[9] L. G. dos Santos, *Memórias*, p. 702.

emolumentos concedidos aos párocos". Nas primeiras colônias, em São Leopoldo, nos estabelecimentos perto de Torres e em Nova Friburgo, até o pastor protestante era subvencionado pelo Governo imperial. É verdade que estas e outras promessas em parte não foram cumpridas, mas nunca faltou a boa vontade até os fins do primeiro e durante o Segundo Reinado. Outrossim, os colonos eram obrigados a pegar em armas em caso de perigo, exigência que os de São Leopoldo, apesar de suas muitas decepções, cumpriram religiosamente durante a Guerra Cisplatina, a Guerra dos Farrapos e, como as demais colônias, durante a longa Guerra do Paraguai.

Áreas das colônias

Recebiam os colonos de São Leopoldo glebas de 70 a 75 hectares; nas colônias posteriores reduziu-se o lote para 50ha e, mais tarde, até o presente, para 25ha. Até o ano de 1854 estas terras foram doadas pelo Governo; daquele ano em diante cobrava-se certa importância, inicialmente fixada em 300$000. A colônia de São Leopoldo abrangia primitivamente 1.028 lotes, tendo, pois, lugar para a mesma quantidade de famílias. Cada colônia era formada de picadas ou linhas e de uma sede (em Espírito Santo e Minas Gerais chamada de patrimônio), que era o local destinado para a futura vila ou cidade, dividido em ruas, quadras e pequenos lotes, reservando-se lotes especiais para a futura prefeitura, igrejas, escolas, cemitério etc. Na sede localizavam-se a administração da colônia, bem como os primeiros comerciantes, artesãos, eventualmente pequenos industriais, o padre ou pastor, o médico, o dentista etc. Os lotes dos colonos agricultores ficavam situados nas chamadas picadas; para a divisão da gleba territorial destinada aos colonos agricultores partia-se de uma linha previamente fixada, abrindo-se verticalmente a ela, em São Leopoldo numa largura de 6,6 metros, as picadas ou linhas, nas quais se marcava a frente dos lotes, medindo 220 metros, enquanto que o fundo, somente assinalado, atingia 3.300 metros. Mais tarde passaram a ser consideradas as condições geográficas do terreno a ser loteado, sendo então as medidas mais em uso 250 metros de largura e 1.000 metros de comprimento. Entre as picadas ou linhas e perpendicularmente a elas havia outras vias de comunicação, também margeadas de lotes, chamadas de travessões. Os lotes podiam atravessar as picadas, as futuras estradas ou situar-se nos dois lados, sendo designados, no último caso, de picadas duplas. Em geral, se não houvesse falta de água, os colonos erigiam as casas com as dependências econômicas perto da futura estrada, distando cada colono do seu vizinho, assim, no mínimo 220 metros. Uma picada, por vezes, chegava a ter extensão considerável; assim, a Linha dos

Dois Irmãos, na colônia de São Leopoldo, tendo originalmente 125 lotes em ambos os lados, media 27,5km de comprimento. Todas as picadas, direta ou indiretamente, desembocavam na sede da colônia. A primitiva colônia de São Leopoldo abrangia 162.000.000 de braças quadradas, 1.028 lotes e as seguintes 12 picadas: Feitoria Velha-Estância Velha com 180 lotes, Costa da Serra com 62, Dois Irmãos com 249, Travessão Herval com 25, Herval d'Este com 32, Herval d'Oeste com 31, Bom Jardim com 54, Linha 48 com 48, Linha Café com 140, Linha Nova com 63, Linha Hortênsio com 130 e 14 colônias com 14 lotes. Este sistema de povoamento diferia essencialmente daquele que os imigrantes conheciam na Europa, onde, em geral, viviam em aldeias e somente em casos excepcionais em quintas individuais. Aqui somente em certos pontos das picadas, favorecidos pelo tráfego, formavam-se, ao redor da igreja, da escola e da venda, no decorrer do tempo povoados de tipo aldeota, mesmo assim não comparáveis com as aldeias da Europa central.

Classes sociais nas colônias alemãs

Além dos traços mencionados, a colonização com fundamento na pequena propriedade, e que durante o Império coincide nas primeiras décadas quase com a colonização alemã e nas duas últimas com a italiana, é caracterizada pela formação de comunidades sociais de estruturação mais ou menos perfeita, sendo nela representadas quase todas as classes da sociedade européia de então. Não se tratava, pois, de um conglomerado de estabelecimentos agrícolas autônomos e isolados para a exploração de um determinado ou de diversos produtos, como, por exemplo, o açúcar, que substituía para os imigrantes portugueses o ouro, as pedras preciosas e as especiarias orientais não encontradas no Brasil. O Major Schaeffer comprovou ser homem de larga visão, enviando não somente lavradores e trabalhadores agrícolas, naturalmente constituindo a grande maioria dos imigrantes, como também muitos artesãos dos mais diversos ofícios, técnicos industriais e comerciantes com iniciativa própria, assim como adeptos de muitas profissões liberais: farmacêuticos, médicos, professores e pastores. Constituía desta maneira a "Colônia Alemã de São Leopoldo" com os seus 5.000 imigrantes primitivos e os seus descendentes uma pequena sociedade alemã bem estruturada que, além da tarefa agroeconômica, realizou, especialmente através dos imigrantes fixados na vila de São Leopoldo e em Hamburgo Velho, algo de importante nos setores de artesanato, indústria, transporte, instrução, religião e da cultura em geral. O mesmo não aconteceu com as colônias bem menores, fundadas ao mesmo tempo, que abrangiam muito menos habitantes do que São Leopoldo e deixavam também de formar um

centro de caráter urbano: Santo Amaro e Itapecerica com 39 famílias, o Rio Negro com 247 almas e São Pedro de Alcântara, em Santa Catarina, com 652 imigrantes.

Pequenas culturas

Com os colonos enviados por Schaeffer no decurso de mais ou menos cinco anos fundavam-se estimativamente, em terras até então sem valor econômico, 1.500 estabelecimentos agrícolas, número relativamente pequeno para as necessidades do país, mas de grande importância, tomando-se em consideração que a agricultura existente era formada de economias relativamente fechadas e destinadas a produzir o açúcar para a exportação; não fornecia ela, pois, os comestíveis para as cidades crescentes. Quem folheia os documentos da época sabe, entretanto, quão premente se apresentava o problema de abastecimento para o Rio de Janeiro ou a pequena cidade de São Paulo, e que os comestíveis de toda a espécie pesavam muito no balanço de importação. Os novos estabelecimentos agrícolas transformavam-se desde logo em fornecedores de produtos agrícolas às cidades (Rio, São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre) e, no Sul, também do Exército em campanha. Dedicavam-se ao plantio das "pequenas culturas" como também à horticultura e à pomicultura. A criação de porcos, vacas leiteiras e galinhas vinha completar a produção dos novos agricultores, que introduziam muitas culturas então ainda não ou pouco conhecidas no país. Da mesma maneira modernizavam a lavoura empregando o arado, a grade e a carroça de quatro rodas, apetrechos até então aqui não usados.

Comércio e artesanato em São Leopoldo

De importância igual, ou quiçá maior, em vista da falta de conhecimentos técnicos em conseqüência da opressão de toda a iniciativa manufatureira na época colonial, era a contribuição dos colonos alemães para o desenvolvimento do artesanato e da indústria. Em 1829, isto é, 5 anos após a fundação de São Leopoldo, existiam nesta colônia oito moinhos de trigo, uma fábrica de sabão, uma marmoraria, diversas oficinas que trabalhavam em chifre e crina, algumas ferrarias, serralherias, marcenarias, sapatarias e até uma pequena tecelagem. Em 1835 o número de moinhos de trigo subira a 14, e os teares para linho e algodão, a 5. Existiam ainda 2 serrarias, 2 destilarias de aguardente, uma selaria, 16 engenhos para o fabrico de farinha de mandioca e oficinas para a construção de canoas que efetuavam o transporte dos produtos coloniais. Ademais, havia 8 curtumes em São Leopoldo e em Hamburgo que, aproveitando-se da matéria-prima fornecida pelas charqueadas da Província, deram origem à hoje tão importante indústria de couro daquela zona.

Em 1858, superados os prejuízos sofridos durante a Guerra dos Farrapos, a antiga colônia possuía os seguintes artesãos e empresas industriais: 3 serralheiros, 23 ferreiros, 8 ourives ("exportão grande porção de prata lavrada para aperos de cavallos"), 2 abridores em prata e ouro, 3 tanoeiros, 4 funileiros, 2 torneiros, 1 penteeiro, 18 tecelões, 12 fabricantes de cestas, 10 de vassouras, 12 alfaiates, 10 marceneiros, 6 padarias, 40 pedreiros, 6 canteiros, 8 carvoeiros, 8 construtores de embarcações, 53 carpinteiros, 9 carniceiros, 2 boticas, 1 livreiro, 50 "casas de negócios", 7 "fábricas de tijolos" (olarias), 3 de louças, 4 de cola, 12 de charutos, 2 de chapéus, 50 moinhos para moer grãos, movidos a água, 5 engenhos de serrar madeira, 3 cordoarias, 4 oficinas para fabricar carros, 2 para carretilhas, carros de mão, máquinas de fornecer farinha e "carretilhas de luxo trabalhadas com perfeição", 28 engenhos de cana para o fabrico de aguardente, 1 fábrica de vinagre, 5 "fábricas de cerveja", 30 engenhos movidos a água e com prensa hidráulica para fabricar azeite, 32 curtumes (em 1854 havia 60), sendo quase todos os curtidores também fabricantes de lombilhos (produção anual de 20.000 selas); dependiam ainda dos curtumes 160 pessoas "lavrantes de lombilhos", 16 tamanqueiros, 2 correeiros e 20 oficinas de botinas e sapatos.

Êxodo na colônia de São Leopoldo

Desenvolviam-se da mesma maneira, porém em proporções mais modestas, as outras colônias da época, sem que tomássemos aqui em consideração os muitos artesãos, mecânicos e trabalhadores especializados que – apesar de ser proibido o afastamento das colônias – se retiravam, fixando-se nas cidades progressistas; em 1854, o então diretor de São Leopoldo calculava o seu número somente nesta colônia, inclusive os seus familiares, em 6.000 pessoas. Afirma Aurélio Porto a respeito de sua influência: "(...) e onde surgiam, as indústrias prosperavam, um novo sopro de vida intensificava a atividade multiplicadora das nossas possibilidades econômicas".[10]

Interrupção da colonização

A comissão do Major Schaeffer, como aliciador de colonos (e soldados) alemães, terminou em 1828. O nativismo, vencedor com a renúncia de D. Pedro I, não demonstrava somente falta de compreensão em relação à obra iniciada, mas externava até uma atitude xenófoba, julgando prescindir da colaboração estrangeira. A lei de 15 de dezembro de 1830 proibia categoricamente o Governo de fazer quaisquer despesas com a imigração e colonização estrangeiras. Por esse

[10] Machado de Oliveira, *Quadro Histórico*, p. 338.

motivo a imigração estrangeira ficou praticamente interrompida até os fins da década dos 50, pois eram muito poucos os colonos que vieram espontaneamente. Aliás, pelo Ato Adicional de 1834 a colonização e imigração tornaram-se matéria a ser resolvida, de preferência, pelas Províncias e estas eram fracas de recursos para isto. A pressão da Inglaterra em relação à abolição do tráfico negreiro, todavia, deu ensejo aos latifundiários de tentarem a substituição do escravo pelo trabalhador livre, isto é, não para chamar colonos,[11] desbravadores da mata virgem para se tornarem pequenos proprietários, mas sim de importarem braços para as suas fazendas. Certos abusos e incidentes resultando deste sistema nas fazendas de café prejudicaram grandemente a boa fama do Brasil como destino de emigração nos países de língua alemã, ainda os únicos que enviaram imigrantes para cá. Idealistas e adversários da escravatura, entre os quais figurava o antigo Cônsul-Geral do Brasil na Prússia, João Jacob Sturz, desenvolveram tamanha propaganda antibrasileira que conseguiram, em 1859, do Governo da Prússia, o assim chamado Regulamento von der Heydt, mais tarde estendido a toda a Alemanha unificada, e pelo qual ficava proibido o aliciamento de colonos para o Brasil, difamando praticamente o nosso país como destino dos imigrantes alemães.

Colônias espontâneas

Apesar de todas essas dificuldades, continuava a formação de núcleos coloniais, principalmente a de núcleos espontâneos, em sua maioria sem qualquer administração e quaisquer subsídios; o livro do centenário da imigração alemã, *Hundert Jahre Deutschtum*, enumera nominalmente só para a época em questão (1824-1889) e, só no Rio Grande do Sul, 97 colônias particulares. A "Colônia Alemã de São Leopoldo", pelo ano de 1855, já contava 12.000 habitantes, e os imigrantes e seus filhos tinham ocupado todos os lotes disponíveis. Começavam então os proprietários particulares da mata virgem, tanto nos afluentes do Rio dos Sinos como no Rio Caí e seus tributários, a

[11] É mui significativo que, sob a expressão de "colono", se entenda nos três Estados do Sul o lavrador independente com uma pequena propriedade, o sitiante, enquanto que em São Paulo, por exemplo, a palavra é sinônimo de trabalhador rural. Vergueiro combatia a colonização baseada no regime da pequena propriedade, alegando que "chamar os colonos para fazê-los proprietários à custa de grandes despesas é uma prodigalidade ostentosa" (Forjaz, O *Senador Vergueiro*, p. 36), aconselhando somente auxiliar os imigrantes no "que parecer necessário para eles procurarem serviço", subentendia ele, é lógico – nas fazendas dos latifundiários. O adversário fervoroso deste sistema era Carlos von Koseritz. (V. o artigo do autor na revista *Anhembi*, nº 120, de 1960, e nos. seguintes.)

parcelar e vender as suas sesmarias aos numerosos descendentes dos imigrantes. Assim, a oeste de São Leopoldo, em 1847, surgiam a colônia Mundo Novo e outras que evoluíram para constituir mais tarde o Município de Taquara. Em 1840, fundava W. Winter, no vale do Caí, a colônia Montenegro, um pouco ao nordeste de São Leopoldo. Santos e Guimarães vendiam as suas propriedades nos arredores da futura vila e cidade de São Sebastião do Caí; da mesma forma foram loteadas outras fazendas, todas ocupadas dentro em breve por colonos vindos das picadas de São Leopoldo. Em 1856, Kochenburger e outros mandaram lotear as terras férteis no Maratá. Quando, em fins da década dos 50, começaram a chegar novos imigrantes da Alemanha, o Governo imperial fundou no curso médio do Rio Caí a colônia de Feliz. O conde francês Montravel tentou, com pouco êxito, a colonização do Forromeco, afluente do Caí, com gente de língua alemã, holandeses e outras nacionalidades. Ao norte de São Leopoldo o Governo imperial criou ainda, em 1859, a colônia extensa de Nova Petrópolis, com imigrantes pomeranos, saxões, alemães da Boêmia e holandeses, aos quais mais tarde, ao norte, se juntaram os italianos.

A colônia de Santa Cruz

A colônia de São Leopoldo cresceu, desta maneira, em todas as direções, menos ao sul, enquanto que, mais distante dela, mais também nas matas virgens dos declives da Serra Geral, foram criados novos centros de irradiação igual ou menor, como a colônia-mater do Rio Grande do Sul. O Governo provincial formou, em 1849, ao norte do Rio Pardo, entre o rio do mesmo nome e o Taquari, a colônia de Santa Cruz. Desenvolveu-se ela rapidamente sob a orientação de diversos diretores alemães e chegou a ser considerada o modelo da atividade colonizadora feita no Rio Grande do Sul. Tinha Santa Cruz, em 1850, 72 habitantes, em 1870 já contava com 5.809 e, em 1890, 15.572. Os colonos aí estabelecidos somente em pequeno número procediam de São Leopoldo, sendo a maioria imigrantes da Renânia, Pomerânia e outras regiões da Alemanha. A este novo centro colonial, destinado a revelar força de expansão igual à de São Leopoldo, aconchegou-se, fundada também pelo governo da Província, a colônia de Monte Alverne. Das terras férteis do vale do Taquari eram donos Vito Menna Barreto, no lado esquerdo, e Antônio Fialho, no lado direito. Parcelando suas terras, atraíram, desde 1853, os filhos dos colonos dos estabelecimentos mais velhos, surgindo assim os núcleos dos atuais municípios de Estrela e Lajeado, respectivamente. Formaram estas colônias particulares, além de numerosas outras, o elo entre as colônias ao oeste no vale do Caí e as colônias de Santa Cruz e Monte Alverne. No posterior Município de Estrela criou-se ainda,

por iniciativa de uma companhia de comerciantes porto-alegrenses Schilling & Cia., a extensa colônia de Teutônia, com 13 picadas e 443 lotes. Fixaram-se aí, de preferência, imigrantes da Westfália, cuja maioria (300 famílias) chegou nos anos de 1868 a 1872.

Criação de Santo Ângelo

Outro ponto de irradiação para a formação de colônias filiais surgiu com a criação da colônia de Santo Ângelo, hoje Agudo, também nos contrafortes da Serra Geral, porém ainda mais ao ocidente. Nesta colônia, nas matas virgens ao norte da cidade de Cachoeira do Sul, apareceram as primeiras famílias alemãs em 1857. Seguiram-se imigrantes pomeranos, saxões e renanos, recebendo a colônia, como todas as outras, muitos dos quais 2.000 ex-soldados da legião alemã, os chamados *Brummer*, angariados na Europa para a guerra contra o ditador argentino Rosas. Entre eles encontrava-se, aliás, o diretor da colônia, o Barão von Kahlden. Ao redor de Santo Ângelo foram aparecendo, como tinha acontecido com São Leopoldo e como aconteceu mais tarde com outros estabelecimentos, colônias filiais, de maneira que, em fins do século passado, as colônias fundadas pelos alemães e seus descendentes se estendiam ininterruptamente desde Mundo Novo até Santo Ângelo.

A colônia de São Lourenço

Bem distante de todos estes núcleos nos declives da Serra Geral, na hinterlândia da então vila de São Lourenço, um comerciante alemão, Jacob Rheingantz, fundou, em 1858, a colônia de São Lourenço. Havia ele adquirido do Governo provincial uma gleba de 52.000 hectares de terras na mata virgem, assumindo o compromisso de localizar, dentro do prazo de cinco anos, nestas terras pelo menos 1.440 pessoas. Provinham os primeiros colonos de Rheingantz da Renânia, a grande maioria porém veio posteriormente e era procedente da Pomerânia. Superadas várias dificuldades iniciais, desenvolveu-se rapidamente a nova colônia, contando, em 1879, já 860 famílias e ocupando os descendentes dos imigrantes toda a zona de mata virgem, parcelada devidamente pelos seus diversos proprietários, e que se estendia pelos municípios de Pelotas e Canguçu.

Aliciamento de colonos italianos

Foi somente depois de 1870 que o Governo imperial começou a interessar-se novamente pela colonização no Rio Grande do Sul; projetou logo, então, três extensas colônias na margem da serra e ao norte das já existentes entre os rios Caí e Taquari, que foram denominadas Dona Isabel, Conde d'Eu e Caxias, e mais outra colônia ao norte de Santa Maria e ao oeste de Santo Ângelo, denominada Silveira Martins. Em 1874 foi encarregada a firma Caetano Pinto & Irmão de angariar 40.000 colonos na Itália, pois o Regulamento von der

Heydt não permitia o aliciamento de emigrantes na Alemanha com destino ao Brasil. Até estes anos todos os núcleos de importância foram formados por imigrantes de cultura e língua alemãs, exceção feita da primitiva colônia de Nova Friburgo e dos esporádicos imigrantes de outras nacionalidades, muitos também de origem germânica, como holandeses, flamengos, noruegueses e alguns franceses e ingleses que, em geral, se estabeleceram entre os colonos teutos. Agora apareciam pela primeira vez, e em número muito maior que os alemães, colonos romanos, italianos. Os agentes de Caetano Pinto & Irmão enviaram, de fato, colonos muito idôneos, pequenos lavradores e rendeiros da Itália do Norte, do Tirol (então fazendo parte da Áustria), do Vêneto. Em 1882, a colônia de Caxias já tinha 6.300, D. Isabel 6.200, Conde d'Eu 5.400 e Silveira Martins 2.500 habitantes, na grande maioria italianos. Chegaram, portanto, dentro de poucos anos, 20.400 italianos somente para o Rio Grande do Sul e para as colônias mencionadas. Em conseqüência desta corrente imigratória tão forte, viu-se o Governo imperial obrigado a criar logo em seguida outras colônias para os novos ádvenas da Itália: Alfredo Chaves (1884), atualmente Município de Veranópolis, Antônio Prado (1885) e São Marcos (1887), mais ao norte das antigas colônias alemãs e italianas, formando assim, e com numerosas colônias particulares ulteriores, um vasto território de colonização italiana no planalto gaúcho.

Valorização de regiões inóspitas

Os colonos alemães e italianos, em poucos decênios, transformaram as extensas regiões de mata virgem na zona ao oeste de São Lourenço e Pelotas e, principalmente nas bordas da Serra Geral, bem como no próprio planalto adjacente, que até a sua chegada não possuíam qualquer valor econômico, em paisagens densamente povoadas e cultivadas. Surgiam milhares de estabelecimentos agrícolas interrompidos de povoações nas quais se fixavam empresas de comércio, de artesanato, de indústrias, escolas, igrejas, hospitais etc., formando assim sedes de muitos futuros municípios, de futuras vilas e cidades. Serviriam estas colônias, as assim chamadas colônias antigas, como base para a ulterior conquista econômica e cultural do vasto planalto rio-grandense até o arco do Rio Uruguai e da hinterlândia de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, estabelecendo-se destacamentos destas colônias até no norte do Paraná, no oeste de São Paulo, em Missiones na Argentina e na República do Paraguai.

Ligação do litoral ao planalto

A colonização baseada na pequena propriedade e no trabalho livre do proprietário e sua família tornou-se de relevância não inferior para a Província de Santa Catarina. Era esta

Província nos meados do século XIX, segundo a expressão do Visconde de Taunay, "uma terra quase deserta", na qual dominavam, em grande parte até o litoral, os bugres, que, aliás, tanto aqui como no Rio Grande do Sul, atacavam não raras vezes os colonos, fazendo muitas dezenas de vítimas. Pode-se dizer, sem incorrer em exagero, que da mesma maneira como a Província do Rio Grande do Sul, a de Santa Catarina começou a progredir e tornar-se uma unidade mais importante do Império brasileiro somente em conseqüência dos resultados da colonização com fundamento na pequena propriedade agrícola. Ligaram os colonos, na grande maioria alemães, a faixa do litoral ao planalto que antigamente fazia parte da Capitania-Geral de São Paulo, fazendo, desta forma, da Província demograficamente cindida, um todo. Irromperam pela faixa litorânea de mata virgem em três lugares: no sul entre Florianópolis e Lajes, no centro através do vale do Itajaí e, no norte, entre São Francisco e Rio Negro.

Novas colônias

De modo semelhante ao de São Leopoldo, a pequena colônia de São Pedro de Alcântara produziu diversas colônias filiais menores, porém territorialmente sem conexão com a célula-mater. O motivo principal, entre outros, parece ter sido a deslocação do antigo caminho de cargueiros à margem do qual São Pedro de Alcântara fora fundada. Na nova estrada que seguia o Cubatão estabeleceu-se, em 1847, a colônia Santa Isabel, na qual se fixaram imigrantes provenientes do Hunsrueck, na Renânia, posteriormente reforçados por westfálios, com os quais o diretor da colônia, Teodoro Todeschini, ex-oficial austríaco, desbravou o curso superior do Cubatão e do Capivari.

Ainda mais ao sul da província, no vasto sistema do rio de Tubarão com os seus numerosos tributários e em terras pertencentes a D. Isabel e seu marido, o Conde d'Eu, criou o Governo imperial bem mais tarde, em 1882, a colônia Grão-Pará, com o centro Orléans do Sul. No ano de 1891 havia 5.280 habitantes, na maioria italianos, com alguns alemães e austríacos. Confinava com este extenso núcleo a colônia alemã no Braço do Norte, onde P. Roer, em 1870, localizou 30 famílias, na maioria de origem westfaliana, em São Ludgero e Quadro, que provinham de Santa Isabel e Teresópolis. No Rio das Pedras Grandes, ao sul do Rio Tubarão, fundou-se, já em 1877 e por iniciativa do Presidente provincial, Alfredo d'Escragnolle Taunay, com 290 imigrantes italianos, a colônia de Azambuja, que se estendeu, posteriormente, para o Sul. Aí surgiram as localidades de Uruçanga (1878), Cocal (ou Acioli de Vasconcelos), Cresciúma e outras já no vale do Araranguá com habitantes preferencialmente de origem italiana, do Vêneto e da Lombardia.

Dr. Hermann Blumenau

Os melhores resultados de colonização em propriedades pequenas conseguiram-se, porém, ao nordeste da Província, na baixada de clima e vegetação tropical. Aí, na mata virgem, foram criados três centros coloniais com vigor econômico, cultural e expansionista semelhante ao de São Leopoldo, a saber: Blumenau, Brusque e Dona Francisca (Joinville). A primeira das três recebeu o nome de seu fundador, o farmacêutico alemão Dr. Hermann Blumenau, de Brunswick, considerado um dos maiores colonizadores de toda a América do Sul. Influenciado pelo grande naturalista Carlos von Martius e pelo Cônsul-Geral do Brasil João Jacob Sturz, emigrou, em 1846, para o Brasil; em 1848 conseguiu do Governo provincial de Santa Catarina concessão de 220km² de terras na mata virgem do Itajaí-Açu e, em 2 de dezembro de 1850, desembarcou com os seus companheiros no local onde se ergue hoje a cidade batizada com o seu nome. Pouco mais tarde desistiu da idéia originária de organizar um estabelecimento agrário em grande escala e passou a colonizar a sua gleba pelo sistema da pequena propriedade agrícola, dividindo-a em lotes de 24 hectares mais ou menos. Com perseverança inacreditável, o Dr. Hermann Blumenau suportou 10 anos cheios de privações de toda ordem e de trabalhos duros com os seus colonos, gastando todos os seus recursos pecuniários para a realização de um ideal. Esgotadas as suas reservas, mas já não existindo qualquer dúvida quanto ao êxito da obra, o Dr. Blumenau cedeu a sua empresa colonizadora ao Governo imperial, que o conservou como seu funcionário diretor. Agora podia, com os meios postos à sua disposição, concretizar seus planos com maior facilidade.

Expansão

Partindo da atual cidade de Blumenau, os colonos penetraram paulatina, porém sistematicamente, na bacia do Itajaí-Açu e nos tributários deste: Gaspar, Garcia, Itoupava, Testo, Encano, Mulde, Benedito, Warnow, São Pedro e outros. Nos vários entroncamentos de comunicações e favoráveis ao intercâmbio surgiam pequenas localidades com certo caráter urbano e importância econômica, que posteriormente evoluíram para vilas e sedes de municípios: Pomerode (Rio do Testo), Indaial, Timbó, Badenfurt e outros. Da mesma maneira, entretanto, como as colônias nas outras Províncias, a colonização no vale do Itajaí carecia, devido às restrições de propaganda para a emigração na Alemanha, do número necessário de colonos, retardando-se assim o seu desenvolvimento. Em 1870 a colônia abrangia apenas 5.986 habitantes. Vieram, então, de 1875-1879, os italianos do norte, preferencialmente do Tirol, que foram localizados no oeste do vale médio, nos atuais municípios de

Rodeio e Encruzilhada. Até então, os colonos na colônia de Blumenau eram quase que exclusivamente de língua alemã, oriundos, em sua maioria, do norte da Alemanha, de Brunswick, terra do fundador, da Baixa Saxônia e da Pomerânia, acrescentando-se-lhes, todavia, alemães de todas as regiões européias. Após o advento dos italianos, o número de habitantes da colônia se elevou, chegando aproximadamente a 17.000 em 1883.

Idealismo e sacrifício

A colônia do Dr. Hermann Blumenau, a par das de São Leopoldo, Santa Cruz e Dona Francisca, é considerada a mais perfeita e mais bem-sucedida no Brasil. O nome de Blumenau entrou para a história como a quintessência do que seja a colonização baseada na pequena propriedade, tanto sob o ponto de vista econômico quanto cultural. Efetivamente, o farmacêutico alemão foi, da mesma forma que o Dr. Hillebrand em São Leopoldo, muito mais do que um diretor honesto; era o guia de seus colonos, isolados pela mata virgem, no campo econômico, espiritual e cultural. Colonizar era para ele muito mais que uma questão meramente econômica; era uma missão, uma tarefa de alcance cultural que merecia, como ele próprio afirma, o sacrifício do patrimônio particular, da saúde, de toda uma vida. Há uma grande diferença entre a colonização de um idealista como o Dr. Blumenau e a de um comerciante como Jacob Rheingantz, para quem o problema era, em primeiro lugar, um caso de loteamento de terras a serem vendidas para os imigrantes, angariados na Europa. Não que Rheingantz se tivesse esquecido do aspecto cultural da colonização; não lhe foi possível, porém, dar à sua obra um cunho cultural de tal perfeição como o fez o Dr. Blumenau. O motivo parece ter sido, em parte, o fato de Rheingantz ter descuidado da formação de um centro urbano, fixando nele, como o fez Blumenau, camadas burguesas; provou-se, assim, que para conseguir a amplitude cultural de uma colonização é imprescindível a cidade, um centro urbano capaz de dar a uma colônia o indispensável complemento econômico, manufatureiro e comercial, como ainda as bases para uma vida cultural mais desenvolvida (escolas, sociedades, hospitais, igrejas etc.), motivo, sem dúvida, do florescimento da fundação do Dr. Blumenau.

Ao sul da colônia de Blumenau, no Itajaí-Mirim, fundou o Governo provincial, com 54 famílias alemãs, a colônia de Itajaí, mais tarde batizada com o nome do Presidente da Província, Brusque. Localizaram-se nesta colônia, sob a direção do Barão von Schneeberg, de Fetzi, do Barão von Klitzing e do Dr. Luiz Betim Paes Leme, colonos provenientes de Schleswig-Holstein, da Pomerânia, e, principalmente, do Baden. Em 1863, contava a colônia 933 habitantes e, em 1867, 1.458. No ano de 1867 criou-

se, perto deste núcleo e com colonos americanos e irlandeses, a pequena e malograda colônia Príncipe D. Pedro. Mas ao sul surgiu a colônia de Nova Trento, fundada preferencialmente com tiroleses italianos, e que, separando-se de Brusque, evoluiu posteriormente para o município do mesmo nome. Na década seguinte vieram para a colônia de Brusque, onde também se estabeleceram muitas famílias nativas, imigrantes italianos.

No princípio do vale do Itajaí foram feitas ainda outras tentativas de colonização que, todavia, não conseguiram grande êxito. Convém mencionar a colônia belga, fundada pelo engenheiro Carles van Lede em frente da embocadura do Rio Luís Alves, no Itajaí, que, em 1860, contou 43 famílias, ou seja, 230 pessoas flamengas. Maior êxito teve a colônia "Luís Alves" no afluente do mesmo nome na qual o engenheiro Júlio Grothe localizou, em 1877, 68 famílias italianas, 26 alemães e 22 luso-brasileiras; vingou esta colônia, apesar de sua emancipação prematura que deixou os colonos em grande miséria.

Ao norte do Vale do Itajaí, a Companhia Hamburguesa de Colonização, sob a direção do Senador Schroeder, fundou, em 1851, numa área alagada e imprópria, pertencente à irmã do Imperador, Dona Francisca, e seu marido o Príncipe de Joinville, uma colônia que tomou o nome da princesa e cuja sede recebeu o nome de seu esposo. Em Dona Francisca estabeleceram-se, ao contrário do que acontecia em outras colônias, ao lado dos camponeses muitos imigrantes das classes mais instruídas do povo alemão: burgueses liberais e progressistas, oficiais, fidalgos e acadêmicos, que abandonaram a pátria por motivos políticos. Aos alemães acrescentaram-se não poucas famílias norueguesas e suíças. Entre os diversos diretores, sob cuja égide esta colônia rapidamente se desenvolveu, apesar das condições precárias, destacamos o engenheiro Luís Niemeyer e o Dr. Frederico Bruestlein. A colônia D. Francisca, o atual município de Joinville, contava, em 1856, 1.428 habitantes, em 1875, 6.558 e em 1880 chegou a ter 18.000; tornou-se ela, desde o começo, centro manufatureiro de produção variada e de vida cultural bem desenvolvida.

A Companhia Hamburguesa de Colonização

Entre a fundação da Companhia Hamburguesa de Colonização e a do Dr. Blumenau surgiram mais tarde diversos estabelecimentos menores: Bruedertal, assim, fundada em 1886 ao sul de Dona Francisca por sectários teutos da Rússia. Três anos depois seguiram-se as colônias de Bananal (Guaramirim) e Jaraguá, formando a última, povoada preferencialmente por descendentes de colonos blumenauenses, a ligação para a antiga colônia de Blumenau. A oeste de Joinville, no planalto, a Companhia Hamburguesa de Coloni-

zação criou, em 1873, o núcleo de São Bento, no qual se fixavam alemães de todas as regiões da Europa, estando entre eles, todavia, boa porcentagem de alemães da Boêmia, mais tarde chamados Sudetos. São Bento era um ponto intermediário entre D. Francisca e o antigo núcleo colonial de Rio Negro e Mafra que, aliás, pelos anos de 80 recebeu reforços de imigrantes teutos da Bucovina. Não havia, porém, ligação territorial entre estas colônias, assim como não existia com o núcleo formado por outros alemães muito mais ao oeste, em terras do Coronel Amazonas, lançando desta forma (em 1881) o fundamento para o rápido desenvolvimento das cidades gêmeas de Porto União e União da Vitória e a região vizinha.

Nesta região, assim como na periferia de Curitiba, no chamado rocio da cidade, estabeleceram-se espontaneamente numerosos pequenos lavradores alemães, muitos deles retirantes das colônias na baixada do nordeste de Santa Catarina, cujo clima tropical não convinha a todos os imigrantes da Europa. Pela atividade governamental, todavia, antes da fundação da Província do Paraná, foram criadas, além de Rio Negro, somente duas colônias: em 1847 Teresa (Teresina), no Ivaí, com franceses, e em 1852 Superagui, em Guaraqueçaba, com suíços e alguns alemães e franceses, mas nem uma nem outra tiveram grande êxito. Depois de 1853 e até 1889, surgiram na Província independente numerosos núcleos coloniais; segundo Wilson Martins, na "fase áurea" da colonização, de 1868 a 1878, fundaram-se ao todo mais de 60 colônias, na maioria pequenas, é verdade, e nem todas bem-sucedidas e prósperas. Em 1860 foi formada, 106km ao norte de Curitiba, em terras férteis, porém sem comunicação adequada, a colônia do Açungui (Cerro Azul). Os primeiros colonos eram ingleses, aos quais se seguiram franceses, italianos, brasileiros e outras nacionalidades, contando a colônia, em 1876, uma população de 2.397 habitantes. Desenvolveu-se esta colônia muito lentamente, segundo a opinião do seu diretor Corrêa de Meneses, devido ao seu caráter misto, isto é, de etnias diversas; foi elevada à categoria de vila em 1890. No Município da capital e bem perto de Curitiba criou-se, em 1869, ainda com franceses, alemães, suíços, suecos e ingleses, a colônia "Argelina".

Colonos poloneses

No começo da década dos 80 começavam a afluir para a Província do Paraná, logo em maior escala, os primeiros imigrantes poloneses e, poucos anos depois (de 1877 em diante), também colonos italianos. As primeiras levas de poloneses, aos quais posteriormente, na República, seguiram-se muitas outras, fixaram-se nos municípios de Curitiba (Pilarzinho, 1870, Abranches, 1873, Santo Inácio, 1876 etc.), Tamandaré (Lamenha, 1876), São José dos Pinhais (Murici,

1878, Inspetor Carvalho, Zacarias), Campo Largo (Santa Cristina, Dona Mariana etc.) e, especialmente, Araucária, onde surgiu, em 1876, com a colônia "Tomás Coelho", um núcleo polonês de grande força expansiva. Os italianos, em parte estabelecidos em conjunto com os poloneses, preferiram, todavia, além dos Municípios de Curitiba (Água Verde, Santa Felicidade) e de Paranaguá (Alexandra, 1877), principalmente os de Morretes e Antonina (Nova Itália, 1877, com 12 núcleos e 610 lotes, onde foram localizadas 543 famílias) e, ainda, o de Colombo (Alfredo Chaves, 1878, Presidente Faria e Maria José).

De 1877 a 1878 houve no Paraná a imigração de milhares de teutos da Rússia (segundo Romário Martins: 20.000), descendentes de colonos alemães e que reemigraram por serem espoliados de seus privilégios pelo governo czarista. Em contraste com toda a colonização baseada na pequena propriedade, onde o proprietário fora fixado no seu lote, estes teutos faziam questão de se estabelecer em aldeias de tipo europeu, com as propriedades agrícolas individuais distantes da casa residencial e das dependências econômicas. Como a terra fraca dos campos decepcionou logo os lavradores de trigo, acostumados à terra fértil do Volga, muitos retiraram-se para a Argentina ou voltaram para a Rússia. Entre outras, todavia, permaneceram as aldeias de Mariental e Johannisdorf, perto de Lapa; Quero-Quero, Papagaios Novos e Lago perto de Palmeira, e, nos Campos Gerais de Ponta Grossa: Guaraúna, Moema (Dona Gertrudes), Taquari, Botuquara, Streckenau (Tavares Bastos) e Pelado. Estes imigrantes e seus descendentes foram de certa importância demográfica para o planalto paranaense, pois muitos deles se espalharam por toda a parte anterior da Província, fundando colônias filiais e estabelecendo-se nas pequenas cidades de então, como, por exemplo, em Ponta Grossa.

Petrópolis

A colonização na Província de São Paulo, que constituía durante o Segundo Reinado resultado secundário da importação de "braços" para as fazendas de café, será objeto de outro capítulo. Na Província do Rio de Janeiro, todavia, por ordem direta do Imperador, o Major Júlio Frederico Koeler fundou, numa propriedade da Coroa, a colônia de Petrópolis. O projeto da bela cidade, logo transformada em residência de verão do Imperador, assim como a planta para o loteamento das terras adjacentes foram elaborados por Koeler, responsável também pelas primeiras ruas e os canais para drenamento da região alagada. Localizaram-se nessa colônia 2.111 imigrantes alemães do Hunsrueck e da Renânia, entre lavradores e artesãos. A colônia, devido ao terreno pouco apropriado para a agricultura, perdeu posteriormente o seu caráter

agrícola, transformando-se num estabelecimento de caráter preferencialmente urbano. A Companhia União e Indústria formou, nos anos de 1852 a 1855, nas proximidades da atual cidade de Juiz de Fora, alguns pequenos núcleos coloniais com os antigos trabalhadores alemães na construção da Estrada de Petrópolis àquela cidade. Ainda em Minas Gerais, porém, ao norte, no Rio Mucuri, a Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, criada em 1851 por Teófilo Otoni e 10 anos depois encampada pelo Governo imperial, tentou uma colonização em grande escala que, devido às suas dificuldades, deu margem a muitos comentários desfavoráveis, na imprensa européia, sobre o nosso país como destino dos imigrantes. Sobreviveu, todavia, a colônia "Saxônia" com a sede Nova Filadélfia (fundada em 1856), nome originário que lhe foi dado pelo seu fundador, o engenheiro Roberto Frederico Schlobach, membro da seita religiosa dos assim chamados *quakers;* o nome da cidade foi mais tarde substituído pelo do diretor da Companhia, Teófilo Otoni. Os imigrantes provinham, na sua maioria, de Chemnitz e do Vogtland, no antigo reino da Saxônia.

Colônias no Espírito Santo

De relevância semelhante à das três Províncias sulinas, tornou-se a colonização na base da pequena propriedade agrícola ainda para a Província do Espírito Santo, a qual, da mesma maneira como o extremo sul, ficara, durante a época colonial, muito atrasada em seu desenvolvimento econômico. O Governo desta Província fundou em 1846, nas bordas do planalto, a colônia de Santa Isabel (Campinho), com imigrantes do Hunsrueck, aos quais se acrescentaram posteriormente pomeranos e alguns italianos da Sardenha. A colônia prosperou sob a direção dos diretores Alberto Jahn e Barão von Pfuhl e contava, três anos antes de ser emancipada (1865), 801 habitantes. Ao sul, entre o Rio Itapemerim e o Benevente, uma sociedade particular, mais tarde devido à sua má administração encampada pelo Governo central, criou, em 1855, a colônia do Rio Novo, com famílias suíças, holandesas, alemãs e portuguesas que, no início, lutaram com grandes dificuldades. Em 1856 seguiu-se a colônia de Santa Leopoldina, limítrofe com o território da colônia de Santa Isabel, tendo por sede o Porto do Cachoeiro. Ocuparam-na depois de alguns antigos meeiros, até 1862, quase 1.000 imigrantes oriundos de todas as regiões da Alemanha, holandeses, suíços, tiroleses e luxemburgueses; principalmente, porém, pomeranos, que chegaram a predominar em toda a colônia. As colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina desenvolveram posteriormente surpreendente força expansiva, penetrando os descendentes dos imigrantes cada vez mais na mata virgem, desbravando

em poucos decênios todo o planalto entre o Rio Jucu e o Santa Maria, descendo depois na baixada e atravessando mais tarde ainda o Rio Doce.

Benefícios da pequena propriedade

Com a colonização em pequenas propriedades, durante a época imperial, disseminaram-se milhares e milhares de pequenos estabelecimentos agrícolas nas Províncias sulinas, onde até então se conhecia somente o pastoreio, e no Espírito Santo, Província que economicamente se encontrava no início de seu desenvolvimento. O exemplo do município de Santa Cruz mostra o significado deste processo: nesta comuna de 2.379km² existiam, em 1938, 6.937 proprietários de imóveis, entre os quais 6.397 possuíam uma área inferior a 100ha. Já mencionamos o aperfeiçoamento da técnica agrícola introduzido pelos colonos na agricultura brasileira, como também o grande alcance relativo ao fortalecimento da economia nacional pelo fato de o imigrante europeu se dedicar à policultura. Em toda parte os colonos transformaram-se em fornecedores de leite, manteiga, queijo, carne, banha, toucinho, lingüiça, ovos, frangos, patos, mel, abóbora, hortaliças, frutas, melado misturado com frutas, tubérculos (mandioca, batata-doce, batata-inglesa), cereais (milho, trigo, centeio, aveia, feijão, ervilha, lentilha, arroz) e outros comestíveis para as cidades então em franco desenvolvimento, melhorando e diversificando a alimentação do nosso povo.

Policultura e lavouras preferenciais

Apesar do cunho policultural dos estabelecimentos agrícolas dos colonos, os lavradores deram, consoante as condições das diversas zonas, preferência a determinadas produções. No Rio Grande do Sul, por exemplo, os colonos alemães e italianos se dedicaram à suinocultura, chegando a possuir um único distrito, o de Venâncio Aires, 72 suínos por família. Em Santa Catarina começou a florescer, a par da suinocultura, a indústria de laticínios. Os colonos italianos introduziram no país a viticultura e a cultura do trigo em grande escala, tanto no Rio Grande do Sul quanto no sudeste de Santa Catarina. No vale do Caí, os colonos de origem alemã tratavam da cultura do feijão, de que foram os grandes abastecedores do país no fim do período imperial, e mais tarde da alfafa, forragem de suma importância nos tempos idos, em que mulas e cavalos formavam ainda a principal força de tração e em que a cavalaria militar desempenhava papel de relevo. O Município de Montenegro já era importante exportador dos produtos de citricultura. Venâncio Aires tornou-se o centro gaúcho da produção da erva-mate. Santa Cruz e as comunas vizinhas, assim como o vale do Itajaí, tornaram-se relevantes fornecedores de fumo para a indústria de cigarros. A batata

(inglesa), introduzida por colonos alemães, floresceu e floresce nos municípios de Estrela, Lajeado, Arroio do Meio e, principalmente, de Pelotas e São Lourenço, assim como no Paraná, onde é cultivada pelos colonos de origem polonesa. Até a rizicultura, que posteriormente se espalhou, de preferência, fora dos antigos núcleos coloniais, foi introduzida pelos povoadores da colônia "Santo Ângelo". O café também foi cultivado nos pequenos estabelecimentos agrícolas e difundido no Espírito Santo pelos colonos.

Experiências no campo da agropecuária

De grande valia e de importância transcendente para as colônias agrícolas foram as custosas e pacientes experiências a que se dedicavam alguns imigrantes e diretores de colônias no campo da agricultura, pecuária, floricultura, pomicultura e apicultura, iniciada racionalmente por Hannemann e por Emílio Schenk. Ultrapassaria os limites deste trabalho entrar em pormenores a respeito. Que dois exemplos ilustrem, todavia, a nossa assertiva: o Dr. Blumenau procurou aclimatar no seu pomar variedades de frutas e uvas, conseguindo melhorar sua produção; também importou gado de raça, lançando desta maneira os fundamentos para a criação do gado leiteiro e a indústria de laticínios no vale do Itajaí. Koeler, em Petrópolis, dedicou-se à aclimatação de variedades de cereais e de plantas nutritivas. Em outras colônias procedeu-se de maneira análoga.

Os imigrantes e sua contribuição técnica ao progresso do país

Para o desenvolvimento econômico contribuíam os artesãos, industriais e técnicos, principalmente os de origem alemã e italiana, em proporções consideráveis. Entre todas as levas imigratórias encontravam-se mestres de ofícios competentes e técnicos especializados que dispunham às vezes até de consideráveis recursos financeiros; estabeleceram-se nos centros das colônias, nos locais onde se projetavam as futuras vilas e cidades, contribuindo para o seu desenvolvimento ou retiraram-se, não raras vezes, para as cidades mais próximas, concorrendo para a industrialização do país. No Rio Grande do Sul possuíam os teutos, já em 1874, um total de 2.382 estabelecimentos industriais, entre pequenos e médios. O exemplo da colônia de São Leopoldo já foi citado. Muito semelhante era a condição do artesanato e da indústria nos demais centros das colônias, em Hamburgo, Sapiranga, Jaquara, São Sebastião do Caí, Montenegro, Santa Cruz, Estrela, Lajeado, Caxias, Garibaldi, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves e Antônio Prado no Rio Grande do Sul; em Brusque, Blumenau, Joinville, Jaraguá, Rio Negro-Mafra, Porto União, União da Vitória, Petrópolis, Nova Friburgo, Campinho e Cachoeiro nas demais Províncias. Como exemplo, citemos apenas Blumenau, que, 20 anos após sua fundação, contava 92

estabelecimentos manufatureiros. Entre as cidades que se beneficiaram grandemente dos retirantes artesãos e técnicos figuram Porto Alegre, Santa Maria, Curitiba, Ponta Grossa, São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro. Explica-se esta notável contribuição dos imigrantes pelo fato de o país, em conseqüência da secular opressão econômica de Portugal, carecer de profissionais com iniciativa própria.

Em alguns centros de colonização, determinados ramos industriais sobrepujavam os outros. Assim, na antiga colônia de São Leopoldo, principalmente em Novo Hamburgo, desempenhou a indústria de couro e de congêneres desde o início papel saliente, como já foi mencionado. Em Santa Cruz começou a florescer a fabricação de artigos de fumo, destinados para o consumo interno. Em outros centros (Montenegro, Caí, Pomerode) surgiu a industrialização de banha, laticínios, conservas de carne e legumes. Numerosas foram as cervejarias e fábricas de bebidas não-alcoólicas, fundadas por alemães. Nas colônias de origem italiana, tanto no Rio Grande do Sul (Caxias, Garibaldi, Bento Gonçalves) como no sudeste de Santa Catarina (Uruçanga), surgiram as grandes adegas que começavam a suprir todo o mercado interno com sua produção de vinho, champanha e conhaque. A indústria de tecidos e artigos de malha, até então muito pouco desenvolvida, começou a radicar-se em Petrópolis, Nova Friburgo, Blumenau, Brusque e Joinville, onde em 1895 já existiam oito fábricas do ramo. A fabricação de artigos metalúrgicos (Caxias, São Leopoldo) desenvolveu-se da mesma forma.

As vias de comunicação

A construção de estradas de rodagem, tanto dentro do próprio território das colônias como para sua ligação com os mercados de consumo, foi sempre de suma importância para a prosperidade dos núcleos de povoamento e, portanto, uma tarefa à qual os diretores e colonos dispensaram o seu máximo cuidado. Um município como Blumenau dispunha, em 1883, de 384km de estradas carroçáveis. A construção da rede rodoviária era sempre acompanhada da introdução de novos meios de transporte. Conhecia-se, até o advento dos imigrantes, quase que exclusivamente o transporte por meio de mulas, para não falarmos do carroção antediluviano puxado por bois com duas rodas e eixo móvel. Apareceu agora a carruagem de quatro rodas, que logo se generalizou tanto nas colônias quanto fora de sua área em suas diversas formas como a leve carruagem de passageiros, a diligência de correio, o coche e o carroção pesado, puxado por oito ou mais mulas, para o transporte dos produtos exportados e importados pelas colônias. Os teutos da Rússia organizaram e monopolizaram com tais carros, durante muito tempo, o

transporte de mercadorias no planalto paranaense e com a costa, da mesma maneira como os alemães de Petrópolis desempenharam certo papel como transportadores de mercadorias e pessoas entre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora. Em outras colônias, principalmente no Rio Grande do Sul, alguns empresários mantinham barcos para o transporte dos produtos coloniais, substituindo-os logo por barcos a vapor.

O patrimônio cultural

À introdução de um variegado patrimônio de cultura material, ao qual devemos acrescentar ainda a cultura caseira e o estilo arquitetônico das casas residenciais, dos clubes e das igrejas, correspondia a radicação da cultura espiritual, embora sempre numa busca de harmonização com o novo ambiente. Em cada picada fora reservado de antemão um lote para a construção da escola, da igreja, da moradia do professor ou do eclesiástico, fosse ele o pastor protestante ou o padre católico. Enquanto que as escolas nas picadas eram simples escolas primárias de uma ou duas classes, as do centro das colônias muitas vezes atingiam o grau secundário ou o de escolas técnicas. Em todo caso, era rara a picada ou linha sem escola, instituição que constituía parte integrante da vida social dos colonos, principalmente dos de língua alemã. Como o Governo pouco ou nada fazia para impedir que os filhos dos colonos recaíssem no analfabetismo, os próprios imigrantes fizeram grandes sacrifícios para erigir e manter escolas. A antiga colônia de São Leopoldo contava, em 1847, 13 escolas particulares com 490 alunos e somente 2 escolas públicas com 32 alunos na sede. Em 1869, jesuítas alemães fundavam em São Leopoldo, hoje em dia uma verdadeira cidade-escolar, o primeiro colégio da Província, ao qual, por muito tempo, como o único curso secundário completo, coube preparar a juventude dos Estados sulinos para o ingresso na Universidade. Assim, não é de admirar o que afirma E. Pellanda, que nas colônias italianas e alemãs "se encontram os mais altos índices de alfabetização do país".[12]

Da mesma forma como, para os colonos, era inconcebível uma vida social sem escola, também o era sem comunidade religiosa, ativa e viva sob todos os aspectos. Contribuíram destarte os descendentes dos imigrantes muito para a renovação da vida religiosa na Igreja católica, enquanto que os protestantes fundaram numerosas comunidades evangélicas e diversos sínodos e igrejas protestantes. A par das sociedades escolares e religiosas desenvolveram-se, na maioria das colônias, cooperativas de diversas finalidades, bem como uma série de associações com fins pura-

[12] E. Pellanda, *Enciclopédia Rio-Grandense*, I, p. 147.

mente recreativos (bolão, tiro ao alvo, *scat*, xadrez etc.) e com fins mais práticos, como assistência mútua, em caso de doenças e de incêndio e também sociedades de ginástica, canto coral, leitura (com bibliotecas), teatro, música popular e clássica etc. Às vezes surgiam até conservatórios e prédios próprios para a apresentação de concertos e peças teatrais, cujo nível quase sempre era puramente popular, mas que em certos casos chegou a ter caráter artístico. Participavam os colonos e seus descendentes, desde a época de Carlos von Koseritz, também ativamente da vida política do país, contribuindo para o desenvolvimento da mentalidade da nação, principalmente em sua luta em prol da equiparação dos naturalizados e acatólicos. Tornaram-se os protestantes, que formavam a maioria entre os imigrantes germânicos e seus descendentes, os pioneiros na luta pela abolição da religião oficial e introdução da liberdade de consciência. Além disso, eram todos os colonos partidários natos da abolição da escravatura e da equiparação do homem de cor, para cuja dignificação humana e cívica a sua simples presença constituía o mais veemente apelo possível à nação.

Vantagens advindas da colonização

Ressalta que a colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola não era somente de alcance demográfico, mas de amplitude fecunda em todos os setores da vida nacional, influenciando a economia, a cultura, a sociedade e, em certo grau, até a política interna, principalmente nas três Províncias sulinas e no Espírito Santo. Surgiu com os colonos, que eram tanto agricultores como artesãos, pequenos industriais e comerciantes, uma classe média que, no decurso de alguns decênios, começou a constituir o fundamento do progresso econômico e cultural sul-brasileiro. Não se restringiam as conseqüências sociais às colônias propriamente ditas, pois atingiram também as zonas de penetração portuguesa baseada nos latifúndios e na escravatura, assim como as cidades e vilas, direta ou indiretamente bafejadas pela influência do novo sistema colonizador. A ascendência indireta se manifestava no exemplo que constituía o trabalho manual do homem branco e de sua família, no campo, nas oficinas e nas estradas para os integrantes do antigo sistema colonial; a ascendência direta vinha da presença dos retirantes, máxima dos numerosos artesãos, jardineiros, pequenos empresários industriais e comerciais, e dos que exerciam profissões liberais. Estes imigrantes e seus descendentes, esta camada social média, contribuiu muito para a dignificação do trabalho corporal entre a população nativa, preparando sociologicamente a abolição da escravatura e socialmente a equiparação do escravo africano ao homem livre e branco.

A pequena propriedade e o latifúndio

O sucesso da colonização baseada na pequena propriedade em regiões de caráter tropical, como a baixada catarinense e o Espírito Santo com imigrantes do norte da Europa, refutou, aliás, de modo irretorquível, a opinião dos historiadores que costumam apreciar o sistema latifundiário e a escravidão como fatalidade inevitável do clima. Correspondia este sistema, entretanto, ao *leitmotiv* originário da colonização portuguesa, ansiando pela riqueza fácil e imediata; não encontrando pedras preciosas, ouro e especiarias como nas Índias, aqueles primeiros povoadores criavam uma agricultura plenamente de acordo com aquelas aspirações. O tema da colonização baseada na pequena propriedade era, entretanto, o ideal do solo livre e desembaraçado, a conquista de um pedaço de terra como patrimônio e meio de subsistência da família e explorado economicamente sem auxílio de braços estranhos. Ao contrário dos primeiros imigrantes portugueses, os colonos alemães, italianos e poloneses não vinham com a idéia preconcebida de voltar, enriquecidos, quanto antes, aos lares da velha Europa, mas sim em busca de uma nova terra e de uma nova pátria.

Outra divergência entre os dois sistemas de colonização é a seguinte: a colonização portuguesa era e somente podia ser, logo que abandonasse a estreita faixa do litoral, uma ocupação territorial que abrangia espaços e à qual devemos uma área de 8.500.000km^2, e, com isso, o nosso futuro promissor. A colonização baseada na pequena propriedade restringia-se, pela sua própria natureza, a áreas relativamente pequenas, penetrando-as, entretanto, tão intimamente que delas podia irradiar uma metamorfose de todo o arcabouço econômico e porém sistemática da mata virgem transformada em paisagens de verdadeira cultura; seu processo lento, apesar de tudo, chegou, em tempos recentes, a fazer com que, no Rio Grande do Sul e parcialmente em Santa Catarina e Paraná, coincidam as fronteiras da área penetrada pela cultura ocidental-européia e abrasileirada com as fronteiras políticas. A colonização portuguesa tinha avançado a passos largos, abandonando os plantadores no litoral e enviando para o sertão um exército ligeiro de pastores, caçadores de escravos e garimpeiros: era ela a ocupação e não o aproveitamento do solo; evitava a mata virgem, contentando-se com o campo, as pastagens naturais, nas quais se acumulavam fortunas com pequeno esforço, deixando somente que o gado pastasse. A colonização de pequena propriedade, de preferência a alemã, mas também a italiana, jamais teve objetos meramente agrícolas, fora em suas manifestações mais expressivas acompanhada da fundação de vilas e cidades e de todas as instituições culturais exigidas por uma sociedade diversificada e bem desenvolvida.

Conclusões

Não resultou, aliás, dessa colonização o que esperava Carlos von Koseritz: a revolução e a abolição do sistema econômico existente. O que aconteceu foi o entrelaçamento da antiga economia colonial pastoril e latifundiária com a economia diversificada do pequeno agricultor. Surgiu assim, de preferência no Rio Grande do Sul, uma simbiose que foi completada por uma indústria organicamente crescida e relativamente independente do exterior, digna de ser considerada, sob muitos aspectos, o modelo nacional (marcha para oeste, diversificação da produção, abolição da monocultura, saneamento social, independência financeira da indústria etc.). Os Estados sulinos, cientes e reconhecendo os muitos impulsos que devem à colonização baseada na pequena propriedade, já tinham declarado feriado oficial o dia 25 de julho, data em que pisaram os primeiros colonos o solo de São Leopoldo, ponto de partida de uma evolução com tantas conseqüências econômicas, sociais, culturais e até políticas.

Anotação: Além da literatura indicada oportunamente no texto, este trabalho baseia-se principalmente no livro do autor *Der deutsche Beitrag zum Aufbau der brasilianischen Nation*, Editora Herder, 1955, prestes a ser publicado em segunda edição e em português sob o título: *A Contribuição Teuta na Formação da Nação Brasileira.*

CAPÍTULO IV

AS COLÔNIAS DE PARCERIA

EXAMINADAS as causas do malogro das diferentes tentativas de colonização agrária na Província de São Paulo, durante a maior parte do século passado, nenhuma parecerá à primeira vista mais grave do que as condições de trabalho a que ficavam sujeitos os adventícios. É interessante acompanharem-se os tateios com que durante longos anos se cuidou de resolver nela o problema da substituição de negros cativos por brancos livres. Ao passo que em outras partes do Brasil a colonização se deveu em primeiro lugar à iniciativa oficial, ali, com poucas exceções (exemplos: os açoritas de Casa Branca, em 1815, e os alemães de Santo Amaro e Itapecerica, em 1827) ela foi geralmente obra de particulares.

O principal esforço nesse sentido começa poucos anos antes da extinção do tráfico negreiro e acompanha de perto a expansão dos cafezais para além de Campinas. Se as tentativas oficiais tenderam desde o início à criação de núcleos de pequenos proprietários, segregando os colonos da comunidade nacional, não faltaram governos, é certo, que cederam à pressão dos fazendeiros interessados, antes de mais nada, na obtenção de braços numerosos para a grande lavoura. Os dois pontos de vista divergentes eram combatidos e defendidos com veemência, às vezes com azedume, conforme os favores oficiais se inclinassem para um ou outro lado. Numa sessão da Câmara em que reclamava amparo à imigração de trabalhadores destinados à lavoura – quando o Governo imperial tinha concedido o empréstimo de 300 contos de réis à Companhia Mucuri, sem juros, pelo período de cinco anos, e outro de 350 contos em iguais condições ao Dr. França Leite, para a colonização das margens do Rio Doce –, o Deputado paulista Gavião Peixoto deveu enfrentar a oposição apaixonada dos que defendiam a criação de núcleos coloniais. Pela mesma época levantava-se no Senado a voz prestigiosa de Nicolau Pereira de Campos

Vergueiro contra as numerosas doações de terra a imigrantes, pois não lhe parecia justo que se concedesse a estrangeiros aquilo que se vedava a nacionais pela Lei de Terras de 1850, regulamentada em 54. A prodigalidade extrema na concessão de solos cultiváveis para a fundação de colônias, povoando matas incultas, não atendia em sua opinião à necessidade mais premente do Império: necessidade de braços para o desenvolvimento dos germes de sua riqueza agrícola.

O sistema de parceria, segundo sustentavam Vergueiro e Gavião Peixoto, não estabelecia para os colonos uma situação definitiva e ideal, mas preparava-os para a condição de proprietários ou foreiros. De acordo com essa concepção, importava, antes de tudo, atender às solicitações da grande lavoura sem perder de vista a conveniência de se adaptarem os colonos às condições particulares da produção rural no país. Foi esse o problema que se propusera resolver o Senador Vergueiro ao traçar o plano das colônias de parceria destinadas a constituir autênticos "viveiros ou escolas normais agrícolas" para os imigrantes. Plano grandioso, certamente, mas contra o qual pareciam erguer-se poderosas barreiras, nascidas do próprio rumo que ia tomando a nossa economia agrária. Em seu afã de atender às necessidades da grande lavoura, continuava o senador a acatar, não obstante, a idéia de se criar uma numerosa classe de pequenos proprietários como altamente apreciável – no que todos estavam de acordo –, mas cuja realização deveria ser paulatina. Visava assim compor duas teses inimigas em favor de um compromisso transitório.

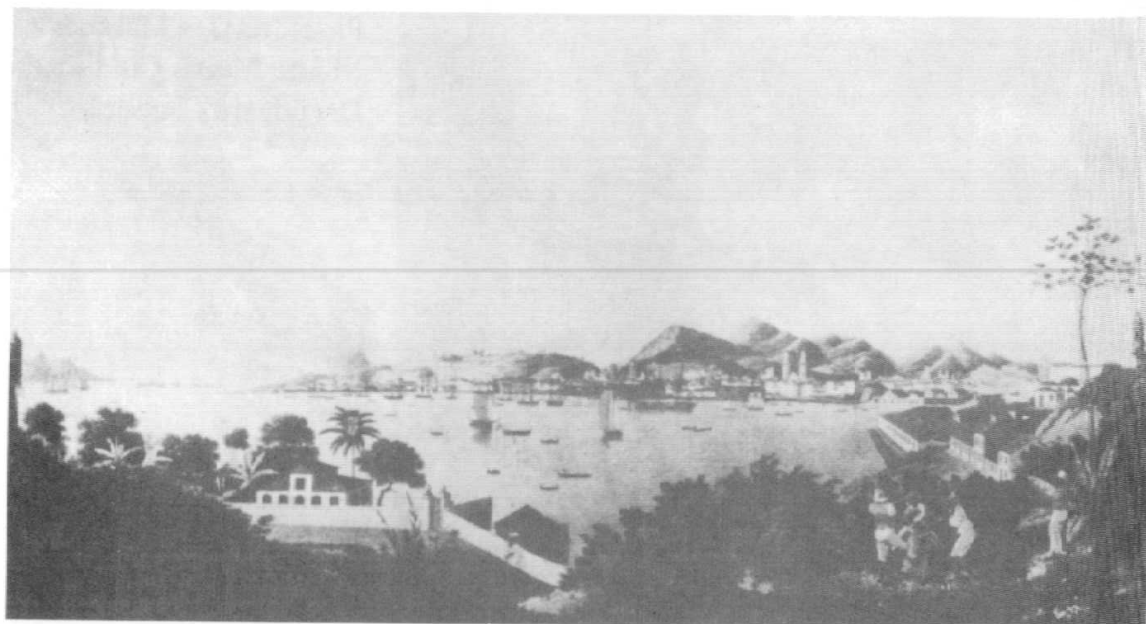
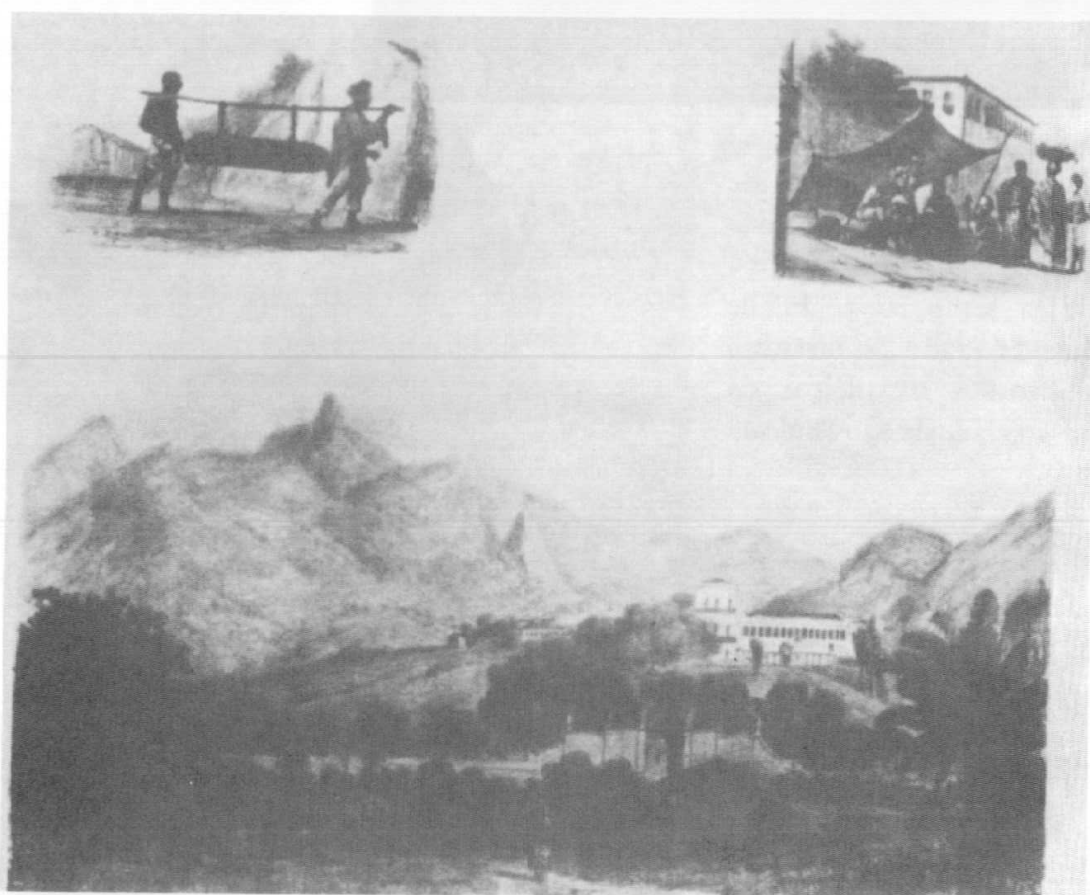
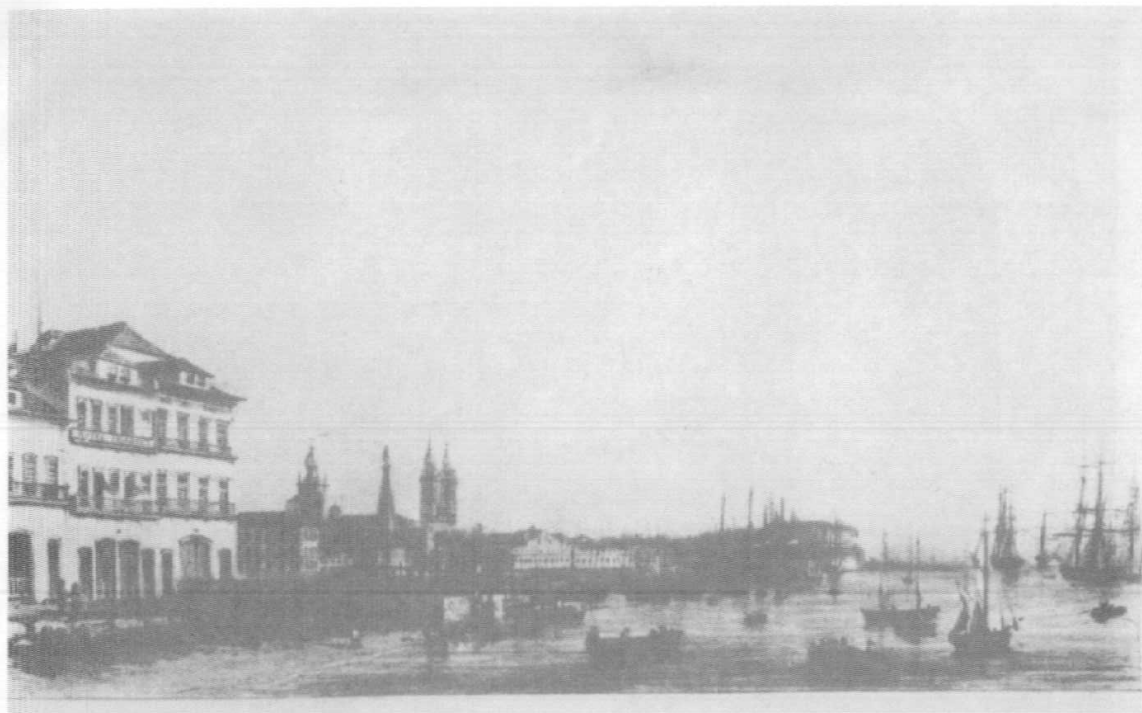
A idéia não era nova. Antes mesmo da Independência, em memória acerca de melhoramentos serem introduzidos na capitania, logo província, de São Paulo, já Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira se batera pelo regime da parceria, praticado em algumas partes do Velho Mundo, como o meio seguro de chegar-se à abolição do trabalho escravo, que lhe parecia coisa inevitável e próxima, sem uma catástrofe de proporções incalculáveis. Às primeiras tentativas para se pôr em prática semelhante sugestão, está intimamente associado o nome de Vergueiro, verdadeiro iniciador da importação em larga escala de trabalhadores europeus para a lavoura paulista.

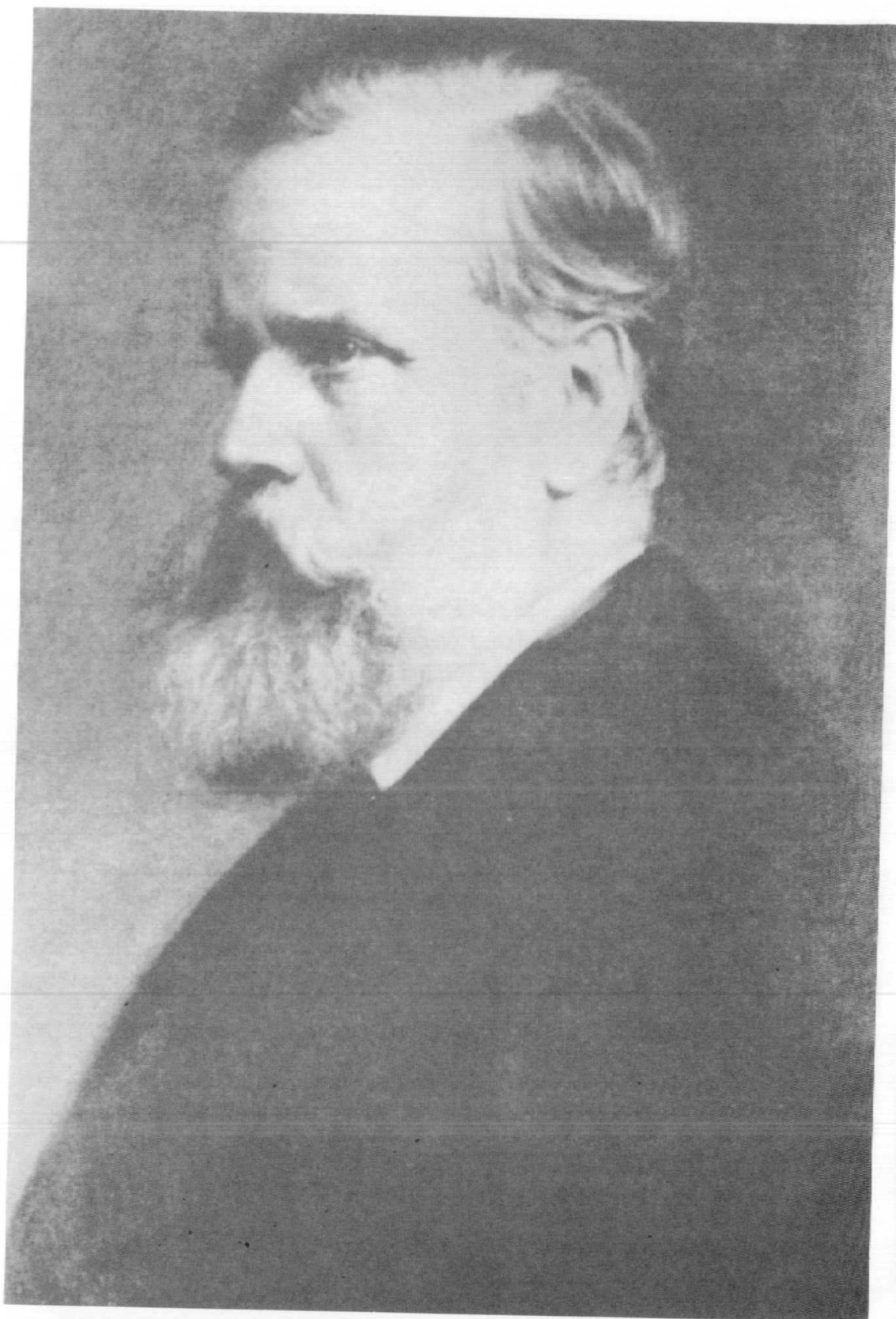
Desde 1840, quando ainda não tinha chegado à fase aguda a crise de braços, sua fazenda de Ibicaba recebera cerca de 90 famílias de camponeses do Minho, os primeiros imigrantes europeus chamados por iniciativa particular a trabalhar na grande lavoura. Esse esforço prematuro ficou prejudicado, porém, pela revolução liberal de 1842, em que Vergueiro se achou envolvido. Só alguns anos mais tarde volta a realizar-se o seu pro-

PRANCHA 1 – Marquês do Paraná. S. A. Sisson, *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, tomo I. (Da Coleção J. F. de Almeida Prado do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.)

PRANCHA 2 – Marquês de Olinda. S. A. Sisson, *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, tomo I. (Da Coleção J. F. de Almeida Prado do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.)

PRANCHA 3 – Marquês de Monte Alegre. Cortesia do Dr. Edgard Conceição.

PRANCHA 4 – Eusébio de Queirós. S. A. Sisson, *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, tomo I. (Da Coleção J. F. de Almeida Prado do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.)

PRANCHA 5 – "Rio de Janeiro visto da Ilha das Cobras", gravado por Newton Fielding a partir de um quadro em poder dos Srs. John H. Freese & Cia. Edição por especial permissão a Sua Majestade Fidelíssima D. Maria II, Rainha de Portugal, Algarves etc. (Cortesia do Dr. J. F. de Almeida Prado.)

PRANCHA 6 – A Quinta Imperial de São Cristóvão. Augusto Moreau, *Rio de Janeiro Pitoresco*. (Da Coleção J. F. de Almeida Prado do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.)

PRANCHA 7 – Ponte de Desembarque na Praia D. Manuel no Rio de Janeiro. Augusto Moreau, *Rio de Janeiro Pitoresco*. (Da Coleção J. F. de Almeida Prado do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.)

PRANCHA 8 – Fotografia do desembarque de D. Pedro II em Recife, em 1859. Do *Álbum de Pernambuco e seus Arrabaldes*. Original pertencente à coleção do Sr. Américo Jacobina Lacombe.

PRANCHA 9 – D. Pedro II. Quadro a óleo de autor desconhecido feito em Milão, em 1871. (Coleção D. Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança.)

PRANCHA 10 – Litografia alusiva ao casamento das filhas de D. Pedro II, as Princesas Dona Isabel e Dona Leopoldina com o Conde D'Eu e o Duque de Saxe. (Coleção D. Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança.)

PRANCHA 11 – Karl von den Steinen. (Coleção do Prof. Egon Schaden.)

GAZETA MÉDICA DA BAHIA

PUBLICADA

POR UMA ASSOCIAÇÃO DE FACULTATIVOS, E SOB A DIRECÇÃO

Do Dr. Virgilio Clímaco Damazio.

Publica-se nos dias 10 e 25 de cada mez.

ANNO I — BAHIA 10 DE JULHO DE 1866 — N.º 1.

SUMMARIO.

[illegible]

INTRODUCÇÃO.

[illegible]

A historia da imprensa litteraria da Bahia é mui pouco animadora para aquelles que, cedendo á tentação de escrever para o publico, se aventuraram ainda pelas veredas do jornalismo, arriscando-se a engrossar o já crescido numero das tentativas mallogradas.

A imprensa medica principalmente, essa, podemo-lo dizer sem receio de contradicção, ainda está por nascer, apezar de mais de um esforço nobre e generoso, sem duvida, porem mal succedido, para lhe assegurar uma existencia positiva e duradoura.

Por duas ou trez vezes, n'esta provincia, se ensaiou a publicação de um periodico, exclusivamente consagrado ás sciencias medicas, sob os auspicios, e com a collaboração, de sociedades organisadas para esse fim, uma d'ellas chegou á dar á luz o primeiro numero de uma publicação mensal; outras nem isso conseguiram; abandonaram a idéa em projecto e tambem desappareceram com ella sem que ficassem vestigios, sequer, de sua existencia. Porque? Seria cedo ainda então, sel-o-ha ainda agora, para inaugurar o trabalho scientifico e litterario da profissão medica entre nós? Estaremos condemnados a uma perpetua inercia, limitando-nos, quando muito, a admirar os que trabalham e a invejar-lhes a gloria de levarem o seu tributo intellectual para a grande obra do melhoramento das condições physicas e moraes do homem, pelo conhecimento da sua natureza, das suas necessidades, das suas dôres, dos seus vicios, das suas paixões e das suas miserias n'esse breve transito, a que se chama vida humana? Cremos que não. Não era cedo então, e ainda o é menos agora, para nos convencermos de que todos os operarios da sciencia teem obrigação de accrescentar o patrimonio commum na medida de suas forças e de seus talentos, e de transmittil-o ás gerações porvir mais rico do que o herdaram de seus antepassados. Sem isso fôra impossivel o progresso, nem a medicina houvera sahido nunca do cahos em que jazeu por muitos seculos, se a luz de tantos e tão fecundos ingenhos lhe não tivesse alumiado o caminho, e alargado os horisontes.

Como o navegante, que nota minuciosamente os baixios desconhecidos, as correntezas periodicas, os parceis occultos; [illegible] de outros, que [illegible] pelas mesmas paragens,—assim aquelles, que exercem e cultivam a medicina, estão obrigados a tornar conhecidos os resultados de suas investigações scientificas, da applicação dos principios á pratica de todos os dias, [illegible]

PRANCHA 12 – *Gazeta Médica da Bahia*. (Da Coleção do Dr. Lycurgo Santos Filho.)

grama com a fundação da firma Vergueiro & Cia. Dessa vez um projeto minuciosamente preparado vai presidir o empreendimento. A casa Vergueiro compromete-se a engajar colonos na Europa mediante contrato que não exclui a transferência destes a outros fazendeiros, desde que os mesmos concordem em aceitar certas condições previamente estabelecidas. Os adiantamentos feitos para o transporte e sustento dos colonos deveriam ser pagos dentro de certo prazo e com juros de 6% ao ano. Cada família teria a seu cargo um determinado número de pés de café, segundo sua capacidade para o cultivo, colheita e benefício. Aos colonos era permitido o cultivo de mantimentos para a própria subsistência nas terras da fazenda. O produto da venda do café seria partido entre colono e fazendeiro, prevalecendo igual princípio para as sobras dos mantimentos que porventura viesse a vender o colono. Todas as dúvidas suscitadas entre as partes contratantes deveriam ser resolvidas por árbitros. De acordo com esses critérios foi criada em julho de 1847, na fazenda de Ibicaba, a "Colônia Senador Vergueiro", destinada a constituir-se numa espécie de estabelecimento normal para um amplo sistema que se espalharia por vários pontos da Província. No mesmo ano chegavam à fazenda as primeiras 364 famílias de colonos contratados na Alemanha.

Revolução nos métodos agrários

O emprego de imigrantes europeus na grande lavoura, acostumada unicamente ao braço escravo, envolvia uma verdadeira revolução nos métodos agrários vigentes no país e, mais do que isso, nas próprias concepções dominantes no Império acerca do trabalho livre. Um exemplo dessas concepções é o caso, lembrado por Daniel Kidder, dos alemães contratados em 1839 para a construção de pontes e calçadas em Pernambuco; tais e tantas foram as zombarias a esses "escravos brancos", que eles desistiram afinal de concluir o serviço começado. Compreende-se, diante disso, que os fazendeiros amoldados à nossa economia agrária tradicional, fundada na presença de escravos, não conseguissem com facilidade adaptar-se à situação criada com a vinda de trabalhadores livres procedentes da Europa. A pronta aceitação de tais trabalhadores não significava sempre, da parte dos grandes proprietários rurais, a admissão igualmente pronta de todas as conseqüências que essa mudança poderia acarretar no sistema das relações entre patrões e serviçais. Característico de tal situação é um anúncio impresso já nos anos de 70 no *Correio Paulistano*, onde um lavrador de Bragança prometera generosa recompensa a quem lhe levasse de volta um colono de nacionalidade germânica chamado Adolfo Ponse, que fugira da sua fazenda. Redigido em termos semelhantes aos de tantos outros que se publicavam sobre es-

cravos, o anúncio bem poderia intitular-se "Alemão fugido". Assim todo o esforço dos interessados na introdução de trabalhadores europeus que preparasse a lavoura para receber sem graves perturbações a abolição da escravidão teria por força de esbarrar nos entraves criados por essa mentalidade e apoiados em longa tradição.

O sistema Vergueiro que em pouco tempo chegará a ser adotado por quase todos os fazendeiros do Oeste paulista – o Oeste de 1850, não o de 1950 –, tornando-se, por assim dizer, a forma peculiar do emprego do braço livre na grande lavoura da Província, não nasceu como uma inovação aparatosa, capaz de triunfar sobre todos os obstáculos que enfrentava ali a economia rural. Surgiu sob a pressão de duras necessidades e ante a perspectiva de condições quase alarmantes, ditadas pela escassez de braços numa área de excepcional produtividade.

Com efeito, examinado em seus traços característicos, nada oferecia o sistema de especialmente inédito. A aquisição de mão-de-obra européia, destinada a uma terra para onde não se esperava dos governos um amparo substancial e persistente à imigração, só seria possível se obedecesse a métodos empregados com aparente bom êxito em outras áreas de colonização. No fundo esses métodos nunca divergiram muito dos que produziram os *indentured servants*, que forneceram aos Estados Unidos, durante a era colonial, quase metade do total de imigrantes brancos recebidos pelas treze colônias. Os encarregados de angariar esses homens atraíam os candidatos adiantando-lhes as somas destinadas à viagem e ao sustento; tais somas eram amortizáveis, em teoria, mediante prestação de serviços por determinado prazo, que na América do Norte costumava oscilar de quatro a sete anos. O patrão, por sua vez, obrigava-se a sustentar o trabalhador, enfermo ou não, e, terminado o prazo, a fornecer-lhe, na ausência de um contrato escrito, os "donativos de alforria", que consistiam em um machado, duas enxadas, milho bastante para o sustento durante um ano e algumas vezes um pedaço de terra cultivável.

A rigor, esse processo mereceu mais censura pelos abusos a que se prestava do que pelo princípio em que descansava. Muito patrão, sobretudo nas lavouras de tabaco, conseguia assegurar-se o serviço permanente de tais trabalhadores, forçando-os por meios indiretos a acumular outras dívidas que os reduziam praticamente à condição de servos. Abandonado nos Estados Unidos, ao menos nas suas formas tradicionais, em favor de vários tipos de contrato de locação de serviços, o método conseguiu manter-se ainda em muitos países de economia colonial e era, com pouca diferença, o meio pelo qual se introduziam milhares de *coolies* em Cuba,

no Peru, no Havaí, precisamente ao tempo em que Vergueiro ensaiava entre nós o célebre sistema.

Acresce que o pauperismo reinante em certas localidades européias levava muitas autoridades da Alemanha e da Suíça a estimularem a emigração de elementos que se tornavam onerosos às administrações. Várias municipalidades prontificaram-se mesmo a colaborar com os agentes de emigração adiantando ao emigrante as somas necessárias à passagem e ao sustento. É claro que isso dificilmente prometeria aos nossos fazendeiros os homens ativos, morigerados e ordeiros que deviam esperar. Entre os colonos enviados a São Paulo por intermédio da casa Vergueiro figuravam, segundo o testemunho insuspeito do Dr. Heusser, enviado mais tarde por várias municipalidades suíças para investigar a situação dos colonos, não só antigos soldados, egressos das penitenciárias, vagabundos de toda espécie, como ainda octogenários, aleijados, cegos e idiotas. Era essa a gente que encontrava, da parte das administrações, todas as facilidades para emigrar. Quanto aos colonos mais jovens e sadios, só lhes eram fornecidos os adiantamentos quando consentissem em levar consigo os menos desejáveis. De sorte que pessoas de boa saúde se viam obrigadas a sustentar os velhos e doentes e ainda a se responsabilizar pelas dívidas desses, caso viessem a falecer.

Semelhante orientação não foi privilégio, aliás, das autoridades suíças e alemãs. Onde quer que os movimentos emigratórios tomassem vulto, não faltava entre as administrações quem procurasse utilizá-los em favor de uma política de verdadeira depuração nacional. Favorecendo o embarque de indivíduos pouco desejados, era natural que essas administrações procurassem criar embaraço à saída de elementos válidos e úteis. Mesmo em Portugal, onde a emigração para o Brasil teve sempre cunho mais espontâneo, manifestou-se por várias vezes essa mesma tendência. Quando, em certa ocasião, o Desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto tratou de contratar colonos alentejanos para as suas colônias do Taquaral e Bom Retiro, nas proximidades de Capivari, valendo-se, para intermediário, de um seu irmão morador em Serpa, as autoridades locais portuguesas opuseram toda sorte de obstáculos à saída desses colonos por serem eles bons trabalhadores e afeitos à vida agrícola.

O traço verdadeiramente distintivo do sistema Vergueiro não estava, entretanto, nos métodos de recrutamento dos colonos e sim no regime de parceria a que se viam eles sujeitos quando instalados nas terras a serem cultivadas. A analogia entre as condições dos parceiros, neste sistema, e a dos *metayers* do sul da França ou a dos *mezzadri* e *mezzaioli* italianos, foi

freqüentemente salientada, mesmo no Brasil, quando o assunto andou em foco, nos meados do século passado. Mas sem precisar ir tão longe, pode-se dizer que a situação dos agregados em muitas fazendas, e especialmente nos engenhos de açúcar, os que plantavam cana *cativa*, como se dizia, poderia, à falta de outros, servir de modelo a Vergueiro. A vantagem maior do regime de parceria, comparado ao dos serviços assalariados, estava aparentemente no fato de garantir, ao menos em tese, uma liberdade relativa ao empregado e em reduzir as possibilidades de conflitos de tradições e costumes.

Tal como foi aplicada na lavoura paulista, a parceria representa um meio-termo entre o regime dos serviços assalariados e o das pequenas propriedades. Isso explica a fácil aceitação que teve entre os colonos de estirpe germânica, sempre zelosos na preservação de suas tradições, ao passo que os portugueses e, em regra, os imigrantes do sul da Europa se acomodavam melhor aos salários fixos ou às empreitadas. Como intermediária entre dois tipos de colonização suscetíveis de atender às nossas necessidades econômicas, a parceria pretendia resolver o difícil problema da adaptação dos imigrantes do norte da Europa, e eram eles os disponíveis, na época, ao trabalho nas grandes propriedades.

Procedência urbana dos colonos

Iniciado entre as expectativas mais otimistas, o sistema Vergueiro não correspondeu, todavia, ao entusiasmo com que a princípio foi saudado. Importados os colonos para atenderem às necessidades do trabalho rural, pouco influíram no sentido de melhorar nossos métodos de lavoura e isso é largamente explicável pelo fato de, em suas terras de origem, só excepcionalmente procederem de zonas rurais. A circunstância de se terem engajado esses homens entre o proletariado urbano da Europa Central não deixou de ser invocada pouco mais tarde para explicar o mau resultado do sistema. A alegação parece fundada, e Tschudi, em documento onde relata o resultado de suas observações sobre os colonos de São Paulo, no ano de 1858, refere que, de uma lista de 87 pretensos lavradores, como tais recrutados no Velho Mundo para os estabelecimentos de parceria, apenas 13 se tinham dedicado a atividades agrícolas em suas terras de origem. Dos restantes, 42 eram operários de fábricas, 6, sapateiros, 4, carpinteiros, 9, alfaiates, 3, soldados, 2, pedreiros, 2, ferreiros, 2, vidraceiros, 2, tanoeiros, 2, músicos ambulantes, 1, jornaleiro, 1, confeiteiro, 1, pintor, 1, serrador e 1, mestre-escola. Fatos análogos apresentara em 1852 Perret-Gentil, antigo Cônsul da Suíça no Rio de Janeiro, em folheto onde reuniu as observações feitas durante viagem que realizou à colônia Senador Vergueiro.

Aliás, a procedência principalmente urbana dos colonos parece ter sido fato freqüente, não só em São Paulo como nas demais províncias onde foi numerosa a imigração germânica. A presença de muitos termos portugueses relacionados à técnica agrícola no vocabulário de descendentes de imigrantes que conservam ainda a língua alemã no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Espírito Santo, poderia explicar-se, pela falta entre eles, de verdadeira tradição rural. À ausência de tradição rural já se tem atribuído igualmente o fato de o teuto-brasileiro do Sul ainda se designar como "colo" (*kolonist*) e só muito raramente como "camponês" (*Bauer*).

Cabe perguntar, em todo caso, se dada a distância enorme que separava os métodos agrícolas europeus dos que prevaleciam entre nós, seria verdadeiramente indispensável que o recrutamento dos colonos se fizesse apenas entre agricultores e camponeses. É lícito mesmo supor que, prisioneiros de tradições e princípios inadequados às nossas condições agrárias, fossem estes exatamente os menos indicados para a colonização rural no Brasil. A experiência de tal gente poderia encontrar aplicação, talvez, nos terrenos já cansados e gastos, cuja produtividade se restauraria com o emprego de fertilizantes e de arados. Mas isso não parecia importante aos homens do tempo, que andavam preocupados unicamente, entre nós, com o angustioso problema da falta de braços para a grande lavoura. Dada a própria origem da maioria dos imigrantes europeus da época, era de esperar que, instalados em terras velhas, nas vizinhanças das cidades, se vissem eles atraídos, mais cedo ou mais tarde, pelos centros mais populosos. Só muito mais tarde, quando estávamos às vésperas de receber as primeiras grandes levas de imigrantes procedentes da Itália, e de uma área de latifúndios, surgiu o alvitre de se dirigirem alguns desses colonos para os terrenos baratos e já trabalhados, nos distritos de Porto Feliz, Santa Bárbara e Sorocaba. Mas ainda assim em caráter provisório, durante dois ou três anos, até o imigrante ficar conhecendo que as terras novas são superiores e podem ser lavradas sem maior trabalho.

Assim, a esfera de influência dos colonos importados, de acordo com o sistema Vergueiro, também foi necessariamente menos rural do que urbana ou, se quiserem, suburbana. Na técnica do transporte pode assinalar-se pelo menos uma contribuição apreciável desses imigrantes: o abandono, na construção dos carros de bois, do modelo tradicional, de eixo de volta e roda maciça, "que fazia uma algazarra agradável, talvez, somente aos bois", segundo observou um viajante suíço. Medem-se bem os esforços que teriam sido feitos para vencer nesse caso a rotina, quando se conheça a convicção generalizada entre os roceiros de que carro para

prestar precisa chiar. Mas foi sobretudo no desenvolvimento dado à cultura hortense – e também à pequena indústria – que os colonos deixaram marca de sua passagem. E pode-se pensar que, por essa forma, tenham contribuído notavelmente para modificar a própria dieta alimentar nas regiões onde foram estabelecidos.

Desde os tempos áureos do sistema da parceria costumavam esses trabalhadores, protestantes ou católicos, ir aos domingos pela manhã a Limeira e Rio Claro, não só para os serviços religiosos como para vender os produtos de suas plantações e de sua indústria doméstica: legumes, laticínios, mel de abelha, manteiga ou queijo. Antes de os fazendeiros empregarem parceiristas, observa Tschudi, as donas-de-casa não tinham meios de obter manteiga fresca, nem leite, nem legumes, salvo se dispusessem de terreno para pastagem e criação. Mais tarde, e graças aos colonos, passaram a consumir diariamente tais produtos. A propósito, passa o viajante a fazer extensas divagações sobre os benefícios que a influência germânica trouxe a certas zonas da província de São Paulo. Citando artigo publicado em certo jornal da Áustria, compara o papel do povo alemão, nesse caso, ao sal que tempera os alimentos. Como o sal permite que se saboreiem certos pratos naturalmente insípidos, assim também a mistura bem proporcionada de sangue teutônico seria vantajosa a qualquer povo. As regiões de São Paulo para onde se encaminhara, de preferência, a imigração de alemães e suíços parecia-lhe confirmar semelhante ponto de vista.

Pangermanismo

Essas considerações fazem pensar em certas formas ainda incipientes de pangermanismo, que devem ter tido grande popularidade na época e foram partilhadas, entre outros, por um dos mais acerbos inimigos de nossas colônias de parceria, o conselheiro real prussiano Gustav Kerst. Longe de pugnarem por um racismo rigoroso, os adeptos de tais doutrinas acreditavam que as possibilidades de maior expansão da cultura alemã estariam antes na fusão de elementos portadores dessa cultura com populações mais atrasadas. Kerst achava mesmo que, graças à tal fusão, os imigrantes alemães acabariam impondo aos luso-brasileiros seus costumes e seus traços nacionais, temperando, com isso, a natural indolência da gente do país e emprestando-lhe um caráter próprio e independente, comparável ao que a fusão dos anglo-saxões, bretões e normandos formou na Inglaterra. Para isso era necessário, porém, que os governos de nossa "monarquia feudal" tivessem o desejo e a necessária capacidade de resolver o problema imigratório levantando as bases de uma verdadeira nação. Era mister que se abolissem as restrições religiosas e políticas que ainda dificultavam a imigração livre e se abandonassem

sistemas, tais como o da parceria, que tendia antes a minar do que a poupar o caráter nacional dos imigrantes. Opinião análoga à de Kerst exprimira poucos anos antes o embaixador austríaco na Corte de São Petersburgo, Conde de Colloredo-Waldsee, ao nosso representante diplomático na mesma Corte, José Maria do Amaral, lembrando a necessidade de se preservar no Brasil o predomínio da raça branca através da mistura em larga escala de imigrantes do norte da Europa.

Não seria muito diverso o pensamento de alguns dos nossos "progressistas" do tempo. Na segunda metade do século passado, a idéia de se querer manter a todo custo a tradição lusitana, herdada de um passado colonial ainda recente, não parecia despertar entusiasmo em numerosos círculos. As resistências opostas às correntes de idéias e de sangue estrangeiro vinham mais da simples rotina do que de um apego consciente às instituições tradicionais. Nunca essas resistências chegaram a tomar corpo, a contaminar os bem-pensantes, nunca se organizaram, à maneira dos *Knownothing* norte-americanos de 1850 e 55, em um movimento destinado a combater tumultuariamente toda influência estrangeira capaz de perturbar o crescimento harmonioso das instituições vindas do passado.

Excepcionalmente houve por esse tempo em São Paulo quem pressentisse graves perigos no constante afluxo de imigrantes alemães, que ao seu ver ameaçavam mudar profundamente nossa paisagem social. Não era paulista, não era sequer brasileiro, quem assim pensava, e não o animava um zelo apenas sentimental pelo passado de sua terra adotiva. Irlandês, católico e fidalgo, havia em Ricardo Gunbleton Daunt, no antimodernismo de que insistentemente se ufanava, tanto de devoção e fervor quanto de inteligência lúcida. Detestando cordialmente o sistema representativo, a centralização excessiva do poder, a "insensata admiração pelas instituições de outros povos e outras raças", achava que as nações verdadeiramente livres se formam por simples evolução interna e pelo desenvolvimento natural sem enxertos que as desfigurem, e presumia que as instituições não devem ser modificadas e retorcidas pela mão do homem, pois que são de origem divina. Ainda em 1856 podia opor à sua São Paulo a "semi-estrangeira Rio de Janeiro" e queria ver ressuscitada uma "espécie de feudalismo muito favorável ao desenvolvimento de grandes virtudes", mas temia que a imigração considerável de proletários alemães servisse para desnacionalizar e "descristianizar" a província. Em dado momento abandonou Campinas fugindo ao progresso levado pela expansão dos cafezais e foi refugiar-se na velha Itu, ainda fiel ao açúcar e à tradição.

Essa voz isolada teve, porém, escassa ressonância, tanto é que certamente as instituições tradicionais não vivem apenas de um prestígio moral ou porventura estético que lhes emprestem. Pretender mantê-las sem um apoio efetivo na realidade atual é cair num caprichoso formalismo. É significativo que Itu se fará o núcleo republicano da província quando se achar empobrecida, ao passo que Campinas se tornará cada vez mais uma área dominada por empedernidos senhores de escravos.

No ativo do sistema de colonização ensaiado por Vergueiro, pode-se inscrever ao menos esta vantagem, que não fez obra de desnacionalização, não implantou quistos raciais, como ocorreu com outras tentativas realizadas em vários pontos do país. E, de outro lado, animou de vida nova extensas regiões ainda incultas ou mal cultivadas. Nesses lugares, os catálogos de indústrias e profissões pouco posteriores à época da colonização de parceria assinalam considerável percentagem de apelidos germânicos que, para certos ofícios, chegam a ser maioria. Num Almanaque de Rio Claro para 1873 encontram-se apenas duas pessoas com nomes portugueses entre os alugadores de carros então existentes na cidade. Os outros chamam-se Jacob Witzel, Jorge Hellmeister, Mathias Hartmann, Adão Hebling, Mathias Pott e Fernando Hartung. Esse exemplo, colhido entre muitos outros igualmente expressivos, merece particular atenção devido à influência que os colonos alemães e suíços teriam exercido sobre a técnica dos transportes no centro-oeste de São Paulo.

Às vezes deparamos com coincidências dignas de nota entre nomes existentes nos catálogos de indústrias e profissões e os de antigos parceiristas indicados em relações tais como a do Dr. Heusser, publicada em 1857. É natural que, cessados os contratos com os fazendeiros, muitos colonos passassem a exercer nas cidades próximas seus antigos ofícios, formando, ao menos de início, aglomerações relativamente isoladas, mas pouco a pouco absorvidas pelas populações locais. Assim se deu no caso de Limeira, Rio Claro, Piracicaba, e também em Campinas e Jundiaí, como parece ainda hoje indicar a presença dos chamados "bairros alemães" em algumas dessas cidades.

A propósito da influência praticamente nula que tiveram tais colonos sobre os métodos de exploração agrícola, é interessante compará-la, por exemplo, à dos lavradores do Sul dos Estados Unidos, que imigraram em resultado da Guerra de Secessão e da vitória do Norte. Ainda que bem menos numerosa e de caráter essencialmente diverso, a imigração desses anglo-saxões teve, sob tal aspecto, conseqüências mais ponderáveis. É que os lavradores norte-americanos procediam de áreas onde, de longa data,

imperava o sistema das plantações semelhante ao que entre nós se praticava, e traziam uma experiência e um ânimo progressista que não seriam inúteis em nossas lavouras. O ambiente que vinham encontrar não destoava excessivamente do que deixaram, e as paisagens ancestrais e familiares podiam reproduzir-se sem excessiva dificuldade em nosso meio. Deve-se principalmente ao contato deles o início da mecanização da lavoura, que teve tão importantes conseqüências na economia agrária de São Paulo. Em realidade, o emprego do arado na lavoura do café começara a fazer-se sensível por volta de 1863, pouco antes de chegarem os agricultores do Sul dos Estados Unidos, mas as vantagens econômicas que se poderiam esperar de tal progresso não se fizeram logo patentes. Pouco habituados ao emprego da máquina, os fazendeiros utilizavam, segundo Campos Sales, toda uma junta de bois, às vezes, para o manejo de cada instrumento, com resultados freqüentemente negativos. Só o exemplo das famílias norte-americanas imigradas a partir de 1866 mostrou, finalmente, como cada instrumento não exige mais do que um homem e um animal para as operações a que se destina. O resultado foi que, em pouco tempo, as fazendas paulistas se encheram de arados, rodos e grades, tornando-se possível, de certo modo, uma grande economia de mão-de-obra. E se na técnica dos transportes, igualmente importante para os trabalhos rurais, a ação dos alemães e suíços se fez logo sentir graças à introdução de melhoramentos no tipo do tradicional carro de boi, não foi menos significativa a contribuição norte-americana, que divulgou entre nossos roceiros o uso dos *trolleys*, meio de condução rústico e adaptável mesmo aos terrenos mais ásperos. Não se precisou esperar muito tempo para que se estabelecessem entre as cidades e vilas nascentes do centro-oeste paulista linhas de comunicação servidas por semelhantes veículos.

Poupando mão-de-obra, a mecanização progressiva da lavoura teria ajudado a suavizar o problema da falta de braços, que Vergueiro tratara de resolver com seu plano de colonização, se a maior expansão dos cafezais e por alguns anos a dos algodoais não exacerbassem novamente a crise. Durante longo tempo ainda, pelo menos até iniciar-se a importação em larga escala de italianos, a lavoura do café irá padecer dessa crise. Não é menos certo, porém, que a prosperidade da província se afirmou de modo definitivo precisamente quando a carência de braços para a lavoura se tornou mais alarmante. Em 5 anos, de 1863/64 até 1868/69, apesar dos contratempos resultantes da Guerra do Paraguai, o comércio de longo curso, em Santos, elevava-se ao triplo, subindo seu valor de 7.712:000$000 para 20.091:000$000.

Essas cifras que foram apresentadas por Sebastião Ferreira Soares em documento onde procura combater o ceticismo então reinante nos meios financeiros e bancários de Londres, acerca das vantagens que ofereceria o aparelhamento do porto de Santos para corresponder ao desenvolvimento da Província, são um índice bem expressivo desse mesmo desenvolvimento. O próprio Ferreira Soares, resumindo suas conclusões nesse documento, que aparentemente nunca foi publicado, e cujo manuscrito, datado de 1871, se encontra hoje na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, assim se manifesta:

> "Nenhuma dúvida resta, portanto, de que o comércio marítimo da Praça de Santos tem tido nestes últimos anos um progresso constante e não interrompido, o qual continua na sua marcha ascendente até o exercício de 1870/71, como se depreende dos dados oficiais ainda não completos, que existem no Tesouro Nacional: pode, pois, concluir-se que esse aumento é devido ao desenvolvimento material que neste último decênio tem tido a província de S. Paulo, mais que nenhuma outra do Império do Brasil."

Se tais observações sugerem o quanto é falso querer derivar o progresso da Província de São Paulo, nos últimos decênios do século passado, tão-somente da expansão das vias férreas para o Oeste, pois apenas a de Santos a Jundiaí é anterior a 1870, e do advento em escala sensível de imigrantes italianos, que ocorrerá a partir da década de 80, não é menos exato pretender que, sem a intervenção desses fatores, o progresso ficaria forçosamente truncado. Nesse caso, o mérito do sistema Vergueiro, com todos os vícios a que deu margem sua aplicação defeituosa, terá sido o de dar o primeiro exemplo do apelo em escala apreciável a trabalhadores livres na lavoura cafeeira.

Os vícios, convém repeti-lo, prendem-se antes de tudo ao fato de, para numerosos fazendeiros, a relação tradicional, entre senhor e escravo, ter fornecido um padrão fixo, inflexível e insubstituível no trabalho das grandes propriedades rurais: introduzido o colono livre, não desaparecia de todo essa relação, mas evoluía para uma forma de dependência apenas atenuada, em confronto com a situação anterior. Por outro lado, mesmo comparadas às do escravo, as condições de vida do trabalhador livre não seriam, em muitos casos, extremamente invejáveis. O contrário costuma suceder onde quer que coexistam as duas instituições, e o Brasil certamente não oferece exceção à regra. Na comunidade doméstica, de constituição

patriarcal, ainda bem viva durante o nosso Império, os escravos constituíam uma simples ampliação do círculo familiar, que ganhava com isso todo o seu significado originário e integral, contido na própria etimologia latina da palavra "família", que traz a idéia "fâmulo". Por isso, e também por compreensíveis motivos de interesse econômico, o bem-estar dos escravos devia ser mais caro ao lavrador do que o dos colonos. Escapava freqüentemente, ao fazendeiro, uma noção rigorosamente objetiva dos direitos e deveres que implica o regime do trabalho livre, em princípio menos orgânico e psicologicamente menos impregnado de considerações sentimentais do que o da escravidão. Quando se pretendia elogiar as condições de trabalho em determinada colônia agrícola, o termo de comparação que freqüentemente corria era o de uma grande família.[1] A incompreensão que tais fatos parecem revelar acerca da verdadeira estrutura e das finalidades do trabalho livre refletiu-se em uma série de incidentes que, principiados por volta de 1855, tiveram sua culminância, menos de dois anos mais tarde, na sublevação dos colonos suíços de Ibicaba, a colônia-modelo do Senador Vergueiro.

Thomas Davatz e o motim dos colonos de Ibicaba

Sobre esse motim, que explode a 24 de dezembro de 1866, conhece-se um depoimento precioso, ainda que necessariamente apaixonado e parcial, de autoria do próprio mestre-escola e colono Thomas Davatz, considerado já na época o verdadeiro mentor da sedição, embora não falte quem nele veja apenas o instrumento de um conterrâneo seu residente na capital da Província e adepto fervoroso de princípios radicais: o "comunista" Jean-Jacques Oswald. De volta à Suíça publicou Davatz, com efeito, violenta diatribe contra os métodos usados nas colônias de parceria existentes em São Paulo e ocasionalmente em outras províncias do Império (a da fazenda "Independência", por exemplo, na Província do Rio), que ajudou sem dúvida a embaraçar a vinda de novos imigrantes.

Do movimento de Ibicaba sabe-se que participaram unicamente colonos suíços, pois os alemães, originários, na sua quase totalidade, da

[1] Assim se exprimiu Carvalho Morais a propósito da colônia Nova Louzã: "E com efeito (...) é mais uma família do que uma colônia, e separa-se dos outros estabelecimentos da província por esse lado como pelo sistema de trabalho que adotou." A mesma comparação será retomada muitos anos depois, já durante a República, por um viajante estrangeiro, Maurício Lemberg: "Havia ordem e disciplina", observa, "e apesar disso o todo formava uma só família, cujo chefe, como um pai, dirigia tudo com critério." Os colonos de Nova Louzã eram em sua maioria portugueses e, como sucedia geralmente com os imigrantes do sul da Europa, mais suscetíveis de se acomodarem a regime de locação de serviços do que os suíços e alemães.

Turíngia, apressaram-se em solidarizar-se abertamente com os patrões, embora, a julgar pelas notícias do próprio Davatz, que os recrimina com azedume, não tivessem sido alheios, de início, aos preparativos para sua eclosão. É significativo que, entre a numerosa literatura suscitada então pelos estabelecimentos de parceria, o único livro conhecido – mal conhecido –, de colono, além do panfleto de Davatz, pertence a um anônimo alemão que este toma sem restrição o partido dos fazendeiros. Redigido em linguagem acessível, e destinando-se aparentemente a um público mais numeroso do que o do mestre-escola suíço, esse livro[2] oferece, ao longo das suas 250 páginas ricamente ilustradas, todas as características de uma peça de propaganda de emigração. E embora não trate exclusivamente das colônias organizadas de acordo com o sistema Vergueiro, há lugar nela para irrestritos aplausos aos estabelecimentos onde imperava o regime da parceria que o autor conhecera em São Paulo.

Não servira, ele próprio, em Ibicaba, e sim na colônia de São Jerônimo, também em Limeira, pertencente ao Senador Francisco Antônio de Sousa Queirós, nem pretende, ostensivamente, responder às críticas de Davatz, e no entanto as razões de que se vale para acusar os colonos insatisfeitos com o regime são em tudo idênticas às que servem aos fazendeiros – ao próprio idealizador do sistema ou ao seu filho José Vergueiro – quando se defendem das acusações dos parceiristas. Se o sistema se viu afinal condenado ao malogro, a culpa, a seu ver, era devida unicamente à incompetência, às insolências e às incompreensões dos colonos. Aliás, em S. Jerônimo, vizinho de Ibicaba, não soubera que houvesse descontentes a não ser duas famílias, por sinal de suíços, que, além de carregadas de filhos e de dívidas, contraídas de suas municipalidades a juros altíssimos, eram formadas de gente ociosa, imprestável e sem a menor experiência do trabalho rural.

Sobre o tratamento dado na fazenda aos colonos, suas informações discrepam totalmente das que fornecera Davatz a propósito de Ibicaba: "Podeis ver assim meus conterrâneos", diz,

> "que de nenhum modo éramos tratados como escravos ou sequer com a severidade de que usam com os criados aqui na Alemanha. Não era estafante o trabalho, visto como das colheitas podiam participar até mulheres e crianças, e para tudo sobrava tempo. Além disso, em parte alguma se

[2] *Was Georg seinen deutschen Landsleuten über Brasilien zu erzählen weiss Leipzig*, 1863 (O que sabe dizer Jorge sobre o Brasil aos seus conterrâneos alemães).

ordenava que devêssemos trabalhar neste ou naquele dia, ou que precisasse o trabalho começar a tal ou qual hora e cessar num momento certo. Íamos ao trabalho quando parecesse necessário ir, interrompendo-o quando o quiséssemos. Só nas ocasiões em que ameaçasse chuva, estando as cerejas a secar, ou, por exemplo, em caso de incêndio, tínhamos a obrigação de acorrer ao primeiro chamado".

Mal podiam queixar-se os colonos, ao menos os colonos alemães – e eram 72 famílias –, do diretor da fazenda, homem justo e que, apesar de um tanto rude no trato, nada tinha de atrabiliário ou intrigante. Quanto ao Senador Sousa Queirós e à sua família, só lamentavam todos que não se achassem sempre em S. Jerônimo, pois eram "o amor e a bondade personificados". As senhoras assistiam os enfermos – e quando o mal fosse grave, levavam-nos à própria sede da fazenda, onde podiam receber todos os cuidados necessários –, organizavam aulas de costura para mulheres e meninas, davam ajuda em dinheiro aos pares de noivos e portavam-se, em suma, como "verdadeiros anjos". Quanto ao Senador, chegava, de quando em vez, a mandar buscar um pastor de São Paulo para os colonos protestantes, contratou mestre de alemão e português, punha o médico da casa à disposição dos colonos doentes e fornecia ele próprio os medicamentos indicados.

Essa e outras apologias do sistema das parcerias, que em alguns casos têm toda a aparência de sermão encomendado, não chegaram a causar profunda impressão nas terras de origem dos colonos. Após a rebelião de Ibicaba cessou quase bruscamente o engajamento de imigrantes destinados à lavoura cafeeira. E, com isso, o regime idealizado por Vergueiro ficou condenado a desaparecer. Três anos depois, em 1860, ainda vegetavam na província vinte e nove colônias baseadas no sistema. Já em 1870 seu número estava reduzido a treze e algumas tinham perdido muito de sua antiga importância. A própria Ibicaba decaíra progressivamente desde o levante ou desde a morte do Senador Vergueiro, em 1859.

Daí por diante, o cuidado de colocar o estabelecimento a salvo de cenas semelhantes às de 1857 parecia sobrepor-se a todas as outras considerações. Ibicaba, que iniciara tão auspiciosamente os esforços no sentido de se harmonizarem as vantagens do trabalho livre com os interesses da cafeicultura, perdia rapidamente seu antigo prestígio. Exatamente três decênios mais tarde, um viajante estrangeiro de passagem pela fazenda assinalava entre seus moradores o curioso costume de celebrarem às sextas-feiras, não aos domingos, o descanso semanal. Eram cristãos, não

mouros, os que assim procediam, obedientes à ordem suprema do proprietário. E a razão da ordem estava no empenho de se evitar que os escravos encontrassem companheiros de outros estabelecimentos e tramassem, juntos, uma sublevação semelhante. Visando abertamente os escravos, a medida afetava, no entanto, todo o pessoal da fazenda. A trinta anos de distância, o espectro da rebelião continuava a aterrar os donos da fazenda.

Mas a experiência adquirida com as manifestações de descontentamento dos colonos e as graves repercussões que encontraram na Europa, resultando em medidas restritivas da emigração para o Brasil, não foi de todo perdida. Algumas decisões sugeridas por esses fatos pareceram de toda conveniência aos fazendeiros. Os que conservaram o regime da parceria para a remuneração dos serviços trataram de alterar várias cláusulas do primitivo contrato. Outros adotaram o salário fixo, efetuando o pagamento depois da colheita e por alqueire a um preço estipulado. Na própria Ibicaba, as desvantagens do sistema inaugurado em 1847 logo se fizeram patentes aos responsáveis pela colônia Senador Vergueiro, e a parceria foi alterada para o regime da locação de serviços. Historiando os motivos que ditaram a transformação, assim se manifestará José Vergueiro em 1874:

> "O colono, sempre desconfiado e portanto convencido de que o proprietário o queria lograr, não confiava em nenhuma das operações que eram feitas, como vendas, remessas, peso etc., da parte dos produtos que lhe pertenciam. Essa desconfiança aumentava, tomava nele proporções de crença, ainda mais com as instigações de estranhos que procuravam nessas circunstâncias tirar interesse. Falamos de experiência própria, pois fomos as principais vítimas do que acabamos de expor; e tudo isso ainda mais agravado pelo espírito mal-entendido de diversas nacionalidades, azedado pelos zelos incompreensíveis."

A verdade é que o sistema de parceria, tal como o idealizara o Senador Vergueiro, excluía a menor parcela de fiscalização da parte do colono sobre as operações realizadas entre a colheita do café e o ajuste de contas, num intervalo que se prolongava por vários meses. Todo o seu fundamento estava no pressuposto, resíduo de concepções antiquadas, de uma absoluta confiança do colono no empresário. Foi esse sem dúvida um dos pontos mais vulneráveis do sistema. Aos erros freqüentes que se introduziam nas contas feitas por diretores incompetentes e não raro pouco escrupulosos,

somavam-se outros motivos importantes para perturbar aquela confiança. Era difícil, senão impossível, a um fazendeiro bem-intencionado explicar minuciosamente aos colonos todas as numerosas despesas que implicava, por força, o transporte do café até Santos. Em 1857, o lavrador paulista devia pagar 7% de imposto geral e 4% da taxa provincial decretada durante a Presidência Saraiva para o café que ia ao mercado, além de 2$000 por arroba do produto transportado em lombo de besta, e mais 40, 60 ou 80 réis às municipalidades, que quase todas impunham tributos semelhantes em benefício de obras locais. Vinte e tantos a trinta por cento do lucro bruto eram consumidos nesses gastos inevitáveis. O restante devia ser dividido com os colonos, se o empresário não quisesse suportar o ônus sem partilha. De tudo resultavam queixas constantes, exageradas às vezes, mas em alguns casos justas, conforme o demonstraram as sindicâncias feitas.

A primeira preocupação dos fazendeiros passou a ser, por conseguinte, a de mudar os contratos, abolindo o longo e complicado processo da prestação de contas. Em lugar de fazer depender da venda do café no mercado o pagamento ao colono, estipulou-se geralmente o preço fixo por alqueire. Segundo o contrato novo recebiam os colonos o número de pés de café que pudessem cultivar sem dificuldade. Terminada a colheita, depositavam o produto em lugar convencionado e recebiam por alqueire uma quantia determinada, que era de 500 réis em algumas colônias, e em outras, de 600. Para suas plantações de mantimentos dispunham, gratuitamente ou mediante aluguel, de terrenos previamente demarcados. Assim também podiam alugar, a preço julgado módico, casas de residência, pastagens etc. Assim se fez não só em Ibicaba como em outras fazendas, sem que os resultados, todavia, se pudessem considerar felizes. O próprio José Vergueiro, em seu memorial de 1874 sobre a colonização e o cultivo do café, queixa-se da má vontade com que os colonos se entregavam aos trabalhos quotidianos, atentos só em tirar todo o proveito para si, já que não tinham a esperança de algum dia poder considerar sua a terra que cultivavam.

Vários proprietários distanciaram-se mais ainda do primitivo modelo das colônias de parceria, ensaiando novos sistemas, que não lograram melhor sucesso. Das colônias que não abandonaram o sistema primitivo, algumas entraram em declínio, como a do Laranjal, em Campinas, propriedade de Luciano Teixeira Nogueira, ou a da Boa Vista, no Amparo, pertencente a João Leite de Morais Cunha. Houve fazendeiros que desprezaram completamente a experiência proporcionada pelo sistema Vergueiro, preferindo estabelecer o pagamento mensal de um salário previamente fixado ao colono, além de fornecer sustento ou terras para o plantio de

mantimentos e exigindo que ele se prestasse a fazer todos os serviços da fazenda. Esse tipo de contrato, a que se ajustavam geralmente os trabalhadores nacionais, não oferecia muitas garantias ao estrangeiro, ignorante das condições reinantes no Brasil e habituado a um padrão de vida relativamente elevado em confronto com o das nossas populações rurais. Devia repugnar especialmente aos suíços e alemães, que forneciam o maior contingente de colonos aos estabelecimentos de parceria. Deu porém bons resultados com os trabalhadores portugueses da colônia de Nova Louzã, pertencente ao Comendador José Elisiário de Carvalho Montenegro. O bom êxito da experiência foi atribuído, é certo, ao fato de o proprietário, português de nascimento, ter podido escolher pessoalmente o seu pessoal entre camponeses morigerados e de boa conduta.

Apesar do bom resultado alcançado com a colônia de Nova Louzã, não teve imitadores o Comendador Montenegro. E a razão disso está não só na alta dos jornais, que se acentuou sobretudo depois do malogro do sistema Vergueiro, e com o célebre "rescrito Heidt", pouco posterior, proibindo a emigração de trabalhadores prussianos para o Brasil, como na circunstância de serem os portugueses, pouco propensos, aliás, às atividades agrícolas, quase os únicos imigrantes que se submetiam de bom grado, na época, ao regime dos salários fixos.

Durante longos anos foi quase impossível aos fazendeiros obter mão-de-obra na Alemanha e na Suíça, os países que se tinham mostrado mais acessíveis antes de o regime de parceria cair em descrédito. Ainda em 1873, o Visconde de Indaiatuba tentou, sem extraordinários resultados, fazer vir certo número de famílias do Holstein para sua célebre colônia de Sete Quedas. Recorreu-se por algum tempo a imigrantes já instalados em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e mesmo nas repúblicas do Prata.

Faltam-nos dados precisos acerca do número de colonos que serviram nas fazendas de café de São Paulo antes de iniciar-se em ritmo regular a imigração italiana. No ano de 1887 calculou A. W. Sellin em 12.000 ou 15.000 os alemães então estabelecidos na província, e nesse total entrariam muitos dos trabalhadores importados por Vergueiro e Companhia. Apesar das medidas restritivas da imigração adotadas a partir de 1859 pelos governos germânicos, não cessou completamente o estabelecimento de colonos alemães em São Paulo e outras províncias. Mas estava longe de atender às necessidades do momento, e os fazendeiros paulistas tiveram de esperar mais vinte e cinco ou trinta anos por uma nova raça de trabalhadores que corresponderiam melhor às suas necessidades.

Praticamente extinto em sua forma primitiva, o sistema ideado por Vergueiro continuou a influir de algum modo sobre as diversas formas de organização do trabalho rural adotadas no intervalo. Alguns dos traços dominantes do sistema incorporaram-se em caráter definitivo ao regime das fazendas de café, servindo para suavizar a transição entre a escravidão e o trabalho livre. Podem ser lembrados, entre outros, a situação de independência dos colonos em tudo quanto diz respeito à sua vida doméstica; seu emprego quase exclusivo na lavoura do café; sua possibilidade de dispor dos gêneros alimentícios que produzia e de auferir lucros da venda desses produtos. Todos esses traços, já apontados em 1870 por João Pedro Carvalho Morais como reminiscências do sistema de parceria, puderam manter-se e deram seu benefício, mesmo quando abandonado o regime. É fora de dúvida que, encarado nesse aspecto, o plano Vergueiro foi extremamente fecundo e como tal mereceria ser estudado.

CAPÍTULO V

ASPECTOS DAS MIGRAÇÕES NORTE-AMERICANAS APÓS A GUERRA CIVIL

NO SÉCULO passado alguns americanos apareceram no Brasil, em preparação ou antecipação de uma migração de sulistas dos Estados Unidos. O Brasil era um império, grande, inexplorado, ainda com uma economia escravocrata e tinha uma população de apenas nove milhões. O número de empresários era numeroso e a área por eles visitada e examinada, enorme. A localidade que levou as autoridades brasileiras e a maioria dos emigrantes americanos a pensar que oferecia mais possibilidades foi o litoral-sul de São Paulo.

É verdade que, hoje, é difícil achar vestígios deste movimento no litoral-sul, mas a história conservou deles algumas páginas sobre homens, mulheres, crianças, que procuraram Canaã na costa de São Paulo. Documentação talvez não maior do que a referente aos portugueses que procuraram Canaã, lá mesmo, no século XVI, e acharam Cananéia, ou dos Guarani que procuraram *Guanhanhã* (a terra de seu deus – a terra sem mal) e acharam a Serra dos Itatins, o Morro de Itinga e os rios Peixe, Azeite e Guanhanhã. Mas a história dos sulistas americanos no Brasil terá suas raízes no desenvolvimento dos Estados Unidos, na expansão para o Oeste, na escravidão, no *Manifest Destiny*, no "golpe" do Sul, numa tentativa de manter sua posição dominante, contra seu próprio Governo.

Quando, na primavera de 1865, o Sul foi vencido pelo Norte, e o General Lee mal acabava de entregar seu sabre ao General Grant, os empresários de imigração largaram de sua terra nativa, em busca de outras plagas e alguns escolheram o Brasil. Dunn, um dos primeiros a chegar ao país e que escolheu o Juquiá, anotou que

> "o observador casual do pequeno grupo de americanos, agora (1865) reunidos na capital do Brasil, poderia subestimá-los como os primeiros frutos insignificantes duma emigração que logo resultaria em nada".

Mas o próprio Dunn não o acreditou. Nem foi acreditado por Graham, Campbell, Rowley, Hughes, Jones, Young, Hastings, Mc Gee, Meriwether, Shaw, Nathan e Lane que, também, escolheram diversas áreas para colonização no Brasil. E ainda menos foi acreditado por McMullen e o Coronel Bowen, os lançadores da colônia do São Lourenço e seus afluentes, os rios Peixe, Azeite, Areado e Guanhanhã; ou pelo Dr. Gaston e os que o seguiram a Xiririca, nem pelo Capitão Buhlaw e Mr. Totten em Cananéia.

O pioneiro

O Reverendo Ballard Smith Dunn, reitor da Igreja St. Phillips, em Nova Orléans, saiu do Exército dos Estados Confederados do Sul dando seu "juramento de lealdade" ao Governo Federal contra quem lutara e pediu licença para viajar. Tendo pouco dinheiro, conseguiu um desconto razoável no barco à vela *Valiant* para o Rio de Janeiro. Depois de uma viagem de 60 dias no mar, em "seu melhor e também único terno", procurou o Ministro da Agricultura, Paula e Sousa, explicando que queria se tornar cidadão brasileiro e formar uma colônia de sulistas americanos, com ele, no Brasil. O Ministro deu trânsito, guias e auxílio em todas as necessidades para facilitar sua investigação das terras do Brasil. Dunn logo foi para o Espírito Santo e ao interior do Estado do Rio de Janeiro, mas achou as terras, embora boas, muito caras e os lotes, muito pequenos. Foi para o Sul e lá encontrou terras bem superiores às que esperava achar - o vale do Juquiá. A maior parte do vale era composta de terras devolutas. Dunn foi imediatamente ao Rio de Janeiro e pediu sua patente de naturalização, recebendo-a logo por ato especial da Câmara e por decreto do Imperador. Também recebeu título provisório das terras do Juquiá e a autoridade para controlar sua ocupação.

Ao voltar ao Juquiá, levava consigo uns compatriotas, todos sulistas, entre eles um capitalista. Encravadas na vasta propriedade que pertencia a Dunn, provisoriamente, havia várias posses que o capitalista comprou em seu próprio nome e no de Dunn. O Reverendo, assim, ficou dono de uma área de cem milhas quadradas. À área toda deu o nome de "Lizzieland", em honra de sua primeira mulher, a um riacho, o de sua primeira filha, Cornélia, e à residência central, seu nome, Ballard.

Na mesma época, veio também o Dr. James Mc Fadden Gaston. Nascido na cidade de Colúmbia, no Estado de Carolina do Sul, e médico-cirurgião do Exército Confederado, saiu de Colúmbia no dia 26 de junho de 1865 para Nova Orléans, daí para Nova York, de onde veio para o Brasil. No Brasil, explicou seus motivos às autoridades brasileiras e viajou, por conta do Governo local, de trem (havia uma linha de Santos a

Jundiaí), burro, barco, canoa, ou a pé, por toda parte, relativamente acessível, do Estado de São Paulo – Santos, Itanhaém, Campinas, Limeira, Araraquara, Jaú, Piracicaba, Sorocaba, Itapetininga, Faxina, Iguape, Cananéia e outras cidades, vilas e lugarejos situados entre estes. Gostou imensamente das terras entre Campinas, Limeira, Araraquara e Jaú, mas encontrando aí o General W. W. W. Wood, já seu conhecido e pelo qual não nutria simpatia, continuou suas viagens de investigações.

Wood, já estabelecido em Araraquara, advogado e jornalista do Estado de Mississípi, era o representante de várias organizações para emigrantes nos Estados Unidos. Gaston e Wood encontraram-se pela primeira vez em Nova Orléans antes de vir para o Brasil e Wood declarou-se representante de 500 famílias do Mississípi. Encontrando-se pela segunda vez, no Brasil, Gaston ficou sabendo que a responsabilidade de Wood aumentara tanto que abrangia agora sete Estados. Viajava com uma equipe de conselheiros e ajudantes americanos e brasileiros, vários serventes e uns tropeiros. Fizera a viagem a Jundiaí numa carruagem de quatro cavalos e, além de ser festejado por Dom Pedro, fora recebido com festas e fogos em todas as povoações visitadas. Em trajes militares com galões e divisas de general, Wood andava também com os generais da Guerra do Paraguai. Ficou pouco tempo no interior de São Paulo, voltou ao Rio de Janeiro, agradeceu a D. Pedro II e aos oficiais, prometendo trazer muitos imigrantes. Partiu do Brasil no navio *South America* e chegou a Nova York no dia 25 de janeiro de 1866. Os jornais do Sul publicavam reportagens de suas atividades no Brasil antes mesmo de sua chegada. Sua visita, todavia, fora produtiva só para seus próprios divertimentos. O Brasil não mais ouviu falar dele.

Quanto a Gaston, novamente no Rio de Janeiro, encontrou-se com o Major Merriwether e o Dr. Shaw, representantes de uma organização de emigração. Apresentou-os ao Ministro Paula e Sousa, que lhes proporcionou as mesmas facilidades já aos outros concedidas. Gaston, Merriwether e Shaw foram a Santos e vizinhanças. Não gostaram das terras, da produtividade, da área em geral e foram para o interior. Já conhecendo as terras que Merriwether e Shaw iam ver – a área de Campinas, Limeira, Araraquara, Jaú –, Gaston separou-se deles, indo para Itapetininga, Faxina (Itapeva) e Xiririca (Eldorado Paulista). Foi em Xiririca que encontrou o que estava procurando – lares para emigrantes sulistas dos Estados Unidos.

E foi em Iguape que Gaston encontrou Dunn. Os dois trocaram notas. Satisfeito, porque sua colônia teria vizinhos americanos, da colônia de Dunn, no Juquiá, e porque uma estrada estava para ser feita entre Juquiá e as famosas minas de ferro de Ipanema (Varnhagem), e ainda por serem

boas e produtivas as terras escolhidas, a área saudável, com vias de comunicação pelo Rio Ribeira de Iguape, e devendo logo, segundo as promessas do Ministério da Agricultura, ser servida por estradas, Gaston fez suas declarações oficiais na Capital e foi para os Estados Unidos. Lá, publicou, em Filadélfia, seu diário, sob o título *Hunting a Home in Brazil* (Procurando Lar no Brasil), entregou-o a um agente e, com cerca de 100 emigrantes, embarcou em Savannah, um porto no Estado de Jórgia, em abril de 1867, com destino a Xiririca.

Pouco depois, Dunn encontrou-se com Mr. McMullen e Cel. Bowen, do Texas, interessados nas terras do Juquiá, mas, já que eram as escolhidas por Dunn, subiram o São Lourenço, onde escolheram uma área que, para os exames, era bem superior à de Juquiá. Do Ministério, receberam os mesmos direitos de Gaston e Dunn – título provisório e, com o pagamento das terras, título definitivo cujo preço tinha como base um real por braça quadrada, medição e marcação incluídas; a quantia das terras a serem vendidas aos emigrantes, sob a responsabilidade também dos pagamentos ao Governo, todos os implementos de agricultura, manufatura, máquinas e tais objetos que os imigrantes trouxessem, entrariam sem impostos de alfândega; o Governo brasileiro assumia a responsabilidade de hospedagem e prometia pagar o frete de um navio para cada dois que um dos empresários fretasse, ou então a passagem poderia ser adiantada e o pagamento feito depois da chegada, com o empresário assumindo a responsabilidade de pagar, dentro de três ou quatro anos. O porto mais próximo às colônias de McMullen, Dunn e Gaston era Iguape, destituído de alfândega, onde os emigrantes, assim, comunicando-se com o Governo, poderiam desembarcar sem passar pelo Rio de Janeiro. McMullen tirou uma patente de naturalização e, deixando Bowen no São Lourenço a fim de cuidar de seus interesses, foi para o Texas. Martin Felix Demaret instalou-se, independentemente, perto de Iguape.

Ingleses e irlandeses no litoral sul

As atividades no litoral sul já tinham começado. Em Cananéia, uma colônia de ingleses e irlandeses estava em plena formação – Buhlaw e Totten estavam construindo estradas para esta colônia do Governo e planejando uma outra colônia própria, enquanto desenvolviam ainda outros negócios – engenhos a vapor para cortar madeiras e para beneficiar arroz e milho para o mercado – financiados pelo Governo.

Dunn também mandou aprontar "Lizzieland" e, tendo certeza de poder produzir algodão, açúcar, tabaco e café, pôs suas casas em ordem, deixando-as a cuidado de seu sócio e foi para os Estados Unidos em busca de emi-

grantes. Em Nova York, publicou seu relatório – experiências, diatribes, propaganda e os relatórios de Gaston, Merriwether e Shaw, e Bowen e McMullen (Bowen e McMullen só entregaram seu relatório ao Governo brasileiro) – sob o título: *Brazil: Home for Southerners* (Brasil: Lar para os Sulistas).

As publicações de Hastings, Dunn e Gaston, as organizações de emigração e os jornais do Sul fizeram tal propaganda que até os jornais dos Estados do Norte acreditaram e publicaram que mais de 50 mil sulistas estavam prontos a emigrar para a América do Sul. A verdade é que não havia mais de 10 mil, que emigraram para os diferentes países sul-americanos; desse número, podemos calcular que uns 2 mil vieram para o Brasil – uns 800 para São Paulo. E, além de tudo, não se tratava de um grupo homogêneo. Pelo menos um líder da emigração era nortista (Hastings) e muitos emigrantes não eram sulistas e alguns sequer nativos dos Estados Unidos. Eram poucos os possuidores de grandes fazendas e muitos não eram necessariamente a favor da escravidão. Na maioria, trabalhavam eles mesmos as terras deixadas nos Estados Unidos e eles mesmos trabalharam as terras adquiridas no Brasil. Havia os que nunca cultivaram as terras e de forma alguma se identificavam com a lavoura. Havia negociantes, mecânicos, médicos, dentistas, operários, pessoas de todos os ramos. Uns eram ricos, mas a maioria era pobre, ficando ainda mais pobre por causa da viagem e em situação realmente difícil após chegarem a seu destino. Uns venceram, outros ficaram até ricos.

O ambiente daquele país ainda estava imbuído de espírito pioneiro – *Manifest Destiny* – freqüentemente considerado como típico de um período anterior àquele em que teve início o movimento imigratório para o Brasil. Foram os acontecimentos que os levaram à Guerra Civil e foi a própria guerra que sufocou uma parte daquele espírito, em uma direção, e o estimulou em outra. Que esse espírito – *Manifest Destiny* – foi, em parte, trazido para o Brasil evidencia-se pelo fato de ter sido um grupo de emigrantes chefiado pelo Major Lansford Warren Hastings, famoso entre os flibusteiros de Gregon e Califórnia, e pela participação do General W. W. W. Wood (também com uma certa fama na viagem de reconhecimento ao Brasil). O Reverendo Dunn refere-se a outros em seu relatório, mas não menciona seus nomes. É de supor que o próprio Reverendo Dunn possa ser identificado com esta categoria. Não há dúvida de que havia outros líderes merecedores do rótulo de flibusteiros ou especuladores. Mas havia também homens bons e honestos que os chefiaram, e homens e mulheres, bons e honestos, que os seguiram.

Vila Americana e adjacências

O interior e o litoral sul de São Paulo receberam a maioria deles. Também foram estabelecidas colônias no Estado do Rio, Paraná, Espírito Santo, Santa Catarina, Pará e Bahia. Essas Canaãs fracassaram uma após outra. Uma área de americanos que não era de colonização – Santa Bárbara, Vila Americana – conseguiu manter-se e atraiu imigrantes das colônias que fracassaram. Os imigrantes que se estabeleceram na área entre Nova Constituição (Piracicaba) e São Carlos (Campinas) foram identificados com a pequena comunidade, perto dos vários agrupamentos rurais que criaram. Esta pequena comunidade, a Vila de Santa Bárbara, no município de Piracicaba, em 1842 chegava a ser considerada uma freguesia, 15 anos antes da chegada dos americanos. Dois anos depois dessa chegada, foi elevada a município (1869), com seu território desmembrado de Piracicaba. As novas comunidades americanas, onde hoje se acham Americana, Nova Odessa, Campo, Retiro, Sumará e Santa Bárbara (hoje Santa Bárbara d'Oeste) receberam várias famílias em 1867 e continuaram a recebê-las nos anos que se seguiram, progredindo sempre, enquanto todas as tentativas de colonização organizada dos emigrantes americanos não deram os resultados esperados.

A comunidade original, na vizinhança de Santa Bárbara, foi fundada ao redor da Fazenda Machadinho, comprada pelo Coronel William H. Norris. Vários imigrantes que participaram, com os filhos de Norris, da Guerra de Secessão, estabeleceram-se perto. Isto também sucedeu com os imigrantes que lutaram nos mesmos regimentos dos Pyles. Os Pyles chegaram à área de Santa Bárbara uns dois anos depois dos Norris, devido à sua ida ao litoral sul, anteriormente, mas, estabelecendo-se definitivamente na terra vermelha da Paulista, atraíram muitos imigrantes desiludidos das colônias fracassadas.

O *Talisman*, veleiro que trouxe a família Norris, também trouxe as famílias Joseph Whitaker, William Daniel, Benjamin Yancie, William Broadnax, John Brownlow, Christopher Ezelle, William Moore, Joseph Moore, James Moore, Edward Townsend, William Prestridge, F. A. Provost e James Anderson. Todos eram do Alabama e, embora os registros oficiais indiquem que o *Talisman* trouxe emigrantes para o "Lizzieland" de Dunn, nenhum destes estabeleceu-se no Juquiá.

Seria difícil enumerar a lista dos que foram para as colônias em Xiririca, no Rio Ribeira de Iguape com o Dr. Gaston, ou em "Lizzieland" com o Reverendo Dunn ou nos tributários do São Lourenço com McMullen. O Dr. George Barnsley, em suas reminiscências, insiste em que ninguém foi com Dunn, mas pode-se calcular que Joseph S. Dunn e

Simeon S. Dunn acompanharam Ballard S. Dunn, como também os Thatcher (de Ohio), seus parentes. Shippey, integrante do grupo organizador, com Dunn, em "Lizzieland", casou-se com Lizzie Freliegh e mudou-se para Santa Bárbara. Buhlaw e Totten estabeleceram-se independentemente em Cananéia, como também Martin Felix Demaret em Iguape. Mais tarde os Demaret foram para Santa Bárbara. Croney e Smith (Bob) estiveram no garimpo do ouro, no Rio Azeite, antes da chegada dos emigrantes. Também dentro em pouco estabeleceram-se em Santa Bárbara.

Quando morreu Frank McMullen, os Smith (Alfred), Tarver, Crawley, Bowen, Reverendo Quillen e outros mais estabeleceram-se nas beiras dos rios Areado, Azeite, Peixe e Guanhanhã, mas dentro de três anos quase todos tomaram o caminho de Santa Bárbara. Eugene Smith, um dos últimos a sair do Azeite, estabeleceu sua nova família além de Campinas, onde nasceu seu primogênito, Ira William Smith.

O Reverendo Quillen foi para Juquiá. O Juiz J. H. Dyre e seu genro, Columbus L. Wasson, tendo organizado uma serraria, permaneceram mais tempo em Juquiá. Os Cook, Hanny e Brooks estabeleceram-se em Santos. Burton e Keith entraram no garimpo, mas Burton logo se estabeleceu em Santa Bárbara. Keith teve sucesso em suas operações de mineração no Rio Açungui, onde finalmente ficou. Os irmãos Barnsley ficaram uma temporada em Iguape, mas logo tentaram outras partes do Brasil – Botucatu, São Paulo, Rio de Janeiro. O Reverendo Ratcliff e sua esposa não chegaram a Juquiá por causa da nova filha. A viúva Weingarten e sua filha, para os ajudar, acompanharam os Ratcliff a Santa Bárbara. Calvin McKnight, por causa de uma filha doente, ficou no Rio de Janeiro quando o *North American* aportou. Os McKnight depois foram para Angra dos Reis e Juquiá, mas dentro em pouco radicaram-se em Santa Bárbara.

Os Carlton foram para o litoral sul e também tentaram sua sorte no Paraná, estabelecendo-se finalmente em Santa Bárbara. Richard Carlton nascera em Cuba, de pais irlandeses, emigrando para os Estados Unidos. Os Minchin, Fenley, McAlpine, Rowe foram logo para Santa Bárbara. Gaston, também, quando sua colônia malogrou, foi para Campinas, onde praticou a medicina. Embora tivesse uma família grande, morreu sem deixar quem perpetuasse seu nome.

Atividades econômicas dos emigrantes norte-americanos

Enquanto que a maioria dos imigrantes dedicou-se à lavoura, outros seguiram as profissões liberais e o comércio. O *Almanak da Província de São Paulo para 1873*, que não distingue entre os americanos e os nativos da Alemanha e Irlanda que vieram junto com eles, ou do Texas e de Nova York

ou que se estabeleceram nas mesmas comunidades, na vizinhança de Santa Bárbara, registra várias das atividades comerciais e industriais dos novos agrupamentos. James Anderson estabeleceu-se com uma loja de fazenda, enquanto Dietrich Bebel, Jacob e John Norder abriram armazéns de secos e molhados e gêneros do país. Jacob Murbach tinha um hotel com bilhares e Theodore Murbach alugava carroças. John Bossard, John Domm e Thomas McKnight eram ferreiros, enquanto John Raidge servia a comunidade como marceneiro e Ernst Raidge, como sapateiro.

Gaston praticou a medicina em Campinas, o mesmo fazendo Norris, Ezelle, Mathews e Crisp, na vizinhança de Santa Bárbara. O Dr. Ezelle, John Steagall e Bony Green também eram dentistas.

Os que se entregaram à lavoura de cana ganharam bem. Calvin McKnight, tendo aprendido a fazer pinga, ensinou o processo aos outros.

John Domm e seu irmão Frank, nativos da Alemanha, migraram para os Estados Unidos e depois, do Texas, com Frank McMullen, para o Brasil, tendo sido sempre incluídos nas listas deixadas pelos emigrantes americanos estabelecidos em São Paulo. John, definitivamente, fazia parte da comunidade.

Segundo Mrs. Julia Norris Jones, ele comprou uma fazenda perto de Santa Bárbara, onde instalou balanças, gangorras, carrossel, mesas compridas, churrasqueiras e fez um campo de piquenique para os americanos. Em ocasiões especiais, convidava a banda da vila, providenciava carne de porco, de vaca e de carneiro, enquanto os outros traziam suas cestas de piquenique e lá ficavam o dia todo.

Nas listas, feitas pelos próprios emigrantes, aparecem nomes de ingleses, irlandeses, alemães e nortistas dos Estados Unidos, que foram identificados com o grupo, como no caso de Hawthorne, inglês, ou Horace Manley Lane, nortista (do Estado de Maine) e que veio bem antes da imigração sulista. Parece que Lane foi considerado sulista por muitos de seus contemporâneos.

De qualquer maneira, uma relação, tirada de listas existentes e referências feitas em diários, cartas e em entrevistas, seria a seguinte:

Allen	Courtney	Green	McIntire	Seawright
Anderson	Craig	Gunther	McKnight	Scurlock
Ayrs	Crawley	Hall	McMullen	Shares
Baird	Crisp	Hanny	McNabb	Sheats
Banks	Croney	Hardeman	Merriwether	Shippy
Bankston	Cullen	Hargrove	Miller	Slaughter

Barnsley
Barr
Bazil
Beasley
Bentley
Berringer
Black
Bookwalter
Bowen
Boyd
Braxton
Broadnax
Britt
Brooks
Brown
Brownlow
Bryant
Bryer
Budd
Buford
Bunnel
Burton
Buhlaw
Capps
Campbell
Carlton
Carr
Carter
Cherry
Clark
Coachman
Cobb
Cole
Colter
Cook
Currie
Danie
Daniel
Daniels
Davis
Demaret
Dillard
Drain
Dresback
Dresden
Dobson
Domm
Dougherty
Dumas
Dunn
Dyer
Eastman
Ellis
Emerson
Ezelle
Felldon
Ferguson
Fielder
Finley
Freleigh
Garlington
Garner
Gaston
Gates
Gaven
Gill
Glenn
Godfrey
Grady
Harris
Harrison
Hawthorne
Henderson
Hickman
Hogan
Holland
Howard
Howes
James
Johnson
Jones
Keese
Kennerly
Kerr
Keith
King
Lane
Landres
Lang
Lee
Linn
Loyd
Magruder
Marchant
Mason
Mastiff
Maston
Mathews
McAnnly
McAlpine
McCann
McDonald
McFadden
Mills
Minchin
Moncrief
Moore
Morrison
Nettles
Newman
Nichols
Norris
Northrup
Norfleet
Nuget
Odell
Oliver
Owen
Parks
Peacock
Perkins
Penn
Pierce
Pinckney
Porter
Prestridge
Provost
Pyles
Quillen
Radcliff
Ralston
Rambo
Roussel
Rowe
Russel
Sanders
Sampson
Smith
Stamply
Steagall
Stone
Strain
Strong
Tanner
Tarver
Terrel
Thatcher
Thomas
Thorn
Townsend
Trigg
Turner
Vaughan
Waddel
Ward
Wasson
Watson
Weaver
Weldon
Wiggins
White
Whitaker
Whitehead
Weingarten
Williams
Williamson
Weissinger
Wood
Wright
Yancie
Young

Um fato interessante na história desse movimento é que havia poucos proprietários de terras e escravos chegados ao Brasil como emigrantes, não se tratando, assim, de um movimento que possa ser considerado

como de fazendeiros, mas sim de sitiantes, talvez com sonhos de se tornarem fazendeiros um dia...

A escravidão, não obstante, já estava chegando a seu término no Brasil, como alguns dos líderes do movimento estavam prontos a admitir, e embora a "Reconstrução" (a fase que se seguiu à "Guerra Civil" e que visava dar aos escravos um lugar na nova ordem social) ainda não constituísse uma força efetiva quando os chefes dos emigrantes vieram para investigar o Brasil (1865), foi ela usada como elemento da técnica de propaganda para aumentar os grupos de emigrantes, pois era odiada pelos sulistas. E não há dúvida de que a "Reconstrução" deu ímpeto ao movimento. Deve-se lembrar também que o Governo de D. Pedro II estava pagando um tanto *per capita* a agentes em vários países para conseguir imigrantes desejáveis. Esta prática era muito comum em todos as países com necessidade de braços (inclusive nos Estados Unidos).

Exatamente o quanto a "Reconstrução" foi odiada é difícil dizer-se, porque há provas de que quase a metade dos imigrantes voltou aos Estados Unidos durante o movimento, muitos deles com a ajuda do Consulado americano. Alguns dos chefes também voltaram durante o mesmo período.

Transplantação da divergência entre sulistas e nortistas

Ao mesmo tempo em que a emigração sulista se desenvolvia, missionários nortistas (dos Estados Unidos) foram mandados para preparar o caminho para a "Invasão Evangélica do Brasil". Missionários sulistas logo os seguiram. O conflito entre sulistas e nortistas americanos, baseado em velhas divergências, parece haver continuado aqui, mas não constituiu barreira suficientemente forte para impedir que os dois grupos perdessem a sua identidade e se mesclassem sob o rótulo de americanos. Há provas de que alguns dos emigrantes do Sul eram nortistas que adotaram a causa escravista durante a "Guerra entre os Estados" (Guerra Civil) e que, uma vez no Brasil, juntaram forças com os missionários nortistas, negociantes ingleses e abolicionistas brasileiros no movimento da Abolição.

Muitos dos que participaram da guerra, assim como o Tenente-Coronel Minchin, o Coronel Whitaker, o Major Penn, o Tenente-Coronel Pyles, o Dr. Norris, o Coronel Allen e diversos outros, vieram para o Brasil.

Os missionários presbiterianos, no Brasil desde 1859, eram a favor da abolição e identificaram-se com alguns ingleses no Brasil, contrários à escravidão. Esses ingleses não só se identificaram com os princípios de abolição, mas também colaboraram na libertação dos escravos através de contribuições para facilitar a compra da liberdade e contratando os serviços do libertado, por períodos estipulados.

Era costume na época um grupo de escravos alugar seu tempo disponível de trabalho e formar um trato para se ajudarem mutuamente a libertar-se. Tiravam a sorte para estabelecer a seqüência de sua liberdade e todos contribuíam para a tesouraria até que o último fosse libertado. Muitos tinham conseguido sua liberdade por esta forma e Gaston ficou sabendo que no ano anterior (1864) mais de 100 ex-escravos – homens, mulheres e crianças – fretaram um navio para a África para lá se instalarem. É interessante notar que, na época em que os Estados Unidos se estavam formando, Thomas Jefferson, o pai da democracia americana, fundava Libéria, na África, para escravos libertados.

De qualquer maneira, havia uma diferença tanto entre os escravos, quanto na própria escravidão, entre os Estados Unidos e o Brasil. Alguns estudiosos do assunto, atualmente, acham que a diferença maior consistia em que o regime estabelecido no Novo Mundo pelos latinos reconhecera, durante séculos, a escravidão dentro de suas leis mediante a influência latina e maometana. Na América do Norte, dizem eles, o homem libertado era homem libertado, na América Latina o homem libertado era homem livre e não houve violência, quando a escravidão foi abolida no Brasil, porque não havia uma divisão horizontal definida, tal como existia nos Estados Unidos.

Houve, de fato, 262 mil ex-escravos nos Estados Unidos, em 1860, que poderiam passar verticalmente, mas não horizontalmente, na escala social. Isto é, tinham mais direitos econômicos, políticos e sociais que os escravos, mas não todos os direitos dos outros cidadãos. Também seus direitos variavam segundo o Estado, cada Estado tendo suas próprias leis. Em uns Estados (Norte), diante da lei o homem libertado era livre e com todos os direitos. Igualdade completa, porém, só veio realmente depois de gerações de miscigenação, tanto nos Estados Unidos como no Brasil.

Outros estudiosos acham que a miscigenação foi mais acentuada entre os portugueses por serem eles tolerantes em sua moral. Só que o padrão de moralidade dentro do sistema escravocrata não foi determinado pelas composições étnicas. Onde houve escravidão, houve miscigenação.

A diferença maior entre escravos e escravidão nos dois países foi talvez baseada no tipo de produção de ambos. A produção de cana, nos Estados Unidos, formou escravos semelhantes aos do Brasil, mas a produção de algodão necessitava dos que podiam lidar com arados, engenhos e outros maquinismos – precisava de uma escravidão cujos escravos fossem "industrializados" ou ao menos que trabalhassem com o ritmo do "novo sistema".

Gaston logo viu que o Brasil não tinha escravos preparados para isso, nem tinha uma produção de algodão e sequer arados.

E não era mais suave a vida dos escravos brasileiros, ao contrário: segundo as observações de Gaston, o sistema escravocrata no Brasil exigia bem mais do escravo e dava bem menos para a sua subsistência e conforto do que recebiam os escravos no Sul dos Estados Unidos antes da guerra; isto por causa do sistema, e também, talvez, por causa do preço. Um escravo novo, forte e sem família, no Brasil, em 1865, valia entre $900.00 e $1,000.00 dólares. O mesmo escravo, nos Estados Unidos, sabendo lidar com algodão, valia $1,800.00 dólares. Também no Brasil uma família escrava – homens, mulheres e crianças juntos – valia entre $500.00 e $750.00 (dólares) e poder-se-iam, até, alugar famílias de escravos de Minas Gerais, com comida, roupa e cuidado médico incluídos, por $40.00 a $60.00 (dólares) por ano. Existia também a possibilidade de que os preços não subissem, pois embora o tráfico fosse proibido não faltavam contrabandistas.

O escravo brasileiro poderia ser aproveitado no café. Os americanos que não conheciam esta cultura até podiam alugar famílias de escravos de Minas Gerais para formar os cafezais, recebendo-os formados depois de cinco anos. Mas, quanto à produção de algodão, Gaston só confiava no escravo americano, chegando a examinar, com o Ministro da Agricultura, Paula e Sousa, a possibilidade de trazer tais escravos americanos dispostos a vir para servir como mestres e técnicos para os escravos brasileiros. Foi informado, porém, de que uma cláusula na Constituição, baseada nas leis internacionais, dificultaria uma ação deste gênero.

Os negros nascidos no estrangeiro não podiam entrar no Brasil legalmente sem serem livres por nascimento, e assim mesmo o Império não estava disposto a recebê-los. Também a presença destes elementos no Brasil teria uma influência sobre os escravos e os abolicionistas a favor da emancipação.

Embora Gaston acreditasse que os conhecimentos dos ex-escravos americanos da cultura do algodão e das máquinas empregadas poderiam dar uma ilustração prática do arado etc., que valeria muito mais ao Brasil que todos os trabalhos escritos sobre a agricultara durante os seguintes 20 anos, concordou com o Ministro e procurou trabalhadores em outras fontes.

Através de Mr. William Scully, diretor do jornal inglês no Brasil, *The Anglo-Brazilian Times*, ficou sabendo haver muitos ingleses, escoceses e

irlandeses procurando empregar-se no Brasil, devendo ser relativamente fácil atraí-los para trabalhar junto aos fazendeiros americanos.

Mr. Aubertin, um inglês contratado na construção de estradas de ferro, interessado em algodão, escreveu ao Reverendo Dunn que, uma vez que houvesse uma classe empregadora fixa e boa como a dos americanos sulistas dedicados à produção de algodão, teriam eles também uma classe trabalhadora fixa. Havia imigração européia, mas, além de serem desonestos alguns de seus empresários, os imigrantes, ao chegarem ao Brasil, sem encontrar classe empregadora, continuavam tão pobres como antes, mudando apenas de cenário sua pobreza.

Vieram os americanos, os trabalhadores europeus e até uns ex-escravos.

Ex-escravos americanos

Dos ex-escravos, só há referência a três, por enquanto, embora seu número possivelmente fosse maior: um que guiava lanchas entre o Rio de Janeiro e Niterói, outra, Aunt (tia) Sally, veio com a família de John Cole para Santa Bárbara e mais um, Steve, que era o contramestre da serraria do Juiz Dyre e Columbus Wasson em Juquiá.

Alguns dos europeus logo se estabeleceram entre os americanos, enquanto que outros, na maior parte ingleses e irlandeses, foram para a colônia de Mathews (inglês).

As colônias estabelecidas pelos americanos no Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e o litoral sul de São Paulo malograram logo. O pequeno grupo de americanos estabelecido além de Campinas manteve-se e alcançou êxito relativo.

No Rio de Janeiro, o Major McIntire comprou a Fazenda Ipaíba com 130 escravos, mas as compras, em geral, eram menores. Com base em Santa Bárbara, pode-se calcular que uns 20% das famílias lá estabelecidas compraram fazendas com alguns escravos, entre elas constando as famílias de Oliver, Merriwether, Hall, Norris, Whitaker, Ferguson, McFadden, Miller, Lang, Cole, Demaret e Britt.

Gaston mesmo não comprou escravos, e os que arrumaram escravos de outras partes descobriram que as leis e costumes do Brasil e seus canaviais e cafezais não condicionavam um escravo capaz de servir seu novo dono americano e seu ritmo algodoeiro. Muitos desses escravos fugiram e muitos desses donos abandonaram a cultura de algodão.

De qualquer modo, dentro de alguns anos, a Lei Rio Branco (1871) deu a entender que a escravidão estava prestes a terminar, o que sucedeu a 13 de maio de 1888.

É interessante notar que muitos desses americanos desempenharam papéis importantes no movimento que pode ser chamado de "Reconstrução" ou "Reorganização" brasileira (período que se seguiu à Abolição no Brasil).

Êxitos e malogros da imigração norte-americana

Foi, sem dúvida, a assimilação desta minoria imigrante na cultura brasileira que, mais que qualquer outro aspecto, deu à maioria dos pesquisadores deste problema a idéia de que os imigrantes malograram. É claro que os imigrantes que se fixaram no Brasil e eventualmente foram assimilados tornaram-se, como imigrantes, os mais bem-sucedidos. Os que voltaram aos Estados Unidos é que representaram fracassos como imigrantes. Outro conceito é o que atribui, ao imigrante bem-sucedido, símbolos palpáveis de alta posição econômica. Ora, os fatos à nossa disposição mostram que os imigrantes, na maioria, preparam-se para uma vida modesta e laboriosa. Falharam em áreas onde até hoje nenhuma colônia teve êxito. Não conseguiram fazer a terra produzir nas áreas em que suas técnicas agrícolas não eram adequadas (áreas que exigiam, pelas próprias condições do solo, o uso da enxada), mas foram muito bem-sucedidos em outras áreas (onde puderam usar o arado). E mostravam-se orgulhosos em suas festas e mutirões, quando podiam exibir a habilidade no manejo deste instrumento Talvez do estudo da influência que teve este grupo na modificação das técnicas agrícolas dos locais em que se instalaram provenha maior reconhecimento da importância que tiveram como imigrantes.

Nem todos os imigrantes se localizaram em áreas rurais como lavradores. Muitos ingressaram em profissões liberais. Embora a idéia do domínio americano na odontologia no Brasil seja um mito, revela-nos ela que muitos deles se dedicaram a essa profissão. Havia, entre os imigrantes, médicos, professores, técnicos de indústria, comerciantes, *cowboys*, garimpeiros, enfim, representantes em todos os ramos de atividades aqui existentes. Uns até entraram no exército da nova pátria e lutaram contra o Paraguai.

Mas, sem dúvida alguma, entre as contribuições mais importantes destes americanos está seu sistema educacional que, hoje, é uma instituição completamente aceita no Brasil. Como defesa cultural, os primeiros imigrantes utilizaram seus próprios professores para ensinar nas pequenas escolas rurais de acordo com os métodos usados na "velha pátria". Precisando de instituições de educação superior, criaram as "Escolas Americanas" e fundaram escolas agrícolas, algumas das quais se tornaram depois estaduais, tendo-se mantido seus métodos de ensinar mais ou menos intactos.

O desenvolvimento rápido do Brasil contribuiu grandemente para atrair essas novas populações para os canais modernos da industrialização e da urbanização. Hoje, no Brasil, não se distingue em seus traços típicos uma colônia imigrante norte-americana. Apagaram-se, com o tempo, os contornos culturais que distinguiam aquele grupo dos demais. Mas a documentação histórica registra o fato, de importância tanto para os Estados Unidos da América do Norte como para os Estados Unidos do Brasil, um capítulo a mais na história da aculturação das inúmeras minorias que escolheram o Brasil como sua pátria adotiva.

CAPÍTULO VI

IMIGRAÇÃO ASSALARIADA

A situação na Itália

NO SÉCULO passado, devido aos problemas políticos, à pressão econômica e social, à carestia etc., apareceram no cenário mundial correntes emigratórias que da Europa se dirigiam para as novas áreas, tais como os Estados Unidos, a Austrália e a América do Sul, que necessitavam de mão-de-obra e que ofereciam esperanças de uma vida mais fácil e melhor aos imigrantes. Uma grande parte do contingente imigratório do século passado proveio da Itália, onde, devido às condições econômicas, fruto em parte das lutas políticas pela Unificação e em parte ainda herança das antigas formas de divisão de terras, abundava a mão-de-obra à procura de uma atividade que lhe permitisse viver melhor. Convém ressaltar que a unificação, na medida em que aboliu as barreiras alfandegárias, influiu sobre a estrutura industrial do Sul, criando condições para desemprego e subemprego, o que vem explicar a existência de populações urbanas entre os emigrantes. A emigração constituiu para a Itália uma verdadeira válvula de escape, coisa reconhecida, aliás, pela própria administração, que, devido aos grandes gastos causados pelas lutas e pela organização do Governo unificado, nunca conseguiu levantar o nível de vida de grande parte da população; pelo contrário, teve que onerá-lo ainda mais com o aumento de impostos necessário para sanar o grande déficit orçamentário existente.

Grande parte da população italiana vivia do trabalho da terra, sendo que o censo de 1881 aponta 8.550.000 trabalhadores agrícolas para 4.416.079 industriais. O problema, entretanto, era que somente cerca de um sexto dos agricultores cultivava a própria terra; para os outros havia pouquíssimas esperanças de se tornarem um dia proprietários. Esse proletariado do campo, junto com o das cidades, cujos níveis de vida eram bastante baixos e que não tinham muita probabilidade de melhorá-lo, era o

visado pela propaganda dos países necessitados de mão-de-obra, entre os quais aparece o Brasil, onde o braço escravo estava destinado a desaparecer mais cedo ou mais tarde.

O problema de mão-de-obra em São Paulo

No Brasil, o problema de mão-de-obra tornou-se agudo principalmente depois da abolição do tráfico de escravos em 1850. A solução para a crise de mão-de-obra já era conhecida desde antes da Independência, quando D. João VI percebeu a necessidade de atrair os primeiros colonos, embora não com o objetivo direto de substituir o escravo. Essa necessidade de mão-de-obra tornava-se sempre mais premente devido a uma cultura relativamente nova – o café – que avançava sempre mais e que ocupava áreas sempre maiores. O café, penetrando para o Oeste da Província de São Paulo, precisava de mão-de-obra mais abundante, tanto para formar novos cafezais, como para a manutenção dos já existentes, e os escravos rareavam. Aos filantropos que combatiam a escravidão juntaram-se os economistas que demonstraram aos fazendeiros que o trabalho servil era antieconômico, já pelo próprio preço do escravo, já pela sua pequena produção em comparação com o braço livre,[1] já pelo risco que corriam em ver desaparecer essa mão-de-obra-mercadoria com a abolição. Realmente com uma organização quase capitalista que se esboçava nas fazendas de café, era incompatível o trabalho escravo, pois este correspondia com seu preço de compra a um adiantamento a longo prazo com um lucro muitas vezes incerto. Os fazendeiros perceberam que o trabalho livre era mais vantajoso do ponto de vista econômico, embora custassem a se acostumar à idéia de não mais ter escravos; daí, por exemplo, a tentativa desesperada de introduzir *coolies* chineses, tentativa essa que, entretanto, fracassou. Mesmo a substituição do escravo pelo trabalhador livre, nas condições em que se verificou, não conseguiu romper certos aspectos da instituição da escravidão, surgindo daí condições para atritos.

Da colônia de parceria ao trabalhador assalariado

Antes de aparecer o italiano como principal mão-de-obra livre nas fazendas de café, tinha-se feito a experiência das colônias de parceria com imigrantes alemães, portugueses e suíços. Esse sistema de parceria introduzido pelo Senador Vergueiro fracassou e foi paulatinamente substituído pelo de mão-de-obra assalariada.

Por volta de 1860 o sistema de parceria tendia a ser abandonado, aparecendo em muitas fazendas a locação de serviços, para depois surgir uma

[1] Martinho Prado Júnior, grande fazendeiro e propugnador da imigração italiana para São Paulo, afirmava que um trabalhador livre equivalia a três escravos.

nova forma de contrato, que perdurou durante muito tempo e pelo qual a renda do colono[2] provinha de uma soma fixa para cuidar de mil pés de café e, além disso, recebia uma soma determinada por alqueire de café colhido. Continuava, pois, o colono diretamente interessado no volume da colheita, embora em menor escala do que no sistema de parceria.

No sentido restrito da palavra, portanto, não se deveria falar em colono assalariado, já que uma parte de sua renda provinha da quantidade de café colhido. Costumou-se chamar esse sistema de assalariado, em oposição ao de parceria. Na realidade, a condição do colono assalariado na fazenda de café é *sui generis*, dificilmente encontrada em qualquer outro lugar. Entre esses dois sistemas, o de parceria e o assalariado, surgiu uma variedade considerável de tipos de contrato, tais como, por exemplo, o pagamento do preço fixo por alqueire de café colhido, o pagamento de salário mensal etc. A vantagem do sistema assalariado sobre o de parceria era que as condições eram mais claras e positivas, diminuindo, portanto, as possibilidades de atrito entre fazendeiro e colono.

No início do regime assalariado o fazendeiro ainda recorria muitas vezes ao contrato de imigrantes diretamente na Europa, como acontecia no sistema de parceria; com o correr do tempo, entretanto, empregava de preferência imigrantes já existentes na Província, imigrantes espontâneos ou trazidos pelo Governo. Isso é importante, pois dessa maneira o imigrante podia escolher a fazenda que mais lhe conviesse, não estando mais preso a contrato que, desconhecendo completamente as condições do país, assinara na Europa e que, em geral, era contrário aos seus interesses.

Atritos

A tarefa de atrair colonos assalariados ficou para o Governo. Logo no início do sistema assalariado encontram-se referências ao emprego de mão-de-obra nacional ao lado da estrangeira, ao passo que no de parceria só existiam estrangeiros. Enquanto o sistema de parceria causou muitos atritos entre os imigrantes e os fazendeiros, que repercutiam inclusive nos países de origem desses imigrantes, o regime à base de salário, embora também tenha dado origem a descontentamentos e queixas, constituiu um verdadeiro chamariz de imigrantes, principalmente italianos. O crescimento da onda imigratória está intrinsecamente ligado à necessidade sempre maior de braços, devido à agonia do regime escravocrata e ao aumento das plantações de café. Um chamariz também era a

[2] É curioso notar que a palavra colono, enquanto no resto do país é usada para designar o pequeno proprietário, adquiriu em São Paulo um sentido diverso: trata-se do empregado da fazenda de café.

possibilidade e a esperança suscitada pela propaganda de São Paulo de os imigrantes se tornarem pequenos proprietários após alguns anos de trabalho na fazenda de café.

A corrente imigratória italiana para São Paulo

A corrente imigratória italiana para São Paulo, embora constitua na última década do Império a mais importante fornecedora de mão-de-obra para o café, atingindo proporções jamais imaginadas, começou tardiamente em comparação com as outras. A portuguesa, a alemã e a suíça são as primeiras e praticamente as únicas na primeira metade do século passado. Grande parte desses imigrantes destinava-se às colônias de parceria. Enquanto a corrente espanhola começou em 1856 e a austríaca em 1872, a italiana só se fez sentir a partir de 1874. Em 1875 o Conselheiro Meneses e Sousa afirmava que os italianos se "entregam à pequena indústria e, ultimamente, à mascateação, na qual, graças a uma perseverança fora do comum e extrema sobriedade nas despesas, conseguem acumular capitais e às vezes regular fortuna. Não são auxiliares para a agricultura". Vê-se que Meneses e Sousa não tinha razão absolutamente, pois logo depois o grosso da imigração italiana se dirigiu para a agricultura, ou nas pequenas propriedades nos núcleos coloniais ou nas grandes fazendas de café paulistas. Aliás, os próprios paulistas, como verificou o francês Louis Couty em 1879, não davam o devido valor aos imigrantes italianos, pensando que não pudessem competir com os escravos nos trabalhos agrícolas. Os fazendeiros, entretanto, logo mudaram de idéia e tudo fizeram para atrair o maior número possível de italianos; perceberam que esses colonos se adaptaram muito bem ao trabalho no cafezal, que se expandia sempre mais e que exigia sempre mais braços.

Primeiras levas de italianos

O primeiro grande grupo de italianos chegou à Província de São Paulo em 1877, num total de cerca de 2 mil imigrantes, mas é depois de 1882 que a corrente imigratória terá um crescimento contínuo para atingir 80.749 pessoas em 1888.[3]

[3] O número de italianos entrados em São Paulo durante o Império é o seguinte:

Ano	Número	Ano	Número
1874	5	1882	1.866
1875	126	1883	3.155
1876	–	1884	2.169
1877	2.006	1885	4.176
1878	706	1886	6.094
1879	568	1887	27.323
1880	97	1888	80.749
1881	–	1889	19.025

Antônio Prado, em discurso no Senado em 1888, mostra alguma preocupação com o aumento da corrente imigratória para São Paulo, pois poderia surgir o problema de onde se colocarem os imigrantes quando as necessidades das fazendas de café no que diz respeito à mão-de-obra estivessem satisfeitas e quando faltassem terras devolutas para a formação de núcleos coloniais.

São responsáveis por essa última cifra a abolição da escravidão e o fato de terem sido particularmente difíceis os últimos anos da década de 80 para a vida econômica da Itália. No período de 1874 até 1889 entraram na Província de São Paulo 40.065 imigrantes italianos, formando cerca de três quartos do número total de imigrantes entrados, que foi de 196.554. Comparem-se essas cifras com os 18.589 imigrantes entrados durante os 50 anos entre 1827 e 1877, datas em que respectivamente se localizaram os primeiros imigrantes europeus na Província e em que apareceu o primeiro grande grupo de italianos. De 1874 a 1889 entraram no Brasil 320.373 italianos: quase a metade, portanto, se localizou em São Paulo. Esse afluxo contribuiu para aumentar a população paulista, além de modificar sensivelmente sua composição. Alfred Marc chama a atenção para o fato de, em 1889, mais de um décimo da população de São Paulo ser constituída por imigrantes europeus, ao passo que em 1886 estes ainda constituíam apenas 5%. Sendo o italiano o mais numeroso, pode-se bem avaliar sua influência. Se em 1872 a Província de São Paulo ocupava o quarto lugar quanto à população estrangeira depois do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, em 1890 ocupava o primeiro. As fazendas abertas depois de 1880 tinham quase exclusivamente imigrantes assalariados como mão-de-obra, desaparecendo, portanto, uma das causas a que se atribuía em parte o descontentamento dos colonos: o contato com os escravos. O italiano entrou no começo como elemento supletivo do braço escravo e, depois de 1886, quando a onda abolicionista já atinge profundamente São Paulo, como substitutivo.

Proveniência dos imigrantes

Segundo testemunhos da época, a maioria dos italianos que se localizaram nas fazendas de café durante o Império provinha das classes camponesas do Norte da Itália; os meridionais só formaram um contingente apreciável mais tarde, na República, localizando-se de preferência nas cidades, especialmente em São Paulo. Também Robert Foerster, com toda a sua autoridade, é de opinião de que nos primeiros anos de grande imigração para o Brasil predominaram os imigrantes do Norte da Itália, formando mais de quatro quintos do total e

que só depois de 1902 se localizaram nas cidades numerosos italianos do Sul. A Ligúria, o Piemonte, a Toscana, a Lombardia e o Vêneto forneceram a maioria dos colonos das fazendas de café. Os italianos se localizaram de preferência no Oeste paulista, onde o café e a estrada de ferro avançavam e onde rareava o escravo principalmente nas fazendas mais novas. Nas áreas mais novas, tais como os municípios de São Simão e Ribeirão Preto, quase todas as plantações foram feitas por italianos. O vale do Paraíba, com suas fazendas mais antigas, ficou mais ou menos à margem da onda imigratória italiana e, embora contasse com o elemento nacional para substituir uma parte do braço escravo, o Presidente da Província Rodrigues Alves afirmou em seu Relatório de 1888 que procurou interessar o Norte da Província no movimento imigratório, pois estava convencido de que "a entrada de trabalhadores estrangeiros concorrerá muito eficazmente para que se ativem as fontes da produção e se reanimem as culturas existentes".

A ação do Governo

O crescimento da corrente imigratória se deve à ação conjunta de particulares direta ou indiretamente ligados à lavoura cafeeira e dos Governos provincial e imperial, que por meio de propaganda, auxílios financeiros e outros meios procuraram atrair imigrantes que impedissem a crise na lavoura por falta de mão-de-obra. Quanto mais progressos fazia a campanha abolicionista, tanto mais o Governo imperial e principalmente o provincial agiam para suprir de mão-de-obra as lavouras cafeeiras, pois ficou patente que o número de imigrantes chegados era inferior às necessidades. O Governo daria auxílio diretamente à imigração; enquanto havia a colônia de parceria adiantava às vezes aos fazendeiros as somas gastas com a viagem dos imigrantes; depois se passou a exigir um auxílio mais substancial. Tanto o Governo central como o provincial subvencionaram a imigração. É interessante notar que a lei nacional de 28 de setembro de 1885, a dos sexagenários, destinava o produto de certos impostos ao pagamento de passagens de imigrantes. As leis sobre imigração tanto imperiais como provinciais sucedem-se, e seria cansativo enumerá-las e dar-lhes o conteúdo. Limitamo-nos, portanto, a fornecer um apanhado sucinto dela.

Medidas e auxílios

A lei provincial de 30 de março de 1871, que autoriza o Governo de São Paulo a emitir apólices até a quantia de 600 contos para auxiliar com empréstimos os fazendeiros a introduzir colonos, recebendo estes, por sua vez, um auxílio de 20 mil-réis como ajuda de custo para a viagem, marca o início da imigração subvencionada

para São Paulo e mostra as características da legislação imigracionista para essa Província. Note-se a importância dada à imigração pela Assembléia Provincial já naqueles tempos, pois a soma de 600 contos era realmente apreciável tendo em vista a renda da Província, calculada em 1.500 contos. Com a finalidade de promover a imigração mediante os favores concedidos pela lei de 1871, foi fundada a Associação Auxiliadora da Colonização e Emigração para a Província de São Paulo. A Província não poupou esforços, principalmente depois de 1880, para atrair imigrantes; prova disso temos nas somas gastas com os serviços de imigração e nas leis de 16 de julho de 1880, de 29 de março de 1884, de 11 de fevereiro de 1885, de 28 de maio de 1886, de 6 e de 11 de abril de 1887, de 3 de janeiro de 1888, que ampliaram os meios de ação do Governo e regularizaram o serviço de imigração. Entre os favores que se concederam aos imigrados destacam-se os regimentos: o Governo dará aos imigrantes espontâneos um auxílio de viagem de 70$000 para os maiores de 12 anos, 35$000 para os de 7 a 12 anos e 17$500 para os de 3 a 7 anos. O auxílio pode ser concedido a sociedades ou empresas que se comprometam a introduzi-los. Essas leis limitaram o auxílio aos imigrantes em família e que se dedicarão à agricultura.

Chegados à capital terão eles hospedagem grátis durante oito dias no alojamento provincial. Até seus lugares de destino, as passagens e os fretes dos imigrantes serão pagos pelo Governo nas estradas de ferro e na navegação fluvial. A soma gasta pela Província para introduzir imigrantes foi fabulosa. Em 1887, por exemplo, São Paulo despendeu 3.202.891$704 para os serviços de imigração. As somas gastas foram em parte fornecidas por impostos sobre escravos. Graças a essas medidas São Paulo ficou muito mais conhecido do que o resto do Brasil, principalmente no Norte da Itália, de onde provinha, como foi dito, a maior parte dos imigrantes para as fazendas de café durante o Império. Essas medidas beneficiaram tanto o fazendeiro que arriscava seu dinheiro mandando buscar imigrantes, que talvez não fossem capazes de reembolsá-lo, como o colono que, assim, podia escolher entre as fazendas que queriam contratá-lo e que dessa maneira não ficava preso ao fazendeiro por dívidas desde o começo.

A Hospedaria dos Imigrantes

Todos os Presidentes da Província da última década do período imperial interessaram-se pela imigração. Entretanto, dos que mais se destacaram, foi o Conde de Parnaíba, Antônio de Queirós Teles, cuja atuação no campo da imigração suscitou tanto entusiasmo que os contemporâneos chegaram a cognominá-lo de "apóstolo da imigração". Embora estivesse pouco tempo à testa da Província (1886-

1887), as medidas por ele tomadas foram muito eficazes e as maiores cifras de imigrantes para a Província durante o Império (1887 – 32.112 e 1888 – 92.086) se devem a medidas por ele tomadas. Foi no seu Governo que se construiu a Hospedaria dos Imigrantes no Brás, pois a velha hospedaria do Bom Retiro não mais comportava o grande número de elementos que se dirigiam à Província. A nova Hospedaria foi construída com todos os requisitos necessários para o fim a que se destinava e tinha acomodações para cerca de 4.000 imigrantes. Ali os recém-vindos podiam alojar-se gratuitamente durante oito dias e funcionava um verdadeiro mercado de trabalho, pois nela os fazendeiros iam procurar os colonos para contratar.

As sociedades de colonização

Da ação combinada dos Governos Provincial e Imperial com particulares surgiram as sociedades ou companhias de colonização, promovidas e muitas vezes subsidiadas pelos Governos. No Rio de Janeiro nascem inúmeras sociedades, merecendo ser destacada a Sociedade Central de Imigração. Sua finalidade era promover por todos os meios o aumento da imigração, patrocinar as reformas legislativas, visando ao bem-estar do imigrante, e fazer propaganda na Europa no sentido de destruir idéias falsas sobre o Brasil.

A Sociedade Promotora de Imigração

Como na Província de São Paulo todos se preocupassem com a imigração, surgiram em várias cidades associações tendentes a promovê-la ou a prestar auxílio aos imigrantes. Entre estas destaca-se a Sociedade Promotora de Imigração, que prestou grandes serviços à Província, trabalhando, juntamente com o Governo, na tarefa de atrair colonos para a lavoura. A Sociedade Promotora de Imigração foi fundada na capital da Província em 1886, sob inspiração do Conde de Parnaíba, por fazendeiros

> "a fim de promover por todos os meios a introdução de imigrantes e sua colocação nesta Província, mediante os auxílios e subsídios determinados nas leis, e que lhe forem concedidos" e "não tem fim algum de especulação lucrosa, mas se empenha por civismo, na obra que se propõe, de modo a coadjuvar a administração e os poderes públicos"... Martinho Prado Júnior, seu Presidente, não mediu esforços para atrair imigrantes, especialmente italianos, e, no Relatório da Sociedade de 1887, ele afirma que "se a Sociedade Promotora até hoje tem introduzido somente italianos, e do Norte, não o fez por sistema, procurando afastar os de outras procedências. O motivo principal foi o já apontado, da preferência para os que são chamados, além da grande procura e predileção pelos trabalhadores desta nacionalidade, perfeitamente adaptados, pela moralidade

e inexcedível amor ao trabalho, aos nossos desejos, se nos quisermos pronunciar com imparcialidade e justiça".

Martinho Prado Júnior, para melhor poder orientar os trabalhos da Promotora, realizou várias viagens à Europa, assistiu ao embarque de italianos e os acompanhou para melhor sentir seus problemas. O Governo contratava com a Sociedade Promotora de Imigração um número global de imigrantes que essa depois distribuía para empresários particulares. A atuação da Promotora foi tão satisfatória que o próprio Conde de Parnaíba, Presidente da Província, afirmou em seu relatório que estava pensando em entregar a ela todo o serviço referente à imigração, logo que a Hospedaria ficasse pronta. O papel da Promotora foi principalmente moralizador; o Governo italiano, que não via com bons olhos a emigração para o Brasil, adquiriu confiança na Sociedade, que garantia imediato emprego para os imigrantes desde que fossem agricultores, e não mais opôs obstáculos à emigração para São Paulo. A Sociedade preferia trazer imigrantes espontâneos ou os chamados por parentes e amigos já estabelecidos em São Paulo. O número de pedidos subia sempre mais, tanto é que no Relatório da Sociedade, em 1887, se afirma que ela tinha a seu dispor para embarque imediato cerca de 70 mil italianos. Essa Sociedade funcionou até 1895 e introduziu ao todo em São Paulo 126.145 imigrantes, em virtude de autorização do Governo central ou de contratos com o de São Paulo.

Tanto o Governo Provincial como o Geral procuravam trazer os imigrantes mediante contratos com as companhias e sociedades de colonização ou com os armadores. Contratos para a introdução de 40 ou 60 mil imigrantes não foram raros. Martinho Prado Júnior, em discurso na Assembléia Provincial em 1885, aconselhava contratos para introduzir 500 a 800 imigrantes mensalmente para aquele ano, sem esgotar a verba votada, pois os contratos em massa teriam as desvantagens "de encher a Província de pessoal superior às exigências da ocasião, não se poder fiscalizar o perfeito cumprimento do contrato e não se dispor de mais verba para conceder auxílio aos imigrantes espontâneos que porventura cheguem".

Fraudes nos serviços de imigração

Nos serviços de imigração as fraudes de toda natureza foram muito comuns. Devido ao sistema de contrato, que vigorou principalmente antes de se fundar a Sociedade Promotora de Imigração, os empresários interessavam-se apenas no número de imigrantes e não na qualidade. Assim chegava muitas vezes gente que não se destinava à lavoura e se fixava nas cidades, onde não

havia muita possibilidade de encontrar trabalho, pois as indústrias ainda estavam imperfeitamente desenvolvidas. Os agentes recrutadores lançavam mão muitas vezes de promessas para atrair imigrantes, promessas essas que depois não eram cumpridas, o que causava desgostos entre os colonos, e suas reclamações só repercutiam desfavoravelmente no país de origem. Os diretores da Sociedade Promotora de Imigração afligiam-se principalmente com a ausência de regras preestabelecidas para a introdução de imigrantes por parte do Governo Imperial.

> "O Governo geral deve emendar-se de todos os vícios do passado em relação à imigração e tomar como modelo São Paulo: romper todos os contratos, para conceder favores somente a imigrantes constituindo famílias, dos quais 90% deverão ser agricultores, fazendo o pagamento integral das passagens, ou redução das mesmas, preferindo sempre os chamados por parentes ou amigos residentes no país. A não ser por esse modo, continuará a desmoralizar-se a causa da imigração, e São Paulo ver-se-á na dura contingência de fazer propaganda sua, exclusivamente, hostilizando a do Governo geral, para escapar do seguro naufrágio que nos ameaça, com sua imprevidência.

É isso que se lê no Relatório da Diretoria da Sociedade Promotora de Imigração de 1887. Aliás, São Paulo sempre procurou resolver o problema de introdução de mão-de-obra por conta própria, pois nunca pôde contar com um auxílio muito eficaz do Governo imperial. Finalmente também o Governo central resolveu regulamentar a imigração, determinando que os auxílios só seriam pagos a imigrantes constituídos em família e a agricultores. Pelos contratos feitos em 1888, 85% dos imigrantes deviam ser formados por famílias de agricultores, dando-se preferência aos chamados por parentes estabelecidos no Brasil. Os Cônsules e Embaixadores do Brasil nas áreas de emigração terão que vigiar o cumprimento dessas determinações, além de verificar também as condições dos navios onde serão embarcados os imigrantes.

Com relação ao pagamento dos auxílios pela Província de São Paulo também apareceram inúmeras fraudes. Indivíduos desonestos, enganando os colonos, recebiam por procuração os auxílios devidos aos imigrantes, aos quais, entretanto, só davam uma parte muito pequena. Imigrantes que se destinavam a outras áreas que não a Província de São Paulo, dirigiam-se à Hospedaria, onde recebiam o auxílio e depois abandonavam a Província. Para sanar esses abusos, o Conde de Parnaíba determi-

nou que o auxílio só seria pago depois de estarem estabelecidos 60 dias no lugar de destino.

A propaganda para atrair imigrantes

Os autores que escreveram antes da era da grande imigração dos fins do Império apontaram como uma das causas da falta de interesse pela emigração com destino ao Brasil a ausência de conhecimentos acerca do país, chamando sempre atenção para a propaganda dos Estados Unidos, da Austrália e dos países do Prata. Para sanar essa falha apareceram nas duas últimas décadas do Império inúmeras publicações sobre as condições do país e guias de emigrantes que foram profusamente distribuídos pela Europa. A Sociedade Promotora de Imigração publicou um trabalho *A Província de S. Paulo* em alemão, italiano e português numa edição de 80 mil volumes que foram distribuídos pela Europa e em especial pelo Norte da Itália. Os propagandistas sempre procuraram mostrar como era fácil em São Paulo fazer economia e como aí a vida era bem melhor do que na Europa. Martinho Prado Júnior relatou, num jornal de Gênova em 1887, o que viu e sentiu na Itália: "Há mais de dois meses que estou no belo país italiano: percorri-o em todas as direções, estive muitas vezes em contato com a classe deserdada que, interroguei, li uma grande parte dos livros que tratam da questão agrária, e forçosamente me convenci de que vosso país atravessa uma bem difícil crise econômica, que merece a maior e mais séria atenção de vossos estatísticos, porque a miséria que aflige a classe de vosso proletariado tende a dilatar-se com seu terrível contágio de males maiores e, como remédio necessário e iminente, não vejo outro meio senão a emigração." O aumento da corrente imigratória nos fins do Império também se deve, portanto, à intensa propaganda realizada na Itália pela Província de São Paulo, tanto quanto às condições difíceis que reinavam naquele país e à conjuntura favorável à mão-de-obra assalariada que se registrava nas fazendas de café paulistas antes e depois da Lei Áurea.

A posição da Itália em face da emigração para o Brasil

A propaganda, as medidas do Governo Provincial e Imperial para atrair imigrantes e a conseqüente avalancha humana que se dirigiu da Itália para o Brasil (1877 – 13.582, 1888 – 104.353) alertaram o Governo italiano para os problemas decorrentes dessa emigração. Embora constituísse ela desde a Unificação um fato importante da vida italiana, foram poucas as medidas legislativas tomadas para regulamentá-la. Por meio de circulares o Governo italiano se limitava a desaconselhar ou a frear a emigração para tal ou

qual país. Assim, viam-se afixados no Norte da Itália, em 1881, avisos oficiais ou oficiosos, dizendo que a emigração para o Brasil não mais seria permitida. Crispi, Ministro do Interior e Presidente do Conselho, depois da lei de 30 de dezembro de 1888 sobre emigração, emitiu o decreto de 13 de março de 1889, que "proibia continuarem as operações de emigração ou de fornecer embarque a emigrantes para o Brasil". Esse decreto, apesar de ter diminuído muito o número de emigrantes para o Brasil para os anos de 1889 (36.124) e 1890 (31.275), nunca foi, entretanto, seguido à risca e, a 17 de julho de 1891, Nicotera, sucessor de Crispi no Ministério do Interior, revogou o decreto, visto as condições do Brasil terem melhorado. De fato, na época do decreto Crispi grassava no Rio de Janeiro e em Santos uma epidemia de febre amarela. Em conseqüência da revogação do decreto de Crispi, o número de imigrantes para o Brasil subiu, em 1891, a 132.326.

O que mais preocupava as autoridades italianas era o fato de virem famílias inteiras, que poderiam passar necessidade, caso não encontrassem logo trabalho. A Sociedade Promotora de Imigração, entretanto, garantia o imediato emprego nas fazendas de café aos que fossem agricultores, desvanecendo-se assim as dúvidas do Governo italiano acerca da permissão para a emigração de famílias com destino a São Paulo.

A chegada dos imigrantes

Os imigrantes chegavam a Santos, de onde eram levados à custa do Governo Provincial até a Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo, onde recebiam hospedagem gratuita durante uma semana e onde as famílias eram contratadas pelos fazendeiros à procura de mão-de-obra para as lavouras de café. Ainda à custa do Governo provincial viajavam por estrada de ferro ou por via fluvial até seus lugares de destino. Na fazenda recebiam geralmente a título gratuito uma casa para morar, um lote de terra para a cultura de mantimentos, pastos para alguns animais e o número de cafeeiros de que a família pudesse cuidar.

O contrato de trabalho na fazenda de café

O trabalho dos colonos estrangeiros foi regido de início pela lei de 1837, depois substituída pela de 1879, que, entretanto, apresentava inúmeras falhas e dava margem a incidentes entre fazendeiros e colonos. Autorizava, por exemplo, os contratos feitos fora do país e isso muitas vezes deu origem a atritos entre os fazendeiros e os colonos desconhecedores das condições brasileiras. Percebendo as desvantagens desse artigo, o Governo Provincial resolveu não subvencionar colonos que já tivessem assinado contratos nos países de origem com fazendeiros. Uma das principais causas de desavenças foi o artigo que limitava para os estrangeiros a duração da locação de serviços a cinco

anos. Esse período era considerado muito longo pelos colonos, principalmente quando não tinham encontrado um fazendeiro humano e honesto. Na realidade, a lei de 15 de março de 1879 visava a proteger mais o fazendeiro do que o colono. Basta ver o número de artigos que protegem o fazendeiro contra as dívidas dos trabalhadores rurais: de 33 artigos do Capítulo III, 11 se referem às dívidas dos locadores e como o locatário deve agir para não ficar prejudicado. De outro lado, só dois artigos se referem à falta de pagamento por parte do fazendeiro: o locador podia invocar esse motivo como causa justa para despedir-se e tinha ação executiva para conseguir do locatário o pagamento dos salários. O colono não se podia recolocar sem um certificado de seu patrão anterior, no qual devia constar a dívida porventura existente. O novo locatário era responsável pela dívida e obrigado a reter a terça parte dos salários até o desembolso da mesma. Em caso de dívida e acabado o prazo do contrato, o colono deveria servir o fazendeiro, caso ele o exigisse, durante 1 ou 2 anos. Couty chama esse artigo de monstruoso, pois, diz ele, era fácil fazer com que o colono se endividasse. A lei de 1879 foi muito criticada pelos entendidos em imigração, pois os atritos originados repercutiam desfavoravelmente nos países de emigração. O Presidente da Província, Rodrigues Alves, em seu Relatório de 1888, clama por uma modificação dessa lei, achando que as Províncias e os Municípios deviam ter poderes para regular o trabalho. O francês Couty, ao contrário do holandês van Delden Laérne, que acha a lei mais vantajosa para o trabalhador do que para o fazendeiro, critica-a acerbamente, mostrando as dificuldades por que passa o colono italiano que ajudou a criar uma riqueza da qual, entretanto, não goza:

> "Mas esse contrato, esse contrato de 5 anos, esse contrato inferior em todos os pontos às formas de meação mais simples, esse contrato não é bilateral. A esses que pretendem o contrário, pagando o que todo mundo conhece... 'nós respondemos que não pode ser, pois não há paridade entre o contratado e o contratante'. Couty continua e acha que a lei de 1879 deve ser substituída: 'o imigrante à sua chegada é considerado livre de qualquer obrigação e os contratos de mais de um ano são interditados'."

Nos últimos anos do Império quase não havia mais locação de serviço baseada na lei de 1879 em São Paulo. As condições da Província tinham mudado tanto que foram anulados os maus efeitos dessa lei, principalmente no que diz respeito ao período de 5 anos. Havia uma grande oferta de mão-de-obra devido às grandes levas de imigrantes; esses por sua vez facil-

mente encontravam trabalho. Predominavam os engajamentos verbais que a qualquer momento podiam ser rescindidos por ambas as partes.

O trabalho do colono italiano na fazenda de café

O trabalho do colono na fazenda de café consistia no tratamento do cafezal, isto é, na capinação, no replante das falhas, na limpeza das árvores, na varredura, no espalhamento da varredura e na colheita. As carpas obrigatórias eram geralmente quatro, às vezes cinco. O colono realizava seu trabalho no cafezal sem fiscalização e dispunha de seu tempo como bem entendesse. Imediatamente, porém, ele verificou que quanto melhor tratasse seu cafezal, tanto melhor a sua colheita e, portanto, maior seu lucro, pois recebia, como já foi dito, pelo tratamento de 1.000 pés de café e pela quantidade de café colhido. Um adulto podia facilmente cuidar de 2.000 pés de café. Cada família recebia o número de pés que os membros juntos pudessem cuidar. Às vezes, apenas alguns membros conseguiam fazer todo o trabalho no cafezal, os outros podendo dedicar-se às suas pequenas roças; mas por ocasião da colheita todos participavam, inclusive as crianças. O preço pago ao colono italiano variou conforme a época, a fazenda, a colheita melhor ou mais fraca, a valorização ou não do produto etc. De maneira geral, na última década do período imperial, quando se fez sentir mais fortemente a imigração italiana, o colono recebia de 40$000 a 50$000 anuais para tratar de 1.000 pés de café e de 300 a 600 réis por alqueire[4] de café colhido. Segundo cálculos da Comissão Central de Estatística, em seu Relatório de 1888, uma família, composta de cinco adultos, recebendo 50$000 para cuidar de 1.000 pés de café e 300 réis por 50 litros de café colhido, poderia economizar num ano 1:000$000. Os propugnadores da imigração italiana sempre combateram a redução dos salários, pois reconheciam que a perspectiva de bons lucros era o que atraía os imigrantes. As economias dos italianos tinham duas finalidades: enviar para os membros da família, que porventura ficaram na Itália, ou então comprar um pequeno lote de terra.

Situação econômica dos colonos

Alfred Marc, em seu livro *Le Brésil*, publicado em 1890, transcreve duas listas de colonos com as quais pretende demonstrar a ótima situação dos mesmos nas fazendas de café paulistas. Em 1888, na Fazenda Campo Alto, em Araras, de Martinho Prado, apesar de terem entrado naquele ano e de terem tido necessidade

[4] A capacidade do alqueire variou de região para região e de fazenda para fazenda. Em geral um alqueire continha 40 a 50 litros. Essas diferenças davam, não raro, origem a atritos entre fazendeiros e colonos.

de comprar tudo, 60 colonos italianos apresentam um saldo a seu favor, enquanto só quatro ainda tinham dívidas para com o proprietário. Na fazenda de Martinho Prado Júnior, em Ribeirão Preto, no mesmo ano, 88 dos colonos antigos tinham economias e quatro ainda deviam algo ao proprietário. Dos que entraram para o serviço nos últimos meses de 1888, 13 tinham dívidas e oito já contavam com algumas economias. Naturalmente esses dados não podem ser generalizados, principalmente porque se tratava de fazendas de café importantes, onde, ao que se pode deduzir, o tratamento dispensado aos colonos era exemplar. Não se deve esquecer que uma das fazendas era de Martinho Prado Júnior, o grande propugnador da imigração italiana.

Se os propugnadores da imigração e os autores otimistas sempre procuraram mostrar que o trabalho na fazenda de café era um instrumento de enriquecimento dos imigrantes, há também os pessimistas que descrevem a miséria dos colonos que substituíram os escravos, mostrando condições de vida indignas de um homem livre e acrescentando que cada cafeeiro assinalava o túmulo de um italiano.

A renda do trabalho no cafezal era na realidade para a maioria dos colonos italianos um lucro líquido, pois dispunham de terras suficientes para cultivar seus próprios mantimentos; só precisavam comprar o sal e o açúcar. Antes de poder colher seus próprios mantimentos, o fazendeiro fornecia-lhes os gêneros necessários, que eram pagos mais tarde, ou então lhes fazia um empréstimo em dinheiro. Os colonos italianos recebiam pequenas roças, geralmente dois hectares, onde plantavam milho, arroz, feijão, batata, legumes e às vezes até videiras. Em alguns casos era permitida a cultura de cereais entre os cafeeiros. O produto dessas pequenas roças pertencia inteiramente aos colonos. Podiam criar galinhas, porcos, cabras e ter, conforme a fazenda, vacas ou cavalos, recebendo, portanto, um terreno para pasto. Os colonos viviam, assim, de suas roças e de sua pequena criação. As sobras eram vendidas, e o lucro servia para pagar as outras despesas de manutenção ou para juntar às economias provenientes do trabalho no cafezal. Juntando a isso ainda o jornal de um serviço extraordinário, podiam às vezes fazer economias razoáveis.

Formação de cafezais

Às vezes o colono também era chamado para prestar serviços extraordinários, recebendo então por dia. O pessoal móvel da fazenda, como os carpinteiros, os que derrubavam a mata etc., quase sempre era formado pelo elemento nacional, às vezes também aparecia o italiano. Para a formação do cafezal entregava-se a terra a um empreiteiro, que plantava os cafeeiros e entre esses podia cultivar cereais;

decorridos quatro anos entregava o cafezal formado e recebia um tanto por pé plantado. Entre esses empreiteiros também aparecem italianos, embora predominassem os nacionais. Antigos colonos italianos que já estavam familiarizados com a cultura do café e que possuíam algumas economias plantavam cafezais em empreitada. Como pudessem cultivar cereais nessas terras até entregá-las, essas empreitadas facilitavam o acúmulo de somas relativamente grandes em poucos anos de trabalho aos colonos italianos. Assim sendo, empreitada para plantar café era procurada pelos imigrantes que já estavam em condições de trabalhar sozinhos, mas cujas economias ainda não eram suficientes para comprar um lote de terra.

Mudança nos hábitos da alimentação

Com essas pequenas culturas, os italianos contribuíram de maneira decisiva para mudar os hábitos alimentares dos paulistas, como já acontecera antes, embora em escala menor, com os suíços e alemães. Verduras, legumes e frutas foram difundidos pelos imigrantes italianos, passando a fazer parte da alimentação dos paulistas em escala sempre maior. A venda das sobras pelos colonos aumentou a disponibilidade de gêneros alimentícios nas áreas cafeeiras, tornando o problema do abastecimento menos grave, já que, em algumas fazendas dependentes ainda do braço escravo, havia pouca preocupação com as culturas de subsistência.

O colono e o escravo

Os fazendeiros logo perceberam naturalmente a superioridade do braço livre no que diz respeito à produção de café nas fazendas. O colono, diretamente interessado no volume do café produzido, cuidava bem do cafezal e assim conseguia, não raro, o dobro do escravo. No cafezal tratado por escravos, a produção de 1.000 pés era de 30 a 40 arrobas de café beneficiado, ao passo que no tratado pelos colonos italianos a produção era de 80 a 100 arrobas. Na época em que Louis Couty escreveu seu livro *Le Brésil en 1884*, ainda não eram muito comuns as fazendas de café que dispusessem só de colonos; na maioria dos casos os colonos trabalhavam ao lado de escravos, sem que isso acarretasse problemas de maior gravidade para qualquer das partes. Na realidade não foi o contato com os negros escravos que deu margem às queixas dos colonos e sim a mentalidade escravocrata dos fazendeiros, que não conseguiam entender as aspirações dos imigrantes e nem que tratavam com pessoas livres. Essa mentalidade foi a causa de muitos atritos e, não raro, de dissabores, inclusive para as autoridades provinciais, pois esses choques funcionavam como contrapropaganda na Itália. O patrão muitas vezes se imiscuía nos assuntos domésticos dos colonos, que não eram considerados

como colaboradores, mas sim como trabalhadores inferiores. A disciplina dentro da fazenda era realmente um problema, sobretudo quando ainda havia escravos ao lado de trabalhadores livres. E quase sempre era nesses casos que os fazendeiros se excediam, esquecendo-se de que estavam tratando com homens livres. Os italianos, todavia, preferiam as fazendas com disciplina mais rígida, que impedia as desordens, pois havia assim mais paz para trabalhar e produzir. Às vezes era a falta de liberdade de movimento, as ordens dadas com rispidez, um administrador acostumado a lidar com escravos e julgava poder agir da mesma maneira com os colonos, a causa das inúmeras queixas e conflitos entre fazendeiros e imigrantes. Contratos assinados por pessoas incultas e desconhecedoras do país, cujos itens traziam marcadamente a influência do regime servil, prendendo demais o colono à terra, também davam origem a atritos.[5]

Uma das conseqüências do contato do elemento servil com o trabalhador livre foi, sem dúvida, a aceleração do movimento abolicionista. O escravo, vendo o homem livre trabalhando ao seu lado, mas recebendo uma recompensa financeira pelos seus serviços, dificilmente se conformará por mais tempo com sua condição. Os italianos muito contribuíram para o progresso das idéias emancipacionistas. O mascate italiano, que percorria as fazendas procurando vender suas mercadorias, era um verdadeiro propagandista das idéias de liberdade. Esse mascate, uma figura típica das fazendas já na última década do Império, entrava em contato com os escravos e os punha a par das últimas novidades do movimento abolicionista. Aconselhava, não raro, a fuga. Ao sucesso da mão-de-obra assalariada se deve na Província de São Paulo a aceleração dos movimentos abolicionistas; daí as alforrias em massa nos últimos anos do regime servil e as grandes fugas em 1887.

As condições de vida dos colonos italianos nas fazendas paulistas

Para se ver até onde ia a mentalidade escravocrata de certos fazendeiros, basta lembrar que alguns resolveram acomodar os colonos nas antigas senzalas, o que naturalmente provocou grandes descontentamentos. Por sorte, isso constituía exceção, e os fazendeiros forneciam aos colonos quase sempre habitação gratuita. Os colonos viviam em casas de tijolo ou taipa agrupadas em determinado lugar da fazenda, geralmente não muito afas-

[5] Pierre Denis nos conta que, em sua viagem no início deste século por São Paulo, encontrou uma família de italianos que assinara um contrato no qual constava que ela própria se tinha vendido como escrava. Graças à proteção do Governo brasileiro, essa família conseguiu reaver a liberdade.

tado da sede. Couty descreve as casas de uma colônia que visitou e compara as moradias dos italianos às dos camponeses do Limousin, dizendo que aí encontrou a mesma hospitalidade, o mesmo orgulho e amor por seu lar. Nem todos os autores, entretanto, se revelam tão otimistas, mostrando a precariedade das instalações dos colonos. Casas malconstruídas e com cômodos pequenos, com chão de terra batida, não ofereciam o necessário conforto aos imigrantes que tinham deixado sua terra em busca de condições melhores. Como veremos adiante, um dos problemas do colono assalariado era a sua instabilidade. Alguns fazendeiros perceberam que podiam prender os colonos mais facilmente à terra, oferecendo-lhes casas melhores e mais confortáveis. Surgiram assim em algumas fazendas colônias com casas simples, mas bem construídas e razoavelmente confortáveis.

A alimentação, graças às pequenas roças e à criação, era bastante boa e variada; como ressaltam alguns contemporâneos, a vida dos imigrantes italianos nas fazendas às vezes era melhor do que na sua pátria. Um problema que surge no tocante ao abastecimento é o da necessidade de se fazerem as compras nos armazéns da própria fazenda, devido às grandes distâncias que separavam as fazendas das vilas. Os colonos muitas vezes reclamavam contra os abusos verificados em preços e medidas cometidos pelos responsáveis desses armazéns.

Se, do ponto de vista material, suas condições de vida nas fazendas de café paulistas em geral eram boas, o mesmo não acontecia quanto ao aspecto social. Sentiam-se os colonos desenraizados, sem estímulo e sem participação na vida em grupo. Isso acontecia principalmente com os recém-vindos que sentiam nostalgia da pátria, onde nos campos a vida social era bem mais intensa, interessante e cheia de satisfações morais. O despovoamento e as grandes distâncias que separavam as colônias de fazendas vizinhas, impedindo um contato mais freqüente com as vilas, eram também responsáveis pela ausência de relações sociais mais satisfatórias. Alessandro d'Atri, que esteve em São Paulo em 1894-1895, descrevendo a fazenda de Santa Veridiana de Antônio Prado, mostra que no terreiro

> "os trabalhadores italianos repetiam em coro canções populares das suas longínquas aldeias. Mas aquilo não era canto, era um lamento modulado sobre canções antigas; as quais lhes recordavam os doces e ociosos domingos transcorridos na igreja da aldeia nativa, ao tépido hálito do sol da Itália. Triste espetáculo – mais triste o sentimento".

Naturalmente com o tempo esse aspecto negativo se foi desfazendo, e então aparecia a possibilidade de participação numa vida de grupo com suas alegrias e distrações. Ernesto Bercarelli, que visitou São Paulo no começo deste século, depois de falar na sensação de isolamento que se tinha nas colônias italianas das fazendas cafeeiras, afirma que

> "o colono não tarda em transplantar para a fazenda os seus hábitos e seus costumes, e nos dias de festa se canta e dança e se conversa na fazenda como em uma qualquer aldeia italiana. Às vezes não falta nem mesmo a banda e transplantam-se além-oceano tradições surgidas a dez mil quilômetros de distância e se enraízam festas vindas de longe e continua assim mudada e transformada a boa e alegre tradição camponesa italiana".

Os italianos reuniam-se nos domingos para conversar, jogar cartas, para um baile ou então para visitar a colônia vizinha. No interior de São Paulo apareceram inúmeras sociedades recreativas e, às vezes, até culturais fundadas por italianos, onde a música tinha um papel de destaque. As bandas italianas proliferaram. Também surgiram alguns jornais italianos que ajudaram os colonos a se sentir menos isolados. Em 1882, por exemplo, publicava-se em São Paulo o *Corriere d'Italia*, com tipografia própria e uma tiragem de 2.000 exemplares, a qual, comparada com o número de imigrantes italianos que vinham naquela época, era bem considerável. Em algumas fazendas havia até capelão e professor italianos. Entretanto, um dos grandes problemas do colono era justamente a falta de escolas e de assistência médica. Às vezes, colonos conseguiam fazer economias razoáveis e não tinham possibilidade de dar uma educação aos filhos. Em casos de doença, além da dificuldade de conseguir assistência médica, as economias ficavam sempre comprometidas.

Os colonos italianos aprenderam o português com relativa facilidade e, mesmo entre si, não raro, abandonaram o uso da língua materna. Para isso contribuiu o fato de os italianos provirem de áreas diferentes e, portanto, falarem dialetos que, às vezes, não eram compreendidos pelos outros, de sorte que preferiam o português para se comunicarem. Bercarelli mostra que

> "os italianos não só aprenderam a língua portuguesa, mas assimilaram palavras e modos de dizer, construindo uma nova língua colonial que constitui a mais alegre manifestação fônica".

Em geral os colonos italianos nas fazendas de café adaptaram-se rapidamente às novas condições de vida e aos usos e costumes da terra em que se fixaram.

A instabilidade do colono italiano

Em São Paulo havia sempre uma grande instabilidade na população agrícola. Pierre Denis, no começo deste século, chega mesmo a afirmar: "A instabilidade dos trabalhadores agrícolas é o traço mais frisante da vida moral do Estado de São Paulo. Reflete tudo o que há de original, de artificial mesmo, no desenvolvimento rápido da grande cultura cafeeira." Os fazendeiros preferiam contratar famílias a solteiros, pois, além de outras vantagens, a família garantia uma estabilidade maior na fazenda e menor desejo de repatriamento. Como é natural, na época da colheita a população flutuante da Província era grande. Atraídos por altos salários nas boas colheitas, e, sendo o pessoal das fazendas insuficiente, afluíam às áreas cafeeiras colonos dos núcleos coloniais da própria Província de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Paraná e até de Santa Catarina. Ajudavam na colheita e depois voltavam para seus pontos de origem. Muitos se preocupavam com a instabilidade dos colonos nas fazendas, pois julgavam-na prejudicial ao desenvolvimento econômico da Província. Uma das queixas mais freqüentes contra os colonos italianos era sua instabilidade. Abandonavam em massa as fazendas, acarretando grandes prejuízos aos fazendeiros, que, naturalmente, não raro, tinham culpa no descontentamento dos colonos. Mesmo os bons fazendeiros, entretanto, tinham esses problemas depois da colheita, pois, em regra, quando já tinham recebido os lucros, os colonos abandonavam a fazenda. Em geral, se dirigiam para outra fazenda onde qualquer coisa os atraía ou onde julgavam poder viver melhor. Dentro do processo normal de ascensão social, outros se dirigiam para as cidades onde se tornavam pequenos comerciantes ou onde iam exercer um ofício mecânico. As cidades de São Paulo já nos últimos anos do Império apresentavam grande número de italianos, muitas vezes ex-colonos de fazendas de café. Outros ainda, que reuniram um pequeno pecúlio, abandonavam a Província para se repatriarem ou para se dirigirem aos países do Prata. O problema do repatriamento, entretanto, não era grave em São Paulo, principalmente porque o colono vinha com família, o que o prendia à terra de adoção. É essa a diferença com a Argentina, para onde só emigravam solteiros para trabalhar temporariamente em obras públicas ou nas colheitas e onde relativamente poucos se estabeleciam. Só nos primeiros anos deste século as estatísticas revelam um excedente de saídas sobre as entradas em São Paulo.

O colono assalariado e o núcleo colonial

Outra causa do abandono da fazenda era o desejo de comprar uma pequena propriedade com as economias feitas na lavoura. A compra de um lote de terra era possível principalmente nos núcleos coloniais fundados pelo Governo Imperial ou Provincial e por particulares ou sociedades. Durante todo o século passado houve discussões na imprensa, na Câmara dos Deputados, no Senado, na Assembléia Provincial de São Paulo, nas Câmaras Municipais etc., sobre as vantagens ou desvantagens para o bem do país da criação de núcleos coloniais e da introdução de imigrantes unicamente para servir de mão-de-obra nas grandes propriedades. Os fazendeiros paulistas sempre foram contra a doação de terras aos imigrantes, pois não lhes interessava a existência de uma classe de pequenos proprietários; o que queriam era imigrantes para a grande lavoura do café. A formação de núcleos coloniais era contrária a seus interesses, pois os imigrantes que tivessem algum dinheiro se dirigiriam para aí e os outros, logo que tivessem algumas economias, abandonariam as fazendas para comprar um lote de terra. Já em 1828, muito antes, portanto, do grande progresso da cultura de café no Oeste paulista, o Senador Vergueiro, por ocasião da introdução dos primeiros colonos alemães, assim se exprimia no Conselho de Presidência paulista:

> "... e chamar colonos para fazê-los proprietários à custa de grandes despesas é uma prodigalidade ostentosa, que não se compadece com o apuro das nossas finanças".

Este senador combateu também no Senado a criação de núcleos coloniais. A lei de terras de 1850, pela qual foi proibida a cessão gratuita de solos, demonstra nitidamente a influência dos grandes fazendeiros, que, dessa maneira, queriam impedir a doação de lotes aos imigrantes.

Aspirações dos imigrantes

Fazia-se em São Paulo verdadeira apologia da grande propriedade, achando-se que só ela era responsável pela riqueza de um país e que a aquisição dos benefícios da civilização só seriam possíveis com sua existência. Essas idéias, é lógico, eram contrárias aos interesses dos imigrantes que, ao abandonarem seu país, sonhavam com a aquisição, mais cedo ou mais tarde, de seu pequeno lote. Muitos paulistas compreendiam isso e trabalhavam para que o imigrante tivesse a oportunidade de ter uma propriedade. É interessante notar que Antônio Prado, apesar de pertencer à importante família de fazendeiros de São Paulo, defendeu, quando Ministro da Agricultura e principalmente quando Senador por São

Paulo, a criação de núcleos coloniais e de uma legislação que favorecesse a divisão das grandes propriedades para possibilitar a aquisição de terras ao imigrante. Achava que com o aumento da imigração e tendo os colonos acumulado capitais suficientes seria vantajoso aos grandes proprietários subdividir suas terras para vendê-las aos mesmos. O ofício da Sociedade Central de Imigração do Rio de Janeiro de 13 de agosto de 1889 ao Presidente da Província de São Paulo, por exemplo, é um violento libelo em favor da criação de bases necessárias para atender às aspirações do imigrante, pois esse não teria abandonado seu país de origem para viver como nômade à procura de um salário, mas sim para se tornar patrão absoluto de uma propriedade territorial. A maioria dos imigrantes considerava o trabalho na fazenda de café como passageiro. Economizava para se fazer proprietária. A possibilidade de conseguir um lote de terra dentro de alguns anos era o grande chamariz para os imigrantes italianos, que em seu país tinham poucas oportunidades semelhantes.

A facilidade de encontrar imediato trabalho nas fazendas não deixava, entretanto, de ser uma vantagem, inclusive para os que vinham com pecúlio suficiente para comprar um lote. Mesmo autores italianos, que conheciam as condições de trabalho e de vida nas fazendas de café paulistas, aconselhavam aos recém-vindos um estágio nelas. Recomendavam aos imigrantes procurar trabalho nas grandes fazendas de café nas áreas mais ricas, onde devido à solvabilidade dos proprietários havia segurança para o pagamento do trabalho realizado. A fazenda servia de escola prática para os recém-chegados, que desconheciam tudo acerca do país. Ali se podiam aclimar e aprender os métodos agrícolas empregados. Depois, quando se estabelecessem por conta própria, os conhecimentos adquiridos nas fazendas de café evitariam os prejuízos causados pela inexperiência. Os guias de emigrantes, os livros acerca do Brasil e as autoridades ligadas aos serviços de imigração aconselhavam sempre o imigrante a localizar-se primeiro nas fazendas e adquirir a prática necessária para não perder o dinheiro que porventura tivesse em tentativas fadadas ao insucesso, se se estabelecesse logo no início por conta própria. É verdade que esses conselhos vinham dos que se interessavam pela obtenção de braços para a lavoura cafeeira, querendo portanto adiar a compra de um lote pelo imigrante. Em publicação oficial italiana de 1893 chama-se a atenção para o fato de muitos emigrarem

"sob a miragem de poucos lotes de terrenos demarcados, situados em regiões apenas exploradas e quase isoladas de qualquer comunicação",

e depois, para não morrerem de fome, terem de empregar-se nas fazendas de café.

O Governo criou colônias também para assegurar a colocação de imigrantes, caso a corrente imigratória continuasse a engrossar sempre mais e as fazendas de café tivessem chegado ao ponto de saturação de mão-de-obra. Terras incultas em torno das principais cidades foram subdivididas e vendidas aos antigos colonos das fazendas de café, os quais aí se dedicavam à pequena lavoura, destacando-se a cultura da vinha. Ubaldo A. Moriconi assinala a existência nos arredores de São Paulo de incalculável número de chácaras cultivadas com pomares, hortas e videiras de propriedade de trabalhadores italianos. Mesmo na formação da pequena propriedade havia interesse em que o imigrante se dedicasse à cultura do café. Assim, pela lei de novembro de 1884, o Governo Provincial deverá dar preferência aos contratos para a formação de pequenas propriedades aos particulares ou às sociedades que se dispusessem a vender aos imigrantes lotes próprios para a cultura do café.

A contribuição do colono italiano

À imigração italiana se deve, sem dúvida, o grande desenvolvimento de São Paulo na última década do Império e durante os primeiros tempos da República. É evidente que o progresso se fez sentir principalmente alguns anos depois de estabelecidas as primeiras grandes levas de imigrantes italianos; foi, portanto, na última década do século XIX que se percebeu um desenvolvimento ímpar. Esse progresso deve-se quase que exclusivamente ao formidável aumento das plantações de café. De 1885 até o fim do século, todos, absolutamente todos, se preocuparam com a formação de novos cafezais. Existiam em São Paulo em 1887 cerca de 180 milhões de cafeeiros, mas dessa data até 1895 serão plantados cerca de 500 milhões e isso graças à colaboração inestimável do imigrante italiano. Vê-se, portanto, como, depois que a imigração italiana foi definitivamente canalizada para São Paulo, a Província foi tomada por uma verdadeira febre de plantação de café. É lógico que houvesse depois, como decorrência, na República, crises de superprodução bastante sérias, tanto que em 1903 hão de ser proibidas novas plantações. Na década de 80 a produção brasileira ultrapassou a dos outros países reunidos. A maioria do café vinha de São Paulo, pois as primeiras áreas produtoras – Minas Gerais e Rio de Janeiro – já se encontravam em crise. A receita proveniente de taxas sobre a exportação de

café aumentou consideravelmente; em 1888 era de 3.000 contos, depois de 1892 era de mais de 25.000 contos anuais. O café apresentava a maior parte do valor das exportações pelo porto de Santos. Do valor total da exportação de Santos 35.868.615$066 em 1886, o café fornecia 35.719.006$396; em 1887 do valor total de 74.199.731$823, o café participava com 74.112.838$285.

Em face das receitas e dos lucros provenientes do aumento da exportação de café, as somas gastas por São Paulo para fomentar a imigração tornavam-se irrisórias. Todos, desde que se bradava na Província por um auxílio efetivo por parte do Governo para fomentar a imigração, achavam que os benefícios decorrentes do trabalho do imigrante compensariam em pouco tempo os sacrifícios financeiros que São Paulo impunha para subsidiar a vinda de colonos estrangeiros para as fazendas de café. O Conde de Parnaíba, em sua exposição a Rodrigues Alves, seu sucessor na Presidência de São Paulo, justificava as medidas em favor da imigração:

> "É necessário tomar medidas dessa ordem e importância sem vacilar, para não comprometer o futuro da Província e estancar a fonte de sua receita. Os ônus, por demais pesados, que a Província contraiu para esse fim serão largamente compensados em futuro não remoto, pelo aumento da riqueza pública e pela prosperidade crescente de seus laboriosos habitantes."

Imigração italiana como fator da industrialização

Como conseqüência da imigração italiana houve o desenvolvimento de outras atividades econômicas. Vai surgindo em São Paulo uma infra-estrutura nova para satisfazer as exigências da propagação dos cafezais e do aumento do número de colonos italianos. Indústria e comércio receberão imediatamente o impacto dessa grande corrente imigratória. O comércio sofre profundas alterações em decorrência do aumento dos cafezais, da população e do aparecimento do italiano. Este, com exigências novas de consumo, transforma a estrutura comercial existente em característica de uma sociedade escravocrata, onde a classe trabalhadora praticamente não funcionava como consumidora. Nas cidades do Oeste paulista e na capital surge o tipo de estabelecimento comercial que tem como principal finalidade abastecer a nova espécie de gente que ia aparecendo nas fazendas de café, com gêneros alimentícios, vestuário e instrumentos de trabalho etc. A classe trabalhadora passa a ser também consumidora. Para suprir essa

maior demanda, surgem as indústrias que começam a produzir artigos até então desconhecidos ou somente conseguidos através da importação.

A industrialização em São Paulo está nitidamente ligada à grande imigração, podendo o italiano aparecer como empresário, às vezes bem modesto, em outros casos já com meios maiores, ou como trabalhador assalariado. A indústria e o artesanato sofreram a influência dos italianos que, abandonando as fazendas, foram estabelecer-se nas cidades e também dos que, exercendo atividades ligadas à indústria na Itália, conseguiram contornar as exigências da legislação que, no caso dos imigrantes, dava preferência a agricultores. Iniciativas industriais e de artesanato, ligadas a italianos, aparecem desde a década de 1880 tanto na cidade como no interior de São Paulo. Destacam-se indústrias alimentícias, antes praticamente desconhecidas, introduzidas pelos colonos italianos em virtude de seus hábitos de consumo.

Outras atividades dos imigrantes italianos

A imigração italiana e a extensão da viação férrea estão intimamente ligadas. A estrada de ferro, que naqueles anos penetra rapidamente o interior paulista, facilita sobremaneira a ida dos colonos às fazendas e, sem dúvida, as maiores facilidades de transporte funcionavam na Itália como um chamariz para os emigrantes. Os colonos, por sua vez, também contribuíram, como mão-de-obra mais experiente, para o progresso verificado no setor desse meio de comunicação. Grande número de italianos, antigos colonos das fazendas de café ou então imigrantes urbanos, foram atraídos pelos trabalhos nas estradas de ferro. Moriconi relata, por exemplo, que, em 1897, as oficinas mecânicas da Companhia Mogiana em Ribeirão Preto davam trabalho a centenas de operários, a maioria italianos.

O mercado de capitais também sofreu modificações, surgindo nas cidades do Oeste paulista numerosos pequenos bancos com a finalidade de atrair as pequenas economias dos colonos italianos residentes nas fazendas de café. Esses bancos, por sua vez, incentivarão as atividades comerciais e industriais, contribuindo também para a penetração da fronteira do povoamento com a criação de novos cafezais.

O panorama urbano

As cidades paulistas, além das transformações causadas pelo estabelecimento da atividade comercial e industrial e da conseqüente modificação das classes urbanas, tanto do ponto de vista econômico quanto social, também sofrerão alterações em seus aspectos. A arquitetura, por exemplo, recebe profunda influência de operários e mestres-de-obras italianos. O aspecto das cidades surgidas nas

áreas onde se localizou o colono italiano, como mão-de-obra das fazendas de café, difere profundamente do que prevalece onde o trabalho era realizado pelo escravo.

Panorama cultural

Também nos aspectos culturais São Paulo sofreu a influência do imigrante italiano. Atrás das grandes levas de imigrantes destinados às lavouras cafeeiras vinha gente culta, professores, artistas, músicos, jornalistas, escritores que não deixaram de exercer sua ação sobre a sociedade paulista. Novos gostos e atitudes mentais apareceram. A música, por exemplo, recebeu grande impulso. Novas idéias começaram a penetrar no pensamento paulista a partir das primeiras grandes levas de imigrantes. Idéias socialistas e mesmo anarquistas aparecem aqui e acolá à espera de um proletariado urbano capaz de aproveitá-las para suas reivindicações. Basta lembrar que 20 anos depois da primeira grande leva de italianos haverá condições em São Paulo para A. Picarollo publicar *O Socialismo no Brasil.*

Graças à imigração italiana a abolição da escravatura não resultou em catástrofe econômica para a fazenda de café, como aconteceu em outros setores; pelo contrário, foi devido à substituição do braço escravo pelo livre que ela progrediu tanto.

Valorização social do trabalho

Deve-se ao imigrante em geral, e no caso de São Paulo especialmente aos italianos, a reabilitação do trabalho manual e da terra, que, no Brasil, em conseqüência do regime escravocrata, era considerado degradante. Pouco a pouco o imigrante deixava de ser considerado um "escravo branco" porque trabalhava a terra. À medida que se verificava a ascensão social do colono assalariado, a idéia de que o trabalho da terra era desonroso desaparecia, principalmente porque certo número de colonos das fazendas de café conseguiu, depois, destacar-se em vários setores econômicos ou na própria lavoura, ou na indústria, ou no comércio. A atitude com relação ao trabalho da mulher também sofreu modificações. Enquanto, antes, as mulheres livres só raramente saíam do setor doméstico e praticamente nunca foram colaboradoras no trabalho da lavoura, as italianas contribuíam com seu trabalho na roça, principalmente por ocasião da colheita. O trabalho feminino ficou assim enquadrado dentro das atividades produtivas. Não se deve esquecer que também as crianças contribuíam com seu trabalho tanto nas pequenas roças de mantimentos, como no cafezal, sobretudo na colheita. Os que visitavam as colônias de italianos ficavam impressionados com o número de crianças aí existente, em contraste com o que se dava onde predominava o

escravo. As condições em que foi realizada a imigração explica o grande número de filhos dos italianos que tinham necessidade de mais braços para aumentar suas rendas.

Se São Paulo tanto progredia graças à imigração italiana, esta não deixava de ter repercussões favoráveis para o país de origem dos colonos. Primeiramente desaparecia parte da mão-de-obra desempregada. Além disso, muitos colonos tentaram enviar para os familiares, no Reino, o produto de suas economias. Graças ao estabelecimento de tão grande número de italianos e devido à melhoria gradativa de seu padrão de vida, a península encontrou aqui bom mercado consumidor, aumentando as suas exportações para Santos.

CAPÍTULO VII

O PROGRESSO ECONÔMICO E O TRABALHADOR LIVRE

1. INTRÓITO

ESTE estudo destina-se a descrever o modo pelo qual o trabalhador livre surge na sociedade brasileira, na segunda metade do século XIX. Para isso, examinam-se as condições econômicas e sociais, no âmbito das quais aquele fato adquire toda a sua significação.

A abolição e o próprio abolicionismo explicam apenas parcialmente a transformação do escravo em trabalhador livre. Os processos econômicos e sociais responsáveis pela expulsão do escravo da esfera dos meios de produção são os mesmos que provocam o afluxo de imigrantes e, em menor escala, o deslocamento de caboclos e roceiros para as fazendas de café e os núcleos urbanos.

Ao apanhar o modo pelo qual a mão-de-obra se insere no processo produtivo, nas condições reais da economia nacional, explicam-se as transformações responsáveis pelas modificações na composição e na estrutura da camada dos trabalhadores agrícolas, artesanais e fabris. Nesse quadro, o imigrante e o escravo são vistos como trabalhadores, isto é, produtores de valor. Em particular, a imigração e a abolição aparecem como manifestações do processo mais amplo de formação do mercado de mão-de-obra baseado no trabalhador livre.

2. CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO

Dentre os acontecimentos importantes à explicação da sociedade brasileira, durante o século XIX, destacam-se o intercâmbio econômico com a Inglaterra e, internamente, a organização escravocrata do trabalho pro-

dutivo. No plano internacional, o Brasil é fornecedor de café, açúcar, fumo, couros e peles, erva-mate, arroz, cacau, madeiras, borracha, de cujo comércio obtém os recursos para a manutenção da administração pública, a criação de novos serviços, o estímulo à iniciativa privada etc. No plano interno, a produção e a sociedade estão organizadas com base na escravatura. Em outras palavras, a sociedade brasileira está apoiada numa economia produtora de mercadorias para o mercado internacional, com fundamento na utilização predominante do trabalhador escravizado. Essa é uma contradição que se tornará progressivamente insuportável, até a sua superação.

Em teoria, os processos racionais do modo capitalista de produção tendem a tornar-se incompatíveis com a condição escrava do trabalhador. Ou, melhor, na empresa nacional de então, como em qualquer empresa capitalista ou tendente a esse padrão, a participação da mão-de-obra precisa conformar-se às exigências da produção de lucro. Isso exige larga flexibilidade na ordenação dos "fatores" e, em conseqüência, na organização do empreendimento. Isto é, o capital, a terra, a técnica e a mão-de-obra precisam ser combinados em função das flutuações ou exigências da oferta e da procura. No regime de mercado, a empresa deve ajustar-se, tão pronto quanto possível, seja à oferta dos fatores, seja à procura de mercadorias, isto é, de produtos acabados. Por isso, os processos típicos do sistema capitalista impõem que todos os fatores, inclusive a mão-de-obra, se conformem progressivamente à racionalidade inerente à produção do lucro. Nesse sentido, a transformação do trabalhador escravo em trabalhador livre é uma necessidade; o trabalhador deixa de ser meio de produção.

Entretanto, enquanto essa contradição não se resolve, estará galvanizando acontecimentos importantes. Tanto no plano da estrutura econômica como no da vida social e política, essa condição da existência nacional está presente. A formação do capitalismo no Brasil apresenta várias crises de profundidade. A crise provocada pela necessidade de transformar o trabalhador escravo em trabalhador livre é uma das mais importantes. Mesmo depois da abolição, várias décadas depois, a sociedade brasileira ainda manifestará as conseqüências das tensões e lutas decorrentes da referida contradição. Alguns dos estigmas que cercam a existência do negro livre, após a abolição, originaram-se na comoção nacional provocada pela necessidade de romper aquele antagonismo.

Não há dúvida de que outros aspectos também são importantes para explicar o caráter da sociedade brasileira nas últimas décadas do século XIX. Os estudiosos costumam destacar os seguintes: as repercussões da

Guerra do Paraguai na sociedade nacional, nos planos econômico, político e social; o aparecimento do "exército deliberante" no quadro da política nacional; a expansão acelerada da cafeicultura, tornando-se o setor dominante na economia brasileira; os surtos iniciais de produção artesanal e fabril; o abolicionismo e a abolição; a imigração européia, desdobrada nas colônias do Brasil Meridional e na política de "braços para a lavoura cafeeira do Oeste paulista"; o movimento republicano e a queda da Monarquia, pela ação conjugada de civis e militares. Esses acontecimentos podem contribuir para elucidar a fisionomia da sociedade brasileira na época, desde que convenientemente conjugados. E essa integração depende de uma concepção estrutural do processo histórico.

Para conjugar esses acontecimentos e processos, precisamos considerar que a nação estava ingressando em novo ciclo de desenvolvimento econômico-social. Ao expandir-se a cafeicultura como atividade dominante, verificam-se a prosperidade geral e a manutenção dos vínculos com a Inglaterra. Ao mesmo tempo, ocorrem modificações econômicas e sociais internas importantes. Em poucas palavras, a fisionomia da sociedade nacional passa a ser determinada pela predominância da cafeicultura. É uma atividade econômica que mantém a sociedade na dependência de centros comerciais, financeiros e culturais externos. Convém sublinhar que o singular nessa relação é que a mercadoria produzida no Brasil somente adquire sua plena existência de mercadoria no exterior, no comércio com a Inglaterra. Essa é uma determinação essencial à compreensão da sociedade brasileira em suas esferas fundamentais. Portanto, para explicar as configurações da sociedade nacional, nas últimas décadas do século XIX, é necessário considerar que a nação foi dominada pela cafeicultura, dependia decisivamente dos vínculos econômicos externos e estava organizada com base na escravatura. Em outros termos, a forma pela qual o trabalhador escravo estava inserido no processo produtivo capitalista (tomando inclusive as relações externas do país) conferia um caráter singular à civilização brasileira, em suas criações e contradições.

3. TRANSFORMAÇÕES DA ESTRUTURA ECONÔMICO-SOCIAL

A economia brasileira prosperou durante toda a segunda metade do século XIX. Esse desenvolvimento deveu-se ao progresso continuado da cafeicultura, caminhando pela Baixada Fluminense, o vale do Paraíba e o

Oeste paulista. Deveu-se também aos surtos de prosperidade, de duração variável, ocorridos com a cana-de-açúcar, o algodão, a borracha etc. Em concomitância, verifica-se a diversificação paulatina da economia nacional e do próprio sistema social.

Essa expansão econômica reflete-se significativamente na evolução do valor do comércio exterior. Conforme se observa no quadro a seguir, o valor da exportação nacional, em libras esterlinas, cresceu cerca de 200% entre 1851-1860 e 1891-1900.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL.
1821-1900 – Em ££ 1.000 ouro

Decênios	*Exportação*	*Importação*
1821-1830	39.097	42.504
1831-1840	45.205	54.291
1841-1850	54.680	60.999
1851-1860	102.007	115.280
1861-1870	149.433	131.866
1871-1880	199.685	164.929
1881-1890	220.725	192.361
1891-1900	291.017	252.817

Fonte: Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, 3ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1953, p. 328.

Uma parte desse valor reverterá em aplicações na agricultura, especialmente na cafeicultura. Outras parcelas reverterão para atividades novas, não agrícolas. À medida que cresce a renda nacional, desenvolvem-se o comércio de produtos manufaturados, a produção artesanal e fabril e o setor de serviços. Inicia-se o ciclo de industrialização relacionado aos gêneros de consumo diário, bem como tecidos, chapéus etc.

A expansão econômica faz-se acompanhar, pois, de uma diferenciação crescente do sistema econômico-social. "A segunda metade do século XIX assinala o momento de maior transformação econômica na história brasileira." No decênio posterior a 1850, segundo mostra Caio Prado Júnior, fundam-se "62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e, finalmente, 8 estradas de ferro". Começa a configurar-se uma estrutura econômica diferenciada.

Em escala ainda bastante reduzida, uma parte do excedente econômico gerado na agricultura exportadora é retida e aplicada no país. Pouco a pouco multiplicam-se as unidades fabris, geralmente de pequeno porte. Há períodos em que as aplicações de capital no setor manufatureiro são elevadas, relativamente aos investimentos ocorridos em épocas anteriores e em comparação com as outras inversões. O quadro seguinte permite localizar a ocasião do primeiro surto industrial no Brasil.

ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS

Período de fundação	*Percentagem do capital empregado*
antes de 1849	1,4
de 1850 a 1854	0,2
" 1855 a 1859	0 2
" 1860 a 1864	0,4
" 1865 a 1869	0,6
" 1870 a 1874	2,3
" 1875 a 1879	1,3
" 1880 a 1884	3,2
" 1885 a 1889	11,2
" 1890 a 1894	11,8
" 1895 a 1899	5,0
" 1900 a 1904	6,0
" 1905 a 1909	12,4
" 1910 a 1914	18,5
" 1915 a 1919	24,2
desconhecido	1,3
Total	100,0

Fonte: *Recenseamento do Brasil*, 1920, V (1ª parte), 1/XX, Rio, 1927. Citado por J. F. Normano, *Evolução Econômica do Brasil*, trad. de Teodoro Quartim Barbosa e outros, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1945, p. 133.

É óbvio que esse desenvolvimento econômico ocasiona a progressiva diferenciação das ocupações e das relações sociais. À medida que se expandem os setores manufatureiro e de serviços, em concomitância com o crescimento do capital gerado na agricultura, multiplicam-se as ocupações e a sua diferenciação qualitativa. A morfologia do sistema ocupacional pode ser observada no quadro transcrito a seguir.

POPULAÇÃO DO BRASIL, POR PROFISSÕES, EM 1872

Profissões	*Total*	*Números relativos*
Profissões liberais:		
Religiosos: Seculares	2.225	0,22
Regulares	393	0,04
Juristas: Juízes	968	0,10
Advogados	1.674	0,17
Notários e escrivães	1.493	0,15
Procuradores	1.204	0,12
Oficiais de justiça	1.619	0,16
Médicos	1.729	0,17
Cirurgiões	238	0,02
Farmacêuticos	1.392	0,14
Parteiros	1.197	0,12
Professores e homens de letras	3.525	0,36
Empregados públicos	10.710	1,08
Artistas	41.203	4,15
Militares	27.716	2,79
Marítimos	21.703	2,19
Pescadores	17.742	1,79
Capitalistas e proprietários	31.863	3,21
Profissões industriais e comerciais:		
Manufatureiros e fabricantes	19.366	1,95
Comerciantes, guarda-livros e caixeiros	102.133	10,29
Profissões manuais ou mecânicas:		
Costureiras	506.450	1,00
Operários: Canteiros, calceteiros, mineiros e cavouqueiros	4.332	0,44
Em metais	19.461	1,96
Em madeiras	39.492	3,98
Em tecidos	139.342	14,03
De edificações	20.960	2,11
Em couros e peles	5.627	0,57
Em tinturaria	549	0,06
De vestuários	11.242	1,13
De chapéus	1.930	0,19
De calçado	20.001	2,01
Profissões agrícolas: Lavradores	3.037.466	305,87
Criadores	206.132	20,76
Pessoas assalariadas: Criados e jornaleiros	409.672	41,25
Serviço doméstico	1.045.615	105,29
Sem profissão	4.172.114	420,13
TOTAL[1]	9.930.478	1.000,00

Fonte: *Synopse do recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920*, Diretoria-Geral de Estatística, Typ. da Estatística, Rio de Janeiro, 1926, pp. 198-199.

[1] Não compreendidos 181.583, cujas profissões não constam dos quadros gerais.

Está em andamento a divisão do trabalho, no plano das unidades produtivas (agrícolas, comerciais, artesanais, fabris e de serviços) e nas organizações públicas (federais, provinciais e municipais). Em conseqüência, o referido processo manifesta-se também no plano da sociedade como um todo. A diferenciação do sistema produtivo e do sistema social é processo concomitante. Aliás, a amplitude alcançada pelo processo de divisão do trabalho aparece claramente no crescimento da população ocupada na administração e nas profissões liberais, aqui neste quadro:

POPULAÇÃO DO BRASIL, SEGUNDO AS PROFISSÕES

Especificação	*População de fato*	
	1/8/1872	*31/12/1900*
Produção, transformação, circulação e distribuição	4.583.600	6.802.749
Administração e profissões liberais	97.286	157.249
Outras categorias	5.431.175	10.358.558

Fonte: IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1948, p. 23.

Os ambientes urbanos diferenciam-se acentuadamente, seja no âmbito interno, seja com referência à sociedade agrária. A cidade ganha estatuto diferente do campo. A cultura urbana adquire fisionomia própria. Nesse ambiente, verifica-se o progresso da cultura política, artística e científica. Os problemas e as reflexões que formam o fulcro das obras de Tavares Bastos e Joaquim Nabuco, por exemplo, denotam um novo universo civilizatório. As novas condições de existência social, com suas contradições e dilemas, aparecem nas reflexões desses e outros intelectuais. O desenvolvimento econômico-social acelerado, em curso durante a segunda metade do século XIX, impôs tarefas novas àqueles que Oliveira Vianna denominou "elite dos letrados". Na verdade, essa "elite" enfrentou problemas fundamentais. As suas técnicas de ação e os seus recursos intelectuais é que nem sempre foram satisfatórios.

À medida que um sistema social progride, criam-se e multiplicam-se as carências. Ao mesmo tempo que o progresso implica uma acumulação de riqueza e a elevação do nível de vida (para certos grupos sociais ou para a sociedade como um todo, conforme o caso), o desenvolvimento gera tensões e novas necessidades. Aumenta o interesse pela vida intelectual, a necessidade de tecnologia, a precisão de capital, a "fome de braços" etc.

Durante a segunda metade do século XIX, em concomitância com o desenvolvimento econômico-social, ocorre uma verdadeira escassez de braços. Exatamente na época em que a sociedade nacional ingressa num ciclo de expansão acelerada, entra em colapso o fornecimento de escravos. "Pela metade do século XIX, a força de trabalho da economia brasileira estava basicamente constituída por uma massa de escravos que talvez não alcançasse dois milhões de indivíduos. Qualquer empreendimento que se pretendesse realizar teria de chocar-se com a inelasticidade da oferta de trabalho."[2] Em face da procura crescente de trabalhadores, especialmente para a cafeicultura, a escravaria disponível no país não só era insuficiente, como reduzia-se numericamente. "O primeiro censo demográfico, realizado em 1872, indica que nesse ano existiam no Brasil aproximadamente 1,5 milhão de escravos. Tendo em conta que o número de escravos, no começo do século, era de algo mais de um milhão, e que nos primeiros 50 anos do século XIX se importou muito provavelmente mais de meio milhão, deduz-se que a taxa de mortalidade era superior à de natalidade".[3] Além disso, a escravidão estava condenada técnica e moralmente.

No plano técnico, o regime escravocrata estava condenado pelas razões apontadas no primeiro item deste estudo. O regime representava um obstáculo à expansão da racionalidade indispensável à aceleração da produção de lucro. Como a economia nacional estava organizada para produzir mercadorias, isto é, lucro, a empresa exigia renovação contínua, tanto em sua organização geral como no planejamento da utilização dos fatores. Por isso, impõe-se a transformação do escravo em trabalhador livre, daquele que é *meio de produção em assalariado*. Em outras palavras, a mão-de-obra, simplesmente, transforma-se em força de trabalho, no sentido de fator adequado à produção de lucro. Ao transformar o escravo em trabalhador livre, o que ocorre é a libertação da empresa dos ônus da propriedade de um "fator" que agora só interessa pela sua capacidade de produzir valor. A libertação do escravo é o processo pelo qual se dá um avanço na constituição das condições racionais indispensáveis à produção crescente de lucro. Somente quando o trabalhador é livre sua força de trabalho ganha a condição efetiva de mercadoria. E, como tal, ela pode ser comprada segundo as necessidades da empresa, isto é, da produção de lucro. Este é o sentido essencial da abolição. As transformações da

[2] Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1959, p. 141.
[3] *Ibidem*, p. 141.

estrutura econômica impuseram a libertação do escravo. É com a separação completa entre o trabalhador e os meios de produção que se estabelece uma condição básica à entrada da economia nacional no ciclo da industrialização.

No plano moral, a escravidão estava condenada por contradições insuportáveis para os agentes da situação e para os grupos sociais identificados com a civilização urbana florescente. O princípio da igualdade dos homens perante Deus precisava ser instaurado também na esfera do comportamento efetivo das pessoas. Os subterfúgios utilizados pelos senhores de escravos, até meados do século XIX já se haviam tornado gastos e insustentáveis. O próprio clero e o exército não estavam mais dispostos a dar cobertura a uma instituição condenada moral e politicamente. Além do mais, para que a mão-de-obra adquirisse o caráter de mercadoria, de força de trabalho, na acepção técnica do termo, era indispensável que o princípio da igualdade dos homens perante Deus fosse instaurado no seio dos homens. A igualdade dos homens perante a lei é um princípio do contrato sem o qual não se instalara a ordem democrática. O trabalhador só é livre quando é livre de oferecer a sua força de trabalho no mercado. Os consumidores de força de trabalho precisam dispor da possibilidade de comprá-la segundo as necessidades do empreendimento econômico. Por isso, impôs-se a humanização do escravo, isto é, a sua libertação. O percurso entre o escravo e o cidadão será ininteligível se não passar pela mercantilização da força de trabalho.

É óbvio que as razões técnicas e morais da abolição do regime escravocrata conduzem à imigração e à arregimentação de trabalhadores nacionais dispersos em núcleos de economia de subsistência incrustados e adjacentes às áreas mercantilizadas. Mas essas razões não aparecem de modo claro na consciência do administrador e do fazendeiro. Os interesses criados, cristalizados nas unidades agrícolas, perturbam a adequação da gerência dos negócios à eficácia dos fatores. O capital investido em escravos, o modo de organização social da produção, elaborado com base na escravatura, e as práticas de mando na fazenda obstavam uma transição rápida. "Incrustando-se no organismo da nação, como um polypo, ahi cresceu, deitou ramificações e acabou por se constituir um órgão e exercitar uma função na nossa economia social: a de agente do trabalho e da producção nacional. N'estas circunstancias, representando o escravo quasi exclusivamente o elemento que tem, de remotíssima data, fornecido os braços para a agricultura, bem é de ver que a sua eliminação, ainda que reclamada por todos os sãos princípios da civilisação contemporânea, não

podia deixar de se operar senão pelos tramites de prolongada crise, tão prolongada quanto era de necessidade resolver a questão por meios graduaes, sem maior perturbação dos grandes interesses vinculados ao odioso regimen."[4] Por esses motivos, a abolição da escravatura era considerada, por uma parte da opinião pública, como um desastre de amplas proporções. Junto com os interesses econômicos, toda uma cultura se havia elaborado com base na organização escravocrata do trabalho produtivo. Por isso se tornara difícil a compreensão dos processos em andamento no interior da sociedade nacional.

4. A CAFEICULTURA E O TRABALHADOR LIVRE

Diante dos problemas criados pela expansão econômica ocorrida durante a segunda metade do século XIX, sobressai a escassez do fator mão-de-obra. O estancamento do tráfico de africanos, a taxa negativa de crescimento vegetativo da população escrava e o desenvolvimento econômico traduzem-se numa efetiva "fome de braços".

Essa situação aparece em toda a sua relevância no âmbito da fazenda de café do Oeste paulista, florescente a partir de meados do século XIX. É inegável que a necessidade de trabalhadores se faz sentir também no setor artesanal e fabril. Todavia, é na cafeicultura, na região pioneira de então, que o fenômeno se apresenta em toda a sua nitidez. Nessa área, a fazenda de café apresenta características de empresa. Há um conjunto de vinculações, inerentes ao caráter mercantil e exportador da economia cafeeira, que impunha o modo capitalista de organização. Dentre os vínculos essenciais à definição da empresa, destacam-se: o progressivo desenvolvimento do intercâmbio com os compradores de café no exterior; a formalização das relações entre a unidade produtora e os comissários e exportadores, devido ao vulto dos negócios, às flutuações do fluxo de capital financeiro e à expansão contínua das plantações; a predominância dessa produção na economia nacional e seus vínculos com os centros consumidores no exterior tornaram a cafeicultura elemento importante nas razões de Estado. Devido ao modo pelo qual esse sistema de relações se desenvolvia, verifica-se crescente racionalização dos negócios no setor do café. É

[4] *A Província de S. Paulo*, Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística, composta dos senhores Dr. Elias Antônio Pacheco e Chaves (presidente) e outros, Leroy King Bookwalter, S. Paulo, 1888, pp. 243-244.

verdade que a racionalidade possível no setor espraiou-se por fases, encontrando às vezes obstáculos muito resistentes.

Paradoxalmente, a racionalização da cafeicultura, tomada como um todo, progrediu da esfera da comercialização para a da produção. Por essa razão, em certos casos, o comissário submeteu o fazendeiro. Em seus desenvolvimentos fundamentais, no entanto, o processo de racionalização inerente à necessidade da produção do lucro impôs-se nos vários níveis da cafeicultura. Por isso, a *fazenda* adquire paulatinamente a fisionomia de empresa. "A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica. A proximidade da capital do país constituía, evidentemente, uma grande vantagem para os dirigentes da economia cafeeira. Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o Governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento político aos interesses de um grupo econômico alcançará sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se a República. O Governo central estava submetido a interesses demasiadamente heterogêneos para responder com a necessária prontidão e eficiência aos chamados dos interesses locais. A descentralização do poder permitirá uma integração ainda mais completa, dos grupos que dirigiam a empresa cafeeira com a maquinaria político-administrativa. Mas não é o fato de que hajam controlado o Governo o que singulariza os homens do café. E sim que hajam utilizado esse controle para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política. É por essa consciência clara de seus próprios interesses que eles se diferenciam de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos.[5] O *fazendeiro* se havia transformado em empresário. Por isso ele estava em condições de encaminhar os seus negócios, segundo padrões racionais, no quadro das possibilidades reais na ocasião.

Nesse contexto, ao mesmo tempo que o empresário procura retardar a abolição (ou deixa que ela se verifique por etapas, como de fato ocorreu), formula toda uma política de mão-de-obra. A "fome de braços" conduziu à política de "braços para a lavoura".

A mobilização dos trabalhadores nacionais, dispersos nas faixas de economia de subsistência, não pôde realizar-se. Ou talvez tenha ocorrido

---

[5] Celso Furtado, *op. cit.*, pp. 139-140.

numa escala muito reduzida, insuficiente para satisfazer à demanda. Os documentos da época não chegam a registrar o fato, tão reduzido deve ter sido esse movimento de trabalhadores. A única região em que havia um estoque significativo de trabalhadores em condições de ser aproveitado no Sul era o Nordeste. Todavia, essa população foi atraída pela expansão crescente da exploração da borracha na Amazônia. Paralelamente ao desenvolvimento da demanda de mão-de-obra na zona do café, cresceu também a demanda na região da borracha. Em conseqüência, a cafeicultura não teve condições para suprir-se no mercado interno. A escravaria deslocada das outras províncias para São Paulo não foi suficiente para atender à procura de braços. Em suma, "a economia de subsistência de maneira geral estava de tal forma dispersa que o recrutamento de mão-de-obra dentro da mesma seria tarefa bastante difícil e exigiria grande mobilização de recursos".[6] Além do mais, os vínculos de tipo patrimonial que prendiam o roceiro ou o caboclo ao dono da terra dificultavam o deslocamento. A relativa estabilidade das suas condições de vida, a acomodação encontrada no plano econômico-social e o caráter do horizonte cultural, inerente à ordem patrimonial, reduziam as possibilidades de movimentação dos trabalhadores potenciais.

Por todas essas razões, impõe-se a imigração estrangeira. Depois de se ventilarem as mais diversas hipóteses (inclusive sobre a imigração chinesa), os cafeicultores e os poderes públicos provinciais e federal passaram a incentivar a imigração européia.

Naturalmente a entrada de trabalhadores europeus e seus familiares não se deveu apenas à atração exercida pelas oportunidades abertas na cafeicultura, no artesanato e na indústria. Em concomitância, nas nações da Europa ocorriam transformações econômicas, sociais e políticas de profundidade, propiciando a liberação de habitantes das zonas agrícolas. A forma pela qual se realizava a industrialização na Itália, na Alemanha, na Rússia, bem como as mudanças sociais e políticas que ocorriam também na Polônia, na Espanha, em Portugal etc., não permitiam a absorção de toda a mão-de-obra disponível ou subempregada. Além disso, a difusão dos ideais e instituições político-democráticos facilitava o deslocamento do cidadão para o exterior. Acresce que os governantes e grupos dominantes nos referidos países compreenderam imediatamente que a emigração de seus concidadãos provocava o afluxo de divisas, em decorrência das remessas dos emigrados para os seus familiares, as igrejas locais

[6] *Ibidem*, p. 146.

e outras instituições. Por essas razões, a imigração européia pôde iniciar-se e crescer.

Para esse fim, constituíram-se muitas sociedades de imigração. Um documento da época, referente à Província de São Paulo, menciona "diferentes sociedades fundadas na capital e em várias outras cidades, tendo por fim não só promover a corrente imigratória como prestar aos imigrantes os auxílios e a proteção de que ordinariamente carecem os recém-chegados à terra estrangeira".[7] Por essa forma, além de outras, entraram no Brasil milhares de trabalhadores. Vejamos uma amostra dos totais anuais de alemães, espanhóis, italianos, portugueses, russos, poloneses e outros entrados no país.

IMIGRANTES ENTRADOS NO BRASIL

Ano	Total
1884	23.574
1885	34.724
1886	32.650
1887	54.932
1888	132.070
1889	65.165
1890	106.819
1891	215.239
1892	85.906
1893	132.589
1894	60.182
1895	164.831
1896	157.423
1897	144.866
1898	76.862
1899	53.610
1900	37.807

Fonte: *Movimento da População: Imigração e Emigração, 1954*, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, 1954, p. 22.

[7] *A Província de S. Paulo*, citada, p. 246.

Em verdade, duas foram as correntes imigratórias estabelecidas nessa época. Os poderes públicos as estimularam direta e indiretamente, em função das pressões oriundas da cafeicultura e outros interesses privados, ou das autoridades provinciais. A corrente colonizadora destinou-se à criação de colônias de povoamento, especialmente no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Em menor escala, criou núcleos em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo etc. Além de orientar-se para o povoamento, esse fluxo imigratório provocou a formação de setores de produção agrícola e, depois, artesanal e fabril. Todavia, esse aspecto da imigração escapa aos interesses deste estudo.

Interessa-nos aqui, em especial, a corrente destinada a prover de mão-de-obra a cafeicultura. Em outro plano, como veremos, as atividades artesanais e fabris também absorvem imigrantes.

Naturalmente a integração de europeus à situação de trabalho na fazenda de café não se deu sem atritos e desajustamentos graves. As *Memórias de um Colono no Brasil*, de Thomas Davatz,[8] é o mais importante documento sobre as condições sociais e culturais das tensões e conflitos verificados em muitas fazendas. Esses obstáculos, todavia, não afetaram a corrente geral nem a significação desse movimento demográfico para a expansão da sociedade nacional. É o que atestam os dados transcritos no quadro anterior. Aliás, as sucessivas flutuações da experiência de uns e outros fizeram evoluir o padrão de contrato de trabalho, até alcançar-se uma acomodação satisfatória.

Em poucas palavras, dois tipos de contrato foram postos em prática nas fazendas de café. De início cria-se o regime de *parceria*. "A exploração agrícola pelo método de parceria repousa na divisão do produto da colheita entre o proprietário da terra e o lavrador que nela trabalha. O primeiro entra com o capital, representado pelas terras, as plantações etc.; o segundo, com seu trabalho, cultivando, limpando a terra, procedendo às colheitas. O lucro líquido, isto é, deduzidas as despesas previamente especificadas, tais como: trabalhos no terreiro, descascamento e limpeza do produto, transporte até o porto, armazenagens, comissões aos corretores, quebras por acidentes, umidade etc., oscilações da cotação e outras, é dividido em partes iguais entre o proprietário das terras e o lavrador".[9]

---

[8] Thomas Davatz, *Memórias de um Colono no Brasil* (1850), trad., prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda, Livraria Martins, São Paulo, 1941.

[9] J. J. von Tschudi, *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Introdução de Afonso de E. Taunay, trad. de Eduardo de Lima Castro, Livraria Martins, S. Paulo, 1953, p. 129. Também Thomas Davatz, *op. cit.*, esp. pp. 233-237.

Pelos riscos e insegurança a que era submetido o colono, esse tipo de contrato foi abandonado. Na prática, o contrato adquiria um caráter leonino. Além disso, o padrão de convivência entre o fazendeiro e o capataz, de um lado, e os colonos e escravos, por outro, tornava a existência dos imigrantes e seus familiares bastante difícil. O padrão escravista de administração e tratamento não deixa de contaminar as relações de trabalho no sistema de parceria, dificultando o ajustamento social do colono. As condições de existência desse melhoraram pouco a pouco, devido à experiência progressivamente acumulada lado a lado e à medida que agoniza a escravatura.

Depois, difunde-se o regime *misto* ou de *assalariado* propriamente dito. "Abandona-se o sistema de parceria adotado anteriormente, e os trabalhadores serão fixados nas fazendas como simples assalariados, isto é, a sua remuneração deixará de ser feita com a divisão do produto, passando a realizar-se com o pagamento de salários. Obviavam-se com isso alguns dos principais inconvenientes do sistema anterior, fazendo desaparecer as dúvidas que sempre surgiam por ocasião da fixação das quotas que cabiam respectivamente ao empregador e ao empregado. Além disso, em vez de preceder a vinda do imigrante com contratos já assinados na Europa, o Governo tomará o assunto a seu cargo, limitando-se a fazer a propaganda nos países imigratórios e pagando o transporte dos imigrantes até o Brasil. Chegando aqui, eles eram distribuídos pelas diferentes fazendas de acordo com as suas necessidades e os pedidos feitos."[10] Esse sistema é condizente com os anseios de realização pessoal e de liberdade que motivaram a saída da comunidade originária. E atende também às exigências estruturais das relações de trabalho. É a forma pela qual se estabelece um mercado de trabalho incipiente no âmbito interno. Como uma parte dos imigrantes é trazida pelos órgãos públicos, esses trabalhadores ficam livres de se oferecer no mercado, conforme as flutuações da demanda. Em verdade, é o mercado de trabalho, com base no trabalhador livre, funcionando nos planos nacional e internacional. Assim, a unidade de produção agrícola ganha mais alguns atributos típicos da empresa propriamente capitalista, abandonando pouco a pouco os padrões patrimoniais de organização da vida econômica e social.

5. INDUSTRIALIZAÇÃO

O volume e a diversidade qualitativa da mão-de-obra exigidos pelo desenvolvimento econômico ocorrido no Brasil, no século XIX, não se explicam apenas pela expansão da cafeicultura. Em certo sentido, todavia, a crescente procura de trabalhadores nos vários setores de produção, além das disponibilidades nacionais, foi provocada pelo crescimento da economia cafeeira. Como setor dominante, plenamente mercantilizado e vinculado ao mercado externo, a cafeicultura adquiriu o caráter de setor dinâmico fundamental. Isso significa que as atividades produtivas em geral, desde que inseridas no setor de mercado, beneficiavam-se dos estímulos provenientes do café. O capital gerado na agricultura, em seu desdobramento em capital comercial e capital financeiro, não se fixava totalmente no exterior. A parcela de capital que se preservava no seio da sociedade nacional, em conseqüência de controles fiscais, aduaneiros etc., transformava-se em poder aquisitivo em vários setores da população, especialmente a urbana. Ou então assumia a forma de poupança suscetível de utilização ostentatória. Em certos casos, dada a demanda crescente e diferenciada de meios de consumo, uma parte do referido capital era canalizada para investimentos em unidades artesanais e fabris. Algumas vezes, o colono das fazendas de café transformava-se em artesão e depois em industrial. Em outros casos, foi o próprio fazendeiro que se interessou pela indústria de tecidos ou outros empreendimentos. Tratava-se de garantir o capital privado das flutuações imprevisíveis da cafeicultura. Os outros setores, ainda que não oferecessem a margem de lucro propiciada pelo café, eram mais estáveis ou flutuavam segundo ciclos diferentes dos da cafeicultura. Acresce, como dado importante neste passo, que uma parte da população urbana não dispunha de recursos, geralmente salários, para consumir as manufaturas importadas. Por isso, as chamadas classes médias impulsionaram, no plano das pressões sociais e políticas, o início do processo de substituição das importações.

Aliás, durante a segunda metade do século XIX, formou-se um amplo movimento em defesa do *trabalho nacional*. O fulcro desse movimento era a reformulação do *livre-cambismo*, em benefício do *protecionismo* alfandegário. "Talvez pareça a muitos espíritos que a propaganda, por nós encetada em favor da indústria nacional, vai até ao ponto de pretendermos que nossos portos sejam trancados às mercadorias estrangeiras, que no paiz encontram similares. Nunca foi esse o nosso fim, nem razoa-

velmente se nos pode emprestar semelhante intenção. Sabemos que algumas das nossas industrias são muito novas, e outras, embora já não estejam nas faxas, não podem comtudo bastar actualmente para supprir todos os mercados do Imperio. O que queremos, a idéa que sustentamos, é que os Poderes publicos nos dêem a mão, que nos prestem um ponto de apoio para bem nos firmarmos e nos retirem sua protecção no dia em que nos acharmos em condições de lutar vantajosamente com a industria estrangeira. Esta protecção que, ha muito tempo, a industria reclama, não significa, segundo nosso modo de vêr, *exclusão* ou *prohibição* de entrada para os productos de outros paizes".[11] Essa campanha, orientada pelo *Industrial*, que a Associação Industrial publicava, exprimia os interesses econômicos diretos dos proprietários de estabelecimentos industriais e artesanais, cuja produção destinava-se a atender aos consumidores que não estavam em condições de adquirir as manufaturas importadas.

Por essas razões os dados relativos à economia nacional, durante a segunda parte do século XIX, referem-se também à produção fabril e artesanal. Os documentos da época registram "estabelecimentos", "fábricas" e "indústrias" destinados a: mineração de ferro, cal, mármore, xisto betuminoso; preparo de gás e óleos minerais; produção de artefatos cerâmicos; oficinas e fundições para artefatos de ferro; preparo de madeira para construções e outros fins, além da fabricação de mobiliário; produção de fósforos, chapéus, papéis, sabão e velas, laticínios, bebidas, bordados, meias, carros. Como assinala Roberto Simonsen, em 1866 a indústria têxtil já era a mais importante do país.[12] Aliás, a evolução das estatísticas de importação de "manufaturas de algodão" indica o progresso da produção de tecidos. A despeito do crescimento demográfico acentuado, devido à entrada de imigrantes e ao crescimento do consumo ocasionado pela expansão dos núcleos urbanos, a importação decresce na seguinte progressão:

[11] O *Trabalho Nacional e seu Adversário*, edição da Bibliotheca da Associação Industrial, Rio de Janeiro, 1881, pp. 161-2.
[12] Roberto C. Simonsen, *A Evolução Industrial do Brasil*, S. Paulo, 1939.

IMPORTAÇÃO DE MANUFATURAS DE ALGODÃO

Anos	*Percentagem s/ importações*
1839/40 – 1843/44	33,8
1870/71 – 1874/75	29,2
1902/1904	12,8

Fonte: Dados compilados por Hélio Schittler Silva, "Tendências e Características do Comércio Exterior do Brasil no Século XIX", *Revista de História da Economia Brasileira*, ano 1, nº 1, São Paulo, 1953, pp. 5-21; esp. p. 9.

Em dimensões modestas, estava iniciado o processo de substituição das importações. Naturalmente as aplicações de capital nos setores não-agrícolas dependiam de condições como as seguintes: a cafeicultura marcava profundamente a economia nacional, como uma economia voltada para fora; o mercado consumidor interno era relativamente modesto, estimulando antes as pequenas e médias unidades que as grandes; o controle que os cafeicultores mantinham sobre os órgãos públicos e as instituições bancárias etc.; a reduzida experiência empresarial aproveitável nas inversões fabris; o prestígio social e, muitas vezes, os preços relativamente vantajosos das importações. Todavia, uma industrialização incipiente se havia iniciado. "Depois de seus modestos princípios, a indústria brasileira terá seu primeiro surto apreciável no último decênio do Império (1880-89), coincidindo com esta fase já assinalada de geral recrudescimento das atividades do país. O número de estabelecimentos industriais, de pouco mais de 200 em 1881, ascende no último ano da Monarquia para mais de 600. O capital investido sobe então a 400 mil contos (cerca de 25 milhões de libras), sendo 60% na indústria têxtil; 15% na de alimentação; 10% na de produtos químicos e análogos; 4% na indústria de madeiras; 3,5% na de vestuário e objetos de toucador; 3% na metalurgia".[13] Em conseqüência, aumenta a demanda geral de trabalhadores para os setores secundários (fabril, artesanal, mineração) e terciário (transportes, comunicações, serviços públicos, profissões liberais).

Essa é a época em que a *cidade* começa a suplantar o *campo*, como universo civilizatório diferente. Aliás, é nessa ocasião que se instaura efetivamente o conflito entre a cidade e o campo no Brasil. As campanhas de opinião pública realizadas nesses tempos simbolizam as tensões crescentes

[13] Caio Prado Júnior, *op. cit.*, p. 265.

entre o mundo agrário e o mundo urbano em formação. Em certos casos, implicam uma reformulação das relações entre ambos. Essa é a fase da história nacional em que se desenvolvem os debates relacionados aos seguintes problemas: abolição da escravatura, imigração colonizadora e de "braços", livre-cambismo e protecionismo à indústria nascente, a República e a Federação, a grande nacionalização, a separação entre a Igreja e o Estado. Esses são temas da civilização urbana. "Atrahir a colonisação espontanea, desenvolver as vias-ferras, igualar os estrangeiros naturalisados aos nacionaes pela homogeneidade de direitos e deveres, dar incremento ao trabalho do paiz por meio de bem entendida protecção, regular o nosso systema tributario estabelecendo claramente as linhas divisorias das atribuições do Governo geral e das assembléas das provincias, taes são as momentosas questões que com tanta proficiencia o *Jornal do Commercio*, o *Cruzeiro*, o *Globo* e a *Provincia de S. Paulo* têm tratado ultimamente".[14] Nesse ambiente de preocupações fundamentais ao progresso da sociedade nacional, sobressai a campanha pelo incentivo à imigração. Compreendia-se perfeitamente que a economia brasileira estava em jogo naquele momento. "Promover a immigração é abrir de par em par as portas de um paiz novo como o nosso a todos os bons elementos de trabalho, quer para a agricultura, quer para a industria, para as artes, enfim para as multiplas fórmas de actividade humana".[15] A partir de certa época, pois a diferenciação do sistema econômico e a expansão da civilização urbana ocorreram em concomitância, dinamizando-se reciprocamente.

Foi ainda nessa época que se realizou a redefinição social do trabalho produtivo. Em vários planos, e no seio da própria campanha abolicionista, o trabalho braçal, em suas diferentes gradações, precisou ser redefinido. "As profissões do trabalho carecem de força moral, têm uma tal quebra de bastardia, um tal vício de origem que mesmo certos espíritos cultos, que têm responsabilidade moral e certa ascendência sobre a opinião pública, não se têm podido emancipar do prejuízo de considerá-las como funções secundárias, exercidas por órgãos inferiores do corpo social. Tal é a força e o enraizamento do preconceito! Funesta conseqüência do triste regime da escravidão em que por largos anos temos vivido, o aviltamento do trabalho, o envilecimento das carreiras industriais, têm sido por sua vez uma das

[14] O *Trabalho Nacional*, citada, p. 172.

[15] Alfredo d'Escragnolle Taunay, "O Programa da Sociedade Central de Imigração", apresentado em setembro de 1886, transcrito em apêndice da obra de Louis Couty, *Pequena Propriedade e Immigração Europea*, Imprensa Nacional, Rio, 1887, pp. 103-140; citação da p. 109.

causas do desequilíbrio, que entre nós existe entre as diversas funções de nosso organismo".[16] A diferenciação crescente do sistema econômico, ou seja, o progresso da divisão do trabalho, dependia da reformulação dos valores e padrões culturais relacionados às atividades produtivas e ao próprio trabalho produtivo. As atividades não agrícolas, bem como estas, precisavam adquirir atributos positivos. A abolição definitiva da escravatura impunha a elaboração de outras expectativas e avaliações sociais sobre alguns aspectos básicos do sistema econômico-social em formação.

Sem que houvesse uma redefinição do significado moral do trabalho braçal, a condição do imigrante seria ainda mais penosa. Tanto na agricultura como nas outras atividades, o imigrante estava interessado na reavaliação social do trabalho produtivo. Este é o sentido cultural subjacente ao conflito registrado por Thomas Davatz.

Em parte, a absorção dos imigrantes nas atividades fabris e artesanais foi mais fácil. Por um lado, elas estavam sendo iniciadas então, o que facilitava o engajamento do imigrante como trabalhador ou como proprietário. Por outro, e em conseqüência de estar em seus primórdios, essas atividades encontravam-se identificadas em menor grau com o trabalhador escravizado, ou seja, nas fábricas e estabelecimentos artesanais, o trabalho produtivo foi mais facilmente dignificado socialmente.

A absorção do imigrante nas atividades referidas acima foi ampla, provocando tensões com os nacionais, especialmente os ex-escravos e seus descendentes. Mesmo depois da abolição da escravatura, ocorrida em 1888, as empresas continuaram a empregar preferencialmente os imigrantes e seus descendentes. Muitas vezes, os empresários ou proprietários de oficinas são co-nacionais dos empregados que selecionam. "Os negros e os mulatos ficaram à margem ou se viram excluídos da prosperidade geral, bem como de seus proventos políticos, porque não tinham condições para entrar nesse jogo e sustentar as suas regras. Em conseqüência, *viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela.* Constituíam uma congérie social, dispersa pelos bairros, e só partilhavam em comum uma existência árdua, obscura e muitas vezes deletéria. Nessa situação, agravou-se, em lugar de corrigir-se, o estado de anomia social transplantado do cativeiro".[17] A experiência social diversa, os horizontes

[16] Tarquínio de Sousa Filho, *O Ensino Technico no Brasil*, Coleção Livros de Propaganda da Sociedade Central de Immigração, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1887, pp. 51-2.
[17] Florestan Fernandes, *A Integração do Negro à Sociedade de Classes*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, S. Paulo, 1964, p. 82.

culturais diferentes, colocaram os negros e mulatos em desvantagem em face dos imigrantes. Em conseqüência, a estrutura do operariado incipiente constitui-se permeado pelo preconceito de cor e o etnocentrismo.

Um acontecimento importante na caracterização da situação do imigrante, como trabalhador assalariado e como empresário, foi a *grande naturalização*. Essa medida, preconizada por uma corrente da opinião pública e posta em prática pela Constituição de 1891, conferia ao imigrado a condição jurídica e política de cidadão. "São cidadãos brasileiros: os estrangeiros que, achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararam, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem."[18] Em verdade, a naturalização geral apressou a criação do mercado de mão-de-obra, na medida em que permite que todos os trabalhadores (negros ou brancos, nacionais ou estrangeiros) se apresentem na mesma condição de cidadãos. Estava em curso a formalização do mercado de trabalho, processo esse a ser complementado por uma legislação trabalhista especial.

6. LIBERDADE E TRABALHO

A contradição estrutural inerente à produção de mercadorias para o mercado capitalista mundial, com base na atividade do trabalhador escravizado, torna-se insuportável à sociedade brasileira durante o século XIX. Em especial, a partir de meados do século revela-se a necessidade de superar-se essa situação. Muitos acontecimentos sociais e políticos, a partir de 1850, explicam-se pela tomada de consciência, agravamento e superação dessa contradição.

Entretanto, nos vários séculos anteriores manteve-se o convívio entre *mercadoria* e *escravo*. Durante o período colonial, o produto da atividade do trabalhador escravizado – índio, negro ou mulato – foi comerciado no mercado internacional.

Portanto, cabe perguntar: por que na época do Brasil-colônia a referida oposição não se desenvolveu? Ou, então, por que essa contradição somente se tornou insuportável e foi superada durante a segunda metade do século XIX? À primeira questão não podemos responder agora. O seu esclarecimento depende de uma análise especial do modo pelo qual se

[18] *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, 24 de fevereiro de 1891, art. 69, § 4º.

organizava a estrutura econômico-social. Em parte, ela será elucidada indiretamente, ao respondermos à segunda questão, focalizada a seguir.

A partir de meados do século a contradição entre mercadoria e escravo se torna insustentável, pelas razões que se seguem. Em um plano mais geral, o escravo é um trabalhador cuja atividade se organiza segundo um padrão de racionalidade próprio do regime de produção mercantil. No regime escravocrata, nos termos em que ele se organizou no Brasil, o escravo aparece na condição de meio de produção. A maneira pela qual ele é incorporado na estrutura do empreendimento, ao lado da terra, da tecnologia, da matéria-prima, dá-lhe o caráter de um entre outros meios de produção. O escravo é comprado, alugado, emprestado, dado de presente ou vendido, como *coisa* ou como *semovente*. "O escravo subordinado ao *poder* do senhor, e além disto equiparado às *cousas* por uma ficção da lei enquanto sujeito ao *domínio* de outrem, constituído assim objeto de propriedade, *não tem personalidade, estado. É pois privado de toda a capacidade civil.*"[19] Entretanto, enquanto capital aplicado, a sua vida produtiva está sujeita à fuga, à doença, à incapacidade temporária ou permanente, à morte. Isso significa que, enquanto meio de produção, o valor do escravo é suscetível de flutuações bruscas, inclusive reduzindo-se a zero. Em outros termos, num momento o escravo representa a aplicação de uma soma relativamente elevada de capital, tendo-se em vista que corresponde a uma inversão para vários anos. Ao passo que no instante seguinte pode corresponder a uma perda total. "Imensos cabedais saem anualmente deste Império para a África; e imensos cabedais se amortizam dentro deste vasto País, pela compra de escravos, que morrem, adoecem, e se inutilizam e demais pouco trabalham".[20]

Portanto, o capital investido em escravos está sujeito a riscos muito maiores que aqueles aos quais estão expostos a terra, as máquinas e ferramentas, o gado de tração etc. Em suma, o padrão de racionalidade possível e necessário na empresa produtora de café, por exemplo, está prejudicado pelas flutuações imprevistas, às quais está exposto o escravo.

Em um plano mais particular, na situação em que a sociedade brasileira se encontrou a partir de meados do século XIX, o escravo se torna,

---

[19] Agostinho Marques Perdigão Malheiro, *A Escravidão no Brasil* (Ensaio Histórico-Jurídico-Social), 2 tomos, Edições Cultura, São Paulo, 1944, tomo I, p. 53. A primeira edição dessa obra é de 1866.

[20] José Bonifácio de Andrada e Silva, "Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura", transcrita por Octavio Tarquinio de Sousa, *José Bonifácio*, Livraria Martins, São Paulo, 1944, pp. 39-66; citação da p. 45.

cada vez mais, um "fator" sujeito a riscos imprevisíveis. À medida que se diversificava internamente o sistema econômico, quando o capital encontrava novas aplicações lucrativas, o escravo se tornava um elemento de eficácia relativa reduzida ou discutível. À medida que a economia de mercado se desenvolve internamente, com a gênese de um setor artesanal e fabril, além da expansão e diferenciação do setor de serviços, instauram-se mais ampla e profundamente os valores fundamentais da cultura capitalista, tais como: propriedade privada, como forma concreta de capital; lucro, como função dos fatores e da direção dos empreendimentos; salário, como remuneração da mão-de-obra efetivamente utilizada na produção; previsão dos negócios, complementaridade das atividades econômicas, integração produtiva e ótima dos fatores da produção; crises e flutuações específicas de cada setor ou ramo.

Além disso, os agentes da situação, em especial os proprietários de oficinas artesanais e de fábricas, surgidas em decorrência dos estímulos diretos e indiretos da cafeicultura, compreendem que a produção guarda uma relação funcional com o consumo, que é um dos seus limites. Portanto, ao mesmo tempo em que desejam a expansão dos seus negócios, mediante o protecionismo alfandegário, por exemplo, almejam a transformação do escravo em trabalhador livre. Compreendem que o trabalhador livre é consumidor potencial ou efetivo, como o funcionalismo civil e militar. Em conseqüência, os interesses reais dos setores não agrícolas estão na base das razões humanitárias que alimentam o abolicionismo. Esse é um dos motivos pelos quais as consciências acomodadas de ontem (seja o clérigo ou o militar, seja o profissional liberal ou o funcionário, o jornalista ou o político) manifestam inconformismo diante da situação presente do escravo. Muitas vezes os mesmos grupos sociais estão realizando movimentos de opinião pública sobre a reorganização do ensino, as vantagens do regime republicano, a conveniência de separar a Igreja do Estado etc.

Além do mais, a escravidão se torna moralmente condenada. Isto é, instaura-se, no plano da consciência social, a contradição entre os valores cristãos e a existência real do escravo. Esses e outros dilemas da sociedade, nessa época, surgem nas penetrantes reflexões de Joaquim Nabuco. "O que esse regime representa já o sabemos. Moralmente é a destruição de todos os princípios e fundamentos da moralidade religiosa ou positiva – a família, a propriedade, a solidariedade social, a aspiração humanitária: politicamente, é o servilismo, a degradação do povo, a doença do funcionalismo, o enfraquecimento do amor à pátria, a divisão do interior em feudos, cada um com o seu regime penal, o seu sistema de provas, a sua

inviolabilidade perante a polícia e a justiça; econômica e socialmente, é o bem-estar transitório de uma classe única, essa decadente e sempre renovada; a eliminação do capital produzido, pela compra de escravos; a paralisação de cada energia individual para o trabalho na população nacional; o fechamento dos nossos portos a imigrantes que buscam a América do Sul; a importância social do dinheiro, seja como for adquirido; o desprezo por todos os que por escrúpulos se inutilizam ou atrasam numa luta de ambições materiais; a venda dos títulos de nobreza; a desmoralização da autoridade desde a mais alta até à mais baixa; a impossibilidade de surgirem individualidades dignas de dirigir o país para melhores destinos, porque o povo não sustenta os que o defendem, não é leal aos que se sacrificam por ele..."[21] Na aparência, a referida contradição é uma expressão ideológica da outra, configurada no antagonismo entre a mercadoria e o escravo. No entanto, ela não é apenas isso.

A condenação moral da escravidão decorre, em boa parte, da formação de uma cultura urbana no Brasil. Na época das primeiras manifestações da civilização urbana no país, estabeleceram-se as bases preliminares do debate democrático, da liberdade, da afirmação do homem como valor fundamental etc. "O que caracteriza o homem é o livre arbitrio e o sentimento da responsabilidade que lhe corresponde." Em verdade, "o progresso social está na razão da expansão das forças individuais".[22] O refinamento da consciência da possibilidade – e da necessidade – de renovação dos valores e padrões culturais que organizam as relações sociais na cidade é um componente da civilização urbana. Em conseqüência, a escravização do trabalhador foi condenada em vários planos. A cultura européia em que se funda a civilização urbana no Brasil de então, a despeito das distorções já apontadas pelos estudiosos do referido período, não pode prescindir da afirmação da liberdade e da igualdade dos cidadãos perante a lei. Nesse sentido, a derrubada da Monarquia, no caso do Brasil, foi um passo adiante no processo de instauração da democracia.

Acresce, ainda, que as contradições entre a mercadoria e o escravo, e entre a noção de igualdade dos homens perante Deus e a lei e a existência real do escravo, dizem respeito a um componente essencial do sistema capitalista de produção. Trata-se do valor de troca. O valor de troca é um

[21] Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, Instituto Progresso Editorial, São Paulo, 1949, pp. 208-9.

[22] Tavares Bastos, *A Provincia*, 2ª ed., Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937, pp. 18-9. A primeira edição dessa obra é de 1870.

alvo fundamental da produção mercantil. É no processo de realização do produto do trabalho, enquanto valor de troca, que se dá a realização do lucro, que é o alvo do fazendeiro ou do empresário. Por isso, ampliar a produção de mercadorias, com base no trabalhador livre, é ampliar a margem de lucro possível. Ao compreender que o lucro não é apenas função da barganha no mercado, mas também dos custos, e que esses podem ser controlados e reduzidos pela organização mais ou menos racional da empresa ou da fazenda, evidencia-se ao empresário que já não é mais "negócio" comprar escravos. Torna-se óbvio que é preferível operar com o trabalhador livre, colono ou assalariado, cuja remuneração (ou margem de apropriação avaliada monetariamente) é função do produto da força de trabalho.

Por essas razões, torna-se possível e necessário redefinir social e moralmente o trabalho produtivo, as relações de produção e, em conseqüência, o próprio *status* jurídico do trabalhador. A dignificação das atividades braçais ocorre, durante a segunda metade do século XIX, em concomitância com o abolicionismo e a imigração, a modernização da cafeicultura e o primeiro surto de criação de unidades fabris. É o processo ideológico através do qual se rompe, ao mesmo tempo, a contradição entre a mercadoria e o escravo, entre o princípio da igualdade e da liberdade e a escravidão.

CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES

LIVRO TERCEIRO

CAPÍTULO I

O PENSAMENTO BRASILEIRO SOB O IMPÉRIO

A importação de idéias

O QUE a sucessiva importação de idéias e de doutrinas filosóficas que fizemos ao longo do século XIX revela, entre outros aspectos singulares, é uma curiosa contradição na atitude de alguns, aliás poucos, representantes de nossas elites intelectuais que se interessaram por essas idéias e doutrinas.

A extravagante ilusão de se julgarem o que não eram – o *bovarysmo* dominou durante muito tempo a nossa inteligência – inclinava-os para orientações doutrinárias nascidas de situações estranhas, bem diversas daquela que realmente os rodeava. Autodidatas, esses intelectuais foram mais sensíveis ao *filosofismo* erudito e livresco que ao espírito da filosofia e ao que ele, a nosso ver, largamente significa.

Presos ao feitiço do *transoceanismo* a que aludia Capistrano de Abreu, mostraram-se, de preferência, glosadores do pensamento europeu, deixando, desse modo, a impressão de se alhearem – havendo alguns, de fato, se alheado – de seu meio e de seu povo. Assim, se considerarmos o nosso pensamento à luz da filosofia que temos produzido, desde logo ele se nos afigura destituído de raízes autênticas, resultado que é da "iniciativa de intelectuais isolados e manifestação tipicamente marginal" às nossas verdadeiras e originais condições de vida. É um pensamento que "não tem janelas para a paisagem natural nem para a paisagem humana", como escreveu Sílvio Rabelo ao se referir à filosofia de Farias Brito, servindo a imagem para todos ou quase todos os *filosofantes* brasileiros do século XIX e até para os que ocupam boa porção do século XX.

Já afirmava o gramático Fernão de Oliveira, no século XVI, que "as terras e os tempos criam condições e conceitos". À filosofia cabe expressar essas condições. Até os nossos dias, porém, forçoso é confessar, a nossa filosofia não as expressou. Inautenticidade.

"Absorvendo a problemática de comunidade e de filósofos estranhos, o pensador brasileiro", observa com justeza Hélio Jaguaribe, "esteve condenado à inautenticidade", viveu preso à "oposição entre as condições de vida e a sedução de uma cultura de feição européia que não lograva inserir-se vitalmente no corpo em crescimento da sociedade brasileira", como nota o Pe. Lima Vaz. Todavia, nessa glosa, na sua quase sempre confusa apresentação, encontramos também no desenvolvimento da filosofia no Brasil desde o século XIX (dir-se-á: com boa vontade...), por parte dos interessados em estudos de filosofia, um incessante empenho de servirem-se dessas idéias e doutrinas como "equipamentos de campanha", como instrumentos que lhes permitissem compreender – e até dar solução – a problemas práticos, sobretudo sociais e políticos, da condição brasileira; um contínuo embora versátil esforço de adequar idéias nascidas da cultura ocidental, a que estamos ligados, à nossa circunstância, de proceder à nossa integração ao pensamento ocidental, o que já constitui uma originalidade, como original parece ser a utilização que decorre desse trabalho de glosa ou de comentário, que conduziu a um vago universalismo idealista, voltado para a ação, e que assumiu uma singular forma de ingênuo pragmatismo. Tinha razão, pois, o nosso inteligente João Ribeiro quando dizia que o "nosso idealismo não se alonga muito longe da terra nem vai além dos mais próximos planetas"...

A filosofia tende à universalidade e à intemporalidade. No entanto, os seus sistemas são, como escrevia Nicolai Hartmann, "castelos de cartas que se desfazem ao mais leve abalo". Produto humano que é, ela não se furta à garra do tempo e à situação. "A presença inevitável da componente temporal", observava o saudoso Prof. Joaquim de Carvalho, "vinca indelevelmente a reflexão filosófica com a sigla da História". Ora, a interessante experiência histórica que fizemos desde os tempos coloniais pouco ou quase nada se reflete nas nossas elucubrações filosóficas, salvo, como dizia há pouco, no versátil empenho de nos servirmos das idéias como instrumentos de nossa ação.

Se é certo, pois, que a nossa história intelectual tem sido, em grande parte, um tecido de vicissitudes da importação de idéias, de doutrinas, sobretudo de origem européia, não menos certo é que essas idéias e doutrinas aqui se deformaram ou conformaram às condições de um novo meio. As novas formas de vida que a civilização e a cultura européias produziram não se têm revelado, como diz Sérgio Buarque de Holanda, apenas conservadoras de um legado tradicional nascido em clima estranho, mas até certo ponto criadoras. É aí que mister se faz procurar a nossa originalidade.

Esboçadas as condições e o sentido das idéias no Brasil, resta-nos agora procurar caracterizar as principais correntes do pensamento filosófico que tiveram vigência sob o Império.

I

Já nos referimos nesta obra (vol. II, O *Brasil Monárquico*, I, "O *Processo de Emancipação*, cap. II) às *idéias francesas*, correspondentes a uma fase de progresso social e político da burguesia. Essas idéias, como vimos, exerceriam influência entre os intelectuais do nosso país, desde o último quartel do século XVIII.

O ecletismo Mont'Alverne

É do século XIX, porém, que data, no Brasil, uma atividade filosófica permanente e sistemática e em que novas influências da França se fazem sentir. O primeiro representante delas foi Frei Francisco de Mont'Alverne (1784-1858), afamado pregador. *No Compêndio de Filosofia* do frade (que é, aliás, a sua única obra no gênero, composta por volta de 1833 e impressa somente em 1859, após sua morte), encontramos o eco da filosofia dos ecléticos, sobretudo das idéias de Victor Cousin. O tom oratório deste seduziu o nosso pregador, que não se deteve no seu entusiasmo e chegou a chamar o sistema de Cousin de sublime! Cousin, para Mont'Alverne, foi um desses "gênios nascidos para revelar os prodígios da razão humana", um homem que se "levantou como um Deus, no meio do caos em que se cruzavam e combatiam todos os elementos filosóficos, empregando a extensão de sua vasta e sublime compreensão, reconstruiu a filosofia, apresentando as verdades de que o espírito humano esteve sempre de posse". Não devia de ser essa a única manifestação de exagerado entusiasmo dos nossos *filosofantes*.

Mas não era assim, pródigo de elogios apenas para os outros, o nosso filósofo. Do mesmo modo procedia a seu respeito: "O país" – dizia – "tem altamente declarado que eu fui uma das glórias de que ele ainda hoje se ufana"... Não calhava muito a humildade franciscana ao nosso frade.

A influência de Mont'Alverne, limitada apenas a um estreito círculo, pequeno alcance teve. E deveu-se mais à sua eloqüência, pois o que professava, sempre, aliás, em tom oratório, como refere seu *discípulo* Gonçalves de Magalhães (1811-1882), era "um ecletismo nada original".

Gonçalves de Magalhães

Ecletismo nada original também foi o deste discípulo. Em 1829 iniciava-se nos estudos filosóficos, seguindo os cursos que Mont'Alverne mantinha no Seminário de São Joaquim, no Rio de

Janeiro. Desse ano data uma ode sua em que desfilam todos os filósofos, desde a Grécia até Kant.

"Em quilha aventureira a vida expondo às trágicas ondas", como dirá em uma de suas *Poesias Avulsas*, parte para a Europa em 1833, a fim de

"Alguns favos colher da Sapiência"...

Em Paris, assistiu aos cursos de Théodore Jeuffroy, um dos mais brilhantes discípulos de Cousin. Professor de Filosofia no Colégio Pedro II em 1842, ali não se deteve, pois já em 1843 vamos encontrá-lo como secretário de Caxias no Governo do Rio Grande do Sul. Em 1847 ingressava na diplomacia, o que não o impediu de escrever alguns livros de Filosofia: *Os Fatos do Espírito Humano* (1858); *A Alma e o Cérebro* (1876) e os *Comentários e Pensamentos* (1880).

A obra filosófica de Gonçalves de Magalhães, Visconde de Araguaia, é farfalhante, sem nenhuma originalidade, uma mistura aborrecida de espiritualismo eclético, completada pelo ontologismo de Gioberti e de Rosmini, cujas obras teria conhecido quando representante do Brasil na corte de Turim. Com bastante espírito, o Pe. Leonel Franca, apoiando-se em um pensamento do próprio Gonçalves de Magalhães: *a ciência humana é uma navegação do finito para o infinito por mares célebres em naufrágios*, comenta que a travessia do Visconde de Araguaia por "esses mares regista mais um desses naufrágios"...

Eduardo Ferreira França

Discípulo de Jeuffroy e de Adolphe Garnier, ecléticos, foi ainda Eduardo Ferreira França (1809-1857), que estudara Medicina em Paris, onde sofrera primeiramente a influência de Destuit de Tracy e depois a de Maine de Biran, evolvendo, a seguir, para o ecletismo. Sua obra também nada apresenta de notável, salvo a curiosidade que já tive ocasião certa vez de apontar: uma proliferação de faculdades da alma e de instintos que ele encontrou no homem, tais como a *faculdade do futuro*, a *faculdade da fé* e os instintos da *astúcia*, da *habitatividade*, da *aprobatividade* e outros... São idéias desse teor que ele expõe nos dois grossos tomos que consagrou às *Investigações de Psicologia* (1854), título do seu mais importante trabalho. Correspondendo ao período da influência que sobre ele exerceram as idéias de Cabanis e dos *ideólogos*, é a sua tese de doutoramento em Medicina: *Essai sur l'influence des aliments et des boissons sur le moral de l'homme* (1834).

Ecléticos foram ainda José Maria de Morais Valle (1824-1886), que em 1851 publicou um *Compêndio de Filosofia*, destinado aos candidatos

à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de que era professor, e Antônio Pedro de Figueiredo (1822-1859), cognominado de *Cousin Fusco*. Em 1843 teria este último traduzido para o português o *Curso de História da Filosofia*, de Victor Cousin, livro que, se foi publicado, nunca me foi dado conhecer. Professor do Ginásio Pernambucano, publicou, no Recife, a revista *Progresso* (1846), onde, segundo diz Gilberto Freyre, exerceu "a crítica das idéias e crítica, de modo, às vezes, surpreendente". Graças, talvez, ao convívio com o engenheiro francês Vauthier, evoluiu mais tarde para as idéias socialistas de Fourier, Owen, e, sobretudo, de Saint-Simon.

Os krausistas

Ontólogo, com tinturas krausistas foi o Pe. Patrício Muniz, natural da Madeira, mas que, jovem, imigrara para o Brasil e que aqui exerceu o magistério. Em 1863, o Pe. Muniz publicou sua única obra, sob o título *Teoria da Afirmação Pura*, cujo objetivo era o de combater a filosofia panteísta alemã e "esse amálgama racionalista que, sem saber como há de balbuciar a sua definição, intitula-se eclético". Seu intuito fora o de renovar a escolástica desprezada então pelos filósofos. "Infelizmente desse intento nada resultou", como escreve o Pe. Leonel Franca, pois, de "escolástica o bom do Padre não entende migalha", toldado que lhe foi o espírito pelo estudo dos filósofos alemães. "A leitura de Gioberti embalou-o na ilusão de vingar na tentativa já abortada de cristianizar-lhe a filosofia. No estilo e na linguagem destes mestres alemães, escreveu ele a sua obra de uma obscuridade impenetrável. Árdua tarefa entendê-lo, mais árdua ainda, senão impossível, resumi-lo. O trabalho do Pe. Muniz é desses que escapam à crítica porque escapam à análise."

Krausista também – pois acomodava as suas *Noções de Filosofia* (1887) ao sistema de Krause, extraídas das obras de Tiberghien e de Ahrens – é o trabalho acima indicado de Carlos Mariano Bueno Galvão (1834-1883). Seguidor do krausismo tão vulgarizado na Bélgica foi Pedro Américo de Figueiredo Melo (1843-1905), mais conhecido como pintor, que apresentou à Universidade de Bruxelas, em 1869, uma tese sob o título *La Science et les Systèmes*.

O ecletismo foi, assim, no Brasil, mais que o positivismo, a "filosofia que mais extensas e profundas raízes encontrou na alma brasileira" e, ainda no fim do Império, ele tinha vigência, se não a tem até hoje... O sucesso do ecletismo – fusão sem método e sem crítica, como dele disse Eisler – consistiu no fato de, a partir de 1830, haver representado, num momento de crise das velhas correntes filosóficas e políticas, uma direção conciliadora das opiniões. O ecletismo propunha a todos um tratado de

paz. Esta *solução* filosófica teve, naturalmente, conseqüências políticas muito importantes e, no nosso meio, correspondeu a uma exigência do agitado período histórico que vai da abdicação de D. Pedro I à Maioridade. Convinha aos interesses dos políticos moderados, que afirmavam com Evaristo da Veiga: "*Nada de excessos. Queremos a Constituição, não queremos a revolução.*" Correspondia à moda do tempo. O ecletismo, na sua ambigüidade, apresentava uma solução para a classe que detinha o poder, para os *ideais* da nossa *achinelada aristocracia,* como dizia Inhomirim... Em 1850 o Império conseguira subsistir na América e estabilizar-se como uma pacífica monarquia burguesa no estilo Luís Filipe. O ecletismo calhava bem a esse estilo.

II

O missionário acompanhou o aventureiro na empresa dos descobrimentos e da colonização. Esteve presente no Brasil desde a chegada das caravelas. Foi um franciscano o primeiro sacerdote que, nesta parte do nosso continente, oficiou missa.

Franciscanos, beneditinos e sobretudo jesuítas, com denodada decisão, lançaram-se à conquista das almas como o aventureiro se lançava à conquista da fortuna.

A doutrina católica

Dizia o Pe. Manuel da Nóbrega que esta terra é nossa *empresa* e ela em grande parte o foi. Ensinar e propagar a doutrina católica, a filosofia militante da Igreja, tal foi a finalidade da ação hábil, multiforme e inteligente que a Companhia de Jesus empreendeu desde sua chegada ao Brasil. A Companhia de Jesus marcou, a nosso ver, o Brasil.

Já em 1575 aqui existiam, em S. Paulo, no Rio de Janeiro, em Pernambuco, no Maranhão, no Pará os *Colégios das Artes*, verdadeiras faculdades de Filosofia da época e nas quais os jesuítas ensinavam. Este ensino, que se destinava à formação de "clérigos, letrados e eruditos, posto a serviço da religião e de uma classe, embora se dirigisse também a jovens mais aptos, recrutados nas camadas populares, atendia às exigências não só da Igreja como das famílias das casas-grandes e da burguesia das cidades, que tomava rapidamente" – escreve Fernando de Azevedo – "o gosto das sociedades aristocráticas", gosto que se manifestava na forma literária peculiar ao humanismo renascentista, destinado, como declarava o Pe. Gonçalves da

Câmara ao Pe. Mirão, a fazer daquele que ali formava o seu espírito, "ainda que menos latino bem católico".

Empenhada em ensinar e em propagar a fé católica, a Companhia de Jesus, como boa milícia, devia ter em conta todos os dados necessários para a batalha que ia empreender, não desconhecendo, assim, o terreno que encontrava. Cumpria que os primeiros jesuítas aqui chegados formassem, com os naturais da terra, aqueles que viessem substituí-los na catequese. De início julgou-se que esses naturais seriam tão aptos quanto os das Índias e do Japão. Mas a desilusão não tardou, sobretudo quanto à possibilidade da elevação dos índios ao sacerdócio, não pelo fato de possuírem uma radical incapacidade para tal, mas por lhes faltar para essa formação ambiente mais dotado de cultura. O Pe. Antônio Vieira propunha, por exemplo, que o *Catecismo na Língua Brasílica,* do Pe. Antônio de Araújo, se reduzisse a menor número de questões, às mais simples e essenciais, "cartilha de doutrina cristã para gente de diferente saber e entendimento", como cita o Pe. Serafim Leite. Desse modo, os colégios eram freqüentados principalmente pelos filhos dos senhores de engenho, pelos filhos dos funcionários reinóis e também por aqueles que iriam constituir, com o andar lento do tempo, os primeiros elementos dos pequenos núcleos da nossa incipiente burguesia.

Cultura - sinal de classe

A política educativa dos jesuítas foi, pois, mais orientada para a classe que usufruía de privilégios, e a nossa cultura assumiu, desde cedo, esse aspecto de *humanismo ornamental* que por longo tempo nos caracterizou. Cultura passará a ser um sinal de classe, marcando "nitidamente a diferença entre a pequena casta privilegiada e a massa ignorante".

O catolicismo

A religião seguiu, se assim podemos dizer, uma linha equivalente. Uma pequena, talvez ínfima minoria, teve verdadeiro acesso à espiritualidade da doutrina da Igreja. A grande massa misturou o que há de superficial nos ensinamentos do catolicismo às crenças dos indígenas e às importadas pelos escravos africanos, dando origem a um sincretismo afrocatólico. O Pe. Júlio Maria, referindo-se ao baixo nível do catolicismo durante o Império, reconhecia que ele estava reduzido "a cerimônias que não edificam; a devoções que não apuram a espiritualidade, a novenórios que não revelam fervor, a procissões que apenas divertem, festas, que não aproveitam nem dão glória a Deus".

As elites, em geral, imbuídas de voltairianismo, mais por hábito, compostura social ou tradição, continuavam a reverenciar o culto católico, batizando, casando e tendo o padre a seguir-lhes os enterros, sempre,

como diz Sérgio Buarque de Holanda, menos atentas – como, aliás, a massa – "ao sentido íntimo das cerimônias que ao colorido e à pompa exterior". Tal era também a ignorância do clero, em geral, e a sua decadência, que D. Vital, por ocasião da *Questão Religiosa,* acreditava que esta fizera "um bem inaudito à fé (...) os sacerdotes sentindo (então) a necessidade de mudar de vida para erguer a fronte pura diante dos fiéis e diante dos inimigos de Deus".

Os escolásticos

Naturalmente, não podia ser muito brilhante, como não foi, a filosofia que se inspirava nos princípios aconselhados pela Igreja. Poucos, bem poucos, são, aliás, os nossos filósofos escolásticos. A Escolástica continuava a ser ensinada nos seminários, segundo os modelos do século XVIII, que somente seriam renovados na segunda metade do século XIX, para tardiamente ressoar entre nós, no nosso tempo.

D. José Afonso de Morais Torres (1805-1865), José Soriano de Sousa (1835-1905) e Vicente Cândido Figueira de Melo (1835-1909) – que somente publicará seu livro *A Vida Psíquica do Homem* em 1903 – foram os principais escolásticos brasileiros do século XIX.

D. José Afonso de Morais Torres, antigo aluno do Colégio do Caraça, bispo do Pará, publicou em 1852 um pequeno (114 páginas) *Compêndio de Filosofia*, cuja finalidade consistia em apresentar "uma doutrina pura e expurgada dos princípios do sistema eclético" de que se achavam impregnados os compêndios mais utilizados, correspondentes à filosofia em moda. Baseava-se o Bispo do Pará nas idéias do jesuíta Sigismundo Storchenau, representante da escolástica decadente do século XVII. As doutrinas expostas pelo Bispo do Pará, como escrevia o Pe. Leonel Franca, eram "de um espiritualismo que eu hesitaria de chamar escolástico, tanto distam da profundeza e coerência dos grandes mestres do século XIII".

José Soriano de Sousa, Doutor em Filosofia pela Universidade de Lovaina e Professor da Faculdade do Recife, onde teve como concorrente Tobias Barreto – já representava, no entanto, o renovado aspecto da Escolástica, que renasceu em Lovaina a partir da segunda metade do século passado. José Soriano de Sousa era um tomista para o qual, conforme ele escrevia no prefácio de suas *Lições de Filosofia Elementar, Racional e Moral* (1871): "A máxima necessidade de nossos tempos é a restauração da metafísica cristã, fundada por Santo Tomás no maravilhoso acordo das duas luzes do espírito humano, a razão e a fé." Mas, ainda aí, o nosso pensamento neotomista não se mostrava original. Não fugia à regra da importação. As idéias de Liberatore, de Taparelli, Sanseverino e de Kleutgen foram as que Soriano de Sousa glosou.

Marcando a nossa história com a sua presença, o catolicismo não se salientou, pois, no século XIX, pela sua espiritualidade nem pelo elevado nível intelectual de seu clero que, conformado ao regalismo, viveu em paz com o povo, acariciando-lhe as superstições porque delas também estava impregnado. As elites, voltarianas, eram falsamente devotas como observou Saint-Hilaire quando, em 1822, passou a semana santa em S. Paulo. Assim, as correntes filosóficas aconselhadas ou seguidas pela Igreja não tiveram nem a importância nem o alcance que obteriam então o ecletismo e o positivismo.

III

Um bando de idéias novas

O decênio que vai de 1868 a 1878, escrevia Sílvio Romero, foi "o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa vida espiritual". Um *bando de idéias novas* agitou o país nesse período, dando-lhe novas diretrizes. Até aí o espírito comercial e industrial do Brasil resumia-se, observava Joaquim Nabuco, na importação e venda de escravos. Com a abolição do tráfico deu-se uma "transformação maravilhosa", abrindo novas perspectivas materiais e intelectuais ao país.

Por volta de 1870 firmaram-se, entre as nossas elites, as novas correntes de idéias que já se delineavam desde 1850: o positivismo, o evolucionismo, principais expressões do pensamento filosófico do século passado. Aos nossos *filosofantes*, seguidores do ecletismo, ou aos que se ligavam às doutrinas recomendadas pela Igreja, viriam juntar-se, a partir de então, as novas gerações de positivistas, ortodoxos ou heterodoxos, os espencerianos e alguns poucos materialistas.

O Positivismo

Exagerou-se, a nosso ver, a influência do Positivismo no Brasil. Essa influência existiu, sem dúvida, e teve importância em um momento da nossa história, mas não foi tão poderosa, extensa e decisiva quanto se acredita. Uma pequena porção de nossa elite intelectual foi positivista ortodoxa, os adeptos do *Apostolado Positivista do Brasil*, chefiados por Miguel Lemos (1854-1917) e por Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927), mas a grande maioria dos *positivistas* aderiu apenas ao espírito *cientificista* da época. Foi essa maioria, representante do Positivismo difuso, que predominou do último quartel do século XIX até a primeira década do nosso século. É mister ainda não esquecer que o espírito do brasileiro não parece inclinado à rigidez doutrinária e nem se dá bem, como dizia Euclides da Cunha, com a "algazarra das teo-

rias"... É certo, porém, que na polifonia das correntes filosóficas do século passado que por aqui ressoou foi a melodia positivista a que, com a do ecletismo, maior número de intelectuais atraiu. O prestígio crescente da ciência, sobretudo das ciências naturais, foi determinante dessa influência.

O Império, ao nascer, criara duas Faculdades de Direito, a de Olinda e a de São Paulo, verdadeiros viveiros de políticos do regime imperial. Ali estudavam, principalmente, os filhos dos grandes proprietários de terra e de escravaria. Na terceira metade do século XIX, nessas escolas começaram a ingressar também os filhos da incipiente burguesia urbana. Esses, porém, procuravam de preferência as escolas profissionais, as faculdades de Medicina, a escola Central e a Militar, sobretudo esta última. É assim que se explica "tivesse saído da Escola Militar, nos fins do século XIX, uma plêiade de homens fortes, de autodidatas, quase todos descendentes de gente de poucos haveres, moços que ingressavam na carreira das armas para conseguir instrução que as condições de vida lhes negavam". É dessa burguesia formada de militares, de médicos e de engenheiros – mais próximos das ciências positivas em virtude da prática de suas profissões – que surgirá o movimento positivista, ao qual aderiram também os que já não mais se encantavam com o ecletismo espiritualista vigente no Segundo Império.

As primeiras notícias de idéias positivistas no Brasil parecem datar de antes de 1850. Na tese *Plano e Método de um Curso de Fisiologia*, sustentada em 1844 na Bahia, já o Dr. Justiniano da Silva Gomes, que estudara em Paris, referia-se explicitamente a Augusto Comte e à Lei dos Três Estados, conforme mostrou o Dr. Antônio Caldas Coni, em trabalho publicado em 1959. De 1844 em diante, há referências, em livros e teses, à doutrina de Augusto Comte, mas essas primeiras manifestações positivistas não tiverem influência sobre a vida política do país. A primeira "manifestação social do Positivismo entre nós", como diz Teixeira Mendes, data, porém, de 1865, quando o maranhense Francisco Brandão Júnior publicou em Bruxelas um opúsculo sobre a escravidão: *A Escravatura no Brasil*, que causou verdadeiro escândalo em sua província, segundo se depreende de uma carta dirigida por Brandão Júnior a Pierre Laffitte, reveladora da situação moral e política reinante na época em relação à questão da libertação do negro. Ivan Lins, na sua preciosa *História do Positivismo no Brasil*, transcreve a carta em que Brandão Júnior dá notícia a Laffitte da impressão causada por seu trabalho no seio de sua família. "Lamento" – escrevia um dos irmãos de Brandão Júnior –, assim como nossos pais, que o primeiro trabalho que publicaste "tenha tido por

objetivo granjear-te grande número de inimigos logo no início de tua carreira, e que os enormes sacrifícios feitos por nosso pai para a tua educação, queiras pagá-los com a ruína da fortuna dele, lançando-o à miséria e sua família!" "Não podias escolher mais detestável assunto", acrescentava; "teu trabalho foi condenado por todo mundo e deves lembrar-te de teu pai, de tua mãe e de tuas irmãs, que perderão a mais bela porção de sua fortuna, e não deves ser um ingrato e egoísta, porquanto podes viver do teu trabalho, enquanto nós não o podemos senão através dos nossos escravos". O Positivismo apresentava-se, como se vê, como verdadeira teoria subversiva...

Em 1865, de volta ao Brasil, já formado em Medicina pela Universidade de Bruxelas, Luís Pereira Barreto (1843-1923) apresentava à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro uma tese sobre a *Teoria das Gastralgias e das Nevroses em Geral*, consagrada à memória de Comte e vazada no espírito de sua filosofia. Já na Bélgica, por volta de 1860, Pereira Barreto aderira ao Positivismo. Esta filosofia atraía-o não apenas em virtude do seu aspecto científico, mas, também, pelo seu alcance político, pois, durante sua longa vida, seria constante o seu interesse pelos problemas da política. "É urgente" – dizia na tese apresentada no Rio de Janeiro – "que façamos sentir a todos que a cada arte corresponde uma ciência; e que a arte política, incomparavelmente mais difícil que a arte médica ou a do engenheiro, corresponde imediatamente à filosofia positiva."

Somente em 1874 publicou Pereira Barreto o seu primeiro trabalho filosófico: *As Três Filosofias* (1ª parte: *Filosofia Teológica*). Pereira Barreto julgava que era chegado então o momento (estávamos em plena Questão Religiosa) de a sociedade brasileira libertar-se da tutela secular da teologia católica e de enveredar por outros caminhos, os da ciência. Em 1876 publicava a 2ª parte das *Três Filosofias* (a *Filosofia Metafísica*); em 1880, O *Positivismo e Teologia*, e, em 1901, o *Século XX sob o ponto de vista brasileiro*.

A obra de Pereira Barreto não revela originalidade. Reflete apenas o cientismo corrente em seu tempo. Demonstra, porém, o seu empenho de encontrar, na filosofia positiva, um novo sentido para o destino material e intelectual do Brasil. Pereira Barreto, embora tivesse feito os seus estudos na Europa, não se prendeu ao *transoceanismo* tão freqüente nos representantes da inteligência brasileira. Ao contrário, sua constante preocupação foi a de procurar na ciência e na cultura motivos para melhor compreender, para dar solução aos problemas de seu país. Inimigo das momices européias, como ele dizia, assim escrevia no primeiro volume das *Três*

Filosofias: "Não é bastante que meia dúzia de cidadãos emancipados deseje uma pátria grande: é preciso que toda a massa nacional, unida, compacta, concorra para a efetividade do intento." A primeira obra de divulgação da doutrina positivista aparece assim marcada com uma intenção nacionalista de reforma política. O Positivismo surgia no Brasil como um guia destinado à renovação dos padrões da cultura e da política nacionais.

*

Miguel Lemos e Teixeira Mendes

No mesmo ano em que era publicado o primeiro volume das *Três Filosofias*, Miguel Lemos, então estudante da Escola Central, tomava conhecimento da obra de Augusto Comte. "Como era de esperar de quem sempre subordinou as suas preocupações científicas às suas aspirações sociais, tive a aventura de encontrar (no primeiro volume do *Cours de Philosophie Positive* que um colega lhe emprestara) uma filosofia [...] dotada do mesmo caráter de certeza peculiar às ciências já constituídas e abrangendo em sua coordenação os fenômenos políticos e morais." Até então, a palavra filosofia fora para ele sinônimo de "palavrório" vazio. Depois dessa primeira leitura, de janeiro a março de 1875, com uma rapidez de relâmpago, "efetuou-se a evolução mental que me transformou", escrevia Miguel Lemos, "em um ardente discípulo da filosofia positiva".

O Positivismo religioso

Do mesmo ano é a adesão de Teixeira Mendes ao Positivismo. No ano anterior, consumara-se – escrevia ele em *A Nossa Iniciação no Positivismo* – a "ruína de minhas crenças teológicas", para o que contribuíra o "antagonismo entre a Igreja Católica e as minhas aspirações republicanas". Concorrera ainda para essa adesão a leitura dos *Primeiros Princípios*, de Herbert Spencer. Em ambas atitudes dos futuros chefes do *Apostolado Positivista do Brasil* verifica-se verdadeiro fenômeno de conversão religiosa. Será mais tarde, aliás, o aspecto religioso do Positivismo, o que preponderará, progressivamente, na atitude dos dois apóstolos da filosofia de Augusto Comte.

Dois grupos positivistas

Graças à influência de uns poucos professores de ciências e à pregação de pouquíssimos republicanos, propagou-se lentamente, em pequenos núcleos de intelectuais, a doutrina positivista. Houve, assim, desde 1874, dois grupos positivistas no Rio de Janeiro: um deles, o grupo *littréista*, ao qual aderiram Lemos e Teixeira Mendes, "ardente, ativo, que escrevia, falava e agia sobre a mocidade das escolas"

– e outro, que se limitava a recomendar o estudo da obra científica de Augusto Comte, sem nenhuma preocupação política, social ou religiosa. Em 1876, foi fundada a primeira sociedade composta de pessoas que se confessavam positivistas em graus diversos, aceitando pelo menos o *Cours de Philosophie Positive.* Entre os que pertenciam a esta sociedade, encontravam-se Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), que teve destacado papel na propaganda e na proclamação da República; Joaquim Ribeiro de Mendonça, companheiro de estudos de Pereira Barreto na Bélgica, Carlos de Oliveira Guimarães, Miguel Lemos, Teixeira Mendes e outros.

"Até ali" – escreve Miguel Lemos na 1ª Circular do Apostolado Positivista do Brasil (1881), – "quanto a idéias gerais e sistemas filosóficos, só conhecíamos a mistura pueril da teologia e da metafísica ensinada nos colégios, não passando o mais de divagação literária com que alguns pedantes solitários ou em comandita recreavam os seus ócios dando pasto à vaidade ou à cobiça. Afora um enxame de eruditos, como os há em toda parte, ocupados em alinhavar mal ou bem os elementos de nossa história pátria; afora o ensino científico de nossas academias, que consistia em uma reprodução fiel de maus compêndios estrangeiros, ou, quando muito, na aquisição de noções concretas relativas às nossas produções naturais, toda a nossa atividade intelectual condensava-se na pura literatura, que invadia o terreno da política nas pessoas dos advogados retóricos, entre os quais apenas surgia de vez em quando um ou outro estadista de empirismo esclarecido. A mente brasileira só exercera, como era natural, as suas faculdades estéticas e do movimento europeu apenas assimilava com afã as escolas literárias contemporâneas. Os clássicos e os românticos, e depois os realistas, alimentavam a nossa avidez de ler ou escrever. A nossa vida intelectual, com as exceções secundárias que ficaram apontadas, limitava-se a cópias dos romances franceses e à imitação dos poetas europeus, compensadas muitas vezes por felizes rasgos de inspiração local. Na política, os mais entendidos entre os monarquistas eram aqueles que citavam a Inglaterra como país-modelo do sistema representativo; entre os republicanos, aqueles que se extasiavam diante da democracia dos Estados Unidos."

Há evidente exagero por parte de Miguel Lemos em atribuir exclusivamente ao advento do Positivismo o entusiasmo pelo movimento de renovação que se deu no último quartel do século passado. Como justamente observa Heitor Lyra, o "império até 1871 fora uma coisa; de 1871 em diante será outra bem diferente, por suas finalidades, pelas novas exi-

gências da nação, pela própria mentalidade dos estadistas que a dirigem. Como acontece, aliás, na história de outros povos, é a guerra externa que marca a divisa entre esses dois períodos distintos, cimentada logo no Ministério Rio Branco". A Guerra do Paraguai e as conseqüências sociais e políticas que dela decorreram marcaram, com efeito, um novo período na história do nosso país.

Em outubro de 1877 partiam para Paris os dois jovens positivistas brasileiros "ainda sob a influência pedantocrática que me fazia persistir na idéia de adotar uma profissão diplomada", escrevia Miguel Lemos. Mas aí, na Meca do comtismo, na *capital do Ocidente*, ele sofreria uma nova e decisiva transformação. Ali restauraria "o perdido vigor, desfalecido de correr atrás de sombras a que uma vã ciência procurava debalde dar forma e corpo". Foi então que encontrou a "religião que os fariseus da ciência me haviam ensinado a considerar uma exaltação de louco. Como o grande S. Paulo, eu, o humilde estudante, ouvi no caminho de Damasco aquela voz de todos os redentores: *Filho meu, por que me persegues tu?*"

Ruptura com Littré

De longe, Miguel Lemos participava das idéias de Émile Littré, o discípulo de Comte que se recusou a segui-lo na sua evolução mística. Miguel Lemos sofrera porém profunda decepção ao se aproximar daquele ao qual ele chamaria de *erudito seco*, de "paciente investigador de vocábulos" e que vivia "insulado em seu gabinete", sem nenhuma ação social, "sem entusiasmo e sem fé". Desiludido de Littré, procurou os discípulos fiéis de Comte, chefiados por Pierre Laffitte, que adotara a totalidade da doutrina do mestre, prosseguindo na pregação da Religião da Humanidade, e que Littré considerava como o guia de um grupo "composto de cérebros acanhados por um formalismo litúrgico, produto da pretendida decadência mental do Mestre". Miguel Lemos aderia agora, sempre movido pelo mesmo ardente entusiasmo, a esse grupo, de cujas reuniões se saía, como ele dizia, "com o antegosto de uma regeneração universal". Empreendeu então a leitura do *Système de Polithique Positive*, "reconhecendo logo a superioridade dessa obra monumental, fruto de um gênio amadurecido" sobre o *Cours de Philosophie Positive*. Esta seria a segunda conversão de Miguel Lemos, que, desde então, se entregou ao apostolado da Religião da Humanidade.

O Apostolado Positivista

A vida e a ação de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes estão intimamente ligadas até o afastamento do primeiro da direção do Apostolado Positivista do Brasil, em 1898. Ambos serão os apóstolos de uma religião científica de alcance político, que contará com poucos adeptos. Constantemente, no decorrer de suas vidas, nos apedidos

dos jornais do Rio de Janeiro, em livros, em folhetos e folhas avulsas, intervêm nos acontecimentos da última fase do Império. Assim é que, desde as suas primeiras manifestações, tomariam posição em favor da abolição da escravatura. Em 1880, Teixeira Mendes, Anibal Falcão e Teixeira de Sousa publicavam na *Gazeta da Tarde* um projeto de abolição subordinado ao título: *Apontamentos para a solução do problema social no Brasil*, cujas bases seriam: a supressão imediata do regime escravagista; a adstrição do trabalhador escravo ao solo, sob a direção de seus respectivos chefes; supressão dos castigos corporais e do regime de aquartelamento, pela generalização da vida de família; determinação de número de horas de trabalho, com descanso aos domingos; criação de escolas de instrução primária nos centros agrícolas, mantidas pelos grandes proprietários e fixação de um salário ao trabalhador. Esse projeto não obteria a aprovação de Miguel Lemos, pois, como ele observava em *O Positivismo e a Escravidão Moderna*, tal projeto apenas transformaria o escravo em servo da gleba, apenas mudaria o nome à verdadeira condição do escravo, que "continuaria no mesmo estado, ou, antes, mais exposto à cobiça e à brutalidade dos senhores".

De volta da França, consagrado aspirante ao sacerdócio da Humanidade, em 1880, Miguel Lemos passara a dirigir a *Igreja Positivista do Brasil*, em que se transformara a antiga sociedade positivista, o que determinaria, logo depois, o desligamento de alguns dos seus antigos membros, entre eles Benjamin Constant. A partir de então, Benjamin Constant afasta-se dos apóstolos positivistas.

Desenvolver o culto, organizar o ensino e intervir oportunamente nos negócios públicos, tal foi a tarefa a que se propôs Miguel Lemos, desde que assumiu a direção da Igreja Positivista do Brasil, em julho de 1881. Também ao jovem apóstolo, como a Pereira Barreto, se afiguravam favoráveis, naquele momento, as condições da sociedade brasileira para uma grande transformação. As elites estavam ansiosas para uma renovação, mas espiritual e socialmente os comportamentos tradicionais da nossa sociedade mantinham-se. Em 1870 apareceu o Manifesto Republicano, que pouco alcance tivera; recrudescera a luta pela emancipação do escravo; a Guerra do Paraguai determinara organização do Exército nacional e, em torno deste, iria cristalizar-se o rudimento de burguesia que ensaiava então a sua ascensão política, mas ainda sem forças para determinar uma mudança na estrutura da sociedade imperial, dominada pela burguesia territorial.

Positivismo e República

Ao movimento republicano aderiam os positivistas. Submissos porém aos preceitos de Augusto Comte, ao que estipulava o *Manifesto Inicial da Sociedade Positivista de Paris*, eram republicanos mas a seu modo, "à sua originalíssima maneira". Embora concordando com os outros republicanos na superioridade dessa forma de governo, "diferiam deles profundamente em muitos pontos essenciais; em certos pontos estavam em completo antagonismo com os signatários do Manifesto de 1870. Em boa verdade, estes eram antes de tudo democratas, e os positivistas, no idealizarem a sua organização republicana, não eram propriamente isto, não pareciam cortejar o elemento democrático; pelo menos no tipo de governo que concebiam, a democracia não ocupava um grande lugar; pode-se mesmo dizer que tinha pouco que fazer". Em breve, pois, os positivistas ortodoxos desligar-se-iam do movimento da propaganda republicana e o novo regime se faria sem eles e apesar deles. Assim, "é descabida, por exagerada, a força que se tem atribuído ao *positivismo-religião* no advento político da República". Pouco antes de 15 de novembro, em 1887, estavam eles mais atentos à marcha dos acontecimentos que se desenrolavam na França – no "povo central", como diziam – onde então o General Boulanger ameaçava as instituições republicanas; com o culto religioso e com as seqüelas deixadas pela ruptura entre eles e o grupo de Pierre Laffitte, com o qual, afinal, também Miguel Lemos se desentenderia. Surpresos, tiveram notícias do advento da República. "Nós estávamos alheios a tudo quanto se tramava", escrevia Teixeira Mendes. "Não aconselhamos e nem aconselharíamos a revolta porque seria infringir os preceitos de nosso Mestre."

Apesar de tudo, é inegável a importância do Positivismo, até mesmo do Positivismo religioso, no pensamento brasileiro no século XIX, sobretudo quando temos em conta o fato de ele se contrapor ao catolicismo e ao espiritualismo eclético então reinantes.

Os principais representantes do Positivismo religioso, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, foram homens íntegros, mas inteiramente dominados pela letra da doutrina a que aderiram. Dogmáticos, intolerantes, intransigentes, "mais prejudicaram", diz Vivaldo Coaracy, "que serviram à causa do mestre". A atitude rígida dos chefes do Apostolado, o seu exclusivismo, as "extravagâncias, exageros e peculiaridades, algumas quase pueris, em que incorreram e de que cercaram a sua Religião da Humanidade", fez deles alvo de irreverência. Era preciso, disse alguém, "que possuísse o positivismo um dorso de aço para resistir às vergastadas de ridículo a que o submeteram os seus adeptos brasileiros"...

O Positivismo difuso

Maior alcance teve, entre nós, naturalmente, o Positivismo difuso ou um certo *cientismo*, que foi, aliás, a característica do espírito do século XIX. O Positivismo difuso, com aquele sentido do útil, do imediato, voltado para a ação, foi o que teve vigência positiva no século passado. Correspondendo mais à índole de nosso espírito, deixou a sua marca na nossa cultura. O pensador brasileiro crê – e com razão – que o pensamento é sobretudo ação, que as idéias devem ter o que um filósofo norte-americano, John E. Smith, chama de *cutting edge*, um gume cortante, capaz de modificar a conduta dos homens.

IV

Outras correntes do pensamento filosófico europeu se fizeram sentir no Brasil no século XIX e, entre elas, a concorrer com o espiritualismo eclético ou escolástico e o positivismo, as doutrinas do materialismo, do monismo e do evolucionismo, inspiradas nas obras de Darwin, de Moleschott, de Spencer e de Haeckel.

Os materialistas

Um dos primeiros representantes do materialismo no Brasil foi Domingos Guedes Cabral (1852-1883), que escreveu em 1876, sob o título *Funções do Cérebro*, uma tese de doutoramento que tencionava defender perante a Faculdade de Medicina da Bahia. A congregação desta escola recusou, porém, o trabalho, por considerá-lo lesivo à religião do Estado. Em face disso, os colegas de Guedes Cabral, como protesto "à coartação da liberdade de pensamento", publicaram-lhe a tese.

Nas primeiras páginas de sua obra que nenhuma originalidade possui, escreve Guedes Cabral: "Vai para dois anos, despertado por leituras de literatura médica, encaminhei meus estudos para assuntos de uma especialidade delicada, essa que nos oferece a filosofia positiva, que não é outra cousa mais do que a lógica aplicada aos fatos e que diverge de outra filosofia em que tem, ao invés dela, como base as ciências naturais e a experimentação", isto é, uma filosofia naturalista que não se inspirava nas idéias de Augusto Comte, mas nas de Darwin, de Huxley, Büchner, Moleschott e até nas de Gustave Lebon, autor que seria citado abundantemente no fim do século XIX.

De medíocre valor é a obra de José de Araújo Ribeiro, Visconde do Rio Grande (1800-1879), *O Fim da Criação ou a Natureza Interpretada pelo Senso Comum* (1876), em que o autor procura mostrar "que a terra é

dotada de uma vida própria e se nutre como os indivíduos organizados, e que deve, como estes indivíduos, crescer em volume, colhendo na região do espaço por intermédio da atmosfera, a matéria necessária à sua nutrição e crescimento". Estranhas e tenebrosas são as idéias geotróficas do Visconde, pois, de real e positivo – como ele diz –, só restará o nosso cadáver, "essa porção de ar condensado que a terra reclama e que a mesma natureza nos constrange a entregar-lhe sem maior tardança".

Estes materialistas, autodidatas pouco afeitos ao trato das ciências, fundamentavam suas idéias num cientismo bastante vulgar, desprovido de senso crítico. Tinham pela ciência um verdadeiro culto e nesta julgavam encontrar uma espécie de nova *Summa* definitiva do saber. Discípulos *filosofantes* de Moleschott, de Büchner, de Vogt, de Haeckel, houve-os às dúzias nas chamadas *profissões liberais*, espécie de nova fidalguia burguesa constituída de bacharéis em Direito, doutores em Medicina ou em Ciências Físicas e Naturais... Desprovidos, em geral, de uma formação filosófica adequada, os doutores autodidatas, sôfregos de respostas definidas e definitivas sobre os problemas do universo e do homem, voltaram-se logo para as novas idéias que a Alemanha – tida então como a própria sede da Sabedoria – nos enviava.

As idéias alemãs

A adesão a essas novas idéias alemãs determinaria em alguns uma verdadeira mania germânica.

As correntes do evolucionismo e do materialismo alemão teriam, assim, o seu momento de influência no pensamento brasileiro do Império: o spencerismo, sob forma sobretudo difusa, coincidia com as "reformas" do liberalismo da época, substituindo o espiritualismo eclético; o materialismo e, logo a seguir, o monismo originariam o primeiro e curioso surto de germanismo no Brasil.

Já nos referimos nesta obra a Silvestre Pinheiro Ferreira. Graças a este eclético português, as idéias filosóficas alemãs já eram conhecidas no Brasil desde 1813. Discutiu-se também (talvez inutilmente, a meu ver) se Diogo Antônio Feijó (1784-1843) foi kantiano. Ninguém ignora que o kantismo foi introduzido na França pelos ecléticos e que, através desses, passou ao Brasil. De fato, na obra de Feijó, *Noções Preliminares de Filosofia*, escritas para os seus alunos de Itu (publicadas em 1912 por Eugênio Egas), há referência a Kant. Mas isso e mais as curiosas e confusas idéias que se encontram nas *Noções* não bastam para fazer deles um kantiano. Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844), irmão de José Bonifácio, parece também haver ensinado, na época, a "filosofia eclética com ressaibos de kantismo". Spix e Martius referem-se nas *Viagens*

pelo Brasil, de 1817 a 1820, a Antônio Ildefonso Ferreira, Professor de Filosofia em São Paulo que, na opinião deles, estava "bem informado sobre os sistemas dos filósofos do Norte".

Estamos convencidos de que essas idéias alemãs chegaram até nós através, ainda uma vez, dos ideólogos e dos ecléticos franceses, sobretudo através dos livros de Victor Cousin.

O germanismo

O *germanismo*, curiosa denominação sob a qual ficou conhecida a influência das idéias filosóficas alemãs no pensamento brasileiro da segunda metade do século passado, teve seu centro na Faculdade de Direito do Recife, e Tobias Barreto de Meneses (1839-1889) foi o seu principal representante.

Observa justamente Sérgio Buarque de Holanda que no Brasil "cada indivíduo se afirma entre os seus semelhantes indiferente à lei da comunidade e atento apenas ao que o distingue dos demais". Entre os representantes de nossa inteligência da última fase do século passado, Tobias Barreto parece haver sido um caso típico dessa indiferença pelo seu meio.

Tobias Barreto

Sua mania germânica foi para ele uma "espécie de isolador de qualquer comunicação mais íntima com o espírito geral da literatura pátria..." Nele, no entanto, se afirmam as constantes do comportamento da comunidade intelectual de seu tempo e de seu meio: o filoneísmo e a versatilidade. Moço pobre, a fim de estudar entrou para um seminário. Era, na época, o seminário, como a Escola Militar, onde os jovens sem fortuna procuravam também instrução que suas famílias não lhes podiam pagar. Tobias Barreto, porém, não passaria mais de um dia no seminário, pois à noite pôs-se a cantar modinhas ao violão, o que não era muito apropriado para aquele lugar. Boêmio, revoltado, amigo de polêmicas, sua vida foi uma série de atropelos e de desafios. Ao seu redor se agrupariam, desde 1882, muitos estudantes do Recife, atraídos pelo seu "prodigioso dom de fantasiar", como escreveu Graça Aranha.

Cansados de ouvir a velha rotina jurídica com que os alimentavam os lentes da Academia do Recife, os estudantes festejavam o desenvolto boêmio que lhes apresentava novas perspectivas. Tobias Barreto soube, assim, entusiasmar os moços de seu tempo, que dele porém não guardariam lembrança. Gilberto Amado conta que várias vezes indagara de Artur Orlando e do próprio Graça Aranha, considerado como o *discípulo*, que lhe contassem alguma coisa do mestre e nenhum deles respondeu. A influência e o prestígio de Tobias Barreto foram devidos sobretudo à sua presença, ao encantamento de sua fantasia e à sua desenvoltura. O que nele empolgava

era o poder de vida, a exuberância. Sua obra é toda de circunstância, "são fragmentos, são reflexos de opiniões alheias; são comentários, divulgação, polêmicas... vibrações efêmeras do espírito", como escreve Gilberto Amado em um dos volumes de suas interessantes memórias.

Tobias Barreto foi, assim, mais um filosofante acariciador de idéias filosóficas. Passou por toda a escala das doutrinas que tiveram influência no Brasil no século passado: iniciou-se no espiritualismo eclético; passou rapidamente pelo positivismo, para, a partir de 1871, ancorar na sua mania germânica que o levaria ao ridículo de publicar, na pequena cidade de Escada, um jornal em língua alemã – o *Deutscher Kaempfer*, escrito e composto por ele e, muito provavelmente, apenas por ele lido... "Ao chegar à cultura alemã", escreve Gilberto Amado, "ficou louco, delirante como uma criança que encontra numa loja brinquedos em profusão."

A escola "teuto-sergipana"

Não seria o materialismo de Büchner, de Vogt e nem mesmo o de Haeckel (ainda que esse aí tivesse um momento de prestígio) que influiria sobre o grupo germanista, sobre a escola *teuto-sergipana* (eram seus corifeus dois sergipanos, Tobias e Sílvio Romero), como em tom de troça a chamaria Carlos de Laet. Não seriam tampouco um Kant, um Fichte ou um Hegel os filósofos que o grupo seguiria. O germanismo do Recife, como escreveu João Ribeiro, foi um *germanismo de segunda ordem*, no qual teve destacada posição um desconhecido Professor de Filosofia, Ludwig Noiré, bom expositor do monismo e que assumiu então "ares de oráculo da filosofia coeva".

A obra de Tobias Barreto nada tem de original, embora revele agudeza e certa erudição, que o Pe. Leonel Franca disse ser de "embevecer os simples". Seus livros, *Ensaios e Estudos de Filosofia e Crítica* (1875), *Questões Vigentes* (1888), e *Estudos Alemães* (1883) são exposições de idéias e de temas, como escreve Hélio Jaguaribe, em que a comprovação das alegações é dada como assentada, definitiva. Um dos aspectos da obra de Tobias Barreto, observa o autor citado, é a sua deficiente informação sobre História da Filosofia. "Tal deficiência – regra geral dos pensadores brasileiros – não se coaduna bem com a intensa curiosidade intelectual de Tobias, homem de leituras abundantes e variadas. Mas a verdade é que a precária informação de Tobias quanto ao passado e à evolução da Filosofia assume proporções dramáticas em suas primeiras obras e, embora minorada pelos estudos posteriores, marca até o fim uma das limitações de seu pensamento."

Tobias Barreto incorreu nos mesmos defeitos que caracterizaram os intelectuais de seu tempo. Vaidoso, considerava-se superior ao seu meio,

convencido de que havia descoberto, na Alemanha, uma espécie de "dicionário da verdade". Como professor e polemista estimulou, porém, novos estudos de Direito. Mas não deixa de ser um curioso exemplo do sibaritismo intelectual de seu tempo.

Sílvio Romero

Terminando estas rápidas referências ao pensamento brasileiro sob o Império, cumpre indicar mais um nome, o de Sílvio Romero (1851-1914), cujas principais obras foram escritas no século XIX. Com Sílvio Romero, acreditamos, inicia-se a transição entre duas fases da história do nosso pensamento. Novas perspectivas delineiam-se ao estudo de nossa experiência espiritual, e foi Sílvio Romero, apesar dos seus erros, defeitos e contradições, o grande precursor dos ensaios de interpretação de problemas brasileiros.

Ao nome de Tobias Barreto costumava-se ligar o de Sílvio Romero, o "São Paulo de quem Tobias é o Cristo", como dizia José Veríssimo. Sílvio Romero, trabalhador incansável, apaixonado, foi quem, num esforço constante, passou a estudar a nossa terra no afã de melhor conhecê-la. Essa ligação que se tem feito entre os dois sergipanos, que deram nobre exemplo de amizade, não implica que tivessem posições idênticas. "Eu e Tobias", escrevia Sílvio Romero, "que demos ao Brasil o exemplo da mais completa fraternidade espiritual, fomos dois obreiros amigos, mas independentes, que procuramos trabalhar sem rivalidade e sem submissão um ao outro, de acordo, porém, autônomos". "Tobias Barreto foi pelo *alemanismo* como coisa a ser imitada pelos brasileiros; eu, do *alemanismo* só aceitava a influência histórica da raça e seu espírito crítico. Ele era, em letras, preferentemente pelos assuntos estrangeiros; eu, pelos nacionais. [...] Em Filosofia, eu fui, depois de procurar caminho seguro, por Herbert Spencer. Tobias não admirava esse notável gênio, ao qual antepunha Haeckel e Noiré, depois de haver passado por Vacherot, Schopenhauer e Hartmann".

Como se vê, Sílvio confessava-se spenceriano. Julgo, porém, que para ele a Filosofia foi método e não feixe de fórmulas. Na sua obra percebem-se os defeitos do autodidatismo, que não é de estranhar, pois com todos os nossos *filosofantes* o mesmo se verifica. Os sistemas de Filosofia constituíram para ele apenas momentos da história da inteligência. Bem brasileiro na desconfiança pelas doutrinas, na suspeição das construções ideológicas, criticava com desenvoltura as "cosmogonias, fisiofilias, filogenias, psicofilias, fisiogenias e quejandas", que ele chamava de *patacoadas*. Não era submisso às idéias; servia-se delas, quer alemãs, inglesas ou francesas, quase sempre desordenada e confusamente, para tentar melhor explicar os

fenômenos da vida brasileira. Nunca a cultura estrangeira foi, para ele, um isolador, como o foi para outros intelectuais brasileiros. Considerou-a, isso sim, como ele mesmo dizia, um tônico para o seu espírito, tônico que lhe permitisse, acreditava, melhor compreender sua terra, que está presente na vasta obra que escreveu e que, como ela, é um tumulto de contrastes. Suas principais obras escritas durante o Segundo Império foram: a *Filosofia no Brasil* (1878) e a grande e valiosa *História da Literatura Brasileira* (1888).

É este um rápido balanço do pensamento filosófico sob o Império. Produto de cultura livresca, de importação, foi representado por dois tipos de letrados: pelo erudito, que nos deu a glosa, quase sempre imperfeita de algumas das correntes filosóficas do século XIX; e pelo outro, aqueles que se voltava para a ação, tentando, com as idéias importadas, justificar ou transformar a conduta social e política do país.

A ausência de qualquer significação desse pensamento não é de estranhar, pois as condições coloniais da vida de nossa sociedade a explicam: a cultura filosófica não era nem podia ser uma exigência dessa sociedade.

A transformação do mundo, subseqüente à Primeira Guerra Mundial, aqui também teria ressonância. Com o desenvolvimento material do país, houve, naturalmente, algum progresso de consciência. A partir de 1922 passamos a dar maior atenção ao que se passava mais próximo de nós, ganhando desse modo o nosso pensamento, desde então, maior grau de objetividade e de significação. Em 1930 começa a esvanecer-se "o predomínio de uma elite de letrados, de diletantes do conhecimento, de amadorismo vago e dispersivo". E, ao mesmo tempo, mais claras se apresentariam as contradições que a abolição da escravatura não resolvera. Termina aí, a nosso ver, a fase da história das idéias que se iniciara na segunda metade do século passado.

À medida que se aperfeiçoavam as técnicas industriais e científicas mais necessárias à sociedade da terceira década do nosso século, tenderam também a aperfeiçoar-se as técnicas intelectuais referentes às ciências humanas, ganhando desde então maior prestígio, sobretudo as que maior alcance têm em face das necessidades do meio: a Sociologia e a Economia Política. Acompanhando-as, não muito de perto, viria a investigação filosófica. Mas, é certo, ainda estamos longe, apesar do inegável avanço destes últimos vinte anos, de atingir um nível de reflexão filosófica que, tendendo para o universal, faça nela transparecer a nossa maneira de ser, aquilo que verdadeiramente somos.

CAPÍTULO II

A LITERATURA DURANTE O IMPÉRIO

A FASE joanina promoveu o desenvolvimento da vida intelectual, melhorando as condições da sua difusão e fazendo do Rio de Janeiro o seu centro incontestável. No que respeita às atividades criadoras foi apreciável o seu legado, que aparece em algumas obras publicadas no decênio de 1820 por homens tributários da estética neoclássica ou do velho nativismo colonial: *Assunção*, de Frei Francisco de São Carlos (1819), *Salmos de Davi* (1820) e *Poesias Sacras e Profanas* (1821), de Antônio Pereira de Sousa Caldas, *Poesias*, de José da Natividade Saldanha (1822), *Niterói*, de Januário da Cunha Barbosa (1823), *Poesias Avulsas de Américo Elísio*, de José Bonifácio de Andrada e Silva (1825), *Poesias Oferecidas às Senhoras Brasileiras por um Bahiano*, de Domingos Borges de Barros (1825) etc. E enquanto os jornais se alastravam de odes patrióticas feitas com prosaica boa vontade por gente avessa à poesia, a sensibilidade literária talvez encontrasse melhor expressão nos sermões, onde o sentimentalismo religioso se combinava aos arroubos do nacionalismo nascente, em homens como Frei Francisco de Monte Alverne, que encarna bem o modo de ser dos primeiros anos da Independência.

O nacionalismo

O traço mais saliente do período que medeia entre ela e o Romantismo é o aparecimento e desenvolvimento do desejo de manifestar na literatura a originalidade do jovem país e a sua diferença em relação aos cânones legados pela mãe-pátria. Tratava-se de mostrar que ele devia exprimir a sua originalidade geográfica e social através de uma forma libertada das convenções de origem clássica, e isto foi recomendado, a princípio, não por brasileiros, mas por um grupo de franceses interessados pelo Brasil. É com efeito a Ferdinand Denis (1798-1890) a quem devemos a primeira história da literatura brasileira, na qual estabelecia o princípio de que os que aqui viveram e escreveram

durante o período colonial foram pouco a pouco incorporando às suas obras certos aspectos do país (flora, fauna, populações autóctones), de modo a estabelecer uma tradição nativista de cunho original, diferente da portuguesa. E foram tanto mais brasileiros quanto mais utilizaram os elementos locais para matéria da criação, como ocorre sobretudo com Basílio da Gama e Durão, precursores de um nacionalismo literário, cujo sentido os novos escritores deveriam retomar (*Résumé de L'Histoire Littéraire du Portugal suivi du Résumé de L'Histoire Littéraire du Brésil*, 1826).

As idéias de Denis foram aplicadas inicialmente por ele próprio e por outros franceses, como os medíocres Daniel Gavet e Philippe Boucher, autores do primeiro romance indianista de assunto brasileiro, *Jakaré-Ouassou ou les Tupinambas* (1830). Ao mesmo tempo, Garay de Monglave traduzia a *Marília de Dirceu* (que por esta mediação chegou até Pushkin) e o *Caramuru* – fazendo deste último uma espécie de romance, para ajustá-lo ao gosto do tempo.

No Brasil, estes pontos de vista repercutem pela altura de 1830, combinados aos de Garrett, que também preconizava um exotismo parecido e distinguia na tradição literária portuguesa a contribuição própria dos brasileiros. Foi justamente a exemplo do seu *Parnaso Lusitano* que Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) organizou e publicou de 1829 a 1832 o inestimável *Parnaso Brasileiro*, que revelou Gregório de Matos e mostrou pela primeira vez os nossos poetas formando uma seqüência importante, desde as origens até os seus dias. Simultaneamente, publicistas como Evaristo da Veiga davam apoio firme, embora nem sempre discriminado, aos jovens que mostrassem talento para as letras – com o sentimento de que a independência deveria ser completada por uma floração da vida do espírito. Dentro da pobreza intelectual do meio e da indecisão dos moldes estéticos, o critério de valor era sobretudo o do nacionalismo – de tal forma que por muito tempo se considerou que o elemento decisivo era a matéria local, não a novidade artística, que irrompera no Exterior com o Romantismo. Durante o período regencial, os que manifestam mediocremente a sua boa vontade literária são árcades na maioria, como foi a princípio o próprio fundador do Romantismo brasileiro, Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882).

Renovação literária

A partir de 1834 surgem alguns fatos que, vistos de hoje, denotam o início de novo período, em que a literatura apareceria transformada, marcada por um ritmo muito mais vivo e adequado às transformações da sensibilidade e da sociedade. De um lado é a ação, em Paris, de um grupo de jovens brasileiros que entram

em contato algo tardio com o Romantismo, tanto doutrinário quanto poético, reconhecendo nele uma forma de expressão que correspondia às necessidades de um país americano, como indicara Ferdinand Denis. Em torno de Magalhães, proclamado orientador da reforma, ajuntam-se Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876), João Manuel Pereira da Silva (1817-1897) e alguns outros, fundando a revista *Niterói* (1836), que, no conjunto, vale por um manifesto organizado de independência literária. No mesmo ano, Magalhães publica os *Suspiros Poéticos e Saudades*, considerados a primeira obra do nosso Romantismo.

Esses primeiros autores não correspondem à idéia corrente sobre o Romantismo. São ponderados e comedidos, usam formas e vocabulário ainda muito próximos do Arcadismo na sua fase final – já embebida de sentimentalismo, nostalgia e saudade. Mas graças à experiência de países e literaturas estrangeiras, quebram mais do que os últimos árcades a dependência exclusiva em relação aos modelos portugueses e trazem certa largueza de vistas.

Enquanto isso se dava em Paris, surgia no Rio um esforço de renovação no teatro, inspirado pelo grande ator João Caetano dos Santos (1808-1863), que introduziu o drama moderno, estimulou a produção local e modificou tanto o jogo cênico quanto a declamação, procurando uma dicção mais natural. Os escritores corresponderam ao seu apelo, escrevendo peças de vário tipo; mas a única figura importante que o tempo consagrou neste terreno foi José Carlos Martins Pena (1815-1848), cujas comédias escritas com espontaneidade, fundadas na observação irônica dos tipos e dos costumes, constituem a primeira e até os nossos dias quase única realização importante da nossa literatura teatral.

Associações e periódicos

Acontecimento de nota foi a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, inspirado pelo *Institut Historique*, fundado em Paris por dois amigos do Brasil, Monglave e Debret, que acolheram lá os jovens renovadores e lhes deram a oportunidade das primeiras manifestações públicas em 1834. O congênere nacional (cujo fundador ostensivo foi Januário da Cunha Barbosa) tornou-se desde logo um ativo centro de estudos, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como vínculo entre ela e os meios oficiais, sobretudo depois que o segundo Imperador passou a freqüentá-lo e ampará-lo. A partir de 1839, a sua revista (que ainda perdura) acolheu o resultado dos trabalhos históricos e da investigação erudita no campo literário.

De nível mais modesto foi a Sociedade Pedagógica, fundada sob a inspiração do livreiro e editor Francisco de Paula Brito (1809-1861), com o seu periódico *A Marmota Fluminense*, reunindo os escritores mais representativos e apoiando utilmente os que desejavam iniciar a carreira literária. Em 1844 fundou-se a *Minerva Brasiliense*, excelente revista dirigida por Torres Homem, redigida por um grupo de cientistas e escritores, dos quais se destaca, pela acuidade do espírito crítico, um jovem chileno criado no Brasil, Santiago Nunes Ribeiro (falecido em 1847), que deu a formulação mais coerente do nacionalismo literário visado pela maioria dos reformadores.

Nestas e outras revistas, como *Íris* (1848-1849) e *Guanabara* (1849-1855), manifestam-se os fundadores do Romantismo e uma segunda camada de discípulos, que proclamavam, com ardor algo ingênuo de neófitos, a aspiração dominante de uma literatura patriótica como elemento de construção nacional. Entre eles, Antônio Francisco Dutra e Melo (1823-1846), Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-1891) – que seria a figura mais importante da crítica romântica –, Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa (1812-1861) e Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882). A última revista importante ligada em parte aos escritores que estabeleceram a reforma literária no Brasil foi a *Revista Popular* (1859-1862), mantida pelo editor Garnier e orientada por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1875), autor da primeira história da literatura brasileira escrita aqui, é verdade que associada à portuguesa (*Curso Elementar de Literatura Nacional*, 1862).

O período regencial, com os seus acalorados debates políticos, favoreceu o jornalismo, que vinha do Primeiro Reinado e sempre foi violento, parcial, até que Evaristo da Veiga (1799-1837) lhe desse comedimento de expressão e um elevado tom doutrinário n'*Aurora Fluminense* (1827-1837). Jornalistas de bom estilo foram Torres Homem, Justianiano José da Rocha (1812-1862), Firmino Rodrigues Silva (1815-1879); mais adiante, Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889).

O Indianismo

A linha mais consentânea com o que se achava então ser a nota própria do Romantismo brasileiro foi o Indianismo – que apareceu a certa altura como a poesia nacional por excelência, aquela que manifestava uma sensibilidade e um temário que nos diferençavam do antepassado português, propondo a imagem ideal de um outro, refeito em grande parte pela imaginação e transformado em símbolo da pátria: o índio.

Embora alguns dos primeiros românticos tenham feito reservas quanto à sua utilização literária, ele se tornou bem cedo assunto predileto,

multiplicando-se de tal modo os poemas, romances e dramas indianistas, que a moda chegou a pegar em Portugal. Vista de hoje, quase toda essa produção se esboroa, pelo artificialismo e a repetição dos mesmos recursos; mas de 1840 até o decênio de 1870 representava o grande projeto artístico e patriótico.

Das tentativas iniciais de alguns escritores secundários, uma apenas cavou fundo na sensibilidade do tempo: a *Nênia*, de Firmino Rodrigues Silva (1837), ligado ao grupo pré-romântico da Sociedade Filomática, fundada em 1833 por estudantes de São Paulo. Mas foi em 1847 que o indianismo rompeu como força viva nalguns poemas dos *Primeiros Cantos*, de Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) – considerado imediatamente o verdadeiro criador da "poesia nacional". É de fato com ele, e com ele apenas, que a poesia indianista alcança um nível superior, que todavia ainda não se manifesta plenamente neste primeiro livro, e sim nos *Últimos Cantos* (1851).

Poeta de craveira larga, Gonçalves Dias encarna todo o movimento da poesia brasileira do tempo. Se de um lado conserva muito da lição arcádica (o exemplo dos fundadores do nosso Romantismo), adere de outro à moda medievista, manifesta o sentimentalismo confidencial que constitui a faceta mais corrente dos românticos e, finalmente, atinge o escopo nacionalista com os seus índios heróicos e sonoros, descritos em linguagem impecável.

Mas o ideal dessas gerações era transcender a poesia lírica pela elaboração de uma grande epopéia nacional, preferivelmente de assunto indígena. Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias trabalharam neste sentido desde os fins do decênio de 1830 e 1840, respectivamente, adquirindo o segundo uma competência de etnógrafo e lingüista, como subsídio da grande empresa que afinal não chega a terminar, ou cujos originais completos teriam desaparecido no naufrágio que o vitimou. Da epopéia do "povo americano, agora extinto", *Os Timbiras,* restam apenas os quatro cantos iniciais que publicou em 1857, quase ao mesmo tempo que a de Magalhães, *A Confederação dos Tamoios* (1856).

As duas publicações marcam o ápice do indianismo na poesia e a sua inflexão rumo à prosa. Um jovem principiante das letras, José de Alencar, ataca o poema de Magalhães, com o pseudônimo de Ig., nas *Cartas sobre A Confederação dos Tamoios*, suscitando uma polêmica célebre, na qual intervieram vários intelectuais, inclusive o Imperador, e durante a qual preconizou uma expressão verdadeiramente nova, um estilo colorido e musical – que ele próprio tentou a seguir, não em verso, que logo abandonou,

mas em prosa. De 1857 é *O Guarani*; de 1862 a parte inicial de *As Minas de Prata*; mas foi em 1865 que atingiu o seu ideal, na curta narrativa poética *Iracema*, em que prosa e poesia se fundem na criação de um admirável universo plástico, animado pelos símbolos da formação brasileira.

A importância e a influência do Indianismo foram historicamente inestimáveis, como instrumento de aquisição da consciência nacional num povo que acabava de chegar à vida independente. Entroncando numa tradição literária que vinha do século XVIII, correspondendo a uma certa linha de prosápia genealógica, configurado pelas influências estrangeiras do exotismo literário – ele foi uma espécie de grande sinal de identificação para todos os brasileiros, que projetaram na raça indígena o seu passado, a sua mestiçagem, a grandiloqüência dos seus sonhos. E de moda literária tornou-se fator de unidade, ficando os símbolos e os nomes índios incorporados aos nossos hábitos até o presente.

Satanismo e humor

Agrupados numa cidadezinha provinciana, que os situava à margem da vida corrente, os estudantes de Direito de São Paulo formaram um ambiente favorável aos aspectos de negação contidos no Romantismo e que se manifestaram principalmente pelas diversas formas de humor – do humor leve ao humor negro –, com que sublinhavam a sua singularidade e se adequavam à moda do satanismo, sob a influência direta ou indireta de Byron, conhecido principalmente nas traduções francesas.

O gênero cômico-grotesco da "poesia pantagruélica", bem como a obscenidade franca, encontraram, entre outros, um cultor representativo em Bernardo Guimarães (1825-1884), cuja obra oficial é menos importante do que este aspecto irreverente e aberrante, onde o sadismo encontrou um dos seus escoadouros em nossa literatura. Muito perto dessas tendências fica o seu amigo Manuel Antônio Álvares de Azevedo (1831-1851), que escreveu poemas de uma graça jovial e outros em que dominam o cinismo, o desespero e a crueldade, matéria-prima das narrativas de *A Noite na Taverna* e do admirável *Macário*, drama em prosa feito mais para a leitura do que para o palco. Esse rapaz de gênio, dotado de um sentido penetrante das contradições e das ambivalências, deixou também ensaios e discursos marcados de retórica juvenil, mas denotadores de uma capacidade excepcional para a reflexão literária. Este lado da sua obra pertence ao intenso movimento das associações e revistas estudantis, no qual se sobressaiu, um pouco depois, a maior vocação crítica do tempo, infelizmente desviada para o Direito: Antônio Joaquim de Macedo Soares (1838-1905).

Ao mesmo pendor para a negação e o desespero filia-se um poeta bem menor, mas apreciável nalguns poemas, o monge beneditino Luís José Junqueira Freire (1832-1855).

Outros grupos e correntes

Apesar da voga do "byronismo" a certa altura, muito mais avassalador foi o culto do sentimentalismo confidencial, que avulta junto dele nos fins do decênio de 1840 para tornar-se a nota dominante do Romantismo corriqueiro. Isto foi facilitado pelas teorias individualistas do idealismo, que levaram a um exibicionismo psicológico acentuado, fazendo com que "sinceridade" fosse sinônimo de indiscrição e pieguice. Todos os poetas citados pagaram o seu tributo a essa moda, cujo expoente mais puro foi talvez Casimiro José Marques de Abreu (1839-1862), em melopéias arranjadas com habilidade para satisfazerem a sensibilidade epidérmica. Com ele e outros do tempo, o verso romântico, já sequioso de musicalidade, foi descaindo para uma certa facilidade de ritmo e de rima, que o aparenta à poesia semipopular das canções e modinhas. Foi, aliás, por aquela altura que se difundiram os recitativos ao som da "Dalila", que conduziam a dicção para uma plangência que os poetas acabaram por antecipar, multiplicando as rimas internas, utilizando os mesmos ritmos em todos os versos de um poema.

Do grande número de poetas embriagados pelo "dom fatal das lágrimas" (Gonçalves Dias), poucos se destacam por alguma nota mais pessoal, como Joaquim de Sousa Andrade (1835-1902), cuja obra esquecida vem senda restaurada pela crítica mais recente, que soube descobrir nela uma originalidade e uma ousadia de expressão antecipadoras de certos rumos da poesia contemporânea.

Sousa Andrade e também Gonçalves Dias pertencem a uma província que sobressaiu então pela cultura e a densidade da vida intelectual – o Maranhão. Gramáticos, oradores, jornalistas, poetas e até um editor de vistas largas formam um conjunto ponderável em toda a parte média do século. Destaquemos o eminente jornalista liberal Manuel Odorico Mendes (1799-1864), tradutor consciencioso de Homero e Virgílio; Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), autor de um importante *Curso de Literatura Brasileira e Portuguesa* (1873); sobretudo João Francisco Lisboa (1812-1863), historiador e publicista de mente esclarecida e estilo admirável, que no *Jornal de Timon* analisou a vida política do tempo com argúcia, animada por uma vivacidade próxima da criação romanesca. Esses escritores manifestam um apego à língua que, entre outros traços observáveis na poesia e no romance, mostram que continuávamos muito mais ligados à tradição e à influência portuguesa do que proclamavam os princípios do racionalíssimo literário radical, ilusório sob este aspecto.

O romance

No decênio de 1830 publicaram-se algumas obras de ficção que cabem melhor no âmbito do conto e da novela. O romance propriamente dito começa depois, com O *Filho do Pescador* (1843), de Teixeira e Sousa, e *A Moreninha* (1844), de Joaquim Manuel de Macedo. Reunidos, ambos ilustram e quase simbolizam as duas tendências principais que presidiriam ao desenvolvimento do romance romântico entre nós: a tonalidade folhetinesca, de influência francesa, com aventuras inverossímeis, intervenções inesperadas, coincidências miraculosas; e um certo realismo descritivo, bastante trivial na sua amenidade, que foi sempre muito brasileiro e que, por ser menos ambicioso, mais chegado ao quotidiano, preservou melhor as obras do desgaste do tempo. O senso documentário dos costumes presentes começou no Brasil antes de Portugal, cujos primeiros ficcionistas do período romântico se orientaram a princípio para a ficção histórica, inspirada por Walter Scott.

Macedo teve não apenas a importância de escrever o primeiro romance que chamou a atenção do público, mas a de despertar entre os jovens o desejo de emulação no gênero. Misturando o bom humor ao patético, o senso da realidade às intrigas inverossímeis, produziu cerca de 20 romances e outras tantas peças de teatro, além de um poema novelesco, *A Nebulosa* (1857), que pode ser considerado o exemplar mais característico do Romantismo noturno e fatal, funcionando como contrapeso de obras do tipo de *A Festa de Baldo* (1847), de Álvaro Teixeira de Macedo, poema cômico de costumes provincianos, injustamente esquecido.

Mais leve e ao mesmo tempo mais acerado no humorismo, verdadeiro Martins Pena do romance, foi Manuel Antônio de Almeida (1831-1861), cujo único livro, *Memórias de um Sargento de Milícias* (1852-1853), é uma descrição encantadora e despretensiosa dos costumes populares. A habilidade espontânea da composição se junta ao senso dos tipos humanos, para basearem uma visão desencantada e imparcial, que não se tinge de amargura nem se dilui no otimismo fácil. Depois de uma carreira algo lenta junto ao gosto público, este romance é hoje dos mais prezados dentre os que nos vieram do Romantismo, como é demonstrado pela sucessão das edições nos últimos vinte e cinco anos.

Mas a figura central da novelística de então é José de Alencar (1827-1877), tanto pela amplitude dos projetos e dos temas, quanto pela força com que tratou alguns deles. Apesar de a sua fama repousar principalmente nos romances indianistas, são de importância singular três que reuniu sob o título geral de *Perfis de Mulher*, onde analisa casos curiosos de psicologia feminina, sendo que no último manifesta um senso agudo

dos problemas sociais, aprofundados graças a um realismo temperado pelas concessões ao convencionalismo romântico (*Lucíola*, 1862; *Diva*, 1864; *Senhora*, 1875). Menos bons são os romances regionalistas, que todavia contribuem para reforçar esta tendência importante no desenvolvimento da nossa novelística, transformando-a num instrumento de descoberta e de interpretação das diferentes áreas do país, com a sua paisagem e os seus costumes.

Comparado com o Indianismo e seu forte sentido integrador, o regionalismo é algo diferenciador, acentuando as peculiaridades locais, fomentando certo provincianismo literário, quando não o franco bairrismo, como é o caso de Franklin Távora (1842-1888), que chegou a preconizar uma espécie de separatismo intelectual, com a criação da "literatura do Norte", que, segundo um preconceito ainda vigente, seria mais "brasileiro" do que o Sul, por estar menos atingido pela vida moderna e a imigração.

Descartado este aspecto, o regionalismo foi fecundo; a prova da sua necessidade é a voga que ainda hoje o mantém vivo, sob múltiplas transformações. De fato, ele corresponde não apenas a um tipo de nacionalismo, que levava a preferir como temas os aspectos diversos da sociedade e da natureza, mas a um pendor muito brasileiro de apego aos lados exteriores da criação literária. No entanto, um juízo rigoroso pouco mantém da produção regionalista do Romantismo. Talvez *O Seminarista* (1872), de Bernardo Guimarães; alguns trechos de *O Matuto* (1878) e *Lourenço* (1881), de Távora; a *Inocência* (1872), de Alfredo d'Escragnolle Taunay (1843-1899), com a sua graça campestre crestada pelo sentimento da fatalidade.

Taunay, escritor abundante e fluente, é um elemento de ligação entre o paisagismo pitoresco e a elegância meio artificial com que abordou os temas da vida carioca, procurando aprofundar a tradição de Macedo e Alencar.

É interessante verificar que o romance urbano, apesar de estimado e mesmo quantitativamente predominante, desde as origens, nunca suscitou problemas críticos. O ponto de referência foi constituído a esse respeito pelo romance regional, como se de fato ele representasse o que havia de lídimo no esforço de criação da "literatura nacional", tema constante de todo o Romantismo. A propósito dele foi que se propuseram as questões de técnica e de assunto, bem modestamente apresentadas, é certo, mas significativas das preocupações do momento e das orientações do futuro – como fica evidenciado pelas considerações de Franklin Távora contra Alencar, publicadas em 1870 sob o pseudônimo de Semprônio no periódi-

co *Questões do Dia*, de José Feliciano de Castilho, e reunidas em volume em 1872, com o título de *Cartas a Cincinato*.

Sem terem a importância nem a amplitude das de Alencar contra *A Confederação dos Tamoios*, elas lhes equivalem historicamente como um outro momento da consciência crítica da época. Em 1856, Alencar censurava a Magalhães a falta de envergadura e, ao mesmo tempo, de expressividade poética, achando que a "literatura nacional" deveria fundar-se numa espécie de transfiguração plástica e sonora da realidade, por meio de um estilo cujo ideal se aproximaria da prosa cadenciada e metafórica de Chateaubriand e, mais remotamente, Macpherson. Ao pôr em prática as suas teorias, foi criticado principalmente no terreno gramatical, dada a originalidade com que utilizou palavras e construções que eram, aliás, de perfeita legitimidade vernácula.

A atitude de Távora, 15 anos depois, constitui um progresso, na medida em que põe em jogo, não a língua, mas a concepção da realidade na ficção. Embora ainda preso ele próprio aos modelos idealizados do Romantismo, preconiza a exatidão documentária e censura em Alencar o excesso de imaginação, que leva a desfigurar a verdade da vida campesina em *O Gaúcho*.

No mesmo ano de 1872 Bernardo Guimarães publica o referido *O Seminarista*, sua obra-prima, onde, além de esta verdade ser respeitada, aparece uma correlação entre a vida física e os sentimentos, que, aliada à tese social (oposição ao celibato clerical), mostram como o regionalismo podia conter uma espécie de naturalismo latente – que explodirá mais tarde num mau romance de Távora, *O Sacrifício* (1879). Somado ao interesse pela descrição dos costumes, presente desde Macedo; somado também ao realismo psicológico infuso nos *Perfis de Mulher*, de Alencar – este traço denota o senso do real, que compôs desde o início um dos aspectos importantes do nosso romance, por entre os andaimes do folhetim e os descaminhos da pieguice, de que apenas Manuel Antônio de Almeida ficou imune.

Novos rumos da poesia

Também a poesia trilhou rumos novos no decênio de 1860, com o advento dos temas sociais, correspondentes à agitação política e patriótica do momento (Questão Christie, Guerra da Tríplice Aliança, primeiros sinais do Abolicionismo e do sentimento republicano).

É na obra de Luís Nicolau Fagundes Varela (1841-1875) que as novas inflexões tomam corpo com certa consistência, a exemplo de alguns poetas menores, como José Bonifácio, o Moço (1827-1886), ou Pedro Luís

Pereira de Sousa (1839-1884). Além das notas sociais, Varela se caracteriza por enfeixar em seus versos as orientações anteriores – o sentimentalismo, laivos de humorismo e de satanismo, o pendor meditativo e o gosto do pitoresco. Esta última tendência é levada por ele a uma certa naturalidade regionalista mais fresca e popular, que se veria também nalguns poetas coevos do Norte, próximos da veia folclórica. Finalmente, retoma a poesia religiosa em quadro indianista, no poema póstumo *Anchieta* ou *O Evangelho nas Selvas* (1875).

Varela é por assim dizer uma preparação de Antônio de Castro Alves (1847-1871), cuja obra representa ao mesmo tempo o ápice e o termo da melhor poesia romântica. Improvisador desigual, propenso à oratória, abusando dos efeitos sentimentais e formais, ele possui contudo uma generosidade de inspiração e um arrojo de estilo que o levam, quando acerta, aos pontos mais altos do lirismo. Superando a sentimentalidade deliqüescente dos predecessores, afirma a paixão amorosa com ânimo viril, traduzindo-a por um sistema de imagens em que a realidade humana se funde à percepção da natureza. Ao mesmo tempo busca sonoridades matizadas, que dão ao seu verso uma sinuosa musculatura, capaz de exprimir tanto os movimentos da alma quanto o relevo das coisas. O aspecto que mais o destaca é a poesia social, sobretudo de fundo abolicionista, em que sintetiza o idealismo messiânico do Romantismo, aplicando-o na pesquisa do sofrimento e da humanidade do escravo (*Espumas Flutuantes*, 1869; *A Cachoeira de Paulo Afonso*, 1876).

A obra de Castro Alves abre uma fase intensa de poesia social que, apesar de declarar-se anti-romântica a partir de certa altura, é na verdade a última manifestação do Romantismo, inspirada em parte na Escola Coimbrã. São, por exemplo, os poetas que participam da chamada Batalha do Parnaso (1878), agitação de jornalismo poético cujo alvo era a substituição dos temas sentimentais pelos temas políticos. Uma outra face desta atitude é o realismo de inspiração baudelairiana, que trazia ao tratamento da paixão uma vibração carnal até então desconhecida, como se vê na obra de Carvalho Júnior (1855-1879), apenas esboçada, e na de Teófilo Dias (1854-1889).

O aspecto mais organizado desse Romantismo anti-romântico foi a "poesia científica", preconizada e praticada por Sílvio Romero e, com maior êxito, por Isidoro Martins Júnior (1860-1904), ambos maus poetas, que desejavam, a exemplo do português Teófilo Braga, incorporar as conquistas da ciência e da filosofia moderna ao temário da poesia. O Evolucionismo e o Positivismo entraram deste modo em duvidosa aliança

com o verso, num momento em que eram divulgados entre os intelectuais das novas gerações. Mas desses filósofos e políticos em rima talvez se salve apenas Lúcio de Mendonça (1854-1909), de grande vigor panfletário, cuja obra tem uma convicção e uma violência republicana que o aparenta ao Guerra Junqueiro da primeira fase (*Alvoradas*, 1875; *Vergastas*, 1889).

O movimento crítico

No decênio de 1870, pois, já se manifestavam reações contra o Romantismo, ainda inconscientes em certos regionalistas, como Távora e Bernardo Guimarães; consciente, mas sem lastro, nos poetas da Batalha do Parnaso; doutrinário, mas caindo num avesso de Romantismo, nos poetas científicos e políticos. As novas orientações criadoras só se definiriam depois de 1880, precedidas, mesmo quando não ocasionadas, por uma tomada de consciência crítica, cuja principal figura foi Sílvio Romero (1855-1914) – polígrafo de extraordinária envergadura e vitalidade, renovador e inovador dos mais eficazes que temos tido.

Em literatura, partiu do princípio que o Romantismo consistira em parte num mascaramento da realidade, que era preciso denunciar, a fim de compreender os fundamentos da nossa vida mental; estes consistiam nos contatos de raça e de cultura num ambiente tropical, determinantes do que chamava, com terminologia do tempo, "mestiçagem física" e "mestiçagem moral". Traçando um plano vasto, abordou as criações do espírito a partir do folclore, cujo estudo fundou entre nós, passou com ânimo polêmico à história literária orientada segundo o "critério nacional" (ou seja, o da sua relação com os fatores da nossa civilização), à análise do pensamento filosófico, ao direito, à política, à sociologia. O aspecto mais importante da sua obra de crítico e historiador da literatura foi a renovação dos métodos, com emprego dos que então se apoiavam no positivismo e no naturalismo científico, de modo a estabelecer o vínculo da obra com a personalidade do autor e com o meio – como resulta do seu livro mais importante, *História da Literatura Brasileira* (1888), onde fixou para ela um cânon e uma escala de valores que permanecem nas linhas gerais.

A atividade de Sílvio Romero se articula com o que ele chamou a "Escola do Recife", movimento de crítica dos nossos hábitos mentais e das concepções dominantes, sobretudo nos estudos jurídicos. Mas, curiosamente, ele e outros dessa corrente não admitiram sem desconfiança as tendências literárias que, no decênio de 1880, vieram substituir o Romantismo e que correspondiam ao ponto de vista que adotavam: Naturalismo na ficção, Parnasianismo na poesia.

O Naturalismo

O Naturalismo é a forma de realismo em que os sentimentos e a conduta dos personagens são relacionados com os fatores do meio, da herança, dos instintos, que os condicionam segundo um determinismo mais ou menos rígido. A ficção brasileira renovadora obedeceu em grande parte a este rumo, influenciada sobretudo por Emílio Zola e Eça de Queirós.

As primeiras manifestações do Naturalismo brasileiro propriamente dito (não os seus vestígios precursores, que já foram assinalados) datam dos últimos anos do decênio de 1870, tendo sido provavelmente decisivo o impacto causado aqui pelo O *Primo Basílio* (1878). Seja como for, ele se define com O *Mulato* (1881), de Aluísio Azevedo (1857-1913).

Romancista desigual, ora fazendo concessões ao tom folhetinesco, ora tentando a posição *científica* do "estudo de caso", a sua obra é todavia a mais característica do movimento, contando com uma inegável obra-prima, O *Cortiço* (1891), em que realiza com êxito o romance social, movimentando a plebe variada do Rio de Janeiro no quadro de uma habitação coletiva, em torno da luta pela ascensão.

A fórmula extremada e quase caricatural da escola se encontra em Júlio Ribeiro (1845-1890), *A Carne* (1888), cujo aparente mecanismo científico é na verdade a expressão de um malogro estético. De outro nível é Adolfo Caminha (1867-1897), que obtém em *Bom Crioulo* (1895) uma solução equilibrada entre o senso dramático e a atuação do ambiente, descrevendo discretamente um caso de homossexualismo – fato então raro na literatura. Como prolongamento do regionalismo, surge, em 1891, o livro vigoroso de um naturalista da primeira hora, em que os problemas morais do sacerdócio são descritos no quadro adverso da Amazônia: O *Missionário*, de Inglês de Sousa (1853-1918).

Mais complexa e original é a posição de Raul Pompéia (1863-1895), cujo naturalismo – evidente no tratamento da vida sexual, no condicionamento do meio, no pessimismo social – se combina, de um lado, ao senso psicológico refinado; de outro, ao preciosismo do estilo. A sua obra-prima, O *Ateneu* (1888), é uma descrição da adolescência no ambiente de um internato, isto é, uma daquelas coletividades caras ao gosto naturalista, pela possibilidade de mostrar as relações do indivíduo com o grupo.

Sem inovações sensacionais, antes recorrendo conscientemente a valores estéticos e a técnicas do passado e pondo de parte, com alguma ironia, as novidades do momento, avulta entre todos, nesse período, a maior figura que a literatura brasileira conhecera até então: Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908).

Apesar de estimável como poeta e comediógrafo, apesar de eminente como cronista e crítico, foi sobretudo como ficcionista que alcançou uma altura excepcional. Não era freqüente em seu tempo o senso das situações raras, que desvendam as camadas profundas da alma, nem a capacidade de descrever com originalidade alguns pontos de vista tópicos, como o limite entre o bem e o mal, entre a razão e a loucura, renovando-os pela expressividade do estilo, a técnica do subentendido e certos jogos da ironia. No curso de uma longa carreira literária, manifestou desde logo estas características, que se afirmaram com relevo maior na obra madura, posterior a 1800, data em que apareceram sob forma seriada, na *Revista Brasileira*, as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, romance humorístico e pungente, seguido por três coletâneas importantes de contos: *Papéis Avulsos* (1882), *Histórias sem Data* (1884), *Páginas Recolhidas* (1889). Depois de 1890 continuariam a alternar-se, em seqüência admirável, romances e contos que confirmam a sua maestria e a sua posição de ignorado precursor de algumas tendências da ficção contemporânea – como o senso do absurdo e da gratuidade dos atos, a pluralidade do espírito, a indeterminação do objeto narrado (*Quincas Borba*, 1891; *Várias Histórias*, 1896; *Dom Casmurro*, 1899; *Esaú e Jacó*, 1904; *Relíquias de Casa Velha*, 1906; *Memorial de Aires*, 1908).

Nos decênios de 60 e 70 floresce o teatro graças a Macedo, Alencar e alguns mais novos, dos quais sobressai Joaquim José da França Júnior (1838-1890), com um senso aguçado para a sátira de costumes. Periódicos de grande interesse foram a 2ª fase da *Revista Brasileira*, publicada de 1879 a 1881 por Franklin Távora e Nicolau Midosi, e a 1ª fase de *A Semana* (1883-1885), de Valentim Magalhães e Filinto de Almeida. Pela mesma altura começam a desenvolver uma atividade intelectual, que teria o apogeu mais tarde, historiadores e ensaístas como Joaquim Nabuco (1849-1910), Rui Barbosa (1849-1923), Capistrano de Abreu (1853-1927), críticos como Araripe Júnior (1848-1911) e José Veríssimo (1857-1916).

Parnasianismo

Na poesia, reação contra o Romantismo só encontra fórmulas que se lhe pudessem realmente opor depois de 1880, quando surge o "culto da forma", como se denominou a princípio o Parnasianismo – nome tomado ao movimento francês em que se inspirou e que pretendia substituir o sentimentalismo confidencial por uma visão mais realista da vida afetiva, a fluência cantante do verso por uma cadência mais plástica, a espontaneidade da composição por um trabalho rigoroso.

Apesar de o livro de Teófilo Dias, *Fanfarras* (1882), ter sido considerado pelos coevos iniciador da reforma, esta só se manifesta realmente

com *Meridionais* (1884), de Alberto de Oliveira (1857-1937), que firma o estilo opulento e solene dessa sua primeira fase em *Sonetos e Poemas* (1885), passando a ser considerado uma espécie de decano dos renovadores. Mais vibrante e inquieto, embora capaz de traçar com maestria os quadros descritivos preconizados pela estética reinante, foi desde logo Raimundo Correia (1860-1911), cuja produção é quase toda desse momento inicial do Parnasianismo (*Sinfonias*, 1883; *Versos e Versões*, 1887; *Aleluias*, 1891). Ao contrário, Olavo Bilac (1865-1918), cuja estréia, *Poesias*, é de 1888, só daria a sua medida plena em obras posteriores. Entrementes, era, como os demais, estritamente ortodoxo, procurando o verso escultural e a notação expressiva do mundo exterior.

No conjunto, estes e outros menores trouxeram à poesia uma disciplina brilhante, contrastando com a frouxidão formal e concepcional dos últimos momentos do Romantismo e reconstituindo a sua fibra, por assim dizer. Em compensação, deram-lhe certa superficialidade e acentuaram os pendores retóricos, além de manifestarem um visível exibicionismo técnico, que equivale como defeito ao exibicionismo afetivo dos predecessores – no qual, aliás, incorreram mais do que seria de esperar dos seus programas.

Ajustado ao gosto acadêmico que então se definia, acessível à semicultura das classes urbanas, que então se estabilizavam, o Parnasianismo estava chamado a uma voga duradoura e tirânica que comprometeu de modo irremediável as tentativas de oposição ou de divergência, como o Simbolismo, cujos primeiros sinais aparecem nos fins do decênio de 1880.

CAPÍTULO III

A CULTURA JURÍDICA

1. OS MONUMENTOS LEGISLATIVOS

POR DUAS formas se manifestou a cultura jurídica no Brasil. A primeira foi a construção de um notável arcabouço jurídico no Império: uma constituição, vários códigos, leis, algumas de categoria excepcional. A segunda forma foi a criação de uma elite jurídica própria e plenamente adequada ao ambiente brasileiro.

O primeiro desses monumentos é naturalmente a *Carta Constitucional*, obra baseada num projeto de Antônio Carlos, que diz tê-la escrito ao correr da pena – e que realmente se ressente de falta de acabamento. Mas o fato é que foi inteiramente refundida pelo Conselho de Estado, sob a Presidência direta e influente do próprio Imperador. O texto aprovado é incontestavelmente melhor e mais conciso que o projeto.

A Constituição

A influência estrangeira mais notável é a de Benjamin Constant, de cuja *Esquisse de Constitution*, publicada em 1814, chegou-se a fazer uma literal tradução, em alguns artigos. Dos membros do Conselho, costuma-se apontar como preponderante na elaboração do texto José Joaquim Carneiro de Campos, depois Visconde e Marquês de Caravelas, que, sem ser um jurisconsulto notável, era um profundo conhecedor da máquina administrativa, na qualidade de funcionário público desde o tempo do reinado. Magistrados antigos, devem ter trazido boa contribuição: Maciel da Costa (Marquês de Queluz), Carvalho e Melo (Visconde de Cachoeira), Clemente Ferreira França (Marquês de Nazaré) e Pereira da Cunha (Marquês de Inhambupe). Também profundo conhecedor da burocracia era o Barão (depois Marquês) de Santo Amaro, antigo secretário de El-Rei.

O segundo monumento legislativo derivado das Câmaras do Império, de difícil elaboração, mas pleno êxito, foi o Código Criminal de 1830.

Ainda fruto de juristas coimbrãos foi este Código, um dos grandes monumentos legislativos da Monarquia. O autor do projeto foi, sem dúvida, Bernardo Pereira de Vasconcelos. José Clemente Pereira limitou-se a apresentar, em sessão de 3 de junho de 1826, simples apontamentos bastante sumários, que denominou de *Bases para um Código Criminal*. A 16 de maio apresentou Vasconcelos um projeto completo que serviu de base para o trabalho da Comissão Especial.

Encaminhado depois a uma comissão mista, de deputados e senadores, foi aprovado finalmente em 1830, sendo sancionado a 16 de dezembro.

Duas grandes questões dominaram os debates: a pena de morte e a de galés. Venceu a inclusão das duas, tendo sido, porém, a primeira aprovada por pequena maioria.

O Código Criminal

O Código Criminal de 1830 é considerado um dos mais notáveis trabalhos parlamentares do Brasil, não só pelo tino prático das disposições, como pela doutrina, então plenamente atualizada. Algumas de suas disposições foram pioneiras na legislação penal (como a do art. 7º, relativa à responsabilidade sucessiva nos abusos de liberdade de pensamento, que foi seguida pela Bélgica). Sua concisão foi gabada e Victor Foucher traduziu-a para o francês com uma introdução altamente laudatória. Foi louvado por Haus e outros juristas da época.

Bernardo Pereira de Vasconcelos não produziu nenhuma obra doutrinária de renome. Mas o Projeto do Código Criminal granjeou-lhe merecidamente a fama de jurisconsulto.

Vigorou o Código 60 anos, ultrapassando o Império, sinal de adequação ao ambiente. O melhor elogio deste diploma foi feito pelo Prof. Ladislau Thot, da Universidade Nacional de La Plata (*Archivo Judiciário* – Rio XV, supl., p. 39). Foi o primeiro código penal autônomo na América Latina e sua influência sobre os que lhe seguiram é incontestável.

O Código do Processo Criminal

Menos feliz foi a vida do Código do Processo Criminal, aprovado logo em seguida, e cuja elaboração começou em 1828, estando ainda em curso a aprovação do Código Criminal.

Foi encaminhado ao Parlamento com uma proposta do Ministro da Justiça, Lúcio Soares Teixeira de Gouveia. As várias comissões parlamentares terminaram por preferir o projeto de Manuel Alves Branco, segundo Visconde de Caravelas.

O Código é uma vitória do espírito liberal, do qual Alves Branco era um expoente. Em torno dele feriram-se sérios debates.

Criou uma nova hierarquia judiciária. Extinguiu os Ouvidores, os Juízes de Fora, e uma série de magistraturas especiais. Os Juízes de Paz, Juízes Municipais, Juízes de Direito e os Desembargadores em Relações passaram a ser os membros da escala da magistratura.

Dois pontos vão ser alvo dos ataques e da reforma posterior: a inclusão da Polícia no campo da magistratura e a atribuição ao júri de uma considerável extensão jurisdicional. Atacado pelo campeão do movimento conservador, Bernardo Pereira de Vasconcelos, autor de uma reforma do Código, o próprio Alves Branco concordou, posteriormente, com reformas importantes. A reforma do Código passou a ser, no período de reação, iniciado em 1837, um dos alvos do movimento conservador. Por ela se bateu no Senado o maior doutrinador do Partido Conservador no Brasil, Paulino de Sousa, o futuro Visconde do Uruguai, que a emendou consideravelmente. Daí resultou a Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841. A descentralização de 32 foi substituída por uma centralização rígida e poderosa. O Chefe de Polícia passou a ser um dos principais agentes do Governo.

Para a construção do arcabouço centralizador do Império, esta lei é fundamental. "O Código de Processo dera um juiz faccioso, o Juiz de Paz, a justiça local." Pela lei de 1841: "Todo o serviço de prevenção policial e de repressão criminal se centraliza" (Oliveira Viana: *Populações Meridionais* – 3ª ed., p. 304).

Manuel Alves Branco, segundo Visconde de Caravelas e principal autor do código, é uma das primeiras figuras do Império, quer do ponto de vista da competência técnica, quer da significação moral. Magistrado e, em seguida, político, foi Ministro várias vezes de diversas pastas. É autor de vários atos administrativos importantes, como o Regulamento de Contabilidade. Foi, afinal, Senador do Império e Conselheiro de Estado. Literato, era homem de idéias avançadas. Basta lembrar que propôs a adoção do voto feminino. Não deixou, porém, nenhuma obra doutrinária.

Segundo o resumo que faz o livro clássico de João Mendes de Almeida Júnior, o Código

> "alterou completamente as formas do procedimento criminal. As *devassas gerais*, as *devassas especiais*, as *querelas* e as *denúncias*. A acusação e o julgamento, nos crimes de pena maior que a de seis meses de prisão ou degredo, passaram a ser feitos em processo público e oral perante o júri. O júri era constituído em dois conselhos: o primeiro para declarar se havia motivo para acusação; o segundo era o júri de sentença. Foram

regulados os recursos ordinários e o recurso denominado extraordinário, do *habeas-corpus*, que penetra, assim, em nossa legislação".

É curioso mencionar que em plena República, em 1898, a lei reguladora da Justiça Federal tenha reproduzido quase literalmente, na parte II, relativa ao processo, o Código de 1832 e as leis de 1841 e 1871 que o modificaram.

O Código Comercial

O Código Comercial é o que mais durou de nossos monumentos legislativos. Sua estrutura ainda resiste, apesar de mutilado.

A idéia do Código deriva de 1809, quando um alvará incumbiu Cairu de elaborá-lo. Não passou ele das *Regras da Praça* (1832), de que adiante se tratará.

Originou-se o Código Comercial de um projeto elaborado por uma comissão nomeada em 1833, composta dos comerciantes José Antônio Lisboa, Inácio Ratton, Lourenço Westin e Guilherme Midosi. Foi debatido no Parlamento a partir de 1835. Mas a elaboração parlamentar foi lenta. Só em 1844 foi aprovado pela Câmara e passou ao Senado. Voltou à Câmara com emendas e foi aprovado em 1850. Nasceu velho o Código, sem conhecer as estradas de ferro nem a navegação a vapor. Apesar de tudo, refletia, quando elaborado, as melhores idéias a respeito do Direito Comercial.

O Regulamento 737

Acompanhando o Código Comercial, expediu o Governo o Regulamento 737, dispondo sobre o Processo. "É um dos mais sólidos monumentos da nossa legislação", disse dele Carvalho de Mendonça. Resistiu mais que o próprio Código. Ainda na República permaneceu como base da lei processual em diversos estados. Leis federais houve que reproduziram integralmente capítulos do Regulamento 737.

> "Simples regulamento do Executivo, sem o título de código, era o Decreto 737, na verdade, o Código do Processo Comercial e Civil, destinado a durar tanto tempo quanto durou o Império e, ainda, a sobreviver-lhe." (L. E. Sauerbronn Carpenter – "O Direito processual no Império" p. 215).

Não faltou a esse verdadeiro Código o mais notável dos textos legislativos do regime, expedido por ato do Executivo, a consagração de uma obra doutrinária interpretativa. Não é outra coisa o *Compêndio*, de Paula Batista, de que adiante se tratará.

Os projetos de Código Civil

A legislação civil continuava sendo, porém, a das Ordenações Filipinas, revigoradas para o Brasil, juntamente com toda a antiga legislação portuguesa, apesar de prometer a Constituição a elaboração de um Código Civil.

Para cumprir essa exigência contratou o Governo a elaboração do projeto com o sábio jurisconsulto Augusto Teixeira de Freitas, tido, com justiça, como a maior expressão da cultura jurídica do país.

Começou Teixeira de Freitas por elaborar, contratado pelo Governo, a *Consolidação das Leis Civis* (1857), obra logo aprovada e considerada modelar pela comissão. Para justificar o seu sistema, escreveu T. de Freitas uma Introdução que, "pela segurança das idéias, pela erudição e pela crítica dos autores, constitui uma das mais fortes produções de nossa literatura jurídica", disse Clóvis Beviláqua.

Logo em seguida, ainda mediante contrato, iniciou o grande jurista a confecção prévia do *Esboço* (dois tomos em três volumes, 1860-64). Quando já impressos mais de 5.000 artigos desse esboço, propôs Teixeira de Freitas uma completa alteração dos planos ao Governo, com a unificação de Direito Privado. Opinou favoravelmente o Conselho de Estado, mas hesitaram os Ministros diante da novidade, e preferiram rescindir o contrato.

Interrompendo o seu trabalho, o grande jurisconsulto teve um triste final de existência. Morreu em 1883, com a razão obscurecida. Mas o Código Civil Argentino recebeu a influência de suas idéias. Velez Sarsfield, codificador daquele país, adotou as idéias principais do *Esboço* em seu projeto, aceito pelo Congresso. Foi Teixeira de Freitas, sem dúvida, "o maior dos nossos cientistas", assim proclamado por Clóvis Beviláqua. A sua obra é considerada realmente ímpar por todos os grandes juristas do Brasil. Sílvio Romero diz ser ele "o mais admirável fenômeno intelectual, que se revela quase miraculoso".

No juízo do grande cientista Lacerda de Almeida,

> "o Direito, entendido e exposto há mais de 50 anos, tal como o apresentam, pretendendo alvíssaras e invocando o mérito da descoberta escritores estrangeiros, nomeadamente os italianos, o Direito como ciência dogmática, teve entre nós expoente máximo, e, posso dizer, único, em Teixeira de Freitas, que ideou uma sistematização original de toda a matéria jurídica, tomando por critério a própria diversidade da natureza entre os direitos *reais* e os direitos *pessoais*, e descortinando em arrojado vôo a futura *unificação do Direito Privado*, propôs incluir na codificação

de que fora encarregado em 1860, não um medroso ensaio, mas uma legislação já pronta, expurgada e condensada, na qual dominava o pensamento de abolir, como se fez depois na Suíça, a dualidade de códigos, ainda vigente na maioria das nações". (V. "O Sen. Cândido Mendes e a sua obra jurídica".)

Em 1872 era celebrado novo contrato com o Senador Nabuco de Araújo para a confecção de mais um projeto. Era considerado uma das maiores cabeças do foro, dotado igualmente de excelente formação literária. Morreu, porém, o Senador Nabuco em 1878 sem ter avançado suficientemente em seu trabalho.

Em 1881 apresentou Joaquim Felício dos Santos ao Governo uns apontamentos para projeto de Código Civil. Foi a última tentativa ao tempo do Império. Nomeada uma comissão para revê-los, deu parecer contrário. Aproveitou o Governo a mesma comissão para incumbi-la de elaborar novo projeto. Era composta realmente de grandes nomes da ciência jurídica: Lafayette Pereira, Antônio Joaquim Ribas, Justino de Andrade, Coelho Rodrigues e Ferreira Viana.

Apesar dos esforços de Coelho Rodrigues, não foi possível fazê-la atuar. Em 1889 nomeou o Governo nova comissão, composta dos conselheiros Silva Costa, Olegário Herculano Aquino e Castro, Afonso Pena, Sousa Dantas Coelho Rodrigues e o Barão de Sobral. Cabia a Presidência ao Conselheiro Cândido de Oliveira e ao próprio Imperador. Muito se trabalhou até 15 de novembro, quando tudo cessou.

Encerrou-se assim o regime sem produzir o maior monumento jurídico que se anunciava para substituir as obsoletas ordenações. O Código Civil virá a ser uma das realizações da República.

2. O ENSINO JURÍDICO – OS GRANDES JURISTAS

A Universidade de Coimbra

Os centros de ensino no Brasil resultaram, quase sempre, de uma necessidade premente de técnicos. A Academia Militar, de 1810, núcleo de toda nossa formação científica, de onde se derivaram as escolas de ensino técnico civis e militares, correspondeu a uma exigência de oficiais, engenheiros, economistas e naturalistas para "o novo Império" que Portugal ia criar. Os cursos médico-cirúrgicos, de onde se originaram as Faculdades de Medicina, corresponderam à sede de cirurgiões para a tropa que crescia.

A formação de juristas não era urgente. A Universidade de Coimbra forneceu-nos bacharéis em Direito em número suficiente.

A relação de nossos estadistas, magistrados e professores é toda de bacharéis de Coimbra. Todo o Brasil político e intelectual foi formado em Coimbra, único centro formador do mundo português.[1] Era um ponto básico da orientação da Metrópole esta formação centralizada. Quando as câmaras municipais de Minas Gerais se propuseram a criar um centro de formação de médicos à sua custa, opinou contrariamente o Conselho Ultramarino, em documento básico para compreensão da política cultural:

> "Que poderia ser questão política, se convinham estas aulas de artes e ciências em colônias..., que podia relaxar a dependência que as colônias deviam ter do reino; que um dos mais fortes vínculos que sustentava a dependência das nossas colônias era a necessidade de vir estudar a Portugal; que este vínculo não se devia relaxar; ... que [o precedente] poderia talvez, com alguma conjuntura para o futuro, facilitar o estabelecimento de alguma aula de jurisprudência... até chegar ao ponto de cortar este vínculo de dependência".[2]

Este famoso laço de dependência não era neutro, nem indiferente. Foi um eficiente mecanismo de imposição de uma teoria oficial. Serviu aos jesuítas, enquanto os reis foram os campeões da ortodoxia e do aristotelismo. Foi depois um dos mais úteis instrumentos de difusão do pombalismo e do espírito nacionalista.

Os últimos brasileiros que cursaram suas aulas vieram a ser toda a *intelligentsia* do Império. Os regentes, os ministros, os parlamentares, mas também os revolucionários, receberam a marca de Coimbra. Dali trouxeram as doutrinas de que vão revestir a legislação imperial. Em discurso na Câmara, em 1826, um dos maiores da geração, Bernardo de Vasconcelos enumera os seus autores prediletos:

> "Se estou enganado, folgo de errar com Rousseau, Vattel, Dalembert, Voltaire, Bentham, Benjamin Constant, e outros grandes literatos." E adiante dá destaque especial ao primeiro: "Rousseau, que reputo infalível em matéria de política"[3]...

[1] Foi efêmera a influência da Universidade de Évora.
[2] *Revista do Arq. Públ. Mineiro*, vol. XV, p. 468.
[3] *Anais da Câm. Dep.* Sess. 7 e 12-VIII-1826.

Frutos dessa eficiente máquina formadora foram todos os juristas no Brasil durante o período Imperial.

Cairu

O primeiro grande autor brasileiro foi ainda um professor da mesma universidade: o Visconde de Cairu – José da Silva Lisboa, extraordinária capacidade de trabalho, hebraísta, helenista, economista e jurista, divulgador no Brasil dos princípios clássicos da economia liberal e, ao mesmo tempo, da ortodoxia católica em matéria política e filosófica.[4]

Homem de formação humanista, católico ortodoxo, o que era raro então, juntava a essas linhas de seu perfil algumas outras, frutos da conjuntura em que viveu: um interesse fundamental pela economia, e um apreço extremo pela cultura e pela civilização inglesa. Daí um largo conhecimento da história da Inglaterra, de seus economistas, as suas traduções e divulgações da obra de Adam Smith, cujos princípios ele concilia com os do catolicismo integral. Sua grande obra jurídica são os *Princípios de Direito Mercantil*, obra que reuniu o que de melhor se publicara na Europa e América sobre o assunto. Abriu novo rumo e serviu de instrumento de trabalho à prática jurídica durante meio século, até a elaboração do Código Comercial.[5] Compreende o Seguro Marítimo, o Câmbio Marítimo, as Avarias, as Letras de Câmbio, os Contratos Mercantes, os Tribunais e as Causas de Comércio. É o primeiro trabalho sistemático em português sobre o assunto.

A obra jurídica recebeu um complemento na obra econômica: *Princípios de Economia Política*, Lisboa, 1804.[6]

Vários opúsculos, como as *Regras da Praça*, visavam à elaboração do *Código Comercial*, de que chegou a elaborar o plano, oferecido ao Governo em 1826.

Em toda a numerosíssima produção do grande jurista, estas duas obras avultam como precursoras. Dentro do campo da ciência jurídica, sintetiza San Tiago Dantas, foi ele o primeiro

---

[4] Cairu foi estudado do ponto de vista político, religioso e econômico em trabalhos de Vilhena de Morais, Amoroso Lima, Hélio Viana e San Tiago Dantas. Aqui nos referimos ao aspecto jurídico.

[5] *Princípios de Direito Mercantil e Leis de Marinha para Uso da Mocidade Portuguesa*... 1ª ed., compreendendo apenas as três primeiras partes, 1798. 2ª ed., 1801-03 (6 tomos); 6ª ed., Rio, 1874 (prefaciada e preparada por Cândido Mendes de Almeida).

[6] Reedição anotada pelo Prof. L. Nogueira de Paula, Rio, 1956.

"a apresentar em sistema o Direito Comercial, num livro que serviu à prática e ao ensino, e abriu sendas à elaboração do futuro Código de Comércio".

Foi

"o fundador dos estudos de Economia Política entre nós, pondo ao alcance dos leitores o que havia de mais moderno e progressista na ciência da época".[7]

Juristas portugueses

Antes ainda da criação dos cursos jurídicos, alguns juristas portugueses incorporaram-se à sociedade brasileira. Nem todos legaram obra sistemática, mas através da atividade forense, quer como magistrados, quer como causídicos, deixaram uma produção que vai influenciar no mundo jurídico. A eles se refere com justiça Clóvis Beviláqua.[8]

São eles: José Clemente Pereira, Magistrado e político, Prócer da Independência. Foi autor de algumas bases para o Projeto de Código Criminal que estão publicadas nos *Anais do Parlamento*; Perdigão Malheiro sênior, que como Magistrado exerceu apreciável ação; Caetano Alberto Soares, Sacerdote e Jurista, que tomou parte em várias comissões jurídicas; Justino de Andrade, Professor da Faculdade de Direito de São Paulo, onde deixou fama de profundo saber; Joaquim José Pereira da Silva Ramos, formado na Alemanha, Advogado e Escritor; Lourenço Trigo de Loureiro, autor das *Instituições de Direito Civil Brasileiro*, que foi o compêndio oficial das duas faculdades, moldadas em Melo Freire e Coelho da Rocha. É através desse compêndio que se prolonga em nossas faculdades a influência dos juristas portugueses. A mesma fortuna não teve o Conselheiro José Maria de Avelar Brotero, Lente da Faculdade de São Paulo, cujo compêndio foi vivamente condenado pela Câmara dos Deputados, mas cuja influência liberal se fez sentir sobre as gerações às quais lecionou até bem tarde no século.

Clóvis Beviláqua (*op. cit.*) enquadra ainda entre as figuras portuguesas o Senador Eusébio de Queirós, realmente nascido em Angola, mas aqui educado desde criança, e já bacharelado em Olinda. Tomou parte ativa na elaboração do Código Comercial e esforçou-se por dotar o Brasil

[7] San Tiago Dantas: *Figuras do Direito*, Rio, 1962, p. 10.
[8] *A Cultura Jurídica no Brasil*, p. 322.

de um Código Civil. Sugeriu, para esse fim, que se adotasse o *Digesto Português* de Correia Teles.

Os cursos jurídicos

A criação do Império e a ampliação conseqüente dos quadros da Magistratura exigem uma produção mais numerosa de bacharéis em Direito. Os que se apresentavam ao Governo munidos da carta de Coimbra sofriam o embaraço da escolha, diante do número considerável de vagas que se apresentavam.

Os primeiros resultados das novas escolas, em Pernambuco e em São Paulo, não foram brilhantes: escandalizavam os que se orgulhavam das cartas européias pelo apressado do preparo. Em relatório apresentado ao Ministro do Império, o próprio Diretor, Pe. Miguel do Sacramento Lopes Gama, referia-se em termos violentos a seus pupilos. Queria que antes de ingressar no curso jurídico fossem forçados a estudar pelo menos quatro anos de latim, a fim de evitar a

> "lástima de tanto bacharel ignorante que não sabe entender os próprios compêndios do curso e que, condecorados com um título acadêmico, são aliás objeto de escárnio público, porque pouco ou nada distam de qualquer idiota, faltos das mais ordinárias noções de literatura, falando miseravelmente e escrevendo com imperdoáveis solecismos, barbarismos e neologismos".[9]

Não obstante, alguns anos depois essas faculdades tornaram-se núcleos notáveis de cultura jurídica.

Os grandes nomes da Ciência Jurídica do período imperial vão sair desses centros modestos, sempre pobremente providos, mas que vão elevar-se a focos de primeira grandeza. À penúria dos primeiros anos sucedem épocas de prestígio. O Brasil vai atingir o nível de

> "uma das maiores, senão a maior cultura jurídica do continente americano".[10]

As culminâncias de nossa cultura jurídica são: Paula Batista, Pimenta Bueno, Teixeira de Freitas, Uruguai, Cândido Mendes, Lafayette Rodrigues Pereira, Tobias Barreto e Zacarias de Góis.

---

[9] Ofício de 4-II-1839. *Apud* Clóvis Beviláqua: *Hist. da. Fac. de Direito de Recife*, I, 74.
[10] Fernando Azevedo: *A Cultura Brasileira*, p. 157.

Paula Batista

Francisco de Paula Batista, natural do Recife (1811-1881), é o maior processualista do país. Escreveu somente duas obras: *Compêndio de Teoria e Prática do Processo Civil Comparado com o Comercial*, Recife, 1855, que teve sucessivas edições até 1910, e o *Compêndio de Hermenêutica Jurídica*, Recife, 1860, que passou a ser editado juntamente com o primeiro. Deles disse Clóvis Beviláqua que

> "o epíteto luminoso é o mais justo que se lhes pode dar, porque são sínteses admiráveis, que resumem com precisão e clareza a melhor doutrina e as soluções mais criteriosas".[11]

A impressão causada pela *Hermenêutica* foi tal, comenta o mesmo autor, que se gerou a lenda de sua tradução alemã, para servir de compêndio nas universidades de além-Reno.

Paula Batista é considerado "sem favor, o mais notável Professor da Faculdade em Olinda e Recife antes de Tobias Barreto e Zacarias de Góis e Vasconcelos". A obra de Paula Batista é a justificação teórica do maior monumento de processualística do Império, que é o Regulamento 737.

Pimenta Bueno

José Antônio Pimenta Bueno, depois Marquês de São Vicente, de humilde origem, escondia sob uma aparência simples e cordial, de homem que "ria com facilidade um riso bom", como dele disse Machado de Assis, uma das grandes sumidades da Ciência Jurídica. Foi Político, Deputado, Senador, Chefe de Gabinete, Plenipotenciário em arriscada missão (ao Paraguai), mas, acima de tudo, foi o grande comentarista da Constituição do Império, a que dedicou um livro que foi clássico em nossas faculdades: *Direito Público Brasileiro* (Rio, 1857). O Imperador o conhecia a fundo, como igualmente a Princesa e o Conde d'Eu. Era o intérprete quase oficial do texto da Carta de 24.

Além disso, pode gloriar-se o Brasil de ter produzido "a primeira obra sistemática, precisa e completa" sobre o conflito de leis no espaço: o *Direito Internacional Privado*, de Pimenta Bueno (Rio, 1863), obra pioneira e magistral. Mais três obras, dentre uma vasta produção, devem ser mencionadas: os *Apontamentos sobre as Formalidades do Direito Civil Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1850; os *Apontamentos sobre o Processo Criminal Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1857; obra que se filia a seu livro de estréia; e os *Apontamentos sobre o Processo Criminal pelo Júri*, 1849. São

[11] *A Cultura Jurídica no Brasil*, p. 325.

três pequenas obras, frutos de uma longa experiência forrada por uma excelente formação, que levaram logo o nosso meio, amante de competições, a cognominá-lo o "Blackstone brasileiro". Há quem repute essas contribuições de Pimenta Bueno para a sistematização do processo brasileiro superiores às de Paula Batista.

Não é possível deixar de assinalar, a propósito da personalidade do Marquês de S. Vicente, que ele foi, como quase todos os juristas da época, profundamente regalista em Direito Eclesiástico. O seu opúsculo, *Considerações Relativas ao Beneplácito, e Recurso à Coroa em Matérias de Culto*, Rio, 1873, vai ser utilizado amplamente nos largos debates em torno da questão religiosa.

Visconde do Uruguai

O Visconde do Uruguai (Paulino José Soares de Sousa), nascido em Paris, mas incorporado à aristocracia fluminense e ao Partido Conservador, foi o grande técnico da sua corrente política. É ele quem traça as grandes linhas das leis da reação: a Lei de Interpretação do Ato Adicional, a Lei da criação da Polícia (1841).

A obra em que condensou toda a sua experiência e ciência é o *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, 1862.

A este seguiram-se os *Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias do Brasil*, Rio, 1865, 2 vols., a maior defesa da centralização monárquica.

A mentalidade conservadora não teve expressão mais brilhante nem mais culta. Contra ele dirige Tavares Bastos em *A Província* (Rio, 1871, p. 94) as críticas do pensamento federalista, mas reconhece que representa uma reação contra os excessos de 1840, pateando "a benéfica influência" que o estudo das instituições americanas exercera no espírito do autor".

A ele se refere com respeito um lúcido sociólogo contemporâneo, considerando-o "um dos mais esclarecidos líderes do Império", que se opôs "à implantação no Brasil de um federalismo livresco e, por meio da Lei de Interpretação do Ato Adicional, conseguiu assegurar a centralização administrativa do Império". (Guerreiro Ramos: *O Problema Nacional do Brasil*, Rio, 1960, p. 92).

Cândido Mendes

A Cândido Mendes de Almeida refere-se com respeito Capistrano de Abreu, como um dos mais capazes pesquisadores do país. O seu valor como jurisconsulto tratou em minucioso estudo Lacerda de Almeida. "Não conheço", diz o grande cientista, "obra mais erudita, mais profunda, de vistas mais exatas e de maior sinceridade, do que a *Introdução ao Direito Eclesiástico Brasileiro*". O pensamento católico ortodoxo não teve no Brasil expressão mais brilhante.

Se juntarmos a isso o prefácio da nova edição do *Direito Mercantil*, de Cairu, a organização desta mesma obra, e mais a do *Código Filipino*, de que se serviram todos os advogados do Império até a República, compreendemos a posição que conquistou em seu tempo o erudito Senador. Como conhecedor de História Jurídica, é ainda Lacerda de Almeida quem o diz, "nenhum mestre chegou em nosso país (e bem poucos no estrangeiro) à altura em que paira o vulto majestoso e inigualável do Senador Cândido Mendes de Almeida: Foi um trabalhador extraordinário", diz dele Clóvis Beviláqua. "Todas as fontes do Direito ele perquiriu, algumas restaurou e muitas pôs ao alcance dos estudiosos." (*Hist. da Fac. Dir. Recife*, I, 75). Um dos modernos especialistas na matéria, longe de achá-lo superado, considera-o "um guia para a renovação jurídica à qual devemos tender" (J. P. Galvão de Sousa: "Cândido Mendes", *Digesto Econômico*, VIII-52, nº 94).

Era maranhense. Morreu Senador do Império no Rio de Janeiro em 1881.

Lafayette

O Conselheiro Lafayette é considerado por todos os que dele tratam como o maior escritor jurídico do Brasil. "Para garantir-lhe este lugar bastariam o *Direito das Coisas e os Direitos de Família*, primores vernáculos ainda não igualados, jóias de estilo, arrancadas aos veios mais fundos da disciplina jurídica." (B. Pereira, *Figuras do Império*).

Mineiro, natural da cidade de Queluz, hoje chamada Conselheiro Lafayette, ascendeu na vida política a Senador, Conselheiro de Estado, Presidente do Conselho, enviado Extraordinário e Plenipotenciário. Começou republicano e terminou a vida, em 1917, num ostracismo voluntário, inconformado com o regime pelo qual lutara na mocidade.

Era assombrosamente erudito e conhecedor profundo dos segredos da língua.

Pedro Lessa dele disse que foi o maior de nossos jurisconsultos. "Não teve quem o excedesse, pensam muitos, ou quem com ele ombreasse." Dele diz Clóvis Beviláqua que "era um artista da palavra a serviço de um jurisconsulto de doutrina segura". Seus livros, diz ainda Clóvis, "representam a renovação doutrinária do direito pátrio ao influxo da ciência jurídica, expressa em seus melhores elementos contemporâneos, e elaborando material genuinamente nacional". (*A Cultura Jurídica no Brasil.*)

Tobias Barreto

Tobias Barreto de Meneses, sergipano de origem humilde, nascido em 1839 e falecido em 1889, foi considerado o maior talento saído da Faculdade de Direito de Pernambuco e Chefe da

chamada Escola do Recife. Poeta, orador, ensaísta, filósofo e jurista, deixou copiosa produção. Em torno dele criou-se realmente um mito, de que são expressões os Estudos de Faelante da Câmara e Abelardo Lobo na *Revista Acadêmica*, Recife, nos. II e XXXVI. Seu nome enche as páginas de nossas histórias da filosofia ou da história das idéias. Foi homem de idéias gerais e não de particularidades da Ciência Jurídica. Difundiu as doutrinas de Jhering e Hermann Post. Deteve-se mais no Direito Criminal, deixando alguns estudos esparsos, entre os quais um *Comentário Teórico e Crítico do Código Criminal Brasileiro*, Recife, 1888, inacabado. Era polemista vibrante.

No mais completo estudo sobre esta personalidade, o livro do Prof. Hermes Lima, a figura de Tobias Barreto perde um pouco de sua mitologia para ganhar contornos mais humanos:

> "O nome de escola parece realmente exagerado para o movimento de Recife. Mas a agitação intelectual que ali se processou não só foi deveras brilhante, como adquiriu caráter mais ostensivamente iconoclasta dos antigos padrões mentais que o de qualquer outra região."

O assombro pela sua personalidade permanece em autores contemporâneos. "*Os Estudos de Direito*", diz Gilberto Amado, "bastariam para colocar Tobias *acima de todos os brasileiros do seu tempo.*"

No entanto, é inegável, como observa o Prof. Hermes Lima, que ele é o verdadeiro fundador da nossa literatura penal, aquele que trouxe para o foro e para a cátedra as primeiras saudáveis reações contra o conceito de crime como fenômeno moral, embora a prevenção a respeito da sociologia lhe houvesse limitado a justa visão do crime, que não sendo, a seu ver, nem um caso de patologia, nem de atavismo, passava à categoria de monstruosidade ou irregularidade eliminável pela pena" (*op. cit.*, p. 239).

Criticando o aparecimento de suas *Obras Completas*, editadas pelo Governo de Sergipe, disse A. Amoroso Lima:

> "Não foi, portanto, Tobias Barreto, apesar do seu enorme talento, um espírito que se possa chamar, integralmente, de original, a não ser no meio atrasado e estreito em que vivia. Não foi um espírito em reação contra o seu tempo e preparando tempos vindouros. Foi, ao contrário, e na extensão da palavra, um espírito do seu tempo e que passou com seu tempo" (*Estudos*, I, 345).

Zacarias de Góis

O pensamento liberal manifestou-se com brilho no livro do Professor do Recife e Político notável – Zacarias de Góis e Vasconcelos – denominado *Da natureza do Poder Moderador*, Rio de Janeiro, 1860, que foi por muito tempo o grande arsenal contra a tese conservadora. Refutou-lhe a tese, em obra também notável, o Prof. Brás Florentino Henriques de Sousa: *O Poder Moderador*, Recife, 1864, livro muito superior ao de Zacarias, no entender de Clóvis Beviláqua.

CAPÍTULO IV

A MÚSICA ERUDITA NA REGÊNCIA E NO IMPÉRIO

AS PESQUISAS até hoje efetuadas no Brasil sobre diversos períodos que compreendem a história da sua música erudita – desde o colonial até o imperial – foram de tal forma fracas e inconsistentes, que não puderam traçar um quadro exato de cada uma destas etapas. Não dispondo de documentação autêntica e suficiente, simplesmente porque não houve pesquisas nos correspondentes arquivos, o historiador apenas podia mover-se em conjeturas. À negação dos benefícios da influência lusitana e universal, sustentada com um critério nacionalista e não poucas vezes chauvinista – pronto para escrever uma história da música *brasileira* e não uma história da música *no Brasil* – soma-se o centralismo carioca, que ainda hoje se ocupa principalmente da exaltação dos valores locais, como se o Rio continuasse sendo a única capital digna de um passado e presente musical. Este mesmo critério deve ser culpado do total desinteresse por um levantamento consciencioso e apurado das manifestações musicais no Nordeste, em Minas e São Paulo, sem deixar de incluir neste abandono o próprio Rio de Janeiro.

A lacuna maior consiste no desconhecimento do período colonial. Para os historiadores, a acidental radicação temporária de D. João VI e da sua corte no Brasil (1808-1822) representou um primeiro e grande benefício para a deficiente vida musical não só carioca como brasileira em geral. Emerge deste páramo uma figura singular, de contornos notáveis: o Padre José Maurício Nunes Garcia, considerado a primeira coluna do edifício sonoro do Brasil. Não poderia nunca ter atingido tais alturas um gênio solitário, circundado por músicos medíocres e um meio musical pobre. O raro talento deste homem, já madurecido quando se começou a organizar a Capela Real em 1809, e a incentivar-se ainda mais a atividade operística, não podia ser apenas resultado de um esforço autodidata, produto de

um ambiente raquítico, quando ele teve oportunidade de levar à estréia virtualmente todas as obras da sua autoria até aquele ano, fosse por encomenda, fosse por iniciativa pessoal. No Rio de Janeiro anterior a 1800 deve ter existido uma vida musical superior àquela mísera porção de meia dúzia de nomes citados até hoje nas referências publicadas. Uma pesquisa sistemática poderá sem dúvida localizar corporações de músicos e nomes de cantores, instrumentistas, regentes e compositores, estabelecendo ao mesmo tempo a nomenclatura e a procedência dos instrumentos usados naquele tempo.

Os compositores mineiros

O descobrimento da Escola de Compositores de Minas Gerais e o desenvolvimento das pesquisas nesta região deram por resultado a existência de uma florescência musical sem precedentes nos anais da música americana. Não há nenhum exagero quando se fixa em mil músicos, de excelente preparo técnico, o número dos que estiveram ativos naquela região entre 1710 e o total declínio da mineração, nos estertores do século XVIII e na alvorada do seguinte. As poucas composições que se salvaram daquela época tão extraordinariamente fecunda representam uma demonstração de altíssimo nível técnico, desenvolvido pelos compositores, o que exigia, como condição prévia, um excelente preparo profissional dos cantores e instrumentistas. Não dispondo de uma interpretação apurada, o talento criador dos mineiros não teria tido os incentivos necessários para escrever suas obras sobre nível tão indiscutivelmente universal.

As reflexões sobre o surto musical de Minas Gerais levam a diversas conclusões, de transcendental importância para poder julgar a história da música no Brasil de forma bem diferente da que foi preestabelecida sem as necessárias pesquisas:

1. A região do ouro e dos diamantes foi conquistada por aluviões de aventureiros e imigrantes provindos das faixas litorâneas brasileiras e de muitas regiões de Portugal. Não devemos negar a possibilidade de terem vindo excelentes músicos lusitanos nas levas consecutivas de homens ávidos de ouro. Mas tendo sido na sua imensa maioria mulatos os músicos mineiros e, portanto, nativos americanos, o desenvolvimento musical nesta região deve ser atribuído à existência de bons músicos *brasileiros*, vindo seguramente os primeiros núcleos do Nordeste. Não é muito aventurado sustentar que uma atividade musical desenvolvida no Recife, na Bahia, em regiões intermédias como Alagoas e Sergipe, e ainda mais ao norte, em São Luís do Maranhão e no Pará, ficasse por um tempo prostrada pela migração súbita, para Minas, de músicos, e não só de escravos,

gente dos diversos ofícios e inúmeros membros do clero regular e secular. A formação econômico-social de Minas foi acompanhada tão de perto pelos músicos que insisto em dizer que estes vinham pisando os calcanhares dos mineradores desde a primeira etapa, quando os primitivos arraiais se iam constituindo em vilas.

2. No momento é impossível medir o grau exato do desenvolvimento musical em regiões não mineiras, isto é, de formação anterior a esta Capitania (1550-1770). Também não devemos confundir o surto musical, produto da mineração e do contrabando do ouro e dos diamantes, no Recife e no Salvador, no século XVIII, havendo em cada uma destas cidades, e possivelmente em muitas outras, absoluta independência no exercício muito evoluído da música. Sabemos que as extrações em Minas não só favoreceram Portugal e sua vida musical cada vez mais italianizante, mas também todas as regiões do Brasil até esta altura culturalmente desenvolvidas. Na rápida formação social e urbanística de Minas Gerais deve procurar-se a explicação para a migração de músicos vindo de outras Capitanias. Em nenhuma região do Brasil cresceram em pouco tempo tantas vilas com vida similar à européia e jamais se tinha visto proliferação tão extraordinária de irmandades e confrarias, em permanente rivalidade, superando-se nas suas manifestações estéticas. Se as circunstâncias materiais de Minas deram apenas oportunidade para se intensificarem a vida e a criação musicais, ou se estas facilitaram também manifestações de arte superiores às já existentes, isto pertence no momento a um capítulo não explorado pela falta de pesquisas adicionais. Acho que devemos ser prudentes no jogo das conjeturas e admitir, como muito possível, bons níveis artísticos nos meios musicais estabelecidos em diversas regiões antes do descobrimento das Minas.

3. No processo de migração não incluímos São Paulo por ter sido região escassamente povoada, embora certa documentação sobre atividades musicais em Itu e alguns outros centros do Interior desta Capitania leve a conjeturas de terem ido também músicos paulistanos a Minas Gerais. Ainda mais difícil seria abrir opinião sobre o Rio de Janeiro, cidade de escasso desenvolvimento que só começou a crescer notoriamente com o ouro e os diamantes quando, pela necessidade de um acesso mais direto às minas e de uma descida mais segura e rápida dos produtos da mineração para uma baía mais protegida que a de Todos os Santos, veio constituir-se em porto de trânsito, cada vez mais importante, de homens e mercadorias. O Rio assumiu o papel de Havana em relação com *Tierra Firme*, subministrando elementos diversos para uma Capitania de ativida-

de extrativa, carente de indústrias e pouco produtiva, em alimentos. É possível se tenham radicado na futura capital bastantes músicos portugueses e se tenham formado outros tantos músicos brasileiros, especialmente na segunda metade do século XVIII. E como há vestígios de que o mulatismo já adquirira no Rio desse tempo contornos significativos, não estaríamos longe de acreditar, talvez, na migração de músicos cariocas para Minas, onde houve tantas possibilidades para se desempenharem bons cantores e instrumentistas em incessantes atividades públicas e privadas.

4. Um fato indiscutível foi a transcendência, além-fronteiras de Minas, da sua música erudita. Nos meios musicais do Rio e de São Paulo ninguém podia desconhecer os valores musicais radicados em Minas. A curiosidade, associada a um sincero espírito de superação, foi uma das características mais destacadas nas comunicações do século XVIII e particularmente no tráfego das idéias artísticas. Se Minas fez frutificar as regiões vizinhas no tempo do seu apogeu musical – processo provável –, a sua participação no melhoramento do nível musical em todo o Brasil civilizado tornou-se realmente notável com a decadência da mineração e a necessidade de procurarem os seus músicos, outrora muito ocupados, novos horizontes. Toda atividade cultural e artística está fatalmente condicionada aos desígnios da economia. Pode ser demonstrada documentalmente a migração dos músicos mineiros em procura de ambientes mais promissores, em forma notória de 1800 em diante, embora a mineração começasse diminuir visivelmente desde 1789-90.

5. A queda da economia de Minas Gerais e, em conseqüência, a da sua intensa atividade musical, coincide, com pequena diferença de anos, com a vinda de João ao Brasil. Há dois fatos extremamente importantes a mencionar: José Maurício Nunes Garcia descendia de mãe mineira, nascida nas proximidades de Cachoeira do Campo. Filho afetivo, deve ter recebido dela uma corrente de simpatia pela sua terra nativa. Homem de grande inteligência e muita inquietação, receberia desde jovem composições de Minas Gerais e teria tido notícias dos seus músicos mais destacados. O segundo fato é o transcendental descobrimento de que o grande compositor José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, vindo do Arraial do Tejuco em 1798 e fazendo estágio talvez inferior a dois anos em Vila Rica, veio para o Rio com a intenção de um estabelecimento talvez definitivo, para morrer nesta capital em fins de abril de 1805. Precedido de grande fama, embora talvez doente, a sua influência sobre o maior compositor carioca pode ter sido considerável, não tanto no terreno da estilística como no da técnica de composição.

6. Constituída em capital do país desde 1763, pelos motivos de estratégia econômica já explicados, o Rio deve ter tido uma prosperidade musical cada vez maior, inferior talvez à que notamos, nesta época, nos velhos centros culturais de grande tradição, que continuavam sendo o Recife e o Salvador. Entre 1790 e 1809, a Terra de Santa Cruz teria recebido um número sempre crescente de bons músicos vindo dos centros urbanos mais importantes das Minas Gerais. A atmosfera musical do Rio acusava ademais a existência de monges-músicos nos mosteiros e de música nos conventos de freiras, instituições que não existiam em Minas por proibição terminante da Coroa. Não estaria isenta de possibilidades uma amizade entre os dois mulatos, o mineiro José Joaquim Emerico e o descendente de mãe mineira José Maurício, nascido no Rio em 22 de setembro de 1767. E em conseqüência, quem poderia desconhecer o enriquecimento do seu saber se houvesse estudado com o famoso mestre tejucano, tendo os seus 60 anos seguramente superados, em relação com os 33 do Padre?

A música no Rio colonial

Com essas considerações, talvez seja mais fácil explicarmos uma série de concatenações na situação musical ainda tão obscura do Rio colonial, onde existiu, como nos consta, uma Irmandade de Santa Cecília dos Músicos, baseada no modelo lisboeta, fundada não se sabe em que tempo; mas, para se pensar no seu estabelecimento, deveria ter existido número suficiente de músicos para sustentar o funcionamento da corporação e o cumprimento dos seus estatutos, que acusavam um notável cuidado da capacidade e da ética profissionais, associadas à ação religiosa e beneficente.

Conservatório de Música dos Negros

Um dos capítulos que deve ser definitivamente erradicado da história da música no Rio de Janeiro é a lenda do Conservatório de Música dos Negros, que teria existido na Fazenda de Santa Cruz, antiga propriedade da Companhia de Jesus, distante uns oitenta quilômetros da capital. Segundo Balbi, D. João VI, sua família e os membros acompanhantes da Corte teriam ficado profundamente surpresos com a qualidade vocal e instrumental exibida pelos escravos dos dois sexos, durante a missa cantada na Igreja de Santo Inácio de Loiola de Santa Cruz, atribuindo esta perfeição ao ensino sistemático dos jesuítas. Em conseqüência deste descobrimento, D. João VI teria fundado na sua casa de diversão – que não pode ter sido outra senão a Quinta da Boa Vista e não a arruinada e distante fazenda – um Conservatório de Música para estes pretos tão notoriamente dotados, conseguindo formar cantores e músicos de bom preparo, dos quais alguns teriam sido selecionados para integrar os diversos conjuntos musicais da Corte. Inclusive

sustenta que os irmãos Portugal teriam composto expressamente algumas peças para serem interpretadas com exclusividade por esses músicos de cor, e não óperas, porquanto naquela época a definição de ópera representava a arte lírica, na mais elevada acepção da palavra.

Não sabemos até que ponto a magnanimidade de D. João foi ao encontro desta gente humilde, mas não é difícil que tenha ordenado uma instrução à guisa de aperfeiçoamento, com aulas de solfejo, treino vocal e instrumental, e que o próprio Padre José Maurício tenha sido incumbido de supervisionar tais ensinos.

Marcos Portugal confeccionou em 1809 um catálogo das suas próprias obras, com adições de obras posteriormente escritas, indo até o ano de 1816. O Barão de Santo Ângelo, que foi o seu possuidor, considera-o peça autêntica porque somente o próprio autor poderia fazer as indicações marginais sobre data de criação e caráter de instrumentação de cada peça, e o publicou na íntegra em 1859, na Revista do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Cita-se nas páginas deste catálogo a farsa intitulada *A Saloia namourada*, que já fora posta anteriormente em música por Antônio Leal Moreira sob texto do famoso mulato brasileiro Domingos Caldas Barbosa, o *Lereno* (1740-1800), e representada com muita freqüência em Vila Rica. Mas esta farsa de Marcos, escrita "para se executar na Quinta da Bela Vista (Boa Vista) pelos escravos de S. A. R.", tem por data o ano 1802. Aqui pode ter-se produzido um erro de cópia (Joaquim de Vasconcelos dá como certo o ano 1812 e cita como documento informativo o *Jornal do Commercio*, ou a obrinha, que aparece no setor *Farsas no Teatro da Rua dos Condes em Lisboa*, escrita para 1802, que recebeu um arranjo especial para a sua representação pelos escravos em São Cristóvão).

Os jesuítas e a música

Mas todas estas possibilidades se acham longe do Conservatório de Santa Cruz. Expulsos os jesuítas em 1759 e seqüestrada a fazenda nove anos mais tarde para o erário real, por intenso que houvesse sido o ensino até hoje duvidoso da Ordem, de forma alguma teriam sobrevivido tão brilhantes amostras da arte musical interpretativa aos 49 ou 50 anos da quebra. Sabe-se pelas exaustivas pesquisas do Padre Serafim Leite, S. J., e da sua notável sinceridade de historiador objetivo, exibida em cada uma das páginas da sua volumosa *História da Companhia de Jesus no Brasil*, que nenhum dos missionários da Ordem vindo para o Brasil foi músico profissional, nem teve o treino correspondente. Não se repetia aqui o que aconteceu nos Povos das Missões do Paraguai e no Colégio Maior de Córdoba, ou em Santa Fé (Argentina), onde houve, evi-

dentemente, uma surpreendente atividade musical chefiada por alguns padres que possuíam formação artística séria. Mas se o Padre Flórian Paucke achou apenas negros escravos no Coro da Igreja Maior de Córdoba que *fingiam* ler música, mas que só sabiam cantar e tocar de cor, após escassos 12 anos da morte do famoso organista e Mestre de coro Damenico Zipoli, que dizer então da Fazenda de Santa Cruz, de cujo ensino jamais se falou! Não é impossível que Marcos e Simão Portugal tenham ministrado alguma música para o conjunto de pretos da Quinta da Boa Vista, mas, se a proteção musical existiu, deve ter tido por objetivo a incorporação dos formados em conjuntos estáveis. Por último, é o próprio Padre José Maurício Nunes Garcia quem nos traz luz sobre o caso, num informe dirigido ao Inspetor da Capela Real, Monsenhor Mendes de Sampaio Fidalgo, em 1822. Tratava-se do requerimento de Francisco Manuel Chaves, que pretendia ser copista da Real Capela e da Real Câmara, com o ordenado de 40$000 mensais, tendo sido já copista, permanentemente, de todas as composições novas que o Soberano tinha mandado tirar para a Real Capela e a Real Câmara. O minucioso informe do Mestre de Capela, Padre José Maurício, foi altamente favorável, mas recomendou que o suplicante também se encarregasse das cópias de música para a "Real Quinta" (de São Cristóvão), depois de ter citado a "Real Capela" e a "Real Câmara". Se houvesse existido um Conservatório nesta Quinta ou na longínqua Fazenda de Santa Cruz, indubitavelmente teria sido mencionado como Centro onde a cópia de música era ou não necessária.

Difusão da música profana

Na Regência e no primeiro período imperial se produziu uma profunda mudança na estrutura da sociedade brasileira, principalmente pela abertura dos portos e pelo contato com um mundo diferente do lusitano da Colônia: a cultura francesa, os produtos manufaturados ingleses, as modas femininas e masculinas. Junto com o levantamento do monopólio vieram a progressiva decadência da música eclesiástica e o crescente domínio da música profana, a divulgação de novos instrumentos, a presença da ópera italiana e a radicação de cantores e instrumentistas desta nacionalidade, fosse por quebras das suas companhias ou por simples determinação própria. Criaram-se corporações de bandas, que participavam ativamente nos acontecimentos políticos, filiando-se ao Partido Conservador ou ao Liberal. Não foi apenas um período político e econômico incerto o que tocou viver a D. Pedro I. O povo brasileiro tomava conta das correntes espirituais da época, já impostas na Europa fazia várias décadas e difundidas no Brasil apenas em círculos intelectuais minoritários. A ausência da imprensa e, portanto, também

de uma imprensa que se ocupasse dos acontecimentos musicais, à falta de Universidades e de outros meios de ensino superior, veio a ser substituída subitamente por uma maior facilidade nas informações, o que repercutiu numa maior ilustração, mais ampla, dos filhos do país. Na Imprensa Régia do Rio de Janeiro apareceu o primeiro livrinho sobre tema musical em 1820, uma biografia sob o título *Notícia Histórica da Vida e Obra de José Haydn*, conseqüência, sem dúvida, da presença de Sigismund Neukomm no Rio, discípulo predileto que foi daquele Mestre.

José Maurício Nunes Garcia

O Padre José Maurício Nunes Garcia foi filho do período colonial, mas entrou aos 41 anos no processo de independização e universalização do Brasil quando da vinda de Dom João, servindo a este e a Dom Pedro I. Ordenado padre em 1792, obteve uma maior proteção para a sua pessoa e aspirações artísticas. A batina abria caminho em direção ao Paço Real. Contudo, fala muito favoravelmente do ecletismo destes dois monarcas a reiterada distinção pública que souberam dar a este grande talento de pele escura. Creio que seja perigoso subestimar a importância, não só em Minas Gerais mas também no Nordeste e no Rio, do mulatismo entregue ao exercício profissional da música, começando com Salvador José, mencionado como Professor de José Maurício, e muitos outros. Parece ter sido também homem de cor o Padre Ventura, em cujo teatro uma Companhia de mulatos representava obras de Metastásio e de Antônio José da Silva, o Judeu, devendo ter sido seguramente todos os músicos da orquestra homens pardos.

Descrever, como se tem feito até hoje, o Padre José Maurício como genial autodidata parece-me aventura perigosa. Com tal afirmação ligeira não fica respondida a pergunta como ele pôde ter adquirido tão sólido preparo técnico, que naqueles anos foi produto mais da prática que do estudo de tratados. O Rio teria já uma atmosfera musical adequada e professores suficientemente desenvolvidos para incentivar as aspirações de um talento como o deste carioca de origem muito humilde. A sua curiosidade para conhecer a produção européia do seu tempo repete-se como próprio dos meios isolados que precisavam alimentar-se com manifestações vindas de fora, para não ficar à zaga, na expressão artística contemporânea. Tal critério de compositor consciente foi o distintivo dos mineiros e talvez de todos os homens de cor dotados de uma ambição artística nobre, afã e impressa da Europa – a impressa ainda bastante rara –, sem discriminar previamente a origem, os países e os estilos. Um pedido de solfas dirigido a um ponto determinado da Europa era satisfeito reunindo o vendedor o que se tinha em estoque

Se no caso dos compositores mineiros resulta surpresa imensa a transparência e não a reminiscência de estilos oscilando entre as postreiras manifestações do Barroco (1710-1750), e o pré-classicismo (1750-1790), nas obras de José Maurício perfila-se mais claramente a influência direta da ópera italiana e do classicismo instrumental vienês, distanciando-o profundamente do estilo mineiro e do único baiano que conhecemos desta época, através do *Recitativo e Ária* de autor anônimo, de 1759. O Padre José Maurício foi ao encontro das exigências predominantes dos cantores solistas e de determinados instrumentistas, concedendo-lhes passagens predominantes, e aos primeiros inúmeros adornos. Também se entregou à insistência ou reiteração, particularmente nos finais de movimentos, como no *Cum Sancto Spirito*, onde o Amém é repetido até o cansaço. Dizer-se, porém, que não dispunha sempre do conjunto desejado, limitando a instrumentação segundo as circunstâncias impostas às encomendas, parece-nos arbitrário. Uma *Missa de Defuntos* (1809) escrevia-se preferentemente com uma maior aproximação da liturgia. Se antes da vinda da Corte portuguesa já concebera para o seu *Tantum Ergo* um oboé, duas clarinetas, um fagote, duas trompas, dois clarins e três trombones, tais recursos nos explicam que os houve na Terra de Santa Cruz. Jamais poderiam ter faltado as cordas, pois, segundo as partituras descobertas por mim e pertencentes às óperas apresentadas no Rio e em Minas Gerais, fartamente executadas, sempre houve disponibilidade de violinos, violas e violoncelos. Deixar de empregar cordas numa das suas obras, por não poder dispor delas, estava longe da realidade.

Padre José Maurício e Marcos Portugal

Diz a tradição que José Maurício possuiu excelente biblioteca musical européia, adquirida com sacrifícios e grande amor, e que desapareceu depois da sua morte.

As obras da segunda época da sua vida revelam um conhecimento exato da estilística européia do seu tempo. Teria feito os pedidos diretamente em Viena, na Itália, em Lisboa e em Paris? Deve-se aos Viscondes de Porto Alegre e de Taunay e ao Dr. Moreira de Azevedo, na segunda metade do Império, a exaltação, sem grandes resultados imediatos, da esquecida figura do Padre José Maurício. Não fosse a voz de alerta deles, talvez poucos ou nenhum dos manuscritos do compositor e nenhuma biografia mais ou menos apurada da sua existência humana e artística teriam chegado aos nossos dias.

Nomeado em 1798 Mestre de Capela da Catedral e Sé (antiga) do Rio de Janeiro, teve até 1808 muitas oportunidades para a estréia das suas

obras, neste e em outros templos da cidade. Em 1808 foi designado por Dom João inspetor da Capela Real, recebendo generosa proteção que se prolongou no Príncipe Dom Pedro. Com a vinda de Marcos Portugal, compositor que regeu nos palcos mais importantes da Europa a sua considerável produção operística, a ostentação, vaidade e sutil inveja, espalhada por este artista, inibiria talvez ainda mais o humilde compositor mulato, mas também o estimularia na sua produtividade, junto com as grandes amostras de apreço recebidas de parte do soberano e da Corte. Sustentar que nele se manifestou, a partir de 1717, uma fadiga crescente, que lhe diminuiu o valor artístico da sua produção é afirmação precipitada. Sem dúvida, o regresso de D. João VI a Portugal reduziu consideravelmente a atividade musical incentivada pela presença da Corte, bem como as prebendas materiais e as distinções honoríficas distribuídas. O novo período, inaugurado pela inquieta figura de Pedro I, ocasionou mais um impacto sobre a estabilidade cultural da capital. Possuo um original de uma *Missa Abreviada,* escrita pelo Padre José Maurício Nunes Garcia em 1823, revelando grande frescor, uma segura e hábil condução das vozes, e, acima de tudo, um talento musical respeitável. Sete anos antes da sua morte ainda não se percebe, na sua caligrafia nervosa, a decadência tão reiteradamente citada pelos seus historiadores. Nota-se, sim, a presença de erros em partituras como a da *Missa Festiva* (1826), sua última obra, de envergadura, que em 1945 comecei a revisar e transcrever em notação moderna; mas estes erros se explicam pela rapidez com que o padre escrevia, jamais por atrofia mental. O informe de 1822, já citado, sobre o copista Francisco Manuel Chaves, está redatado com absoluta lucidez, expondo concretamente o critério do Mestre com traço bem firme.

Obras do Padre José Maurício

Da sua considerável produção, muito desigual, perdeu-se grande parte por desídia de terceiros. O maior volume dos manuscritos salvos – poucos são do seu próprio punho – acha-se na Biblioteca da Escola Nacional de Música; parte menor, resto do que foi lançado ao fogo por um religioso inconsciente, que estava fazendo "limpeza" nas estantes do Arquivo da Catedral, passou faz pouco à Divisão de Música da Biblioteca Nacional; a *Missa Festiva* (1826) se encontra no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, doada pelo filho do frade compositor, de igual nome, e acompanhada por uma carta-apresentação quando do seu ingresso como membro efetivo. Excepcionalmente dotado, médico ilustre, desenhista e músico compositor, devemos a ele um desenho do seu pai, com o que tornou conhecida a sua efígie, ao contrário do acontecido com não menos de uma dúzia de compositores de

Minas Gerais, de cujos traços fisionômicos nada sabemos. Da autobiografia manuscrita do Dr. José Maurício Nunes Garcia Filho, da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, tenho extraído todas as menções feitas a seu pai. Lamentavelmente o filho as escreveu sem pensar na sua utilidade às futuras gerações, sem descrições mais pormenorizadas da vida do seu genitor. Das obras do Padre José Maurício mencionamos apenas uma *Sinfonia Fúnebre* (1790), executada nas exéquias solenes do autor em 1830, *Te Deum* (1791); *Missa em Si Bemol* (1801); *Tantum Ergo*; *Matinas da Ressurreição; Missa dos Defuntos* (1809); *Missa de Réquiem* (1816), obra encomendada por D. João quando da morte da Rainha D. Maria I, que coincidiu com o falecimento, no mesmo dia, da mãe do compositor. É obra de fôlego, com trechos empolgantes. Devemos ainda citar a *Missa Mimosa*, a *Missa Abreviada* (1823) e a *Missa Festiva* (1826) como obras mais conhecidas. Algumas obras foram divulgadas por Alberto Nepomuceno e, em seguida, por Luís Heitor num "Arquivo" que veio acompanhando a fenecida *Revista Brasileira de Música*. Em concertos públicos e em diversas gravações em discos, Cleofe Person de Mattos, fundadora e Diretora da Associação de Canto Coral do Rio de Janeiro, deu a conhecer a produção do Padre José Maurício. Das pesquisas e da restauração progressiva da *opera omnia* deste músico, empreendida por esta pesquisadora, deve-se esperar um quadro consideravelmente mais completo do primeiro grande músico do Império. Como nessa época a principal sustentadora da arte musical fosse a Igreja, fica explicado o fato de ele demonstrar pouco interesse pela música profana. Menciona-se no gênero a abertura intranscendente, *zemira*, escrita para um elogio dramático, apresentado na festa natalícia do Vice-Rei Dom Fernando José de Portugal, em 1803, o ensaio lírico "*Le due Gemelle*" e *Doze Divertimentos*, compostos depois de ouvir, com entusiasmo, a excelente Banda que Eduardo Neuparth trouxe de Lisboa, constituída por alemães e lusitanos. Esta, por ordem régia, acompanhara a Princesa Leopoldina da Áustria de Livorno ao Rio, dando audições diárias a bordo: antes de ser dissolvido, fizera exibições públicas nos passeios da capital. Nada disso foi achado até hoje. Se às qualidades intrínsecas deste compositor se junta ainda a sua fama de grande improvisador, teremos dele um quadro mais completo que dos compositores mineiros, porque houve quem se preocupasse, em atuações públicas, da reivindicação e perpetuação das suas obras, o que permitiu também, em tempo, a conservação de maiores pormenores da sua vida.

A música na Capela Real e nos Paços Reais. Pedro I

Se consideramos que a figura do Padre José Maurício emerge, no fim de contas, com toda uma bagagem sólida do período colonial, procuremos saber agora qual foi o benefício efetivo ou passageiro que o estágio da Corte trouxe à Terra de Santa Cruz.

A Capela foi organizada aos poucos. Com Dom João não veio, no início, senão reduzidíssimo número de músicos, segundo se verifica na documentação existente no Arquivo Nacional do Rio. Houve, inclusive, intenção de constituir a Capela Real só com músicos locais, mas é de imaginar que, por diversos motivos, e principalmente pelo orçamentário, os músicos pertencentes às diferentes dependências da Casa Real, incluindo os famosos *choromelleyros* das Reais Cavaleriças, procurassem seguir a Corte no seu exílio, juntando-se aos cantores e instrumentistas da Capela Real e do Teatro Real de São Carlos. Na sua autobiografia, no pequeno capítulo referente ao seu estágio no Rio, o próprio Neuparth reconhece que poderia ter retornado a Lisboa, mas que resolveu ficar com a maioria dos seus companheiros, pois havia para eles trabalho abundante. No Arquivo Histórico Ultramarino encontra-se uma documentação referente às esposas desses músicos, que pediam para ser transladadas ao Rio para se juntarem com os filhos aos respectivos maridos. Sabemos por um documento, achado nos papéis da Irmandade de Santa Cecília de Lisboa, do número respeitável de músicos portugueses radicados no Rio, entre os quais se achava um filho de João de Sousa Carvalho. Naquele período, o Rio acusava uma espécie de superpopulação musical, sobrepassando com a sua presença o número normal de indivíduos dedicados profissionalmente a esta arte.

Castrados e cantoras

Um estudo mais pormenorizado dos papéis conservados na Arquivo Nacional do Rio poderá servir de demonstração que não foi tão grande, como se diz, o número de cantantes e instrumentistas pertencentes à Capela Real, o que não diminui, naturalmente, a qualidade das suas execuções, tão favoravelmente comentadas por alguns viajantes. No Paço Real e na Quinta Real de São Cristóvão, a presença de músicos de Câmara veio a intensificar esta corrente imigratória, dando também ocupação a todos os músicos cariocas. Curiosa foi a presença, no Rio, dos famosos castrados. Contrariamente ao que se supunha, já anteriormente à vinda destes cantavam no palco dos teatros do Rio mulheres, quando, em outras partes, ainda eram substituídas por homens cantando em falsete. Nas óperas reais de 1786, ordenadas pelo Governador Luís Meneses da Cunha, em Vila Rica, também atuaram

mulheres nos papéis femininos. Nos trechos cantados, inseridos na tragédia *Zara*, que não é outra senão a *Zaire* de Voltaire, acham-se indicados os nomes das cantoras e os respectivos papéis. A estréia desta obra deu-se em 18 de novembro de 1778, na capital do Brasil. Voltamos aqui ao fato de terem sido escritas todas estas óperas, quando o futuro Padre José Maurício tinha apenas 11 anos, principalmente para acompanhamento de cordas, para apenas três ou no máximo quatro instrumentos de sopro. Houve, pois, instrumentistas de cordas não só no Rio, como em todas as regiões do Brasil civilizado. Em data relativamente recente descobri a existência, no Norte, de um *luthier* ou talvez de vários, de acordo com o inventário dos bens de Marcos Coelho Neto, filho, no arquivo do 1º Cartório de Ouro Preto. Rabecas, violetas e rabecões eram fabricados "em casa". O nascente Império recebia, dos tempos coloniais, um bom legado da sua atividade musical.

A própria Princesa Leopoldina trouxe com ela, de Viena, considerável número de obras de câmara manuscritas e em edições *princeps*, as quais me coube descobrir em 1945, em intensas procuras nas respectivas Divisões da Biblioteca Nacional do Rio da Janeiro. Quanta música destas coleções foi realmente tocada no Paço, na intimidade do lar imperial, com participação da Imperatriz (ela era pianista) e do seu marido, ou pelos seus músicos de câmara, é hoje difícil de referir. Há suspeita de que nos tempos do advento da República tenha desaparecido boa parte da música do período imperial brasileiro, pertencente às Bibliotecas dos respectivos monarcas. Do rival de Mozart, Mestre imperial de câmara Leopold Kozeluch, achei 3 concertos para piano e instrumentos, o segundo dedicado à Arquiduquesa Leopoldina, e 4 Sonatas para piano, violino e violoncelo, todas estas incompletas. Em três delas vem *Erzherzogin Leopoldin*, uma evidência de que já tocara tais obras em Viena, quando solteira. Este material traz sinais de bastante uso. Na sua correspondência, a Imperatriz fez freqüentes alusões à prática musical no Paço, falando também, em carta ao pai, da dedicação do marido à composição e, referindo-se ao estilo teatral adotado por ele, o atribui ao seu professor, Marcos Portugal.

Pedro I e o Hino da Independência

Pedro I escreveu durante a sua permanência no Brasil, fora de obras menores, uma Missa, cantada na Casa Imperial a 5 de dezembro de 1829, para celebrar as suas segundas núpcias, uma Sinfonia a grande orquestra, um Te-Déum, e o *Hino da Independência*, composto este último, segundo a tradição, no dia 7 de setembro na mesma tarde da sua chegada a São Paulo, sob texto de Evaristo da Veiga. O autógrafo da partitura, que não deixa lugar a dúvidas, acha-se

no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e o original da letra na Biblioteca Nacional. Interessa menos se as circunstâncias permitiam ou não cantar naquele mesmo dia o Hino referido. Se a D. João coube, como grande protetor da música, auspiciar a Capela Imperial por ter sido ele mesmo intérprete prático do cantochão e profundo conhecedor da música religiosa. Pedro I teve uma participação direta, no aspecto profano da música, ficando com o seu *Hino da Independência* indelevelmente identificado com a História da Emancipação do Brasil, como conseqüência direta do Grito do Ipiranga.

Contudo parece ter sido fraca a sua capacidade técnica. Atuava como amador culto, com rara habilidade para tocar vários instrumentos: fagote, trombone, clarineta, violoncelo, flauta e rabeca, segundo referências.

Marcos Antônio Portugal

Marcos Portugal, com o seu irmão Simão Vitorino e um grupo de músicos, apareceu no Rio em 1811, reforçando os que já ali estavam. Precedido da maior fama possível foi recebido com grandes amostras de satisfação por D. João e veio a portar-se de maneira mesquinha frente ao Padre José Maurício, no qual reconheceria intimamente as qualidades de compositor. Idêntica atitude assumiria em relação a Sigismund Neukomm, mais um grande músico adventício, chegado de Paris. Sem pretender diminuir tais defeitos, tolerados na sua pessoa porque gozava da maior proteção régia, a sua presença no Rio prestigiou ainda mais as atividades artístico-musicais, tanto profanas como religiosas. Luís Joaquim dos Santos Marrocos, encarregado da Livraria que D. João trouxe para o Rio, em cartas dirigidas a seu pai, bibliotecário do Palácio da Ajuda, ridiculariza a figura de Marcos Portugal. Como o compositor lusitano começou a ter dificuldades com a sua saúde, tem-se a idéia de que a sua produção, no Rio, foi pequena, o que é desmentido pelo já citado catálogo de suas obras, onde não vem mencionada a "peça alegórica" ou "drama lírico" *O Juramento dos Nunes* (os historiados portugueses escrevem *Numes*), cuja autoria foi indistintamente atribuída a ele e a Bernardo de Sousa Queirós. Esta peça foi apresentada quando da inauguração do novo Teatro de São João (1813), construído segundo o modelo do Real de São Carlos de Lisboa, à base de loterias, tendo considerável capacidade e um interior luxuoso para a época e o lugar. Nele se sucederam óperas, dramas e bailados com grande variedade, que, de resto, não eram novidades no Brasil, pois o povo desde há muito revelava entusiasmo pelas representações faladas e cantadas. Todavia, o novo teatro contava com maiores recursos em artistas e cenografia. E foi aqui que Marcos Portugal fez reviver algumas das suas famo-

sas óperas, que percorreram a Europa, concluindo talvez a sua atividade de compositor com a estréia de uma cantata em duas partes, *Augurio de Felicitá, ossia Il Trionfo del Amore*, interpretada por ocasião do casamento de Pedro I com a Arquiduquesa da Áustria, D. Leopoldina.

O incêndio do teatro em 1824, privando muitos artistas de atuarem, levou-os ao Prata, onde se incentivou a paixão pela arte lírica, e boa parte da produção de Marcos Portugal teria sido devorada pelo fogo. Encontrei no arquivo da *Lira São-joanense*, em São João del-Rei, cujo acesso me foi gentilmente facilitado pelo seu Diretor, Dr. Pedro de Sousa, várias obras de Marcos Portugal que parecem ter saído de uma espécie de espólio em direção às Minas Gerais, migrando com muitas outras obras da época, incluindo as de José Maurício e Francisco Manuel da Silva, para satisfazer o espírito inovador dos músicos mineiros.

Se a produção operística de Marcos Portugal no Rio foi nula, a que se destinou à Real Capela e à Quinta da Boa Vista (São Cristóvão) chegou a ser respeitável, entre criações novas e revisões várias de obras escritas em Portugal. Quando D. João VI partiu de regresso a Lisboa, terá levado consigo uma série de obras por ele encomendadas, pois estão incorporadas à Biblioteca da Ajuda, precioso repositório da atividade no terreno lírico, na segunda metade do século XVIII. Há, entre muitas, três missas, uma de 1811, outra de 1813; a terceira, escrita, segundo o próprio Marcos Portugal, no seu Catálogo, "Por ordem de S. A. R. o Príncipe R. N. S", foi uma "Missa de Réquiem, com todo o inteiro instrumental, para servir as exéquias da Rainha D. Maria I na Real Capella do Rio de Janeiro" (1816). Aparece aqui uma dúvida, pois, se D. João VI encomendou esta Missa de Réquiem ao Padre José Maurício, qual das duas teria sido executada, afinal, nessas exéquias solenes? Talvez uma na Real Capela e outra na Quinta de São Cristóvão?

Entre as adaptações feitas por Marcos Portugal no Rio, muitas delas se referem a obras compostas anos atrás para coro misto e os seis órgãos da Basílica de Mafra. Outras, originais, não aparecem no catálogo atribuído ao seu próprio punho, talvez por simples esquecimento. Mais uma demonstração da inconsistência das afirmações de que o Padre José Maurício não dispunha dos instrumentos necessários para a interpretação das suas obras, limitando-as, está nos dispositivos instrumentais de Marcos Portugal, correspondentes ao tempo em que esteve no Rio, quando esta capital estava literalmente cheia de músicos portugueses, brasileiros e estrangeiros de procedência diversa. Há um *Jogo de Vésperas* com violoncelo, fagotes, contrabaixo e órgão (1813), e outro da mesma obra

para instrumental completo (1815); há umas *Matinas de Natal* com clarinetas, trompas, fagotes, violoncelos e violetas (1811) (como se vê, com deliberada exclusão de violinos). Portugal escreveu, também, dois responsórios e um motete para órgão e instrumentos de sopro (1815). Mas, ter renunciado ao total das cordas ou parte delas acaso significa limitação por falta de recursos nas respectivas instituições? As Irmandades e Confrarias tinham os seus convênios com as corporações musicais por ajuste ou termo, e, segundo o dinheiro disponível, se reduzia ou aumentava o instrumental. Em Minas, por exemplo, coros duplos, tríplices e quádruplos eram reservados para festividades maiores, com reforços dos instrumentos. Estes aspectos podiam modificar o critério inicial de um compositor a respeito do instrumental, outras vezes o caráter da própria obra.

Posição privilegiada de Marcos Portugal na Corte

A posição econômica de Marcos Portugal não podia ser mais brilhante. Foi Professor da Família Real, Inspetor de todos os espetáculos e Inquiridor das Justificações do Reino e, escrevendo por encomenda, ainda recebia regalias especiais. Simão foi nomeado Organista da Real Capela. E segundo Joaquim de Vasconcelos, *apud* Fétis, Marcos Portugal teria feito a sua última viagem à Itália em 1815, embora não existam informações concretas sobre esta ausência.

Em 1811 lhe veio um primeiro ataque de apoplexia; em 1817 outro, já mais sério, a ponto de não lhe ter sido possível voltar com D. João VI a Lisboa em 1821, dado o precário estado da sua saúde. Se pensamos que já anteriormente teria tido dificuldades para se desempenhar na composição, podemos considerar suas últimas obras um *Credo*, com instrumental, e uma *Missa Festiva*, executada na Real Capela em 12 de fevereiro de 1818, em ação de graças pela feliz chegada de Sua Alteza Sereníssima a Princesa Real.

Uma das leviandades dos historiadores tradicionais da música no Brasil é a afirmação categórica de que a música de Marcos Portugal era vazia e por isso sobreviveu à sua época. Sua produção correu a sorte das de inúmeros outros bons compositores, hoje esquecidos pelo fato de as gerações subseqüentes não se haverem preocupado de trazê-las novamente à atenção pública, devendo-se ainda somar a isto a decadência da cena lírica, o que não acontece no que respeita à música instrumental.

Marcos Portugal foi músico altamente dotado, como o testifica a grande aceitação que tiveram as suas obras na Itália, França, Áustria e outros países. Seu estilo se identifica com o de David Pérez, e em muitos momentos com o de Cimarosa; suas obras não estão muito longe das de Paisiello, que conhecia muito bem, como deve ter tido também experiên-

cia prática com algumas óperas de Mozart. Foi ele grande contrapontista e conhecedor exímio dos segredos da voz humana. Nas suas obras não somente se encontram árias épicas, como também páginas de grande ternura, cheias de profundo sentimento e grande beleza. Carecendo das regalias, nas quais D. João VI foi pródigo antes e depois do período carioca, e não tendo sido provisor nas suas economias, achou acolhida na casa de uma velha fidalga, a viúva Marquesa de Aguiar, falecendo em 7 de fevereiro de 1830, bastante esquecido pelo meio musical e social. Os seus restos foram sepultados no Convento de Santo Antônio, lá os descobrindo acidentalmente Manuel de Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo, que os fez reunir numa urna. No seu centenário, graças a um movimento de justiça organizado em Lisboa, as suas cinzas encontraram descanso definitivo na terra onde obteve os maiores triunfos.

Sigismund Neukomm

Personalidade e artista de mentalidade diferente e qualidades intrínsecas foi Sigismund Neukomm, austríaco, discípulo de Haydn, que veio para o Rio de Janeiro em 1816, acompanhando o Duque de Luxemburgo, Embaixador da Áustria, somando-se desta forma à célebre Missão Artística chefiada por Joachim Lebreton. Deixou Neukomm as suas funções no Palácio do Príncipe Talleyrand em Paris para empreender esta viagem, em boa parte por ser um viajante irrequieto, ao mesmo tempo muito curioso, e, como apaixonado naturalista amador, talvez fascinado pela possibilidade de conhecer o trópico. Hospedou-se na casa de Antônio de Araújo Azevedo, Conde da Barca, responsável pela vinda da Missão Artística, personalidade de grande cultura e, na qualidade de Secretário de Estado e condutor da política exterior da Nação, conselheiro íntimo de D. João VI.

Neukomm não recebeu nomeação alguma para ocupar cargo público, embora recebesse adequada remuneração. Foi aceito como Professor de Música da Família Real, cargo que desempenhou em todo o tempo da sua permanência no Brasil. Devemos a uma exaustiva pesquisa de Luís Heitor Correia de Azevedo, em Paris, valiosa informação sobre esta singular figura, tão intimamente ligada à vida musical de Viena.[1] Da correspondência e manuscritos musicais localizados, junto com outras obras impressas, foi

[1] Correa de Azevedo, Luís Heitor, *Sigismund Neukomm, an Austrian Composer in the New World, in "Musical Quarterly"*, vol. XLV, nº 4, New York 1959, pp. 473-83, il. (publicado também em português nas Actas *do* III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Lisboa 1960, vol. II, pp. 77-88, com o título "Esplendor da vida musical fluminense no tempo de Dom João VI, Sigismund Neukomm no Rio de Janeiro".

possível traçar um panorama interessante sobre as suas atividades. Do seu real aluno, Príncipe Pedro, tinha queixas pela pouca assistência às suas aulas. Orquestrou seis de suas valsas, acrescentando a cada uma um trio e, com base numa valsa, escreveu uma *Fantasia para Grande Orquestra*.

A segunda discípula, Princesa Isabel Maria, recebeu dele dedicadas 12 variações sobre o tema "Sul margine d'un rio", uma *Sonata para 4 mãos*, um *Capricho* e um *Andante gracioso* com 4 variações. Para a irmã maior de Dom João VI, a Infanta Maria Teresa, escreveu um "Cânon para 4 vozes" e uma curiosa *Sonata para piano, com acompanhamento de violino ad libitum*. E, embora não tenha feito menção do fato na sua correspondência, Neukomm também deve ter dado lições a este terceiro membro da Família Real. Como compositor, sua produtividade foi enorme, tão excessiva ou ainda mais que a de Pleyel e outros do seu tempo. Só para as cerimônias da coroação de D. João VI escreveu três obras de fôlego: *L'Allegresse publique*, marcha; a *Missa para o Dia da Aclamação* e o *Grande Te Deum*. E a pedido do Príncipe Dom Pedro compôs 12 marchas, 3 Missas grandes, 5 aberturas, 2 Missas menores e uma abertura dramática *Le Héros*.

Dotado de espírito de assimilação, deu-se muito bem no meio musical e social da régia cidade de São Sebastião. Foi amigo e admirador incondicional do Padre José Maurício Nunes Garcia, de quem ainda falava com grande entusiasmo quando já se achava de regresso em Paris. Parece ter padecido das hostilidades de Marcos Portugal, mas, segundo a documentação trazida à luz por Luís Heitor, não foi a agressividade do colega português o motivo da sua partida. Numa carta dirigida a Paris em 1817 manifestou que, no início, não estava muito seguro de permanecer no Brasil, mas que agora lhe solicitava fossem mandadas as suas músicas porque poderia ficar por uns anos ou talvez para sempre. Quando da morte do seu protetor, o Barão da Barca, também em 1817, deu conclusão a uma marcha fúnebre, vinte e quatro horas depois do acontecimento. Mudou-se em seguida para a casa do Marquês de Santo Amaro, onde foi acolhido com igual generosidade. Também deu lições à Baronesa de Langsdorff, esposa do Embaixador da Rússia, que já fora sua aluna em São Petersburgo. Como colaborador da *Allgemeine Musikzeitung* de Viena mandou também alguns artigos sobre o Brasil. Deve-se a ele a notícia de estar sendo ensaiada *A Criação*, de Haydn, por iniciativa dele e do Padre José Maurício (impedida talvez mais tarde, por oposição de Marcos Portugal), depois do grande sucesso que alcançou a estréia, também noticiada na mesma revista, do *Réquiem* de Mozart, sob a excelente regência do Padre José Maurício, na Igreja de Nossa Senhora da Natividade.

Neukomm e os temas brasileiros

De grande importância para a História do nacionalismo musical brasileiro, e ainda mais como demonstração do sincero interesse de Neukomm pelo Brasil, foi a sua dedicação à elaboração de temas brasileiros em composições suas. Fala também muito em seu favor a recoleção de um grupo de vinte modinhas, depositado na Biblioteca do Conservatório de Paris, pertencentes todas elas ao famoso modinheiro Joaquim Manuel, de quem era grande admirador. Destas, segundo Luís Heitor, somente 16 têm acompanhamento para piano. Consta que Neukomm publicou um álbum, mas até hoje não foi possível descobri-lo, apesar de ter sido anunciado na *Gazeta* de Lisboa, em 1823, a venda desta edição na Casa de Música de Francisco Antônio Driesel, significando esta data que o músico a teria organizado pouco depois de regressar a Paris. Uma modinha de Joaquim Manuel foi incluída por Neukomm na sua fantasia *L'Amoureux*, para flauta e piano. E no seu capricho para piano, *O amor brasileiro*, introduziu um tema de *lundu*. Esta deliciosa obra foi gravada numa excelente versão por Arnaldo Estrela em Discos Festa, LDR 5 004. Em 1818 adoeceu seriamente de pneumonia, o que lhe deu motivo para escrever, uma vez restabelecido, uma grande sonata, *Le Retour à la Vie*. Atendendo aos conselhos médicos, regressou à Europa em 1821, escrevendo ainda um *Cânon Enigma* para 8 vozes, sobre a Capital do Brasil, empregando no texto referências geográficas do Rio de Janeiro. Quando da sua partida para o Brasil, em 1816, publicara uma fantasia para piano, *Les Adieux de Neukomm à ses Amis, lors de son Départ pour le Brésil*, cujo frontispício publiquei nos *Estudios Brasileños*, vol. I, *op. cit.*, p. 193. Em oposição a esta peça escreveu outra, *Adieux à ses Amis de Rio de Janeiro*, que adquiriu, segundo Ernesto Vieira, imensa popularidade no Brasil e em Portugal. Maria Antonieta de Lima Cruz, autora de uma *História da Música Portuguesa*, refere a existência, na Biblioteca do Conservatório Nacional, sem precisar a cidade, uma *Missa sob a invocação das Chagas de Christo*, a 4 vozes e órgão, dedicada, em 1823, a Dom João VI. Porém, não encontrei restos desta obra manuscrita na Biblioteca do Conservatório Nacional de Lisboa. Cabe dizer, finalmente, que Neukomm foi em parte responsável pela publicação, em 1820, do livrinho sobre Haydn, já citado acima. Trata-se de uma conferência pronunciada por Joachim Lebreton, no Institut de France, em 1810. A tradução é dedicada ao compositor e inclui algumas notas por ele escritas, após a revisão crítica do texto. Neukomm teve longa vida e faleceu em Paris, depois de muitas viagens, em 3 de abril de 1858.

Transformações nos meios musicais do país

Entramos agora a comentar um período de profunda transformação do Brasil musical. Por imposição das circunstâncias – não podia existir nestes anos um critério para orientar as novas idéias estéticas – ia-se construindo uma plataforma sobre a qual a música no Brasil do século XIX devia erigir-se e sustentar-se até muito entrada a República. Não houve no país cataclismos pelo abandono do leme político, primeiro por D. João VI e logo por Pedro I. Pelo contrário, a nave ia rumando por caminho certo com o grupo de artistas e cientistas da Missão Artística já fixados no Rio e outros vindo como viageiros desbravadores do sertão incógnito. Entrou-se no processo de equiparação às correntes não só da Europa, como também às da Independência e industrialização dos Estados Unidos da América. O Brasil tinha deixado atrás de si a era colonial: a vida patriarcal do Nordeste, e a extrativa, azarosa, da mineração nas regiões centrais. Um esplendoroso movimento musical pôde tirar amplo proveito delas. Se o povoamento de Minas Gerais deu à nação o pivô necessário, o Rio de Janeiro, como capital do Império, transformou-se em exemplo, para ser imitado pelas Províncias, na cultura e nas artes, conseqüência de um centralismo inevitável. Começou a expansão para o Sul a fim de firmar o equilíbrio do país. Nada mais interessante, pois, que acompanhar a edificação de novos teatros, desde o Maranhão até a Província de São Pedro, para compreender como ia aderida ao desenvolvimento econômico urbano a aspiração à cultura. O regresso a Portugal dos dois monarcas produziu no Rio algum abalo pela retirada do excesso dos músicos e pela redução das atividades musicais. Muitos chegaram e se foram atrás das arcas do Tesouro Real, único que lhes podia garantir a continuação da sua vida profissional. Com isto, o meio musical voltou à sua antiga normalidade, acrescida daqueles que ficaram e pela natural afluência dos músicos imigrantes, especialmente italianos.

Começa agora um reajustamento dos componentes musicais perante a transformação social profunda que se ia operando na capital com bastante rapidez. Coincidia com este processo o desaparecimento dos músicos mais representativos de Minas Gerais e, com eles, excelsa diafanidade do seu estilo vocal-instrumental (entre 1806 e 1809). No Rio, onde já se aplicava uma instrumentação carregada até com trombones, na música sacra, e com material melódico tomado cada vez com maior indiscrição do teatro lírico, o regresso de Neukomm a Paris, e a morte de José Maurício, Marcos Portugal e do Mestre de Capela paulistano André da Silva Gomes, simbolizam o fim de um período.

Enquanto não soubermos quais foram os autênticos representantes da arte musical em Salvador e no Recife – não há documentação musical sobre profissionais capazes e de positivo talento –, não teremos outro recurso senão sustentar que, em 1830, o Brasil sofria uma severa regressão no terreno da atividade criadora. Esta maré-baixa deu oportunidade a um reagrupamento das forças musicais vivas, alimentadas por forte imigração de música e músicos europeus, italianos primeiro, alemães, franceses e outras nacionalidades depois. O romantismo aqui também começou a invadir as almas, com suas pequenas, idílicas formas instrumentais e vocais, de *genre*. O comércio livre com o Brasil despertou na Europa grande interesse e não eram só os músicos os que traziam consigo novo caudal sonoro; todo viajante desembarcava com uma novidade, fosse melodia ou passo de dança, assimiladas avidamente pelos povoadores. À importação dos Broadwood seguiam-se os Pleyel, ocupando lugar de destaque nas casas de família no Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e no Sul. Os instrumentos também chegavam às fazendas e iam subindo pelas velhas estradas da mineração e das monções para conquistar adeptos e modificar, com a sua abundante literatura, os conceitos estéticos. Quando os primeiros viajantes falam de contradanças, quadrilhas, lanceiros e valsas, ao que logo se somavam as polcas, ficamos surpreendidos pela rapidez com que tais músicas ocuparam o lugar do *minuete* e outras danças anteriormente em uso na sociedade colonial. O comércio musical começou a desenvolver-se aos poucos com lojas no rés-do-chão; pequenas peças de música começaram a ser incluídas nos Jornais de Moda, para aparecerem pouco depois avulsas, em medida maior, até tomar a sua impressão caráter de verdadeira aluvião, graças ao estabelecimento de oficinas litográficas cada vez mais aperfeiçoadas, que lançaram os chamados Periódicos ou Semanários musicais, com primorosas capas e gravuras delicadas, tão diferentes do nosso decadente comércio editorial de hoje.

Penetração da música popular nas camadas superiores da sociedade

Se no período colonial a música erudita, tanto no ambiente familiar como no público, acusava traços exclusivamente europeus, no século XIX esta característica só veio a intensificar-se ainda mais pelo rápido aumento de uma burguesia e o seu predomínio sobre as zonas rurais. A isto deve acrescentar-se a rápida formação de uma aristocracia brasileira de viscondes, marqueses e barões, que mantinha, apesar de sua linhagem, essa permeabilidade social com as classes inferiores, que sempre foi distintivo dos mais nobres do povo brasileiro. Será sem dúvida por este motivo que uma dança como o *lundu*, nascida na esfera mais baixa da

sociedade colonial, se infiltrou, modificada nas casas de família, da mesma forma que no Peru a *zambacueca* ou *zamacueca*. Um Brasil progressista ia-se pondo rapidamente em dia com as modas musicais da Europa, mas debaixo da grossa espessura da música do Velho Mundo, que cobria as zonas urbanas, vivia e fermentava um folclore trazido pelas ondas migratórias da gente humilde nativa, provinda das regiões rurais, para criar esse cinturão dos não adaptados, atraídos pela força centrífuga da capital, circunvalando a urbe. Em longos decênios, forneceria lentamente as misturas de elementos europeus e afro-brasileiros como ingredientes dos mais preciosos para a constituição da música popular brasileira, sempre viva nas festas das categorias sociais baixas até a sua incorporação cada vez mais acentuada no entrudo.

O século XIX, com as suas características musicais tão singulares, produtos de uma profunda transformação social, nunca foi suficientemente estudado no Brasil. Só uma pesquisa exaustiva nos poderá aproximar aqueles cinqüenta primeiros anos, durante os quais a música culta e a popular do Brasil tomavam novos rumos. As urbes situadas na orla marítima não podiam fugir ao processo sociológico da democratização da mensagem artística, abandonando a intimidade dos salões da nobreza, para exigir salas cada vez mais amplas, demolindo velhos conceitos e dirigindo-se a auditórios numerosos e mais heterogêneos. O apelo do quarto movimento da *Nona Sinfonia*, de Beethoven, endereçado à humanidade inteira, representa simbolicamente o processo da música do século XIX. O fortalecimento do profissionalismo, a aparição dos virtuoses como artistas independentes, o nascimento da literatura e crítica musicais, a íntima participação de poetas, literatos, pintores e escultores nos concertos públicos, tudo isso era sintoma de confraternização, simbolizado pela cena lírica nos primeiros 25 anos do Segundo Império. A ponte, que conduziria mais tarde à música instrumental absoluta, só seria levantada em 1870, porém deve ficar como fato incontestável desse tempo um Brasil intimamente ligado aos acontecimentos artísticos universais.

Depois do incêndio do Teatro de São João foi por muitos anos o Teatro São Pedro de Alcântara que incrementou o gosto pela ópera e o teatro, sobretudo porque, na Corte, os espetáculos líricos se transformaram em solenidade com rigorosa etiqueta e deslumbrante ostentação da mulher brasileira emancipada. Nas casas ressoavam os gorjeios das árias e dos duetos ouvidos na ópera e também da *zarzuela* espanhola; os moços e os velhos cantarolavam, assobiavam as melodias do teatro lírico francês. O piano deixava ouvir transcrições, variações e paráfrases sobre temas de

ópera, trechos ou peças de Kalkbrenner, Herz, Pleyel, Hummel e outros. Para os mais hábeis amadores dispunha-se de toda uma literatura de peças de *bravour*. Este processo, da transformação de gostos do qual a mulher brasileira foi o elemento decisivo, precisou de um andamento lento. Os futuros profissionais na Escola Pública do Professor de Música provinham das classes pobres. Muitos alunos eram incorporados ao lar do Mestre até concluírem os estudos, participando durante a aprendizagem dos compromissos públicos daquele. O ensino às classes abastadas e burguesas, tanto da música como da dança, ainda era dado pelo professor nas casas das famílias. E foi a intensificação da atividade musical que fez nascer o projeto de um Conservatório sob os auspícios dos poderes públicos, a fim de difundir o ensino da música no Rio de Janeiro.

Francisco Manuel da Silva

Em certos momentos críticos da vida cultural de uma nação têm aparecido homens esclarecidos, de visão concreta, para encaminhar os problemas para uma segura solução. Quando do terremoto de Lisboa em 1755, provocando a fuga de numerosos músicos para o exterior, o compositor Pedro Antônio Avondano reuniu na sua casa um número apreciável dos dispersos membros da *Real Irmandade de Santa Cecília*, para reestruturar esta corporação poderosa, da qual dependia o exercício esclarecido da música artística. Avondano foi criador de segunda ordem, mas foi o homem da hora. No Brasil não houve tal cataclismo, mas a transformação da sociedade colonial em outra inteiramente diferente e a ausência das grandes figuras da composição, junto com o surgimento de novos padrões no profissionalismo musical, exigiam se achasse um rumo certo para o futuro imediato. O músico encarregado pela providência desta dificílima tarefa foi Francisco Manuel da Silva. Graças à sua iniciativa, visão, vinculação social e ao seu espírito equilibrado e às condições de organizador, asseguraram-se os alicerces do futuro edifício musical brasileiro, destinados a sustentar cada vez mais a pujante iniciativa particular e a participação do Estado na proteção moral e material da atividade e do ensino musicais e dos espetáculos públicos.

A antiga Irmandade de Santa Cecília, que teve também uma sede no Rio, constituída, como a Matriz de Lisboa, com privilégio real, teve que ceder perante os imperativos do século XIX. Da mesma forma, como em Portugal, o Montepio Filarmônico veio a substituir em 1843, no Rio foi criada com dez anos de antecedência, em 1833, a Sociedade Beneficente Musical, cuja longa vida de estímulo à classe estendeu-se até 1890 e da qual foi diretor até 1864, e logo Presidente honorário, Francisco Manuel.

Da sua formação, sabe-se que estudou com o Padre José Maurício e com Sigismund Neukomm; posteriormente, quando seu ingresso como músico na Capela Real, parece haver recebido alguma orientação de Marcos Portugal. Da sua obra de compositor, profusamente divulgada nos Estados do Rio, Minas Gerais e São Paulo, em grande parte dedicada ao setor religioso, se depreende que foi criador de fracos recursos. A exceção está constituída por um dos momentos mais felizes na sua vida de compositor quando, em instantes de inspiração, escreveu o Hino Nacional, um dos cânticos patrióticos mais bonitos e vibrantes do mundo, especialmente quando respeitado o seu andamento. Interpretado em tempo excessivamente vivo, a articulação das frases se volta confusa e aumentam as dificuldades de interpretação pelo cromatismo próprio da sua linha melódica. É um Hino escrito para um povo músico como foi sempre o brasileiro.

Em 1841, Francisco Manuel foi nomeado Mestre-Compositor da Imperial Capela e, em 1842, substituiu a Simeão Portugal, mestre da mesma. Organizador de concertos e regente de óperas, professor de aulas particulares na sociedade carioca, foi o vínculo ideal entre a classe dos músicos e suas necessidades e a aristocracia. Identificou-se com os princípios da *Sociedade Filarmônica*, fundada em 1835 para auspiciar "o gosto depurado da música", propugnando ao mesmo tempo a criação do Conservatório Nacional de Música. Para lograr este fim, fundou primeiro, sob a base de duas loterias anuais, por espaço de oito anos, a Sociedade de Música do Rio de Janeiro, obrigando-se esta organização, em retribuição aos auxílios recebidos, a criar este primeiro Conservatório que seria, junto com os do Chile e do México, dos mais antigos da América Latina. Em 1847 foi nomeada para a instituição uma Comissão Administrativa e, em 1848, se obteve, finalmente, uma sede no antigo Museu Nacional, no Campo da Aclamação, perto do antigo Teatro Lírico chamado Teatro Provisório, erguido na mesma praça e inaugurado em 1852.

Francisco Manuel, respeitadíssimo nos círculos de governo, conseguiu melhorias para o Conservatório através dos decretos de 1852 e 1855, respectivamente, e um aumento substancial do seu orçamento, ficando a instituição sob a fiscalização direta do Ministro do Império. Em 1857 realiza-se a primeira audição de seus alunos, com a presença de Dom Pedro II e a Imperial Família. Pouco antes de morrer, Francisco Manuel pôde ainda assistir ao lançamento da pedra fundamental do edifício do novo Conservatório (1863), inaugurado, por dificuldades diversas, só em 1872.

Faleceu, circundado pelas mais elevadas demonstrações de admiração e pesar, em 18 de dezembro de 1865.

O desenvolvimento musical no Segundo Império

Se no século XVIII, o teatro italiano falado e cantado, embora traduzido geralmente para o português e às vezes provido de emendas, omissões e alterações, já fora conhecido no Brasil colonial na infalível interpretação por mulatos dos dois sexos, no século XIX, a ópera italiana, cantada na língua de origem por conjuntos peninsulares sempre mais freqüentes, veio entronizar-se, triunfando nos primeiros tempos principalmente as óperas de Rossini e conseguindo uma multidão de adeptos e fanáticos. A cena lírica progredia, e a música religiosa retrocedia. Os componentes da Capela Imperial foram reduzidos em 1831 ao número de 46 e nunca mais chegaram a reeditar os esplendorosos tempos da Regência.

O primeiro templo lírico de dimensões e ornamentação similares aos teatros europeus foi, no Rio de Janeiro, o *Teatro São João*, inaugurado em 12 de outubro de 1813 no Campo dos Ciganos, mais tarde Praça da Constituição e hoje Praça Tiradentes. Incendiado na noite do 24 para o 25 de março de 1824, reconstruído prestamente, foi reaberto com o nome de *Teatro Constitucional Fluminense*. Incendiou-se pela segunda vez em 1851 e sofreu um terceiro incêndio em 1856. Voltou a funcionar em 1857, com o nome de *São Pedro de Alcântara*, mantendo por algum tempo sua grande tradição, logo transferida ao *Teatro Provisório*, chamado *Teatro Lírico Fluminense*, de maiores dimensões, edificado na Praça da Aclamação, mas nunca terminado, do que lhe veio o qualificativo de "Provisório". Neste teatro realizaram-se as funções mais suntuosas do Segundo Império, houve o extravasamento de entusiasmos e o endeusamento dos grandes virtuoses instrumentais e das sublimes vozes femininas. Ele foi também testemunha das delirantes homenagens ao genial Carlos Gomes, em seu regresso de Milão. A sociedade descrita por Wanderley Pinho constituiu o corpo medular destas festas líricas. Nas memórias dos grandes vultos do Brasil acharemos páginas deliciosas dedicadas a tais fatos.

Outros teatros

Um outro templo lírico e teatral foi o *Teatro da Praia de D. Manuel* (1834), que tomou aos quatro anos de existência o nome de *São Januário*, até 1862, quando passou a ser chamado de *Ateneu Dramático*.

De 1860 em diante, quando a atividade dos teatros entrou no seu apogeu, funcionavam normalmente na capital do Império, além dos já

mencionados, o *Teatro Ginásio Dramático*, o *Teatro Fênix Dramática*, e o *Théâtre Lyrique Français*. Sabemos que quatro orquestras se achavam mobilizadas todas as noites para ornar alguma representação dramática ou para atuar decididamente na opereta ou na ópera. E um dos fenômenos mais caracterizantes do século XIX foi a estreita vinculação à música dos artistas, poetas e literatos, de que participavam João Caetano, os irmãos Bernadelli, Luís Cândido Furtado Coelho, uma legião de escritores que se estende até Machado de Assis, homens todos de amplos interesses culturais.

O teatro nas Províncias

Mas a paixão pelo teatro não foi apenas privilégio do Rio, como capital de um Império progressista. Na Bahia, o *Teatro São João* já tinha aberto as suas portas em 1812; no Maranhão, o *Teatro União*, mais tarde denominado *São Luís* (1817); em Alagoas foi inaugurado o *Teatro Melpômene* (1846); no Recife, o Apolo (1846) e o *Santa Isabel* (1850); em Pelotas, o *Sete de Abril* (1833), e, em Porto Alegre, o *São Pedro* (1841). Este e o de Santa Isabel na capital pernambucana, ainda em pé e bem conservados, nos dão uma idéia do dispositivo e capacidade da sala e do próprio cenário. Em Campos, Estado do Rio, inaugurou-se o *São Salvador* (1845), existindo já anteriormente o *Campista*, substituído pelo nome de *Feliz Esperança* (1841). Em Diamantina inaugurou-se o *Santa Isabel* (1841), seguindo-se, em meados do século, os de Sabará e São João del-Rei, para assim associar-se à velha tradição ouro-pretana. Não exageramos em dizer que, no Brasil, funcionavam nada menos de meia centena de teatros, entre os de amadores e os de desempenho profissional. Em muitos deles, a participação da música foi permanente.

O Rio de Janeiro como capital artística da América do Sul

A coincidência aproximada das datas de edificação destes edifícios não demonstra apenas a intensificação da inclinação natural do povo brasileiro pelo teatro e pela música. Deve-se em grande parte este desenvolvimento à presença de grande número de artistas e moradores estrangeiros, ingleses primeiro, franceses, alemães e italianos depois. As capitais de Província e o Rio de Janeiro como assento do Império receberam o fluxo das correntes novas. A cidade de São Sebastião se tornou em pouco tempo centro musical internacional, ponto procurado por muitos músicos para residência definitiva e por muitas companhias líricas pela garantia oferecida a longas temporadas. Pode-se ainda sustentar que, em parte, o desenvolvimento musical no Brasil, protegido por uma situação política e econômica estável, em contraste com as guerras fratricidas da Argentina e a situação ins-

tável e às vezes ditatorial do Uruguai, favoreceu o progresso musical em Buenos Aires e Montevidéu, desde o tempo da Província Cisplatina e do incêndio do *Teatro São João*; as companhias líricas tinham assegurada a sua primeira etapa no continente americano, para tentar em seguida as do Rio da Prata, Chile e Peru. O Rio de Janeiro foi o primeiro porto seguro no tráfego musical, o lírico e o virtuosístico, na orla do Atlântico, favorecido pela navegação a vapor. Nas paredes do *Provisório* ressoavam os delirantes êxitos das figuras internacionalmente *consagradas*, como Rossi Salvini, Tamberlick, Thalberg, Wroblewski, Gottschalk, Sarasate, a Patti, e das figuras nacionais de grande nome: João Caetano, a Stolz, a Candiani, já definitivamente estabelecida no Brasil, e até dos primeiros prodígios, como o do uruguaio Frederico Planel, acompanhado por seu irmão Teófilo. E esta atividade transcendia aos teatros menores, onde muitos dos artistas mencionados também haviam de atuar. Silva Callado, o mago da flauta, embelecia as noites com a sua prodigiosa técnica e sensibilidade, levando as suas primeiras criações sob temas locais aos ouvidos europeizados dos espectadores.

Originais e paródias

A *Negra de Munguzá*, um *Corta-jaca* (1848) do baiano Mussurunga, um *Cateretê* e a grande orquestra (1869) ressoavam como intermédios musicais, trazendo lembranças da gente de cor e dos caipiras, como amostras similares da pintura costumbrista. O *Théâtre Lyrique Français* exibia, noite sobre noite, as últimas novidades das operetas offenbachianas, empregando, em anual corrente renovadora, vinda diretamente de Paris, excelentes vocalistas dos dois sexos e dançarinas consumadas e bonitas, mas incluindo também a ópera como o *Mestre de Capela*, de Paër, e *Marta, de* Flotow. Este sentido de contemporaneidade deu ao Rio de Janeiro imperial uma dinâmica especial, sobretudo porque, num plano ligeiramente inferior, o cômico José Vasques, empresário do *Fénix Dramática*, procedia, após a estréia de uma opereta francesa por seu colega "Papa Arnaud", do *Théâtre Lyrique Français*, à representação parodística da mesma obra, vertida em vernáculo, aos seus fregueses. *Orphée aux Enfers* foi transformado em *Orfeu na Roca, Barbe-Bleu* em *O Barba de Milho,* e *L'Ile de Tulipan* em *A Ilha das Cobras.*

Contribuição alemã

Como nas demais nações latino-americanas abertas à imigração, os alemães deram uma contribuição mais compacta ao desenvolvimento musical. Existia no Rio uma *Liedertafel*, uma *Musikgesellschaft*, e não menos de três ou quatro bandas alemãs, denominadas *Sociedade de Músicos Alemães.* Embora não seja possível incluir na relação dos compositores brasileiros de destaque um só nome

de origem germânica, fato característico em toda a América Latina, os profissionais e amadores participavam tão decisivamente no desenvolvimento musical que não caímos no exagero ao sustentar que, das nações representadas no Brasil imperial, foram eles os que com maior entusiasmo aportaram junto aos brasileiros, disto se beneficiando grandemente Gottschalk, que incluiu as colônias de alemães no Uruguai, Argentina e Chile, na sua viagem por estes países. Desde o organista e compositor Bussmeyer, Diretor da Capela Imperial de Música, até os auditórios dos concertos e espetáculos líricos, desde os professores particulares de música até os membros germânicos do *Clube Mozart*, da *Filarmônica Fluminense* e mais tarde do *Clube Beethoven*, às pequenas bandas, tocando em cervejarias, cortejos festivos ou fúnebres, em salões públicos e casamentos, nas festas patrióticas e em outras ocasiões, a Alemanha, que projetara, depois da fracassada revolução de 1848, tanta gente para o exterior, também contribuiu para o desenvolvimento do Brasil musical.

Mas os alemães não eram os únicos. Existia uma banda italiana, ou talvez mais de uma; houve músicos italianos, franceses, portugueses e de outras nacionalidades. O Rio de Janeiro fervia de música. Nesta relação também não devemos esquecer a *zarzuela* espanhola e os músicos desta nacionalidade. O reflexo desta atividade se encontra nos comentários periodísticos em jornais e semanários, na edição local superlativa de música de moda, com a participação da técnica litográfica, belamente desenvolvida, e dos desenhistas de prodigiosa habilidade, como Henrique Fleiuss, Ângelo Agostini, Joseph Mill e outros, observadores humorísticos e sagazes, que fixaram ações e fatos que a fotografia, recém-inventada, não podia reter. E com o desenvolvimento do entrudo, a música carnavalesca das numerosas sociedades veio dar múltiplas cores às expansões do povo.

O amor pela música evidenciava-se em todos os estratos sociais do Brasil em progresso. Mas, voltando aos músicos profissionais sérios e aos amadores mais capacitados, bastaria mencionar, como signo evidente desta marcha ascendente, que Francisco Manoel fez cantar um *Te Deum* da sua autoria na inauguração da estátua eqüestre de D. Pedro I, na Praça da Constituição, em 15 de março de 1862, participando na interpretação dessa obra novecentas pessoas, entre vocalistas e instrumentistas.[2]

[2] LANGE, Francisco Curt, *Vida y Muerte de Louis Moreau Gottschalk en Rio de Janeiro* (1869). El ambiente musical en la mitad del Segundo Império. Ed. Departamento de Musicología, Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 1951. (Separata em forma de livro da *Revista de Estudios Musicales*, Año II, nº 4, pp. 45-216 e ns. 5/6, pp. 97-350.

Pedro II, protetor da música erudita

Está fora de toda discussão que Pedro II foi uma das maiores figuras políticas do hemisfério americano e, sem dúvida, nas manifestações de cultura, artes e ciências, a maior de todas. Não é meu propósito insistir aqui sobre os grandes benefícios que a preocupação de tão egrégia figura trouxe à Nação, mas acho que, na historiografia musical brasileira, não se tem prestado ainda a devida homenagem a este Imperador que tanto honrou os antecedentes musicais das linhas constituintes da sua existência física e espiritual: as dos Bragança e dos Habsburgo. Não foi músico prático como seu avô D. João VI e seu pai D. Pedro I; mas foi tão eminente como D. João V, que levou a Portugal Domenico Scarlatti, ou D. José I e D. Maria I, que sempre dedicaram os seus melhores esforços à proteção da música. E não haverá necessidade de fazer menção à Casa de Habsburgo, que protegeu de tal forma a música em Viena, que essa cidade pôde tornar-se capital musical do Ocidente. Não sabemos se é suficiente sustentar que a Pedro II lhe faltou a atmosfera do Paço de Queluz ou o da Ajuda. Seu pai, nos anos de convulsão que lhe coube viver, não teve tempo de se dedicar à estruturação da vida musical brasileira; e o Príncipe herdeiro, que se achava numa idade tenra demais para receber instruções musicais práticas, herdou da mãe a vocação pelas ciências e, simultaneamente, o gosto pela música, que lhe veio dos dois ramos. Cuidadosamente educado, apenas proclamado Imperador do Brasil, protegeu o desenvolvimento musical do país com incansável persistência. Deu a esta proteção aspectos práticos, prestigiando com sua presença os espetáculos líricos e os concertos que achava dignos de serem auspiciados. Não praticava esta pública demonstração do seu interesse apenas como uma das obrigações de um soberano culto; deve-se-lhe creditar tal atitude à sua condição de esteta.

Seria conveniente estudar-se, através da documentação ainda existente do Palácio Imperial, o que este homem despendeu, no seu longo reinado, em bolsas para músicos merecedores de aperfeiçoar seus estudos na Europa, pois não acredito no número reduzido dos compositores maiores que a historiografia brasileira costuma citar. Todas as iniciativas coletivas em favor do desenvolvimento da arte da música recebiam seu incondicional apoio, depois de serenamente examinados, e ele jamais faltou com a família aos espetáculos para os quais o convidavam os organizadores ou intérpretes. Moralista por excelência, só prestigiava atos de autêntica seriedade.

Contudo, não só prestigiou, mas assistiu mais de uma vez à apresentação dos malabaristas musicais e intérpretes do gênero estadunidense então

em voga, "The Christy's Minstrels", que se exibiam no Rio em 1869. Sabe-se que a Família Imperial gostou muito dos espetáculos do conjunto.

Pedro II e Wagner

Pedro II – consta – antecipou-se em vários decênios ao gesto magnânimo de Luís II de Baviera, quando este facilitou a Wagner a tranqüilidade necessária para acabar o seu *Anel do Nibelungo* no retiro de Triebschen, e iniciar a construção do *Festspeslhaus* de Bayreuth. Parece que poucos anos da fuga e peregrinação de Wagner pela Suíça e pela França, D. Pedro II o teria convidado para vir ao Brasil. O caráter deste convite nunca foi suficientemente conhecido, mas é indubitável que Pedro II seguia muito de perto a evolução deste gênio, e parece certo que na correspondência que Wagner lhe endereçava não teriam faltado algumas partituras das suas primeiras óperas. Vincenzo Cernicchiaro fez jus ao Imperador Pedro II quando o chamava o Marco Aurélio americano. Não compreendo até hoje as razões pelas quais alguns historiógrafos musicais brasileiros procuram achar inúmeros defeitos neste generoso e primeiro grande intento de escrever uma História da Música "nel Brasile" e não "del Brasile". Cernicchiaro viveu ainda os tempos do Império e conheceu a muitos artistas pessoalmente. O levantamento de um Índex das pessoas e instituições por ele mencionadas é mais útil do que a crítica aos erros neles achados, sobretudo porque os próprios historiógrafos brasileiros acusam nos seus livros, bastante posteriores em data de aparição, erros e lacunas menos perdoáveis que, neste "estrangeiro", tanto amor pelo Brasil exteriorizou no seu indiscutível esforço.[3]

A Ópera Nacional

Na evolução do continente latino-americano, o Brasil tem direito a proclamar, mais de uma vez, a realização de iniciativas que só anos mais tarde foram apresentadas e efetivadas em outros países. À organização gremial, lograda em 1833, adaptando as necessidades da classe à nova Constituição e às exigências de um mundo em transformação (a monarquia constitucional brasileira tinha superado o velho conceito dos privilégios reais como fundamento, em nosso caso, da Real Irmandade de Santa Cecília de Lisboa), seguiam-se outras medidas de renovação, como o foi a fundação do Conservatório Nacional de Música. A proteção que o Estado pretendia dar ao ensino da música, opondo ao monopólio exercido por multidão de excelentes e também de medíocres professores particulares, não era senão uma oficialização, uma nacionaliza-

[3] CERNICCHIARO, Vincenzo, *Storia della Musica nel Brasile. Dai tempo coloniali fino ai nostri giorni* (1549-1925). Ed. do autor (Stab. Tip. Edit. Fratelli Riccioni), Milão, 1926.

ção parcial desta atividade, custeada pela nação com a finalidade de permitir o acesso a esta arte dos que careciam dos recursos necessários, para dar a este ensino uma estrutura de seriedade e coroar o esforço dos educandos com um diploma que expressava uma garantia para as suas futuras funções docentes. Esta tendência criava um conflito que ainda hoje perdura como problema de difícil solução, pois muitas vezes os Institutos oficiais latino-americanos caíram na inércia e na improdutividade, no oficialismo preguiçoso com o seu veneno letal chamado burocracia. No lado oposto, o ensino particular, como iniciativa privada, representou em muitos casos e representa ainda hoje, uma exploração comercial que não mostra os frutos que dela os pais dos educandos têm direito a reclamar. Como quer que seja, a iniciativa de Francisco Manuel, nos começos da segunda parte do século XIX, foi atitude corajosa de um homem de grande visão.

Como primeira demonstração da utilidade do Conservatório deve mencionar-se que a Capela Imperial recorria aos jovens diplomados para preencher as fileiras dos seus músicos. Uns anos mais adiante, o número de alunos do estabelecimento, compreendendo os dois sexos, oscilava entre 150 e 160, uma cifra apreciável se a comparamos com o número de habitantes do Rio de Janeiro, entre 1860 e 1870, e se voltamos a fazer a mesma operação entre o número atual dos alunos da Escola Nacional de Música e o total da população carioca de hoje, adicionando ainda como observação a mudança total do panorama pela mecanização da música e a sua difusão através dos organismos oficiais e privados da rádio e televisão, com a notória diminuição do amadorismo nos lares brasileiros.

José Amat

A intensificação das atividades líricas conduziu no mesmo ano da primeira audição dos alunos do Conservatório (1857) à fundação da Imperial Academia de Música e Ópera Nacional. O idealizador deste projeto foi um refugiado espanhol, D. José Amat, seguramente de origem catalã, vítima do fracassado movimento carlista, que chegou às praias de Santa Cruz em 1848, casando no Rio, mais tarde, com dama brasileira que partilhou, com ele, a atividade lírica nos cenários cariocas. Amador musical muito talentoso, trouxe consigo os princípios da ópera nacional espanhola, a *zarzuela*, que veio a retomar a linha nacionalista iniciada por Calderón de la Barca e Román de la Cruz, seguindo novos rumos no século XIX com figuras como Iradier, Gaztambinde, Barbieri, Arrieta e Chapi, para citar apenas algumas delas. Homem dotado de grandes facilidades para se assimilar ao novo meio, tornou-se intérprete da canção romântica, e particularmente da modinha, destacando-se neste gênero também como compositor muito estimado. Foi, pois, Amat um

removedor da consciência nacional, quando propôs aos círculos interessados e responsáveis a criação de uma *Academia de Música* e *Ópera Nacional*, que teria por objetivo imediato o aperfeiçoamento dos talentos nacionais na arte melodramática, a apresentação de concertos vocais e obras líricas nacionais, e a versão portuguesa das óperas estrangeiras. Observamos que houve nesta iniciativa uma superposição parcial de objetivos, porque corresponderia ao próprio Conservatório, como estabelecimento oficial de ensino, o preparo dos cantantes, mas a ópera era todo-poderosa naquela época, justificando uma instituição especializada, caso que veio a repetir-se no século XX com a criação, para Villa-Lobos, do *Conservatório Nacional de Canto Orfeônico,* organismo que deveria ter sido incorporado, por motivos administrativos, didáticos e de economia, à Escola Nacional de Música, mas que Villa-Lobos queria independente para levar a bom termo o seu grandioso plano prático de educação musical viva.

Nervoso, dinâmico e convincente, Amat logrou pela sua integração à sociedade carioca e as facilidades que lhe dera a sua condição de professor o estabelecimento da Academia, porque ninguém podia duvidar da sua sinceridade e das suas elevadas intenções de idealista. A instituição tinha dois Conselhos, um *Artístico* (técnico), integrado por Francisco Manuel, Joaquim Giannini, Manuel de Araújo Porto Alegre, Dionísio Vega e Isidoro Bevilacqua, e outro, *Diretor,* constituído pelo Marquês de Abrantes, Visconde do Uruguai, e o Barão do Pilar. Este segundo Conselho era o corpo de enlace entre o Governo e os Técnicos. Integrado por homens de reconhecidas qualidades culturais, deles se informaria seguramente o Imperador quando havia necessidade de tomar decisões em favor da empresa, da qual foi nomeado empresário-gerente José Amat. Ele foi responsável pela apresentação, em versão portuguesa, de numerosas *zarzuelas,* começando pela obra *A estréia de uma artista*, em 17 de julho de 1857. Em conseqüência do grande êxito obtido, o Governo imperial resolveu dar-lhe apoio, subvencionando a iniciativa com a extração de quatro loterias, acrescidas de 1858 em diante de mais 12, aprovando-se no mesmo ano os estatutos. Nos primeiros 14 meses de existência da Academia, deram-se 62 espetáculos, sendo a *Norma* a última ópera apresentada neste primeiro ciclo. A esta altura surgiu um conflito entre Amat e o Governo que pôs fim à Academia. Depois de um ano de inatividade, surgiu uma nova empresa, a *Ópera Lírica Nacional*, que estava disposta a entrar decididamente no terreno da produção operística nacional, pois não era o único propósito de Amat traduzir para o vernáculo os libretos das *zarzuelas* e das óperas italianas, para facilitar aos auditórios brasileiros uma maior assimilação das obras, nem a ambição dos organizadores se limitava

à necessidade de proteger os elementos nacionais com qualidades superiores, vocais, instrumentais e de regência. Havia uma consciência viva, avançada demais em relação à realidade que podia oferecer o panorama da composição lírica da nação: Amat e os seus companheiros procuravam dar oportunidades aos criadores qualificados, que já tinham dado provas de competência nas lides operísticas, mas provocar o interesse num público acostumado a presenciar as melhores representações do grande repertório lírico italiano era um insólito progresso na época descrita, comparável talvez com o esporádico estabelecimento, nos Estados Unidos; das chamadas "clínicas musicais", que facilitavam a estréia de obras contemporâneas com o principal objetivo de dar aos compositores oportunidade de ouvir a própria produção em audição pública, para poder, inclusive, emendar falhas e superar-se nas criações seguintes. Mas no Rio de Janeiro, em meados do século passado, toda iniciativa de apresentações líricas precisava estar baseada na necessidade de salvar as despesas e de obter um excedente favorável à inversão do capital. A isto deve-se acrescentar que as óperas apresentadas não se ajustavam a um nível uniforme e que a estréia de uma delas, fraca, podia significar efeitos contrários no público, reduzindo a assistência à seguinte e levando-o como que com alívio de regresso à ópera italiana. Esta sempre dava a medida exata para apreciações e cotejos entre a perfeição de um Rossini, de um Donizetti e de um Verdi, e as primeiras armas dos compositores líricos nacionais. Ainda hoje se mantém vivo este conflito, agravado pela decadência da ópera na América Latina e o elevado custo de encenar as produções de autores nacionais. Que dizer então do século passado quando boa parte das representações tinha por auditório estrangeiros exigentes! Ressaltamos estes inconvenientes para dar justo merecimento a tão valiosa iniciativa. Muito se tem escrito sobre a ópera nacional e o seu herói máximo, A. Carlos Gomes. Na *Revista Brasileira de Música*, posta em circulação e redigida durante os anos da sua existência pelas mãos competentes de Luís Heitor Correa de Azevedo, encontra-se material valioso. Também há estudos e monografias deste e de outros autores sobre aspectos gerais e analíticos da ópera nacional. Remetemos o leitor a esses materiais de informação e limitamos as nossas apreciações a conceitos gerais, incluindo nestes também o capítulo sobre Carlos Gomes.[4]

[4] Correa de Azevedo, Luís Heitor, *Relação das Óperas de Autores Brasileiros*, Ed. Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938.

Revista Brasileira de Música, órgão oficial do Instituto Nacional de Música, Rio de Janeiro (1934-44), o mais importante periódico musical publicado no Brasil no século atual. Os estudos dedicados ao período imperial, assim como outros, são indispensáveis para todo leitor que procura aprofundar os seus conhecimentos.

Óperas de autores brasileiros

Nos seis anos de desenvolvimento da iniciativa de Amat, a *Ópera Nacional* chegou a apresentar cinco obras de autores brasileiros e duas de estrangeiros que tinham fixado residência no Brasil. No total dos espetáculos apresentados, a proporção brasileira não foi muito grande, nem respondeu, qualitativamente, à expectativa geral, mas a grande virtude desta iniciativa consistiu na oportunidade dada a um poderoso elemento, proveniente de uma então pequena cidade do planalto paulistano. Com a apresentação da sua primeira ópera, *A Noite do Castelo,* uma espécie de faísca estremeceu a compacta assistência, advertindo a presença de um legítimo gênio. Com isso José Amat viu finalmente coroada de êxito a sua preciosa iniciativa.

Mas vamos comentar primeiro o setor fraco da série de apresentações líricas brasileiras. A primeira ópera, *A Noite de São João* (14-XII-1860), foi produto do ituano Elias Álvares Lobo (1834-1901). Na história cultural do Estado de São Paulo, Itu ocupa, desde o período colonial, lugar de destaque no desenvolvimento musical, mas, neste caso, o autor não atingiu as alturas necessárias para merecer considerações especiais. Também a Bahia teve o seu apogeu na música erudita, certamente maior que o de São Paulo, mas quando examinamos uma partitura de Domingos da Rocha Mussurunga, a quem Renato Almeida chama "grande músico", se chega sem nenhuma dificuldade à conclusão de que este baiano foi muito fraco no terreno da composição. É este o fenômeno do período seguinte ao barroco e ao pré-classicismo, em que a decadência, com a mudança na vida e nos costumes brasileiros, nos começos do século XIX, se fez sentir inclusive em Minas, onde os músicos de 1820 em diante já não sabiam interpretar o baixo cifrado pela morte dos seus grandes antecessores. Importante no caso de Elias Álvares Lobo foi a seleção do libreto, pois tomou texto de José de Alencar.

A Domingos José Ferreira (1837-1916) correspondeu apresentar a terceira ópera brasileira, sob libreto de Francisco Gonçalves Braga, *A Corte de Mônaco* (6-X-1862). Foi mais uma obra sem grandes pretensões, leve, fugaz. A última ópera da série, *O Vagabundo ou a Infidelidade, Sedução e Vaidade Punidas* (24-X-1863), deveu-se a Henrique Alves Mesquita (1838-1906), alunos do Conservatório de Música. Diplomado, foi o primeiro a ser enviado à Europa (1857) para aperfeiçoar os seus conhecimentos. Fixou residência em Paris e de lá remeteu a partitura, com o libreto original em italiano e versão portuguesa livre. Sua ópera veio, pois, da Cidade-Luz e foi recebida pelo auditório como provinda de um compositor de grande talento. Não foi, certamente, o incidente galante,

com repercussão pública, que o obrigou a voltar ao Brasil, nem a retirada da proteção do Imperador que o relegou a um segundo plano. Alves Mesquita tinha, fora de dúvida, uma marcada tendência para um gênero mais ligeiro, e a sua produção posterior, junto com as funções de diretor de orquestra, desempenhada no *Teatro Fênix Dramática* no Rio, são provas desta vocação especial.

Mais duas óperas, escritas por residentes no Brasil, com libreto brasileiro, foram levadas à cena: *Moema e Paraguaçu*, de Sangiorgi (libreto de Francisco Bonifácio de Abreu), e *Os Dois Amores*, de Rafaela Rozwadowska, com texto de Manuel Antônio de Almeida. Não vale a pena insistir nestes trabalhos, nem em outros compositores, como João Teodoro de Aguiar, são-joanense, e Henrique Eulálio Gurjão, oriundo de Belém do Pará, cujas óperas não chegaram a ver a luz da ribalta.

Como saldo positivo desta primeira etapa artístico-musical do seu quarto século de existência, graças à compreensão dos setores responsáveis do Segundo Império, houve oportunidade para que mais um dos seus homens de grande talento, neste caso Carlos Gomes, elevasse condignamente a Nação ao nível das expressões universais. O reconhecimento deste valor certamente não foi possível no Brasil do século XIX, mas ocorreu no *Teatro Alla Scala* de Milão.

Nótula final sobre D. José Amat

A personalidade de Amat não deve ser medida pela sua condição de compositor, porém como personalidade única, oportuna, fixando a hora do despertar da arte lírica nacional. Sem ele, quem sabe o que teria acontecido com Carlos Gomes, pois muitos fatos da vida dos homens, que se tornam posteriormente ilustres, dependem em grande parte de uma ocasião propícia que convida à ação imediata, ao triunfo seguro. Luís Heitor apresentou durante o III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em Salvador, Bahia, um pequeno trabalho sobre Amat, intranscendente, diria eu, pela dificuldade de obter melhor informação sobre a sua origem, atuação na sua pátria e em seguida no Brasil, e traços sobre a sua existência depois de findas as atividades da *Ópera Lírica Nacional.* Até hoje pouco se sabe sobre as primeiras e nada sobre a última das suas etapas de artista. Não há muitos pormenores referentes ao que fez entre 1848, ano lógico da sua chegada pelos seus antecedentes políticos, e 1857, data do início da *Imperial Academia de Música e Ópera Nacional.* Quando Rodolfo Barbacci, a meu pedido, se dedicou a uma pesquisa sobre a vida musical de Buenos Aires após a Independência da Argentina, apareceu o nome de Amat nos comentários sobre concertos realizados no ano 1855, e anúncios de publicações suas

aparecidas no mesmo ano. Seguramente foi tentar fortuna na capital argentina, entusiasmado talvez com as referências sobre a vida musical ali existente, lidas na imprensa daquele país e ouvidas por boca dos amigos que lá estiveram. O seu estágio, na fase final, coincidiu com a atuação de Thalberg, a quem conheceria muito de perto quando este artista obteve, no mesmo ano, os seus indeléveis triunfos no Rio. Desde julho de 1855, José Amat vinha oferecendo, segundo avisos publicados nos jornais da cidade, uma *Gramática Musical* por ele escrita, e, em dezembro, anunciou o aparecimento de um periódico musical, *La Lira Argentina*, com quatro números mensais. Para preparar a edição da *Gramática* em língua espanhola, Amat deve ter permanecido um ano na Argentina, se calcularmos que já em julho foi entregue à circulação a tal cartilha, e que no mês de dezembro lançou aquele periódico[5]. A viagem pode ter correspondido a uma simples excursão, como também ao desejo de radicação definitiva. Num concerto extraordinário que ofereceu Thalberg na *Sociedad Filarmónica* de Buenos Aires, em 19 de novembro de 1855, Amat interveio três vezes, cantando uma *arietta* pertencente a uma sua produção, intitulada *Las Noches del Plata*, produto sem dúvida da sua permanência na capital argentina e mais uma demonstração da sua adaptabilidade ao meio ambiente. Os outros trechos interpretados pertenceram ao repertório da ópera italiana. Amat deve ter-se introduzido com grande facilidade na sociedade "portenha", pois em agosto o acompanhou ao piano o compositor Esnaola, em duas romanzas de autoria de Amat sobre texto espanhol. Regressou ao Rio para em breve iniciar sua epopéia local, da qual já demos conta.

Antônio Carlos Gomes (1836-1896)

Estamos chegando à figura máxima da terceira etapa na História da Música no Brasil, precedida pelo período colonial e pelo Padre José Maurício Nunes Garcia. Nascido em Campinas, Carlos Gomes passou a sua infância rodeado de 25 irmãos, pois o seu pai, Manuel José Gomes, casou quatro vezes, sendo Antônio Carlos produto do terceiro matrimônio. Dos quinze anos em diante, o mocinho, criado num ambiente musical intenso, sendo ele integrante da banda do seu pai, junto com crescido número de irmãos, começou a compor peças de moda, escrevendo, aos 18, uma Missa em homenagem ao seu genitor. O seu irmão, José Pedro de Sant'Ana Gomes, musicista como ele,

[5] BARBACCI, Rodolfo, "Documentación para la Historia de la Música Argentina", in *Revista de Estudios Musicales*, Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 1949, Año I, nº 2, pp. 54, 56, 58-60.

compositor e violinista, foi o amigo inseparável de Carlos, além de conselheiro. Os dois receberam do pai noções de contraponto e fuga, pois o pai estudara em São Paulo com André da Silva Gomes. Da excepcional capacidade deste compositor português e mestre de capela da Catedral de São Paulo, integrado ao meio desde os 24 anos, não pode existir a menor dúvida, e também não se deve duvidar do sólido aprendizado de seu discípulo campineiro. Aqui há uma demonstração evidente de que não se poderá continuar qualificando a Manuel José Gomes como "músico modesto" ou mestre de banda "que só aspirava sair aos domingos e dias feriados às ruas de Campinas, em desfile marcial de músicos bem fardados", como se isto houvesse sido a sua máxima aspiração.

O compositor Manuel José Gomes

No interior do Brasil, a função das bandas foi diferente da imaginada pelos leitores pouco familiarizados com a vida social das vilas e pequenas cidades. A banda cumpria duas atividades: fornecer a música religiosa à Matriz, com cantoria e instrumentos (e supostamente às demais igrejas), e servir a música profana à população nas retretas aos domingos e dias festivos, não excluindo disto a sua adesão a um partido político, porque em todos os povoados, até nos mais insignificantes, existiam sempre duas bandas rivais, correspondendo uma ao partido conservador e a outra ao liberal, cumprindo as duas com as demais obrigações acima descritas. Desejo retificar aqui o meu conceito pessoal sobre o mestre campineiro, que dera à Nação um filho dotado de genialidade. Fui responsável pelo descobrimento do seu arquivo, em 1945, quando achei cópias de música em Minas Gerais, por ele assinadas e dando como lugar de residência Jundiaí. Na oportunidade de uma viagem a São Paulo segui os rastros desse músico, de quem ignorava qualquer conexão com A. Carlos Gomes. De Jundiaí passei a Campinas, já mais seguro de tratar-se de um assunto mais transcendental, para achar, depois de infrutuosas pesquisas na Catedral e na própria biblioteca do *Centro de Ciências, Artes e Letras,* abandonado sob pesados pacotes de Diários Oficiais de São Paulo, num sótão do edifício, o precioso arquivo de Manuel José Gomes, reunido durante cinco decênios e meio, a partir de 1811 com incrível amor, paciência e clara caligrafia, para servir de repertório à sua banda e ao seu conjunto de canto.

Manuel José Gomes foi músico capaz, sem atrasos na sua informação e, portanto, muito bom conselheiro para os filhos mais bem dotados. Todas as obras escritas por A. Carlos Gomes devem ter sido examinadas entre pai e filho. O jovem estudante de música foi admitido no Con-

servatório de Música do Rio devido aos conhecimentos técnicos que levou do lar paterno.

Vamos esboçar agora um breve resumo da evolução do compositor. Em 1859 foi a São Paulo com fins de atuação artística, acompanhado por seu irmão José Pedro. Hospedara-se numa república de estudantes, onde foi motivo de entusiásticas homenagens dos acadêmicos, vendo-se impelido a escrever o *Hino Acadêmico* e recebendo, em conseqüência, as primeiras sugestões para transladar-se ao Rio e procurar o necessário aperfeiçoamento dos estudos. De regresso a Campinas, a idéia tornou-se obsessão e, certo dia, empreendeu a fuga, munido de boas apresentações na Corte. O pai, surpreendido e angustiado, compreendeu o passo do filho, remetendo-lhe uma mesada e a sua bênção. Matriculado no Conservatório de Música por ordem do Imperador, fez rápidos progressos com Joaquim Giannini, professor de composição. Duas Cantatas foram as primeiros obras-amostras do seu talento, uma delas estreada com a presença de Pedro II, na festa de encerramento dos cursos do Conservatório, em 1860. No ano seguinte foi representada no *Provisório* a sua primeira ópera, *A Noite do Castelo*, com texto de Antônio Feliciano de Castilho (4-IX-1861). Francisco Manuel regeu o espetáculo, na presença do Imperador, da Corte e dos apaixonados amadores cariocas da cena lírica. O êxito foi clamoroso. Dois anos mais tarde, dentro do plano da *Ópera Nacional* e em meio às maiores dificuldades, ocorreu a estréia da sua segunda ópera, *Joana de Flandres*, com libreto de Salvador de Mendonça (15-IX-1863). Novos entusiasmos do público renovaram a fé no talento do jovem compositor. Às condecorações que recebera do Imperador após as duas estréias, a de Cavaleiro e a de Oficial da Ordem da Rosa, respectivamente, vieram somar-se uma pensão anual, para estudar na Europa, e a nomeação de seu pai para a Capela Imperial. Até aqui se conjugaram nos êxitos obtidos os fatores necessários: uma grande honestidade nos seus procedimentos, uma inquebrantável vontade de vencer, uma extraordinária capacidade de assimilação e a sua grande bondade para com a família e os amigos.

Carlos Gomes na Itália

Carlos Gomes fixou residência em Milão no ano de 1864. Obteve dos seus estudos com Lauro Rossi, em 1866, o título de maestro-compositor e lançou-se em 1867 às primeiras conquistas, escrevendo a música para duas revistas. Várias das suas canções percorreram a Itália, adquirindo grande popularidade. Para a sua terceira ópera fez seleção do romance de Alencar, *O Guarani*, entregando a confecção do libreto a Antônio Scalvini. A estréia, um triunfo delirante, o

consagrou no Teatro Alla Scala, tendo o Imperador facilitado o dinheiro para responder às exigências da montagem da obra. Os sentimentos de fidelidade com a pátria ficaram mais uma vez demonstrados pela escolha do assunto, tão importante como apelo à melhor compreensão dos europeus do dramático encontro da raça invasora com a aborígine, nos alvores do nascimento de um novo continente. Este amor de Carlos Gomes a sua terra foi confirmado ainda mais por sua decisão de levar a ópera à pátria, onde foi recebida no dia do aniversário do Imperador (2-XII-1870), com manifestações públicas tão elevadas e patrióticas como jamais tinham sido conhecidas. Com a comenda da Ordem da Rosa posta em seu peito pelo régio protetor, Carlos Gomes, confortado com o seu grandioso triunfo, voltou a Milão.

O êxito de O Guarani

Como deve ser interpretado para o Brasil a delirante aceitação de *O Guarani*, baseado em assunto nacional, mas ornado e nutrido com os elementos universais da música empregados em 1869-70? Não existia ainda no país uma idéia sobre a necessidade de um nacionalismo musical, esta bandeira, não poucas vezes intransigente, que chega em determinados momentos a condenar ou, em todo caso, a lamentar que um Carlos Gomes, um Padre José Maurício e até os mineiros do século XVIII, esses mulatos geniais, não empregassem elementos da temática e rítmica nacional. Os brasileiros do século XIX e dos primeiros decênios do XX consideravam a Protofonia que Carlos Gomes substituíra vantajosamente pelo Prelúdio uma espécie de segundo hino nacional, tal a divulgação e a popularidade que a ópera adquirira até nos menores povoados, em transcrições para banda. Ninguém pensou, em 1870, na necessidade de completar o profundo simbolismo da obra, com cenário brasileiro e toda a ação se desenvolvendo na terra, com materiais sonoros regionais ou nacionais. A estética desse tempo era outra; a universalidade da ópera, cobrindo o mundo civilizado, era uma só, aceita por todos; e Carlos Gomes, estabelecido na Meca operística do Ocidente, já nutrido no Brasil, desde o estudo da partitura de *O Trovador*, até as suas experiências práticas com a ópera italiana no Rio, e posteriormente com as representações que viveu e assimilou avidamente em Milão, não podia, nem pretendia fugir delas, ou modificá-las segundo concepções que não nasceram na sua cabeça. Existia uma só meta: integrar-se no movimento presidido soberanamente por Verdi, vencer e ganhar consideração pública. A tudo isso deveríamos ainda acrescentar que o espetáculo lírico, com a sua complexidade cênico-musical, dirigia-se a um auditório para despertar um interesse, uma participação imediata. Dali nasce a sua fragilidade,

e se explica o seu debilitamento no tempo, e, como diria João Itiberê da Cunha, também a sua banalidade.

Ópera de influência wagneriana

Carlos Gomes não foi um compositor sistematizado, capaz de produzir a cada ano uma ópera. A quarta, *Fosca*, levada à cena na mesma sala em que o foi O *Guarani* (16-II-1873), obteve êxito bem menor, talvez porque foi obra extraordinariamente elaborada, num grande esforço visando a mostrar a sua capacidade e a sua contemporaneidade. Uma influência wagneriana faz-se evidente pelo emprego do *Leitmotiv* e pela dedicação esmeradíssima à parte orquestral, à qual o povo italiano, entregue ao melodismo, emprestava menos interesse. Examinando as partituras das duas óperas escritas na Itália, chega-se à conclusão de que Carlos Gomes não se distancia na *Fosca* dos moldes melódicos de O *Guarani*, mas emancipa-se do marco tradicional da ópera italiana. Se Verdi realmente assistiu à estréia desta última elogiando a obra e o autor e se Gounod teve palavras de encômios para os ensaios da *Fosca*, bem poderíamos sustentar que, se a estréia desta obra ocorresse em Paris ou na Alemanha, nunca teria experimentado o pouco êxito ou a frieza com que foi recebida em Milão. Mário de Andrade, num magistral ensaio, como muitos dos que escrevera o portentoso esteta, analisa a *Fosca* e pergunta se não foi a simpatia que Pedro II expressava pela produção de Wagner e o seu desejo íntimo de que Carlos Gomes estudasse na Alemanha que levaram o compositor a transigir em reconhecimento da proteção recebida, apresentando a *Fosca* como a mais esmerada das suas produções. O mencionado ensaio acha-se junto com o estudo de Luís Heitor sobre as duas primeiras óperas de Carlos Gomes ainda escritas no Brasil, no volume especial comemorativo da *Revista Brasileira de Música*.[6]

Últimos trabalhos de Carlos Gomes

O insucesso da *Fosca* fez com que Carlos Gomes escrevesse em pouco tempo uma ópera ao gosto italiano, o seu *Salvatore Rosa*, com libreto de Antônio Ghislanzoni, baseado num assunto histórico napolitano já utilizado em outras óperas. Foi apresentada com grande êxito no *Teatro Carlos Felice*, em Gênova (21-III-1874). O

[6] ANDRADE, Mário, "De Fosca", Revista Brasileira de Música, nº citado, pp. 251-268. CORREA DE AZEVEDO, Luís Heitor, "As Primeiras Óperas". *A Noite de Castelo* (1861), *Joana de Flandres* (1863), pp. 201-245.

Uma bibliografia seleta de A. Carlos Gomes encontra-se no mesmo volume, desde *Perfil biográfico*, de Luís Guimarães Júnior (1870), até as obras contemporâneas. Informações adicionais se acham na *Bibliografia Musical Brasileira*, do mesmo autor, elaborada com Cleofe Person de Matos e Mercedes Reis (1952).

próprio autor, em expressões sinceras, confessou que a ópera, escrita após o seu casamento com Adélia del Conte Peri, em plena felicidade, lhe foi labor fácil, mas merecia-lhe menor estima, confrontada com as duas anteriores. Seguiu-se a esta a *Maria Tudor*, sobre assunto de Victor Hugo (27-III-1879), sem dúvida a mais dramática das suas obras e a mais querida das suas criações líricas. A vaia desencadeada por interesses mesquinhos dos editores – das lutas e intrigas que Carlos Gomes teve que suportar, os amigos brasileiros presentes em Milão fizeram descrições vivas – foi substituída na segunda noite por um triunfo completo. A concertante do terceiro ato e a dramaticidade do quarto receberam do instinto e da experiência cênica acumulada geniais pinceladas de um criador em verdadeiro apogeu. A luta incessante mantida nos bastidores do *Scala* reclamava o conforto espiritual na pátria longínqua. As estréias de *O Guarani* e do *Salvador Rosa* na Bahia, e da segunda no Rio representavam a consagração do autor, embora muitos, identificados com *O Guarani*, esperavam e até reclamavam uma segunda ópera similar à primeira. Carlos Gomes reconheceu que seria conveniente voltar a um tema brasileiro, mas não no estilo do seu *Guarani*, desde anos superado. Estas viagens de Milão ao Brasil, para matar saudades e manter vivo o interesse pela sua obra, mostrando ao mesmo tempo os seus progressos e inquietações, foram saudáveis passeio pelas Províncias, reiterado em 1882 e 1886, com estágios no Recife e em Belém do Pará, onde ganhou novos admiradores. Para concretizar a intenção de utilizar na próxima ópera um tema brasileiro, recorreu ao seu dileto amigo, o Visconde de Taunay, que escreveu um argumento com o título de *O Escravo*, entregue na Itália a Rodolfo Paravicini para a elaboração do libreto. Acabada a obra em meio às maiores dificuldades econômicas – falharam pela primeira vez os auxílios prometidos do Brasil –, um conflito com o libretista veio complicar a estréia projetada no Teatro de Bologna, e Carlos Gomes, numa decisão repentina, retirou a ópera para levá-la ao Brasil. Dedicada à Princesa Redentora, subiu à cena no *Teatro Lírico*, nos últimos instantes do Império (27-IX-1889), graças ao auxílio de uma subscrição popular.

Mário de Andrade encontrou em *O Escravo* originalidades rítmicas, coincidências com a melodia popular e certas frases rudes que aproximam Carlos Gomes ao sentir da sua pátria. A *Alvorada*, o "*Ciel del Paraiba*", a *Dança dos Tamoios*, nada têm de brasileiro a não ser as sugestões e alusões dos respectivos títulos; triunfou porém o sentimentalismo de um artista que adorava a sua terra; mas os recursos melódicos empregados para expressar esta devoção, feitos sangue do seu sangue, representam o

resultado da sua convivência com os meios musicais italianos, uma linguagem universal que também ele aprendera. Cotejando duas *alvoradas* na história musical do Brasil, a dele e a de Nepomuceno, não teríamos razão qualificando a primeira de objetiva e a segunda de subjetiva? Estamos, pois, face a uma mudança de pontos de vista, de atitude e de objetivos.

A fatalidade encarniçou-se contra Carlos Gomes no instante da queda do Império. Já perdera um filho na Itália, o seu matrimônio foi desfeito e uma desorientação própria da hora política que o Brasil vivia lhe invadiu a alma. A inveja, sempre alerta nos momentos críticos da política nacional ou da politicagem artística, achou vias fáceis para atacar um homem que não podia, por honrado e reconhecido, negar a sua fidelidade ao Protetor magnânimo que fora para ele Pedro II. A prometida direção do Conservatório de Música, para levar a efeito uma reforma de fundo, esvaneceu-se com o rumo que tomaram as decisões do Governo, sendo a casa entregue a Leopoldo Miguez.

Carlos Gomes e o fim da Monarquia

A solenidade, da condecoração do herói americano da ópera contemporânea com a venera de Dignitário da Ordem da Rosa, entregue pelo Imperador, marcou para os dois o fim de uma vida intensa, desenvolvida condignamente, cada um no seu respectivo âmbito: um grande imperador e um grande músico. Mas o curioso é que entre as reformas que a República apresentava como indispensáveis e urgentes, a do campo da música reclamava uma mudança de rumo, da antiquada ópera italiana para o wagnerismo, a mesma orientação estética pela qual o próprio Imperador revelara desde jovem a maior simpatia possível.

Inquebrantável, estóico, pronto para novas lutas, Carlos Gomes voltou à Itália, sem saber que se achava no início do calvário em que viveria durante os seus últimos seis anos de existência. Depois da sua chegada a Milão, em 1890, esperando em vão as promessas do novo Governo de que lhe entregaria uma pensão, recebeu o convite do Marechal Deodoro da Fonseca para escrever, mediante elevada remuneração, o Hino da República. A honestidade do compositor não conhecia dobrezes, nem podia suportar a idéia da ingratidão para quem lhe dera todo o apoio possível, nos longos anos em que lutou por atingir o ideal artístico. Não podia associar-se à atitude de um Governo que, primeiro, levara o monarca para o exílio, e agora o convidava a ele, Carlos Gomes, a glorificar esse afastamento. A sua rejeição não se fez esperar, criando-lhe novos inimigos.

Coincidentemente com estas horas amargas, o *Teatro Alla Scala* lhe encomendou, pouco depois de ter voltado do Brasil, uma nova ópera. Em

menos de três meses estava pronto *O Condor*, sendo levado à cena com sucesso (21-II-1891). Os comentaristas acharam na obra um progresso em direção ao drama musical, reconhecendo no autor a vontade de se renovar, se possível, em cada nova obra que escrevera Carlos Gomes, porém, esteve sempre longe do emprego direto das idéias wagnerianas, sendo o norte do seu verdadeiro interesse ensaiar novos processos para uma maior identificação com o libreto. No caso de *O Condor*, o assunto não podia ser mais pobre e antiquado, mas, apesar disso, Carlos Gomes, com a sua aguda inteligência, empregando recursos musicais convenientemente estudados, soube salvar as fraquezas do texto.

O oratório Colombo e morte do compositor

A sua derradeira obra de fôlego foi o oratório *Colombo*, escrito para o IV Centenário do Descobrimento da América. Se *O Condor*, apresentado no Rio no mesmo ano da sua estréia em Milão, não chegou ao êxito das obras anteriores, *Colombo* foi um fracasso total, talvez porque o gênero não fosse suficientemente conhecido ou porque fugisse à convencional aparelhagem da cena lírica, exigindo uma certa abstração que os ouvintes não estavam acostumados a exercer. Depois de o Congresso ter rejeitado a sua nomeação como membro da Delegação do Brasil para a Exposição do IV Centenário, viajou de Milão até aquela cidade por conta própria. Ali, as humilhações continuavam com a frieza dos delegados, com a impossibilidade de poder apresentar duas das suas óperas, limitando-se apenas a apresentar um concerto de trechos extraídos de várias das suas produções líricas mais estimadas. O declínio artístico foi acompanhado pelo físico. De regresso à Itália veio a sofrer mais um impacto: seu filho se achava atacado de tuberculose.

Nestas dramáticas circunstâncias chegou-lhe o convite do Governador do Pará, Lauro Sodré, para assumir a direção do Conservatório de Belém. A fraternidade do gesto contrastara com as hostilidades hauridas no Rio de Janeiro. Deixando os filhos na Itália, empreendido o caminho do regresso, recebeu ainda homenagens consagratórias do povo e da coroa de Portugal, após a representação de *O Guarani* em Lisboa, onde teve necessidade de se submeter a uma operação de câncer na língua. Já impelido a trabalhar, chegou a Belém do Pará em 14 de março de 1895. Aos poucos, a notícia da sua prostração filtrou-se para o Sul e, tardiamente, o seu Estado natal, São Paulo, resolveu auxiliá-lo com uma pensão mensal vitalícia de 2:000$000. Morreu em 16 de setembro de 1896 distante da terra campineira, onde foi sepultado, segundo seu último desejo. No pedestal da estátua que glorifica o grande brasileiro jazem os seus restos mortais. Rodolfo Bernadelli, grande amigo dos músicos, a fez *ab imo pectore*.

Diante do Teatro Municipal de São Paulo, no Parque do Anhangabaú, um belíssimo monumento eterniza a memória do artista, cujas obras fizeram vibrar multidões de espectadores no Velho e no Novo Mundo.

Outras manifestações musicais às vésperas da República

No Brasil do Segundo Império, um crescimento constante das atividades musicais conduziu a manifestações cada vez mais densas e representativas na capital e nas Províncias. A República recebeu um legado de cultura musical que fazia honra aos artistas e ao Governo e dava promissoras perspectivas para um futuro imediato. Do prestígio musical atingido pelo Brasil Imperial no exterior falam com evidência as partituras reunidas na Divisão de Música da Biblioteca Nacional, devendo esclarecer-se que, na transição do Império para a República, muita documentação musical do Paço de São Cristóvão desapareceu para sempre.[7]

Um pequeno capítulo deve ser dedicado às organizações musicais daquele tempo. A primeira delas, a *Sociedade Filarmônica*, fundada em 1834 por amadores, manteve as suas atividades quase até fins do Império. O seu regente foi durante muitos anos Francisco Manuel. Embora não chegasse o repertório dos concertos públicos a satisfazer as exigências dos nossos dias, a *Sexta Sinfonia* de Beethoven foi dada a conhecer em 1848 pelo regente francês Jaune. Uma que outra obra de Weber, Hummel, Herz, Kalkbrenner, Pleyel, Mendelssohn, Chopin e mais tarde Wagner era introduzida nos concertos, em que predominavam as paráfrases, transcrições, fantasias e *potpourris* de óperas, junto com as peças sentimentais de salão para o piano. Em 1867 inaugurou-se o *Clube Mozart*, sendo o seu regente de ópera e concertos sinfônicos John Jesse White, estabelecido no Brasil havia longos anos. Em 1875, o número dos sócios atingiu a cifra de 500. Antes de se fundar esta sociedade, alguns virtuoses de renome internacional fizeram a sua aparição no Rio: Camilo Sivori (1849), Sigismund Thalberg (1855) e o português Arthur Napoleão (1857), que mais tarde decidiu radicar-se definitivamente no Rio (1866), combinando a sua condição de virtuose, professor e regente com a de proprietário de uma próspera casa de música, dedicada também a edições musicais. Em 1869 apareceu no Rio, completando a última etapa da sua vida de pianista itinerante, Louis Moreau Gottschalk. É oportuno lembrar a presença, no Rio, de grande número de pianistas que possibilitaram a realização do seu concer-

---

[7] LANGE, Francisco Curt, "Estudios Brasileños (Mauricinas). I. Manuscritos en la Biblioteca Nacional", in *Revista de Estudios Musicales* (Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, Argentina), Año I, nº 3, pp. 98-194.

to com 31 pianos e duas orquestras, interpretando, entre outras, a "Marcha" de *Tannhäuser* e a "Marcha dos Sacerdotes" de *Athalia.* Muitos destes pianistas eram profissionais de grande capacidade, outros amadores muito respeitáveis. Inesquecível foi o concerto monstro que Gottschalk apresentou em fins de novembro deste ano com 650 músicos para interpretar a *Chasse du jeune Henry*, de Mehul, a *Marcha do Profeta,* de Meyerbeer, e o andante *da Nuit des Tropiques,* da sua autoria. Ele foi extraordinariamente exigente quanto à afinação dos pianos, e, supostamente, da orquestra toda. O recrutamento das bandas e a integração do enorme conjunto sinfônico foram precedidos por uma rigorosa seleção dos músicos. Reunir 650 deles seria hoje problema mais grave que naqueles dias do romantismo brasileiro. Os nove meses de estágio de Gottschalk no Brasil provocaram uma verdadeira febre musical e a sua morte inesperada causou profundo pesar, exteriorizado pela população inteira.

Um ano depois chegaram Teodoro Ritter, pianista de renome, Carlota Patti, cantora e irmã da famosa Adelina, e o jovem Pablo Sarasate. Nesta ocasião, o *Concerto em Sol Menor*, de Mendelssohn, foi apresentado pela primeira vez, a *Sinfonia Pastoral* obteve a admiração de uma nova geração e diversas obras de câmara marcaram o início desta atividade, embora tenham sido os mineiros, cem anos atrás, os mais apaixonados cultivadores deste gênero. Em 1882 fundou-se o *Club Beethoven*, sendo o seu mais dinâmico sócio o amador Robert Kinsman Benjamin, violinista, regente e compositor. Esta entidade promoveu o extraordinário número de 150 recitais, 136 concertos de câmara e 4 concertos sinfônicos. O virtuose de violino, José White, cubano de origem, recebeu proteção especial da Princesa Isabel e, sob os auspícios dela, fundou com Arthur Napoleão a *Sociedade de Concertos Clássicos* (1883), entregue à realização de concertos sinfônicos e de câmara. White permaneceu no Brasil até o instante em que a Família Imperial partiu para o exílio (1879-1889). Em 1859 chegou ao Rio de Janeiro o holandês André Gravenstein, fundando os Concertos *à Musard*, reeditando a febre da dança com grande orquestra que Musard organizara em Paris. Com uma orquestra de 100 executantes, havendo nela 12 trombones cantantes e 14 cornetins, fez o delírio na juventude carioca, sem deixar de incluir, à maneira de intermédios, peças de concerto.

Quando Gottschalk visitou São Paulo, houve ainda muita queixa pela falta de suficiente interesse musical, superado aos poucos anos pelo *Clube Haydn,* fundado em 1883 e orientado com o entusiasmo de Alexandre Levy. Na Bahia, no Recife e em Porto Alegre o amor pela música desen-

volvia-se segundo as possibilidades de cada meio. Nos últimos períodos do Império, Carlos de Mesquita regeu a primeira série de concertos sinfônicos públicos (1887).

Os músicos que chegaram a destacar-se soberbamente na República, trazendo grandes benefícios à Nação como compositores e organizadores, no período da sua maturidade (Leopoldo Miguez, Henrique Oswald e Alberto Nepomuceno) nasceram e tiveram a sua primeira fase de formação ainda no Império. Brasílio Itiberê da Cunha, paranaense, e Alexandre Levy, paulistano, os primeiros compositores com princípios nacionalistas, também forjaram os seus conhecimentos básicos na atmosfera do Império, mas seria conveniente manter uma unidade no comentário que todos eles merecem, porque a sua transcendência pertence ao capítulo seguinte, dedicado à Música na República, como expressão moderna e anteporta da criação contemporânea.

CAPÍTULO V

AS ARTES PLÁSTICAS DE 1808 A 1889

A O HISTORIADOR da arte que hoje, calmamente e a distância, contempla as formas de existências e a razão de ser das artes plásticas – arquitetura, por exemplo, gravura ou desenho e artes aplicadas e decorativas – no período monárquico, desde o preparo desse com a chegada da corte portuguesa até a sua implantação com o Reino Unido e a Independência política posterior poderá se afigurar curiosa e surpreendente a força da presença e das características das escolas na construção da nacionalidade e na formulação de soluções aos grandes problemas da época. Habituados que ainda estamos, muitos, à idéia superficial externada na *belle époque*, pela célebre definição[1] – que não passa de uma escamoteação – de ser a "arte o sorriso da sociedade" ou ao fenômeno do abstracionismo contemporâneo, em seus aspectos meramente decorativos, é com espanto que verificamos a fundamental utilidade do papel exercido pela arte a serviço do sistema monárquico – considerado como cúpula coordenadora ou dirigente da organização do país – e da própria nação, independentemente de sistemas governativos, como fusão e resultado de um povo, nas suas necessidades e nas suas *afirmações* – exteriorizando e definindo, a arte, essas tendências nacionais.

O novo tipo de arte e a Independência

A mudança de estilo caracterizada no século XIX veio duplamente servir à independência do país. O neoclassicismo indicava a vigência de uma nova organização do mundo, decorrente dos ideais democráticos da Revolução Francesa e ao mesmo tempo configurava-se como a imagem de um novo Brasil, politicamente em vias de separar-se ou já destacado da antiga Metrópole.

[1] Dada, no Brasil, pelo escritor Afrânio Peixoto.

Os estudos que efetuei sobre o relatório e os escritos de Joachim Le Breton, antigo secretário do *Institut de France*, vindo para o Brasil em 1816, confirmaram o sentido adquirido pelo neoclassicismo no preparo e na afirmação da Revolução Francesa. A sua austeridade era bastante hostil ao espírito rococó que se assemelhava às cortes européias do Setecentos, e a afinidade com a arte romana relembrava os exemplos dos cidadãos da república em Roma Antiga.

Ao Brasil chegaram indícios da mudança do gosto europeu por volta de 1800, com o quartel para São Paulo e o cemitério de N. S. do Pilar, na Bahia, ou com pintores como Manuel Dias de Oliveira, mas se concretizaram mais com a vinda de D. João e milhares de nobres, ao lado de arquitetos chegados logo após, como Manuel da Costa e José da Costa e Silva (vindo em 1812). Este, autor do Teatro São Carlos de Lisboa, estudara em Bolonha e se imbuíra do neoclassicismo europeu, e aquele, também cenógrafo, apontado, mas sem confirmação, como autor do Teatro São João, no Rossio carioca inaugurado em 1812.

Com a vinda dos mestres franceses, em 1816, esse neoclassicismo passará gradualmente a um ensino de novo tipo e torna-se mais conscientemente arte oficial. Ele poderá ter entrado em conflito ou ajustamento com elementos locais tradicionalmente barrocos, mas correspondentes a situações gerais anteriores, condenadas a serem, em parte, ultrapassadas no desenvolvimento do século XIX brasileiro, como o foram na Europa. Por outro lado, o novo estilo afirmava-se rapidamente, como vimos, no período 1808-1816-1822, mas tudo indica que a corte portuguesa, sem poder resolver essa contradição, ao aparelhar o país com elementos de nível não-colonial – imprensa, escolas superiores, instituições culturais diversas, indústria incipiente – estava sendo forçada intrinsecamente a disseminar e preparar os instrumentos que possibilitariam e permitiriam a vida independente da antiga colônia. A arte que serviu a 1789 e à era napoleônica na França dava antes a imagem e a visualidade do Brasil novo, do que sugeriria uma continuação da época colonial. Malgrado os possíveis desligamento e deslocamento das formas em relação a novos contextos históricos e sua expressão de realidade, elas participam de um todo de caráter predominante, que as utilizam em determinado sentido, numa dada época. A mudança formal do início do século XIX afastava o Brasil de suas estruturas anteriores e lhe permitia, gradativamente, chegar a essa consciência de sua independência e de sua afirmação como império autônomo, como organização própria.

O neoclassicismo esteve tão ligado a essa organização autóctone que inicialmente foi, sobretudo, o estilo dos edifícios imperiais, das câmaras e assembléias do poder político, dos palácios de governo e solares da nova nobreza, por todo o país. Não importa que assim pudesse ser também na Rússia aristocrática ou no reino de Nápoles e duas Sicílias ou na Prússia. Em todos esses pontos a experiência democrática do século XIX fermentava e neles a independência local estava afirmada e marchava para novas formas, do mesmo modo como ocorria no Brasil saído do estado colonial.

Em suma, de uma maneira ou de outra, a Revolução Francesa, com todas as suas implicações, estava vinculada às transformações, em graus diversos, desses países e neles o novo estilo artístico, mesmo se manifestado para outras funções aparentes, era elemento de uma configuração ou de uma conjuntura tipicamente oitocentista e progressista, nos limites em que as formas têm uma própria essência histórica.

No Brasil, o neoclassicismo serviu à afirmação do "Novo Império" e à ideologia da Independência. Marcava nova usualidade, cujos ligames com a liberdade revolucionária eram autênticos.

A consolidação da arte civil

A arte do Brasil, até meados do século XVIII, apresentava-se sob aspectos sobretudo religiosos, em relação, aliás, com as condições incipientes de estrutura da civilização local, fechada e retardada no seu progresso civil, pelas ordenações e leis régias da Metrópole. A colonização implicava a manutenção de um *status quo* retrógrado e arcaico. A retratística era desencorajada por medidas oficiais relativamente à proibição de efígies de personalidades locais nas câmaras, suspensa em fins do século XVIII, no Rio de Janeiro, para efeito especial de permitir homenagem a Gomes Freire, Conde de Bobadela. O retrato começou sistematicamentente no século XVII, nas Casas de Misericórdia, para relembrar benfeitores, mas são raros os exemplares dessa centúria. No Setecentos são mais numerosos sobretudo na *urbs* fluminense, paralelamente aos retratos de vice-reis feitos por Leandro Joaquim e Manuel da Cunha, até chegar ao retratista de D. João, José Leandro de Carvalho. Mas esses artistas trabalhavam também para igrejas, e nestas se desenvolveram as artes pictóricas mais importantes do país, até o início do século XIX.

A arquitetura civil, de real beleza na sua simplicidade, teve, é verdade, no século XVIII, as casas[2] de governadores do Rio de Janeiro e de Ouro Preto (projetos de Alpoim) e de Belém do Pará (obra de Landi) e constru-

[2] Por ordem régia não podiam ser denominadas de paços ou palácios, mas, em algumas épocas, foram assim chamadas, mesmo no século XVIII.

ções como a Casa dos Contos, na antiga capital mineira, mas é sabido que predominavam, pelo empenho e majestade, os conventos e as igrejas. O interregno de Nassau e dos holandeses, em Pernambuco, destaca-se singularmente, justamente pela importância da cultura civil, nessa interrupção da colonização ibérica.

Na época colonial, além dos artistas e construtores religiosos, trabalharam muitos arquitetos militares. Estes introduziram a arquitetura civil, pois, como sintetiza José Augusto França, falando de Eugênio dos Santos,[3] "sua formação era a formação tradicional em Portugal, onde, já o sabemos, o arquiteto civil adquiria consciência de seu ofício por meio de cursos sobre a arte das fortificações".

O desdobramento da divisão e dos instrumentos de trabalho, sobretudo no Rio de Janeiro e na Bahia e após a expulsão dos jesuítas[4] com reflexos gerais, e, particularmente, para o assunto que examinamos, no Pará, acentua-se no início do século XIX. No decorrer da centúria, verificou-se certa divisão entre cultura religiosa e cultura leiga, auxiliada pelo estabelecimento da Corte, na capital, após 1808, o desenvolvimento do ensino médio com a criação do Colégio Pedro II, destinado não às massas – como de certo modo o anterior Seminário de São Joaquim –, mas às classes médias, visando estruturar a sua formação em moldes mais nacionais e mais adequada à nova situação do país e o surto do ensino superior, inclusive artístico. A ligação entre a cultura de elite e a de massa, tão rara em nossa história em face do endurecimento de estruturas sociais arcaicas,[5] foi procurada nessa época através do ensino de ofícios artísticos ou mecânicos, desde a tentativa de Le Breton, em 1816, inspirada no exemplo parisiense de Bachelier – resultante do clima de gestação da Revolução Francesa – até a criação do Liceu de Artes e Ofícios, em 1857, por Bettencourt da Silva. Recorde-se que da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – instalada em 1827 – é que saiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, desde o seu início interessado em nosso passado e presente artísticos.

A Corte era também a cidade e não somente o palácio imperial. E a cultura urbana procurava vencer os reflexos patriarcais e as contingências escravistas, dominantes no país, com efeitos sobre a vida artística.

---

[3] *Une Ville des Lumières, La Lisbonne de Pombal.* S. E. V. P. E. N. Paris, 1965, p. 233.

[4] Embora prosseguisse a atividade franciscana e a de outras ordens. A primeira foi de singular importância para a cultura, em todos os tempos.

[5] Ver, a respeito, a obra de J. Lambert, *Amérique Latine, Structures Sociales et Institutions Politiques.* P. U. F., Paris, 1963.

Missão Francesa de 1816

A Missão Artística Francesa, de 1816,[6] partiu da idéia e do esforço de Joachim Le Breton, antigo secretário perpétuo da Classe de Belas-Artes do Instituto de França, tendo sido a iniciativa compreendida e apoiada pelo Conde da Barca e por D. João, que auxiliaram a viagem do grupo, constituído pelo dito Le Breton (1760-1819), crítico de arte; por Nicolau Antônio Taunay (1755-1830), pintor paisagista; João Batista Debret (1768-1848), pintor histórico; Augusto Henrique Vitor Grandjean de Montigny (1776-1850), arquiteto; Augusto Maria Taunay (1768-1824), escultor; Carlos Simão Pradier (1768-1848), gravador em talho doze; Francisco Ovide, professor de mecânica e três mestres de ofícios. Ao fim do ano chegavam Marcos e Zeferino Ferrez, escultor um e gravador de medalhas o outro.[7]

Decreto real de 12 de agosto de 1816 preparava o estabelecimento de Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, inclusive por fazer-se necessário "aos habitantes o estudo das Belas-Artes com aplicação e referência aos ofícios mecânicos, cuja prática, perfeição e utilidade depende dos conhecimentos teóricos daquelas artes e difusivas luzes das ciências naturais, físicas e exatas". Os mestres franceses obrigaram-se, desde logo, a cumprir os encargos "que devem fazer a base do contrato, que ao menos pelo tempo de 5 anos hão de assinar, obrigando-se a cumprir quanto for tendente ao fim da proposta instrução nacional, das belas-artes, aplicadas à indústria, melhoramentos, progresso das outras artes e ofícios mecânicos".

Documentos comprovam que houve uma ou outra atividade esparsa de ensino, mesmo antes do previsto estabelecimento da Escola, que, em 1820, foi criada com outro nome e, em 1826, tinha inaugurada a sua sede definitiva (projeto de Grandjean). Mas as limitações do ambiente dificultaram o imediato trabalho didático, participando os franceses, sobretudo, de trabalhos para a Corte e festas da cidade ou de atividades particulares. Debret foi, então, pioneiro da Escola, e a sua atuação, neste setor, deve ser destacada, paralelamente à de pintor "costumbrista", que fixou a vida, do Rio e de parte do país, de maneira importante para a nossa cultura.

Como acentuei em trabalho de 1952,[8] a Missão não pode ser culpada de haver cortado o desenvolvimento do Barroco no Brasil. Esse corte foi

---

[6] Estudada sobretudo em livro e trabalhos de Afonso Taunay.

[7] Na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* nº 14, publiquei manuscrito de Le Breton, existente no arquivo do nosso Ministério das Relações Exteriores. Trata-se de texto importante para a compreensão da pedagogia e dos sentimentos artísticos da Missão.

[8] *Arquitetura Brasileira nos Séculos XIX e XX*, separata ilustrada de artigo publicado nas edições comemorativas do 125º aniversário do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.

devido à própria situação histórica, e o neoclassicismo, aqui chegado antes dos artistas franceses, teria evoluído, no século XIX, mesmo sem a vinda deles.

Historiadores do acontecimento e da cultura brasileira também debatem a hostilidade de elementos tradicionais portugueses à ação dos franceses e às dificuldades de outra ordem, para a implantação do novo tipo de ensino artístico, decorrentes do próprio nível da civilização brasileira, no momento. É de se observar que o sistema acadêmico de ensino, então formulado e a pouco e pouco implantado, ainda não havia em Portugal, onde o ensino em aulas régias e oficinas era mais antiquado e mais direto ou empírico.

Já Martius, em 1817, opinava, em livro publicado em 1823 na Baviera, sobre a ilogicidade de se querer ensinar Belas-Artes em país onde lhe faltavam os "alicerces de civilização e de economia que lhe são necessários".

O fato de o nível da Missão ter sido superior ao das necessidades do país gerou discussões em torno da origem de seu contrato. Na verdade, a iniciativa coube a Le Breton, como comprovamos. Mas, em Paris, ele teve contatos com representantes do Governo, sediado no Rio de Janeiro, a fim de encontrar uma perspectiva mais sólida para a sua viagem, o que foi conseguido. Houve, portanto, interesse do lado luso-brasileiro.

O ciúme e a hostilidade de artistas portugueses aqui residentes entravaram-lhes a ação, retardando o início normal das atividades pedagógicas. Para o desenvolvimento do ensino muito contribuiu o esforço corajoso e sistemático de Debret, trabalhando e organizando exposições de obras dos alunos, reclamando local para as aulas e exigindo condições regulamentares adequadas.

Desde 1816, Grandjean fora incumbido de projetar e construir o edifício para a Escola, que se localizou na travessa depois chamada das Belas-Artes, saindo da do Sacramento (hoje Avenida Passos), perto do Rossio. O belo prédio neoclássico só se inauguraria em 1826, como vimos. Contra todos os princípios de proteção aos valores de cultura foi demolido em 1938, ficando um terreno baldio, até hoje, em seu lugar. Crime da incultura nacional que convém sempre verberar.

Os mestres franceses haviam feito, sob a direção de Debret, em 1824, o Projeto do Plano da Imperial Academia das Belas-Artes. Parece que esse documento serviu de base, em 1826, aos estatutos provisórios da instituição.

Consolidava-se e normalizava-se o ensino superior artístico no país, dentro dos cânones do neoclassicismo e do academismo vigentes, em geral,

na época, no mundo ocidental, da Rússia aos EUA. É esse academismo que se fixará por bastante tempo, na pedagogia oficial, mesmo mais do que na Europa, de onde nos veio. Isto devido às dificuldades de autotransformação dos esquemas e estruturas importados de *toutes pièces*.

A tentativa mais importante de renovação foi a efetuada por Manuel de Araújo Porto Alegre, em 1855. Esse esforço, parcialmente malogrado, incutiu-lhe a melancolia que se depreende de opiniões pessoais que expendeu, como aquela relativa à malfadada casa, caos incompreensível de desordem e de ódios recíprocos, que lhe parecia ser a Academia em 1827. O relativo malogro de Porto Alegre pesa sobre a consciência e a realidade nacional, explicando também a efervescência do academismo estéril em nosso país.

Manuel de Araújo Porto Alegre foi o quinto diretor da Academia, nomeado a 22 de abril de 1854. A reforma que propôs enquadrou-se nas transformações levadas a efeito pelo Ministro do Império, Dr. Luís Pedreira do Couto Ferraz, posteriormente Barão do Bom Retiro. Impulsionava a pesquisa e procurava incentivar o exemplo brasileiro, a arte nacional, em prejuízo da simples cópia da Antiguidade. Renovou as pensões de viagem, a biblioteca e a pinacoteca, nos seus três anos e meio de administração fecunda e inteligente.

Em 1890, os modernos (assim chamados na época) tentavam modificar o sistema de ensino, mas sem adequá-lo inteiramente à nova época. Foi primeiro diretor da Escola Nacional de Belas-Artes – antiga Academia o escultor Rodolfo Bernardelli. Todavia, só a partir da década de 30 aguçaram-se as divergências entre acadêmicos e modernistas, que hoje já deveriam estar superadas na pedagogia artística.

A centúria passada assistira, no Rio de Janeiro, ao desenvolvimento da obra de Vítor Meireles e de Pedro Américo, e, na mesma cidade, a Academia recebera os envios de seus pensionistas Almeida Júnior e Rodolfo Amoedo, hoje no Museu Nacional de Belas-Artes, que se destacou da Escola em 1937. Vitor amava o Rio e dele fez panoramas, cujos estudos comprovam a sua sensibilidade pictórica e recentemente foram expostos na boa mostra *Aspectos do Rio*, no citado Museu. Ao lado de paisagistas estrangeiros que, como Buvelot e Rugendas, aqui buscavam o exotismo romântico e muitas vezes aqui ficaram residindo, surge na capital e na sua baía um grupo de pintores sensíveis à natureza, como Caron, Castagneto e outros discípulos de Grimm, superiores à formulação academizada que caracterizou a maior parte da obra posterior de Batista da Costa, de um frio naturalismo.

As grandes reformas urbanas do Segundo Reinado

O crescimento das cidades impôs reformas urbanas no Segundo Reinado, devendo-se destacar inicialmente a operada no Recife, na administração do Conde da Boa Vista, sob a orientação do engenheiro francês Louis L. Vauthier e já bastante divulgada por Gilberto Freyre e outros estudiosos. Pouco depois o coronel de engenheiros Jerônimo Francisco Coelho, em março de 1848, era nomeado Presidente da Província do Pará e ali anunciava a necessidade de um plano de obras de alta valia, por ele justificado em outubro do mesmo ano ao dizer em "Fala" à Assembléia que "a natureza produz, mas não edifica; esta tarefa compete às artes e ao engenho humano; e uma grande cidade se reconhece à primeira vista pelos seus monumentos, pelas suas obras, pela sua arquitetura..." e que faltava a Belém, em obras públicas,"um chafariz ou ponte que tal nome mereça, um quartel de tropa (provincial), um paço da Assembléia, uma casa para as aulas públicas, um cemitério, uma casa de prisão com trabalho, um teatro público, um edifício para Repartições Fiscais". Coelho planejou um canal, alinhou o largo da Pólvora e traçou largas ruas de árvores no seu interior, abriu bairro (Umarizal), criou o Cemitério da Soledade. Seus sucessores, em 1860, iniciavam o Palácio da Assembléia, inaugurado em 1883 e depois o Teatro da Paz, terminado em 1878.

O Conselheiro João Alfredo foi governar a Província em curto período, de 1869 a 1870. Veio, nesse ano, assumir no Rio de Janeiro a Pasta do Império, à qual competia a Administração da Corte, ficando no Governo até 1875. Pernambucano, conhecia bem a reforma Boa Vista e viu as transformações de Belém. Aproveitou o surto do país, após a conclusão da Guerra do Paraguai, e projetou modernizar o Rio, aprovando a remodelação do Campo de Santana por Glaziou, a criação do bairro de Vila Isabel por iniciativa particular e outros melhoramentos. Com ele trabalhou o engenheiro Francisco Pereira Passos, que seria posteriormente o grande edil da Primeira República.

João Alfredo visou, sobretudo, ao alargamento de ruas centrais, continuando a Rua Direita (desde 1870, Primeiro de Março) como eixo da cidade, e a melhorar as condições de higiene das casas particulares. Mas seus principais planos urbanísticos não se puderam realizar.

Arquitetura

Não houve, no século passado, como, aliás, no atual, homogeneidade de realizações arquiteturais. De 1816 a 1840, nem tudo foi neoclássico. Nessa mesma época ainda se construíam igrejas barrocas em Ouro Preto e na Bahia, casas-grandes do mesmo estilo no Nordeste ou no interior e sobrados, com pequenas modificações, no Rio e no Recife.

Deixando a extremamente simples mas bela arquitetura indígena para a etnografia, pode-se classificar nossa arquitetura do século XIX em quatro círculos concêntricos:

a) oficial e nobre
b) de comerciantes de meios urbanos
c) de senhores rurais ou semi-rurais
d) popular

Na primeira metade do século, a oficial e de famílias nobres adota rapidamente os novos padrões neoclássicos e, devido às suas maiores dimensões ou monumentalidade, influi lenta, mas poderosamente, sobre o gosto geral, fornecendo exemplos a seguir.

A de comerciantes de meios urbanos adapta, sem muita dificuldade, a construção urbana tradicional à nova moda, introduzindo naquelas pequenas modificações com platibandas ou áticos, algumas vezes frontões e molduras coroando, respectivamente, prédios e janelas, estátuas ou vasos, de sabor neoclássico, ladeando os mesmos frontões ou nas extremidades laterais do edifício, pilastras e cunhais coríntios ou dóricos – e os vãos ou aberturas com maior número de guarda-corpos ou grades de ferro.

Essa adaptação não foi difícil, apesar das resistências opostas, no início, pela massa dos construtores, às tentativas mais rigorosas e puras de arquitetos importados, como Grandjean de Montigny e Louis Vauthier. E não foi difícil porque os elementos formais do neoclássico não se chocavam com a característica maior de nossa arquitetura civil colonial, que foi a sobriedade e a pureza de linhas. A simplificação das fachadas severas que marca a casa comum neoclássica da Europa não achava obstáculo maior na tradição, pelo contrário. E os beirais "florentinos" acentuavam os beirais já existentes.

Nos exteriores religiosos esse estilo teve mais dificuldade de impor-se e foi realmente raro, substituído facilmente pelo gosto do neogótico e contrapondo-se à permanência de formas e estruturas ligadas à tradição barroca de duas ou uma torre ou seteiras ladeando corpo central com frontão simples.

A arquitetura dos senhores rurais ou semi-rurais: a casa-grande e a de chácara ou sítio conservou-se mais tempo incontaminada da moda "francesa" ou "italiana" e mais adaptada, na sua ereção e largueza não urbana, ao nosso clima. No século XIX, os alpendres, as varandas, as proporções

de largura e altura e os telhados de quatro águas de telha de canal "abarracados" guardarão gosto antigo. Mas, a pouco e pouco, aparecerão platibandas nas casas-grandes, escadas laterais e um ou outro sinal de "século XIX". Nas de chácara, ligadas ao meio urbano, essa transformação foi mais rápida, chegando algumas vezes ao inconseqüente abandono da varanda e do alpendre, mais para perto do fim do século.

A arquitetura popular de barro de mão ou pau-a-pique e de toros de madeira com cobertura de sapê ou folhas de palmeiras – arquitetura dos mocambos e das casas de caboclo e de roça – não desapareceu até hoje, dependente, em parte, de problemas econômicos e ecológicos, e completamente à margem dos problemas estilísticos eruditos ou importados. Não pode ter sua existência ignorada, porque além de levantar problemas sociais de arquitetura, agita questões técnicas de funcionalidade e adaptação ao meio brasileiro.

Simultaneidade de áreas culturais de Arquitetura

É verdade que, até os fins do século XVIII, a uniformidade do *facies* arquitetônico do país é muito relativa, havendo na construção de igrejas e prédios mais importantes certas diferenças regionais, devidas sobretudo à época de edificação e ao local de proveniência dos portugueses. Em Minas, a maioria das construções importantes é de meados e fins do século XVIII, enquanto na Bahia, por exemplo, é ligado à centúria anterior. Naquele Estado existem já a graça e a leveza correspondentes ao rococó – em contraste com o barroco mais severo do Salvador – e foi criada por emigrantes vindos do norte da Metrópole, que difere do centro e do sul.

A partir do começo do século XIX as diferenças regionais se acentuam, não só porque os estilos artísticos chegam mais artificialmente, como porque a situação econômica das diversas províncias se altera e tem um peso maior na difusão das novas formas arquitetônicas.

Certas áreas, já muito construídas ou em começo de empobrecimento, como a Bahia e Minas, aceitam muito menos a influência neoclássica que o Rio ou o Recife. No Pará, ela existirá mais que em Ouro Preto, e em Sorocaba menos que em São Luís do Maranhão.

Sendo o neoclássico uma imposição da época através da Corte, expandir-se-á no Rio de Janeiro e nos solares dos barões ligados, pelo título ou atividade, ao centro do Império, difundindo-se também nas regiões favorecidas pelo desenvolvimento econômico do século passado. Fenômeno paralelo repetir-se-á, um século após, com a expansão da arquitetura moderna.

Grandjean de Montigny e Bithencourt da Silva não representam, portanto, todo o país. Mas são significativos da tendência da época que vivem, representam propriamente as passagens históricas da arquitetura erudita nos seus bons e maus momentos. As áreas geográficas que não sofrem sua influência não apresentam soluções opostas ou diferentes: mantêm-se no passado, sobretudo por motivos econômicos.

Expansão urbana

A vinda da Corte de D. João, a Independência e certo enriquecimento a partir de 1822 vão exigir grandes transformações da fisionomia arquitetônica do país. O modesto aparelhamento herdado do período colonial era mais do que insuficiente. Sobravam o Palácio dos Vice-Reis do Rio, o Paço Municipal da Bahia, as igrejas e os fortes, alguns quartéis e edifícios episcopais.

A Corte e as capitais das províncias vão exigir instalações condignas para secretarias de governo, assembléias, hospitais, escolas, faculdades, instituições de crédito, instalados inicialmente em prédios de empréstimo sob os protestos veementes de homens como Moreira de Azevedo.

A população cresce muito, passando o Rio, por exemplo, de cerca de 45.000 habitantes em 1800 para 112.0000, em 1821, 274.000, em 1872, 522.000, em 1890, e 690.000, em 1900. O Brasil passa de cerca de 3 milhões, em 1872, a 17 milhões e meio, em 1900.

A cidade de São Paulo deixa de ser, praticamente, uma aldeia; o Paraná e o Amazonas transformam-se em províncias. O dinheiro dos impostos não vai mais para Portugal. A vaidade da Corte exige um padrão de vida europeizado. Tudo vai contribuir para um esforço enorme da arquitetura, que não temos aqui espaço para analisar em seus defeitos grandes e em suas virtudes.

A influência neoclássica

A reação neoclássica contra os exageros do Rococó afirma-se, na Europa, no final da sétima década do século XVIII. No Brasil, a Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto, atual Museu da Inconfidência, lembra o Capitólio de Roma e levanta o problema de sua ligação com a nova visão estilística da França e da Itália. Não há entre nós, porém, muitos sinais de introdução dessa concepção das formas, antes do século XIX. A atuação de Manuel Dias de Oliveira, o Romano, o caso do frontão superior da Capela Imperial, executado, aliás, no Reinado de Pedro I, estão entre outras questões pouco estudadas.

Moreira de Azevedo, o melhor crítico de arquitetura que tivemos no século passado, já aponta, porém, a sobriedade da fachada da Igreja de S. José, projeto de 1815 de João da Silva Moniz, "arquiteto real e engenheiro do exército", como exemplo da severidade do estilo Luís XVI, substi-

tuindo-se no Barroco. O mesmo fato se verifica na outra fachada desse arquiteto: o corpo do frontispício da Igreja do Sacramento, na atual Avenida Passos, que é mais tardia. Também, na Bahia, há casos de arquitetura ligada ao neoclássico: o da atual sede da Associação Comercial, de 1816, e o do cemitério ao lado da Igreja do Pilar, cuja data ignoramos, mas deve ser dos meados do século. Vários exemplos de introdução desse estilo irão, seguramente, aparecendo, à medida que houver maior minúcia e observação dos estudos de nossa arte.

Se a chegada da corte de D. João, com centenas de áulicos, deve ter contribuído para isso, é a Missão Francesa de 1816 que dará bases sólidas ao desenvolvimento dessa concepção formal em terras brasileiras. Aqui já se encontravam, então, os arquitetos portugueses que trabalhavam para a Corte, como vimos: José da Costa e Silva, que projetou o sarcófago do infante espanhol, hoje em capela do Noviciado dos Irmãos Terceiros ao lado esquerdo do Convento de Santo Antônio do Rio – e Manuel da Costa. A respeito do arquiteto francês Pedro José Pezerat, de certa importância, devem ser feitas pesquisas sobre a data de sua chegada ao Rio. Morales de Los Rios Filho diz que ele foi o autor da atual Escola de Engenharia, no Largo de São Francisco do Rio (um dos edifícios de tendência neoclássica chegados até nós com algumas alterações), e numa adaptação, possivelmente do palácio da Marquesa de Santos, também existente. Sua ação, neste último, é comprovada por documento. Afirma ainda ter o artista voltado "para Portugal como secretário da rainha D. Maria II, em 1831", e ter sido major do Corpo de Engenheiros. Sabe-se, por Debret, que projetou o corpo inicial do atual edifício do Museu da Quinta da Boa Vista.

Grandjean de Montigny

O professor de Arquitetura da Missão era Grandjean de Montigny, arquiteto de valor que realizara, na Europa, trabalhos e livros importantes. Sua principal obra, no Rio, a antiga Academia de Belas-Artes, ladeando a atual Avenida Passos, tinha o pórtico mais monumental da cidade, com elementos clássicos marcantes e bem equilibrados. Foi desfigurado e, mais tarde, em 1938, demolido, como vimos. O frontão sobre colunas está hoje no interior do Jardim Botânico do Rio, conservado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Sua primeira "praça de comércio", posteriormente Alfândega, ainda está de pé, com interior de um neoclássico puro, como talvez não haja igual e da mesma época (1820) em todo o continente americano. Esperemos que seja um dia transformado em Museu da Missão Artística Francesa. Sua casa de chácara também sobrevive, à Rua Marquês de São Vicente, na Gávea, com sua arcada e vãos de influência italiana.

Seus inúmeros desenhos e projetos conservados na Escola e no Museu de Belas-Artes e os trabalhos de alunos sobre o templo de Júpiter Stator ou inspirados no Pantheon de Roma mostram a orientação de sua atividade didática e profissional. O interesse que tinha pelas ordenações regulares e majestosas e pelo valor da sobriedade está indicado no texto de livro de 1815, em colaboração com Famim, sobre a arquitetura toscana. Esta, juntamente com a pobreza do meio brasileiro, deve ter-lhe evitado a suntuosidade um pouco fria do estilo Império de seus mestres Percier e Fontaine.

Todavia, são os frontões e a austeridade que caracterizarão a boa arquitetura de sabor neoclássico do Brasil, da qual tantos exemplares ainda restam. Os frontões, que se expandiram numa tal febre que Morales protesta contra o exagero de seu emprego, como fez também cronista do Recife, que fala da importação de operários hamburgueses, introduzindo na capital pernambucana "os feios frontões de molde da segunda metade do século XIX".

Principais arquitetos e obras existentes

No Rio de Janeiro, os melhores testemunhos dessa fase da arquitetura brasileira são os edifícios da Santa Casa de Misericórdia e do antigo Hospício da Praia Vermelha, construídos de 1840 a 1852 e de 1842 a 1852, com planta primitiva de Domingos Monteiro e fachada desenhada por José Maria Jacinto Rebelo. Em ambos, interveio Joaquim C. Guilhobel, dando o risco do pórtico para o segundo e o do zimbório com lanterna, que coroa a parte central do primeiro.

E ainda o Palácio do Itamarati de 1851, de Rebelo; a Casa da Moeda ligada ao empreendedor Teodoro de Oliveira, de 1866; o atual Asilo São Cornélio na Rua do Catete, de 1862, que segundo Valle Cabral foi obra de um arquiteto italiano; o Automóvel Clube, na Rua do Passeio, de Manuel de Araújo Porto Alegre, que em 1854 concluíra o antigo edifício do Banco do Brasil, na esquina da Rua da Candelária; o Hospital da Beneficência Portuguesa, de 1853, e o Hospital da Ordem 3ª do Carmo, de 1866, ambos de Luís Hosxe; a igreja matriz da Glória, de 1842, no Largo do Machado, projeto de Júlio F. Koller e Philippe Garçon Rivière, com exceção de torre posterior que quebra a harmonia dessa igreja, um pouco inspirada na "Madalena" de Paris; o prédio da antiga Companhia de Gás, no canal do Mangue, de 1851, cujo arquiteto deve ter sido Ginty, a Casa de Rui Barbosa, de meados do século, o Palácio do Catete, no seu gosto meio veneziano, também de 1862; o Instituto Benjamin Constant, na Praia Vermelha, fachada de Bethencourt da Silva, em 1872; o antigo Conservatório de Música, de João José Alves, iniciado em 1863, na Rua

Luís de Camões, esquina de Leopoldina, e muitas casas de moradia ou comércio ainda existentes. Algumas delas, pela sobriedade e equilíbrio.

Intervenções esporádicas do neogótico

Ao lado e posteriormente à influência direta do neoclássico aparecem esporádicas manifestações do neogótico, que o romantismo colocara na ordem do dia. No Brasil surge, sobretudo, em igrejas e no uso de ogivas nas janelas dos sobrados.

Já na época de D. João VI, segundo refere Morales de Los Rios Filho, um arquiteto de origem inglesa, João Johnston, executou obras na Quinta da Boa Vista,"fazendo um dos corpos laterais do edifício em estilo ogival". "A coisa foi tão criticada que Manuel da Costa demoliu, em 1821, as decorações ogivais." Mas elementos estilísticos aparecem documentados em gravuras da época, uma das quais está exposta no Museu Imperial.

Na segunda metade do século torna-se mais comum o gosto gótico, sem que atinja a difusão dos padrões neoclássicos e renascentes. Bethencourt da Silva conclui as torres da Igreja do Sacramento, no Rio, com flechas desse estilo. Sobrados, como o azulejado da Praça Cairu, no Salvador, e casas-grandes como a do engenho Limoeiro, no Nordeste, escolas públicas no Rio, em 1871 empregam arcos ogivais. A capela do quartel dos Barbonos na atual Rua Evaristo da Veiga, inaugurada em 1881 por D. Pedro I, tem portais e nichos góticos, misturados a colunas renascentistas, na confusão típica do momento. Reconstituições hipotéticas como a da Ilha Fiscal, e igrejas pelo Brasil afora vão dando nota exótica ao clima arquitetônico do país. Um estudioso como Manuel Querino, representando o gosto da época, considerava feias as igrejas barrocas do Salvador e elogiava os dois templos neogóticos ali construídos nos últimos anos do século XIX e princípios do atual.

Aproximadamente de 1875 a 1895 atravessa o Brasil a moda do *chalet*, com sua empena provida de lambrequins de madeira recortada. Não superou, igualmente, a tendência de origem neoclássica, se bem que em cidades como Petrópolis se expandisse bastante.

O neoclássico nas Províncias

Nas antigas Províncias os resultados do neoclássico se enraizavam cada vez mais. Em Pernambuco, o Engenheiro Luís Vauthier permaneceu, de 1840 a 1846, construindo o Teatro Santa Isabel, residências particulares e obras públicas. Na Rua Aurora, o Ginásio Pernambucano é de 1866, equilibrado, com seus frontões e pórticos típicos. O Hospital Pedro II, na Boa Vista, iniciado em 1847, apresenta pórtico, entablamento, colunas e frontão, em cujo tímpano está a habitual figura da Caridade.

O solar dos Barroca, recentemente demolido; vários edifícios do Campo das Princesas; o antigo solar da Rua Visconde de Suassuna; casa da Avenida Rosa e Silva, 36; casas no bairro da Madalena e na Estrada do Monteiro e a antiga Assembléia Provincial de 1876 são ligadas ao neoclássico, esta última desproporcionada pela rotonda e cúpula existentes. No Estado do Rio, o palácio imperial de Petrópolis de 1840, o Colégio de N. S. do Amparo de 1871, o palacete Landsberg e outros prédios da mesma cidade ligam-se, igualmente, a essa influência.

Em Belém do Pará, o solar do Barão de Guamá, na Av. Nazaré, 328, com pórtico de arcadas no pavimento térreo e colunas jônicas no segundo andar, é típico desse estilo. A Câmara Estadual, com pórtico de 6 colunas dóricas e frisos com triglifos, parecida com a Prefeitura, que é de 1868, com planta do Barão de Marajó. O Teatro da Paz, construído de 1869 a 1878, é bem mais pomposo, com sua colunata e seus bustos em nichos ovais. O Hospital da Caridade, à Praça Caetano Brandão, e sobrados do Ver o Peso estão entre os exemplos de influência do mesmo gosto.

O uso dos azulejos

Nota bem característica do século XIX, sobretudo após 1830-1840, será o emprego dos azulejos para recobrir fachadas de casas. Essa técnica de revestimento difunde-se bastante no Rio, Bahia, Recife, São Luís, Porto Alegre e Belém do Pará. Nesta última cidade, até em cemitérios encontramo-los, substituindo lousas de mármore, em túmulos rasos de 1860 e 1870.

Os azulejos do século XIX são de padronagem abstrata, não existindo os de figura solta ou avulsa, que continuavam, no século anterior, a tradição do azulejo holandês. Alguns padrões devem ter sido importados de Portugal, onde desde o começo do século XVIII se desenvolve essa indústria, sendo criador dos de tipo "artístico", Antônio de Oliveira Bernardes, autor de quadros cerâmicos. Esse gênero, bem como as composições de grinalda e os painéis com moldura, não chegaram até a época em estudo, que se resume aos belos "tapetes" ou "panos" de azulejos repetidos. O tamanho mais comum e em que há exemplares mais cuidados é o de 0,13x0,13. Importados da França chegaram mais tarde em massa os de 0,11x0,11, fabricados em Pas de Calais, algumas vezes com variações de meio centímetro a mais. O maior exportador foi a Maison Fourmaintraux-Hermoy, que usou duas marcas diferentes. Na que pensamos ser a primeira, vinham, sob o nome, num oval, as inscrições *Fabricant Rue dos Potrers Desvres (Pas de Calais).* Na segunda vinha *Fourmaintraux Freres Desvres (Pas de Calais) e na linha inferior Jules Fourmaintraux.* Não são bem cuidados, sobretudo na fixação da cor. Já no nosso século importam-se azulejos fabricados por H. Boulenger & Cie. Choisy-le-Roi-Seine.

Havia, no século XIX, azulejos de barro cozido com fina película vidrada na face exterior, azulejos de *biscuit*, e alguns, praticamente, de baixa porcelana. Serviam à proteção contra as águas e a humidade do nosso litoral e eram apostos às paredes com ótimos processos de fixação, sendo difícil retirá-los.

Encontram-se azulejos de barro cozido de 0,10x0,10 e, no fim do século, aparecem os de grandes dimensões, medindo 0,20x0,20.

Morales de Los Rios Filho fala de importação de azulejos da Holanda neste período, mas não cita exemplos ou dados a respeito. Sobre a fabricação de azulejos no país nada consta, apesar das pesquisas que vimos empreendendo.

Transição para o excesso de ornato e mau gosto

A partir aproximadamente de 1870 os cânones severos da influência neoclássica abrandam-se um pouco com a maior difusão da inspiração do final do renascimento, sobretudo florentino. Bethencourt da Silva é o maior arquiteto dessa fase, com suas escolas públicas, como a do Largo do Machado, da Glória, da Rua da Harmonia e de Santa Rita; a fachada do externato do Colégio Pedro II e seu belo salão de honra; a antiga Escola Normal da Rua da Relação e outros edifícios. Apresentando mais ornatos, não constituem ainda a arquitetura típica do final do século, devido à sua maior sobriedade.

É a partir de 1890 que os estucadores (alguns deles, segundo referências diversas, vindos da Itália e de Portugal) vão povoar as fachadas de cariátides, florões e guirlandas de baixo-relevo, perdendo a noção dos planos e do equilíbrio de formas e enchendo a arquitetura de elementos pretensiosos e mal executados. Aproxima-se o começo do século XX com seu ecletismo e sua falta de senso estético, em que se fará para a Av. Rio Branco um concurso de fachadas, como se só a fachada fosse arquitetura. Surgirá, como disse Donato de Melo Júnior, "a arquitetura de tapeação".

Arte para a burguesia monárquico-agrária

Em grande parte do século XIX não são os burgueses comerciantes ou puramente financistas – com o exemplo excepcional do Barão de Mauá – que predominam. Esta última figura, verdadeiramente singular, foi responsável pela indústria de gás com seus edifícios, no Rio de Janeiro dos meados do século passado, e pelas obras do canal do Mangue com as pontes projetadas por Ginty e o progresso do "aterrado".

A cultura e o poder estavam mais com a burguesia agrária. Um conde de Nova Friburgo, fazendeiro de café, fazia construir os atuais palácios do Catete (no Rio de Janeiro) e o da Fazenda Gavião, em Cantagalo, inspira-

do este em soluções palacianas. Ambos atribuídos ao alemão Gustavo Woeneldt, na década de 60. A burguesia liberal só atingirá a sua plenitude em fins do século, mas sem poder afirmar-se artisticamente com a indústria devido a condições particulares, hierárquicas e retardatárias, da história brasileira. Houve, na época, mais influências européias de *Second Empire* do que provenientes da fase vitoriana inglesa. Daí a marcha para o ecletismo, devida ao conhecimento de muitos estilos históricos e à falta de uma consciência estética segura no Ocidente, em vias de industrialização e transformação de condições civis.

Só nos últimos anos do século é que um ou outro exemplo italiano, em São Paulo ou no Rio, começava a aportar uma contribuição de ecletismo peninsular, que na República se desenvolveria, juntamente com novos moldes franceses, nas grandes cidades brasileiras, sobretudo no Rio de Janeiro e na capital bandeirante, até chegarmos ao funcionalismo ou ao modernismo.

Importância do século XIX no Brasil

O século XIX deu tal contribuição à fisionomia das cidades e dos meios rurais brasileiros que quem viveu a infância até 1930-32 gravou na memória o *facies* urbano e arquitetônico realizado no século passado. Só um ou outro edifício, uma ou outra rua, apareciam "novos" e diferentes.

Numa cidade como o Rio, que se renovou de 1903 a 1909, ruas como a dos Andradas, Alfândega, Buenos Aires, Ouvidor, Lavradio, Camerino e outras, bem como as da Direita e 15 Novembro de São Paulo, eram de feição oitocentista. Em certas cidades que guardaram aspectos e elementos materiais do século XVIII e em alguns zonas rurais, o mesmo não aconteceu, mas havia a noção de que aquilo era antigo e de que o Rio possuía o conjunto atual a que nos referimos. É após 1930 que se dará a grande derrubada dos beirais no interior, substituindo por feias platibandas nas cidades, ávidas de se modernizarem. Do porto de vista técnico, o século passado foi muito incipiente. A pouca arquitetura de ferro que aqui existiu foi importada. No Rio, ainda temos a casa Tour Eiffel, na Rua do Ouvidor, de puro estilo *art-nouveau*, vinda da Alemanha, e, em Petrópolis, o Palácio de Cristal, vindo da França em 1878.

Pintura e Escultura

Já vimos, ao estudar o desenvolvimento do ensino acadêmico, a importância obtida pelo mesmo, que assegurou a premiados com viagens à Europa ou aos bolsistas do Imperador D. Pedro II (membro da classe de Belas-Artes do Instituto Histórico da França e ainda de arte e arqueologia) uma base tradicional e um relativo domínio dos instrumentos de pintura em moldes saídos do neoclassicismo

ou do romantismo acadêmico, aprendidos com Leon Coignet, Cabanel e outros franceses e com alguns mestres romanos.

Os quadros de batalhas satisfizeram uma necessidade circunstancial na época da Guerra do Paraguai. Predominaram em geral os temas históricos e bíblicos, as alegorias sensacionais e as cenas de gênero tão atacados pelo jovem crítico Gonzaga Duque, em 1888, ao considerá-los como a tônica permanente de arte brasileira, retardando-a e prejudicando-a.

Almeida Júnior trouxe uma temática mais nacional-popular, mas tratada à maneira do academismo francês de Cabanel. Só com Vísconti e os paisagistas mais livres no final do século há uma maior espontaneidade na arte, tendo sido Agostinho da Mota, na paisagem romântica, um precursor desses elementos mais livres, na cor e no desenho.

A escultura, com Chaves Pinheiro, discípulo de Marc Ferrez, é ainda eloqüente, em moldes geralmente ligados ao neoclassicismo e ao academismo oitocentista. Só com Almeida Reis, infelizmente falecido cedo, é que o Romantismo e idéias mais renovadoras atuam na criação escultórica no país, até então fixada e imobilizada em grande convencionalismo. Na talha religiosa, prossegue nos meados do século a conclusão de importantes igrejas do Rio, sendo a grande figura desse trabalho o escultor ornamentista Antônio de Pádua e Castro, que parecia possuir consciência de estar completando o ciclo setecentista e adaptava os seus ornatos às soluções curvilíneas do Rococó, tanto por obrigação contratual, como na Igreja de São Francisco de Paula do Rio de Janeiro, como, ao que parece, por livre iniciativa, noutros tempos. O Brasil monárquico terminava, aqui, a obra do começo do século XIX, em singular exemplo de continuidade e permanência nacional.

CAPÍTULO VI

EXPLORAÇÃO ANTROPOLÓGICA

FATORES múltiplos vieram conjugar-se para que, às vésperas da Independência, começasse a tomar incremento a exploração científica do Brasil. A mudança da Corte portuguesa para o território colonial não traria apenas profundas transformações na vida política e econômica, mas deu origem também a uma série de iniciativas de grande alcance para o desenvolvimento cultural. E graças a uma atitude menos restritiva em face de cientistas estrangeiros que desejassem estudar a natureza e o homem desta terra, as instituições científicas da Europa e, mais tarde, também da América do Norte, escolheram o Brasil como um dos campos preferenciais para as suas pesquisas. O Governo de D. João, acolhendo com interesse as iniciativas que neste sentido se tomavam, ia ao encontro de uma atmosfera propícia que a situação pós-napoleônica desenvolvera nos países europeus. A maior parte das explorações que daí em diante se fizeram em todas as partes do Brasil tinham por objeto os problemas da Geografia, da Geologia, da Botânica, da Zoologia e de outras ciências naturais, mas foram tomando corpo também, ainda que em menor escala, as investigações sobre a língua e a cultura dos primitivos habitantes da terra.

A Missão Artística Francesa e a obra de Debret

Em 1815 resolveu o rei criar no Rio de Janeiro, então Capital do Reino Unido Luso-Brasileiro, uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, destinada à preparação dos homens que deveriam ocupar cargos ou postos de responsabilidade na vida pública e à dos que iriam ter papel de relevo nas lides econômicas da antiga colônia recém-elevada à categoria de reino. Entendia D. João que para o desenvolvimento que se propunha dar ao Brasil eram indispensáveis os "grandes socorros da estética" a título de complemento da aprendizagem técnico-profissional. Entre os mestres da Missão Artística Francesa chamada para o ensino estava o pintor Jean-Baptiste Debret,

que, vindo em 1816, aqui permaneceu até 1831. Interessado nos costumes e nas tradições, fixou em numerosos desenhos os aspectos históricos e etnográficos que observou, legando-nos um precioso documentário. Esses desenhos, acompanhados de textos explicativos, reuniu-os em uma obra de três volumes, *Voyage pittoresque et historique au Brésil* (Paris, 1834-1839). Uma série das pranchas reproduz tipos físicos, objetos e cenas da vida indígena, outras dizem respeito ao elemento escravo, outras a aspectos da vida social e política do país. O material relativo aos índios obteve-o não só na capital, onde havia coleções etnográficas e que eram visitadas amiúde por grupos de diferentes tribos, mas também em viagens que empreendeu às florestas.

Primeiras contribuições de naturalistas franceses

Depois de La Condamine, que em 1743 descera o Amazonas até a foz, nenhum cientista francês havia dado contribuição direta aos conhecimentos antropológicos do Brasil até a época de D. João. Vamos encontrá-la nos livros do botânico Auguste de Saint-Hilaire, excelente observador, que em suas cinco viagens por território brasileiro, de 1816 a 1822, chegou no norte até o Jequitinhonha, o alto São Francisco e Goiás, no sul até Montevidéu. Dentre as notas etnográficas insertas nos relatos dessas expedições cabe destacar as que se referem aos Botocudos do Rio Doce.

O explorador francês Alcides d'Orbigny, viajando pela América do Sul de 1826 a 1833, percorreu, em memorável jornada, uma extensão de 6.700 km na Argentina, no Uruguai, no Chile, na Bolívia e no Peru. Não viajou pelo interior do Brasil atual; não obstante, os seus trabalhos tiveram importância para os estudos antropológicos sobre os nossos índios. Foi ele que em sua obra *L'homme américain* (*de l'Amérique Méridionale*), em dois volumes (Paris, 1839), fez uma primeira tentativa séria de reunir em grandes grupos raciais as populações primitivas da América do Sul. Apesar de submetida a rigorosas críticas, a sua classificação – que, entre outros, tem o defeito de incluir quase todos os aborígines do Brasil em uma só raça, "brasíleo-guarani" – não pode ser rejeitada de forma total, como se depreende dos trabalhos de Egon von Eickstedt e de outros antropólogos modernos. Manda a justiça reconhecer que a excessiva simplificação decorria, antes de mais nada, do escasso material disponível na época. D'Orbigny era principalmente Geólogo, Geógrafo e Botânico, mas dotado também de reconhecida capacidade para a observação e a descrição somática dos tipos humanos.

No Período da Regência, Jean-Baptiste Douville, a seu tempo famoso como explorador de terras bravias de vários continentes e pelo escândalo

que se armou em torno de sua narrativa de uma viagem através do Congo, tida em grande parte como fictícia, iniciou no ano de 1833 uma expedição em Ilhéus, percorrendo territórios vizinhos do Brasil Oriental até 1835, ano em que teve morte misteriosa. Em seu diário, redescoberto por Métraux, há anotações sobre alguns grupos índios por ele visitados. Fornece bons elementos principalmente sobre a cultura, material e não-material, dos Camacã, inclusive uma descrição da "corrida de toras", instituição esportiva característica da maioria das tribos Jê do Planalto Oriental Brasileiro.

Primeiras contribuições alemãs

Em 1810 transferiu-se para o Brasil, aqui permanecendo até 1821, o alemão Wilhelm Ludwig von Irschweg, Geólogo, Gineralogista e Engenheiro de Minas, que já em Portugal prestara muitos serviços ao Governo. A par dos notáveis trabalhos que realizou no campo de sua profissão, teve ensejo, em viagens por Minas Gerais e Goiás, de conhecer diversas tribos indígenas. Em seus livros *Journal von Brasilien* (Weimar, 1818) e *Brasilien, die Neue Welt* (Braunschweig, 1830) encontra o Antropólogo vocabulário e observações etnográficas de valor, especialmente na medida em que se trata de grupos hoje extintos, cuja cultura só pode ser reconstituída, e assim mesmo de forma precária, com dados mais ou menos fortuitos, esparsos nos escritos de viajantes. Vale isto, por exemplo, para o que von Eschwege nos deixou sobre tribos da família lingüística Puri-Coroado, do vale do Rio Doce e de regiões próximas. Merecem destaque os seus subsídios sobre os Botocudos dos rios Doce e Jequitinhonha.

Na mesma época esteve aqui Wilheim Christian Gotthelf Feldner, igualmente Engenheiro de Minas, que já na Metrópole estivera a serviço do Governo. Vindo ao Brasil em 1810, voltou a Portugal em companhia de D. João VI. O seu livro em dois volumes, de publicação póstuma, *Reisen durch mehrere Provinzen Brasiliens* (Liegnitz, 1828), contém um vocabulário botocudo e algumas páginas interessantes sobre os Maxacali, visitados pelo autor em Minas Gerais.

Maior importância para a Antropologia teve, entretanto, o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied. Sua viagem se estendeu de 1815 a 1817. Se bem que também para ele o objeto primordial não fossem as populações nativas do país, mas as aves e os mamíferos, a sua formação científica, recebida em Goettingen, sob a orientação de Blumenbach, o habilitava a dar contribuição sólida e fidedigna igualmente no campo antropológico. Trazia, aliás, instruções do mestre, que lhe pedira atenção para determinados problemas. Foi talvez o primeiro que procurou encarar o índio brasi-

leiro pelo prisma dos critérios etnográficos que na época vinham substituir-se a moldes menos rigorosos. A área de suas pesquisas foi a faixa litorânea entre o Rio e Bahia e partes do sertão adjacente até a fronteira de Minas Gerais. Em dois substanciosos volumes ilustrados, sob o título de *Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817* (Frankfurt a. M., 1820-1821), é feita a narrativa da expedição. O capítulo sobre os Botocudos, cuja vida e cultura o naturalista estudou no vale do Jequitinhonha, é apontado, com razão, como a primeira monografia científica de uma população primitiva do Brasil. Além disso, Wied-Neuwied informa sobre os Camacã, os Puri, os Pataxó e outros grupos com que entrou em contato. Dos vocabulários que levantou, o mais extenso é o da língua dos Botocudos. Interessou-se também pela Antropologia Física dos índios e levou a Blumenbach um crânio de Botocudo, que ainda hoje se encontra no Museu de Etnologia de Goettingen. Um membro dessa tribo, aliás, o acompanhou à Alemanha. O príncipe deixou, ainda, importante coleção de desenhos com motivos folclóricos e aspectos do meio urbano e rural das regiões visitadas.

Em companhia de Wied-Neuwied viajaram os naturalistas Friedrich Sellow e Georg Wilhelm Freyreiss. Este já percorrera alguns anos antes, com von Eschwege, o interior de Minas Gerais. Tanto Sellow como Freyreiss são também autores de notas etnográficas e lingüísticas sobre várias tribos.

A comitiva de Dª Leopoldina

Da missão científica austro-bávara enviada ao Brasil por ocasião do casamento da Arquiduquesa Dª Leopoldina com o Príncipe D. Pedro fizeram parte alguns sábios que, além de realizar extraordinários trabalhos nas Ciências Naturais, abriram horizontes novos para o conhecimento antropológico do Brasil. Dois austríacos, Johann von Natterer e Johann Emmanuel Pohl, e o bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius ocupam lugar de destaque a esse respeito.

O que mais extensas explorações empreendeu foi Johann von Natterer. Numa dezena de viagens, de 1817 a 1835, percorreu não só algumas províncias do Sul, como também as de Minas Gerais e Mato Grosso e, por fim, a Amazônia. Sem falar nas grandes coleções botânicas e zoológicas, reuniu nada menos de 1.942 peças etnográficas, de 72 tribos, vocabulários de 70 línguas indígenas e grande cópia de anotações. Quase todos os seus manuscritos, entretanto, se perderam num incêndio durante a revolução de 1848. A coleção etnográfica, que inclui obras de arte primária em excelente estado de conservação, se encontra ainda no Museu Etnológico de Viena.

Johann Emmanuel Pohl era Botânico e Geólogo. A sua expedição, de 1817 a 1821, levou-o a Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Pará, e vem descrita na *Reise im Innern von Brasilien* (Viena, 1832-1837). Também Pohl não se limitou a investigar os assuntos de sua especialidade. Colheu vocabulários e registrou as suas observações sobre a cultura dos naturais da terra, entre estes os Xavantes e outros Jê do Brasil Central. Ao voltar para a Áustria, levou dois Botocudos, que viveram vários anos em Viena.

Karl Friedrich Philipp von Martius, botânico, foi o que mais elementos colheu para uma colocação mais profícua dos problemas etnológicos e lingüísticos do Brasil indígena. Depois de percorrer o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão, explorou o vale do Amazonas desde a foz até perto da fronteira do Peru. O que viu e anotou entre as numerosas populações nativas encontradas no percurso dessa viagem, que se estendeu de 1817 a 1820, habilitou-se a apresentar uma primeira visão sistemática e compreensiva do quadro sobremaneira complexo das culturas e línguas aborígines de nosso território e a discutir, com a proficiência possível na época, alguns dos problemas fundamentais da etnologia brasileira. A viagem, feita em companhia do zoólogo Johann Baptista von Spix, vem descrita nos três volumes da *Reise in Brasilien* (Munique, 1823-1931).

Com toda justiça, von Martius é considerado o iniciador dos estudos propriamente etnológicos do país. Vocabulários levantados em tribos as mais diversas, postos em confronto com os elementos lingüísticos dos autores que o precederam, serviram-lhe para propor uma classificação das principais famílias em que se divide o conjunto das tribos nativas. Descreveu a constituição física, as doenças e as respectivas formas de tratamento entre os índios, estudou-lhes a organização social e as instituições jurídicas, e desenvolveu uma teoria sobre as origens, as tendências evolutivas e o destino das populações ameríndias em geral. Em volumoso compêndio, que engloba, de modo panorâmico, os principais conhecimentos da lingüística e da etnologia brasílicas de seu tempo, forneceu um instrumento de trabalho básico. Essa obra foi indispensável aos estudiosos, enquanto novas pesquisas de campo não revelassem fatos até então ignorados e o desenvolvimento teórico da Etnologia não impusesse perspectivas diferentes à consideração dos problemas. (*Beitraege zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens*, 2 volumes, Leipzig, 1867.)

A expedição von Langsdorff

O Barão Georg Heinrich von Langsdorff, diplomata alemão a serviço da Rússia, que já estivera por duas vezes no Brasil, aqui voltou em 1821 com o objetivo de realizar, por ordem e conta

de Alexandre I, uma grande expedição por São Paulo, Mato Grosso, Amazonas e, por fim, às Guianas.

Integrando a missão, viera, contratado como desenhista, o jovem pintor alemão Johann Moritz Rugendas. Separando-se, porém, do grupo, viajou sozinho e fixou, em magníficos desenhos, o tipo físico e aspectos culturais de indígenas e negros, além de outros temas brasileiros. Grande parte dessa documentação iconográfica de alto nível foi reunida na obra *Voyage pittoresque dans le Brésil*, que o artista publicou em edição francesa e alemã (Paris-Muehlhausen, 1827-1835). Entre os trabalhos de Rugendas, que ficou no país até 1825, há representações de Botocudos, Camacã, Puri, Coroados e Coropó.

A expedição von Langsdorff partiu para o sertão em 1825 e durou até 1829. Após muitas peripécias, alcançou o Arinos, onde a doença mental do chefe, que se vinha manifestando havia algum tempo, atingiu fase tal que o grandioso projeto malogrou. A Hercules Florence, um dos desenhistas franceses que substituíram Rugendas, devemos um relatório da viagem (reeditado em 1941 sob o título de *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, São Paulo, 1941). Além de notas sobre os silvícolas, sumárias mas importantes, Florence deixou uma série de desenhos que representam o tipo físico e elementos da vida cultural. As coleções etnográficas da expedição foram mandadas para o Museu de Petersburgo e parecem ter-se perdido.

Viajantes alemães no Segundo Reinado

O Príncipe Adalberto da Prússia é o primeiro de toda uma série de alemães que, no Reinado de D. Pedro II, estiveram no Brasil e aos quais devemos informes, em geral rápidos, sobre os naturais da terra. As grandes expedições antropológicas, de que mais adiante se falará, tiveram lugar nos últimos anos do Império, e os seus principais resultados não se tornaram conhecidos senão após a proclamação da República.

Subindo o Rio Xingu, em fins de 1842, o Príncipe Adalberto atravessou a região de antigas missões jesuíticas, chegando até Piranhoquara, ponto não alcançado até então por nenhum viajante. O seu relato, *Aus meinen Tagebucf* (Berlim, 1847), traz algumas notícias sobre os Juruna, naquele tempo por certo a tribo mais numerosa de toda a área. O Príncipe teve contato também com os Tucunapé.

Nos anos de 1850 a 1852, Hermann Burmeister percorreu as Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais e foi por algum tempo Diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Em Minas, conheceu os Puri e os Coroados, sobre os quais deixou notas de interesse principalmente psico-

lógico. (*Reise durch die Provinzen von Rio de Janeiro und Minas Gerais*, Berlim, 1853.)

Segue-se Robert Avé-Lallemant, que em 1858 viajou pelo Sul e em 1859 pelo Norte do Império. Além dos subsídios para o conhecimento dos Botocudos do Mucuri e sobre o messianismo entre índios do Içana, que incluiu no relato da segunda viagem (*Reise durch Nord-Brasilien*, 2 volumes, Leipzig, 1860), escreveu um artigo sobre os Manáu do Rio Negro.

O relatório das explorações realizadas no Nordeste por Gustavo Luís Guilherme Dodt entre 1869 e 1872 (*Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupi*, São Paulo, 1939) tem algum interesse etnológico pela descrição de uma festa dos Tembés e notas sobre as relações econômicas entre os índios do Gurupi e os brancos.

Os Bororo foram visitados pelo Engenheiro Rodolfo Waehnelt, que os caracteriza sumariamente num bom trabalho publicado em 1864, e pelo colecionador Richard Rohde que, nos anos de 1883 e 1884, esteve também com outros grupos do Sul de Mato Grosso.

Franz Keller-Leuzinger, que de 1856 a 1873 trabalhou no Brasil como Engenheiro, teve contato primeiro com Caingangs e Guaranis do Sul e mais tarde (1868) com tribos do Madeira. Sobre as suas explorações nas partes setentrionais e ocidentais do Império escreveu uma obra de valor, *Vom Amazonas und Madeira* (Stuttgart, 1874), enriquecida de interessantes desenhos de tipos humanos, representativos dos Arara, Mundurucu, Parintin e outras populações nativas.

Numa excursão sobretudo ornitológica pelas Províncias do Leste e do Norte, em 1888, a Princesa Teresa da Baviera esteve entre os Botocudos do Rio Doce e também com os Mura e outros grupos da Amazônia. Escreveu *Meine Reise in den brasilianischen Tropen* (Berlim, 1897), com alguns dados sobre esses índios e desenhos de peças da valiosa coleção etnográfica reunida no decorrer da viagem. O interesse maior do livro está, porém, na descrição da vida na Corte de D. Pedro II.

Contribuição de naturalistas e geógrafos ingleses

Desde os princípios do século, viajantes ingleses, entre eles Thomas Lindley (1802-1803), John Mawe (1807-1810) e Henry Koster (1809-1815), haviam informado os estudiosos europeus sobre a terra e a gente brasileiras. Os seus livros contêm preciosos subsídios para a reconstituição da vida social e econômica do tempo. John Luccock, que aqui viveu durante 10 anos, de 1808 a 1818, dedicando-se ao comércio, deixou uma obra interessante sobre a capital, *Notes on Rio de Janeiro* (Londres, 1820), e escreveu também sobre a língua tupi.

Um dos primeiros a fornecer alguns dados de maior interesse para a Etnologia foi o Botânico George Gardner, autor de *Travels in the Interior of Brazil* (Londres, 1846). Pelo espaço de cinco anos, de 1836 a 1841, realizou excursões pelos territórios próximos do Rio de Janeiro, pelo Nordeste e no Brasil Central.

Em 1848 vieram dois eminentes Naturalistas, Alfred Russel Wallace e Henry Walter Bates. O primeiro trabalhou no Brasil até 1852, o segundo até 1859, ambos na Bacia Amazônica. Wallace, que mais tarde se tornaria famoso por seu papel na criação da teoria evolucionista, escreveu *A Narrative of Travels on the Amazon and Rio Negro* (Londres, 1853), uma das fontes clássicas de informações sobre os Tariana, os Siusi e outros grupos do Uaupés e do médio Amazonas. Bates, que acompanhara Wallace numa excursão pelo Tocantins, demorou-se durante anos em Ega e outras localidades do Solimões, explorando igualmente parte do Tapajós. Devemos-lhe valiosos dados sobre os Mura, os Mundurucu, os Pare e os Tucunas. Entre as suas principais observações etnográficas estão as que dizem respeito às danças de máscaras dos Tucunas. (*The Naturalist on the River Amazons*, Londres, 1863.)

Richard Spruce, Botânico, também realizou intenso trabalho de pesquisa na Amazônia. De 1849 a 1864, explorou, por exemplo, o Trombetas, o Rio Negro, o Uaupés, partes do Orenoco e países vizinhos da região andina. Para o Antropólogo, os seus *Notes of a Botanist on the Amazon and Andes* (publicação póstuma, 2 volumes, Londres, 1908) têm interesse especialmente por causa da contribuição à Etnobotânica.

Às viagens de William Chandless, notáveis pelo reconhecimento de alguns afluentes meridionais do Amazonas, devem-se as primeiras notícias sobre muitas tribos do Brasil Central e Ocidental. O viajante explorou em 1861 o Arinos, o Juruena e o Tapajós, de 1864 a 1865 o Purus, em 1867 o Juruá, apresentando relatórios à Real Sociedade Geográfica de Londres. Deles constam notas etnográficas e lingüísticas de dezenas de populações nativas dos territórios banhados por esses rios.

Não se esgota com esses nomes a lista dos exploradores ingleses que, no Império, ajudaram a ampliar o horizonte da Antropologia brasileira. Outros poderiam ser acrescentados. Assim, na década dos 70, o Coronel George E. Church e o Engenheiro Edward D. Wells, com informes que obtiveram à margem de seus trabalhos ligados ao projeto da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré. Poucos dentre eles, entretanto, mostraram real interesse pelos problemas científicos suscitados pela presença de populações nativas nas áreas que devassaram.

Viajantes franceses no Segundo Reinado

De 1843 a 1847, Francis de Castelnau levou a cabo uma das maiores expedições científicas que percorreram o Brasil nos dias do Império. O Governo francês o incumbira de estudar, da maneira mais completa possível, a Bacia Amazônica. As observações de Castelnau sobre grande número de grupos índios assumiram desde logo importância para uma compreensão mais satisfatória do quadro etnográfico do Brasil. Os vocabulários dos Botocudos de algumas tribos Jê, dos Carajá, Guaná, Apiacá, Guaicuru, Guató, Bororo e outras populações constituíram elementos essenciais para a classificação lingüística elaborada por von Martius. E para vários desses grupos, como os Guató e os Bororo, a obra de Castelnau foi por muitos anos a principal fonte de informações, quer no tocante à cultura, quer à língua.

O médico da Marinha francesa Jules Nicolas Crevaux, famoso por suas investigações geográficas no interior das Guianas (1876-1877), entre Caiena e os Andes (1878-1879), na Colômbia e na Venezuela (1880-1881), concebeu o arrojado plano de atravessar o Brasil Central, descendo o Tapajós ou o Xingu desde as nascentes. Antes de tentá-lo, porém, foi assassinado em 1882 pelos índios Toba com mais de uma dezena de companheiros, quando iniciava uma exploração preliminar no Pilcomaio. Para a Antropologia tiveram grande alcance as suas pesquisas nas Guianas e na Amazônia. Graças à soma de subsídios novos aduzidos pelo corajoso viajante, Lucien Adam pôde empreender ou precisar melhor a delimitação das famílias lingüísticas tupi, caríb e aruác. Seus trabalhos deram ainda impulso ao estudo do curare, elemento de relevo em muitas culturas índias da floresta tropical.

Entre os grandes viajantes do século XIX figura Henri A. Coudreau, Professor da Sorbonne, que, além das Guianas, explorou vários afluentes meridionais e setentrionais do Amazonas. Desde 1876, quando penetrou no interior das Guianas, a sua vida foi uma série ininterrupta de jornadas, até que a morte o arrebatou em 1899 nas margens do Trombetas. Entre os trabalhos de interesse etnológico por ele realizados ainda no tempo do Império e que correspondem ao território das Guianas avultam os que dizem respeito às tribos do Uaupés e do Rio Branco. Entre outras, cabe destacar as suas informações sobre a "religião do Jurupari". Levantou também uma série de vocabulários.

Louis Agassiz

Em 1865 veio ao Brasil, trabalhando especialmente na Amazônia, a "Thayer Expedition", organizada nos Estados Unidos. Era seu chefe o Ictiólogo e Geólogo Louis Agassiz, natural da Suíça e professor da Universidade de Cambridge, Mass. Agassiz já escre-

vera alguns estudos sobre assuntos brasileiros, a começar por um volume sobre peixes colecionados por von Spix. Mais tarde iria tornar-se famoso pelas discussões travadas em torno da formação geológica da Amazônia. O relato da viagem, escrito junto com a esposa, Elisabeth Cary Agassiz, que dela participou, tem o título de *A Journey in Brazil* (Boston, 1868). Contém algumas páginas sobre os Mundurucu, inclusive uma versão sumária do mito tribal, e numerosas referências a aspectos característicos da cultura popular amazônica.

Charles Frederik Hartt e a Comissão Geológica do Império

Da viagem de Agassiz à Amazônia (1865-1866) participou o jovem cientista canadense Charles Frederik Hartt. Esse voltou ao Brasil em 1870, como Chefe da Expedição Morgan, com a tarefa de proceder a novas explorações geológicas na grande bacia fluvial. Hartt, que era Geólogo e Geógrafo, foi, em 1874, nomeado Diretor da Comissão Geológica do Império, recém-criada. Espírito vivo e muito ativo, dedicou-se também às disciplinas antropológicas e, em pouco tempo, era um dos mais meritórios pesquisadores nesse campo. Na Amazônia realizou escavações arqueológicas, registrou numerosos textos míticos e material lingüístico. Trabalhou entre os Botocudos do Brasil Oriental, explorou sambaquis, estudou inscrições rupestres e escreveu ensaios sobre arte indígena e outros temas. Teve morte prematura em 1878, aos 38 anos de idade.

Também alguns colaboradores de Hartt contribuíram, em maior ou menor grau, para o desenvolvimento da Antropologia brasileira. Herbert Huntington Smith, em 1870, membro da Expedição Morgan e, mais tarde, chamado ao Brasil para servir na Comissão Geológica do Império, reuniu coleções etnográficas e, por ocasião de uma estada de quatro anos no Mato Grosso, estudou, entre outras coisas, a cerâmica dos cadiwéu. Descreveu sua viagem ao Mato Grosso numa série de artigos de jornal, traduzidos por Capistrano de Abreu e depois reunidos em livro (*Do Rio de Janeiro a Cuiabá*, São Paulo, 1922). A sua segunda permanência no Brasil estendeu-se de 1874 a 1886.

Outro norte-americano que integrou a Comissão Geológica do Império foi John Casper Branner. Veio pela primeira vez em 1875 e depois aqui esteve em sucessivas missões científicas, ainda pelo século XX adentro. Tal como seu patrício Orville Adalbert Derby, foi um dos mais operosos e competentes sábios que dedicaram a maior parte de sua vida à Geologia do Brasil. A Antropologia deve-lhe pequenos ensaios sobre inscrições rupestres, línguas indígenas, aspectos da cultura dos Botocudos do Rio Doce e sobre os Carnijó de Pernambuco.

Instituições nacionais

Não é apenas a nomes de estrangeiros que se deve menção neste capítulo. Cada vez mais os estudiosos da terra se foram preocupando com assuntos de Antropologia. Embora quase todos autodidatas, a sua contribuição, em conjunto, foi assaz notável. No Rio de Janeiro existia desde 1818 o Museu Nacional, fundado por D. João VI, instituição que durante o Império se tornaria o principal centro de coordenação de pesquisas científicas. D. Pedro II sempre se interessou pessoalmente pelos trabalhos que aí se empreendiam, favorecendo muito os de natureza antropológica. Em Belém do Pará, Domingos Soares Ferreira Pena conseguiu, em 1868, criar uma instituição congênere, o atual Museu Paraense Emílio Goeldi, que desde a fundação desempenhou papel de relevo no campo da arqueologia amazônica. Além disso, o apoio do Governo a outras entidades culturais, em particular ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, servia de estímulo aos pesquisadores, que trabalhavam num meio ainda hostil às coisas do espírito. O próprio Imperador presidia regularmente as reuniões do Instituto, aplaudindo ou sugerindo iniciativas no tocante a investigações antropológicas. A revista da agremiação dava guarida aos trabalhos que viessem surgindo. E os intelectuais de várias províncias organizaram institutos que, em âmbito regional, desempenhavam função similar ao da Corte. Por fim, cabe lembrar, à margem das instituições de cultura e de pesquisa, o grande papel da Escola Indianista na vida literária da nação como fator propício a um interesse crescente pelos estudos etnográficos.

A "Comissão das Borboletas"

O empenho do Governo imperial em promover as ciências no país teve uma de suas expressões concretas no apoio dado a um plano, concebido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de uma grande expedição exploradora às províncias setentrionais. Integraram a "Comissão Científica" incumbida de realizá-la especialistas de todos os ramos das ciências naturais e também estudiosos da Etnografia. Desta se encarregaria Antônio Gonçalves Dias, assessorado por Francisco de Assis Azevedo Guimarães. Gonçalves Dias tinha, ademais, a tarefa de escrever a narrativa da viagem. Entretanto, a comissão parecia não haver nascido sob uma boa estrela. Os primeiros entraves surgiram com a crítica veemente da oposição política, apelidando-a de "Comissão das Borboletas", e acusando o Governo de esbanjar o dinheiro público com empresas de nenhum interesse. A expedição partiu em princípios de 1859, mas, devido a desentendimentos entre os membros que a compunham, teve sérias dificuldades de levar a bom termo as suas incumbências. Depois de dois anos de trabalhos, principalmente na Província do

Ceará, retornou à Corte, sem haver cumprido senão pequena parcela de seu vasto programa. Quanto a Gonçalves Dias, não se havia ele demorado no Ceará, mas, seguindo para a Amazônia, dedicara-se a estudos lingüísticos e reunira coleções etnográficas.

Viajantes e exploradores brasileiros

O General José Vieira Couto de Magalhães, que foi Presidente de várias Províncias e cujo nome se liga ao início da navegação em alguns rios, especialmente no Araguaia, realizou extensas viagens para o interior; assim, em 1862, a Goiás e, em 1864, ao oeste de Mato Grosso. Informes etnográficos e material lingüístico por ele obtidos no Brasil Central se encontram em suas obras *Viagem ao Araguaia* (Goiás, 1863) e *O Selvagem* (Rio de Janeiro, 1876). Esta última, que teve larga repercussão, abrange, a par de alguns ensaios com tentativas de interpretação etnológica, uma importante coleção de lendas na língua geral e uma gramática tupi. Em seus ensaios, Couto de Magalhães discute temas tais como família, religião, classificação lingüística e racial dos índios, sem, no entanto, chegar a conclusões muito seguras. Como não poucos contemporâneos, inclinava-se a admitir o autoctonismo dos primitivos habitantes da América.

Dentre os cientistas brasileiros que, no Império, voltaram a sua atenção para temas antropológicos, distinguia-se, por sua extraordinária operosidade, o botânico João Barbosa Rodrigues, autor de algumas dezenas de estudos. No primeiro plano estão as suas obras fundamentais sobre orquídeas e palmeiras. Mas deixou também muitas contribuições para a Arqueologia, a Etnologia, a Lingüística e o Folclore. A partir de 1871 empreendeu na Amazônia, por ordem do Governo Imperial, uma série de explorações em grande escala. Estas o levaram ao Capim, ao Tapajós, ao Trombetas, ao Jamundá, ao Urubu, ao Jatapu e a outros rios. Tornou-se famosa a sua pacificação dos Crixaná do Jauaperi, em 1884.

A variedade de assuntos abordada pelo sábio é realmente assombrosa. No que respeita a temas ligados à Antropologia, estudou em relatórios, livros e artigos, o curare, aterros sepulcrais, a cerâmica, armas e instrumentos de pedra, cantos, danças, a mitologia dos silvícolas. Entrou pelo campo das línguas indígenas, com interesse especial pelo nheengatu. Apaixonou-se pelo controvertido problema dos muiraquitãs ou "ídolos amazônicos", que discutiu em sucessivos ensaios, aliás acerbamente criticados por Sílvio Romero. Foi o primeiro a empreender levantamentos antropométricos em índios brasileiros. Em suma, um dos investigadores mais diligentes que o Brasil conheceu até hoje e, entre os sábios naturais do país, incontestavelmente a figura máxima no setor das pesquisas rela-

tivas ao homem primitivo da Amazônia nos últimos decênios do século passado.

Os excelentes *Estudos sobre a tribo "Mundurucu"*, do Engenheiro Antônio Manuel Gonçalves Tocantins, publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (tomo XI, Rio de Janeiro, 1877), são de tal ordem que a sua leitura continua indispensável ao etnólogo brasileiro da atualidade. Trata-se de exposição clara, sistemática e objetiva de observações feitas numa viagem ao alto Tapajós em 1875. Até há poucos decênios não existia da cultura mundurucu descrição mais completa e fidedigna. O explorador francês Coudreau, que esteve no Tapajós depois de Gonçalves Tocantins, recorre em grande parte aos dados por este fornecidos, para dar uma idéia dos Mundurucu. E em nossos dias são de grande utilidade sobretudo para a análise das mudanças culturais sofridas pela tribo.

Muitos outros viajantes brasileiros poderiam ser aqui acrescentados. Vejamos mais alguns. Para o conhecimento dos naturais do Sul do Mato Grosso são de valor as anotações do Visconde de Taunay, que aí esteve durante a Guerra do Paraguai; além de um vocabulário dos Guaná ou Xané, colheu dados etnográficos desses índios, dos Cadiwéu e de outras tribos. Escreveu também sobre a língua e a cultura dos Caingang de Guarapuava, Paraná. João Severiano da Fonseca, ao relatar a sua *Viagem ao Redor do Brasil 1875-1878* (2 volumes, Rio de Janeiro, 1880-1881), comunica as suas observações, em parte com vocabulários, sobre populações do Oeste brasileiro, tais como Laâna, Quinquinâu, Chiquitos, Guaraio, Palmela, Bauré e outros. No Sul do país, Telêmaco Morosini Barba estudou os Caingangs, e Teodoro Sampaio um dialeto guarani do interior de São Paulo.

As grandes explorações alemãs no fim do Império

Nas primeiras décadas do século XIX numerosos viajantes haviam visitado os Botocudos do Espírito Santo. Não obstante, continuavam fragmentários os conhecimentos antropológicos e lingüísticos sobre essa tribo, de cujo estudo sistemático se esperavam elementos decisivos para melhor equacionar os problemas do passado pré-histórico dos índios brasileiros em geral. A Antropologia Física e a língua dos Botocudos foram estudadas por Paul Ehrenreich numa expedição dos anos de 1884 e 1885. O sábio classifica essa população como uma das mais arcaicas da família lingüística Jê e pronuncia-se pela hipótese de terem os Botocudos e seus vizinhos, por um lado, e os Jês ocidentais, por outro, o homem da Lagoa Santa como antepassado comum. (*Ueber die Botocudos der brasilianischen Provinzen*

Espírito Santo und Minas Gerais, Zeitschrift fuer Ethnologie, vol. XIX, Berlim, 1887.) – Em 1885, Ehrenreich esteve também entre os Puri.

Até o último quartel do século XIX, o alto Xingu era território inexplorado, quer do ponto de vista geográfico, quer do etnológico. A clareira foi afinal aberta pelas duas expedições de Karl von den Steinen em 1884 e de 1887 a 1888. Ao contrário do Príncipe Adalberto da Prússia, que em 1842 penetrara no vale do Xingu vindo do Norte, von den Steinen partia de Cuiabá, na direção do nordeste, rumo aos formadores daquele grande tributário do Amazonas. Em 1884, Otto Clauss, companheiro de von den Steinen, fez o levantamento cartográfico do Batovi e do curso do Xingu até Piranhaquara, ponto terminal da expedição do Príncipe Adalberto. Descobriram-se populações nativas ainda sem nenhum contato com o mundo dos brancos: os Bacairi orientais, os Custenaú, os Suyá e os Manitsauá. As observações etnográficas e lingüísticas forneceram a base para o projeto da expedição de 1887 a 1888, em que foram investigadas as tribos de outro confluente do Xingu, o Curisevo: além dos Bacairi, os Nahucwá, os Awetü, os Trumái, os Iawalapíti e os Camaiurá. Da exploração participaram o Antropólogo Paul Ehrenreich, o Geógrafo Peter Vogel e o desenhista Wilhelm von den Steinen, primo do chefe da expedição. Uma visita aos Bororo do São Lourenço, a sueste de Cuiabá, serviu de remate às pesquisas de campo, coroadas de pleno êxito. Da primeira expedição e de seus resultados científicos tratou Karl von den Steinen em *Durch Zentralbrasiliens* (Berlim, 1886), da segunda em *Unter den Naturvo elkern Zentralbrasiliens* (Berlim, 1884), duas obras clássicas da etnologia brasileira.

Como membro da segunda expedição de Karl von den Steinen, Ehrenreich teve a seu cargo principalmente os trabalhos antropométricos. Depois do regresso, estudou os Carajá do Araguaia e os Paumeri, os Iamamadí e os Ipuriná do Purus (1888-1889). Coube-lhe, entre outras coisas, estabelecer a situação dos Carajá como tribo inteiramente distinta do grande grupo Carib e determinar o das tribos do Purus como elo conjuntivo entre os Aruác setentrionais e os de territórios do centro-oeste sul-americano. Identificou os Apiacá do baixo Tocantins como tribo Carib, o que na época serviu de argumento a favor da tese, ardorosamente defendida por Karl von den Steinen, de se localizar no Brasil Central a área de ocupação primitiva dos Caríb, ou seja, o centro de dispersão desta grande família lingüística. Da expedição de 1888 a 1889 resultou, a par de outros trabalhos, o volume *Beitraege zur Voelkerkunde Brasiliens* (Berlim, 1891).

Pesquisas paleantropológicas

A paleantropologia brasileira inicia-se em 1841 com o achado de restos humanos fósseis pelo sábio dinamarquês Peter Vilhelm Lund em grutas calcárias de Lagoa Santa no vale do Rio das Velhas, em Minas Gerais. Até aí nada se conhecia do tipo físico das populações pré-históricas do Brasil, e o que se havia escrito sobre as origens e o passado remoto dos grupos nativos não passava de conjeturas e especulações. E ainda por muito tempo se repetiriam com singular insistência as hipóteses mais ou menos aventurosas arquitetadas sobre esses problemas desde a época do Descobrimento.

Já no Primeiro Reinado, Lund vivera seis anos no país, trabalhando nos arredores do Rio de Janeiro e em outras áreas do Brasil Oriental (1825-1830). Voltou em 1833, passando a residir em Minas Gerais, onde morreu em 1880. Os crânios fósseis por ele descobertos a partir de 1841, quase todos remetidos à Dinamarca, deram mais tarde origem a muitas discussões sobre a eventual existência do homem quaternário e, para alguns, mesmo terciário no Brasil. Estudos craniológicos mais completos desse material, entretanto, surgiram só entre 1884 e 1888, firmados por Kollmann, Ten Kate e Sören Hansen. Um daqueles espécimes, oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico, ficou no Rio de Janeiro. Sobre ele escreveram principalmente João Batista de Lacerda e José Rodrigues Peixoto, os primeiros pesquisadores brasileiros no campo da craniologia.

Após os importantes achados de Lund, foi se avolumando, embora devagar, o acervo de documentação paleantropológica, já não de grutas calcárias, mas de sambaquis, amontoados de conchas existentes ao longo do litoral e de alguns cursos fluviais. Referências aos sambaquis encontramo-las desde o tempo de Anchieta, e a exploração dessas jazidas, principalmente para o fabrico de cal, fora feita durante todo o período da Colônia. Na órbita das cogitações científicas entraram elas, sobretudo após as escavações de Guilherme Schuch de Capanema, quando membro da "Comissão das Borboletas", em algumas dessas jazidas da costa cearense, ocasião em que descobriu uma calota craniana. A coleção mais valiosa extraiu-a Charles Frederik Hartt de sambaquis de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Constitui um conjunto de dezoito crânios, que foram objeto de magistral análise craniológica por João Batista de Lacerda, um dos mais competentes antropólogos que já trabalharam no Museu Nacional. Serviram também de elementos comparativos para os estudos de José Rodrigues Peixoto, outro sábio de grande mérito, sobre a filiação racial dos Botocudos do Espírito Santo.

À exploração científica dos sambaquis nessa época ligam-se, ainda, os nomes de Domingos Soares Ferreira Pena, Charles Wiener, Ladislau Neto, Carlos von Koseritz, Karl von den Steinen e outros. Também na Europa, especialmente na Sociedade de Antropologia de Berlim, que mantinha estreitas relações com o Museu Nacional e da qual o Imperador do Brasil era um dos poucos sócios honorários, discutiam-se os problemas suscitados pelos sambaquis brasileiros. Sobre o assunto o órgão oficial dessa douta agremiação publicou muitas notas, relatórios e ensaios.

Explorações arqueológicas

Os sítios arqueológicos existentes em muitos pontos do Império não podiam deixar de despertar a curiosidade de cientistas e amadores intrigados com o mistério das "antiguidades americanas". Sambaquis, cemitérios indígenas, jazidas com objetos de pedra ou cerâmica, desenhos rupestres e outros testemunhos da presença humana em épocas remotas foram examinados e descritos por autores nacionais e estrangeiros, sem que, no entanto, se lograsse, naqueles tempos, chegar a resultados válidos sobre a sua idade e significação. Assim mesmo, as escavações em sambaquis e em cerâmios do Amazonas, particularmente na Ilha de Marajó, constituíram já os passos iniciais para uma formulação adequada dos problemas da arqueologia pré-histórica e para o encaminhamento de pesquisas sistemáticas, que, aliás, só em nossos dias começam a assumir contornos um pouco mais precisos. Num retrospecto geral, os esforços pioneiros de um pequeno grupo de sábios e homens de boa vontade no decorrer do Segundo Reinado se nos apresentam merecedores de francos encômios. Nem se poderia esperar que, na situação geral das lides científicas, fossem resolvidos os problemas básicos que ainda hoje continuam desafiando a argúcia dos especialistas. Se não houve, por exemplo, nenhuma tentativa séria de submeter a um estudo sistemático os artefatos de pedra e outros testemunhos culturais encontrados nos sambaquis, foi porque o material era insuficiente para interpretação de maior envergadura. E se as numerosas descrições de desenhos rupestres descobertos em muitos pontos do território nacional não conduziram a nenhuma conclusão definitiva, isso se explica pela falta do necessário quadro de referência pré-histórico.

As descobertas arqueológicas mais importantes foram feitas na Amazônia entre 1870 e 1880. Grande foi o interesse pela cultura marajoara do Pacoval, aterro ou colina funerária existente à margem do Lago Arari, no interior da grande ilha situada na foz do Amazonas. Em memorável expedição de 1876, Domingos Soares Ferreira Pena, que em 1872 descobrira urnas mortuárias antropomorfas no Rio Maracá, explorou o

cerâmio de Pacoval, constituído de urnas e outros artefatos. Dentre os demais pesquisadores que o estudaram nessa época cumpre mencionar Hartt, Steere e Ladislau Neto, este conhecido pelos relevantes serviços que prestou como diretor do Museu Nacional. No cerâmio do Pacoval, Steere verificara a existência de três estratos sobrepostos, o superior com a cerâmica mais perfeita, o inferior com a mais grosseira. Isto veio a ser confirmado por Ferreira Pena, que aventou a hipótese de se manifestarem nessa seqüência as fases sucessivas de uma cultura em decadência. Pesquisas mais extensas e sistemáticas, levadas a efeito já neste século na Ilha de Marajó, corroboraram essa hipótese. Pelo cunho peculiar de seu estilo artístico, a cerâmica do Marajó logo se tornou conhecida dentro e fora do país. Das características desse estilo ocuparam-se vários autores, entre eles Hartt, que esboçou uma teoria da evolução do desenho ornamental, e Ladislau Neto, ambos no contexto de ensaios de envergadura sobre a arqueologia amazônica em geral, insertos no vol. VI dos Arquivos do Museu Nacional (Rio de Janeiro, 1885).

Classificações lingüísticas

Quando, em fins do século XVIII, o jesuíta espanhol Lorenzo Hervás y Panduro lançou as bases para a classificação científica das línguas da América, era ainda muito pobre o material relativo aos idiomas índios do Brasil. No século XIX, particularmente no Império, a situação mudou bastante. A maioria dos naturalistas viajantes anotou os dados lingüísticos que podia obter. Se bem que se tratasse, quase sempre, de simples amostras de talvez poucas dezenas de vocábulos, serviam como termos de comparação para se chegar, pelo menos a título de hipótese, a um esquema geral dos falares nativos. O autor do primeiro sistema foi von Martius, que se serviu dos vocabulários por ele próprio tomados e de todos os demais elementos a seu alcance. Distingue oito famílias: os Tupi e Guarani, os Jê ou Crã, os "Gucc", os Cren, os Paresí, os Goitacá, os Aruác, os Guaicuru e, por fim, uma categoria suplementar que engloba os grupos em transição para a cultura e a língua portuguesas. Em sua opinião, os naturais da terra não passavam de uma *coluvies gentium*, sem um grau de estabilidade lingüística suficiente para permitir uma classificação mais ou menos definitiva. Teve o mérito de reconhecer a família Jê como distinta dos antigos "Tapuias". Por outro lado, não procedeu a rigorosa separação entre Tupi e Carib e criou a suposta família dos "Gucc", formada de elementos muito heterogêneos, que não pôde ser mantida.

Karl von den Steinen, após a sua primeira expedição ao Xingu, corrigiu os erros principais da classificação de von Martius. Apresenta Carib e

Tupi como famílias inteiramente distintas, elimina a dos "Gucc" e inclui a dos Nu-aruác, correspondente aos Maipúre do lingüista francês Lucien Adam. Destaca, assim, quatro grandes grupos – Tupi, Jê, Caríb e Nu-aruác – além de outros menores.

Embora mantendo as linhas fundamentais do sistema, Paul Enrenreich, já em princípios deste século, o modifica numa série de pontos. Mas só em época mais recente o aumento de material e o emprego de novos critérios permitiram discussões mais aprofundadas do problema, ainda longe, aliás, de solução final.

O estudo do tupi

Devido aos esforços de alguns membros do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e do próprio Imperador, houve no Segundo Reinado um interesse vivo pelo tupi, idioma dos primitivos habitantes da costa e de grande parte da Amazônia. D. Pedro II falava, aliás, o tupi e escreveu um pequeno trabalho sobre as suas regras gramaticais. Em 1841, Francisco Adolfo de Varnhagen, mais tarde Visconde de Porto Seguro, publicou, na revista do Instituto, a sua conhecida *Memória sobre a Necessidade do Estudo e Ensino das Línguas Indígenas do Brasil.* Daí a 10 anos, criou-se no Seminário Episcopal do Pará uma cadeira de "Língua Indígena Geral", que era o nheengatu ou tupi amazônico. A regência coube ao Padre Justiniano de Seixas, que em 1853 publicou um vocabulário acompanhado de notas gramaticais, para uso dos estudantes. O pequeno manual foi depois refundido e ampliado por Francisco Raimundo Correa de Faria, sucessor do Padre Seixas. O poeta Antônio Gonçalves Dias compilou um *Dicionário da Língua Tupi* e Ernesto Ferreira França uma *Crestomatia da Língua Brasílica*, ambos editados em Leipzig, aquele em 1858, esta em 1859. Outros trabalhos foram surgindo, entre eles o Curso da Língua Geral, de José Vieira Couto de Magalhães (em: *O Selvagem*, Rio de Janeiro, 1876), e a *Gramática da Língua Brasílica Geral*, por Luís Pedro Sympson (Manaus, 1877). Alguns vocabulários tiveram acolhida nas páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. A quase totalidade das publicações se referia, porém, ao tupi do Norte, inclusive a *Poranduba Amazonense* (*Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XIV, Rio de Janeiro, 1890) e outros trabalhos do incansável pesquisador João Barbosa Rodrigues. Ao tupi da costa e ao guarani do Sul dedicou-se em especial Batista Caetano de Almeida Nogueira, sem dúvida o mais competente lingüista do Brasil-Império. A década dos 70 foi marcada pela reedição das gramáticas tupi de Anchieta e de Figueira, por iniciativa de Júlio Platzmann, e das obras lingüísticas Montoya sobre o guarani, igualmente por Platzmann e pelo Visconde de Porto Seguro.

Outras línguas indígenas

Bem menor foi a atenção dada aos demais idiomas índios do país. O maior repertório de material lingüístico tupi e não-tupi reuniu-o von Martius em *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (2º volume de *Beitraege zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens*, Leipzig, 1867). De muitas línguas se recolheram vocabulários, mas pouco se fez para o seu conhecimento mais profundo. O único autor nacional a destacar-se neste sentido foi Batista Caetano de Almeida Nogueira, com sua criteriosa "Introdução" à reedição da *Arte de Gra mática da Língua Brasílica da Nação Kiriri*, do Padre Luís Vincêncio Mamiani (Rio de Janeiro, 1877). Sobre o idioma dos Botocudos do Brasil-Oriental, um dos mais conhecidos graças a elementos acumulados desde os princípios do século, há considerações interessantes no artigo de Paul Ehrenreich *Ueber die Botocudos der brasilianischen Provinzen Espírito Santo und Minas Gerais* (Zeitschrift fuer Ethnologie, vol. XIX, Berlim, 1887), baseado em trabalho de campo entre esses silvícolas. Na mesma revista, o diligente pesquisador divulgou também, anos mais tarde, material lingüístico de uma dezena de tribos por ele colhido no interior do Brasil. Fruto importante da segunda expedição de Karl von den Steinen ao alto Xingu (1887-1888), foi a primeira gramática de uma língua carib do país (*Die Bacairi-Sprache*, Leipzig, 1892). A partir da análise, principalmente fonológica, do bacairi, procura o sábio determinar as leis evolutivas manifestas na diferenciação dos idiomas dessa família lingüística. Ao mesmo tempo, a análise é feita com vistas a uma tese etnológica de sentido histórico-cultural: os Bacairi representariam a tribo mais primitiva de toda a família Carib, e o seu território, por conseguinte, a "pátria de origem" dos numerosos grupos Carib espalhados pelo norte da América do Sul e pelas Antilhas.

Mitologia

O estudo da mitologia tomou incremento apenas nos últimos decênios do século XIX. Salvo parcos elementos esparsos em relatos de viagem, o material mitológico pouco se havia enriquecido desde o tempo da Colônia. Na década dos 60, o General Couto de Magalhães, transcrevendo em tupi amazônico uma valiosa coleção de fábulas registradas entre os Anambé, tribo Tupi do baixo Tocantins, despertou o interesse das pessoas letradas para esse campo da tradição cultural ameríndia. Não obstante, como não se tratasse de texto isento de influência européia, pois os informantes já haviam tido muito contato com a população branca, houve certa reserva na sua utilização para os estudos de mitologia comparativa. Dados consistentes foram recolhidos por Charles Frederik Hartt em 1870 entre silvícolas do vale do Amazonas e, alguns anos após, por

Antônio Manuel Gonçalves Tocantins entre os Munducuru do Tapajós. A Hartt foi atribuído com toda justiça o título de iniciador do estudo científico da mitologia amazônica. Do mito da chamada "religião do Jurupari", divulgado por Henri A. Coudreau, obtiveram-se, pouco mais tarde, versões colhidas por João Barbosa Rodrigues e Ermano Stradelli e publicadas já no princípio do regime republicano. Sob o título de *Poranduba Amazonense* (*Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XIV, Rio de Janeiro, 1890), Barbosa Rodrigues deu a conhecer, além desse mito, um acervo notável de contos caboclos e de textos míticos dos Munduruku, Pauman, Iaracasé e outras populações amazônicas. No Sul do país, o sertanista Telêmaco Borba registrou o mito tribal dos Caingang. Importantíssima foi a contribuição de Karl von den Steinen, que em suas viagens às nascentes do Xingu obteve abundante material mitológico dos Bacairi, a mais meridional das tribos Carib. A profunda análise a que submeteu esses relatos abriu perspectivas novas e realmente promissoras no campo da mitologia sul-americana. Também os textos carajá publicados por Ehrenreich, embora bastante incompletos, trouxeram novas possibilidades de interpretação.

Religiões indígenas

Houve também algumas tentativas de estudar a vida religiosa dos nativos, em parte empreendidas juntamente com a exposição e o comentário dos textos míticos. Diante da velha tendência de se dar atenção predominante ou exclusiva aos Tupi era natural que por muito tempo se tomasse, mais ou menos explicitamente, a religião tupi – ou, melhor, tupinambá – como representativa das demais. Para tal atitude parece ter contribuído muito a obra de Couto de Magalhães. *O Selvagem* (1876), por longo tempo a mais conhecida de quantas, no idioma do país, informava sobre assuntos da etnologia nacional. O que veio a ser divulgado de religiões de tribos aloglóticas não passava, na maioria dos casos, de ligeiras observações, em nível apenas descritivo. Tampouco os missionários nos dão elementos mais ricos sobre a vida religiosa. Contentam-se com rápidas notas, como, por exemplo, o capuchinho italiano Frei Luís de Cemitille em seu ensaio sobre os Caingang do Paraná. Da religião dos Munduruku do Apajós, índios de língua classificada como tupi, mas bastante diversos quanto ao sistema cultural, numerosos viajantes, entre eles Agassiz, Tocantins, Hartt e Barbosa Rodrigues, forneceram elementos relativamente bons, sem que, no entanto, fossem aproveitados para um estudo interpretativo. Dentre os sistemas religiosos de índios não tupi, a "religião do Jurupari", do noroeste da Amazônia, foi a que se tornou mais conhecida. De todos os outros não se publicaram

senão informes ocasionais, sem dúvida valiosos para os cientistas que em época posterior os investigariam de forma sistemática. Estão neste caso inclusive as observações de Karl von den Steinen sobre os Bororo, que, embora suscitassem problemas de grande interesse teórico, não eram ainda suficientes para uma compreensão satisfatória da religião totemista dessa tribo mato-grossense.

Conclusão

Ao tornar-se Independente, o Brasil não tinha, nem podia ter ainda, consciência de nacionalidade. Para tanto, não bastava o sentimento nativista. Bem compreenderam os intelectuais que era necessário concentrar-se nas coisas da terra e descobrir os valores próprios. E a atenção se voltou não só para o passado histórico, mas também para os naturais do país, cujos costumes e maneiras de ser iriam constituir fonte inspiradora de criação literária. Assim, o propósito de "reabilitar o indígena", que encontramos em Domingos José Gonçalves de Magalhães, assume a forma de idealização em Antônio Gonçalves Dias e José de Alencar. Pouco a pouco, desenvolve-se também uma atitude científica em face do índio, ainda que, por longo tempo, sem quaisquer diretrizes de método para uma solução dos problemas. Os viajantes forasteiros, em que pesem o vulto e o valor de suas contribuições, de pouco ou nada valeram para corrigir esse defeito. Só alguns deles tinham formação antropológica. Além disso, os trabalhos mais importantes, escritos em língua estrangeira, não eram acessíveis senão a pequena minoria dos estudiosos daqui. Maior foi a influência de alguns cientistas de mérito, tais como Charles Frederik Hartt, que, fixando-se no país, colaboraram diretamente com os pesquisadores nacionais. Pelo fim do Império, a situação mudara bastante. Exploradores brasileiros se entregavam a trabalhos de campo e cientistas de laboratório à interpretação de material recolhido aos museus. Por sua vez, o público letrado tomava interesse maior pelo aborígine, já não como simples figura literária, mas como objeto de estudo. Prova disso foi o êxito da grande Exposição Antropológica realizada no Museu Nacional em 1882.

CAPÍTULO VII

VIAJANTES E NATURALISTAS

Início das explorações científicas

O INÍCIO das grandes explorações científicas do Novo Continente data verdadeiramente da memorável viagem de estudos levada a efeito pelo sábio germânico Alexandre Humboldt nos primeiros anos do século passado (1799-1804), em companhia do Botânico francês Aimé Bonpland. Depois de percorrer vários países da costa pacífica, viu-se aquele genial reformador da Geografia impedido de realizar o seu intento de ultrapassar as cabeceiras do Orenoco e penetrar em território brasileiro, que a isso terminantemente se opôs o suspeitoso Governo de Portugal. Esse sério contratempo não iria impedir, todavia, que o grande Geógrafo e Naturalista, finda a sua viagem, continuasse a se interessar por tudo quanto pudesse contribuir para o conhecimento do meio físico e dos produtos naturais de um país que continuava tão avaramente fechado à curiosidade dos povos mais adiantados. Pois, como veremos adiante, foi ele, direta ou indiretamente, o inspirador de muitas das expedições naturalísticas empreendidas no Brasil por viajantes estrangeiros, assim que as mudanças da política européia tornou isso possível. Sob esse ponto de vista, acontecimento decisivo foi a transmigração da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro (março de 1808), pouco antes de haverem as tropas napoleônicas comandadas por Junot invadido Lisboa, levando a efeito, entre outros atos de guerra, o saque do Museu da Ajuda, onde se achavam guardadas as coleções levadas do Brasil por Alexandre Rodrigues Ferreira, coleções que Etienne Geoffroy Saint-Hilaire, auxiliado pelo seu preparador Pierre-Antoine Delalande, se apressou em levar para Paris, com os manuscritos correspondentes.

Em decorrência da vinda da Família Real, transferiram-se para o nosso país as representações consulares das principais nações com que Portugal mantinha relações comerciais e diplomáticas, trazendo até nós

muitas personalidades destacadas no domínio da inteligência, e por isso mesmo altamente interessadas nas questões referentes ao meio físico de uma região para elas inteiramente nova e sabidamente bem dotada pela natureza. A esse respeito merece menção, antes de qualquer outro, o Barão Heinrich von Langsdorff, Cônsul da Rússia, de quem nos ocuparemos a seguir.

O Barão de Langsdorff

Apenas formado em Medicina, ofereceu-se a Longsdorff a oportunidade de ir para Portugal, onde permaneceu o tempo bastante para familiarizar-se com o idioma local e tomar-se de particular interesse pelos outros lugares em que era ele falado. Uma breve visita à Ilha de Santa Catarina (dezembro de 1803), como naturalista da viagem à volta do Mundo empreendida pela Rússia sob o comando do Capitão A. Krusenstern, e a forte impressão que lhe ficou desse primeiro contato com a exuberante natureza dos trópicos incutiram-lhe no ânimo o desejo de voltar ao Brasil, levando-o a pleitear mais tarde o lugar de Cônsul daquele país, o que efetivamente conseguiu, como recompensa aos bons serviços já prestados no campo da Botânica e da Entomologia. Fixando residência no Rio de Janeiro (outubro de 1813), mostra-se Langsdorff incansável na coleta de objetos histórico-naturais, com que em breve constitui verdadeiro museu, repartindo também uma parte de seus tesouros com as instituições européias e os colegas que o visitavam. Fazendo de sua casa agradável centro de reunião para os cientistas estrangeiros, esforçava-se por estimulá-los e auxiliá-los na realização de seus projetos. Mais do que isso, deve-se a Langsdorff a vinda de dois jovens compatriotas seus, aos quais muito ficaria devendo, nessa fase pioneira, o levantamento da riqueza dos nossos campos e matas em flora e fauna: Georg W. Freyreiss e Friedrich Sellow. Chegando ao Rio de Janeiro, aquele em meados de 1813, e este em começos de 1814, ocuparam-se ambos, a princípio, da coleta de espécimens nas regiões próximas, dedicando-se o último principalmente à Botânica, enquanto o primeiro tinha as suas vistas voltadas quase exclusivamente para a Zoologia. O produto dessas excursões ia sendo quase todo remetido para a Europa, em pagamento de compromissos ali assumidos com entidades particulares e instituições, entre as quais merecem referência especial o Naturalista inglês Joseph Banks, financiador da viagem de Sellow, e o Museu de Berlim. Muito breve (junho de 1814), teve Freyreiss a oportunidade de empreender uma excursão de longo raio, aceitando o oferecimento do mineralogista W. von Eschwege numa de suas idas a Minas Gerais, como Diretor das minas de ouro de Vila Rica. É dos mais interessantes e instru-

tivos o relatório que nos deu dessa primeira viagem, cuja divulgação só modernamente foi feita, graças à sua tradução em nosso idioma, devida a A Loefgren. Animado por essa experiência, Freyreiss não teve dúvida em aceitar no ano seguinte o convite feito, a ele e a Sellow, pelo Príncipe Maximiliano von Wied-Neuwied, para acompanhá-lo na primeira grande expedição científica de um estrangeiro através dos nossos sertões. Privado de seus dois auxiliares, só em fins de 1816 teria o Cônsul russo ocasião de afastar-se do Rio de Janeiro, aproveitando a companhia do Botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, que escolhera Minas Gerais como início de uma longa peregrinação pelo nosso interior. Em Itajuru (fevereiro de 1817), após duas semanas de permanência em Vila Rica, como hóspedes de Eschwege, desliga-se Langsdorff de seus companheiros, voltando ao Rio de Janeiro, onde em breve se encontra com os naturalistas da comissão austro-bávara, que em sua recém-adquirida fazenda da Mandioca, situada na encosta da Serra da Estrela, encontraram lugar adequado para se reunir e amadurecer os seus projetos. Em 1819 faz Langsdorff uma viagem à Europa, no intuito de estreitar relações com os colegas e instituições com os quais costumava corresponder-se e, particularmente, com o Museu de Berlim, ao qual ofereceu as coleções entomológicas por ele feitas no Brasil, durante sete anos; mas o seu objetivo principal era induzir o Czar Nicolau I a confiar-lhe o desempenho de uma grande viagem científica pelo nosso interior, nos moldes das realizadas pela comissão a que há pouco se fez referência. Isso conseguido, já em 1822 se achava Langsdorff de volta ao Brasil, trazendo como assistentes o Astrônomo Rubzoff, o Zoólogo e Naturalista-Colecionador E. Ménétriès e o Pintor Moritz Rugendas,[1] aos quais veio juntar-se, no Brasil, o Botânico Ludwig Riedel, chegado já no ano anterior, a convite de Sellow. Tendo-se demorado no Rio de Janeiro, só em começos de 1824 deu o Cônsul russo início às viagens, partindo com os seus companheiros para Minas Gerais, e alcançando, no fim daquele ano, o arraial do Tijuco (atual Diamantina), onde deu por finda a excursão. Chegando ao Rio, desligam-se da comitiva Rugendas e Ménétriès, que regressam à Europa; esse último leva o material coligido até então para o Museu de São Petersburgo, onde consegue colocação e, afora trabalhos de Entomologia, sua principal especialidade, publica o primeiro estudo monográfico sobre os pássaros da família dos Formicariídas, uma das mais características e importantes da avifauna

[1] Voltando mais tarde (1831) ao Brasil, por conta própria, celebrizar-se-ia Rugendas como um dos maiores pintores de paisagens e tipos do Brasil.

neotrópica. Para substituir esses auxiliares, além do jovem Zoologista Christian Hasse, foram contratados Amado Adriano Taunay, com grande experiência adquirida na viagem circunavegatória de L. Freyeinet, como Desenhista-chefe e, como segundo Desenhista, Hercules Florence, que viria a ser, mal ou bem, o cronista da expedição. Com o objetivo de alcançar a Amazônia, escolhendo a rota fluvial utilizada pelas monções, em setembro de 1825 sai do Rio de Janeiro a comitiva completa com destino a Santos, seguindo dali rumo a Porto Feliz, com passagem por Ipanema, cujas forjas os expedicionários visitam como hóspedes de Fred. A. de Varnhagen. Chamado urgentemente ao Rio, para ali seguiu o Cônsul russo, deixando a Riedel a responsabilidade da expedição, que só em meados do ano seguinte (julho de 1826) prosseguiria Rio Tietê abaixo, desfalcada embora de um de seus membros, o Zoólogo Hasse, que resolveu, por motivos particulares, ficar em Porto Feliz. Desde então, maus fados passaram a conspirar contra o êxito do empreendimento, cujo chefe denotava crescente desequilíbrio das faculdades mentais, desgostando com isso os seus subordinados. Como conseqüência, em Cuiabá dividiu-se a comitiva em dois grupos, resolvendo Taunay e Riedel alcançar o Rio Guaporé, para descer o Rio Madeira, enquanto os restantes companheiros, Langsdorff inclusive, se dirigiam para Diamantino, no propósito de alcançar o Rio Amazonas, descendo o Rio Arinos e continuando pelo Rio Tapajós. O programado encontro das duas turmas em Barra do Rio Negro não pôde efetuar-se, mercê da necessidade de apressar o regresso do chefe da expedição, que, à vista de seu estado, foi levado para Santarém, onde afinal se reuniram os sobreviventes da empresa, tanto mais infortunada quanto Taunay morrera afogado no Rio Guaporé, ao tentar transpô-lo, a nado, sob violenta tempestade (5 de janeiro de 1828), e Rubzoff sucumbira no Arinos, vitimado pelo beribéri. Todos esses reveses explicam o fato de terem sido quase nulos praticamente os resultados científicos do custoso empreendimento; salvaram-se apenas, além da notícia redigida por H. Florence, uns tantos exemplares zoobotânicos que Riedel trouxera consigo em sua viagem de Belém para o Rio de Janeiro, acompanhando Langsdorff (1839). Este, levado imediatamente para a Europa, ainda sobreviveria 23 anos, sem jamais recuperar o uso da razão.

Principe Maximiliano de Wied

Um dos naturalistas que ficaram a dever a A. Humboldt a escolha do Novo Mundo para campo de suas pesquisas é o Príncipe Maximiliano von Wied-Neuwied. Oriundo de velho tronco da nobreza renana, cujos membros se distinguiram, antes de tudo, na carreira das armas ou da administração, foi ele o primeiro a asso-

ciar aos dotes artísticos, também comuns em muitos membros da família, a inclinação para o estudo e o gosto pela ciência. Sob a influência de mestres esclarecidos, entre os quais o grande Antropologista J. Fried. Blumenbach, seu interesse maior voltou-se para a Geografia e as ciências da Natureza, por amor às quais decidira correr mundo, renunciando às glórias da vida militar, em que se iniciara com brilho. Como fosse o Brasil um país "cuja situação prometia rica messe às pesquisas, depois de haver estado até aquele momento tão rigorosamente fechado a quem quisesse percorrê-lo e estudá-lo",[2] escolheu-o de preferência a qualquer outro. Chegando ao Rio de Janeiro em julho de 1815, já no mês seguinte, assistido pelos seus auxiliares Freyreiss e Sellow, pôs-se a caminho, atravessando a baía da Guanabara e seguindo em direção ao norte, no propósito de percorrer toda a faixa oriental litorânea, em muitos pontos de todo inexplorada e povoada de indígenas, aos quais procurou conhecer de perto, visitando-os, já mansos, nos aldeamentos, como São Lourenço, próximo de Praia Grande (hoje Niterói), São Pedro (nas imediações de Cabo Frio) e São Fidélis, ou estudando-os no recesso das matas em que levavam ainda a sua vida primitiva, como era o caso dos Puris do baixo Paraíba e dos Botocudos dos rios Doce e Jequitinhonha, índios dos mais temidos, sobre os quais até então praticamente nada se sabia. Desacompanhado de Sellow (novembro), que resolvera ficar em Vitória, continua rumo ao norte, transpondo o Rio Doce, antes de alcançar o Mucuri, onde estaciona mais de um mês, acampado em plena mata virgem; prossegue depois até Belmonte, entrando ali em contato com os Botocudos, sobre cujas características étnicas e modo de vida obtém documentação insubstituível. Em Ilhéus, "convencido de que nas montanhas do interior da capitania da Bahia haveria de encontrar produtos naturais e criaturas inteiramente diferentes das do litoral", transpõe as matas da costa, para atingir os campos gerais, nos limites da Bahia com Minas Gerais. É através do sertão baiano que realiza a última etapa da viagem, para alcançar a vila de Nazaré das Farinhas, situada já no Recôncavo, não longe da cidade do Salvador. Tendo notícia da rebelião que lavrava em Pernambuco, resolve cancelar a sua projetada ida para lá, partindo para a Europa (maio de 1817) e levando na bagagem o rico material naturalístico de que temos uma primeira notícia nas páginas de sua *Reise nach Brasilien* (1820-1821). Essa obra, merecidamente famosa pela objetividade das observações científicas que nela abundam, recomenda-se ainda pela bele-

[2] Assim está no original.

za dos cenários que descreve, e que seu autor, artista que era, soube também representar com o lápis e o pincel. No que tange à Zoologia, é de primeira ordem a contribuição fornecida peio Príncipe de Wied, bastando para atestá-lo quatro tomos de *Beiträge zur Naturgeschichte Brasiliens* (1825-33) e as primorosas estampas coloridas das *Abbildungen zur Naturgeschichte Brasiliens* (1822-31), seu complemento natural.

A expedição ao Brasil foi o ponto alto da carreira científica de Wied, pois, embora tivesse feito posteriormente uma viagem à América do Norte, com aquela ainda se preocuparia muitos anos mais tarde, publicando um pequeno volume de correções e adendos.

Friedrich Sellow

A obra de Friedrich Sellow como Naturalista Colecionador foi das mais consideráveis; difícil, porém, de ser apreciada pelos não especialistas em virtude da obscuridade criada em torno de seu nome, já pelo pouco caso com que foi tratado o imenso material zoobotânico por ele remetido para o Museu de Berlim, instituição a soldo da qual principalmente trabalhava, já pela falta de quem soubesse utilizar a parte que nos coube, em retribuição à pensão anual de 600$000 instituída por D. João VI em seu favor (abril de 1820). Sendo de todo impossível acompanhá-lo nas ininterruptas peregrinações empreendidas depois de ter-se separado de Wied, merece referência especial a longa viagem que, chamado especialmente do Salvador, iniciara em meados de 1818 na companhia de Ignace Olfers, Secretário da legação alemã chefiada por Flemming e, como ele, apaixonado naturalista. Nessa jornada, partindo do Rio de Janeiro em agosto de 1819, percorreram ambos o sul de Minas, com permanência mais demorada em Ouro Preto e São João del-Rei, para em seguida penetrarem na província de São Paulo, antes de alcançarem Ipanema e Porto Feliz, onde Olfers é chamado de volta, com urgência (junho de 1819). Continuando Sellow a excursionar sozinho até o começo do ano seguinte, o grosso do material coligido (só de aves mais de 1.500 exemplares) é levado para o Rio de Janeiro por Olfers e imediatamente despachado para a Europa. Seria longo enumerar as andanças todas de Sellow depois daí, bastando dizer que durante 10 anos continuou incansável em suas atividades de viajante-colecionador. Levando-o, certa vez (1821-23), até Montevidéu e Buenos Aires, permitiram-lhe elas percorrer em sucessivas excursões todo o Sul do Brasil, antes que ele se passasse para Minas Gerais (meados de 1830), onde morreria afogado (outubro de 1831), ao banhar-se próximo a uma corredeira do Rio Doce. Sobem a muitas centenas os exemplares remetidos por Sellow para o Museu de Berlim no ano de 1831; embora sua especialidade fosse a

Botânica (12.000 números), e por isso devesse a parte relativa às plantas merecer maior atenção da parte do colecionador, a Zoológica em nada lhe ficaria inferior, contando-se nela, segundo fonte insuspeita, 263 peles de mamíferos e 5.457 de aves, 110.000 insetos, inúmeros ninhos e ovos de aves, esqueletos, moluscos, sem falar nos peixes, anfíbios, peças anatômicas e vermes, conservados em álcool. De amostras geognósticas, mais de 2 mil.

Georg W. Freyreiss

As coleções organizadas por Freyreiss tiveram destino vário, perdendo-se, pelo menos, três remessas feitas de Vitória e Caravelas (no decurso de março de 1817) ao Museu de Berlim. Mais felizes, todavia, foram os lotes enviados da capital da Bahia (2 mil aves, 8 mil insetos) durante o período de mais de um ano que ali passou (começou de 1817 a meados de 1818), deixando a companhia de Wied. Em breve, porém, desinteressar-se-ia o museu berlinense de receber mais material da referida zona, entrando então Freyreiss em correspondência com outras instituições européias, especialmente as da Suécia, graças à mediação do Cônsul-Geral desse país, Lourenço Westin, constante protetor dos viajantes-naturalistas que no Brasil aportaram no começo do século passado, e grande amigo de nosso país. Freyreiss viveu seus últimos anos como agricultor, falecendo em abril de 1825, perto de Viçosa, na Colônia Leopoldina, núcleo agrícola por ele próprio fundado, com vistas aos seus compatriotas, e, pensando neles, publicou também interessante folheto intitulado *Beiträge zur naeheren Kenntnis Brasiliens,* hoje muito raro.

Pierre A. Delalande

Em 1816 (1º de junho), enviado pelo Governo francês, chegava ao Brasil, como embaixador extraordinário, o Duque Montmorency-Luxembourg, trazendo em seu séquito os jovens Naturalistas Pierre-Antoine Delalande (1787-1823), assistente de Etienne Geofroy Saint-Hilaire e seu colaborador na pilhagem dos museus de Lisboa ordenada por Junot (1808), e Auguste Prouvençal de Saint-Hilaire (1779-1853), com apenas 17 anos de idade, mas já reputado como botânico. Interessado exclusivamente pelo estudo da fauna, foi relativamente curta a permanência de Delalande entre nós, visto que, ao cabo de alguns meses, voltava para a Europa com o Embaixador. Entretanto, sem se afastar do Rio de Janeiro, foi extraordinariamente bem-sucedido nas coletas levadas a efeito nas matas do Corcovado e outras, enriquecendo-se o Museu de Paris de inúmeras espécies até então desconhecidas da ciência, inclusive muitos beija-flores, todas elas imediata e competentemente descritas por L. P. Vieillot (1748-1831), especialista dos que mais contribuíram para o progresso da Zoologia sistemática relativa ao Novo Mundo.

Auguste Pr. de Saint-Hilaire

Ao contrário do seu companheiro, Saint-Hilaire deixou-se ficar entre nós, disposto a realizar um largo programa de viagens fadadas a fazê-lo um dos sábios que mais serviços prestariam ao Brasil, não apenas no campo restrito da exploração naturalística, como também no referente ao aspecto dos lugares e condições sociais das populações com que entrara em contato. Sem falar numa excursão de curto raio realizada na então Capitania do Rio de Janeiro, com o fito de conhecer os índios de Ubá, três foram as grandes viagens que empreendeu, assumindo o encargo de colecionar não só plantas, como animais, na preparação dos quais teve a auxiliá-lo, no começo, o empregado francês Ives Prégent e, mais tarde, por morte desse último, um índio de nome Firmiano. Na primeira viagem, tendo como companheiros o Barão de Langsdorff e o Botânico brasileiro Antônio Ildefonso Gomes (1794-1859), parte Saint-Hilaire do Rio de Janeiro (7 de dezembro) com destino a Vila Rica, onde é recebido por Eschwege. Prossegue depois para o norte, passando por Mariana, Itajuru (de onde Langsdorff volta para o Rio de Janeiro) e outras localidades, para alcançar a Vila do Príncipe (abril de 1817); aí se detém alguns dias antes de se dirigir para Minas Novas (maio), a caminho de São Miguel, no Rio Jequitinhonha, e ali visitar os Botocudos, em suas matas; volve então para oeste, até atingir o Rio São Francisco (agosto) e mais adiante o arraial do Tijuco (setembro), que deixa após quatro semanas de permanência, iniciando a viagem de volta, para chegar ao Rio de Janeiro (março de 1818) ao cabo de quinze meses de ausência. Faz então a sua primeira remessa de material para o Museu de Paris, juntamente com duas memórias sobre Botânica. Decorridos cinco meses, empreende St.-Hilaire a sua segunda viagem, percorrendo o norte do Rio de Janeiro e o sul do Espírito Santo, até Linhares (outubro), no Rio Doce, com passagem duas vezes por Vitória, de onde, via marítima, ao cabo de quatro dias, segue para o Rio de Janeiro, levando o que constituiria uma nova remessa de material zoobotânico. A terceira viagem, de todas a mais longa, compreende duas etapas bem distintas, na primeira partindo o nosso viajante do Rio de Janeiro (janeiro de 1819) rumo a Minas Gerais, cujo interior percorre de leste a oeste, até Paracatu, para alcançar o sul de Goiás, com destino a Vila Boa (junho), a atual cidade de Goiás. Muda em seguida de direção, transpondo o Rio Grande e continuando até São Paulo (outubro), onde acondiciona e deixa guardadas as suas coleções. Após um mês e meio de descanso na capital paulista, à época um burgo de 23.000 habitantes, segue para o interior, tomando o caminho do sul, com passagem por Ipanema e Itararé, e prosseguindo através dos atuais Estados do

Paraná, Santa Catarina (onde visita a ilha do mesmo nome) e Rio Grande do Sul, até transpor as nossas fronteiras meridionais e alcançar Montevidéu. Voltando ao Rio Grande do Sul, escolhe agora a via marítima para regressar ao Rio de Janeiro (setembro de 1821).

A essas três grandes jornadas de Saint-Hilaire resta acrescentar uma última, realizada com o fim expresso de trazer de São Paulo o material lá deixado, mas aproveitada também para nova excursão ao sul de Minas, até São João del-Rei. Tendo partido em janeiro de 1822, já em maio estava ele de volta do Rio de Janeiro, onde não tarda a embarcar para a Europa, levando consigo o restante das coleções, cujo total foi avaliado em 16 mil insetos, 2.005 aves (451 espécies) e 129 mamíferos (48 espécies), sem falar nos répteis, peixes, moluscos, num herbário de 30 mil números (7.000 espécies) e inúmeras amostras de minerais. É, todavia, de lamentar que Saint-Hilaire, mesmo no que se refere à Botânica, não tivesse tentado submeter esse material a um completo inventário taxonômico; com a parte zoológica, aconteceria algo ainda pior, pois a insuficiência de dados relativos à procedência e data de coleta impediu quase sempre que os especialistas da sistemática e da Zoogeografia pudessem utilizá-la como era de desejar. Em compensação, o itinerário dessas longas peregrinações descreveu-o Saint-Hilaire numa série de publicações, preciosas para o estudo do nosso passado e hoje facilmente acessíveis, graças às suas traduções para o vernáculo.

W. Swainson e Ch. Waterton

William Swainson, que aportou no Recife nos fins de 1816, foi, na frase justa de consagrado escritor, "um exemplo típico destes franco-atiradores da ciência que, animados no nobre intuito de contribuir para o progresso das ciências que afeiçoavam", puseram-se a percorrer terras estranhas, independentemente de qualquer ajuda oficial. Impedido, durante todo um semestre, de estender as suas peregrinações além dos arredores da cidade pela grave agitação política que passou à História com o nome de Revolução Pernambucana, em meados de 1817, parte ele para o interior, com destino a Penedo, no baixo São Francisco, de onde segue, em canoa, para a cidade do Salvador. Depois de excursionar em torno da Baía de Todos os Santos, detendo-se nas localidades e lugarejos que pareciam mais promissores às suas atividades de naturalista, embarca para o Rio de Janeiro (abril de 1818), onde se demora ainda alguns meses, antes de voltar para a Inglaterra, transportando consigo, em complemento das remessas feitas da Bahia, além de uma grande coleção de espécimes zoológicos e botânicos, grande número de desenhos e aquarelas de aves e insetos. Quanto era exímio no uso do

lápis e do pincel provam-no, entre outras, as obras que publicou sob o título de *Zoological Illustrations* (1820) e *Birds of Brazil*, essa última sem texto nem data. Pela mesma época (1816), esteve também em Pernambuco Charles Waterton, outro inglês apaixonado pelas ciências da Natureza; suas deambulações limitaram-se, porém, às cercanias do Recife e Olinda, cenário das observações registradas no livro que mais tarde publicaria sob o título de *Wanderings in South America* (Londres, 1825).

Expedição austríaca

Em meados de 1817 (13 de maio), o casamento da Arquiduquesa Maria Leopoldina, da Áustria, com D. Pedro de Alcântara, príncipe herdeiro do trono de Portugal, ensejou a vinda ao Brasil de um luzido cortejo de viajantes-naturalistas, como decorrência talvez do interesse de nossa futura imperatriz, estudiosa que era das coisas da História Natural, a Mineralogia principalmente. Suposição nada gratuita, visto que, como parte de seu séquito particular, trouxera D. Leopoldina uma pequena comitiva de artistas e homens de ciência, de que faziam parte, como Médico e Naturalista, Joh. Kammerlacher, como bibliotecário, *Rochus Schuch* (que, afazendando-se nas proximidades da Serra de Capanema, acrescentaria este nome ao de seus numerosos descendentes) e, como pintores, os paisagistas Frick e F. Frübeck. Além da Áustria, tomaram parte nas homenagens oficiais o Reino da Baviera e o Grão-Ducado de Toscana, cujos soberanos ligavam-se aos do império áustro-húngaro por laços de parentesco. Designados pela corte austríaca, participaram da expedição: Johann E. Pohl (1782-1834), Botânico e mineralogista, Joh. Christian Mikan (de Praga), Professor de Botânica, Joh. Natterer (1787-1843), Zoólogo, H. Schott, imperial jardineiro, D. Sochor, arcabuzeiro e caçador, Thomas Ender, pintor de paisagens, e Joh. Buchberger, desenhista de plantas; pelo Governo da Baviera, o Zoólogo Joh. B. v. Spix (1781-1826), e o Botânico Karl Fred. Phil. v. Martius (1794-1868); pelo de Toscana, Guiseppe Raddi, cuja maior preocupação era também a Botânica. A partida deste numeroso pessoal efetuou-se no curso de 1817, embarcando Pohl, Raddi e Buchberger em Livorno a 15 de agosto (no vaso de guerra *São Sebastião*), na mesma ocasião que a arquiduquesa (na almiranta *D. João VI*); vários meses depois que esses lhes haviam tomado a dianteira no porto de Trieste, divididos em duas turmas viajaram Mikan, Ender, Martius e Spix a 10 de abril (na fragata *Áustria*), seguindo Natterer, Schott e Sochor em outro navio (o *Augusta*). Ao chegarem ao Rio de Janeiro (respectivamente em 4 de novembro, 15 de julho e 1.º de setembro), os expedicionários breve se convenceram "de que uma viagem em comum, no interior do país, seria menos frutuosa para as observações

e coleções do que viagens isoladas", pelo que ficou resolvido que cada qual seguiria o rumo de sua preferência, tendo como companheiros os que parecessem mais bem indicados pelas circunstâncias. A princípio, porém, e a título de experiência, seriam feitas excursões de curto raio em torno do Rio de Janeiro. Mikan, Schott e Buchberger escolheram a região de Cabo Frio, sem conseguir, contudo, levar a bom termo o seu objetivo, forçados que se viram a regressar precipitadamente, em conseqüência do grave acidente sofrido por Buchberger, talvez ainda mais bisonho do que os colegas na arte de cavalgar. Ao voltar inválido para a Europa, em meados de 1818 (1º de junho), foram companheiros de viagem do infeliz artista Mikan, Ender e Raddi, encarregando-se o primeiro de cuidar das coleções contemporaneamente remetidas. Os resultados de suas excursões naturalísticas resumiu-os Mikan, numa obra magnificamente ilustrada, *Delectus Florae et Faunae Brasiliensis* (Viena, 1820), enquanto Ender legaria à posteridade uma série de pinturas, destinadas a figurar com destaque no documentário iconográfico do Brasil daqueles tempos. De Raddi pouca coisa nos ficou das excursões em que tomou parte, sabendo-se que numa delas, feita na Serra dos Órgãos, teve como companheiro W. Swainson; algumas das espécies que descreveu numa monografia intitulada *Di alcune specie nuovi de rittili i piante brasiliane* (Roma, 1819) são conhecidas de Ipanema, mas não há prova de que tenha alongado as suas peregrinações até o interior de São Paulo. De seu lado, preferiu Pohl dirigir-se para Angra dos Reis. Partindo do Rio de Janeiro em princípios de 1819 (15 de fevereiro), já estaria de volta após menos de dois meses de ausência (5 de abril), tendo-se detido, tanto na ida como na volta, em Sepetiba, onde confiou suas coleções a Natterer, que o recebera como hóspede. A excursão empreendida contemporaneamente por Natterer teve justamente como centro Sepetiba, localidade litorânea pouco distante do Rio de Janeiro, de onde o viajante partiu em começos de fevereiro, para só ao cabo de três meses (7 de maio) regressar, cedendo à necessidade de providenciar a primeira remessa do grosso do material zoobotânico reunido até ali pelos membros da expedição. Quanto a Spix e Martius, acederam ao convite que o Barão de Langsdorff lhes fizera para acompanhá-lo até à sua fazenda da Mandioca, situada na encosta da Serra da Estrela, à margem da estrada para Minas, tendo em volta a luxuriante mata tropical. Esta, trataram os visitantes de conhecê-la mais de perto, subindo a serra e continuando até às proximidades do velho Registro do Paraíba, para, em seguida, voltar à Mandioca, onde passam nova temporada, antes de voltar ao Rio de Janeiro, provavelmente em meados de agosto.

Spix e Martius

Concluídas essas primeiras excursões, era tempo de iniciar, quanto antes, as grandes viagens constantes do programa, obedecendo à conveniência de seguir itinerários diferentes, de maneira a cobrir a maior área possível do território a investigar. Foram os dois bávaros os primeiros a se lançarem à empresa, partindo do Rio de Janeiro em fins de 1817 (8 de dezembro), rumo à cidade de São Paulo, onde se demoram alguns dias, antes de seguirem para Ipanema (janeiro de 1818), cujas imediações exploram durante duas semanas, hospedados por Varnhagen, Diretor da Real Fundição de Ferro recentemente ali fundada. Dirigindo-se depois para Minas Gerais, alcançam em meados do ano Tijuco (Diamantina), com escala por São João del-Rei, Vila Rica (fevereiro) e Mariana, de onde saem em visita aos índios aldeados nos altos formadores do Rio Doce. Deixando Tijuco, dirigem-se para oeste, transpondo o Rio São Francisco em Salgado (agosto) e, dias depois, o Carinhanha, rumo à cidade do Salvador (10 de setembro), com escala por Caetité, Vila do Rio de Contas e São Félix. De Salvador fazem uma excursão a Ilhéus (dezembro), para estudar os índios (Camacãs) sediados nas redondezas e, na volta, conhecer novos lugares, entre os quais Itaparica e Feira de Santana (março de 1819). Partindo de Salvador, continuam rumo ao norte, fazendo escala em Vila Nova da Rainha (atual Bonfim) e Queimadas, antes de alcançarem Juazeiro, no rio São Francisco, e prosseguirem em demanda da distante São Luís, com passagem por Oeiras (maio) e Caxias (junho), no interior do Piauí a primeira, e no norte do Maranhão a segunda. Por via marítima, chegam a Belém em meados do ano (julho), onde se demoram cerca de um mês, para subirem depois o Rio Amazonas, até Ega (atual Tefé), no baixo Solimões, com paradas mais ou menos longas nas principais localidades ribeirinhas, como Santarém (setembro), Óbidos, Serpa e Barra do Rio Negro (outubro), hoje Manaus. Em Ega os dois viajantes momentaneamente se separam, resolvendo Spix continuar Rio Solimões acima, até Tabatinga (janeiro de 1820), na fronteira Brasil-Peru, com paradas nos pontos mais indicados para as coletas zoológicas, entre os quais a foz do Içá e São Paulo de Olivença. De volta a Manaus, sobe Spix o Rio Negro até Barcelos (21 de fevereiro) e, pouco depois, o Rio Branco, cuja baixa porção percorre, de canoa. Martius, de seu lado, subia o Japurá, até a cachoeira de Araraquara, nos limites com o Equador, para regressar, via Ega, a Manaus, onde vai novamente juntar-se ao companheiro para, juntos, fazerem uma excursão até o baixo Madeira, em visita aos índios Maués. Descem então o Rio Amazonas, até Belém, onde dão por finda a longa peregrinação, embarcando para a Europa em mea-

dos de 1820 (14 de junho). O histórico dessa expedição memorável, sob o título de *Reise in Brasilien*, veio a lume entre 1823 e 1831, havendo Spix falecido neste intervalo, após a publicação de várias importantes monografias, tais como *Simiarum et vespertilionum brasiliensium species novae* (Munique, 1823) e *Avium novae* (1824-1825), em que são descritas e representadas em estampas, pela primeira vez, mais de cem espécies de aves, de permeio com outras cuja validez não iriam confirmar estudos posteriores. O quase nada que até então se sabia da fauna amazônica e o desconhecimento completo da do Maranhão e do Piauí explicam a abundância dos descobrimentos feitos nesse terreno pelos dois viajantes bávaros. Anos depois, caberia a Louis Agassiz o estudo dos peixes, de que Spix havia reunido uma coleção das mais ricas. No que respeita a Martius, não têm conta os exemplares botânicos que colheu durante a jornada, dando-lhe com que se ocupar o resto da vida, sem prejuízo de suas funções de Professor universitário e Diretor do Jardim Botânico de sua cidade natal. Entre os numerosos trabalhos que publicou como resultado de suas observações, alguns deles atinentes à Etnografia e à História do Brasil, avulta o estudo monográfico das palmeiras, obra ornada de quase 250 pranchas coloridas; seu maior título de glória reside, porém, no começo da publicação da *Flora Brasiliensis*, obra sem similar na fitografia mundial, na feitura de cujos 40 volumes infólio, profusamente ilustrados, colaboraram, no espaço de muitos decênios, nada menos de 60 especialistas das nações mais adiantadas no ramo. Sobrevivendo 40 anos ao seu antigo companheiro de jornada, teve Martius a satisfação de colher em vida os frutos de seu esforço, continuando até a morte (1870) grande amigo do Brasil e admirador apaixonado de nossa Natureza.

Emanuel Pohl

A grande viagem de Pohl pelo interior do Brasil iniciou-se nove meses depois da dos naturalistas bávaros. Partindo do Rio de Janeiro no segundo semestre de 1818 (8 de setembro), pela velha estrada dos mineiros, e detendo-se alguns dias na Fazenda da Mandioca, continuou serra acima, quase sem interrupção, até alcançar, já em Minas Gerais, São João del-Rei (16 de outubro), onde descansa uma semana, antes de prosseguir em direção a Paracatu, com destino a Vila Boa (atual cidade de Goiás), onde chega em começos de 1819 (23 de janeiro). Durante cerca de dois meses percorre as regiões circunjacentes, para depois alcançar Porto Real (23 de agosto) e aproveitar aí a oportunidade de navegar o trecho do Rio Tocantins que lhe fica a montante. De volta a Vila Boa (5 de dezembro) vê-se retido vários meses pela estação chuvosa, após a qual deixa definitivamente a capital goiana (15 de abril

de 1820), para retornar a Minas Gerais, com destino às minas de chumbo de Abaeté, que consegue visitar, colhendo muitas amostras mineralógicas. Encaminhando-se para o Rio São Francisco, transpõe-no ao nível do arraial da Barra do Rio das Velhas (23 de julho), depois de haver percorrido largo trecho ao longo de sua margem esquerda, passando pelo salto de Pirapora; dirige-se depois, numa jornada de 58 léguas, para a Vila do Fanado (Minas Novas), pouco distante do Rio Jequitinhonha, que alcança em São Miguel, para descê-lo, em canoa, até a primeira grande cachoeira, tendo nesse trajeto muitas ocasiões para observar, em suas matas, os índios Botocudos; retorna então ao Fanado, cujos arredores investiga, antes de seguir para Vila Rica (dezembro), onde se detém cerca de dois meses, na companhia de Eschwege. Em começos de 1821 (26 de fevereiro) acha-se de novo no Rio de Janeiro, dando por finda a penosa jornada cujo roteiro não tardaria a descrever nos dois alentados volumes de sua *Reise in Brasilien* (Viena, 1937). Embora fosse inicialmente a mineralogia, a par da descrição topográfica, o objetivo principal de suas investigações, a prematura partida de Mikan para a Europa forçou Pohl a encarregar-se também das coleções botânicas, assunto em que fez, como ele próprio diz, "o que permitiram as minhas forças", obtendo o suficiente para publicar importantes contribuições sobre a nossa flora, destacando-se, entre todas, pela pompa das ilustrações, *Plantarum Brasiliae icones et descriptiones hactenus ineditae* (Leipzig, 1927-1931). No ramo zoológico, que não lhe fora confiado, levou apenas o que o acaso lhe ofereceu; mas, infelizmente, não encontrou quem, mais tarde, se interessasse devidamente pelo estudo desse material.

Johann Natterer

Como aos demais membros da expedição austríaca, era de dois anos o prazo inicialmente concedido a J. Natterer para a realização de sua viagem pelo interior do Brasil; entretanto, não se conformando com isso, resolveu o zoólogo solicitar autorização para ultrapassar aquele prazo, tão vasto e rico se lhe apresentava o campo a explorar. Foi assim que, depois de três meses passados em Sepetiba (fevereiro a maio de 1818), voltou a colecionar nos arredores do Rio de Janeiro, até receber o consentimento para encetar a grande jornada pelo Brasil Central e Amazônico, em que gastaria mais de três lustros, tornando-se, na frase de um de seus mais insuspeitos biógrafos, "o maior, isto é, o mais zeloso e o mais fecundo colecionador zoológico que pisou a América do Sul". Partindo do Rio de Janeiro em fins de 1818 (2 de novembro), em companhia de Sochor, dirige-se para o Sul, chegando a São Paulo no começo do ano seguinte (12 de janeiro) com o material coli-

gido em nada menos de 25 estações, tendo sido a de Mato-Dentro, perto de Taubaté, aquela em que mais se demorou (25 de novembro a 31 de dezembro). Após duas semanas de permanência na capital paulista, ruma para Ipanema, tornada sob a franca hospitalidade de A. Varnhagen, administrador das minas, a Meca dos naturalistas de então. Decorridos quase um ano e meio de atividade colecionadora, apenas interrompida por breve viagem a São Paulo, deixa Ipanema (julho de 1820) com destino a Curitiba (outubro a dezembro), detendo-se, porém, em todos os pontos intermediários mais importantes e alongando depois a jornada até Paranaguá (dezembro), de onde, via marítima, volta ao Rio de Janeiro (fevereiro de 1821). A viagem seguinte leva-o novamente a Ipanema (setembro), agora ponto de partida de extensa peregrinação, que o levaria, através do norte de São Paulo, oeste de Minas e sul de Goiás, até Cuiabá, onde se demora nada menos de um ano e meio (dezembro de 1823 a junho de 1825), antes de continuar em direção ao norte, até Vila Bela de Mato Grosso (outubro de 1826), no Rio Guaporé, com paradas mais ou menos longas em numerosas localidades, entre as quais Vila Maria (atual Cáceres), no alto rio Paraguai. Sua permanência em Vila Bela é interrompida pela longa excursão que o leva, fazendo em sentido inverso o mesmo itinerário, novamente a Cuiabá (outubro de 1827 a janeiro de 1828), de onde retorna ao Rio Guaporé, para descê-lo de canoa até sua foz, e continuar Rio Madeira abaixo até Borba, cujas cercanias explora com êxito durante vários meses (novembro de 1829 a agosto de 1830), antes de passar-se para o rio Amazonas e alcançar Barra do Rio Negro (setembro). Na subida desse grande afluente do Amazonas, pontilhando-a embora de inúmeras paradas, despende pouco mais de dois meses para chegar à fortaleza de Narabitamos, onde se detém alguns dias (16 de janeiro a 4 de fevereiro de 1831), antes de transpor nossa fronteira com a Venezuela e alcançar São Carlos, pouco além da foz do Cassiquare. Na viagem de volta, demora-se três meses em Marabitanos (fevereiro a maio de 1831), seguindo ao depois para Barcelos, onde só chega em começos de agosto, depois de haver percorrido a porção baixa dos rios Xié, Içana e Vaupés, três altos afluentes da margem ocidental do alto Rio Negro. A subida do Rio Branco é feita quase sem interrupções até o Forte de São Joaquim, que utiliza como base durante quase seis meses (dezembro de 1831 a maio de 1832) na exploração das regiões adjacentes, antes de seguir águas abaixo, para alcançar, de novo, a Barra do Rio Negro. Após quase dois anos (agosto de 1823 a julho de 1825) despendidos na exploração do baixo Rio Solimões e outras adjacências, desce o Ama-

zonas, para chegar a Belém (setembro), de onde, após excursionar ainda pelos lugares próximos, como a Praia de Cajutuba, segue de volta para a Europa, em fins de 1835 (15 de setembro). Sem falar no cuidado extremo que o infatigável Zoólogo punha na preparação de seus exemplares e no registro de tudo quanto era essencial para o seu estudo científico, como procedência, data de coleta, sexo, colorido das partes que não resistem à conservação etc., pode-se fazer idéia do vulto do material naturalístico remetido por Natterer para o Museu de Viena, como fruto de sua longa peregrinação pelo Brasil, sabendo-se que, abstração feita dos insetos e invertebrados outros, faziam parte dele nada menos de 12.293 exemplares de aves (representando cerca de 1.200 espécies), 1.146 de mamíferos e 3.349 de anfíbios e peixes. Era intenção do colecionador utilizar ele próprio esse acervo em trabalhos de envergadura; mas, arrebatado pela morte aos 56 anos de idade, teve de confiar a outros essa grande tarefa, cabendo a August v. Pelzeln, assistente do Museu de Viena, publicar o inventário completo dos mamíferos e das aves, nas obras intituladas, respectivamente, *Brasilische Säugethiere* (Viena, 1883) e *Zur Ornithologie Brasiliens* (idem, 1868-1870). Desgraçadamente, em 1848, um incêndio destruiu o edifício do Museu de Viena e, com ele, os manuscritos de Natterer, salvando-se apenas fragmentos do diário que só foi possível recompor recorrendo às etiquetas apensas aos exemplares. Muitos destes, por venda ou permuta, foram enriquecer outras instituições européias, entre elas o Museu Britânico, que os registra em seus inestimáveis catálogos.

Peter W. Lund

O dinamarquês Peter Wilhem Lund, para fugir, a conselho médico, ao clima frio de sua pátria, visitou por duas vezes o Brasil, acabando por fixar residência definitiva em Lagoa Santa, humilde lugarejo situado à margem do Rio das Velhas (sul de Minas Gerais), tornado célebre pelas pesquisas que garantiriam ao referido naturalista o título de fundador da paleontologia brasileira. Em sua primeira viagem chegou Lund ao Rio de Janeiro em fins de 1825 (8 de dezembro), indo pouco depois para Niterói, cujos arredores estuda do ponto de vista da História Natural. Mudando-se ao cabo de seis meses para o Rio de Janeiro (março de 1826), transfere-se no ano seguinte para Nova Friburgo, que utiliza como base para repetidas excursões, visitando localidades mais ou menos distantes, como Macaé (abril de 1828) e Cantagalo (julho), e alcançando o Rio Paraíba, de onde retorna ao Rio de Janeiro (setembro). Tendo seguido para a Europa em começos de 1829, já em 1833 (19 de janeiro) estava de volta, disposto a prosseguir em suas excursões, alargando-lhes agora o âmbito. É assim que, ao cabo de alguns

meses, em companhia de Luís Riedel, deixa o Rio de Janeiro (12 de outubro), pondo-se a caminho em direção a São Paulo (dezembro), para alcançar Campinas (janeiro de 1834); desta cidade, após uma excursão a Ipanema (março), ruma para o sudoeste de Minas Gerais, tocando nas principais cidades situadas nesse trajeto (Araraquara, Batatais, Franca), até chegar a Uberaba (julho); continua, fazendo escala em Catalão, Paracatu e Abaeté, para atingir o Rio São Francisco (outubro), que transpõe. Mudando agora de rumo, alcança Mariana e, finalmente, Lagoa Santa (maio de 1835), de onde não mais se afasta até a data de seu falecimento, em meados de 1880 (5 de maio). Em sua segunda viagem ao Brasil, trouxera Lund do Governo da Dinamarca, ao que se diz, a incumbência de formar grandes coleções da flora e fauna brasileiras, com vistas à fundação de um museu de História Natural, em Copenhague. No desempenho dessa missão é que, além de investigar as jazidas fossilíferas da região calcária do Rio das Velhas, realizando nesse campo os inúmeros descobrimentos paleontológicos que são o seu maior título de glória, ocupou-se ao longo de todo o trajeto da coleta de espécimes zoobotânicos. Dedicando carinho especial à avifauna, foi nessa área grandemente auxiliado durante muitos anos pelo seu patrício J. Reinhardt, chegado a Lagoa Santa, a seu convite, em 1847. É deste último a extensa monografia que serviria de base para o estudo da avifauna dos campos do Brasil Central, vinda à luz em 1870, em dinamarquês. Deve-se também a Lund a vinda ao Brasil de Eugene Warming (1863), que, então muito moço, fez-lhe companhia durante três anos, durante os quais reuniu as observações e colheu os elementos que fariam dele um nome célebre no estudo das plantas em suas relações com o meio ambiente, inspirando-lhe a criação, na ciência dos seres vivos, de um ramo bem definido, a que dera o nome, hoje consagrado, de Ecologia.

Alcide d'Orbigny

Muito pouco interessa ao Brasil a grande expedição de Alcide d'Orbigny, realizada entre 1826 e 1833, por incumbência do Museu de História Natural de Paris; tendo percorrido o Uruguai e quase toda a República Argentina, inclusive a Patagônia, depois de visitar o Chile e o Peru, deteve-se longamente na Bolívia, de onde se passou para a região do Brasil com ela confinante, descendo o Rio Guaporé e alcançando o Rio Madeira. Embora fossem a Geografia e a constituição geológica dos solos a principal finalidade do empreendimento, deste colheram também grandes frutos a Zoologia e a Botânica, graças ao número considerável de exemplares coligidos, muitos deles em solo brasileiro. Apesar de pouco se ter demorado no Rio de Janeiro, ponto em

que aportou antes de seguir, via marítima, para o Rio da Prata é relativamente extensa a parte dedicada à descrição da referida cidade em sua volumosa *Voyage dans l'Amérique Méridionale* (Paris, 1834-1847).

E. Poeppig

Semelhante ao de d'Orbigny é o caso de Eduard F. Poeppig que, principalmente como Botânico, desceu o Rio Amazonas desde os seus altos formadores, no Peru, até Belém, como última etapa de uma extensa jornada de cinco anos (1827-1832) ao longo do ocidente da América do Sul, inclusive o Cabo Horn. Essa viagem científica inclui-se entre as que resultaram mais profícuas para a história natural dos países visitados, concorrendo também para isso a série de estampas desenhadas pelo próprio viajante e anexadas à sua *Reise in Chile, Peru und auf dem Amazonenstrome* (Leipzig, 1835-1836)

Theodore Descourtilz

Consta que J. Theodore Descourtilz chegou ao Brasil por volta de 1830, depois de haver residido em alguma das Antilhas francesas. Os seus méritos como desenhista superam, de muito, aqueles a que faz jus como Ornitólogo, devendo-se-lhe, não obstante, uma *Ornithologie brésilienne*, merecidamente famosa pela magnificência das estampas coloridas, e duas obras sobre os nossos beija-flores, ambas só dadas a estampa em data recente. Depois de ter exercido durante muitos anos o cargo de Naturalista-viajante de nosso Museu Nacional, veio a falecer no Estado do Espírito Santo, no desempenho deste mister (13 de janeiro de 1855).

Charles Darwin

Charles Robert Darwin, o grande Naturalista cujos trabalhos tão profunda influência exerceram não só nos estudos biológicos, como no próprio pensamento filosófico dominante na segunda metade do século passado, assinalou o início de sua carreira com a grande viagem de circunavegação a bordo do navio *Beagle* (1831-1836), em que teve a oportunidade de perlustrar alguns pontos do solo brasileiro, colhendo as observações que iria registrar em seu *Journal of Researches* (Londres, 1835) e seriam preciosas na fundamentação de suas teorias sobre a origem e a evolução das espécies. Depois de passar mais de duas semanas em Salvador (março de 1832), aportou na Rio de Janeiro, para aí demorar-se nada menos de três meses (4 de abril a 5 de julho), aproveitados em repetidas excursões, algumas das quais o põem em contato com a nossa selva tropical. De volta à Inglaterra, ao cabo de um périplo de cinco anos, ventos contrários fizeram com que tocasse passageiramente no Recife (agosto de 1836) e observasse ali as formações coralíneas que margeiam a costa.

George Gardner

Em meados de 1836 (23 de julho) chega ao Rio de Janeiro o Botânico e Zoólogo inglês George Gardner (1812-1849), que no espaço de cinco anos percorreria quase todo Brasil este-setentrional, colhendo espécimes, observando os lugares e estudando as populações no que elas lhe pareciam ter de mais característico e interessante. Tendo despendido mais de ano em excursões pelos arredores da cidade ou em viagens pelo interior da então província, parte depois para o norte, tocando na Bahia, Alagoas e Pernambuco, antes de seguir para o Ceará, e aí internar-se no sertão, até alcançar o Piauí, onde toma o caminho do sul, atravessando Goiás e Minas Gerais, para chegar novamente ao Rio de janeiro. Depois de visitar o Maranhão, por via marítima, volta para a Inglaterra em meados de 1841, levando, com as notas necessárias à composição de seus *Travels in the Interior of Brazil*, copiosa bagagem naturalística, de que fazia parte um herbário com 3 mil espécies botânicas.

Francis Castelnau

Tendo como principal objetivo estudar a fundo a bacia amazônica e verificar a possibilidade de estabelecer comunicação direta das suas águas com as do Rio Paraguai, chega em meados de 1843 (17 de junho) ao Rio de Janeiro a grande expedição científica francesa dirigida por Francis Castelnau, trazendo como principais auxiliares o Zoólogo e preparador E. Deville, o Botânico H. A. Weddel e o Engenheiro Eugene d'Osery. Ao cabo de quatro meses despendidos em observações na cidade e seus arredores, seguem os expedicionários para Minas Gerais (12 de outubro), tendo agora como companheiro e guia o Botânico brasileiro Ildefonso Gomes. Seguindo a rota costumeira, e fazendo pouso ou estação nas várias localidades marginais (Juiz de Fora, Ouro Preto, Sabará etc.) transpõem os rios São Francisco (janeiro de 1844) e Paranaíba, para chegar à cidade de Goiás (19 de abril), de onde empreendem uma longa excursão, em que navegam longo trecho dos rios Araguaia e Tocantins, para conhecer os índios Xavantes. De Goiás seguem para Cuiabá (dezembro), para, em seguida, demandar o Rio Paraguai, que descem até Assunção, antes de, fazendo caminho inverso, alcançar Vila Maria e, dali, por terra, Vila Bela de Mato Grosso, no Rio Guaporé. Deixando pouco depois o solo brasileiro, internam-se na Bolívia, para alcançar o Peru, até Lima, onde se demoram dilatado tempo, ocupados em pesquisas históricas. A descida do Rio Amazonas, destinada a ser a última etapa da viagem, foi impedida por duros reveses, que custaram a vida de Osery, às mãos dos índios, e por pouco acarretariam o mesmo fim aos demais membros da expedição, comprometendo irremediavelmente os seus resultados. Esses, apesar das perdas sofridas em material e documen-

tos, foram dos mais brilhantes, como o atestam os 15 volumes da *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud* (Paris, 1850-57), seis dos quais se ocupam da história da viagem, minuciosamente narrada por Castelnau, com abundância de pormenores geográficos e naturalísticos. A Botânica é tratada em dois volumes por H. Weddel, e a Zoologia, limitada embora aos "animais raros colhidos durante a expedição", compreende três volumes, ornados de 176 pranchas coloridas.

A. R. Wallace e H. W. Bates

O ano de 1848 tornou-se memorável nos fastos da exploração científica do vale amazônico com a vinda ao Brasil de dois jovens viajantes ingleses, cujos nomes se tornariam justamente famosos nos anais da ciência biológica: Henry W. Bates (1825-1892) e Alfred Russel Wallace (1822-1913). O revolucionário livro de Darwin sobre a origem das espécies, aparecido pouco antes, era então o maior incentivo à atividade dos Biologistas, cabendo particularmente a Wallace importante contribuição para o êxito das teorias ali expostas. Chegando a Belém no princípio do referido ano (28 de maio), ocuparam-se a princípio os dois Naturalistas em investigar os arredores da cidade e adjacências, como prelúdio de uma viagem pelo Rio Tocantins (agosto), depois da qual ambos se separam, permanecendo Bates nas cercanias de Cametá até fins de 1849, enquanto o seu companheiro excursionava pelo baixo Amazonas e respectivo estuário. No começo do ano seguinte reúnem-se ambos em Barra do Rio Negro, para logo se apartarem de novo (meados de 1850), resolvendo Wallace subir o rio daquele nome e continuar até às cabeceiras do Orenoco para só em princípios de 1852 achar-se de volta ali, antes de seguir para Belém, de onde parte para a Inglaterra, estando ainda a meio (6 de agosto) o mencionado ano. Wallace teve a infelicidade de ver devoradas por um incêndio a bordo as coleções que levava; não assim as notas de viagem, que conseguiu salvar, com risco de vida, para dá-las à luz mais tarde, sob o título de *A Narrative of Travels on the Amazon and Rio Negro* (Londres, 1853). Quanto a Bates, rendendo-se ao fascínio do que chamaria de "paraíso dos naturalistas", só ao cabo de 11 anos deixaria o vale amazônico, depois de percorrer o rio-mar até o alto Solimões, com permanência mais longa em Ega, onde esteve por duas vezes, e em Santarém, na boca do Tapajós, rio explorado por ele durante vários meses. Voltando pela última vez a Belém em começos de 1859, embarca para a Europa em meados do ano (2 de junho), onde não tarda a coordenar as notas e observações contidas em *The Naturalist on the River Amazons* (Londres, 1863), fina jóia bibliográfica dessa imensa e misteriosa região que recebera de Humboldt a denominação, feliz e

expressiva, de Hiléia. Como para Wallace, as atenções de Bates voltaram-se principalmente para a Zoologia, sendo particularmente importante a contribuição de ambos ao conhecimento do *habitat* e distribuição geográfica das espécies, avaliando-se em cerca de 8 mil aquelas cuja existência coube a Bates revelar ao mundo científico.

R. Spruce

Ao contrário do que acontecia com os dois Naturalistas britânicos aos quais acabamos de nos referir, foi a Botânica o móvel exclusivo das viagens empreendidas na Amazônia pelo seu compatriota Richard Spruce (1817-93), durante os longos 15 anos (1849-64) em que esteve na América do Sul, percorrendo não só vários grandes afluentes brasileiros do rio-mar, tais como o Trombetas e o Negro, como ainda a alta porção da grande rede fluvial, tanto na Venezuela (alto Orenoco), como no leste do Equador e do Peru (rios Marañon, Huallaga, Pastasa etc.).

H. Burmeister

Zoólogo, como os dois Naturalistas britânicos já citados, era, porém, o alemão Hermann Burmeister (1807-92), que chegou ao Rio de Janeiro em fins de 1850 (23 de novembro), atraído principalmente pelas descobertas paleontológicas de Lund nas grutas calcárias do Rio das Velhas. Assim é que, logo no mês seguinte (21 de dezembro), parte com destino a Minas Gerais, detendo-se porém longamente na região fluminense, e passando mais de três meses em Nova Friburgo (até abril de 1851), localidade já então bastante conhecida nos museus da Europa, graças, principalmente, às remessas do hamburguês C. Heinrich Beske, ativo colecionador ali residente. Ansioso por conhecer os remanescentes das velhas tribos indígenas, faz escala em Cantagalo e na aldeia da Pedra (atual Itaocara), na confluência do Rio Pomba com o Paraíba, antes de continuar até Mariana e Ouro Preto, para alcançar Lagoa Santa (13 de maio), onde é recebido por Lund e Reinhardt, que o levam em várias excursões pelas redondezas. Ao sair de Lagoa Santa (3 de junho), logo no começo da viagem, acontece-lhe cair do cavalo, quebrando uma perna e vendo-se forçado a voltar ao ponto de partida. Ainda incapaz de montar, é de liteira que consegue deixar definitivamente Lagoa Santa (30 de julho), para chegar a Congonhas (atual Nova Lima), onde permanece mais de três meses em tratamento. Desistindo de ir mais adiante, inicia a sua viagem de regresso (18 de novembro), para alcançar o Porto da Estrela, e daí, por mar, o Rio de Janeiro (14 de dezembro), de onde segue para a Europa no começo do ano seguinte (15 de janeiro), após 16 meses de permanência no Brasil. Observador minucioso dos lugares e das gentes com que entrou em contato, seu livro *Reise nach Brasilien* (Berlim, 1853)

não traz, todavia, tão abundantes observações naturalísticas quanto seria de esperar; em compensação, deve-se a Burmeister, entre outros trabalhos de menor tomo, uma obra geral sobre os mamíferos e as aves do Brasil, *Systhematische Uebersicht der Tniere Brasiliens* (Berlim, 1854-56), baseada essencialmente no rico material zoológico existente no museu berlinense e suplementada por uma fina série de pranchas coloridas, sob o título de *Erläuterungen zur Fauna Brasiliens* (idem, 1856). Convidado para dirigir o Museu Nacional do Rio de Janeiro, optou Burmeister pelo de Buenos Aires, do qual foi diretor até o fim da vida.

Louis Agassiz e a Expedição Thayer

Pelos sucessos que dela advieram para o progresso dos conhecimentos relativos ao Brasil, lugar à parte na história das viagens científicas merece a grande expedição norte-americana do suíço J. Louis T. Agassiz (1807-73), que passou à história com o nome de *Thayer Expedition*, do Mecenas que chamou a si o seu custeio. Tendo como finalidade "fazer grandes coleções de tudo quanto deve fazer parte de um museu de História Natural" e, muito particularmente, estudar a distribuição dos peixes de água-doce nos grandes rios do Brasil, aportou Agassiz no Rio de Janeiro em começos de 1865 (23 de abril), acompanhado de sua esposa e colaboradora, Sra. Elizabeth C. Agassiz, e de uma equipe selecionada de jovens auxiliares, da qual faziam parte os zoólogos Charles Frederic Hartt (1840-78) e Oreste St. John, o Ornitologista John A. Allen, o Conquiliólogo J. G. Anthony, o preparador George Sceva, e o Desenhista Jaques Burkhart, afora alguns restantes voluntários, entre os quais Th. Ward, N. Dexter, E. Copeland, S. Thayer e William James, nome, este último, que depois se tornaria famoso no campo da Filosofia. Pondo-se em movimento, foi esse numeroso pessoal dividido em turmas, incumbidas cada qual de percorrer itinerário próprio, mas orientadas pela mesma idéia, de maneira que "todas as expedições não deixassem de constituir uma só no que concerne ao plano e aos objetivos".

Precedido por Thayer e Dexter, que seguiram para Salvador, só em meados de 1865 (25 de julho) embarca Agassiz para o norte, tendo como companheiros, além de Burkhart e W. James, o Colecionador Bourget e um introdutor prestimoso, de nome Major Coutinho. Com passagem breve pelas capitais dos Estados, chegam a Belém a 11 de agosto, seguindo pouco depois para Santarém, onde ficam Dexter e James, a fim de subir o Tapajós.

Após uma semana de permanência em Manaus (5 de setembro), à espera de que o alcançassem esses auxiliares, prossegue Agassiz Rio Solimões acima, até Tabatinga, de onde regressa, deixando Bourget incumbido da coleta de peixes, enquanto James se encarrega de percorrer

o Içá e o Jutaí, acompanhado do Sr. Talisman, que se juntara à comitiva em Santarém. Detendo-se perto de um mês em Tefé, dá tempo para que cheguem os companheiros com os quais, durante perto de três meses (24 de outubro a 15 de janeiro de 1866), fará de Manaus uma importante base de operações e ponto de partida para uma demorada visita aos índios Munducurus aldeados na região de Maués, antes de viajar Rio Negro acima, até a vila de Pedreira. De volta a Belém (4 de fevereiro), excursiona pelos lugares próximos, inclusive a Ilha de Marajó, seguindo depois para o Rio de Janeiro em viagem de regresso, tornada mais longa por uma interrupção de mais de duas semanas no Ceará. A partida de Agassiz para os Estados Unidos dá-se em meados do ano (2 de julho), depois de novas excursões à volta da capital do Império, uma das quais, afeita à Serra dos Órgãos em companhia de Glasiou, Diretor das Matas e Jardins, revestiu-se de importância particular.

Da turma chefiada por Saint-John participaram Allen Ward e Sceva. Partindo do Rio a 9 de junho, dirigiu-se ela para Minas Gerais, rumo ao Rio São Francisco, com passagem por Lagoa Santa, onde Sceva ficou incumbido de fazer coleções, inclusive de material paleontológico, que logo foram por ele levadas para o Rio de Janeiro. Ward deixou os companheiros em Barbacena, seguindo em direção ao alto Rio Doce, cuja fauna ictiológica explora detidamente, para depois prosseguir até Diamantina, e daí passar-se para a Bacia do Jequitinhonha, em cuja alta porção colhe também material precioso. Dirigindo-se agora para oeste, transpõe o Rio São Francisco em Januária, para continuar até o Tocantins, que navega águas abaixo até o Amazonas, para chegar a Belém (janeiro de 1866), onde dá por finda a sua longa e aventurosa jornada, embarcando para os Estados Unidos.

De Lagoa Santa seguiram Allen e St. John diretamente para Januária, onde o primeiro, por motivos de saúde, se vê forçado a encurtar a viagem, cortando o sertão baiano até chegar a Salvador, enquanto o segundo descia o Rio São Francisco até a Vila da Barra, na foz do Rio Grande. Prosseguindo, passa St. John por Paranaguá, para alcançar em seguida o Rio Parnaíba, que transpõe ao deixar Teresina, com destino a Caxias, de onde parte para São Luís, descendo o Rio Itapicuru em canoa. Após recuperar a saúde combalida, parte St. John para Belém, tendo ali a oportunidade de se encontrar com Agassiz e de entregar-lhe as coleções feitas durante sete meses de viagem, juntamente com os "dados que permitiriam ao Chefe da Expedição comparar a Bacia do Piauí com a do Amazonas".

Quanto a Hartt, depois dos dois meses em que se ocupara, com St. John, de trabalhos geológicos nas cercanias do Rio de Janeiro, em meados de 1865 (19 de junho) deixava essa cidade, em companhia de Copeland, para explorar a faixa litorânea que se estende para o norte, a partir do Rio Paraíba. Por motivos independentes de sua vontade, não puderam alcançar o Rio Doce, voltando assim de Vitória para o Rio de Janeiro, com passagem por Guaraparim e Itapemirim, onde, a par de "um estudo cuidadoso da Geologia do litoral", fizeram importantes coleções. Esse contratempo foi, todavia, largamente compensado na nova viagem que ambos empreenderiam dois meses depois, seguindo por mar até São Mateus, no litoral do Espírito Santo, e partindo dali com destino ao Rio Doce, que sobem de canoa até a primeira cachoeira, para depois fazerem o mesmo com o Mucuri. Dirigindo-se em seguida para Minas Gerais, estagiam sucessivamente em Filadélfia (atual Teófilo Otoni), Calhau e Minas Novas, dispostos a alcançar o mar descendo o Rio Jequitinhonha; passam então a percorrer o litoral da Bahia e a visitar as principais localidades que ao longo dele se sucedem, Hartt sempre com as atenções voltadas para as questões geológicas, enquanto Copeland ia em busca dos pontos mais indicados para os seus trabalhos de colecionador. Da Bahia regressam ao Rio de Janeiro, por mar, partindo para os Estados Unidos em julho de 1866, "com amplas coleções de invertebrados marinhos e peixes". Os feitos da Expedição Thayer narrou-os o casal Agassiz no livro *A Journey in Brazil* (Boston, 1868), mais conhecido pela versão francesa, de que há tradução para o vernáculo. Tendo inaugurado auspiciosamente sua carreira científica com o estudo dos peixes da expedição de Spix e Martius, a ictiologia esteve sempre à frente das cogitações de Agassiz; em que pese, porém, o entusiasmo com que se refere à espantosa riqueza da fauna amazônica nesse terreno, os problemas geológicos passaram ao cabo de algum tempo a preocupá-lo cada vez mais, mormente depois de ter observado no relevo dos países tropicais, como o nosso, certas feições que, ao seu ver, não poderiam ser senão o resultado de um longo período de glaciação, idêntico ao ocorrido em épocas remotas nas regiões setentrionais do globo. O fato de estudos posteriores terem concluído pelo infundado dessa hipótese, comprometendo assim as conclusões que dela se procurou tirar na interpretação de outros fenômenos, não diminui o valor da contribuição trazida pela expedição de Agassiz, tanto no campo da Geologia e da Geografia como no da origem e distribuição geográfica das espécies marinhas e de água doce.

W. Hartt e O. Derby

Entre os companheiros de Agassiz figura para nós com especial relevo o nome de W. Hartt, que já em 1867 retornava por conta própria ao Brasil para continuar as suas pesquisas, empregando vários meses no exame da costa entre Pernambuco e Rio, e explorando mais particularmente as vizinhanças da Bahia, com visita às ilhas de coral do recife dos Abrolhos. Os resultados dessa importante inspeção, juntamente com os da sua jornada anterior, publicou-os Hartt sob o título de *Geology and Physical Geography of Brazil* (Boston, 1870), trabalho básico para os futuros estudiosos da matéria. Três anos mais tarde, em 1870, voltava Hartt às nossas plagas, na companhia do Professor Prentiss e de vários auxiliares e discípulos seus na Universidade de Cornell, entre os quais Herbert H. Smith (1851-1919), Orville Derby (1851-1915), Richard Rathbun e John Clark. Esse novo empreendimento, conhecido como Expedição Morgan, teve por fim explorar a baixa porção do vale amazônico, submetendo à contraprova as teorias de Agassiz no tocante à glaciação de que essa região teria sido palco, em épocas pregressas. Verificada a fragilidade das conclusões de seu acatado mestre, e tendo agora como único companheiro o seu discípulo O. Derby, volta ainda Hartt ao Brasil em 1871, ocasião em que recebe do nosso Governo o convite para traçar os planos da Comissão Geológica do Império, que, aliás, só três anos mais tarde (1874) seria definitivamente criada, sendo ele nomeado Diretor. É nessa qualidade que, para com ele colaborar no desempenho da tarefa, chama novamente Derby, que chega no ano seguinte, juntamente com John Casper Branner, seu condiscípulo na Universidade de Cornell. Com o falecimento de Hartt em 1878, vítima da febre amarela, Branner passou a substituí-lo na direção dos serviços, enquanto Derby era feito Diretor da seção de Geologia do Museu Nacional, cargo que vagara também em conseqüência do falecimento de Hartt. Em 1886, transferiu-se Derby para São Paulo, nomeado Diretor da recém-fundada Comissão Geológica e Geográfica; desde então, estende-se cada vez mais o campo de curiosidade de seu espírito multiface, dedicando-se ele não só aos assuntos pertinentes à Geologia e à Geografia, mas também ao estudo dos problemas relacionados com a Etnografia e a História do Brasil, país de onde não mais se afastou, considerando-o a sua segunda pátria. Combalido menos pela doença do que pelas intrigas e amofinações em que é fértil o monstro burocrático, faleceu Derby em 1915, no Rio de Janeiro, onde desde 1907 dirigia o nosso Serviço Geológico e Mineralógico.

H. Smith

Outro membro da Expedição Morgan merecedor de referência particular é H. Smith, que tendo sido durante aquele empreendimento auxiliar direto de Hartt no estudo da Geologia do baixo Amazonas, voltou anos depois ao Brasil, para aqui permanecer cerca de quatro anos (1873-77), ocupando-se a princípio em colecionar material faunístico na região de Santarém, com vistas ao esclarecimento dos problemas zoogeográficos, que começavam a interessá-lo acima de tudo e, depois, voltando-se novamente para a Geologia, conforme o apelo de seu preclaro Mestre, à testa agora da Comissão Geológica. Os resultados desses trabalhos divulgou-os Smith em seu livro *The Amazons and the Coast* (Nova York, 1878), rico em informes científicos sobre as regiões exploradas. No ano de 1877, estipendiado pelo periódico *Scribner Monthly*, faz Smith mais duas viagens ao Brasil, visitando na primeira o Pará, e na segunda o Rio de Janeiro. Desta feita, ao regressar à pátria, se detém em nosso Nordeste, assolado então pelo flagelo da seca e pelas doenças que costumam acompanhá-la. Em 1881, acompanhado da esposa, voltaria ainda ao Brasil, aportando no Rio de Janeiro, e seguindo em navio costeiro até o Rio Grande do Sul, onde, após excursionar à volta de Porto Alegre, escolhe para dar verdadeiramente início às atividades de naturalista colecionador, agora seu principal objetivo, a localidade de São João de Montenegro, na região de grandes matas cortadas pelo Rio Caí. Depois de uma excursão que o leva até Pelotas e Bagé (1882) e lhe dá oportunidade para fazer observações do mais alto interesse sobre a Geomorfia da região, Smith segue para o Rio da Prata, demorando-se algum tempo em Montevidéu e Buenos Aires, para depois subir o Rio Paraná e, continuando Rio Paraguai acima, penetrar no território brasileiro e alcançar Cuiabá, com quatro meses de parada em Corumbá. No livro *Do Rio de Janeiro a Cuiabá*, coletânea de artigos estampados na *Gazeta de Notícias* entre julho de 1886 e outubro de 1887, Smith descreve o itinerário de sua viagem até à capital mato-grossense. Entretanto, a fase mais importante dela no que respeita à coleta zoológica foram os quatro anos (1882-86) vividos na Chapada dos Guimarães e próximos lugarejos (Abrilongo, Cachoeira) do planalto. A nada menos de 400 mil exemplares montava a coleção de insetos feita nestas estações, pouco lhe ficando a dever a de aves, orçada em 6 mil espécimes, e tida por quem faria o seu estudo no *American Museum*, de Nova York, como "a maior e a mais importante das coleções de aves jamais feitas com finalidade científica em qualquer localidade da América do Sul".

V. den Steinen e P. Ehrenreich

Nesse relato, que o limite de espaço torna forçosamente omisso, força é mencionar as duas expedições etnográficas empreendidas por Carl von den Steinen na região do alto Xingu, a primeira entre maio e outubro de 1884 e a segunda, na companhia de seu colega Paul Ehrenreich, entre fevereiro e dezembro de 1887. A contribuição destes intrépidos e eminentes pesquisadores conta-se entre as mais importantes no campo dos estudos etnográficos relativos à América do Sul e constitui o alicerce dos atuais conhecimentos sobre as relações antropológicas existentes entre as nossas numerosas populações autóctones e os problemas lingüísticos que lhes dizem respeito.

CAPÍTULO VIII

MEDICINA NO PERÍODO IMPERIAL

A TRANSFERÊNCIA do Governo português para o Brasil, em 1808, possibilitou a criação do ensino médico, com a fundação das escolas da Bahia e do Rio de Janeiro. Destinadas a sanar a angustiosa falta de profissionais habilitados, o funcionamento das duas escolas acarretou, através dos anos, a alteração do cenário médico, pois a pouco e pouco os físicos e cirurgiões coloniais, formados na Europa, notadamente nas faculdades ibéricas, foram substituídos pelos doutores nacionais, das escolas brasileiras.

Medicina teórica

A mudança não alterou, entretanto, a essência da Arte aqui praticada. A Medicina continuou, por quase todo o século XIX, vinculada aos princípios e aos fundamentos da ciência européia, com as distorções e as deformações impressas pelo meio ambiente ainda de todo infenso ou impróprio à pesquisa, à experimentação. Permaneceu como viera dos séculos anteriores. Casuística, livresca, teórica. As primitivas escolas de Cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro transformar-se-ão em academias médico-cirúrgicas e em faculdades. Possuirão elas alguns professores de grande saber e cultura. Delas provirão outros tantos alunos, doutores que irão radicar-se nos diversos pontos do país, onde alcançarão sucesso na prática diária pela aplicação de conhecimentos que chegam de ultramar. Mas a Arte médica aqui continuará orientada no mesmo sentido teórico. E se nos séculos anteriores os profissionais abeberavam-se nos ensinamentos da Medicina ibérica, no século XIX aqui vigerão as doutrinas da Medicina francesa. Foi nos compêndios dos mestres gauleses, foi no aprimoramento em faculdades francesas, que os doutores brasileiros aprenderam a Arte, no período imperial.

Ensino cirúrgico

Os primeiros cursos instalados foram apenas de Cirurgia, lecionados nos Hospitais Militares da Bahia e do Rio de Janeiro. Foram uma reprodução do existente em Lisboa, no Hospital de

São José, e formaram somente cirurgiões. Em 1808 os óbices e deficiências não permitiriam a instalação de uma instituição nos moldes da sediada em Coimbra.

Escola da Bahia

Quando de sua passagem por Salvador, o Príncipe Regente D. João assinou a carta régia de 18-2-1808 que fundou a Escola de Cirurgia. O brasileiro Dr. José Correia Picanço (1745-1823), ao depois Barão de Goiana, Cirurgião-Mor do reino, que passou à história como o inspirador da implantação do ensino médico no Brasil, nomeou os Cirurgiões Manuel José Estrela (1760-1840) e José Soares de Castro (1772-1840) para as duas primeiras disciplinas do curso, respectivamente, "Cirurgia especulativa e prática" e "Anatomia e operações cirúrgicas". As aulas foram prelecionadas no Hospital Militar do Salvador, sendo em fins de 1809 indicado mais um lente, o Cirurgião-Mor João Pereira de Miranda, ao qual se incumbiu a instrução de cirurgiões-ajudantes militares. Perdurou o curso até 1815-16, quando foi transferido para a Santa Casa de Misericórdia, ampliado e transformado em "Academia Médico-Cirúrgica da Bahia".

Escola do Rio de Janeiro

Estabelecendo a sede da Monarquia portuguesa no Rio de Janeiro, ali o Príncipe Regente designou a 2-4-1808 o Cirurgião da Armada Joaquim da Rocha Mazarem (?-1849) para lente de "Anatomia" no Hospital Militar, com a obrigação de ministrar um curso de "ligaduras, portes e operações de cirurgia". Esse primeiro lente foi substituído em 5-11-1808 pelo Cirurgião-Mor do reino de Angola, Joaquim José Marques (1765-1841). Posteriormente, em 25-1-1809, Mazarem viu-se nomeado Professor de "Medicina operatória e arte obstétrica". Criava-se, assim, a "Escola anatômica, cirúrgica e médica do Rio de Janeiro", que funcionou no Hospital Militar do Morro do Castelo. Outro Cirurgião, José Lemos de Magalhães, passou, em seguida, a lecionar "Terapêutica cirúrgica e particular", enquanto o antigo Físico-Mor de Angola, Dr. José Maria Bontempo (1774-1843), ficou encarregado, por carta régia de 12-4-1809, da cadeira de "Medicina clínica, teórica e prática, e princípios elementares de matéria médica e farmacêutica". Em 1813 o Curso de Cirurgia foi transferido para a Santa Casa de Misericórdia, com a denominação de "Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro".

Transformações no ensino cirúrgico

Rezava a carta de nomeação de Bontempo que os cirurgiões deveriam possuir "princípios de Medicina" para melhor poder tratar os doentes das naus e os "povos naqueles lugares em que hajam de residir nas distantes povoações do vasto continente

do Brasil". Bontempo, o primeiro médico de Coimbra a lecionar no país, inaugurou o ensino da Clínica Médica.

Em 5-12-1810 uma ordem régia determinou o envio de três alunos da Escola do Rio de Janeiro para estudarem em Edimburgo por conta do Real Tesouro, numa previsão de melhores professores no futuro. Dois anos depois, Frei Custódio de Campos Oliveira, presidente da "Junta de Direção Médico-Cirúrgica do Hospital Militar" e inspetor dos cursos de Cirurgia, determinou a adoção dos estatutos escolares de Coimbra, enquanto o Dr. Vicente Navarro de Andrade (1776-1850), mais tarde feito Barão de Inhomirim, elaborou um projeto de organização de uma escola médico-cirúrgica. Seu plano não foi executado, mas sim um outro, menos ambicioso, de autoria do Dr. Manuel Luís Álvaro de Carvalho, o qual exercia, desde 1812, o cargo de "Diretor dos estudos médicos e cirúrgicos da Corte e do Estado do Brasil". Preconizava este a fundação de três academias, uma na Bahia, uma no Rio de Janeiro e outra em São Luís do Maranhão. Esta não foi criada. A do Rio de Janeiro instalou-se imediatamente, e a da Bahia em 1815.

Segundo o plano de Álvares de Carvalho, que entrou em execução em 1-4-1813, o ensino permanecia eminentemente cirúrgico. O curso processava-se em cinco anos, constando de Anatomia Geral, Química Farmacêutica, Fisiologia, Higiene, Etiologia, Patologia, Terapêutica, Instruções Cirúrgicas e Operações, Arte Obstétrica e Medicina. Concedia-se o título de "cirurgião aprovado" e mais ainda o de "cirurgião formado" ao aluno que repetisse, em um sexto ano, as matérias lecionadas nos dois últimos anos.

Perduraram as academias até 1832, quando foram transformadas em faculdades de Medicina. Anteriormente, em 1826, um decreto do imperador D. Pedro I, jubilosamente recebido, subtraíra as academias à jurisdição do Cirurgião-Mor do Império, dando-lhes relativa autonomia.

Academia do Rio de Janeiro

Criada em 1-4-1813, a "Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro" possuiu em seu quadro docente alguns dos mais instruídos profissionais da capital. Nela lecionaram Joaquim José Marques, José Maria Bontempo, o Barão de Inhomirim, que foi um de seus Diretores, Mariano José do Amaral, Manuel Alves da Costa Barreto, o lente livre de Botânica, Frei Leandro do Sacramento (1778-1829), Diretor do Jardim Botânico, Amaro Batista Pereira, Jerônimo Alves de Moura, Manuel da Silveira Rodrigues (1793-1847), Antônio Américo de Uzedo e Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto (1790-1846), ao depois Barão de Iguaraçu. Este, antigo aluno da Academia, obteve o dou-

torado em Paris, para onde seguira, já como professor. Como ele, outros cirurgiões formados pela Academia foram posteriormente lentes da Faculdade, instalada em 1832.

O mais organizado currículo foi indubitavelmente o de Anatomia, com dissecções em cadáveres praticadas no Teatro de Anatomia, situado em uma sala da Santa Casa de Misericórdia. As enfermarias deste nosocômio receberam alunos em regime de internato. Viajando pela Europa, alguns lentes adquiriram instrumentos de cirurgia e trouxeram compêndios. Joaquim José Marques, de Anatomia, e José Maria Bontempo, de Matéria Médica, publicaram os primeiros livros didáticos, aqui impressos, sínteses de autores franceses e ingleses. Marques, de todos, foi o único Professor que lecionou na Escola Cirúrgica, na Academia e, depois, na Faculdade de Medicina.

Quando o Imperador D. Pedro I organizou a sua Imperial Câmara, em 1823, os três primeiros profissionais escolhidos, Amaro Batista Pereira, Mariano José do Amaral e Manuel da Silveira Rodrigues, pertenciam à Academia.

Academia da Bahia

Instalada pela carta régia de 29-12-1815, a "Academia Médico-Cirúrgica da Bahia", ou "Colégio Médico-Cirúrgico", situou-se na Santa Casa de Misericórdia. Além de José Soares de Castro e de Manuel José Estrela, contou com professores renomados, a exemplo de Antônio Ferreira França (1775-1848), vivo e excêntrico, que poucas aulas deu, pois vivia no Rio de Janeiro como deputado pela sua província; José Avelino Barbosa (1768-1836), outro voltado para a política, deputado e jornalista; Sebastião Navarro de Andrade (1773-1855), irmão do Barão de Inhomirim; Manuel Joaquim Henriques de Paiva, um dos mais conspícuos e letrados médicos luso-brasileiros de seu tempo, autor de uma longa série de publicações; José Maria Álvares do Amaral (?-1826), lente de operações e partos, e José Lino Coutinho (1784-1836). Este foi prócer da Independência, deputado às Cortes de Lisboa e à Câmara brasileira, Ministro do Império e brilhante orador parlamentar.

O ensino foi dos mais precários. Muitos dos Professores primaram pela ausência, ocupados em funções legislativas ou administrativas. Houve poucos alunos inscritos, sendo que alguns deles chegaram a catedráticos da Faculdade. Era geral a penúria, tanto em salas e móveis, como em instrumentos; no entanto, lentes como Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829) honrariam qualquer escola. Nascido em Portugal, veio bem jovem para o Rio de Janeiro, onde foi, com o pai e um irmão, um dos fundadores da Academia Científica (1771). Regressou depois ao reino,

formou-se em Coimbra, viajou pela França, clinicou em Lisboa e integrou a Real Câmara e a Junta do Protomedicato. Acusado de simpatizar com os franceses de Junot, foi preso, despojado de cargos e comendas e desterrado para o Brasil. Fixou-se na Bahia, e depois de anistiado foi nomeado Professor da Academia, falecendo em Salvador. Uma de suas publicações, a tradução da *Medicina Doméstica*, de Bucham, era livro encontradiço em todo o país, mais tarde substituído pela obra de Chernoviz.

Outros lentes possuiu a Academia, como o anatomista Jônatas Abbott (1796-1868), autor de memórias sobre a sua disciplina, Francisco Marcelino Gesteira (?-1875) e Francisco de Paula Araújo e Almeida (1799-1844), deputado pela Bahia e Professor de Fisiologia.

O ensino nas Faculdades de Medicina

Incumbida pela Regência que governou em nome do Imperador menino, uma comissão de membros da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro elaborou um projeto de reforma do ensino médico, o qual foi aprovado pelo Poder Legislativo e mandado cumprir em 3-10-1832. As antigas Academias passaram a Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Reorganizou-se e ampliou-se o ensino com a instituição de três cursos, o de Medicina, o de Farmácia e o de Partos, que ensejaram a concessão dos títulos de Doutor em Medicina, farmacêutico e parteira. O molde seguido foi o estatuto da Faculdade de Paris. Não se cogitou do curso dentário, permanecendo a prática odontológica apanágio dos barbeiros-sangradores, uma reminiscência da era colonial.

Constou o curso médico de quatorze disciplinas, distribuídas do primeiro ao sexto ano: Física Médica, Botânica Médica e Zoologia, Química Médica e Mineralogia, Anatomia Geral e Descritiva, Fisiologia, Patologia Externa, Patologia Interna, Farmácia com Terapêutica e Arte de Formular, Anatomia Topográfica com Medicina Operatória e Aparelhos, Partos com Moléstias de Mulheres Pejadas e Paridas e moléstias de meninos recém-nascidos, Higiene e História da Medicina, Medicina Legal, Clínica Externa e Anatomia Patológica respectiva, e, finalmente, Clínica Interna e Anatomia Patológica respectiva.

Por todo o período imperial apenas três reformas incidiram sobre o plano proposto pela Sociedade de Medicina, uma de 1854, do Ministro do Império, Barão do Bom Retiro, outra de 1879, do Ministro Leôncio de Carvalho, e a última de 1884, do Professor e Diretor da Faculdade do Rio de Janeiro, o Visconde de Sabóia. Todas três conservaram as matérias instituídas em 1832, alterando-se em umas a denominação, modificando-se para outras a seriação, desdobrando-se algumas e acrescentando-se a

Histologia e as cadeiras especializadas de Ginecologia, Psiquiatria, Oftalmologia, doenças de crianças e doenças cutâneas e sifilíticas. Depreende-se, assim, que foi das mais completas para a época a organização de ensino apresentada pela Sociedade de Medicina. As deficiências verificadas decorreram da falta de material técnico, de instalações apropriadas e da orientação teórica, livresca.

Cada disciplina possuiu o seu lente proprietário, vitalício, havendo ainda substitutos ou opositores. De modo geral, a nomeação fazia-se por concurso e somente com a anuência da congregação é que o professor poderia perder a cátedra. Recebia ele as honras e o tratamento de desembargador, e ao jubiliar-se era-lhe conferido o título de Conselheiro do Imperador.

Para a matrícula, exigia-se do aluno o mínimo de dezesseis anos de idade e o conhecimento de Filosofia, Aritmética, Geometria e uma das línguas – a latina, a inglesa ou a francesa, sendo esta última a preferida pela maioria. Para obter o título de Doutor em Medicina, o sextanista defendia em público, perante a congregação de lentes, uma tese escrita em vernáculo ou em latim, impressa à própria custa.

Fundamentando-se nos compêndios franceses, o ensino constou de preleções teóricas e de demonstrações práticas nas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia. Se bem que previstos nos regulamentos, inexistiram laboratórios e aparelhagem necessária às pesquisas. E a reforma de 1854 preconizou aos lentes a "aplicação especial ao Brasil das doutrinas que ensinarem", recomendando ainda ao Professor de Matéria Médica e terapêutica a indicação de medicamentos nacionais que pudessem substituir os exóticos.

O curso farmacêutico, ministrado em três anos, constava de Física, Química e Mineralogia, Botânica, Matéria Médica, especialmente brasileira, e Farmacologia. Os lentes eram os mesmos do curso médico e a prática desenvolvia-se em botica ou farmácia designada pela congregação.

O curso obstétrico, dado facultativamente em um ano ou dois na enfermaria do professor da matéria, passou em 1884 a ser feito obrigatoriamente em dois anos, ensinando-se a Anatomia e Fisiologia dos órgãos geniturinários da mulher, farmacologia e higiene das parturientes, Obstetrícia e Ginecologia. A aluna obtinha o diploma de parteira. A mais famosa delas, no Brasil, formada em 1834 na Faculdade do Rio de Janeiro, foi Maria Josefina Matilde Durocher (1808-93), natural de Paris e falecida na capital do Império, onde exerceu a profissão, alinhando-se entre as suas pacientes a Imperatriz D. Teresa Cristina e a Princesa Leo-

poldina. Foi a primeira mulher a ser recebida como membro titular pela Academia Imperial de Medicina. Esta agremiação, que depois do advento da República trocou a denominação de imperial por Nacional, até hoje concede anualmente o prêmio "Madame Durocher" ao melhor trabalho de médico ou parteira sobre Obstetrícia ou Ginecologia.

O Curso Odontológico foi introduzido nas Faculdades apenas em 1884, através da reforma do Visconde de Sabóia. Para obter o diploma de dentista, o aluno aprendia, em três anos, com os mesmos lentes do curso médico, a Física, a Química, Anatomia da cabeça, e a Histologia, Fisiologia, Patologia, Terapêutica, Cirurgia e Prótese Dentárias.

As duas faculdades de Medicina formaram os doutores brasileiros do século XIX, os profissionais que clinicaram em todo o imenso território, obrigados à auto-suficiência, obrigados a entenderem de toda a Medicina. Foram eles os médicos-de-família do passado.

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Criada em 3-10-1832, situou-se até 1836 na Santa Casa de Misericórdia, transferindo-se para o antigo Colégio dos Jesuítas, depois para um sobrado da Rua de Santa Luzia, onde ficou até 1850. Daí passou para uma casa da Rua dos Barbonos, e em 1856 mudou-se para o velho Recolhimento dos Órfãos da Misericórdia, na Rua de Santa Luzia, onde permaneceu até 1916, quando se inaugurou o edifício da Praia Vermelha. As clínicas foram sempre lecionadas nas enfermarias da Santa Casa, à qual muito deveu e ainda continua a dever o ensino médico no país.

Por longos anos a escola não foi dotada de aparelhagem para o aprendizado prático, laboratorial, e, quando a possuiu, não o foi à altura do exigido para um tirocínio regular. Assim mesmo, contou com mais recursos financeiros do que a congênere da Bahia. Era a escola da Corte e vários dos seus professores projetavam-se como os mais destacados profissionais de todo o país. Uns pertenciam à Imperial Câmara, validos do monarca, titulares do Império. Outros foram políticos de reconhecido prestígio, Deputados, Senadores, Presidentes de Província, Ministros de Estado. É verdade que não puderam, evidentemente, lecionar com assiduidade, ressentindo-se, então, o ensino. Mas, em compensação, professores houve que, dentro das limitações existentes, muito deram de si próprios, conseguindo atenuar as falhas da orientação geral, teórica, adestrando para a prática médica com proficiência. E no final do século, um deles deixou discípulos, legou uma verdadeira escola de Clínica Médica, tal a intuição e tal a mestria no transmitir. Foi ele João Vicente Torres Homem (1837-87), Barão de Torres Homem, autor de memórias e de tratados que

ocupam posição ímpar na literatura nacional, especializada da época, como o "Estudo Clínico das Febres no Rio de Janeiro", 1877, e os três volumes, o último póstumo, das lições de Clínica Médica, 1882-84-90. Natural do Rio de Janeiro e aí falecido, filho de Joaquim Vicente Torres Homem (?-1858), lente de Química Mineral da Faculdade, formou-se em 1858 e, em 1866, alcançou a cátedra de Clínica Médica. Suas aulas eram ouvidas em religioso silêncio, seus diagnósticos acatados sem discussão, e a maior ambição de qualquer estudante consistia em ser admitido a praticar em sua enfermaria. Médico da Imperial Câmara, grande do Império, barão do seu nome, agraciado pouco antes de morrer, Torres Homem formou discípulos e continuadores do porte de um Francisco de Castro (1857-1901) e de um Miguel Couto (1864-1934), que também foram professores da Faculdade e clínicos reputados.

De 1832 até a proclamação da República em 1889, lecionaram na escola da Corte os mais conhecidos vultos médicos do período imperial. Francisco de Paula Cândido (1804-64), Deputado geral, Presidente da Junta Central de Higiene, foi Professor de Física. Francisco Freire Alemão Cisneiros (1797-1874), autoridade em Botânica, chefe de uma missão exploradora do norte do país, ensinou Botânica, cadeira também ocupada por Joaquim Monteiro Caminhoá (1836-96) e por Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Barão de Ramiz Galvão (1846-1938). Manuel Feliciano Pereira de Carvalho (1806-67), apontado como o maior cirurgião nacional de seu tempo, Brigadeiro, Chefe do Corpo de Saúde do Exército, um dos primeiros a empregar a anestesia no ato cirúrgico, foi Professor de Medicina Operatória. Em 1883 a Faculdade instituiu um prêmio com o seu nome para galardoar a melhor tese defendida sobre Cirurgia. Sucessor de Manuel Feliciano na cadeira foi Cândido Borges Monteiro (1812-72), Barão e Visconde de Itaúna, grande do Império, Deputado, Senador, Presidente da Província de São Paulo, Ministro da Agricultura, parteiro da Imperatriz D. Teresa Cristina, célebre nos fatos da cirurgia brasileira por haver realizado em 1842 a operação da ligadura da aorta abdominal, pela primeira vez no país e pela terceira no cenário mundial. Lentes de Medicina operatória também foram Francisco Praxedes de Andrade Pertence (1823-86), culto e eficiente, que deixou escola, e Cláudio Velho da Mota Maia (1843-97), Barão, Visconde e Conde da Mota Maia, Médico e amigo pessoal do Imperador D. Pedro II, a quem acompanhou no exílio e assistiu aos últimos momentos de vida, em Paris.

José Maurício Nunes Garcia (1808-84), filho do inspirado compositor e músico Padre José Maurício, parteiro afamado, lecionou Anatomia

imprimindo orientação prática ao seu curso. Sucederam-lhe na cátedra José Ribeiro de Sousa Fontes (1821-93), Barão e Visconde de Sousa Fontes, Luís Pientznauer (1830-80), morto tragicamente e em extrema miséria, caso único entre os Professores da Faculdade, todos medianamente abonados; e José Pereira Guimarães (1843-1915), Chefe do Corpo de Saúde da Armada, Contra-Almirante.

Lentes de Obstetrícia foram Francisco Júlio Xavier (1809-56) e senhor de numerosa clientela, Luís da Cunha Feijó (1817-82), Barão e Visconde de Santa Isabel, Diretor da Faculdade, médico dos Condes d'Eu; e o seu filho, do mesmo nome, que dirigiu a escola, já sob a República. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, Barão de Iguaraçu, já citado, e Francisco Pinheiro Guimarães (1832-77) lecionaram Fisiologia, cadeira então destituída de laboratório e de aparelhagem. Pinheiro Guimarães comandou um corpo de voluntários na guerra contra o Governo do Paraguai e foi Coronel e Brigadeiro honorário. O curso prático de Fisiologia iniciou-se, embora modestamente, com João Batista Kossuth Vineli (1849-88).

José Martins da Cruz Jobim (1802-78), um dos cinco fundadores da futura Academia Imperial de Medicina, Diretor da Faculdade por trinta anos, Deputado, Senador do império, responsável pela difusão da denominação de "hipoemia intertropical" aplicada à ancilostomíase, foi lente de Medicina Legal. Seu sucessor chamou-se Francisco Ferreira de Abreu (1823-85), Barão de Teresópolis, pesquisador dos venenos metálicos, que mereceu a inscrição de seu nome no "*Tableau des savants étrangers*" da Faculdade de Medicina de Paris. Substituiu-o Agostinho José de Sousa Lima (1842-1921), introdutor do aprendizado prático de sua disciplina, mormente no tocante à tanatologia.

Tomás Gomes dos Santos (1803-74), Deputado, Diretor da Academia Imperial de Belas-Artes, lecionou Clínica Externa e, posteriormente, Higiene. Outro lente de Higiene foi Nuno Ferreira de Andrade (1851-1922), jornalista de tom polêmico, Diretor do Hospício de Alienados, que se transferiu para a cadeira de Clínica Médica. Desta cadeira também foi titular Manuel Valadão Pimentel (1802-82), Barão de Petrópolis, Diretor da Faculdade, clínico afamado na Corte, médico das princesas imperiais.

Francisco Bonifácio de Abreu (1819-87), Barão de Vila da Barra, Deputado, Presidente da Província do Pará e de Minas Gerais, autor de obras literárias, Coronel Cirurgião-Mor honorário, lecionou Química Orgânica, e seu sucessor foi Domingos José Freire Júnior (1842-99), iniciador do ensino prático da disciplina. Antônio Félix Martins (1812-92),

Barão de São Félix, Grão-Mestre da Maçonaria brasileira, dedicou-se à Literatura e foi professor de Patologia Geral. Antônio Gabriel de Paula Fonseca (?-1875), Deputado, Presidente da Província do Espírito Santo, foi Professor de Patologia Médica, enquanto de Patologia Cirúrgica foi titular Pedro Afonso de Carvalho Franco (1845-1920), Barão de Pedro Afonso, Operador, diretor do Instituto Vacínico do Rio de Janeiro. Albino Rodrigues de Alvarenga (1833-1901), Visconde de Alvarenga, Médico da Imperial Câmara, ensinou Matéria Médica. Ezequiel Correia dos Santos (1825-99), filho do insigne farmacêutico de igual nome, estudou vegetais medicinais brasileiros e lecionou Farmacologia.

Domingos de Almeida Martins Costa (1851-91) foi o competente Professor de Clínica Médica de adultos, cadeira criada em 1883 pela reforma do Visconde de Sabóia. Outras cadeiras de clínicas especializadas instaladas nesse mesmo ano foram preenchidas por médicos que se distinguiram no período republicano, como Hilário Soares de Gouvea (1843-1923), de Oftalmologia, Cândido Barata Ribeiro (1843-1910), de Pediatria, e Érico Marinho da Gama Coelho (1850-1922), de Obstetrícia e Ginecologia.

Vicente Cândido Figueira de Sabóia (1836-1909), Barão e Visconde de Sabóia, grande do Império, médico da Imperial Câmara, lente de Clínica Cirúrgica, dirigiu a Faculdade de 1881 a 1889, quando, em virtude da proclamação da República, foi substituído por Érico Coelho, recebendo, então, como honraria excepcional, o título de Diretor-Honorário. Foi ele um excelente administrador, autor da reforma de 1883-84, que modernizou e colocou o ensino médico em condições ainda não alcançadas, principalmente no tocante às disciplinas básicas.

Clínicos e cirurgiões bem conhecidos no país, titulares do Império, deputados, senadores, literatos, tais os professores ora relacionados. Outros possuiu a Faculdade do Rio de Janeiro, entre efetivos e substitutos, de menor projeção no magistério, na profissão, na política ou na sociedade. Porém, contribuíram assim mesmo para o prestígio usufruído pela escola, na época. Também eles foram autores de compêndios e tratados adotados pelos estudantes das duas faculdades brasileiras. E essas obras, que somaram umas três dezenas, no período imperial, todas publicadas no Rio de Janeiro, refletiram, como já se disse, os ensinamentos e a filosofia da ciência médica francesa.

Faculdade de Medicina da Bahia

Instituída igualmente em 3-10-1832, como a congênere do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina da Bahia permaneceu sempre instalada no antigo Colégio dos Jesuítas, situa-

do no Terreiro de Jesus, em Salvador. Sediara-se nas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia a cadeira de Clínica Médico-Cirúrgica.

O estabelecimento baiano não contou com os mesmos recursos materiais – poucos, aliás, como se disse – consignados pelo Governo ao da capital do Império. O ensino foi bem mais deficiente. A cidade de Salvador perdera a sua primitiva importância no cenário nacional. No Rio de Janeiro concentravam-se as maiores sumidades médicas da época. E os jovens estudantes oriundos das próprias Províncias do Norte preferiram a escola do Rio de Janeiro. Foi, assim, bem menor o número de matrículas. Quanto aos lentes, dadas as limitações ambientes, somente alguns projetaram os seus nomes, graças às atividades políticas, como Deputados à Assembléia Geral. E apenas um, Luís Adriano Alves de Lima Gordilho (1830-92), Parteiro conceituado, recebeu título de nobreza. Foi Barão de Itapoã.

Já nos últimos tempos do período imperial, profissionais dotados de cultura médica e humanística ingressaram no corpo docente e elevaram o nível do ensino, não obstante a falta de recursos e de aparelhamento. Antônio Pacífico Pereira (1846-1922), um dos fundadores e o Diretor da *Gazeta Médica da Bahia*, o melhor periódico brasileiro do século XIX, foi o iniciador do ensino da Histologia em sua faculdade. Pertenceu ao grupo de médicos do Salvador – e os mais eminentes não eram professores – que estudaram doenças tropicais e assim alicerçaram uma autêntica "escola tropicalista". Seu irmão, Manuel Vitorino Pereira (1853-1902), outro componente do grupo de pesquisadores, Professor de Clínica Cirúrgica, depois do advento do período republicano foi Governador da Bahia, Vice-Presidente e Presidente, em exercício, da República. José Luís de Almeida Couto (1833-95), Deputado provincial e geral, Presidente da Província de São Paulo, lecionou Clínica Médica. Antônio Januário de Farias (?-1883), um dos melhores clínicos do Salvador, foi Professor de Fisiologia e, posteriormente, de Clínica Médica.

Outros lentes salientaram-se no exercício da cátedra ou nas atividades políticas. Da antiga Academia provieram alguns, já citados. Jônatas Abbott, de Anatomia, um dos que publicaram compêndios para uso dos alunos; José Lino Coutinho, logo falecido; Francisco de Paula Araújo e Almeida e João Batista dos Anjos (?-1871), que foram Diretores da escola.

Vicente Ferreira de Magalhães (1799-1877) lecionou Física por mais de 40 anos. Eduardo Ferreira França (1809-57), filho do Professor Antônio Ferreira França, Deputado como o pai, publicou um ensaio filosófico e foi Professor de Química. Seu sucessor, Francisco Rodrigues da Silva (1831-86), foi dono de apreciável cultura clássica. Antônio José

Alves (1818-66), cirurgião, teve como filho o poeta Castro Alves e ensinou Anatomia e Clínica Externa. Antônio Pacheco Mendes (1856-1941), de Anatomia e depois de Clínica Cirúrgica, colaborou na *Gazeta Médica da Bahia* e, sob a República, foi Deputado Federal. José de Góis Siqueira (1817-74), Deputado, Lente de Patologia, presidiu a Junta de Higiene Pública. Seu sucessor, Egas Carlos Moniz Sodré de Aragão (1842-93), descendente de senhores-de-engenho, publicou um volume sobre *A Vida e os Fenômenos Vitais*. Demétrio Ciríaco Tourinho (1826-88), autor de estudos filosóficos. Jornalista, ocupou a cadeira de Patologia Médica. Domingos Carlos da Silva (1838-1906), escreveu um compêndio sobre a sua disciplina, Patologia Cirúrgica. Luís Álvares dos Santos (1825-86), Deputado Provincial, literato, ensinou Matéria Médica. Seu irmão, Malaquias Álvares dos Santos (1816-56), também literato, e Lente de Medicina Legal, foi o primeiro a realizar no país experiências públicas com a luz elétrica. Ramiro Afonso Monteiro (1839-1902), de Clínica Interna, Deputado, arguto clínico, foi um dos pesquisadores do beribéri. Virgílio Clímaco Damásio (1838-1913), Lente de Química e depois de Medicina Legal, Deputado provincial, foi o primeiro Governador republicano da Bahia, além de Senador federal. Salustiano Ferreira Souto (1818-87), Deputado provincial e geral, lecionou Química e Medicina Legal. Jerônimo Sodré Pereira (1840-1909), de Fisiologia, Deputado provincial e geral, presidiu a Província de Sergipe.

Por ocasião da Guerra do Paraguai, numerosos professores, efetivos e substitutos, dirigiram-se para o cenário de lutas e prestaram serviços nos hospitais de sangue.

Influência das faculdades

Evoluiu lentamente a Medicina no período imperial, não obstante a favorável influência do ensino especializado. A instalação das escolas de cirurgia, que se transformaram em academias e em faculdades, constituiu marco de relevantes conseqüências. Incrementou a formação de profissionais, cujo número, diga-se de passagem, esteve sempre aquém das necessidades e propiciou o desenvolvimento progressivo da Clínica Médica.

Tendo-se em conta a exigüidade de recursos econômicos e a impropriedade do ambiente – um país novo, recém-libertado e muito distanciado dos centros culturais – não se desenvolveram as disciplinas básicas do curso médico. Jazeram estáticas, ou mesmo anacrônicas, a Fisiologia, a Química, a Física, a Patologia. A Cirurgia pouco evoluiu, à vista da precariedade ou da inexistência da anestesia e da assepsia. Mas um saldo positivo pode-se creditar às faculdades, e foi o desenvolvimento da Clínica

Médica, apesar da orientação eminentemente casuística. E os doutores brasileiros, saídos das escolas nacionais, foram conhecidos e apreciados, em sua maioria, como dotados de acurado sentido clínico. Exercendo a Arte imbuídos dos princípios da Medicina européia, particularmente da francesa, os profissionais, os médicos-de-família – e eles o foram na exata acepção do termo – do século XIX contribuíram sobremaneira para o prestígio alcançado pela Medicina, nesse tempo.

Nas duas faculdades inexistiu a pesquisa experimental. Mas algo se fez, nesse setor, no período imperial. Não no Rio de Janeiro, onde se concentravam as maiores capacidades médicas, porém na Bahia, na provinciana cidade do Salvador. Aí, alguns profissionais intentaram e conseguiram efetuar pesquisas sobre diversas doenças tropicais, e os frutos colhidos permitiram que passassem à história sob o nome de "Escola Tropicalista Baiana".

Escola Tropicalista Baiana

Esta chamada "escola", que não passou de uma seqüência de pesquisas e estudos sobre algumas doenças tropicais, por médicos do Salvador, constituiu, em verdade, um importante momento na evolução da Medicina brasileira. Os seus promotores, os seus autores, podem ser considerados os predecessores da experimentação científica, a qual realmente sobreveio, em princípios do século XX, com Osvaldo Cruz (1872-1917) e o seu Instituto de Manguinhos.

Bem orientados em suas concepções, os tropicalistas do Salvador usaram o microscópio, fizeram anatomia patológica e discutiram os casos clínicos com a presença dos pacientes para redobrados exames e observações. Buscando o reconhecimento de doenças e afecções reinantes em outros países e que grassariam no Brasil, repetiram pesquisas pela microscopia, repetiram exames histo e anatomopatológicos, observaram a sintomatologia, conseguiram, por vezes, acrescentar novos dados à etiologia, à própria sintomatologia e à terapêutica, e confirmaram, em primeira mão, a presença de entidades mórbidas da chamada patologia tropical. Foram pioneiros. Demonstraram, sem qualquer dúvida, a incidência de diversas e graves doenças. São perfeitas as suas observações, considerando-se os conhecimentos que possuíam e o confinamento científico em que viviam.

Oto Edward Henry Wucherer (1820-73), Médico de ascendência inglesa, natural do Porto, Portugal, formado na Alemanha, e que viveu e morreu no Salvador, encontrou nas fezes dos opilados vermes que identificou como o "*Ancylostoma duodenale*", descrito por Dubini, reconhecendo, assim, a ancilostomíase no Brasil, então denominada hipoemia intertropical. Discorreu, além do mais, sobre a sintomatologia característica.

Também achou microfilárias em urinas quilosas de pacientes portadores de elefantíase, tanto que alguns autores chamaram de "*Wuchereria*" a um gênero de filárias. Wucherer enumerou, ainda, os sinais encontradiços nas vítimas das mordeduras de cobras. Seus trabalhos foram publicados na *Gazeta Médica da Bahia* (1866-69).

José Francisco da Silva Lima (1826-1910), Médico português formado na Faculdade da Bahia, viveu e morreu no Salvador em avançada idade. Foi um ativo pesquisador. São precisas as suas observações sobre o beribéri, em publicações enfeixadas num volume que se tornou clássico, o *Ensaio sobre o Beribéri no Brasil,* Bahia, 1872. Silva Lima descreveu, por primeiro na literatura médica, uma afecção dos dedos dos pés dos africanos, o ainhum. E efetuou estudos sobre a bouba, o maculo e a dracontíase. Seus trabalhos foram insertos na *Gazeta Médica da Bahia* (1866-69).

John Lizertwood Paterson (1820-82), Médico natural da Enivia e falecido na Bahia, colega e companheiro de Wucherer e de Silva Lima nas discussões, que, nos exames, diagnosticou certeiramente a invasão da Bahia pela febre amarela (1849) e pelo cólera asiático (1855).

Difundidos pela *Gazeta Médica da Bahia,* os estudos de Silva Lima, Wucherer e Paterson foram retomados e confirmados por Professores baianos e do Rio de Janeiro, como Antônio Pacífico Pereira, Antônio José Pereira da Silva Araújo, Júlio Rodrigues de Moura (1839-92), Pedro Severiano de Magalhães (1850-1927), José Luís de Almeida Couto, Manuel Vitorino Pereira e outros.

A providencial reunião no Salvador de três profissionais dotados de visão clínica e de espírito de pesquisa permitiu a eclosão da "Escola Tropicalista Baiana", uma singular experiência que não se repetiu no período imperial.

Evolução da Medicina

Nesta fase, como se disse, a Medicina caminha vagarosamente. Observa-se e trata-se, sem maiores indagações. A prática médica persistirá até meados do século XIX muito semelhante à corrente no século XVIII, notadamente nos centros interioranos. A Patologia, a Terapêutica, a Cirurgia, a Obstetrícia e outros ramos da ciência médica não se desenvolvem suficientemente. A assistência sanitária e a hospitalar continuam deficientes, quase que nos mesmos moldes de antanho, progredindo apenas nas últimas décadas do século.

Patologia

O quadro nosológico é semelhante ao verificado nos séculos anteriores. A varíola reinou de forma endêmica e epidêmica, devastando a população aos milhares, não obstante a prática da vacina-

ção, que não foi feita de maneira satisfatória. Houve negligência, muito compreensível para o tempo, por parte das autoridades sanitárias e houve resistência do povo à inoculação. No Rio de Janeiro, somente no ano de 1887 registraram-se quinze mil óbitos por varíola. A febre amarela, após longa ausência, retornou em 1849-50 e por mais de 50 anos manifestou-se em quase todas as Províncias, em terríveis surtos epidêmicos. A capital do Império, onde o mal adquiriu forma endêmico-epidêmica, tornou-se cidade mal-afamada, temida e evitada pelos alienígenas. Dele livrou-se pelo saneamento levado a cabo por Osvaldo Cruz em princípios do século XX. As epidemias mais mortíferas foram as de Alagoas (1854), das cidades paulistas de Santos (1874-86-89) e Campinas (1889), e a do Ceará (1889). Diversas teorias tentaram explicar a gênese da febre amarela, que foi por alguns chamada de "tifo icteróide" e tratada pela quina. O Professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Domingos José Freire Júnior, julgando haver descoberto o agente responsável, preparou uma vacina e com ela inoculou, em vão, milhares de pessoas (1885). E um médico residente no Rio de Janeiro, Filogônio Lopes Utinguaçu (1854-98), em sessão de 27-10-1885, da Academia Imperial de Medicina, suspeitou que a febre amarela fosse transmitida por um mosquito, hipótese mais tarde aventada e confirmada por Finlay, em Havana.

A malária e o tifo grassaram endêmica e epidemicamente e dizimaram a população. Ainda desconhecidos os agentes causais, foram classificadas entre as "febres malignas", e até mesmo o sábio Professor Torres Homem apadrinhou a idéia da existência de uma "febre tifo-malárica". O remédio mais usado foi a quina.

Perdurou por dois anos (1855-56) e matou, em todo o Império, umas 200 mil pessoas a primeira aparição do cólera-morbo. Iniciou-se no Pará, onde aportaram coléricos, e permaneceu até o final do século XIX. Em 1867 o mal assolou as tropas brasileiras, uruguaias e argentinas em guerra contra o Governo do Paraguai. No seu livro *Retirada da Laguna*, Rio de Janeiro, 1872, o Militar e Político brasileiro, Visconde de Taunay (1843-99), pintou com fortes cores a devastação sofrida pelas forças nacionais. Entretanto, hoje em dia, à luz de conhecimentos então nem sequer suspeitados, e apreciando os dados fornecidos por Taunay, autores duvidam da existência do cólera entre os retirantes da Laguna. O quadro coleriforme teria sido provocado por intoxicação alimentar aliada à avitaminose C.

A lepra chegou a ser considerada endêmica em Províncias como as de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Maranhão. Trazida pelos europeus e pelos negros, manifestou-se com maior freqüência nestes últimos.

Era doença que apavorava, e os portadores foram confinados em leprosários ou enxotados das cidades, vagando pelos campos e caminhos. Mal diagnosticada, foi confundida com a elefantíase, provocada pela filariose – aqui introduzida pelos negros escravos – e com a sífilis.

A sífilis, ou o "mal gálico", contaminou todas as camadas sociais, da mesma forma que a blenorragia. Visando ao combate às doenças venéreas, providências governamentais foram intentadas, sem êxito, contra a prostituição. Ignorava-se a etiologia e não havia terapêutica específica. A crônica mundana da época assoalhou que o Imperador D. Pedro I, muito dado a aventuras galantes, teria sido uma das vítimas das chamadas "doenças secretas", as quais, por sinal, incrementaram o comércio de drogas de fórmulas ditas secretas e apregoadas como infalíveis.

A ancilostomíase, rotulada como "opilação" e ainda como "hipoemia intertropical", já referida, disseminou-se principalmente entre a população rural e os negros escravos, que andavam descalços. Debret, numa de suas gravuras, pintou um negro com uma máscara de zinco afivelada ao rosto, numa prevenção contra a geofagia, um dos sintomas da verminose.

O ainhum, também já referido, o maculo ou "doença do bicho" – a retite ulcerante – a dracunculose ou "bicho da costa", e a filariose, estados patológicos veiculados pelos africanos, encontradiços nos tempos coloniais, declinaram à medida que se efetivava a proibição do tráfico negreiro, e terminaram como raridades já em fins do século XIX. Também a bouba, observada entre os indígenas, não se propagou aos brancos senão em casos esporádicos.

Avitaminoses atualmente bem conhecidas, como a beribéri e o escorbuto ou "mal de Loanda", a tuberculose e as diversas doenças a afecções que compõem a patologia humana, aqui grassaram como alhures, umas bem e outras mal caracterizadas, segundo as informações que sobre elas possuíam os médicos de então.

Foi, destarte, rico e diversificado o panorama patológico brasileiro no século XIX, quando sobressaíram as chamadas "doenças tropicais", observadas pelos médicos do Salvador.

Terapêutica

Nesta fase, estimulou-se o uso de umas tantas plantas medicinais nativas, empregadas pelos indígenas e empiricamente já prescritas nos séculos anteriores, sendo que muitas se incorporaram à farmacopéia mundial, a exemplo da copaíba (*Copaifera officinalis*), da pariparoba (*Piper rohrii*), da ipecacuanha (*Psychotria emetica*), do jaborandi (*Pilocarpus pinnatus*) e de quineiras brasileiras.

A partir de 1837 o Governo determinou a adoção oficial do "*Codex medicamentarius gallicus*", o código francês de medicamentos, que vigorou no Brasil até 1926.

Considerando a inexistência de dados sobre a etiologia, pois a era microbiana data das últimas décadas do século XIX, a terapêutica baseou-se, em grande parte, em atender à sintomatologia. E visou-se ao fortalecimento do organismo através dos estimulantes e cordiais. Assim foram tratadas todas as doenças, fossem varíola e febre amarela, ou cólera e sarampo. Abusou-se do mercúrio, ou "azougue", na sífilis e em numerosas outras entidades patológicas. Da mesma forma, a quina foi empregada na malária e em diversas outras doenças com manifestação febril. Vomitivos, purgativos, diuréticos e sudoríficos eram prescritos a granel. Usou-se abundantemente da sangria, das ventosas e das sanguessugas. Introduziu-se a prática da crenoterapia, prescreveu-se o banho de mar como estimulante e também no tratamento de dermatose como a sarna, afecção muito difundida, mesmo no mais elevado meio social. Largo emprego tiveram outros estimulantes externos, como o banho termal, a imersão em águas tidas como medicinais, as fricções, os sinapismos, os vesicatórios, os linimentos e emplastros, e os escalda-pés.

Neste período, a homeopatia de Hahnemann invadiu os lares e ocupou lugar preponderante na terapêutica popular, caseira. A par da terapêutica científica, além dos glóbulos e tinturas homeopáticos, o mercado de drogas inundou-se de uma espantosa variedade de panacéias, elixires, remédios secretos e "específicos", enfim, de medicações e prescrições de sentido nitidamente charlatanesco. Eram de procedência européia, havendo também os aqui manipulados. A crendice e a ignorância populares, aliadas à impotência da ciência oficial, favoreceram a terapêutica impostora. Recorde-se, a propósito, o cruel tratamento da lepra pelo veneno das serpentes. No Rio de Janeiro, em meados do século XIX, um infeliz morfético, internado no lazareto da cidade, depois de assinar uma declaração de aquiescência, e na presença de numerosos médicos, deixou-se picar por uma cascavel (*Crotalus terrificus*). Morreu decorridas vinte e quatro horas.

Cirurgia

Tolhida a princípio pela pouca experiência, pela ausência de instrumental e pela inexistência da anestesia, a cirurgia praticada nas primeiras décadas do século XIX foi pouco mais ou menos a mesma do século anterior. O paciente manifestava singular aversão pelos nosocômios – tidos como casas ou depósitos de moribundos – e os atos cirúrgicos efetuavam-se na residência.

Somente em 1846 realizou-se pela primeira vez, nos Estados Unidos da América do Norte, uma intervenção cirúrgica sob anestesia pelo éter, preconizado pelo dentista Morton. O clorofórmio foi usado no ano seguinte. A operação da ligadura da aorta abdominal, feita em 1842 pelo Professor Cândido Borges Monteiro, já referida, transcorreu sem anestesia, com o paciente contido e desmaiado pelo sofrimento.

No Brasil, as primeiras intervenções sob a inalação do éter e do clorofórmio processaram-se no Rio de Janeiro, em 1847 e em 1848, respectivamente. Com a cloroformização adotada nos principais centros do país, a cirurgia recebeu certo impulso e os operadores passaram a tentar as técnicas vigentes ou as recém-descobertas na Europa. Mas ainda em 1869, sob o pretexto de que o paciente era de constituição franzina e, além do mais, tísico, os reputados Cirurgiões e Professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Andrade Pertence e Mateus de Andrade, amputaram o membro inferior esquerdo do genial poeta Antônio de Castro Alves (1847-71) sem qualquer anestesia.

Predominou ainda, nessa época, a cirurgia espoliativa, figurando as amputações em primeiro lugar na estatística operatória. Não se conservava e nem se refazia. Retirava-se. No mais, extraía-se a catarata e também o cálculo vesical.

Subia a mortalidade a 80 ou a 90%, decorrente, via de regra, de supuração da ferida operatória. A assepsia data de 1867, na Europa, quando o Cirurgião inglês Lister aconselhou, antes de cada intervenção, a desinfecção prévia das mãos do operador e do instrumental, numa solução fenicada. Introduzido no Brasil, o "curativo de Lister", como foi chamado, perdurou até fins do século XIX, decrescendo, então, o índice letal. Foi nessa ocasião que se construiu nas Santas Casas de Misericórdia e noutros hospitais uma "sala de cirurgia".

Quanto ao instrumental, exíguo e apropriado especificamente para as amputações, cabia todo ele num "estojo de cirurgia", vistosa caixa de madeira forrada de veludo, que o cirurgião carregava consigo, ao lado da "caixa-de-botica", que continha os medicamentos de urgência.

Farmácia

Nas primeiras décadas do século XIX, as boticas brasileiras conservavam o mesmo aspecto dos tempos coloniais. E com o decorrer dos anos poucas alterações sofreram no aspecto. Diferiram apenas na quantidade e na qualidade dos medicamentos, pois estiveram geralmente bem fornidas, principalmente de drogas francesas e inglesas. Entre estas, o maior contingente era formado pelos preparados de fórmu-

las secretas, panacéias, elixires milagrosos, além dos glóbulos e tinturas homeopáticas.

Havendo poucos estabelecimentos farmacêuticos, o comércio de drogas também se processou nos armazéns e armarinhos. Vilas e povoações interioranas de certa importância não contaram com uma só botica. E, então, os próprios médicos manipularam as suas prescrições e venderam-nas aos clientes.

Viu-se que em 1832 instalou-se o curso farmacêutico nas duas faculdades de Medicina. E em 1839 fundou-se em Ouro Preto, Minas Gerais, a primeira Escola de Farmácia, de âmbito provincial, inicialmente. A ocorrência do ensino especializado resultou em melhoria quanto à capacidade técnica dos farmacêuticos. Alguns deles sobressaíram pela cultura e pelo consciencioso exercício da profissão. Ezequiel Correia dos Santos (1801-64) pugnou pelo engrandecimento da Farmácia, isolou extratos ativos de vegetais medicinais nativos, ingressou na Academia Imperial de Medicina, presidiu a Sociedade Farmacêutica Brasileira e, juntamente com o filho do mesmo nome, que foi Professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, redigiu uma revista especializada. Joaquim Correia de Melo (1816-77), aprendiz de botica, Boticário, ao mesmo tempo que dirigia uma farmácia em Campinas, São Paulo, estudava a flora brasileira e tornava-se o único correspondente sul-americano da *Linean Society*, de Londres.

Farmacêuticos estrangeiros, franceses, ingleses, alemães exerceram com inusitado êxito a profissão no Brasil, a exemplo de Theodoro Peckolt (1822-1912), conhecedor e divulgador da flora brasileira.

A Farmácia foi um centro social de grande importância. Nela reuniam-se, à tarde, homens das mais variadas profissões. Conversavam e jogavam cartas e dados, assim como o gamão.

Odontologia

Por longos anos a Odontologia, arcaica, rudimentar, permaneceu apanágio dos barbeiros, ao passo que a cirurgia dentária era praticada pelos médicos. Proliferaram e granjearam vasta clientela os dentistas estrangeiros, franceses e também norte-americanos, que revalidaram os diplomas nas duas faculdades médicas. Não faltaram os charlatães, com anúncios mirabolantes sobre restaurações e troca de dentes.

O curso odontológico somente se instalou no Brasil em 1884.

Veterinária

Continuou a Veterinária, por todo o século XIX, em mãos dos curiosos que pouco entendiam do assunto.

Enfermagem

Exercida pelos práticos, pelos negros escravos, pelas religiosas das Santas Casas de Misericórdia, a enfermagem

pouco evoluiu, limitando-se, de modo geral, ao cuidado pessoal do enfermo. Por ocasião da Guerra do Paraguai, uma senhora brasileira incorporou-se às tropas como enfermeira. Sua abnegada ação nos hospitais de sangue, tendo mesmo dirigido uma grande enfermaria, valeu-lhe a "Medalha Humanitária", uma pensão vitalícia e o cognome de "Mãe dos Brasileiros". Chamava-se Ana Justina Ferreira Néri (1814-80). Hoje em dia, Ana Néri é o patrono da enfermagem no Brasil.

Curandeirismo e charlatanismo

No seio da população inculta, carente de assistência médica e farmacêutica, vicejaram o curandeirismo e o charlatanismo, através de curiosos, curadores, rezadores e raizeiros. Isolados em suas propriedades, os fazendeiros, os senhores-de-engenho, exerceram a Medicina com os conhecimentos adquiridos em manuais para uso popular, dos quais o mais difundido foi o *Dicionário de Medicina Popular*, Rio de Janeiro, 1842, com sucessivas edições, de autoria do medico francês Pedro Luís Napoleão Chernoviz. Este livro, o *Chernoviz*, como ficou conhecido, penetrou em todos os lares, do norte ao sul do país. Da mesma forma, inúmeros manuais de homeopatia puseram a "Medicina ao alcance de todos", segundo a expressão que traziam como subtítulo.

Hospitais

Até meados do século XIX a assistência hospitalar apresentava-se quase que idêntica à vigente no passado colonial. As Santas Casas continuavam isoladas na prestação de serviços à população desvalida. Devido à omissão dos Governos, que apenas as auxiliaram – quando auxiliaram –, foram as Irmandades de Misericórdia as responsáveis pela assistência hospitalar nos quatro primeiros séculos. Entidades particulares, de caráter sócio-religioso, fruto da benemerência do povo, sustentando-se de legados e doações dos afortunados, e do auxílio da própria pobreza, e ainda de esporádicas e restritas dotações governamentais, as Misericórdias assistiram ao enfermo indigente e permitiram às escolas de Medicina o ensino prático.

Nas capitais das Províncias e em algumas das principais cidades, houve uma Santa Casa, que já vinha das centúrias anteriores ou foi fundada no século XIX. As suas enfermarias atendiam aos destituídos de recursos e aos escravos. Nos quartos particulares internavam-se os abonados, os que podiam pagar pela assistência.

Os hospitais da Misericórdia do Rio de Janeiro e do Salvador da Bahia, instalados em vastos edifícios, sobressaíram dos demais quanto à capacidade e ao aparelhamento.

A necessidade de isolar os leprosos levou a administração municipal de diversas cidades e vilas a reuni-los em alojamentos denominados "lazaretos", onde foram assistidos por um profissional remunerado pela Câmara. A alimentação era deficiente e os medicamentos escassos, além de inoperantes. Preferiram os infelizes hansenianos a liberdade de esmolar vagando pelas estradas a jazerem presos, segregados nos lazaretos, à espera da morte.

O primeiro hospital para alienados inaugurado no Brasil foi o do Rio de Janeiro, em 1852. Era o "Hospício de Pedro I", localizado na Praia Vermelha, o qual, depois de proclamada a República, recebeu a denominação de "Hospital Nacional de Alienados". Na Bahia, fundou-se para o mesmo fim, em 1874, o "Asilo de São João de Deus". Foram esses dois os únicos estabelecimentos destinados ao tratamento dos portadores de doenças mentais. As Santas Casas colocavam-nos em celas gradeadas, onde o tratamento deixava muito a desejar, chegando a inumano. Naquela época, a terapêutica do alienado limitava-se à segregação e à coerção. No interior do país, os loucos furiosos eram recolhidos às cadeias públicas.

O "Imperial Instituto dos Meninos Cegos" estabeleceu-se no Rio de Janeiro em 1854. Propunha-se a ensinar o método de Braille e ofícios manuais. Uma das alunas foi a filha do primeiro Diretor, o Dr. J. F. Xavier Sigaud. O "Imperial Instituto dos Surdos-Mudos" também se localizou no Rio de Janeiro, fundado que foi em 1856 por Huet, um professor francês, surdo-mudo.

Além de alguns hospitais militares, de hospitais governamentais para isolamento e quarentena, sediados nos principais portos, houve no século passado as "casas de saúde", pequenos estabelecimentos que receberam portadores das mais diversas enfermidades, sem seleção ou recusa.

De modo genérico, pode-se dizer que nesta fase a assistência hospitalar ainda se caracterizou mais pelo socorro ao doente desvalido do que propriamente pelo tratamento dispensado. A população manifestava temor e horror ao hospital. Preferia tratar-se em casa.

Assistência sanitária

Os encargos outrora atribuídos ao Físico-Mor e ao Cirurgião-Mor, quanto à higiene e saúde públicas, no Império, passaram em maior parte, e até meados do século XIX, à atribuição das Câmaras Municipais. O Governo Ccentral seguiu zelando pela saúde dos portos através de uma provedoria. Em 1831 foram abolidos os cargos de Físico-Mor e Cirurgião-Mor. Por intermédio de seu médico e de fiscais, as Câmaras inspecionaram as boticas, o comércio de drogas e de

gêneros alimentícios, promoveram a limpeza pública, e fiscalizaram o exercício das profissões médica e farmacêutica. A partir de 1829 surgiram os Códigos de Posturas Municipais.

Com o reaparecimento da febre amarela em 1850, o Governo Imperial criou no Rio de Janeiro uma Junta Central de Higiene Pública e, mais tarde, instalou outras semelhantes em diversas capitais de província. Composta de profissionais de relevo, a Junta Central dirigiu o serviço sanitário, aconselhou sobre questões de salubridade, mandou adotar medidas de prevenção nas epidemias e orientou o tratamento das mesmas. Deve-se-lhe a proibição do enterramento nas igrejas e capelas (1855-56), a partir da eclosão da epidemia do cólera.

Em 1881 a Junta foi substituída pela Inspetoria-Geral de Saúde e Higiene Públicas, no Rio de Janeiro, e inspetorias provinciais. Criou-se o "Conselho Superior de Saúde Pública" (1886), órgão consultivo, composto de Médicos e Professores eminentes da capital. Data de então a introdução do registro de nascimentos, óbitos e casamentos, antes em mãos da Igreja Católica.

Anote-se que em 1889 atingiu a menos de meio por cento da despesa orçada para todo o Império a verba destinada aos serviços assistenciais de higiene e saúde, dos portos, asilos e hospitais.

Agremiações médicas

Associações formadas exclusivamente por profissionais de Medicina somente apareceram no Brasil no século XIX. Houve em fins do século anterior, no Rio de Janeiro, uma "Academia Científica", composta por físicos ou médicos, cirurgiões, boticários, sacerdotes, desembargadores e outros letrados. Dada a composição heterogênea de seus membros, cuidou dos mais variados temas, botânicos, químicos, médicos, farmacêuticos, agrícolas e literários. Não foi, destarte, uma associação médica, especializada. A primeira nesse gênero foi a "Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro", fundada em 1829 pelos Doutores Joaquim Cândido Soares de Meireles (1797-1868), José Martins da Cruz Jobim, Professor da Faculdade de Medicina, já citado, Luís Vicente De Simoni (1792-1881), João Maurício Faivre (1795-1858) e José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856). Eram brasileiros os dois primeiros, italiano o terceiro e franceses os dois últimos. Soares de Meireles, Chefe do Corpo de Saúde da Armada, Deputado, hábil cirurgião, era mestiço, e, como ele, o foram diversos e notáveis professores e médicos, todos muito bem recebidos e considerados. De Simoni, médico e literato, secretariou a associação por mais de quarenta anos. Faivre, depois de clinicar no Rio de Janeiro, fundou no Paraná a Colônia Teresa, para imigrantes franceses, e

ali morreu. Sigaud foi um profissional de muita atividade e autor de um magnífico livro sobre a Medicina no Brasil, como se lerá adiante.

Nascida sob feliz signo, a "Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro" congregou os principais esculápios da Corte, elegendo ainda membros correspondentes e honorários. Teve o privilégio de elaborar o projeto de criação das faculdades médicas. Promoveu sessões científicas, publicou revista especializada e instituiu prêmios para os melhores trabalhos sobre temas médicos. Transformou-se em 1835 na "Academia Imperial de Medicina" e até hoje existe, ativa, operante, como "Academia Nacional de Medicina".

Em 1841 surgiu no Recife a "Sociedade de Medicina de Pernambuco", que teve a presidi-la o Médico e Diplomata Antônio Peregrino Maciel Monteiro (1804-48), Barão de Itamaracá. Daí para a frente, sob os títulos de "Sociedade", "Instituto" e "Ateneu", fundaram-se agremiações de médicos e de estudantes das duas faculdades, no Rio de Janeiro e no Salvador, e ainda em São Luís do Maranhão, Recife e Campos, na província do Rio de Janeiro. Tais cidades eram, na época, os maiores centros socioeconômicos do país. Somente em 1888 aparece em São Paulo a sua primeira "Sociedade Médico-Cirúrgica", que reuniu 70 profissionais presididos pelo Dr. Antônio Pinheiro de Ulhoa Cintra (1837-95), Barão de Jaguara, Clínico, Deputado e Presidente, por alguns meses, da Província paulista. Extinguiu-se em 1891. Aliás, vida breve tiveram as agremiações médicas, com exceção da Academia Imperial e da "Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro" (1886), que ainda persiste. De qualquer forma, contribuíram elas para o desenvolvimento dos conhecimentos médicos pela exposição e discussão de casos e observações clínico-cirúrgicas.

Imprensa médica

Não obstante haver sido reduzido o número de associações, ascendeu a mais de cinqüenta a quantidade de periódicos médicos, dentre os quais alguns versaram sobre a farmácia. Se bem que fossem de efêmera existência, de limitada tiragem e de circulação restrita, tiveram o condão de estimular os estudos e de veicular as verificações e os achados na Clínica e na Cirurgia. Editados no Rio de Janeiro e no Salvador, sede das faculdades médicas, publicaram-se também no Recife, São Luís do Maranhão, Campos, Fortaleza, Niterói, e um único em São Paulo, a *Revista Médica de São Paulo*, 1889.

O primeiro periódico foi *O Propagador das Ciências Médicas* ou *Anais de Medicina, Cirurgia* e *Farmácia*, do qual circularam dois tomos, um em 1827 e outro em 1828. Editado no Rio de Janeiro pelo Dr. José Francisco Xavier Sigaud, recebeu a colaboração de ilustres profissionais

da época. Assinale-se que em 1822 o bacharel em Medicina pela Universidade de Coimbra, Manuel Rodrigues de Oliveira (?-1826), publicou em São Luís quatorze números de uma *Folha Medicinal do Maranhão*, saindo o primeiro número em 11 de março e o último em 10 de junho. Essa folha foi uma espécie de veículo de propaganda do citado físico e quase nada dedicou à ciência médica. Assim, não pode ser apontada como o primeiro jornal médico a vir à luz no país.

Depois de *O Propagador*, de Sigaud, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro lançou o seu órgão, denominado *Semanário de Saúde Pública*, com o primeiro número em 3-1-1831 e o último em 15-6-1833. Posteriormente, a Sociedade, já transformada em Academia, lançou outros periódicos sob os títulos de *Revista Médica Fluminense* (1835-40), *Revista Médica Brasileira* (1841-43), *Anais de Medicina Brasiliense* (1845-48), *Anais Brasilienses de Medicina* (1849-84), e, por fim, *Anais da Academia de Medicina do Rio de Janeiro* (1885 em diante). Nos órgãos da Academia inseriram suas comunicações, ao lado de nomes menos conhecidos, os Médicos e Professores de maior reputação da capital do Império.

De todos os jornais que circularam no século passado, o de maior realce e de maior repercussão nos meios científicos foi, indubitavelmente, a *Gazeta Médica da Bahia*, uma vez que divulgou os estudos dos componentes da Escola Tropicalista Baiana. O primeiro número data de 10-7-1866. Publicou-se com interrupções, e seu principal redator e diretor por muitos anos foi o Professor Antônio Pacífico Pereira.

Bibliografia médica

Verificou-se no século XIX o incremento da bibliografia médica nacional, mais no sentido de quantidade do que no de qualidade. As teses de doutoramento apresentadas às faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia contribuíram com a maior parcela. Abordaram elas uns tantos e determinados temas sobre Patologia, Terapêutica, Higiene e Saúde, os quais se prestavam a explanação com citações. Semelhantes no conteúdo e de orientação inteiramente teórica, repetiram noções importadas de além-mar, notadamente de origem francesa, sendo mais que reduzida a contribuição pessoal. Poucas se salvaram da mediocridade geral. Na verdade, refletiram apenas a penúria em laboratórios e em recursos para a pesquisa e experimentação.

Além das teses de doutoramento e de concurso às cátedras, publicaram-se memórias e compêndios ou tratados, estes já referidos na parte concernente ao ensino médico. Viu-se que dentre as obras lançadas pelos Professores sobressaíram as de Torres Homem. Quanto às memórias e comunicações, algumas primaram pela excelência, como as dos tropicalis-

tas do Salvador e de certos Médicos e Professores do Rio de Janeiro. Dentre as mais recuadas no tempo, vale citar o ensaio sobre as febres, de Francisco de Melo Franco (1757-1823), a memória sobre as boubas, de João Álvares Carneiro (1776-1837) e as considerações sobre epidemias no Rio de Janeiro, de José Pereira Rego (1816-92), Barão do Lavradio.

Deve-se ao Médico francês radicado no Rio de Janeiro, onde viveu e morreu, José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856), o mais completo documentário sobre a Medicina brasileira antiga, nos seus primeiros trezentos e quarenta anos. O seu livro *Du climat et des maladies du Brésil ou statistique médical de cet Empire* (Paris, chez Fortin, Masson, 1844), além de apresentar-se como um verdadeiro tratado de geografia médica nacional, contém substanciosos dados e comentários sobre a Patologia, a Terapêutica, a Arte de curar dos Jesuítas, dos indígenas, e ainda sobre os profissionais do passado. A obra de Sigaud é de consulta imprescindível para os que pretenderem inteirar-se da história da Medicina brasileira. Natural de Marselha, Sigaud foi um dos mais influentes médicos da capital do Império. Fundador da Sociedade de Medicina, presidiu-a já sob a denominação de Academia. Periodista médico, colaborou na imprensa, tendo sido um dos lançadores do jornal *Aurora Fluminense*, adquirido e impulsionado pela pena de Evaristo Ferreira da Veiga.

Médicos na literatura

No desenvolvimento desta exposição sobre a Medicina no período imperial, aludiu-se à circunstância de numerosos médicos haverem-se dedicado às atividades políticas. Realmente o fizeram, e no setor legislativo, mais do que no administrativo. Sabe-se que uns 60 esculápios receberam títulos de nobreza dos dois imperadores. E à mercê foi-lhes concedida não tanto pelo realce no exercício da profissão, porém em virtude dos cargos eletivos que ocuparam. Poucos, como o Barão de Torres Homem, foram enobrecidos unicamente em decorrência da prática médica ou da projeção na cátedra.

Resta, para finalizar, uma breve recordação dos médicos que se dedicaram às letras, ao jornalismo, à história. Cipriano José Barata de Almeida (1762-1838) e Francisco de Sales Torres Homem (1812-76) foram dois cirurgiões que trocaram a profissão pela política e pelo jornalismo. José de Assis Alves Franco Muniz Barreto (1819-53) e José Ferreira de Sousa Araújo (1846-1900) dois Doutores que não exerceram a Medicina, foram apenas jornalistas. Este último é o bem conhecido Ferreira de Araújo, redator-chefe da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro.

Entre os que desviaram a atenção para os assuntos históricos, merecem citação o maranhense Antônio Henriques Leal (1828-85), que escre-

veu sobre a sua Província, o alagoano Alexandre José de Melo Morais (1816-82), autor de volumosa bagagem sobre o Brasil-Reino e Brasil-Império, e José Vieira Fazenda (1847-1917), o cronista do Rio de Janeiro.

A maior messe, entretanto, foi a de médicos literatos, poetas, contistas e romancistas. Da maioria jaz no olvido a produção, ao passo que até hoje são lembrados um Manuel Antônio de Almeida (1831-61), com as suas *Memórias de um Sargento de Milícias*; um Joaquim Manuel de Macedo (1820-82), cuja série de romances, a principiar pela *Moreninha*, rivalizou com os de José de Alencar no favor popular; Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-82), Cirurgião que preferiu ser Diplomata, autor do poema épico *Confederação dos Tamoios*; Laurindo José da Silva Rabelo (1826-64), poeta de sensibilidade e forte poder de expressão; José Alexandre Teixeira de Melo (1833-1907), também poeta e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, já na República. Se não se destacaram na profissão, esses médicos conquistaram, pelo menos, lugar da proeminência na literatura brasileira do século XIX.

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda, assistido por Pedro Moacyr Campos, para os períodos colonial e monárquico, e de Boris Fausto para o período republicano.

O Brasil monárquico: reações

tempo, figuram nos volumes textos sobre
a produção cultural, abrangendo o cinema,
o teatro, a música popular etc.

Nos livros que encerram cada período,
há na parte final uma bibliografia e
uma cronologia sumária. Esta indica os
acontecimentos relevantes no Brasil e
no mundo que servem de marco de
referência para o período considerado.

Convivem na ***História Geral da Civilização Brasileira*** algumas gerações de intelectuais,
que expressam muitas vezes pontos de vista
diversos, a partir de diferentes ângulos
de abordagem. Os organizadores da coleção
consideraram bem-vinda esta pluralidade.
Isto porque buscaram não só informar o leitor
da maneira mais ampla possível, como também
dar-lhe instrumentos adequados para
uma reflexão própria. Não foi por acaso que
descartaram uma visão triunfalista da nossa
História (tão distante da realidade), levada
a cabo por grandes personagens capazes
de mover o mundo. Não foi por acaso também
que deixaram de lado uma visão histórica
na qual desponta um quadro predeterminado
e os processos históricos e as ações humanas
acabam por ser peças de um jogo cujo
resultado se sabe de antemão.

As questões se abrem a partir da linha
de interseção entre condicionamentos
socioeconômicos, culturais etc. e as opções
possíveis dos seres humanos que fazem
a História. Há mais de uma resposta para
estas questões, e o leitor, bem-informado,
terá certamente a sua.